**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

SANDRA PEREIRA FALCÃO

**Comunicação e Educação Ambiental na Construção de
Sentidos Urbanos**

**São Paulo
Julho – 2013**

SANDRA PEREIRA FALCÃO

**Comunicação e Educação Ambiental na Construção de
Sentidos Urbanos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, área de concentração Interfaces Sociais da Comunicação, linha de pesquisa Comunicação e Educação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Adilson Odair Citelli.

São Paulo
Julho – 2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Falcão, Sandra Pereira

Comunicação e Educação Ambiental na Construção de Sentidos Urbanos / Sandra Pereira Falcão. -- São Paulo: S. P. Falcão, 2013.

404 p.: il. + DVD.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientador: Adilson Citelli

Bibliografia

1. Comunicação Ambiental 2. Educação Ambiental 3. Educomunicação Socioambiental 4. Trânsitos Discursivos Multidimensionais 5. Comunicação I. Citelli, Adilson II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

Nome: FALCÃO, Sandra Pereira

Título: Comunicação e Educação Ambiental na Construção de Sentidos Urbanos

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo, com amor, admiração e gratidão por sua compreensão, carinho, presença e incansável apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Santíssima Trindade e à Virgem Misericordiosa.

À minha família, fã e apoiadora incondicional de mães que gostam de estudar. Em especial:

Ao meu esposo Antonio, ao meu filho Ivan e ao meu filho André, pelo tríplice apoio tecnológico e moral salpicado de tiradas impagáveis que tornaram mais alegre a caminhada.

À minha mãe, Marluce – mar de luzes, em livre tradução – pelo diálogo permanente, pelas orações diárias, pela animação doada e com que se doa sempre aos filhos.

Aos meus sogros, Margarida e Augusto, e aos meus irmãos, Giselle, Rodrigo e Vera, pelo incentivo e colaboração em diferentes frentes.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Adilson Citelli, pela acolhida acadêmica, pela disponibilidade e, sobretudo, pela iluminação inteligente, cuidada e criativa de cada passo deste trabalho.

Às professoras doutoras Heloiza Matos, Nídia Nacib Pontuschka, Maria Immacolata Vassallo de Lopes e ao prof. Dr. Celso Frederico, pela ampliação do meu olhar sobre a pesquisa científica.

Aos professores Ms. Marco Antonio Grillo e Dr. Marcelo de Almeida Buriti, que primeiro me guiaram na investigação científica, nos tempos de CEFET – hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Aos colegas do Grupo de Estudos, com quem continuo aprendendo, compartilhando alegrias e agruras: Maria, Helena, Ana, Michel, Lisa, Claudia, Eliana, Rogério.

Ao conselheiro Ramos, cujo exemplo de luta ambiental agregou dados importantes a este trabalho.

Às coordenadoras de Redação do Curso Objetivo (Paulista), Elisa e Norma, pelo incentivo e pela concordância com a necessária redução de carga horária ao longo do mestrado. Também meu obrigada às demais professoras – à Elvira especialmente, pelo estímulo adicional, em forma de livro basilar, que ela me ofertou logo no início da jornada.

Aos funcionários da ECA, ao Sr. Fernando do xerox e à sua equipe, pelo apoio operacional ao longo do curso.

Aos professores, coordenadores e diretores de escolas cujos alunos participaram da pesquisa de campo.

Aos estudantes que se tornaram sujeitos de pesquisa, bem como aos demais moradores do Distrito Vila Medeiros que se dispuseram a participar do estudo.

Aos servidores municipais que gentilmente nos concederam entrevistas: Adeliana Saes Coelho Barbedo, Odair Matarensi Júnior, João Manoel de Castro, Joana Adoração Vitrella, Silvana dos Reis Vicentin e Cleverson José Ferreira.

EPÍGRAFE

“O poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder.”

(Manuel Castells)

RESUMO

Falcão, S. P. **Comunicação e Educação Ambiental na Construção de Sentidos Urbanos**. 2013. 404 p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Trata-se de investigação sobre fluxos comunicacionais urbanos de cunho ambiental, em busca dos ‘trânsitos discursivos multidimensionais’ (CITELLI, 2012) operados nessa interface em direção à proatividade do cidadão. Multirreferencial é o lastro teórico sobre o qual nos apoiamos, incluindo saberes da Comunicação, da Educação e da Ciência Ambiental, com destaque para Citelli (2004, 2006, 2007, 2008, 2011, 2012), Orozco Gómez (2006), Martín-Barbero (2003, 2009), Soares (2000, 2011), Castells (2003, 2011), Matos (2006, 2009, 2011), Jacobi (2000, 2008, 2010), Loureiro (2004, 2007, 2008), Berna (2010), Pontuchska e Krasilchik (2006), Ribeiro (2004) e Novicki (2002, 2007). Nosso objetivo geral é verificar e analisar os fluxos comunicacionais que conferem (ou não) permeabilidade à Comunicação Ambiental, com vista à construção de sentido e ação afirmativa em região paulistana com problemas ambientais (o distrito Vila Medeiros, São Paulo, capital). O método de Lopes (2004, 2005, 2010) para pesquisa em Comunicação, com seus níveis e fases, associado a contribuições do método Estudo do Meio (Pontuchska, 2011) conduzem o trabalho. A recolha de dados de campo se deu por meio de observação direta e registro fotográfico *in loco*, entrevistas com servidores públicos municipais vinculados às áreas ambiental e de Saúde Pública na região, bem como por meio de questionários aplicados aos moradores do referido distrito. Trabalhamos, quanto aos respondentes dos questionários, com uma amostra estratificada e não probabilística, constituída de 179 sujeitos de pesquisa: 57 adultos, 62 jovens do ensino médio e 60 jovens do ensino fundamental. Os resultados apontam para: a) lacunas em diversos fluxos de comunicação envolvendo o poder público e os cidadãos, os cidadãos entre si e os cidadãos e as demais instituições/entidades no lócus de pesquisa; b) necessidade de empoderamento dos cidadãos para questionar representações sedimentadas que funcionam como motor-reverso face às urgências de cuidado ambiental urbano verificadas no distrito analisado.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação ambiental – educação ambiental – educomunicação socioambiental – trânsitos discursivos multidimensionais – comunicação

ABSTRACT

Falcão, S. P. **Comunicação e Educação Ambiental na Construção de Sentidos Urbanos**. 2013. 404 p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

This research treats about urban communications flows environment-related, searching for the ‘multidimensional discursive transits’ (CITELLI, 2012) that operate in this interface, seeking for the proactivity of the citizen. Multireferential is the theoretical coverage on which we support , including knowledge of Communication, Education and Environmental Science , highlights for Citelli (2004, 2006, 2007, 2008, 2011, 2012), Orozco Gómez (2006), Martín-Barbero (2003,2009), Soares (2000, 2001), Castells (2003, 2011), Matos (2006, 2009, 2011), Jacobi (2000, 2008, 2010), Loureiro (2004, 2007, 2008), Berna (2010), Pontuchska e Krasilchik (2006), Ribeiro (2004) e Novicki (2002, 2007). Our general objective is verify and analyze the communicational flows that gives (or not) permeability to the Environmental Communication, aiming the construction of meaning and affirmative action on São Paulo’s region with environmental problems (Vila Medeiros’s District, São Paulo, capital). The Lopes’s method (2004, 2005, 2010) for researches about Communication, with their levels and phases, associated with the contributions of Study of the Environment Method (Pontuchska, 2011) leads the study. The collection of the field data was through direct observation and photographic record in loco, interviews with municipal public servants bound with the environmental areas and Public Health in the region, well as through questionnaires, applied to the residents of the referred district. We work with regard to the respondents, with a non probabilistic stratified sample, constituted of 179 research subjects: 57 adults, 62 high school students and 60 elementary school students. The results points to a) gaps in various communication flows involving the government and the citizens, the citizens themselves and the citizens and the others institutions/entities in the locus of the research; b) need of empowerment of the citizens for questioning public representations sedimented that works as reverse-motor in view of the urgencies of urban environmental care verified on the analyzed district.

KEYWORDS: environment communication – environmental education – socioenvironmental educommunication – multidimensional discursive transits – communication

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

(inclui mapas, figuras e fotografias)

Figura 1 – Localização do distrito Vila Medeiros no Google Maps	31
Figura 2 - Perfil socioambiental do município de São Paulo	34
Figura 3 - Mapa de temperaturas urbanas da cidade de São Paulo	35
Figura 4 - Cobertura Vegetal por Habitante por Distrito na cidade de São Paulo	36
Figura 5 - Efeito Ilha de Calor no lócus de pesquisa	37
Figura 6 - Efeito Ilha de Calor no lócus de pesquisa – imagem de mapa ampliada	38
Figura 7 - Dados para compreensão do mapa referente às ilhas de calor urbanas	38
Figuras 8 e 9 - Inservíveis descartados na região do Terminal de Cargas Fernão Dias	39
Figura 10 - Estacionamento de caminhões a 30m de um conjunto habitacional próximo ao Terminal de Cargas Fernão Dias	39
Figuras 11 e 12 - Lixo lançado no Córrego Maria Paula, na esquina da Rua Ananatuba com a Rua Major Dantas Cortez	40
Figura 13 - Lixo orgânico e inorgânico/entulho depositado irregularmente nas ruas do bairro (pontos viciados de descarte de lixo)	40
Figuras 14, 15 e 16 - Lixeiras Públicas depredadas alguns dias após colocação	41
Figura 17 - Travessa “seca”	42
Figuras 18 e 19 - Árvores sãs serradas a meio tronco	42
Figura 20 – Lixo depositado ao pé de uma árvore, em frente a uma escola	43
Figuras 21 e 22 - Lixo na calçada de uma pequena praça, logo abaixo da placa da prefeitura, alertando para o não lançamento de resíduos no local	43
Figuras 23 e 24 - Colchão de casal abandonado na calçada, cerceando a passagem de pedestres	44
Figura 25 - Placa anunciando revitalização de travessa	80
Figura 26 - Travessa “revitalizada”	81
Figura 27 - Placa anunciando revitalização, pichada	82
Figuras 28 e 29 – Sr. Genaro, cuidador voluntário da praça na confluência das ruas Maraá, Igarai e Cônego Vicente (Vila Munhoz)	118
Figuras 30 e 31 - Sr. Humberto, com os mascotes Lucky e Pingo, em passeio diário na Praça Jornalista Aldebaran Cavalcanti (Vila Medeiros)	119
Figura 32 – Mapa da Pesquisa	157
Figura 33 – Fichas de identificação dos entrevistados	293
Figura 34 – Banco de Dados: respostas ao questionário – tela 1	377

Figura 35 – Banco de Dados: respostas ao questionário – tela 2	377
Figura 36 – Banco de Dados: respostas ao questionário – tela 3	378
Figura 37 – Banco de Dados: respostas ao questionário – tela 4	378
Figura 38 – Texto explicativo da pesquisa aos respondentes do questionário	383
Figura 39 – série: Questionário aplicado aos adultos e aos jovens do Ensino Médio (início)	384
Figura 40 - série: Questionário aplicado aos jovens do Ensino Fundamental (início)	393
Figura 41 - Cabeçalho do questionário aplicado aos jovens do Ensino Médio	402
Figuras 42 e 43 - Caderninhos de pesquisa após montagem	403

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Amostra, quanto aos respondentes do questionário	147
Gráfico 2 - Tempo de estudo em escolas da região	147
Gráfico 3 - Sensação dos moradores ao caminhar pelas ruas do bairro onde moram	160
Gráfico 4 - Frequência de observação do meio ambiente local	162
Gráfico 5 - Grau de preocupação do morador quanto à qualidade ambiental do bairro onde mora	163
Gráfico 6 - Percepção de áreas verdes ao caminhar pelo bairro	164
Gráfico 7 - Frequência de recebimento de informações do poder público, no último ano, sobre problemas ambientais da região ou sobre atividades promovidas para combatê-los	169
Gráfico 8 - Contato com o poder público ao perceber algum problema ambiental em seu bairro	172
Gráfico 9 - Frequência com que se comunicou com o poder público, no último ano, para tratar de assuntos ambientais da região onde mora	174
Gráfico 10 - Meios pelos quais o munícipe recebe informação ambiental	179
Gráficos 11, 12, 13 e 14 - Meios pelos quais os diferentes grupos recebem informações ambientais da região onde vivem	182
Gráfico 15 - Suficiência de informações a que tem acesso sobre o meio ambiente do bairro	189
Gráfico 16 - Participação em projeto público ou privado para melhoria do meio ambiente local	191
Gráfico 17 - Opinião do munícipe quanto à comunicação ambiental que chega hoje à sua região	198
Gráfico 18 - Primeira atitude dos jovens do ensino fundamental ao observar um problema ambiental no bairro	199
Gráfico 19 - Primeira atitude dos adultos e jovens do ensino médio ao observarem um problema ambiental no bairro	201
Gráfico 20 - Grau atual de disposição/ânimo para engajar-se em uma ação em favor do meio ambiente local	203
Gráficos 21, 22, 23 e 24 – O que falta no bairro, para evitar o descuido ambiental, na visão dos três grupos da amostra e no total de grupos	209

Gráfico 25 - Qualidade do ar respirado na metrópole versus ar respirado pelo munícipe em seu bairro – interpretação de notícia de jornal	213
Gráfico 26 - Opinião dos munícipes sobre a urgência dos meios de comunicação cobrarem políticas públicas de incentivo ao uso/comércio de veículos não poluentes na cidade	215
Gráfico 27 - Opinião dos moradores sobre conserto de objetos, diante das propagandas sobre a facilidade de se comprar novos objetos	217
Gráfico 28 - Soluções ambientais adotadas na área externa do imóvel onde reside o respondente	218
Gráfico 29 - Soluções ambientais adotadas pelo munícipe na área interna de sua residência	220
Gráfico 30 - Relação cuidado ambiental – propriedade de um animal de estimação: comportamento dos moradores	222
Gráfico 31 - Conceito de Meio Ambiente entre os respondentes do questionário	224
Gráfico 32 - Pessoas e instituições que estão colaborando ativamente para a melhoria da qualidade ambiental na região, na visão dos respondentes	226
Gráfico 33 - Conhecimento dos moradores acerca de ONGs/associações que desenvolvem atividades em favor do meio ambiente da região	242
Gráfico 34A - Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano (1º da série)	253
Gráfico 34B - Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano (2º da série)	257
Gráfico 34C - Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano (3º da série)	258
Gráfico 34 D - Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano (4º da série)	259
Gráfico 34E - Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano (5º da série)	260
Gráfico 34F - Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano (6º da série)	261
Gráfico 34G – Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano (7º e último da série)	262
Gráfico 35 - Gostaria de ser informado (por e-mail, telefone ou correspondência impressa) quando os resultados desta pesquisa estiverem disponíveis para consulta?	270

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Siglas dos bairros de São Paulo	33
Quadro 2 – Percepção de problemas ambientais por parte dos moradores do distrito Vila Medeiros	165
Quadro 3 – Meios/Canais pelos quais alguns munícipes se comunicaram com o poder público	173
Quadros 4, 5 e 6 – Condutas comunicacionais – grau de importância atribuído pelo morador	176
Quadro 7 – Tipologia das mediações quanto ao recebimento de informações ambientais locais	181
Quadro 8 – Formas de comunicação mais importantes para divulgar informações ambientais do bairro, na visão dos moradores	184
Quadro 9 – Modos pelos quais o morador fica sabendo das atividades/ações desenvolvidas pelo poder público em favor do meio ambiente local	188
Quadro 10 – Representações ambientais da maioria dos moradores, na visão dos respondentes	205
Quadro 11 – Conexões comunicacionais que presumem trabalho conjunto: avaliação dos moradores	232
Quadro 12- Participação dos respondentes em projetos relacionados à temática ambiental	236
Quadro 13 – Instituições/entidades das quais participam os respondentes do questionário	237
Quadro 14 – Entidades/associações/ONGs lembradas pelos moradores que desenvolvem algum trabalho ambiental na região	242
Quadro 15 – Valores atribuídos a ações comunicativas em favor do meio ambiente local, com vista à resolução de problemas	246
Quadro 16 – Valoração de ações comunicativas em favor do meio ambiente local – opção boa, na opinião do total dos respondentes	248
Quadro 17 – Valoração de ações comunicativas em favor do meio ambiente local – opção ruim, na opinião do total dos respondentes	251
Quadro 18 – Nomes das instituições das quais os respondentes participam	263

Quadro 19 - Empoderamento cidadão face às questões ambientais locais	268
Quadro 20 – Quadro de idades dos respondentes do questionário	372
Quadro 21 – Ocupações dos respondentes do questionário	373
Quadro 22 – Tempo de residência no bairro	374
Quadro 23 – Bairros nos quais residem os respondentes do questionário	375
Quadro 24 – Cidade natal dos respondentes do questionário	376

LISTA DE SIGLAS

AIE – Académie Internationale d’Environnement (Genebra)

CADES – Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CADES-MG- Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da região Vila Maria-Vila Guilherme (São Paulo, capital)

CAPs - Centros de Atenção Psicossocial

CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CICAS - Centro Independente de Cultura Alternativa e Social

CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique (Paris)

CONAMA - Conselho de Meio Ambiente

CONAR - Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária

COVISA – Coordenação de Vigilância em Saúde

CRAS - Conselho Regional de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DETRAN-SP - Departamento de Trânsito do Estado de São Paulo

DGD - Departamento de Gestão Descentralizada (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente)

ESF - Estratégia Saúde da Família

ESRI - Environmental Systems Research Institute (Califórnia)

FEMA - Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IPREM - Instituto de Previdência Municipal

ISER – Instituto de Estudos da Religião

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MOVERR – Movimento Espontâneo dos Representantes de Ruas

NASF - Núcleo de Assistência em Saúde da Família

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OSS – Organização Social de Saúde

PAVS - Programa Ambientes Verdes e Saudáveis

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A

PPGCOM - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo

PSF - Programa de Saúde da Família

ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

SAPEC - Sociedade Amigos do Parque Edu Chaves

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEFABS - Secretaria da Família e Bem-Estar Social

SEME - Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação

SibiUSP – Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

SMPP - Secretaria Municipal de Participação e Parceria

SMS – Secretaria Municipal da Saúde

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

SUVIS – Supervisão de Vigilância em Saúde

SVMA – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo

UFBa – Universidade Federal da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WWF - World Wildlife Fund, termo traduzido em português para “Fundo Mundial da Natureza”

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	25
1. Objeto de Estudos	27
1. 1 Considerações iniciais	27
1. 2 Construção do Objeto	27
1. 3 Inserção do Objeto de Pesquisa na realidade física urbana	29
1. 3. 1 Histórico do <i>locus</i> de pesquisa - distrito Vila Medeiros	29
1. 3. 2 Algumas imagens preocupantes em logradouros do Distrito V. Medeiros	39
2. Justificativa da Escolha do Objeto	45
3. Objetivos	47
3.1. Objetivo Geral	47
3.2. Objetivos Específicos	47
4. Referencial Teórico	49
Introdução	49
Capítulo 1 - Comunicação, Educação e Educomunicação Socioambiental	53
Capítulo 2 - Representações Sociais, Meio Ambiente e Comunicação: da construção de sentidos à ação ambiental proativa	67
Capítulo 3 - Da palavra e da conversação como dispositivos da (na) comunicação ambiental	75
Capítulo 4 – Comunicação, Comunicação Pública e Meio Ambiente na Contemporaneidade – questões globais, locais e gloais	89
4.1. Da relação Meio Ambiente - Participação Cidadã à centralidade da Comunicação Ambiental no meio urbano	93
4.2. Esfera Pública Ambiental, Democracia e Comunicação Ambiental Urbana	94
4.3. Da evolução das leis ambientais no Brasil rumo à participação cidadã nas questões ambientais dos municípios	96
Capítulo 5 - Comunicação, Democracia e Engajamento na Sustentabilidade Urbana	99
5. 1. Os Conselhos de Meio Ambiente (CADES) na cidade de São Paulo e a participação do cidadão	101
5.1.1. O CADES ‘geral’ do município	101
5.1.2. OS CADES regionais	101
5. 2. Engajamento ambiental urbano: ruptura ou construção?	104
Capítulo 6 – Comunicação Socioambiental – interfaces da relação homem-meio ambiente	113
5. Hipóteses	143
6. Metodologia / Procedimentos para a obtenção de dados	145
6. 1 Ponderações sobre método	145
6. 2 Participantes	146
6. 3 Definição da Amostragem	146
6. 4 Coleta de Dados: técnicas selecionadas – explicitação e justificativas	149
6. 4. 1 Etapas da coleta de dados	150
6. 5. Procedimentos ligados à abordagem dos sujeitos de pesquisa	151
6. 5. 1 Solicitação de Carta de Apresentação	151

6. 5. 2 Comunicação oral do projeto ao Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da Subprefeitura Vila Maria-Vila Guilherme (CADES-MG)	152
6. 5. 3 Elaboração de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	152
6. 5. 4 Negociação verbal com os respondentes do questionário	153
6. 6 Súmula Metodológica da Construção e Aplicação dos Instrumentos de Pesquisa	153
6. 7 Mapa da Pesquisa	156
6. 8 Do armazenamento e organização dos dados recolhidos via questionários	158
6. 9 Da organização dos dados recolhidos via entrevistas	158
7. Resultados e Discussão	159
8. Conclusão	271
9. Considerações Finais	275
10. Referências	277
11. Anexos	291
Anexo A - Roteiro das entrevistas reestruturado após pré-teste	291
Anexo B - Modelo das fichas de identificação dos entrevistados para abertura do registro audiovisual e controle das entrevistas realizadas	293
Anexo C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	294
Anexo D - Transcrição das entrevistas	296
Entrevista com Odair Matarensi Júnior	296
Entrevista com Joana Adoração Vitrilla	305
Entrevista com Adeliana Saes Coelho Barbedo	314
Entrevista com João Manoel de Castro	326
Entrevista com Silvana Reis Vicentin	336
Entrevista com Cleverson José Ferreira	355
Anexo E – Dados adicionais sobre os respondentes dos questionários	372
Anexo F - Algumas telas do banco de dados – exemplificação do processo utilizado para armazenamento dos dados colhidos via questionário	377
Anexo G - Levantamento de serviços ambientais e correlatos	379
Anexo H - Métodos empregados para a elaboração dos mapas referentes ao perfil socioambiental inseridos no corpo deste trabalho	381
Anexo I - Texto explicativo da pesquisa aos respondentes do questionário	383
Anexo J – Questionário aplicado aos adultos e aos jovens do ensino médio	384
Anexo K – Questionário aplicado aos jovens do Ensino Fundamental	393
Anexo L – Cabeçalho do questionário aplicado aos jovens do Ensino Médio	402
Anexo M – Caderninhos de pesquisa após montagem	403
Anexo N – Tabelas a partir das quais foram montados os gráficos e quadros do trabalho	404

Apresentação

Este trabalho focaliza a comunicação socioambiental urbana, em um cenário de crescentes demandas sociais ancoradas na percepção do coletivo e no uso das redes horizontais de informação.

Trata-se de uma investigação cujo cerne são os fluxos comunicativos em circulação no distrito Vila Medeiros, São Paulo, capital. Assolado por um conjunto de dificuldades socioambientais, advindas de um modo de ocupação majoritariamente despreocupado com a qualidade da vida coletiva, esse distrito sofre, entre outras mazelas também abordadas na pesquisa, com o fenômeno “ilha de calor urbana”. Múltiplos fatores desencadeiam a ocorrência, pouco perceptível para a maioria dos moradores, cuja origem está na exploração econômica voraz do espaço físico local.

As ilhas de calor urbanas caracterizam-se por serem áreas com muitas construções, alta taxa de impermeabilização do solo e pouco verde, apresentando temperaturas bem mais elevadas do que as observadas em regiões nas quais há maior índice de arborização, menos impermeabilização do solo, menor número de construções e mais espaçamento entre elas.

Lombardo (1985), pioneira no estudo da ilha de calor na metrópole paulistana, explica que o fenômeno reduz o conforto térmico¹ das áreas onde ocorre e, associado a outros fatores, agrava a poluição do ar, contribuindo, portanto, para o aumento de problemas de saúde entre os moradores. Além disso, favorece desastres naturais em diferentes escalas. Amplia, por exemplo, a possibilidade de enchentes (pois tem relação direta com a intensificação das chuvas).

Observando tanto efeitos da ilha de calor local quanto comportamentos sedimentados e atitudes de resistência dos munícipes de Vila Medeiros à transformação do ambiente por meio de projetos desenvolvidos com o apoio do poder público – como a rearborização dos bairros, as ações de preservação dos cursos d’água, o combate aos Pontos Viciados de Descarte de Lixo (PVDRs) –, a autora decidiu empreender pesquisa científica que pudesse

¹ O professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, em sua tese de livre docência defendida na USP, em 1975, sobre Climatologia Urbana, definiu parâmetros para o entendimento do conceito ‘conforto térmico’: este engloba “as componentes termodinâmicas que, em suas relações, se expressam através do calor, ventilação e umidade nos referenciais básicos a esta noção. É um filtro perceptivo bastante significativo, pois afeta a todos permanentemente” e cuja importância em termos de objeto de investigação tem crescido (conforme MONTEIRO, 2011, p. 24. Referências completas ao final desta dissertação).

gerar conhecimento sobre as bases comunicacionais em que se assentavam os trânsitos discursivos ambientais na referida área geográfica.

O processo iniciou-se pela busca e encontro de uma pós-graduação *stricto sensu* capaz de oferecer o respaldo acadêmico de que a pesquisadora necessitava: o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo, área de concentração Interfaces Sociais da Comunicação, linha de pesquisa Comunicação e Educação. Para dotar a investigação de uma matriz teórica sólida, a estudante tomou como delineamento fundante a Teoria dos Trânsitos Discursivos Multidimensionais, desenvolvida pelo professor Dr. Adilson Citelli.

Agregando a essa teoria aportes multirreferenciados, tanto do campo da Comunicação quanto dos campos da Educação, da Ciência Ambiental e da Educação Ambiental, a autora construiu um percurso inter/transdisciplinar ao longo do qual se tornou possível verificar e analisar lacunas responsáveis por interdições no circuito de comunicação ambiental local, bem como discutir a contribuição da Educomunicação Socioambiental para o preenchimento das ausências encontradas.

1. Objeto de Estudos

1. 1 Considerações iniciais

De acordo com Boaventura de Sousa Santos, a distinção sujeito/objeto é mais complexa do que pode parecer à primeira vista, isto porque “a distinção perde os seus contornos dicotômicos e assume a forma de um *continuum*” (SANTOS, 2010, p.45). Essa ideia de *continuum* encontra respaldo em Lopes, para quem a pesquisa é um campo dinâmico, ao mesmo tempo estrutura e processo, no qual a reflexão metodológica implementada na investigação cria e mantém uma atitude consciente e crítica do investigador (LOPES, 2005).

Podemos considerar, portanto, que um objeto de estudos deve estar intrinsecamente ligado a seu construtor, razão pela qual insistiremos, em cada uma das etapas de nosso trabalho, na seguinte questão: ‘Eu estou pensando o que eu estou fazendo?’². Essa atitude consciente a qual pretendemos sustentar do princípio ao final da pesquisa não se conecta, estamos cientes, a uma mera receita. Deriva do “ver com método”, conforme Lopes (2005), bem como do ver com o espírito aberto às surpresas, recebendo-as, analisando-as, agregando-as, reordenando-as, enfim, trabalhando com o que se nos apresentar no percurso. Desse modo, cabe lembrar que

a reflexividade epistêmica alerta para a ilusão de transparência do real, fixa o plano da ciência como plano conceitual (que exige o trabalho dos e com os conceitos) e, principalmente, revela que o objeto não se deixa apreender facilmente, uma vez que é regido por uma complexidade constitutiva que o torna opaco e exige operações intelectuais propriamente epistemológicas e teóricas para a sua explicação (LOPES, 2010).

1. 2 Construção do Objeto

Segundo Lopes, o aclaramento de uma questão de pesquisa dá-se por meio da reflexão metodológica, no interior de um campo, de um problema abrangente até aquela que será a pergunta-chave – norteadora da investigação (LOPES, 2005). Bourdieu, por sua vez, frisa: “é o campo que designa a cada agente suas estratégias, ainda que se trate da que consiste em derrubar a ordem científica estabelecida” (BORDIEU, 1983, p. 138). Ao construir, pois, seu

² Frase proferida em sala de aula, pela prof^a Maria Immacolata Vassallo de Lopes, durante o curso Metodologia da Pesquisa em Comunicação, na Escola de Comunicações e Artes da USP, ministrado no primeiro semestre de 2011.

objeto de estudos, o investigador deve atentar, desde o início, para a vigilância e a ruptura epistemológicas, preconizadas igualmente por Bachelard (1977) e Lopes (2005).

O pesquisador também precisa observar com atenção aquilo que o levou a *conquistar* e *construir* seu Objeto de Pesquisa, para então partir em busca da *comprovação* desse objeto teórico (BACHELARD, 1977; LOPES, 2005, grifo nosso). A conquista e a construção de nosso objeto teórico deu-se em função de uma trajetória de vida na qual mesclaram-se os saberes da Comunicação aos da Educação, mormente nos momentos em que nos dedicamos a atividades em um movimento social do Distrito Vila Medeiros, São Paulo, capital. A observação do baixo índice de arborização do bairro Vila Ede foi o ponto inicial de nosso ingresso no voluntariado; mais tarde, vimo-nos também envolvidos com bairros circunvizinhos, nesta e em outras questões ambientais, tais como destinação dos resíduos sólidos, controle de poluentes atmosféricos, enchentes etc.

Trabalhando de 2010 a 2013 no Conselho Ambiental³ da já referida região de São Paulo, pusemos à disposição da coletividade os saberes de nossa formação e a vontade de contribuir para o fortalecimento da cidadania comunitária. Continuamos, então, a nos envolver em atividades diretamente ligadas à Comunicação Ambiental e à Educação Ambiental informal, buscando ‘links’ com as escolas, as igrejas, o comércio local, o poder público, os munícipes em geral. Tais conexões, quando se trata de cuidado do Meio, não se constroem sem dificuldades, que a pesquisadora enfrentou e tem enfrentado amiúde. Desse contexto surgiram o interesse e a busca por um Mestrado na linha de pesquisa Comunicação e Educação, que pudesse estabelecer uma interface com a questão ambiental urbana.

Nosso objeto empírico, construído a partir da trajetória de vida e do aprendizado em Metodologia da Pesquisa em Comunicação, enfim aclarou-se: os fluxos comunicacionais de cunho ambiental enquanto geradores de sentido e ação entre os moradores de uma área com dificuldades ambientais na cidade de São Paulo. Esse objeto empírico conduziu-nos à seguinte pergunta de pesquisa: Qual o alcance/a permeabilidade da Comunicação Ambiental na construção de sentido e ação afirmativa entre os moradores/trabalhadores da região pesquisada?

Derivam da indagação central as perguntas subsequentes: a) Nas iniciativas pontuais de caráter ambiental, qual a permeabilidade da comunicação produzida e veiculada pelo poder

³ Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da região de Vila Maria-Vila Guilherme-Vila Medeiros.

público em direção ao cidadão? ; b) Qual a permeabilidade dessa mesma comunicação quando produzida/veiculada por ou com o auxílio de escolas, igrejas, comércio, indústria, associações em geral, ONGs?; c) Qual o retorno ambiental efetivo obtido pelos projetos implementados na região em que se desenvolveu o estudo, tendo em vista os processos comunicacionais empregados para a mobilização dos moradores?

Tais questionamentos têm uma relação direta com o desenrolar da comunicação em ambientes de aprendizagem – formais, não-formais e informais –, por meio dos quais é operado o vínculo com as estruturas comunicacionais da contemporaneidade.

1. 3 Inserção do Objeto de Pesquisa na realidade física urbana

Tendo em vista uma maior compreensão de nosso objeto de pesquisa, a saber, *fluxos comunicacionais de cunho ambiental enquanto geradores de sentido e ação afirmativa entre os munícipes de uma região ambientalmente prejudicada na cidade de São Paulo*, consideramos importante, nesse momento, atentar para a realidade física na qual se insere esse objeto. Para tanto, construímos um breve histórico do distrito em que se realizará o trabalho de campo, o qual ajudará a entender melhor a problemática sobre que estamos trabalhando:

1. 3. 1 Histórico do *locus* de pesquisa - distrito Vila Medeiros

O distrito Vila Medeiros, com 7,80 km², localiza-se na zona norte paulistana. Sua população total é de 129.919 habitantes, de acordo com o censo 2010 do IBGE. Abrange os bairros: Vila Medeiros, Vila Sabrina, Vila Ede, Vila Gustavo, Vila Munhoz, Vila Nivi, Jardim Brasil, Jardim Julieta, Parque Rodrigues Alves, Conjunto Promorar Fernão Dias e uma parcela de bairros circunvizinhos, como o Parque Edu Chaves. Entre as dificuldades socioambientais verificadas na região estão:

- Baixíssimo índice de arborização
- Alta taxa de impermeabilização do solo
- Numerosos PVDRs⁴ - pontos viciados de descarte de resíduos sólidos

⁴ PVDR – Ponto Viciado de Descarte de Resíduos Sólidos – é a denominação oficial empregada pelo poder público municipal para referência aos pontos nos quais ocorre descarte irregular e repetido de lixo (normalmente não orgânico) em área urbana. Esse tipo de resíduo inclui entulho, móveis usados, sobras industriais e comerciais, entre outros materiais que deveriam ser descartados nos ecopontos municipais ou encaminhados a centros de reciclagem.

- Córregos utilizados como local de descarte de inservíveis
- Terminal de cargas – agravamento da qualidade do ar/casos de prostituição infantil
- Proximidade do aeroporto de Guarulhos – ruído crescente em horários indevidos (entre 22h e 6h) e descarga adicional de poluentes em razão da ampliação da quantidade de voos e alterações de rotas.
- Aumento do número de veículos automotores em circulação nas vias públicas – ruído/ intensificação dos índices de poluentes do ar.
- Presença de submoradias, em áreas de risco
- Baixa concentração de equipamentos urbanos ‘verdes’ (praças, parques etc)
- Ciclone de baixa intensidade atingiu a região no verão 2010/2011, com previsão de recidivas
- Fraca adesão da população a campanhas ambientais
- Baixíssimo índice de participação dos moradores nos Conselhos Ambiental, de Segurança e de Saúde da região
- Comunicação Ambiental existente não tem revertido atitudes não colaborativas dos cidadãos

Na página a seguir, imagem montada a partir do Google Maps traz a localização do distrito Vila Medeiros e a indicação da área da Cidade Universitária, para efeito de observação da distância e de algumas diferenças ambientais entre as duas regiões.

Delimitado em **vermelho**: Distrito Vila Medeiros - Delimitada em **azul**: Cidade Universitária

(No detalhe: imagens de satélite das duas regiões)

Figura 1 – Localização do distrito Vila Medeiros no Google Maps

Distrito de grandes contrastes sociais, Vila Medeiros apresenta ao mesmo tempo áreas com alto e baixíssimo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Embora a última aferição realizada no período em que Gilberto Kassab esteve à frente do governo municipal (2006-2008/2008-2012⁵) – indique um IDH de 0,836 (56º lugar entre os 96 distritos da capital), considerado alto, uma pesquisa realizada em 2002 pela prefeitura, empregando metodologia semelhante à utilizada pela Organização das Nações Unidas no cálculo indicador de Desenvolvimento Humano, revelou que o IDH de V. Medeiros era de 0,491 – índice muito baixo, típico de região carente.

Por essa razão e por observarmos *in loco* os contrastes do distrito, acreditamos que o verdadeiro IDH da região oscile entre esses dois índices, conquanto possa ter havido, no intervalo entre as duas medições, alterações características de elevação do IDH em algumas áreas. Corrobora nossa afirmação a classificação do distrito em penúltimo lugar no ranking denominado perfil socioeconômico e em último lugar no perfil socioambiental urbano, disponíveis no site da prefeitura de São Paulo e aqui explicitados, por meio de mapas do Atlas Ambiental da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Cumpramos ainda observarmos que os dados constantes do portal municipal na internet acerca de perfil socioambiental, cobertura vegetal e temperaturas urbanas precisam ser atualizados, pois registram datação de 1999 e se baseiam na ênfase dada à temática ‘vegetação’ (primeira fase do projeto capitaneado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente)⁶. De lá para cá, o cenário pode ter mudado bastante – para melhor ou para pior. Até o momento da conclusão desta pesquisa, não tivemos acesso a dados oficiais mais atualizados.

De todo modo, é possível observar, a partir das informações disponíveis no portal do município, que Vila Medeiros apresenta condições sofríveis em três índices importantes: no Perfil Socioambiental da cidade, aparece na penúltima possibilidade de classificação; no Mapa de Temperaturas Urbanas, inclui-se também em classificação precária (temperaturas médias entre 31-31,5 graus Celsius) e no Mapa de Cobertura Vegetal por Habitante por Distrito detém índice entre 1.00 e 5.00 m² – apenas dois degraus acima do zero absoluto, de acordo com o método adotado na captação dos dados. Esses mapas são reproduzidos a seguir, para melhor entendimento. Vale para todos eles a legenda indicativa dos bairros:

⁵ A data precisa dessa aferição ainda não foi encontrada nos arquivos consultados no Portal da Prefeitura de São Paulo, por isso registramos aqui apenas os períodos nos quais o prefeito Gilberto Kassab governou a cidade de São Paulo: 2006 a 2008, em substituição a José Serra, e o segundo período, 2008- 2012.

⁶ A metodologia empregada para a elaboração desse conjunto de mapas encontra-se no anexo H.

AAL – Artur Alvim	ANH – Anhanguera	API – Alto de Pinheiros
ARA – Água Rasa	ARI – Aricanduva	BEL – Belém
BFU – Barra Funda	BRE – Bom Retiro	BRL – Brasilândia
BRS – Brás	BUT – Butantã	BVI – Bela Vista
CAC – Cachoeirinha	CAD – Cidade Ademar	CAR – Carrão
CBE – Campo Belo	CDI – Cidade Tiradentes	CDU – Cidade Dutra
CGR – Campo Grande	CLD – Cidade Líder	CLM – Campo Limpo
CMB – Cambuci	CNG – Cangaíba	CON – Consolação
CRE – Capão Redondo	CUR – Cursino	CVE – Casa Verde
ERM – Ermelino Matarazzo	FRE – Freguesia do Ó	GRA – Grajaú
GUA – Guaianases	IBI – Itaim-Bibi	IGU – Iguatemi
IPA – Itaim Paulista	IPI – Ipiranga	ITQ – Itaquera
JAB – Jabaquara	JAC – Jaçanã	JAG – Vila Jaguara
JAR – Jaraguá	JBO – José Bonifácio	JDA – Jardim Ângela
JDH – Jardim Helena	JDP – Jardim Paulista	JDP – Jardim Paulista
JDS – Jardim São Luís	JRE – Jaguaré	LAJ – Lajeado
LAP – Lapa	LIB – Liberdade	LIM – Limão
MAN – Mandaqui	MAR – Marsilac	MOE – Moema
MOO – Mooca	MOR – Morumbi	PDR – Pedreira
PEN – Penha	PIN – Pinheiros	PIR – Pirituba
PLH – Parelheiros	PQC – Parque do Carmo	PRA – Ponte Rasa
PRD – Perdizes	PRI – Pari	PRS – Perus
RE – República	RPE – Rio Pequeno	RTA – Raposo Tavares
SAC – Sacomã	SAL – Saúde	SAM – Santo Amaro
SAP – Sapopemba	SCE – Santa Cecília	SDO – São Domingos
SE – Sé	SLU – São Lucas	SMI – São Miguel
SMT – São Mateus	SOC – Socorro	SRA – São Rafael
STN – Santana	TAT – Tatuapé	TRE – Tremembé
TUC – Tucuruvi	VAN – Vila Andrade	VCR – Vila Curuçá
VFO – Vila Formosa	VGL – Vila Guilherme	VJA – Vila Jacuí
VLE – Vila Leopoldina	VMD – Vila Medeiros	VMN – Vila Mariana
VMR – Vila Maria	VMT – Vila Matilde	VPR – Vila Prudente
VSO – Vila Sônia	-----	-----

Quadro 1 – Siglas dos Bairros de São Paulo
(adotadas pela Administração Pública Municipal)

Fonte: pesquisa pessoal em mapas da cidade disponíveis na internet

Figura 2 – Perfil socioambiental do município de São Paulo (1999)
 (fonte: http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/conteudo/socioambiental/socioamb_11.jpg)

Figura 3 – Mapa de temperaturas urbanas da cidade de São Paulo (1999)
(fonte: <http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/conteudo/socioambiental/socioamb>)

Figura 4 - Cobertura Vegetal por Habitante por Distrito na cidade de São Paulo (1999)
(fonte: <http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/conteudo/socioambiental/socioamb>)

A seguir incluímos imagem de satélite da NASA colhida e cedida pelo gestor ambiental José Ramos de Carvalho, atuante na região, na qual é possível observar o efeito ilha de calor na região onde se localiza o distrito em pesquisa (zona nordeste da cidade de São Paulo). As áreas mais claras, nessa ilustração, indicam aquelas com as temperaturas mais elevadas. A marcação em branco, assemelhada a um triângulo, aponta especificamente nosso lócus de investigação.

Figura 5 – Efeito Ilha de Calor no lócus de pesquisa.

Fontes: NASA (2010)/Associação Paulista dos Gestores Ambientais (2010)

Uma noção mais precisa do efeito ilha de calor no distrito será dada, na página seguinte, por meio de imagem ampliada e fotografia indicativa da maneira pela qual se pode compreender o mapa de temperaturas.

Figura 6 - Efeito Ilha de Calor no lócus de pesquisa – imagem de mapa (1999) ampliada
 Fonte: Portal da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo
<http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/mapas/105.pdf>

Figura 7– Dados para compreensão do mapa referente às ilhas de calor urbanas
 Fonte: Portal da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo
<http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/mapas/105.pdf>

1. 3. 2 Algumas imagens preocupantes em logradouros do Distrito V. Medeiros

Figuras 8 e 9 - Inservíveis descartados na região do Terminal de Cargas Fernão Dias
Imagens: Carvalho, José Ramos de (2010)

Figura 10 - Estacionamento de caminhões (centenas) a 30m de um conjunto habitacional próximo ao Terminal de Cargas Fernão Dias – dióxido de carbono e outros poluentes atmosféricos em alta quantidade.

Imagem: Carvalho, José Ramos de (2009)

Figuras 11 e 12 - Lixo lançado no Córrego Maria Paula, na esquina da Rua Ananatuba com a Rua Major Dantas Cortez.

Imagem: Falcão, Sandra Pereira (11/04/2012)

Imagem: Castro, João Manoel de (07/12/11)

Figura 13 - Lixo orgânico e inorgânico/entulho depositado irregularmente nas ruas do bairro (pontos viciados de descarte de lixo) - ponte sobre córrego na esquina da R. Major Dantas Cortez c/ r. Ananatuba.

Figuras 14, 15 e 16 - Lixeiras Públicas depredadas alguns dias após colocação – Av. Ede – Vila Ede

Imagens 14 e 15: Falcão, Sandra Pereira (12/04/2012)

Imagem 16 – Falcão, André Pereira (17/04/2012)

Figura 17 - Travessa “seca” (sem árvores, com paredes pichadas, sem “muros verdes” - com plantas recobrendo o cimento vertical), sem outro cuidado estético. Logradouro sem nome, esquina com rua São Leotélio, altura do nº426 (V. Medeiros).

Imagem: Falcão, Sandra Pereira (12/04/2012)

Figura 18 e 19 - Árvores sãs serradas a meio tronco (Vila Munhoz/ Vila Ede)

Imagens: Falcão, Sandra Pereira (12/04/2012)

Figura 20 – Lixo depositado ao pé de uma árvore, em frente a uma escola. (O espaço destinado ao desenvolvimento das raízes arbóreas é transformado em lixeira.)
(Rua Ataliba Vieira - Vila Medeiros)

Imagem: Falcão, Sandra Pereira (12/04/2012)

Figuras 21 e 22 - Lixo na calçada de uma pequena praça, logo abaixo da placa da prefeitura (um tanto desgastada) alertando para o não lançamento de resíduos no local. Esquina da Rua Cônego Vicente com a Rua Sales Pacheco (Vila Medeiros).

Imagens: Falcão, Sandra Pereira (12/04/2012)

Figuras 23 e 24 - Colchão de casal abandonado na calçada, cerceando a passagem de pedestres (esquina Av. Ida Boschetti c/ R. Major Dantas Cortez – Vila Gustavo)

Imagens : Falcão, Sandra Pereira (11/4/2012)

2. Justificativa da Escolha do Objeto

Complementando o que dizem as imagens anteriores, notamos, diante da premência global e local em buscar caminhos para a reversão de danos provocados pela ação humana ao meio ambiente, a emergência de um tema de fundamental importância: a discussão dos processos de comunicação empregados com a finalidade de transformar a atitude dos cidadãos no plano ecológico.

Antes, porém, de nos lançarmos à reflexão sobre tais processos, convém voltar o olhar de modo mais direto para o prisma socioambiental. Desarranjos no meio ambiente são, quase sempre, causados pela exploração econômica desmedida e correlacionam-se fortemente à baixa qualidade de vida dos moradores e trabalhadores das regiões em que isso ocorre. Paralelamente a tal fato, a reduzida participação desses mesmos moradores e trabalhadores na discussão dos problemas locais agrava os danos e retarda a busca de soluções.

Tal percepção conduziu a autora deste trabalho, originariamente formada em Letras e atuante na área da Educação, a ingressar, conforme mencionado, como voluntária em projetos socioambientais na zona norte paulistana. Entre as tarefas desenvolvidas, destacam-se as que têm ligação com os processos comunicacionais entre poder público e população residente. Em busca do envolvimento dos moradores nas ações ambientais afirmativas, deparamo-nos, então, com gargalos significativos, cujo delineamento torna-se, neste momento, necessário.

O primeiro gargalo encontra-se no alcance limitado das ações comunicacionais do poder público e das instituições não públicas, considerando a extensão do prejuízo ambiental na região. Ou seja, a comunicação existe, mas não chega do mesmo modo a todos os municípios, sendo que a alguns sequer chega. O segundo obstáculo diz respeito à tradicional resistência da maioria dos moradores às propostas de transformação ambiental a partir de ações individuais e/ou coletivas, quer as iniciativas partam do poder público, quer de escolas, associações em geral, ONGs, igrejas. O terceiro e último gargalo constitui-se o reduzido número de agentes comunicadores para viabilizar a comunicação ambiental na região de modo que ela produza sentido e conduza à colaboração/participação efetiva de um grande número de moradores e trabalhadores.

Face aos óbices ora relacionados, crê-se produtivo realizar pesquisa vinculada à verificação e análise dos processos e fluxos de comunicação envolvidos na participação popular em ações de cunho ambiental. Assim, quer tais ações originem-se na esfera governamental, quer na esfera extragovernamental, nota-se que as estratégias de comunicação

ambiental nem sempre logram a reconfiguração social/ambiental almejada, possivelmente em razão de falhas na construção de sentidos proativos relacionados ao cuidado com o meio urbano – derivadas, por sua vez, de falhas outras no âmbito da Educação (formal, informal e não-formal) recebida pelos indivíduos. Portanto, a interdiscursividade que aproxima os campos da Comunicação e da Educação torna-se basilar para a investigação pretendida, somando-se a ela os aportes da Ciência Ambiental/Educação Ambiental.

O presente trabalho, em síntese, intenta estudar os fluxos de comunicação ambiental sob o ponto de vista da construção de sentido e geração de ações afirmativas entre cidadãos de área urbana ambientalmente prejudicada. A Educação, uma mediação primordial nesse processo, será, em concomitância com os saberes do campo comunicacional, um dos pontos de convergência para a análise das interações comunicativas de natureza socioambiental, em suas variadas faces.

Acreditamos, enfim, que um trabalho direcionado ao estudo da comunicação como elo entre o cidadão e as pessoas/instituições que se voltam à ação ambiental afirmativa será de grande valia em termos socioambientais e em termos acadêmicos. Por tal razão, elegemos a área Interfaces Sociais da Comunicação e, mais especificamente, a linha de pesquisa Comunicação e Educação, espaço no qual se tornou possível concretizar o projeto que tínhamos em mente.

3. Objetivos

3.1. Objetivo Geral

Verificar e analisar os fluxos comunicacionais que conferem (ou não) permeabilidade à Comunicação Ambiental, com vista à construção de sentido e ação afirmativa em região paulistana com problemas ambientais, à luz dos saberes da Comunicação, da Educação e da Ciência Ambiental.

3.2. Objetivos Específicos

- Verificar e analisar o alcance da comunicação de natureza ambiental e sua permeabilidade nas relações poder público-comunidade, comunidade-comunidade, comunidade-escola, comunidade-instituições não governamentais, atentando para a questão da produção de sentido.
- Verificar e analisar a presença e o movimento dos ‘trânsitos discursivos multidimensionais’ voltados à Comunicação Ambiental no *locus* de pesquisa.
- Verificar e analisar quais fontes de comunicação ambiental recebem mais atenção por parte dos moradores na área de pesquisa e os influenciam no sentido de alterar suas práticas cotidianas.
- Conhecer a visão dos representantes do poder público sobre a efetividade dos projetos ambientais no *locus* de pesquisa, tendo em vista os processos comunicacionais empregados para a mobilização/colaboração dos moradores.
- Verificar e analisar a participação das escolas no âmbito da Educomunicação Ambiental e dos projetos desenvolvidos na região.
- Construir um ‘trânsito discursivo multidimensional’ a partir do cruzamento das múltiplas visões recolhidas em campo a respeito de nosso objeto de pesquisa.

- Sugerir, se os resultados da investigação assim permitirem, estratégias educacionais que facultem aprimorar a construção de sentido ambiental entre os moradores da região pesquisada.
- Gerar material de consulta para futuros agentes multiplicadores (formais/informais/não-formais) de ações ambientais proativas em plano local urbano.

4. Referencial Teórico

Introdução

A visão da comunicação como fator de integração das sociedades humanas remonta ao século XIX, quando nasceram suas noções fundantes, entre as quais o pensamento da sociedade como organismo. No interior desse corpo vivo, a noção de comunicação assume uma multiplicidade de sentidos, ampliada pela polifonia das vozes que reverberam com a proliferação das tecnologias e a profissionalização das práticas comunicativas (MATTELART E MATTELART, 1999).

Situados na encruzilhada de várias disciplinas, os processos de comunicação suscitaram o interesse de ciências tão diversas quanto a filosofia, a história, a geografia, a psicologia, a etnologia, a economia, as ciências políticas, a biologia, a cibernética ou as ciências cognitivas. Ao longo de sua construção, esse campo particular das ciências sociais esteve às voltas com a questão de sua legitimidade científica. Isso o conduziu a buscar esquemas pertencentes às ciências da natureza, adaptando-os por meio de analogias (MATTELART e MATTELART, 1999).

Incontestemente, porém, entre os teóricos que se ocupam da epistemologia da comunicação, é o fato de que ela é um campo de mediações. Tais mediações permitem pensar os processos comunicacionais a partir da cultura, e não unicamente do ponto de vista das disciplinas e dos meios, rompendo com a problemática da comunicação acomodada na segurança de sua redução às tecnologias (MARTÍN-BARBERO, 2009).

Em que pese a proposta de minimização dos impositivos da tecnologia para a reflexão acerca do pensar comunicacional, há também que lembrar o fato de as novas tecnologias da comunicação e da informação permitirem a visualização de um leque de possibilidades de ampliação das vozes dispostas a relatar a experiência de forma pública e mediada por dispositivos em rede – sobre os quais é difícil exercer controle e censura (CITELLI, 2008). Acompanhar atentamente os ‘trânsitos discursivos multidimensionais’ (CITELLI, 2012) em circulação por meio dos dispositivos em rede torna-se, pois, imperativo para a compreensão mais abrangente dos fluxos comunicativos sobre os quais pretendemos nos debruçar. O pesquisador da Universidade de São Paulo define os ‘trânsitos discursivos multidimensionais’ como aqueles operados

entre os mundos formais e os não formais escolares – englobados aqui a televisão, o rádio, a internet, as tecnoculturas. Trata-se de movimentos de retroalimentação entre sistemas de signos, cuja arena de circulação social abriga desde os lugares educativos formais até os dispositivos midiáticos. Tais ambientes se interconectam permanente e continuamente, conquanto possam apresentar temporalidades diferentes e níveis variados de inter-relações. (CITELLI, 2012, s/p.).

Maia (2002) propõe a noção de “campo dos mídia”⁷, delineada por Rodrigues (2001), para dar conta de um espaço deliberativo contemporâneo visto como um campo relativamente autônomo, no qual se concretizam as mediações. Para reforçar tal ideia, a autora observa que é preciso entender esse campo para além da noção vinculada a *mass-media*, conforme argumenta Rodrigues:

Enquanto a expressão ‘mass-media’ designa habitualmente o conjunto dos meios de comunicação social (imprensa escrita, radiodifusão sonora e televisiva, publicidade e cinema), *campo dos media é a designação para dar conta da instituição que se instaura na modernidade, abrangendo, portanto, todos os dispositivos, formal ou informalmente organizados, que têm como função compor os valores legítimos divergentes das instituições que adquiriram nas sociedades modernas o direito a mobilizarem autonomamente o espaço público, em ordem à prossecução de seus objetivos e ao respeito dos seus interesses.* (RODRIGUES, 2001, grifo nosso, p. 152)

Tendo em vista essa ideia de mobilização do espaço público promovida pelo “campo dos mídia/media”, destacamos, com Citelli, a presença dos meios de comunicação provocando discussões sobre temas concernentes à construção das instituições democráticas. “Trata-se de matéria ampla, com múltiplas implicações e, certamente, da maior importância para orientar as formas de organização social e da construção da cidadania em nosso tempo” (CITELLI, 2008, p. 11). Para o autor, o ponto central reside em que

a comunicação transformou-se em dimensão estratégica para o entendimento da produção, circulação e recepção dos bens simbólicos, dos conjuntos representativos, dos impactos materiais (...). Tal conjunto de sistemas e processos está provocando impactos diretamente na vida dos homens e mulheres do nosso tempo, quer velando, quer revelando ou desvelando informações e conhecimentos (CITELLI, 2011, p. 62).

No contexto esboçado, surgem desafios à Educação, por conta das maneiras singulares pelas quais se constituem a informação e o conhecimento. Estes, uma vez “elaborados, distribuídos e socialmente intercambiados, precisam ser vistos em função do cenário que designamos de ecossistema comunicativo” (CITELLI, 2011, p. 63). Rememorando Paulo Freire, Citelli aponta esse mesmo enunciado geral no autor da Pedagogia do Oprimido: a educação não é transferência do saber – é comunicação, é diálogo, ensejado pelo encontro de sujeitos interlocutores em busca da *significação do significado* (FREIRE, 1983; CITELLI, 2011).

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário. [...] Se o sujeito “A” não pode ter no objeto o termo do seu pensamento, uma vez que este é a mediação entre ele e o sujeito “B”, em comunicação, não pode igualmente transformar o sujeito “B” em incidência depositária do conteúdo do objeto sobre o

⁷ Maia (2002) prefere a denominação Campo dos Mídia a Campo dos *Media*, como grafia Rodrigues (2001).

qual pensa. Se assim fosse – e quando assim é –, não haveria nem há comunicação. Simplesmente, um sujeito estaria (ou está) transformando o outro em *paciente* de seus comunicados. A comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida.” (FREIRE, 1983, p. 45, grifo do autor)

Desse encontro de ‘sujeitos dialogantes’, momento peculiar de ativação dos princípios de reciprocidade, ou da retroalimentação, brota a efetividade dos atos comunicativos, “conquanto sustentados por mediadores técnicos ou dispositivos amplificadores do que está sendo enunciado” (CITELLI, 2011, p. 64). Alinhavam-se, assim, – cremos – alguns delineamentos orientadores do entendimento do campo comunicacional e das interfaces da Comunicação-Educação. A partir desse recorte, objetivamos um olhar analítico de suas imbricações com a problemática ambiental urbana, em interação com a Educação Ambiental.

Capítulo 1 - Comunicação, Educação e Educomunicação Socioambiental

Loureiro, Layrargues e Castro (2008) analisam a ideia da ecocidadania debilitada e sua relação com a Educação brasileira, mais especificamente sobre a região sudeste – na qual se localiza o distrito paulistano que é nosso *locus* de pesquisa.

Na medida em que entendemos que o exercício da ecocidadania está debilitado, o nível de consciência também o é. E essa constatação pode ser facilmente observada na prática, por meio de exemplos. Em termos do processo educativo formal, apesar de possuímos o maior índice de escolaridade e a maior concentração de profissionais com formação superior do país, na região Sudeste encontramos frequentemente casos de irresponsabilidade ambiental e de descaso com o espaço público (lixo acumulado em ruas, depredação dos bens culturais arquitetônicos, aceite e reprodução da lógica do uso individual de veículos, serviços de saúde e educação sucateados, dentre outros). Tal fato evidencia equívocos na escolarização, deficiente repercussão dos resultados do processo ensino-aprendizagem no cotidiano dos indivíduos ou, ainda, sua desvinculação com os problemas da vida fora das escolas. (LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2008, p. 31)

Na escola, conforme Ramos-de-Oliveira, nossos alunos são desestimulados a pensar sobre o real, o qual é congelado por meio de um mecanismo já essencial ao sistema: “consiste em eliminar qualquer traço que indique que a realidade está em constante processo de transformação e que o homem é seu agente privilegiado” (RAMOS-DE-OLIVEIRA, 2007, p.135). Embora pareça bastante generalista a afirmativa, ela nos permite notar a presença, em nossa educação, de um componente ‘alienígena’ responsável por travar determinadas engrenagens ou compelir o conjunto a funcionar em sentido inverso ao que nos soaria óbvio face aos parâmetros educacionais mais aclamados. O parco cuidado com o meio ambiente parece integrar esse motor reverso ao qual nos referimos.

Em determinados momentos somos conduzidos mesmo a acreditar que em boa parte das escolas, cotidianamente, trabalha-se o “adestramento ambiental” (BRÜGGER, 2004; NOVICKI, 2007), cuja perspectiva reducionista inviabiliza o avanço da educação voltada ao meio, de acordo com Grün (1994/2011) e Novicki (2007).

Em nosso cotidiano, esta perspectiva reducionista [...] consiste num ‘adestramento ambiental’ (Brügger, 1994), que tem como horizonte unicamente a mudança de comportamento individual e não de valores pela sociedade. Essa ausência de crítica ao modo de produção capitalista direciona a educação para uma ética ‘comportamentalista-individualista’, que privilegia a *performance* individual, culpabilizando o indivíduo, a espécie humana pela degradação ambiental, como por exemplo na seguinte afirmação, constante em livros didáticos de ciências e de história do ensino fundamental (Coelho, 2005; Soares, 2005): ‘os seres humanos são os responsáveis pelos problemas ambientais’, sem explicitar o diferente peso dos atores sociais (Estado, mercado, sociedade, comunidade, indivíduo) na conformação deste quadro. Trata-se de uma abordagem educacional acrítica e de uma leitura

conservadora sobre o mundo do trabalho, a problemática ambiental e o modo de produção capitalista (NOVICKI, 2007, p. 140).

Nas atuais condições de nossa engrenagem de ensino formal, portanto, podemos presumir, apoiados nesses autores, que há um hiato entre a comunicação ambiental circulante no universo escolar e a proatividade do indivíduo, no plano ambiental, no universo extraescolar (leia-se: o entorno, o bairro, o distrito, a cidade – e essa reflexão é fundamental, antes mesmo de enveredarmos pela análise da cidadania ambiental global, nacional, ou da cibercidadania ambiental, tão em voga).

Tal percepção faculta-nos abarcar de maneira mais crítica as mediações erigidas e ativas na escola no tocante ao meio ambiente urbano e sua conexão com a realidade exterior aos muros escolares. Para tanto, anteriormente a qualquer investida, convém colocar o tema da Educação numa perspectiva diferenciada, a qual requisita, de modo crescente, “o estreitamento dialógico com informações e conhecimentos gerados em fontes indiretamente escolares” (CITELLI, 2004, p. 137).

Observamos, na atualidade, que enquanto informações e conhecimentos gestados no ambiente extraescolar alcançam avanço sem precedentes – capaz de alterar os modos de ver, sentir, perceber o mundo –, as instituições de ensino estão limitadas “pelos contornos históricos dados pelos novos modos de circulação do conhecimento e das informações”, mesmo que ainda não se apercebam do fato (CITELLI, 2004, p.139). A possível não percepção implica certa dificuldade da instituição Escola em lidar com as lógicas de um sistema que lhe impõe, por exemplo, o estigma de estagnação face ao novo mundo comunicacional⁸.

Segue-se que a dominação econômica objetivada por certos grupos de interesse continua a envolver a dominação cultural, através da qual os valores neoliberais são ‘tatuados’ no ideário coletivo. Assim, não somente os meios de comunicação de massa, mas também a escola têm sido instrumentos otimizados da manutenção do sistema capitalista pós-moderno naquilo que ele carrega de mais nefasto.

No concernente à problemática ambiental urbana não tem sido diferente, pois interessa o enfoque reducionista aos que não desejam discutir as questões social, ambiental, bem como aquelas derivadas de suas articulações. São responsáveis por essa postura os

⁸ Estigma que não será resolvido apenas com a aquisição de mais e mais equipamentos digitais para as escolas públicas, como tem feito o governo do estado de São Paulo, em ações amplamente divulgadas na mídia no ano de 2012. Ver, a esse respeito, e a título de exemplo, a matéria da Folha de S.Paulo *40% das aulas na rede pública serão digitais* (Cotidiano, 05/04/2012), da qual retiramos o seguinte excerto: “O governo de São Paulo decidiu que uma empresa será a responsável por instalar equipamentos de tecnologia nas escolas, treinar professores para as atividades e até formular conteúdos digitais para as aulas. Segundo as regras anunciadas ontem pela gestão Geraldo Alckmin (PSDB), 40% das aulas passarão a ser dadas com esses conteúdos”.

indivíduos/instituições presos à matriz discursiva da eficiência do mercado, à qual vinculam a proposta de desenvolvimento sustentável. Assim, a ecoeficiência passa a ser a palavra-chave para a defesa de soluções unicamente tecnicistas/economicistas, afirmam Novicki (2007), Kishiname et al. (2002) e Almeida (2002, apud NOVICKI, 2007).

Cabe à instituição escola, mesmo assolada, no contexto em análise, pelas constantes investidas do capital⁹, promover uma educação para além do capital (Mészáros, 2008), que permita aos educandos escapar da caverna platônica de um ensino desvinculado das premências tangíveis da existência, sem ter de retornar descrentes da ‘vida lá fora’.

Ampliar as condições de expressão da juventude como forma de engajá-la em seu próprio processo educativo é uma meta que vem sendo perseguida, no Brasil e no exterior. É o que revela o mais recente livro referendado pela Unesco e dedicado ao tema da relação entre infância/juventude e a comunicação (...), quando aponta para o fato de que as novas gerações, quando orientadas por adultos significativos para elas (pais, professores, gestores de projetos na área de mídia e educação), têm optado por assumir suas responsabilidades na construção de um mundo mais intensamente comunicado, contribuindo para que os meios de informação estejam a serviço da edificação de uma sociedade mais humana, pacífica e solidária (SOARES, 2011, p. 15).

Não sem motivo, portanto, aludimos, em uma pesquisa sobre comunicação ambiental, à natureza transformadora de um processo formativo que se coloque a serviço do bem comum e da prática da cidadania, considerando o contexto no qual se interligam o ensino, a juventude e o mundo da comunicação – conforme propõe Soares. Assim, se a Educomunicação, cujo conceito abrange “um campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação”, apresenta-se como “um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e da juventude” (SOARES, 2011, p. 15), redobra nossa crença em seu potencial para a urgente composição da cidadania ambiental urbana.

Uma vez aventada a necessidade de que o ecossistema comunicativo ocupe-se de tecer e divulgar práticas ambientais glocais¹⁰ para erigir um novo pensamento ambiental urbano, sobretudo nas grandes cidades brasileiras, impossível torna-se não associar esse caminho ao papel da educomunicação voltada ao meio ambiente.

⁹ Ver, a esse respeito, FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Delírios da Razão: Crise do Capital e Metamorfose no Campo Educacional, in: *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação*. GENTILI, Pablo (org.), Petrópolis, Vozes, 1995 e LAVAL, Christian. *A Escola não é uma empresa – o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.

¹⁰ No Ocidente, o primeiro autor a explicitar a ideia de glocal é o sociólogo Roland Robertson. No artigo *Elementos para uma definição de portais regionais*, vinculado a sua dissertação de mestrado na UFBa, Susana Barbosa (2004), sugere, para melhor entendimento do termo, leitura da obra: *Globalização - Teoria social e Cultura Global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, sobretudo, o capítulo "Glocalização: tempo-espço e homogeneidade-heterogeneidade" (pp. 246-268).

“As áreas de intervenção do campo da educomunicação são, sobretudo, ‘pontes’ lançadas entre os sujeitos sociais e o mundo da mídia, do terceiro setor, da escola, oferecendo um diálogo sobre determinado âmbito da ação educacional” (SOARES, 2011, p. 49). O círculo de abrangência ao qual direcionamos parte deste capítulo, o da educomunicação ambiental, carece, então, de algumas palavras acerca da inter e da transdisciplinaridade – sem as quais inexiste, sob nossa ótica, a chance de deflagrar um processo permanente de cuidado ambiental urbano.

A interdisciplinaridade deve ser apreendida como uma necessidade e como um problema, porque “se impõe como necessidade e como problema fundamentalmente no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico” (FRIGOTTO, 2008, p. 1). Para o autor:

Os conhecimentos de maior universalidade são exatamente aqueles que têm maior nível de abstração. Isto significa dizer aqueles conhecimentos que em sua unidade engendram a diversidade. Apreendidas e sedimentadas, essas bases têm a virtualidade de nos permitir encaminhar criativamente a solução de múltiplos problemas. Não seria este o sentido de todo o esforço do trabalho interdisciplinar? Se esta não for a direção, temo que a interdisciplinaridade seja confundida com justaposição arbitrária de disciplinas e conteúdos (FRIGOTTO, 2008, p. 59-60).

Krasilchik lembra que o trabalho interdisciplinar pode ser alvo de pressões porque provoca “mudanças na organização básica da área de conhecimento e da decorrente cultura acadêmica”, do que resultam “fortes resistências, porque significam contestações de nichos estabelecidos de produção de conhecimento e de fortalezas do poder” (KRASILCHIK, 2006, p. 15)¹¹.

Em 1999, Grinspun definiu o percurso interdisciplinar como uma “nova concepção de divisão do saber”, caracterizada “por uma interdependência, interação com outros saberes, buscando a integração do conhecimento de forma significativa e relevante”. O trabalho transdisciplinar, por sua vez, é entendido pela autora como “a coordenação dos saberes dispostos por diferentes áreas ou disciplinas num sistema lógico de conhecimentos, de forma que possa existir a passagem de um campo do saber para outro campo do saber” (GRINSPUN, 1999, p. 35).

A perspectiva transdisciplinar, conforme Rocha Filho et alii, leva em conta uma abordagem que visa à unidade do conhecimento científico e não-científico. Desta maneira, intenta o estímulo a uma nova compreensão da realidade, articulando elementos que passam

¹¹ Ver, sobre a questão da interdisciplinaridade no trabalho ambiental, de Krasilchik (2006), o texto intitulado: Interdisciplinaridade e Integração: Conceitos, Princípios e Projetos de Pesquisa, introdutório à obra Pesquisa Ambiental – Construção de um Processo Participativo de Educação e Mudança (2006). Nessa introdução, Krasilchik discorre, entre outras, a respeito da ideia de “cultura única, voltada para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar humano” (p. 17).

entre, além e através das disciplinas, numa busca de compreensão da complexidade. “A emergência da transdisciplinaridade neste momento histórico é um sinal do destino humano, pois os impasses ecológicos necessitam desta ferramenta para o encaminhamento de soluções” (ROCHA FILHO et al., 2009, p. 100/101).

Santos, debruçado sobre a Carta da Transdisciplinaridade (FREITAS; MORIN e NICOLESCU, 1994), já afirmava que a abordagem transdisciplinar complementa a aproximação disciplinar porque faz emergir da confrontação das disciplinas novos dados que as articulam entre si e que nos fornecem uma nova visão da natureza e da realidade (SANTOS, 1995). Além disso, do ponto de vista humano, a transdisciplinaridade é uma atitude empática de abertura ao outro e seu conhecimento (ROCHA FILHO et al., 2009).

Soares encarrega-se de aclarar que a educomunicação “trabalha a partir de uma perspectiva transdisciplinar”, princípio válido “sobretudo para o tratamento de assuntos complexos no âmbito dos denominados ‘temas transversais’” – o meio ambiente é um deles (SOARES, 2011, p. 73). Tal horizonte coaduna-se com outras teorizações contemporâneas, como as que acabamos de ver (SANTOS, 1995; ROCHA FILHO, 2009), e com o pensamento complexo de Morin (2006), no qual se apoiam. Os autores estão, portanto, bastante atentos às intervenções sociais urgentes de que necessitamos para alcançar uma qualidade de vida consensual para todas as camadas sociais, por assim dizer, e um patamar de pensamento crítico que nos permita conservá-la. Vêm ao encontro dessa visão os encaminhamentos sugeridos pela Educomunicação Socioambiental,

uma expressão nova que vem ganhando espaço no campo da Educação Ambiental, nos últimos anos. Refere-se ao conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo. A indissociabilidade entre questões sociais e ambientais no fazer-pensar dos atos educativos e comunicativos é ressaltada pelo termo socioambiental. A dimensão pedagógica, nesse caso em particular, tem foco no “como” se gera os saberes e “o que” se aprende na produção cultural, na interação social e com a natureza. (ProNEA, 2008, p. 10)

Em se tratando essencialmente de uma práxis social, a Educomunicação origina um paradigma orientador da gestão de ações em sociedade, configurando-se como um campo de intervenção social, afirma Soares. No interior desse campo, a Educomunicação Socioambiental desempenha papel nuclear, a partir de seus oito princípios¹², a saber: 1º) compromisso com o diálogo permanente e continuado; 2º) compromisso com a interatividade e a produção participativa de conteúdos; 3º) compromisso com a transversalidade; 4º) compromisso com o Encontro/Diálogo de Saberes; 5º) compromisso com proteção e

¹² Para conhecer em detalhes cada um dos princípios e os pressupostos gerais da Educomunicação Socioambiental, ver Soares (2001, p. 76 a 80, capítulo Por uma educomunicação socioambiental).

autorização do conhecimento tradicional e popular; 6º) compromisso com a democratização da comunicação e com a acessibilidade à informação socioambiental; 7º) compromisso com o direito à comunicação e 8º) compromisso com a não discriminação e o respeito à individualidade e à diversidade humana (SOARES, 2011, pp. 77-80).

Para Tassara (2008), a educomunicação é um

processo de comunicação com intencionalidade educacional expressa e que envolve a democratização da produção e de gestão da informação nos meios de comunicação em seus diversos formatos, ou na comunicação presencial. Educomunicação pode ser definida, também, nas práticas educativas que visam levar à apropriação democrática e autônoma de produtos de comunicação, por meio dos quais os participantes passam a exercer seu direito de produzir informação e comunicação (TASSARA, 2008, p. 80).

A Comunicação Ambiental como processo ‘inter-trans-disciplinar’, inserida no contexto da Educomunicação Socioambiental, conta com um amplo leque de possibilidades de trabalho proativo; simultaneamente, frisemos, apresenta permeabilidades e barreiras, algumas delas formuladas a partir do sistema educacional. Queremos abrir aqui breve parêntese a título de antecipação do que pode vir a ser o cuidado ambiental coletivo se bem trabalhado no âmbito educacional, em todos os níveis – inclusive, e talvez principalmente, no patamar universitário, berço profícuo dos formadores de pensamento.

Downing, em análise sobre a mídia dos movimentos sociais nos EUA, sugere um caminho especial na formação de alunos em nível universitário. Para ele, não convém correr o risco de desarmar os universitários como cidadãos; deve-se, ao invés disso, prepará-los para a cidadania (DOWNING, 2010). Podemos estender esse conceito à cidadania ambiental considerada em seus diversos círculos de abrangência: formal, informal, não-formal, para cujo fortalecimento se torna imprescindível um trabalho educativo de qualidade.

Os educadores de mídia seriam capazes de oferecer um lugar de interação, fóruns para diferentes interesses e atividades, nos quais Downing vislumbra a existência de potencial para um diálogo reciprocamente esclarecedor entre os participantes. Ele sugere que os programas de mídia utilizem suas instalações para “encorajar um sério engajamento mútuo” em favor dos seus interesses e dos interesses dos alunos (DOWNING, 2010, p. 56).

Estendendo-se a ideia de engajamento para qualquer cidadão, estudante ou não, permanece Bordenave, segundo o qual, “sem comunicação não pode existir a participação” (BORDENAVE, 1994, p. 68). Para ele, a intervenção dos indivíduos na tomada de decisões depende de ao menos dois processos: o de *informação* e o de *diálogo*. Tais requisitos integram a ideia de ‘cidadania comunicativa’, termo cunhado por Mata, que deve ser

entendido “como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito, de demanda e de decisões no terreno da comunicação, bem como a prática desses direitos” (Mata, 2006, apud ALMEIDA, GUINDANI e MORIGI, 2011, p. 97).

Se, em 1994, Bordenave propunha aos comunicólogos que não deixassem de estudar o vasto potencial das novas tecnologias de comunicação para facilitar a democracia participativa de massas, e se para ele a participação podia “ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão” (BORDENAVE, 1994, p.72), reiteramos hoje seu pensamento, pois permanece atual. Emerge aqui o papel notório dos multiplicadores da prática e da reflexão entre indivíduos dos mais variados segmentos sociais, mormente no que concerne a sua ‘cidadania comunicativa’. Freire medita sobre a necessidade de multiplicar olhares preocupados com a formação técnico-profissional capaz de reorientar a atividade prática — sobretudo daqueles engolfados pelo sistema que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar social. Ora, na figura do educador podemos enxergar a possibilidade de expansão do processo de reorientação da práxis diária dos cidadãos, pela qual os educandos transformam-se, paulatinamente e ao mesmo tempo que o educador, em sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, conforme proposto por Freire (2007).

Citelli, discorrendo sobre a formação docente, afirma que, para além de ser apenas um agente que conecta interfaces, o educador constitui-se um poderoso elemento de transformações, detentor de conhecimentos provenientes dos estudos da educação e da comunicação. Tal profissional nasce, conforme o autor, “em decorrência dos imperativos de uma nova ordem histórica, social, cultural e econômica” (CITELLI, 2011, p.102) e pode atuar em inúmeras esferas: tanto na tradicional sala de aula quanto em múltiplos outros espaços nos quais se processem práticas vinculadas à Comunicação, à Educação, e ao ‘binômio Comunicação-Educação’. Naturalmente se torna possível depreender, com bastante clareza, o vínculo dessa formação com a educação socioambiental.

O Educador torna-se, no cenário contemporâneo, agente fundamental na luta contra o que Morin denomina enfraquecimento do senso de responsabilidade e de solidariedade, advindo do enfraquecimento de uma percepção global. Cada indivíduo, afirma o teórico, tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada e assim “ninguém mais preserva seu elo orgânico com a cidade e seus concidadãos” (MORIN, 2006, p.18).

A cabeça bem-feita de que nos fala Morin pode ser vislumbrada na formação consistente dos profissionais da Educação, os quais, considerando-se tal premissa, têm condições de desenvolver “uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas” de toda ordem. Ademais, também contarão com “princípios organizadores que permitem ligar os

saberes e lhes dar sentido” (MORIN, 2006, p. 21). Na esteira desse raciocínio, cumpre ainda conectar o papel do educador à promoção do que o autor chama de democracia cognitiva.

Se todo sujeito é, potencialmente, ao mesmo tempo autor e ator, “capaz de cognição/escolha/decisão”, há que se pensar a sociedade como um mecanismo de confronto/cooperação entre os indivíduos sujeitos, não estando, portanto, submetida apenas a determinismos materiais. Dessa maneira, o pensador assegura que é necessária uma reconstrução no que diz respeito às noções de autonomia/dependência, individualidade, autoprodução, além, entre outras, da “concepção de um elo recorrente onde estejam ao mesmo tempo o produto e o produtor” (MORIN, 2006, p.128).

Transferindo-se tal visão ao campo específico da Educação Ambiental, lembramos Loureiro. Para ele, convém hoje uma releitura da Educação Ambiental a fim de conduzir os educadores a abandonar a prática de se despejar uma miríade de informações desconexas e atomizadas, as quais não propiciam “a intervenção qualificada dos agentes sociais, mas apenas a proliferação de queixas individuais sobre o estado de miséria e degradação ambiental, sem efeitos públicos” (LOUREIRO, 2004, p. 14).

O professor e pesquisador propõe a não acomodação do educador na posição conservadora de produtor e transmissor de conhecimentos e valores tidos como *ecologicamente corretos*, sem o entendimento exato de que estes são mediados social e culturalmente. Sugere, portanto, o retiro da postura de “educar sem clareza do lugar ocupado pelo educador na sociedade, de sua responsabilidade social, e sem a devida problematização da realidade”. Conduz-nos, destarte, à noção de Educação Ambiental Emancipatória, na qual “a ação emancipatória é o meio pelo qual podemos romper com a barbárie do padrão vigente de sociedade e de civilização” (LOUREIRO, 2004, pp. 14 e 15).

Assim, a proposta de Educação Ambiental Emancipatória dá-se a partir de uma matriz que engloba a compreensão da educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no fortalecimento dos sujeitos, no exercício da cidadania, na criação de espaços coletivos os quais restabeleçam as regras de convívio social, na superação das formas de dominação capitalistas e, por fim, na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade. Os postulados da Educomunicação Socioambiental caminham, pois, par a par com a matriz mencionada.

Loureiro propõe ao educador ambiental, à luz de Morin (2004), a fuga à fragmentação que impede a compreensão da complexidade dos problemas ambientais e que, por vezes, o conduz a uma postura ingênua. Tal postura reside na crença de que “é possível reverter o

quadro apenas com mudanças éticas ou comportamentais, depositando a responsabilidade no indivíduo e eximindo da responsabilidade a estrutura social e o modo de produção do sistema social no qual convive” (LOUREIRO, 2004, p. 17).

Posicionamento análogo parece impor-se ao educador, mormente quando este se dedica a conectar, por meio das ferramentas comunicacionais, a Educação Ambiental aos aprendentes da participação em ações socioambientais. Torna-se urgente ter em vista, durante esse percurso, o interesse permanente e a competência profissional para a realização de um processo participativo, a fim de escapar à situação francamente oposta e comum mencionada por Furriela (2002).

Urge, conclui-se, distanciar a educação ambiental de práticas “bancárias”, para empregar a expressão de Freire (1983), uma vez que a tônica não é “fazer com que os social e economicamente excluídos vivam melhor sem problematizar a realidade” (LOUREIRO, 2004, p. 26), mas vivam melhor a partir da problematização da realidade e da configuração de estratégias que os distanciem da exclusão, da não participação. Para tanto, um canal torna-se ímpar: o da interação. Revendo estudos de Barbero feitos na década de 1980, Dahlgren (2009) destaca que mesmo se a interação entre cidadãos for deficiente em termos de conhecimento aprofundado e opiniões bem-pensadas, ela é essencial para manter o senso de uma identidade civil compartilhada e para gerar um desejo coletivo.

Ademais, essa troca pode aproximar as pessoas do poder argumentativo tão caro à discussão das mazelas coletivas. Segundo Lévy, somos compelidos a constatar um “distanciamento alucinante entre a natureza dos problemas colocados à coletividade humana pela situação mundial da evolução técnica e o estado do debate ‘coletivo’ sobre o assunto, ou antes, do debate *mediático*” (LÉVY, 1997, p. 7, grifo do autor). Chama-nos o autor a refletir sobre uma razão histórica para tanto: em épocas nas quais a filosofia política e a reflexão sobre o conhecimento cristalizaram-se, isso ocorreu porque “as tecnologias de transformação e de comunicação estavam relativamente estáveis ou pareciam evoluir em uma dimensão previsível” (LÉVY, 1997, p.7).

Diante da evolução galáctica das tecnologias de transformação e comunicação vivenciada pela humanidade nos últimos anos, tal quadro alterou-se profundamente. Castells discorre sobre a existência de uma nova forma espacial característica das práticas sociais as quais dominam e modelam a sociedade em rede: “*o espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos*” (CASTELLS, 1999, p. 501). Em adição a este pensamento, esclarece que as estruturas sociais dominantes são constituídas pelos procedimentos de organizações e instituições cuja lógica

interna desempenha papel estratégico na formulação das práticas sociais e da consciência social para a sociedade em geral. Donde a lógica interna da Escola ser questionada cada vez com mais intensidade quando a comparamos com a lógica da vida extraescolar.

No intervalo entre as práticas sociais dominantes e a formulação das práticas sociais efetivas para a transformação do modo de viver (principalmente em megalópoles), reside campo fértil de trabalho e pesquisa, sobretudo na área da educomunicação socioambiental — aquela sobre a qual nos debruçamos no momento. É mister observar, todavia, que a construção do lugar da Educomunicação entre as práticas do poder público e as práticas cidadãs não se apresenta como tarefa fácil, considerando-se, mais uma vez, as reflexões de Castells acerca da relação entre sociedade e espaço. Conforme o autor, “o conhecimento, aparentemente simples, de uma relação significativa entre sociedade e espaço esconde uma complexidade fundamental, uma vez que o espaço não é reflexo da sociedade, é sua expressão” (CASTELLS, 1999, p. 500).

Dessa maneira, a dinâmica de toda uma estrutura social é constitutiva das formas e processos espaciais. Tendências contraditórias derivadas de conflitos e estratégias entre atores sociais representantes de valores opostos incluem-se nessa dinâmica, como já assinalou Jacobi (2008). Permanece firme, no entanto, a noção de que “os processos sociais exercem influência no espaço, atuando no ambiente construído, herdado das estruturas socioespaciais anteriores” (CASTELLS, 1999, p.500).

A análise, o delineamento de estratégias, a formulação de caminhos para repensar as estruturas socioespaciais vigentes em ambientes urbanos depende, pois, em larga escala, do avanço das pesquisas em torno da ponte entre os conhecimentos tecnocientíficos e os usuários dessas informações, os elementos mediadores aí envolvidos, nos variados patamares sociais. Espera-se da instituição Escola, no tempo presente, que seja capaz de funcionar, junto com outras instituições, como ‘matriz conceptiva, matéria-prima, argamassa e mão-de-obra’ desta desejável construção coletiva no interior/exterior do espaço pedagógico.

Cabe agora lembrar a crítica de Loureiro a respeito do uso dos espaços pedagógicos na Educação Ambiental, pois tem relação com a construção coletiva sobre a qual discutiremos: afirma o estudioso que é crônica a utilização da educação como fator de imposição de condutas vistas como corretas pelas instituições governamentais de meio ambiente e por aquelas as quais divulgam informações científicas. Quanto ao procedimento destas instituições, a crítica principal repousa na inadequação da linguagem ao diálogo e à participação. Não é incomum, pontua, a distribuição aleatória de cartilhas e cartazes em

regiões nas quais a leitura não é habitual ou nas quais o índice de analfabetismo salta aos olhos (LOUREIRO, 2004).

Conclui o autor que os órgãos de meio ambiente brasileiros possuem “um viés técnico no entendimento da questão ambiental e pouco conhecimento do que é educação” (LOUREIRO, 2004, p. 27). Em razão dessa falha, repetem-se país afora ações de sensibilização, de divulgação de informações científicas e de produção de materiais comunicacionais não tão produtivas quanto se pode imaginar. Embora sejam vistas como sinônimo de educação, integram atividades que podem ou não ser parte do processo educativo, dependendo de sua vinculação com um planejamento pedagógico das atividades e com uma concepção global do fazer educativo.

A Educação Ambiental promove a conscientização e esta se dá na relação entre o “eu” e o “outro”, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente. A ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida (LOUREIRO, 2004, p. 29).

Ressurge o pensamento educomunicacional como o conjunto de estratégias capaz de promover a prática tal como proposta¹³. No entanto, não se pode esquecer de que o processo de construção dessa prática transita necessariamente pela via do uso da linguagem na elaboração dos múltiplos discursos circulantes no fluxo social.

Segundo Citelli, o jogo dialógico complexo do qual podem emergir temas, conceitos e pré-conceitos, valores, conhecimentos e também lugares-comuns deriva do caráter social que a linguagem possui. Tal característica permite a circulação, por meio dela, dos “fluxos comunicativos que integram diferentes tipos de vozes e lugares onde os discursos são produzidos” – quer venham de grandes instituições, quer dos campos profissionais, do cotidiano, das tribos urbanas (CITELLI, 2007, p. 36). Em meio a tal movimento dá-se o exercício do educomunicador, que pesquisa, estuda, escolhe a(s) linguagem(ns) que desembocará(ão) na maior eficácia das práticas sociais por ele intermediadas.

A intermediação a que nos referimos torna-se especialmente delicada e estratégica em um momento marcado, segundo Carvalho (2008), por intensidade e instabilidade de avanços, recuos e recomposições dos projetos sociais e ambientais. Face ao exposto, não apenas o educador ambiental se vê diante da urgência de transformações e da cobrança pública e privada de soluções, como também todos os educadores atentos e ativos — e em especial os educomunicadores — vivenciam esse momento.

¹³ Ver detalhamento da aplicação dos princípios educomunicativos à ação socioeducativa ambiental promovida pelo ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) em Soares (2011).

Logo, não obstante estudiosos reiterem o fato de que ações individuais, embora contribuam, não bastam no combate aos efeitos destrutivos decorrentes de descuido ambiental — ensejado e fortalecido pelo modo de produção e consumo equivocados, segundo Goldemberg e Lucon (2008) –, é mister lembrar também que uma visão global transformada de nossas relações com o meio ambiente vincula-se a ações locais (CASTELLS, 2003; LOUREIRO, 2004; BERNA, 2010). Tais iniciativas, em conjunto, podem gerar novos contratos de convivência socioambiental.

A tessitura desses novos contratos de convivência e ação socioambientais requer considerar as pesquisas as quais apontam ser através da mídia que a maior parte da população tem acesso a informações na área ambiental. Por tal razão, é essencial reconhecer os profissionais de comunicação não somente como "repassadores" de informação, porém como indivíduos portadores de destacado papel na construção de sociedades sustentáveis. É fundamental dispor de “uma mídia qualificada como parte do processo de transformação social que a Educação Ambiental propõe, seja nas chamadas mídias alternativas ou nas hegemônicas” (EVENTO INTEGRADO, 2005).

Além da qualificação da mídia como parte e suporte do processo de transformação social preconizado pela Educação Ambiental, havemos de refletir um pouco mais detidamente sobre como a Educomunicação configura-se uma possibilidade de construção do sujeito e de sua relação com o meio ambiente (LIMA E MELO, 2008). Respalhada por tais ferramentas e extrapolando os muros da escola, a Educomunicação estende-se às práticas educativas informais e não-formais.

A capacidade de potencializar as informações em educação ambiental, mormente no eixo não-escolarizado, torna importante a educomunicação, de acordo com Heitor Queiróz de Medeiros (ENTREVISTA, 2009). Este pesquisador considera evidente que no interior dos estabelecimentos de ensino esse tipo de comunicação tem valor, no entanto um grande desafio está no campo difuso e não-formal, aquele que não é um *locus* específico de trabalho de docentes e discentes. O chamamento parece ligar-se à “capacidade de aprender a utilizar com eficiência veículos de comunicação, das mais diversas formas”, levando em conta o fato de que atualmente, “no Brasil, existe um esforço muito grande na área de Educação Ambiental em trabalhar com o conceito Educomunicação” (ENTREVISTA, 2009).

Aprofundando a análise do constructo em questão, destacam-se as afirmações a seguir:

A interdiscursividade, vale dizer, o diálogo com outros discursos, é a garantia da sobrevivência do novo campo e de cada uma das áreas de intervenção, ao mesmo tempo que vai permitindo a construção de sua especificidade. Este interdiscurso é multivocal e o seu elemento estruturante é a polifonia. A alteridade é a dimensão constitutiva

deste palco de vozes que polemizam entre si, dialogam ou complementam-se (SOARES, 2000, p. 23).

Diálogo, polemização, complementação das vozes da alteridade remetem ao conceito de ecossistema comunicacional, que abrange a organização do ambiente, a disponibilização dos recursos, o *modus faciendi* dos sujeitos envolvidos e o conjunto das ações caracterizadoras de determinado tipo de ação comunicacional. Assim, a família, a comunidade educativa ou uma emissora de rádio criam ecossistemas comunicacionais. Além do mais, “os indivíduos e as instituições podem pertencer e atuar, simultaneamente, em distintos ecossistemas comunicacionais, uns exercendo influências sobre os outros”. A gestão da comunicação nos espaços educativos é formada e posta em prática nos ambientes voltados para programas escolares formais e igualmente naqueles dedicados ao desenvolvimento de ações não formais de educação (SOARES, 2000, p. 23).

Ocorre que, no dia a dia, convivemos com o imaginário coletivo pontuado de frases sobre a necessidade de preservar a natureza, sobre a ação de cada um para a reversão dos danos sociais e ambientais múltiplos os quais vitimizam a nós, seus geradores. Parecemos não dispor, porém, de agentes multiplicadores em número suficiente para promover mudanças no ideário dessa mesma população, de modo a torná-la partícipe de ações concretas em favor do resgate ambiental e social coletivo.

Nessa perspectiva, pode-se refletir sobre a Educomunicação Socioambiental como imprescindível ponte multiplicadora, oficial e extraoficial, capaz de operar transformações que se revelam urgentes no plano macro da existência nacional e no plano micro da existência individual e comunitária. Por esta razão, entre outras também viscerais – como o contributo à reorganização do ensino nacional –, enxergamo-la como um parâmetro importante para a pesquisa sobre a permeabilidade da Comunicação Ambiental e suas possibilidades de construção de sentido e atitude transformadora no meio urbano.

O capítulo a seguir busca entendimentos coadunados à Educomunicação Ambiental na urbe, no intuito de revisar conceitos relativos à produção de sentidos operada pelas representações sociais dos indivíduos em direção à temática do meio ambiente.

Capítulo 2 - Representações Sociais, Meio Ambiente e Comunicação: da construção de sentidos à ação ambiental proativa

O conjunto das reflexões tecidas nesta revisitação teórica remete aos processos comunicacionais envolvendo as relações munícipe e diferentes esferas sociais: poder público, sistema educacional, igrejas, empresas, meios de comunicação de massa, organizações da sociedade civil. Estabelece, a partir dessa ótica, significativa ponte com o papel das representações nas Ciências Sociais, do que nos ocupamos neste capítulo, no intuito de amarrar os contributos dessa vertente ao objetivo de estudar os processos de comunicação ambiental enquanto produtores de sentido e proatividade no cidadão urbano.

Reigota sustenta que, “nas Ciências Sociais, o estudo das representações sociais remonta ao século passado, tendo como um de seus marcos fundamentais o trabalho desenvolvido por Émile Durkheim”. Este, um dos fundadores da Sociologia, discutiu “a importância das representações dentro de uma coletividade e como elas influem nas decisões que os seres humanos tomam individualmente” (REIGOTA, 2010, p. 67).

Durkheim separa radicalmente representações “individuais” e “coletivas” (DUVEEN, 2011, p. 11) ao longo de seu esforço para estabelecer a sociologia como uma ciência autônoma. Sugere que as representações individuais deveriam constituir-se o campo da psicologia, enquanto as representações coletivas comporiam o objeto de estudo da sociologia. A partir da discussão das formulações de Durkheim, frutificaram estudos capazes de nos auxiliar na melhor compreensão da natureza das representações, entre eles os de Moscovici (2011).

O interesse de Moscovici pela inovação e a mudança social, afirma Gerard Duveen, seu editor, levaram-no a perceber que, da perspectiva sociopsicológica, “as representações não podem ser tomadas como algo dado nem podem elas servir simplesmente como variáveis explicativas”. A partir da perspectiva tecida é que, ao contrário, a construção dessas ‘formulações’ transforma-se na questão a discutir (DUVEEN, 2011, p. 15).

Na introdução da obra *Representações Sociais*¹⁴, de Serge Moscovici, Duveen realça o fato de que as representações ilustram o papel e a influência da comunicação em nossas vidas, pois adentram nosso mundo cotidiano, circulam na mídia que lemos e olhamos, integram nossas conversas e discussões com amigos e colegas. “Sustentadas pelas influências sociais da comunicação, constituem as realidades de nossas vidas cotidianas” e funcionam “como o

¹⁴ Ver *O Poder das Ideias*, de Gerard Duveen, texto introdutório à obra *Representações Sociais*, de Serge Moscovici (2011).

principal meio para estabelecer as associações com as quais nos ligamos uns aos outros” (DUVEEN, 2011, p. 8).

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem, dum lado, à substância simbólica que entra na sua elaboração e, do mesmo modo como a ciência ou o mito, correspondem a uma prática científica ou mítica (MOSCOVICI, 1976, apud DUVEEN, 2011, p. 10).

Serge Moscovici observa que há razões históricas diversas as quais dificultam a compreensão exata do conceito de representação, embora seja, a seu ver, simples compreender a realidade do termo. Entrecruzam-se, para compor essas razões históricas, conceitos sociológicos e psicológicos, formando a encruzilhada na qual, segundo ele, devemos nos situar (MOSCOVICI, apud DUVEEN, 2011, p. 10).

Sêga (2000), analisando os olhares de Jodelet e Moscovici acerca da representação social, assegura que ela é um conhecimento prático, conferidor de sentido aos acontecimentos que nos são normais, forjador de evidências em nossa realidade consensual e auxiliar na construção social da realidade na qual nos inserimos. Isso se dá porque as representações emergem como uma forma de interpretar a realidade cotidiana e refletir sobre ela, um modo de conhecimento da atividade mental que os indivíduos e os grupos desenvolvem “para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem” (SÊGA, 2000, p. 128).

O contexto concreto no qual estão situados os grupos e as pessoas individualmente, a comunicação que se estabelece entre eles, o quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, os códigos, símbolos, valores e ideologia ligados às posições e vinculações sociais específicas demonstram a intervenção multifacetada do social nesse processo (SÊGA, 2000).

No tocante à realidade ambiental, a sociedade traduz seu modo de ver ou sua opinião corrente por intermédio das representações sociais. Tais representações alteram-se conforme as regiões e os estamentos sociais, entretanto permanecem ligadas à cultura dominante (REIGOTA, 2010; COIMBRA, 2004). Coimbra (2004) afirma que isso é resultado de fatores históricos, culturais e naturais, considerando-se o paradigma norteador da formação nacional, a visão religiosa de mundo, a organização política, os modelos econômicos adotados, bem como os componentes físicos do ambiente natural e suas influências no meio.

Quanto aos influxos ambientais, alinhamo-nos a Sêga, a partir do seguinte argumento:

os resultados das pesquisas em psicologia social mostram que existe uma certa impermeabilidade à informação. As informações são dispersas e se manifestam em diversas circunstâncias. Tantas que os *sábios ingênuos*, as pessoas que tendem a resistir aos fatos, não aceitam as teorias implícitas do conhecimento. Eles tendem a excluir certas informações e apegar-se a outras menos importantes. Essas crenças conservam todas as informações que lhes confirmam e se livram de todas as que lhes invalidam (SÊGA, 2000, p. 131-132, grifo do autor).

No Brasil, *pari passu* com o desperdício e um sem-número de agressões ao meio ambiente originadas de representações questionáveis, bem como da inconsciência, da ignorância ou da ganância, aparece uma sensibilização vaga e tímida acerca dos problemas ambientais regionais e nacionais. Habitualmente, confirmam pesquisas¹⁵, o brasileiro age “seguindo a conjunção de ideias, sentimentos e ações, nem sempre em equilíbrio” (COIMBRA, 2004, p. 546), o que dificulta a percepção objetiva dos problemas ambientais e suas soluções. Tal fenômeno, considerado contraditório por Coimbra, faz-se notadamente perceptível “quando se comparam as representações sociais do meio ambiente com as representações sociais do desenvolvimento e do progresso”. São incoerentes, para o autor, as práticas adotadas e o discurso ambiental em uma sociedade na qual o consumismo se impõe como costume cotidiano da maioria.

A adoção sem questionamentos de modelos alienígenas de desenvolvimento e de padrões de consumo prevalece sobre a consciência ecológica, e assim sobre a consciência ética, social e cidadã. Infelizmente, essa percepção retrata o ânimo geral da sociedade. Uma transformação radical se impõe! (COIMBRA, 2004, p. 546)

A trilha de mudanças urgentes a implantar “aponta para as comunidades locais ou pequenas comunidades, para os grupos de militância e os formadores de opinião” (COIMBRA, 2004, p. 546). A abordagem de temas de interesse local contribui para melhorar a percepção social do meio ambiente e, assim, torna-se capaz de criar motivações para uma ação ambiental participativa, à maneira do que disse Goothuzem (2009). Coimbra (2004) agrega a esse raciocínio um velho aforismo filosófico: “nada pode ser desejado se antes não for conhecido” – e a partir daqui vislumbramos um elo adicional entre a comunicação e a questão ambiental, dessa vez condicionado à circulação do discurso produzido nessa interface.

O vetor principal da formação das representações sociais é perceptível através do discurso pelo qual circula, segundo Jodelet (1998). Um exemplo significativo do quanto a manifestação discursiva permite apreendê-las pode ser apreciado em um dos resultados da

¹⁵ Ver, por exemplo, a evolução dos resultados da pesquisa *O que o brasileiro pensa do meio ambiente*, realizada a cada quatro anos, desde 1992, pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o ISER (Instituto de Estudos da Religião). Disponível entre outras fontes, na revista ECO21, n. 63. Ver também: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=262>.

pesquisa O que o brasileiro pensa do meio ambiente¹⁶, publicado na Revista ECO 21 de fevereiro de 2002: o texto jornalístico em questão indica que tanto na investigação de 1997 quanto na de 2001, mais de 50% da população entrevistada não foi capaz de identificar nenhum problema ambiental no seu bairro. Isso mostrou aos pesquisadores que é preciso incrementar os esforços para informar ao grande público sobre questões de meio ambiente e qualidade de vida (ECO21, 2002). Chegar a essa análise, naturalmente, implicou considerar que as representações sociais “circulam no discurso, são realizadas pelas palavras e transmitidas nas mensagens e imagens de mídia, cristalizadas nos equipamentos condutivos e nos agenciamentos materiais ou espaciais” (JODELET, 1998, p. 32).

Algumas características são listadas por Moscovici para explicar a complexidade e a necessária inscrição das representações dentro de “um referencial de um pensamento preexistente”: a) são sempre dependentes de “sistemas de crenças ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência”; b) são “o objeto de um permanente trabalho social, no e através do discurso, de tal modo que cada novo fenômeno pode ser sempre reincorporado dentro de modelos explicativos e justificativos que são familiares e, conseqüentemente, aceitáveis”; c) ocorre, ao longo desse trabalho permanente, o processo de troca e composição de ideias, deveras necessário porque responde às duplas exigências dos indivíduos e das coletividades. Auxiliam tais características, pois, na construção de sistemas de pensamento e compreensão e, de outro ângulo, prestam-se à adoção de visões consensuais de ação as quais permitem aos indivíduos manter um vínculo social, ou, ainda, “a continuidade da comunicação da ideia” (MOSCOVICI, 2011, p. 216). Ou:

Representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo. É, portanto, muito importante que isso se dê de forma comunicativa e difusiva, pois não há outros meios, com exceção do discurso e dos sentidos que ele contém, pelos quais as pessoas e os grupos sejam capazes de se orientar e se adaptar a tais coisas (MOSCOVICI, 2011, p. 216).

Em consequência, o *status* simbólico constituinte dos fenômenos de representação social estabelece um vínculo, constrói uma imagem, evoca, diz e faz com que se fale, partilhe um significado por meio de “algumas proposições transmissíveis e, no melhor dos casos, sintetizando um clichê que se torna um emblema” (MOSCOVICI, 2011, p. 216). Grize lembra que um indivíduo imerso num dado momento dentro de uma sociedade é em grande parte um reflexo das representações coletivas de que esta é feita (GRIZE, 1993, p. 3). O autor emprega

¹⁶ Já citada na nota 18.

a expressão ‘modelos mentais’ em seus estudos a respeito das representações e acrescenta que estas são “funcionalmente eficazes em uma dada sociedade, o que significa que elas requerem para cada um de seus membros o desenvolvimento de modelos mentais que eles utilizam para agir” (GRIZE, 1993, p. 3).

Vignaux enxerga “todo discurso como uma redução dos elementos (atores, processos, domínios), a tópicos julgados suficientes para a representação que um indivíduo pretende fazer de alguma coisa” (VIGNAUX, 1991, p. 309-310). Ademais, considera o processo de esquematização discursiva inseparável de uma categorização permanente e fixa qualquer expressão simbólica dos nossos relatórios cognitivos como algo que só pode ser expresso simbolicamente, por meio de argumentos que estabelecem as formas comuns dos discursos e representações do mundo (VIGNAUX, 1991, p. 317).

As representações são vistas em Grize, Vignaux e Moscovici como fenômenos que interferem em todas as relações simbólicas criadas e mantidas por uma sociedade e que se interconectam a tudo que gera efeitos em termos de economia ou poder. Não se trata de uma questão ideológica, diz Moscovici – apoiado em GRIZE (1993) e Vignaux (1991) – mas de “*todas aquelas interações que, das profundezas às alturas, das matérias brutas até as efemeridades das estruturas sociais, são transmitidas através do filtro das linguagens, imagens e lógicas naturais*” (MOSCOVICI, 2011, p. 216, grifo nosso).

As interações de que nos fala Moscovici objetivam, conforme o autor, a constituição de mentalidades ou crenças as quais influenciam os comportamentos. Torna-se possível verificar a banalidade de um fenômeno quando ele é percebido e observado como um efeito descritível; sua complexidade, por outro lado, constata-se quando o fenômeno “é uma questão de corrente ascendente que flui em direção ao que constitui o ‘núcleo semântico’ de alguma concepção generalizada no corpo social e o estrutura em algum momento ao ponto de motivar histórias, ações, acontecimentos” (MOSCOVICI, 2011, p. 217).

A tessitura de crenças e mentalidades ligadas à problemática ambiental urbana também estabelece vínculos com eventuais problemas de comunicação vivenciados pelos municípios. Em termos de gestão ambiental, Ribeiro considera existir um problema de comunicação quando o público recebe informações inapropriadas ou inadequadas, tecidas e impingidas de maneira autoritária¹⁷; em contraposição a isso, lembra que “os interlocutores devem se reconhecer” nos objetivos traçados pelos gestores ambientais, pois somente assim se

¹⁷ Ribeiro faz uma crítica às escolas tradicionais de comunicação, afirmando que elas costumam tratar da mensagem, ou seja, “do conteúdo daquilo que será difundido, através de diferentes canais”. Considera essa uma abordagem “de cima para baixo”, em que o coordenador diz às pessoas o que deve ser feito”. Esse tipo de comunicação, segundo a pesquisadora, tem por base “a ideia de que basta as pessoas terem informação para que elas alterem seu comportamento, ou seja, a primazia da comunicação é dada ao conteúdo” (RIBEIRO, 2004, p. 82-83).

alcançará a comunicação eficaz. Pontua, ademais: “os objetivos da comunicação devem ser coerentes com as opções de ação escolhidas, pois elas devem influenciar as pessoas, fazendo com que mudem suas atitudes e comportamentos no sentido desejado” (RIBEIRO, 2004, p. 82).

Os dispositivos comunicacionais empregados para concretizar as opções de ação selecionadas podem influir profundamente sobre os resultados esperados. Um primeiro olhar sobre os instrumentos eficazes para divulgação da ação ambiental proativa conduz-nos quase que de imediato ao emprego dos recursos televisivos. Ribeiro, apoiada em material de curso realizado na década de 1990, em Genebra, na Académie Internationale d’Environnement (AIE)¹⁸, nota que diversas investigações atestam a televisão como a fonte mais importante de informação ambiental:

Inúmeras pesquisas têm indicado que a televisão é a principal fonte de informação em matéria de meio ambiente para a maioria das pessoas, mas que o nível de informação ambiental ainda é baixo na maior parte das comunidades. (...) pesquisas também mostram que geralmente o espectador esquece de 93% a 95% do que ele viu na televisão, depois de algumas horas (...). Indicam, também, que as pessoas instruídas tendem a usar menos a televisão como fonte de informação ambiental que as pessoas com nível de instrução mais baixo. As pessoas com maior escolaridade tendem até mesmo a rejeitar a televisão como fonte confiável de informação, preferindo a imprensa escrita como fonte com credibilidade para informação científica sobre o meio ambiente. (RIBEIRO, 2004, p. 89)

Ribeiro procura organizar e classificar os dispositivos de comunicação ambiental, fornecendo-nos um quadro geral dos canais disponíveis, que não têm, naturalmente, o mesmo peso, mas compõem um panorama a partir do qual se pode promover – caso se deseje – uma análise da efetividade/eficácia de cada modalidade comunicativa. Desse último aspecto, no entanto, não nos ocuparemos no presente texto, por ser outro o objetivo do capítulo.

Pretendemos, no momento, somente observar a disponibilidade, apontada pela autora, tanto dos canais de comunicação de massa (jornais diários, jornais comerciais, televisão, rádio, revistas, cinema) quanto dos canais que ela lista como alternativos, separando-os em: a) *impressos*: cartas, adesivos, bandeirolas, faixas, panfletos e cartilhas, boletins, relatórios, revistas especializadas, camisetas, distintivos, bonés, cadernos de colorir, material pedagógico em geral, poemas, guia de informações, publicações locais; b) *audiovisuais*: exposições, canções, vídeos e diapositivos, filmes documentários, pôsteres, fotos, cartazes, anúncios públicos; c) *interativos*: apresentações, visitas de campo, organização de competições, face a face (vizinho a vizinho etc), reuniões públicas, telefonemas, teatro de fantoches, mesas-

¹⁸ A autora participou do referido curso em 1996, conforme explicita em seu texto.

redondas, conferências, demonstrações, passeatas, internet, visitas, debates públicos, conferências com a imprensa, simpósios em faculdades, animação (em lugares públicos), dias especiais (p. ex. Dia Mundial do Meio Ambiente), atividades em igrejas, competições na comunidade (p. ex.: jardim mais bonito...), recompensas, participação em eventos já existentes, clube de jovens, paradas e programas religiosos (RIBEIRO, 2004, p. 88).

A pesquisadora apresenta, como podemos observar, cinquenta e quatro possibilidades dialógicas. Quaisquer que sejam, entretanto, as formas de comunicação ambiental disponibilizadas ao cidadão hoje, cientes delas, haveremos de refletir continuamente sobre o valor da palavra como dispositivo magno, capaz de gerar a multiplicidade de representações que conduzirão ou não a uma postura proativa do indivíduo em plano glocal. Dedicamos, então, o próximo capítulo a estudos concernentes a esse prisma.

Capítulo 3 - Da palavra e da conversação como dispositivos da (na) comunicação ambiental

Pensaremos a palavra, primeiramente, como dispositivo, à maneira do que propõe Agamben. Este autor, após revisão de conceitos presentes na obra de Foucault, definiu dispositivo como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2005, p. 13). Não será difícil reconhecer aí, entre outras possibilidades, uma ponte com o uso da palavra – o próprio Agamben, mencionando as evidências de poder conectadas aos dispositivos amplamente estudados por Foucault, estende a percepção dessas evidências para “a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia (...), os computadores, os telefones celulares e – por que não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos (...)” (AGAMBEN, p. 13).

A palavra que compõe, entre milhares de conjuntos de linguagem possíveis, o discurso ambiental (visto em suas linhas gerais) carece de atenta observação em razão mesma de ser organizada de modo a propor, não raro, a alienação ambiental tão conveniente aos operadores econômicos do *modus vivendi* predominante nas metrópoles.

A fim de comprovar essa organização para além de intencional, basta-nos deter a atenção em uma ou duas peças publicitárias em circulação no ano de 2012 e em mais algumas datadas de anos anteriores. Uma delas insere-se na discussão sobre o banimento das sacolas plásticas em supermercados paulistas. Diz respeito, especificamente, às sacolas retornáveis ‘vendidas’¹⁹ a preços módicos em substituição às sacolas plásticas convencionais. No anúncio em foco, pago por um shopping center²⁰ e essencialmente destinado ao público feminino, o ofertante sugere, por meio de um arranjo de palavras estrategicamente pensado, que a consumidora coleciona as embalagens para contribuir com os novos ideais de sustentabilidade (propalados à larga nos meios de comunicação). O detalhe risível do texto acoplado à imagem veiculada constitui-se na chamada à compra de vários modelos de sacolas retornáveis,

¹⁹ Por que não ofertadas gratuitamente ao consumidor, que há anos despende suas economias e não-economias nos corredores dos seus shopping centers favoritos? Os veículos de comunicação metropolitanos chegaram a noticiar recentemente que uma rede de supermercados resolvera fornecer com gratuidade embalagens sustentáveis ao consumidor, o que é louvável, conquanto não tenha sido essa possibilidade contemplada imediatamente nos termos da lei em discussão na esfera pública concernente. Isso só veio a ocorrer em 25/6/2012, quando a juíza Cynthia Torres Cristófar, da 1ª Vara Central da capital paulista, deu um prazo de 48 horas para que os supermercados fornecessem, gratuitamente e em quantidade suficiente, embalagens de material biodegradável ou de papel adequadas para os consumidores levarem suas compras para casa, sem cobrança por elas. (Ver mais na matéria da Folha de São Paulo denominada *Supermercado terá de distribuir sacolinha*, publicada em 26/6/2012).

²⁰ Peça publicitária do shopping Tatuapé/Boulevard Tatuapé (São Paulo, capital), veiculada na Folha de S. Paulo em 16/03/2012, ocupando mais de dois terços da página. Disponível em: <http://edicaodigital.folha.com.br/home.aspx>. Acesso em 23/04/2010, às 13h20min.

especialmente produzidas para ‘coleccionar’! Há um discurso menos ambiental do que o estímulo à coleção de embalagens produzidas teoricamente ‘em favor’ da preservação do meio? Francamente na contramão do Reduzir-Reutilizar-Reciclar (os três erres) propostos pela Educação Ambiental está o anúncio do shopping center; porém se acha de acordo, obviamente, com as intenções de mercado subjacentes à mensagem.

O arranjo discursivo desse anúncio reveste e traveste de interesse ambiental legítimo a prevalência do interesse econômico desmesurado. Outras estratégias, semelhantes, podemos notar em determinadas embalagens de produtos que nos acostumamos a consumir sem preocupação com o quanto sua produção compromete o meio. É o caso, por exemplo, do papel sulfite amplamente comercializado por conhecida indústria²¹, que embora plante suas próprias florestas de eucalipto e embora destine um hectare a cada três para atividades ligadas à conservação da natureza (ação voluntária ou imposta por leis ambientais mais recentes?), ainda assim é responsável pela veiculação de inverdades científicas como a que se vê na frase:

“O papel vem de fibras de árvores e gera o crescimento das florestas”

Dispensando análise das escolhas verbais geradoras do falseamento da informação, e do quanto é danosa uma informação falsa – sobretudo em mãos de crianças que manuseiam, desavisadas, um simples pacote de folhas de sulfite destinadas a um trabalho escolar, – acrescentaremos aqui a explicação oferecida pela empresa para esta inverdade, extraída do primeiro parágrafo do texto contido no invólucro do referido produto:

“A demanda por papel resulta no crescimento das florestas. Essa é a vantagem de recursos renováveis. É por isso que é fundamental comprar de empresas que tenham um compromisso comprovado de governança ambiental”.

Animador para o consumidor saber que a empresa tem um compromisso comprovado de governança ambiental, no entanto tal prática não é traduzida integralmente nas palavras escolhidas para compor as mensagens ambientais constantes da embalagem em observação. Assim, mesmo diante do esforço sustentável em replantar as florestas das quais deriva o papel – também este um dispositivo permissor da presente leitura, – a demanda por tal insumo não resulta no crescimento das florestas, como todos sabemos. Isso reforça nossa acidez analítica diante do lido e põe em xeque nossa confiança na idoneidade ambiental da companhia. A

²¹ A International Paper. A embalagem sobre a qual tecemos comentários é a do papel sulfite Chamequinho, disponível para compra no primeiro semestre de 2012.

construção discursiva pode, então, ao mesmo tempo, desvelar e encobrir verdades, razão pela qual Citelli (2006) chama a atenção para a necessidade de

identificar nas construções discursivo-verbais as lógicas que as orientam, os procedimentos que desenvolvem, os modos de se inserirem nos circuitos comunicativos, os alcances pragmáticos que buscam. O lugar de onde falamos vincula-se, de forma direta, aos estudos comunicacionais e, dentro deles, procura entender os constituintes linguísticos como instâncias singulares que permitem e censuram, dizem e calam, promovendo, pelo jogo da linguagem, a construção dos sentidos (CITELLI, 2006, p. 14).

Permitir e censurar, dizer e calar são verbos com estreita ligação com o discurso ambiental produzido a partir do lugar ‘mercado’, notará um observador atento. Embora raramente apareçam de forma direta em textos construídos para transmitir mensagens ambientais de empresas, prestam-se, nos bastidores, ao entendimento da intenção daqueles que encomendam tal produto aos profissionais da área.

Hoffmann e Marchiori (2004) constataam, nos anúncios de aparelhos de ar condicionado, a omissão da problemática ambiental relativa a seu uso, ressaltando apenas os aspectos funcionais. Igualmente, ao analisar os manuais de produtos da HP (Hewlett Packard), neles observam um discurso aparentemente preocupado com as questões ambientais, pois a empresa enfatiza a possibilidade de reciclagem dos produtos plásticos, a eliminação de produtos químicos prejudiciais à camada de ozônio, a eliminação de excesso de embalagens da fábrica para revendedores, as embalagens em tamanho reduzido e recicláveis – com identificações para facilitação do processo de triagem, o aumento de capacidade dos cartuchos coloridos e a redução do consumo energético. Por outro lado,

contraditoriamente ao discurso ambientalista, a corporação lançou no mercado nacional cartuchos de impressoras com menor capacidade de tinta – redução de 50% de capacidade, a um preço pouco inferior à opção original. Discurso e atuação responsável estão profundamente dissociados. Neste caso, as citadas ações mercadológicas duplicam o consumo de plásticos durante o consumo! (HOFFMANN e MARCHIORI, 2004, p. 180).

O exemplo ativa a percepção do quanto importa, por conseguinte, observar com atenção os meios de comunicação social para “entender o andamento das palavras pelos media. E mais, verificar como os discursos formatados pelos veículos de comunicação promovem relações ou inter-relações com audiências, leitores, espectadores”, quer os públicos sejam amplos, quer segmentados (CITELLI, 2006, p.29).

No caso da comunicação sobre o meio, a construção discursiva empresarial determina o que interessa às audiências massivas compreender acerca da questão ambiental – para o

erguimento de uma imagem positiva da empresa e subsequente aumento dos lucros auferidos, – e o que interessa omitir, para a proteção dos negócios. Pouca novidade existe nessa constatação, como alvissara inexistência em estratégias escusas para submetê-la a uma cortina de fumaça nada sustentável.

Entretanto, a novidade reside no fato de que a partir de 7/6/2011 – recentemente, portanto –, passaram a vigorar novas normas para a publicidade que contenha apelos de sustentabilidade:

O Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, documento que, desde 1978, reúne os princípios éticos que regulam o conteúdo das peças publicitárias no país, já continha recomendações sobre o tema mas elas foram inteiramente revisadas, sendo reunidas no artigo 36 do Código e detalhadas no Anexo U. O sentido geral das novas normas é reduzir o espaço para usos do tema sustentabilidade que, de alguma forma, possam banalizá-lo ou confundir os consumidores. Além de condenar todo e qualquer anúncio que estimule o desrespeito ao meio ambiente, o Código recomenda que a menção à sustentabilidade em publicidade obedeça estritamente a critérios de veracidade, exatidão, pertinência e relevância. (CONAR CRIA, 2011)

Em desacordo com as normas éticas instituídas pelo CONAR está, então, o material publicitário empregado pela indústria de papel a que nos referimos, já que viola parcialmente as seguintes orientações do Anexo U:

2. VERACIDADE

As informações e alegações veiculadas deverão ser verdadeiras, passíveis de verificação e de comprovação, estimulando-se a disponibilização de informações mais detalhadas sobre as práticas apregoadas por meio de outras fontes e materiais, tais como websites, SACs (Serviços de Atendimento ao Consumidor), etc.

3. EXATIDÃO E CLAREZA

As informações veiculadas deverão ser exatas e precisas, expressas de forma clara e em linguagem compreensível, *não ensejando interpretações equivocadas ou falsas conclusões.*

4. COMPROVAÇÃO E FONTES

Os responsáveis pelo anúncio de que trata este Anexo deverão dispor de *dados comprobatórios e de fontes externas que endossem, senão mesmo se responsabilizem pelas informações socioambientais comunicadas.*

(CONAR - ANEXO U, 2011, grifo nosso)

Em possível acréscimo ao “verbetário de termos novidadeiros” (CITELLI, 2006), poderia somar-se, nessa linha de raciocínio, o vocábulo *greenwashing*. Trata-se de termo há muito empregado nos meios especializados, porém prestes a cair nas conversações da esfera pública ambiental, dado o alerta contido em seu significado. ‘Lavagem verde’, ao pé da letra (remetendo a certas outras lavagens promovidas no mercado financeiro), tem sido traduzida por “maquiagem verde” ou, em linguagem menos conotativa, “propaganda enganosa de produtos verdes”, conforme esclarece a professora Maria Raquel Coelho Pereira. A docente,

coordenadora de cursos de pós-graduação em Direito Ambiental, acrescenta: “promover o *greenwashing* tem um efeito muito devastador”, porque “a propaganda enganosa contribui para uma formação errada não só da imagem de uma marca, mas sim dos parâmetros que orientarão comportamentos e valores”. Torna-se, do ângulo em apreciação, um dispositivo negativo no trato com a questão ambiental. Um “desserviço à sociedade” é como Pereira (2012, p.1) classifica a prática.

Cabe caso ilustrativo de aplicação das normas éticas do CONAR para inibir o *greenwashing*: a entidade, em 2008, determinou que a PETROBRAS retirasse de circulação três de suas peças publicitárias, porque “divulgavam a contribuição da estatal para a qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável do país” (CIRELLI, 2008). As peças exibiam, camuflados em meio à natureza, exemplares do reino animal (lagartos, peixes, borboletas), sob o slogan: ‘Petrobras – Estar no meio ambiente sem ser notada’. De fato, a expressão “sem ser notada” pode, sim, caracterizar a presença da Petrobras no campo e nas cidades brasileiras, mas por outro motivo:

As entidades (promotoras da ação contra a estatal – 12 ao todo) acreditam que a Petrobras não condiz com a postura apresentada nessas campanhas porque o óleo diesel produzido pela estatal é um dos piores do mundo e contribui para piorar a qualidade de vida dos brasileiros. (...) A substância, altamente cancerígena, é responsável pela morte de três mil pessoas por ano somente na capital paulista. (CIRELLI, 2008).

‘Não ser notada’ nesse tipo de ação torna-se elemento vital para a manutenção das atividades da companhia. Depreende-se do exemplo dado que “o que se afirma como o real costuma esconder um mero exercício discursivo, algo cuja consistência diz respeito apenas ao âmbito da própria palavra” (CITELLI, 2006, p. 17). Deriva daí uma certa fragilização do termo representação, que passou a dar “continuidade, apenas, ao desejo de mostrar coisas onde só existem formas de composição delas” (CITELLI, 2006, p. 17).

Em linhas gerais, o comportamento do homem urbano pautado pelo descaso para com o meio ambiente de sua própria cidade mas pronto a ratificar em pesquisas de opinião sua valorização da natureza, da sustentabilidade, do meio ambiente e termos afins converge para uma falsa representação: mostra apenas formas de composição do pensamento e não necessariamente o pensamento em si.

Pesquisa promovida pelo Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), em 2010, com metodologia desenvolvida pelo Instituto Akatu (Teste de Consumo Consciente) constatou a adoção aquém do ideal de hábitos sustentáveis entre os brasileiros. De cada quatro consumidores, apenas um adotava entre 8 e 13 comportamentos sustentáveis.

Resume-se a 4% da amostra os indivíduos adotantes de comportamentos pró-sustentabilidade como os propostos nos treze itens sobre os quais a metodologia trabalha. (COEP, 2010)

Comparando-se esse dado à pesquisa IBOPE de 2007²² sobre o que o brasileiro pensa do meio ambiente, pode-se ter ideia do quão distantes estamos da internalização da sustentabilidade como algo além da mera palavra (COIMBRA, 2004). E isso parece ocorrer com frequência maior em grandes centros urbanos, lembrando o que disseram Loureiro, Layrargues e Castro (2008).

A produção de sentido ambiental proativo submerge, portanto e amiúde, diante de padrões verbo-imagéticos recorrentes que deixam transparecer em diversos pontos da urbe a ausência desse mesmo sentido. Na imagem abaixo, vê-se placa instalada pelo poder público municipal anunciando uma benfeitoria: a revitalização de uma certa travessa do distrito Vila Medeiros.

Figura 25 – Placa anunciando revitalização de travessa
(imagem: Falcão, S. P., 24/05/2012)

²² Disponível nos sítios do Ministério do Meio Ambiente e da Revista ECO21, entre outras fontes.

Revitalizar por certo pode incluir pintura nova ou qualquer reforma em um espaço físico, mas é palavra em cujo cerne está a ideia de trazer novamente “a/à vida”. Contrasta, pois, com o produto final da revitalização promovida, que incluiu apenas a reforma do calçamento e o acréscimo da enorme placa (na contramão da operação Cidade Limpa, instituída pela própria prefeitura) anunciando o feito.

Observem-se também as pichações na parede atrás do dispositivo de propaganda: acompanhando-se os traços, identifica-se a anterioridade da pichação em relação à instalação da placa. Na fotografia abaixo, uma visão do conjunto ‘revitalizado’:

Figura 26 – Travessa “revitalizada”

(imagem: Falcão, S. P., 24/05/2012)

Nenhum elemento estético-ambiental foi agregado à obra para justificar a ideia de revitalização transmitida pela palavra habilmente inserida na mensagem. Assim, aqui também a consistência do discurso “diz respeito apenas ao âmbito da própria palavra”, empregada na tentativa de “esconder um mero exercício discursivo” (CITELLI, 2006, p.17), o qual, por seu turno, encobre a ausência de preocupação administrativa com o caráter estético-ambiental do espaço urbano e, simultaneamente, desvela a aceitação passiva da ‘revitalização capenga’

recebida por estes munícipes em seu logradouro. A fotografia abaixo mostra o estado da placa quase um ano depois de ser instalada e ali permanecer até hoje:

Figura 27 – Placa anunciando revitalização, pichada.

Imagem: Falcão, André Pereira (05/6/2013)

Nesse vai-e-vem de desvelamentos e encobrimentos, seria produtivo entrevistar os moradores da referida travessa acerca de seu grau de satisfação com a ‘revitalização’ ali promovida pelo poder público, em busca da apreensão dos sentidos produzidos entre eles face à referida obra, à forma como é anunciada e à maneira como a comunicação é ‘agredida’ por pichadores. Tornar-se-ia possível, quiçá, apreender “os fatores-chave que influenciam a

forma como as pessoas julgam uma mensagem” e, simultaneamente, a imagem a ela vinculada, revelando “o grau de conhecimento que elas atribuem à fonte e ao formulador da mensagem e ao seu nível de credibilidade” (RIBEIRO, 2004, p. 77).

As imagens veiculadas no conteúdo publicitário da Petrobras citado neste capítulo concorreram para comprovar a crença contemporânea na capacidade ‘onipotente’ do signo imagético, mas não foram capazes de enlevar todos os segmentos sociais a ponto de que olvidassem por completo a impropriedade do discurso. Do mesmo modo, erguem-se vozes para denunciar a mazela do munícipe que tem diante de si imagens reais, diárias, do descaso ambiental urbano e simplesmente as desconsidera – treinado pelo mercado para olvidar o assunto – ou as considera, não raro, um mal necessário. Retornará o *verbum* em sua função elucidativa, para fazer abrir os olhos e a mente à percepção das imagens urbanas que desfilam diante de nós repetidamente? Se sim, em que âmbito isso se dará?

Se o alerta de que nem tudo começava e terminava no *verbum* trazia o mérito de promover o reconhecimento de outras linguagens como partícipes na aventura da construção dos sentidos, do mesmo modo, parece haver ocorrido encantamento excessivo com o infinito poder de a imagem a tudo responder e solucionar quando se trata de ativar a cognição, a consciência, as sensorialidades, os padrões estéticos (CITELLI, 2006, p. 20).

Caminhando ainda pela representação de engodos mercadológicos absolutamente não palatáveis, cabe observar: da mesma maneira que a PETROBRAS tentou transmitir às audiências uma imagem (inverossímil) de empresa ambientalmente responsável, as fábricas de automóveis, francamente coadunadas com os interesses do cartel petrolífero, esforçam-se por omitir a intensidade com que seus produtos movidos a combustíveis fósseis destroem a saúde pública de cidades como São Paulo²³. Editorial da Folha de São Paulo, denominado *Congestão Paulistana*, datado de 07/04/2011, trata do estrangulamento viário alimentado pela inserção de elevado número de veículos automotores na cidade (600 por dia à época da referida matéria). Por mais que se instituem medidas para controlar o fluxo veicular e a emissão de gases poluentes, sem providências concretas tais como: a) determinar a imediata obrigação das montadoras de oferecer aos paulistanos opções de transporte não poluente – e há inúmeras opções, a maioria absoluta comercializada fora do país ou b) a imediata

²³ A frota atual é de 7.241.109 veículos automotores (5.242.103 automóveis, contra 43.751 ônibus), demonstrando baixíssimo avanço do transporte público coletivo na modalidade sobre rodas. Considerando-se os 10.886.518 habitantes da cidade (segundo dados do IBGE – 2011) e sem contar os moradores da Grande São Paulo, há cerca de 248 pessoas para cada ônibus, enquanto há dois indivíduos para cada automóvel.

determinação de que só se pode enxertar um veículo a mais no sistema urbano se um outro for “aposentado”²⁴, pouco avanço real se obterá.

A palavra ‘congestão’, selecionada pelo editorialista, já torna visível uma representação do real vivido cotidianamente pelos paulistanos: um mal-estar se forma em meio à pujança proporcionada pela aquisição – via crédito, quase sempre - desenfreada de veículos. A administração pública, ao fechar os olhos para o fato de que há necessidade de limitar a quantidade de veículos colocados nas vias urbanas, bem como de determinar a imediata e gradativa substituição dos modelos atualmente comercializados por opções não poluentes, compactua com o cartel que países mais desenvolvidos já estão tratando de desmontar²⁵.

Enquanto o congestionamento nas grandes cidades segue inexorável, persistem as práticas mercadológicas que se valem de imagens “vencedoras” associadas à posse do veículo X ou Y, e chegam ao requinte de, às vezes, acoplar a elas palavras vinculadas à responsabilidade ambiental (tal como tentou a estatal petrolífera). Exemplos como o da justificativa da escolha do nome do utilitário EcoSport, fabricado pela Ford, aclaram o esforço do mercado em criar representações que não necessariamente têm relação direta com o produto comercializado mas que remetem necessariamente à valorização da questão ecológica, como se vê em reportagem de outubro de 2009, da Revista Quatro Rodas:

“(...) ‘percebemos que as palavras ecologia e esportividade eram muito citadas’ diz Antônio Baltar Júnior, gerente de marketing da Ford. ‘Tentamos vários nomes unindo as duas ideias e assim chegamos a EcoSport, que foi bem recebido e atendia à identidade da marca’” (Quatro Rodas, 2009).

Se a palavra identidade nesse excerto traz ares de modernidade ao discurso, também deixa entrever a ausência de identidade do automóvel citado com as práticas ecológicas. O mais perto que se tem alcançado no Brasil quanto à produção de veículos ecologicamente corretos é a possibilidade de que carcaça e outros componentes sejam reciclados uma vez fora de uso o bem²⁶.

Valida-se mais uma vez, portanto, o raciocínio de Citelli (2006, p.15):

pensamos a palavra em suas relações contextuais, discursivas, reconhecendo que as enunciações verbais ganham singularidades quando postas em circulação pelos

²⁴ O que deveria vir, obviamente, acompanhado de um auxílio financeiro ao cidadão para a troca de seu veículo por um mais novo, menos poluente, a exemplo do que já ocorre na Alemanha e nos Estados Unidos.

²⁵ A título de exemplo, ver a matéria *Israel inaugura postos de recarga de veículos elétricos*, por Alessandro Temperini, publicada em 12/4/2011 no blog Duas Rodas. Disponível em: <http://duasrodas.blog.br/2011/04/12/israel-inaugura-postos-de-recarga-de-veiculos-eletricos/>.

²⁶ Ver, a esse respeito, o artigo *A Comunicação Pública da Dimensão Ecológica em Produtos e Processos Produtivos*, de Andreas R. Hoffmann e Irani Marchiori (OLIVEIRA, 2004).

media. Por este ângulo, o substantivo palavra deve ser lido de forma metonímica, ou seja, como expressão do sistema discursivo que suporta a linguagem verbal.

O sistema discursivo do mercado atrelado a certos cartéis determina a promoção da anestesia coletiva em que nos encontramos face ao caos ambiental paulistano. Conjeturar uma saída exige dos engajados agir similarmente ao mercado, mas com melhores intenções, a fim de incluir os desengajados: é preciso fortalecer um sistema discursivo que conduza a população a novas representações – ensejando, por exemplo, o investimento no conhecimento local sobre o ambiente em que se habita, como visto em Goothuzem (2009).

Vale neste momento recordar Ribeiro e Vargas, as quais alertam para o fato de que ao se tentar influenciar o comportamento das pessoas deve-se perguntar como fazer isso com integridade. “Como conservar sua própria integridade ao desenvolver as atividades de educação, de comunicação, de marketing e de negociação? Qual é o momento de cooperar, quando dar sustentação, quando se opor ?” (RIBEIRO e VARGAS, 2004, p. 152). Não são questões novas, mas é preciso estar atento a elas para evitar qualquer tipo de manipulação. Laborde, à qual recorrem as pesquisadoras em sua argumentação, alerta para o fato de que à medida que se amplia o nosso poder de convencimento, nossa responsabilidade aumenta (LABORDE, 1983). Estabelecer relações humanas responsável e eticamente requer, portanto, considerar que

O estabelecimento de uma relação precisa basear-se no reconhecimento da existência e da necessidade dos outros seres humanos. Isso significa encontrar o outro no seu modelo de mundo – seu modo de perceber o mundo e de decodificá-lo – ao invés de prender-se ao que se decifra desse modelo. É tendo consciência de seu modo de ver e de pensar que se estabelece a relação e o encontro de soluções dentro dos princípios de equidade e de universalidade (RIBEIRO e VARGAS, 2004, p. 152).

Um tanto distante da realidade da discussão socioambiental paulistana está a perspectiva do reconhecimento do outro, razão pela qual profissionais de diversas formações têm erguido a bandeira da qualidade de vida urbana conservando como pano de fundo esse ponto. Permanece, de todo modo, nessa jornada, a força da palavra como dispositivo capital. Numa espécie de contradiscurso ao pensamento hegemônico segundo o qual uma imagem vale mais que mil palavras, Citelli argumenta que, em meio às totalidades semióticas contidas na alimentação da visualidade de meios como o cinema, a fotografia, a televisão (reconhecidamente importantes, esclarece), permanece a força do código verbal,

uma variável expressiva, muitas vezes, considerada menos importante ou em arrefecimento como decorrência da avassaladora configuração de um mundo cujo conhecimento parece todo concentrado no plano visual (CITELLI, 2006, p. 15).

Em termos de discurso ambiental, pode-se perceber que a tentativa de elidir o caráter menos meritório de certas práticas de mercado por meio da oferta de imagens ‘que valem mais que mil palavras’ (embora nem sempre reais) esbarra em um desvelamento promovido pelo código verbal subjacente a elas – pouco perceptível para a maioria, é fato, enlevados amiúde pela protopercepção de domínio pleno da visualidade.

Sobrevém a conversação diária, para nosso gáudio, como o domínio do *verbum* que se encarregará de elucidar algumas falsas impressões criadas por essa percepção inicial. A conversação caracteriza-se, no interior das considerações em curso, como um dispositivo capaz de abarcar inúmeros microdispositivos (cada enunciação, cada palavra, cada inflexão). A conversa descontraída com nosso vizinho acerca das imagens e outros discursos com que nos deparamos diariamente no ecossistema comunicativo contribui, acreditamos, para uma construção de sentido a qual, embora possa permanecer latente, abriga em seu âmago o gérmen da aproximação com percepções mais próximas do real.

Destacamos, por conseguinte, o papel da conversação na construção das múltiplas representações que nos cercam diariamente, de maneira mais específica na elaboração das representações ambientais. Nas trocas de conversação existem, segundo Bitti e Zani (1997, p. 201), “elementos não comunicados expressamente mas sugeridos, insinuados, deixados entender, pressupostos”. Ademais, em razão das frases da conversação serem, muitas vezes, incompletas e ambíguas, o significado das trocas acha-se profundamente incorporado na estrutura da interação. Os indivíduos, entretanto, falam uns com os outros e se entendem sem grandes dificuldades, malgrado a contextualidade dos significados e a complexidade das estruturas de conversação. Isso ocorre porque são detentores de um senso comum o qual os orienta ao longo do processo; executam, pois, um trabalho interpretativo incessante (BITTI e ZANI, 1997), de grande valia para as interações reflexivas sobre o meio.

No entanto, ao mesmo tempo que a conversação pode ser considerada instrumento de excelência na reconstrução do ideário urbano sobre cuidado ambiental (WWF, 2003), reaviva-se a ideia de que os dogmas ambientais (GOOTHUZEM, 2009) possam nortear a conversação diária entre munícipes de uma mesma cidade, o que contribuiria para a formação de representações menos personalizadas e mais contaminadas pelos meios massivos. Estaria configurado aí, portanto, um contradispositivo ambiental.

Importa igualmente distinguir qual tipo de conversa poderia conduzir à deliberação genuína – aquela que tem lugar em contextos políticos e se relaciona à solução de problemas (diferente de outros tipos de conversa, os quais têm mais relação com a sociabilidade e cujo teor é bastante variado), consoante Dahlgren (2009). Ainda há que trazer ao corpo teórico

revisional a crítica do dogma romântico segundo o qual “as pessoas participariam se tivessem oportunidade” (Warren, 1999, apud Dahlgren, 2009), bem como a Espiral do Silêncio proposta por Noelle-Neumann (1993, apud Dahlgren, 2009).

A teoria da Espiral do Silêncio explica que o discurso majoritário intimida os cidadãos em conversas políticas e estes se veem, então, desconfortáveis em razão do medo e da estranheza que podem emergir durante discussões dessa natureza. Não podemos nos furtar, portanto, à observação de que – mesmo chamados à participação nas discussões sobre esfera pública ambiental urbana – alguns cidadãos podem sequer iniciar sua participação ou então não persistir na atitude participativa em virtude de se sentirem acuados pelo tipo de discussão aí promovido.

Conquanto tais intercorrências respondam por uma redução na participação do cidadão e até mesmo pelo seu alheamento em relação à questão ambiental urbana, concordamos com Dahlgren (2009) quando afirma o potencial da conversação para se inclinar em direção a algum engajamento político. Convém, de acordo com ele, recolher na conversação o ‘protopolítico’ – o que está começando a se infiltrar politicamente, distinguindo-o do não político; dessa maneira, não há obrigação de estudarmos todo e qualquer contexto de interação verbal e podemos nos concentrar em identificar como, onde e sob que circunstâncias gerais a conversação se transforma numa conversa cívica. E mais a nosso viés, em uma conversa cívica em favor do meio, como se pode ver no filme *Lixo Extraordinário* (2009).

Na obra, exemplo lapidado da conjugação da arte e da técnica em favor do reconhecimento humano, a conversação se torna o elemento de inserção do artista entre catadores de lixo desesperançados de abandonar sua condição. A transformação da realidade desses ‘personagens reais’ dá-se não primordialmente pela transformação econômica, mas pela profunda alteração na maneira de encarar seu trabalho e seu papel individual e social. A conversação gera, portanto, o reconhecimento e o empoderamento do cidadão através da criação de alternativas de existência no mundo.

Palavra escrita ou falada, a linguagem verbal – pontua Citelli – ao mesmo tempo constitui os sujeitos, medeia as interações entre seres humanos e destes com a sociedade, registra a presença de tensões ideológicas e é arena na qual se corporificam as lutas entre diferentes interesses de grupos e classes – influenciando, portanto, as formas de mando e construção do poder.

Ao movimentar o mundo das palavras, os veículos de comunicação fazem mais do que lançar mão de um mediador técnico capaz de apresentar pensamentos ou embelezar ideias. Trata-se, antes de tudo, de criar alternativas e escolhas facultadas por este ou aquele termo, esta ou aquela maneira de elaborar o enunciado, e, por

decorrência, a informação, o conhecimento, em casos-limite, o saber. (CITELLI, 2006, p. 41-42).

Consolidam-se, assim, como dispositivos sempre contemporâneos, potenciais vetores de uma quebra de inocência (CITELLI, 2006) necessária, cujo reflexo na Comunicação Ambiental é passível de ser traduzido, não só, mas também, no emprego da palavra e da conversação à moda de Vick Muniz (LIXO EXTRAORDINÁRIO, 2009). Em suma, ainda que por vezes distorcido na forma de mensagens que mais alienam do que promovem tomada de consciência, como as peças publicitárias focadas neste capítulo, afirma-se o *verbum*, matéria-prima do pensamento e da conversação, como um dispositivo-mor na construção da permeabilidade da comunicação ambiental hodierna.

Em nosso próximo capítulo, abordaremos ângulos discursivos a partir dos quais se pode observar tal permeabilidade em plano local, global e glocal.

Capítulo 4 – Comunicação, Comunicação Pública e Meio Ambiente na Contemporaneidade – questões globais, locais e gloais

Entre os estudiosos contemporâneos, o Meio Ambiente não se limita a aspectos da vida biológica dos seres, dos ecossistemas/biomas em que se inserem. Acompanhando o processo de qualificação do conceito de ambiente desde os anos 70, pode-se perceber que este integra ao processo social, em sua formulação, a natureza dos processos biofísicoquímicos (PONTUSCHKA e KRASILCHIK, 2001). Segue-se que a alteração das condições degradantes do meio ambiente, a melhoria da qualidade de vida ou as trocas de energia em situação mais equilibrada está associada ao intento de

conquistar padrões sociais também mais equilibrados e atores sociais compromissados com o manejo de suas atividades locais – cientes de que, ao pensarem e agirem em função do equilíbrio das condições ambientais próximas, interferem no equilíbrio das condições planetárias (PONTUSCHKA e CONTIN, 2001, p. 16).

Ainda que em escala um tanto quanto distante da ideal, preocupações relativas aos problemas ambientais globais e locais têm ocupado um número crescente de cidadãos, graças ao trabalho da grande mídia, da mídia ambiental e a ações educativas desenvolvidas por diversas entidades, vinculadas ou não ao Poder Público. Em contrapartida, a despeito de ter sido ampliada a sensibilização de alguns segmentos sociais para a questão ambiental – principalmente por conta dos conflitos com que esta nos faz defrontar –, em termos gerais, “a grande maioria da população jamais participou de alguma forma de organização social que vise a promoção da qualidade de vida” (LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2008, p.31).

Entretanto, a expressão “qualidade de vida” é cada vez mais frequente no discurso coletivo vinculado a expectativas existenciais, representando, possivelmente, conceitos distintos para cada segmento da população urbana. Ainda assim, e por causa disso, vale trabalharmos alguns pontos-chave da noção, com vista a atentarmos para sua relação com a Comunicação Ambiental.

“O termo ‘Qualidade de Vida’ surgiu com o aparecimento das primeiras grandes ações que visam a preservação do meio ambiente, daí porque, até os dias de hoje, este termo é confundido com e até usado como sinônimo deste” (GIACOMINI FILHO, 1996, p. 41). O pesquisador lembra, no entanto, que o foco na resolução dos problemas ambientais por si só

não traz os benefícios desejados pela humanidade, uma vez que “seria ingenuidade supor que uma sociedade com má distribuição de renda ou com sérios problemas no sistema de saúde pública tivesse condições normais de existência mesmo que a questão ambiental estivesse solucionada” (GIACOMINI FILHO, 1996, p. 41). Ao contrário, assevera, à semelhança de Berna (2010), que “a insatisfação crônica dos indivíduos com as condições de alimentação, saúde, moradia etc estimula a agressão ambiental, por ser o meio ambiente uma preocupação secundária diante de tantas preocupações urgentes” (GIACOMINI FILHO, 1996, p. 41). Surge desse raciocínio a proposta de um entendimento do conceito ‘qualidade de vida’ como

algo que agregue todos os fatores que condicionam o bem-estar dos indivíduos e da sociedade como um todo. São fatores fundamentais: saúde, educação, espaço urbano e meio ambiente. A saúde porque condiciona a sobrevivência biológica e psicológica (...). A educação porque condiciona a formação intelectual e comportamental da atual e das futuras gerações. O espaço urbano na medida em que a convivência social nos centros urbanos traz à tona conflitos humanos, agressões ambientais e psicológicas e, em muitos casos, distorções sociais graves. O meio ambiente porque o equilíbrio ecológico é condicionante para a preservação das espécies e para o desenvolvimento sustentado da sociedade (GIACOMINI FILHO, 1996, p. 41).

Embora estejamos trabalhando com um conceito de meio ambiente mais recente, que inclui o espaço urbano como parte desse mesmo meio – e por tal motivo saltaria aos olhos a distinção feita pelo professor Giacomini entre meio ambiente e espaço urbano no excerto acima, ainda assim vale hoje o entendimento do autor acerca da qualidade de vida como uma composição de múltiplos fatores. Segundo o docente, “cada atividade social ou ambiental pode estar relacionada com a qualidade de vida e sob este prisma ser estudada” (GIACOMINI FILHO, p. 41- 42).

Desse ponto de vista,

qualquer abordagem sobre aspectos de qualidade de vida deve considerar a comunicação social, já que o processamento da informação é fundamental nos procedimentos de tomada de decisão, seja no âmbito do consumidor, do cidadão ou da sociedade (GIACOMINI FILHO, 1996, p. 42).

Cutter (1985, citada por RIBEIRO e VARGAS, 2004), ao discorrer sobre a noção de qualidade de vida, propõe o emprego de indicadores de três ordens: sociais, ambientais e perceptivos, dando aos dois primeiros “também uma dimensão perceptiva, isto é, de bem-estar ou não em relação a um elemento objetivo” (p. 15). Assim, face àquilo que o meio comunica ao indivíduo, a autora busca “avaliar as condições objetivas também a partir da imagem subjetiva do indivíduo e de suas expectativas em relação ao lugar”. Conclui, em seus estudos, que “a qualidade do meio é julgada mediante valores da sociedade” (CUTTER, 1985, apud

Ribeiro e Vargas, pp.15/16), e propõe uma abordagem holística, cujo objeto de análise é a cidade inserida num contexto cultural e subjetivo.

Belgiojoso (também citado por RIBEIRO E VARGAS, 2004) salienta que, para além de considerar apenas aspectos morfológicos ou fisiológicos quando se analisam prismas da qualidade de vida urbana, convém notar que até os elementos não definíveis esteticamente, embora bem visíveis na urbe, “são expressos em termos de *comunicação*, de *riqueza de estímulos*, de *mensagens*, de *informações* e de *significados*” (BELGIOJOSO, 1988, p. 25, grifo nosso, tradução: vide nota²⁷).

Tais elementos remetem à polissemia das práticas sociais: vários aspectos estão associados no interior de um comportamento, seja este explícito ou não (HIGUCHI; KUHNEN, 2008). Torna-se pertinente, pois, trazer outra vez Giacomini Filho, a fim de estabelecermos um elo mais claro entre a polissemia das práticas sociais e o nosso objeto de estudo, acompanhado de sua problemática:

De forma geral, os instrumentos de comunicação social devem ser vistos como elementos agregados aos atributos de qualidade de vida. Tal situação advém da vocação como agentes informativos e persuasivos. Porém, com a crescente adesão às questões sociais, nota-se na opinião pública uma reserva cada vez maior de espaço para que tais instrumentos venham participar mais concretamente das questões ligadas à qualidade de vida, já que nenhuma instituição tem demonstrado poder ficar sozinha no gerenciamento de questões tão importantes para esta e futuras gerações (GIACOMINI FILHO, 1996, p. 42)

Diante da constatação – atualíssima – de que tanto as instituições quanto os instrumentos de comunicação social têm se empenhado mais em trabalhar aspectos ambientais vinculados às dificuldades cotidianas em urbes de grande porte, como São Paulo, continuam nos intrigando os resultados tímidos obtidos face à urgência absoluta de providências concretas em larga escala.

Nosso interesse reside, pois, na comunicação como elemento fundante na construção de sentido ambiental proativo por parte do cidadão urbano exposto a um vasto contingente de informação ambiental disponível e, arriscamos dizer, subutilizado. Interessa-nos observar os processos comunicacionais na ótica da produção de sentido ambiental promotor de efetiva transformação de um *modus vivendi* que, a nosso ver, segue impermeável ao discurso ambiental na medida em que não promove significativa melhoria no ambiente urbano das grandes cidades.

²⁷ Registramos aqui nosso agradecimento à Irmã Helena Corazza, que gentilmente nos ajudou a traduzir esse trecho, a partir do original italiano, durante intervalo das discussões habituais no Grupo de Estudos.

No caso da metrópole paulistana, deparamo-nos com disparidades severas entre bairros no tocante ao cuidado ambiental. Teoricamente, podemos justificar tal fato recorrendo às diferenças econômico-educacionais entre habitantes das diversas regiões da cidade, o que não deixa de ter seu sentido, porém isso parece não dar conta de explicar por completo a produção pífia de sentido ambiental urbano. A fraca presença, na capital do Estado, de manifestações sociais em prol da recuperação ambiental consiste em um exemplo do comportamento-padrão do munícipe em relação aos danos ambientais na cidade.

Assim, notam-se sinalizadores de atenção maior ou menor a aspectos vinculados ao Meio – o cuidado estético, por exemplo, – conforme o bairro de que tratamos; porém, ao mesmo tempo é possível observar que, em escala municipal, o cuidado ambiental coletivo parece restringir-se à reprodução de discurso bem-pensado apreendido de múltiplas fontes. Tal discurso aparenta servir muito mais para a desopilação da consciência ou alívio de eventuais pressões sociais, pois concorre para eximir o cidadão de providências ambientais concretas uma vez tendo-se dele apropriado (reiterando NOVICKI, 2007). Isto é, questiona-se aqui, à luz dos autores trabalhados até o momento, se a mera apropriação do discurso ambiental circulante nas teias sociocomunicacionais significa empenho real em reverter determinadas lógicas que conduzem à crescente degradação ambiental urbana.

Mais do que isso, a internalização de valores ambientais coadunados à vida urbana carece de uma prévia preparação do cidadão para o estabelecimento ou o reforço de pontes participativas que ousem questionar os atuais ‘desvalores’ ambientais presentes (objetiva e subjetivamente) no ideário coletivo. É mister, então, tratarmos um pouco dessa vertente.

Na relação cidadão-neoliberalismo, imperativo se faz reforçar o questionamento fundamental: os fins econômicos são os únicos e justificam os meios? Está mais do que provado que não²⁸, entretanto permanece em falta o reconhecimento do óbvio ululante: ações superficiais em busca da coadunação ‘economia atual e sustentabilidade’ não podem continuar sendo tacitamente aceitas pela coletividade como um ‘alívio permanente da culpa consumista’. Já se propõe desde os anos 70, nos meios acadêmicos, a consideração de que o ideal de sustentabilidade com que deveríamos nos preocupar está essencialmente ligado ao conceito do ‘crescimento zero’ ou à teoria do decrescimento:

²⁸ Do contrário não se lançariam recentes holofotes midiáticos sobre o índice de felicidade dos habitantes do Butão (Felicidade Interna Bruta - FIB) e sequer se pensaria em construir para o Brasil um índice semelhante, como vêm tentando alguns teóricos, a exemplo dos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

A palavra de ordem “decrescimento” tem como principal meta enfatizar fortemente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado, objetivo cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e portanto para a humanidade. Não só a sociedade fica condenada a não ser mais que o instrumento ou o meio da mecânica produtiva, mas o próprio homem tende a se transformar no refugio de um sistema que visa a torná-lo inútil e a prescindir dele. (LATOUCHE, 2009, p. 4)

Quantas frentes vemos, porém, dispostas a levar adiante tal conceito – o de busca pela melhoria das condições da vida sem aumento de consumo, com a mudança do paradigma dominante – sobretudo em se tratando de meio urbano? São bem delineados o esforço e também o discurso (cuidadosamente construído) pela manutenção do sistema econômico atual em consonância com a sustentabilidade, arranjo ora denominado Economia Verde. Mas talvez valesse a pena para os cidadãos repensá-los e investir, com o auxílio dos meios de comunicação, na participação que pode cobrar políticas públicas massivas de resgate da qualidade de vida – com menor dependência dos sistemas financeiros. Ou, ao menos, de uma sustentabilidade mais pautada no bem-estar coletivo do que nos altos ganhos da roda financeira.

4.1. Da relação Meio Ambiente - Participação Cidadã à centralidade da Comunicação Ambiental no meio urbano

O exercício da cidadania ambiental ativa desponta hoje, de acordo com diretrizes da Secretaria do Verde e Meio Ambiente paulistana, como prioridade numa megalópole tal qual São Paulo. Essa nova realidade a ser conquistada perpassa um caminho configurado e edificado “em princípios que envolvem o interesse público, a justiça social, a dignidade e a qualidade de vida para todos” (MEIO, 2012, p.1). Por conseguinte, engloba nossa competência (dos cidadãos) no sentido de construir conjuntamente políticas inclusivas e adequadas ao conjunto da população, por meio de uma luta contínua para efetivar processos de participação que integrem a sociedade civil e governos comprometidos com a transformação (MEIO, 2012).

Na intenção de concretizar esse objetivo, têm-se ampliado no município as esferas nas quais o cidadão pode ingressar para participar ativamente da melhoria do meio urbano – orçamento participativo, audiências públicas, comitês de bacia e conselhos ambientais são exemplos. Entretanto questionamos se há aumento real, na mesma proporção, da participação cidadã nos canais abertos para esse fim. É possível especular os motivos pelos quais parece avançar a passos tímidos a adesão à ideia de cidadania ambiental como possibilidade massiva

aberta aos habitantes do município, porém não sem recorrer a estudos sobre os processos democráticos que envolvem a participação cidadã, sobretudo na esfera pública ambiental urbana.

4.2. Esfera Pública Ambiental, Democracia e Comunicação Ambiental Urbana

Nos estudos habermasianos de esfera pública (HABERMAS, 1990 e 2003), tanto quanto nos desdobramentos construídos por outros autores a partir de Habermas, notamos uma questão central: a da participação dos indivíduos na discussão dos problemas que afetam a todos os envolvidos em uma determinada esfera, dentre as inúmeras possíveis em nossa sociedade.

Sob a perspectiva da política discursiva ou deliberativa, Maia, em revisão de literatura sobre o assunto, confirma que compete aos cidadãos produzir as decisões públicas ou ao menos influenciá-las, por meio do debate crítico e “da tentativa de persuadir uns aos outros sobre os valores ou os cursos de ação que devem ser buscados conjuntamente”. (MAIA, 2011, p. 66). A pesquisadora salienta: autores ligados à tradição da democracia participativa buscam pensar novas formas de institucionalidade que possam “conferir um caráter formal às demandas oriundas dos atores civis” (MAIA, 2011, p.66).

Tais vozes procuram, assim, refletir sobre formas de assegurar uma participação empoderada do cidadão, vista como uma “participação sustentada por incentivos institucionais e por proteções contra vulnerabilidades econômicas ou contra outros poderes coercitivos” (MAIA, 2011, p. 66). A preocupação central reside não apenas em expandir a esfera pública a fim de que todos tenham voz (entendida como “instrumento que torna os cidadãos mais potentes”), mas também em aprimorar e “imaginar desenhos institucionais, com especificações sobre quem exatamente deve deliberar, onde, quando e como” (MAIA, 2011, p. 66).

Layrargues, também revendo obras sobre participação pública e democracia, conclui: a participação pública não apenas é considerada um dos princípios fundamentais da democracia, mas também um fator estratégico na proteção ambiental. Naturalmente, a participação do indivíduo nas decisões que afetam seus interesses ocorre “mediada por formas coletivas de representação” (LAYRARGUES, 2008, p. 135/136).

Revisitando os anais da Conferência Internacional de Direito Ambiental de 1991, realizada no Rio de Janeiro, Loureiro, Layrargues e Castro verificaram citações em torno da existência de uma multiplicidade de formas *coletivas* da sociedade participar, entre as quais

encontram-se também “*o direito de ser consultado antes de uma decisão do poder público, a negociação e mediação, a participação na decisão propriamente dita*”. Tais possibilidades transcendem, portanto, “a perspectiva puramente *individualista* de participação como uma contribuição em pequenas questões cotidianas” relativas à esfera ambiental, como, por exemplo, a redução do consumo conspícuo, a eliminação do desperdício, a reciclagem do lixo, a manutenção regulatória dos veículos, o consumo verde (BACKER, 1991, apud LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2008, p.136, grifo nosso). O caráter coletivo da formação do espaço público, compreendido como a arena do processo de participação democrática, constitui-se um dos requisitos mais importantes a serem preenchidos em prol de um projeto de participação que não seja individualista (BACKER, 1991, apud LAYRARGUES, 2008, p. 136). Destaca-se a necessidade do redescobrimento do sentido e destino da coisa pública como a questão central em termos de preocupação ambiental na atualidade, conforme sugere Pádua (1992, apud LAYRARGUES, 2008).

Pensando o meio ambiente em termos de cidade, o principal desafio hoje é que a urbe crie as condições necessárias para garantir aos cidadãos uma qualidade de vida, no mínimo, aceitável (JACOBI, 2008). Tal desafio requer a proposição de uma nova cidadania ambiental – e esta envolve diretamente a participação do cidadão. Jacobi observa que, embora os mecanismos de participação nas decisões ambientais tenham avançado e se institucionalizado nos últimos tempos, a grande maioria da população os desconhece ou não crê em sua eficácia²⁹. É preciso, então, avançar no sentido de se garantir algum poder de decisão, pois sem ele não há participação verdadeira. A população engaja-se, no entanto isso só ocorre se ela tiver uma função no processo (JACOBI, 2000 e 2008).

Desse modo, urge pensar a questão da sustentabilidade urbana na direção do reforço de “políticas socioambientais que se articulem com as outras esferas governamentais e possibilitem a transversalidade, reforçando a necessidade de formular políticas ambientais pautadas pela dimensão dos problemas em nível metropolitano”. Interessa iluminar, assim, “a importância de uma gestão compartilhada, com ênfase na co-responsabilização na gestão do espaço público e na qualidade de vida urbana” (JACOBI, 2008, p.18).

O cidadão, na perspectiva de uma gestão ambiental pautada pelo impacto de práticas participativas, ainda que controversas, transforma-se no “criador de direitos para abrir novos

²⁹ Alguns dos motivos vinculados ao problema são a perda de noção da consistência das políticas e do seu alcance, além da falta de credibilidade governamental e a ausência de continuidade administrativa, conforme Jacobi (2000).

espaços de participação sociopolítica” (JACOBI, 2008, p. 18). O autor complementa o raciocínio afirmando que

apesar das barreiras que precisam ser superadas para multiplicar iniciativas de gestão que articulem eficazmente a democracia com a crescente complexidade dos temas objeto de políticas públicas, justificam-se todos os esforços de fortalecimento do espaço público e de abertura da gestão pública à participação da sociedade civil (JACOBI, 2008, p.18)

Permitimo-nos, face a tal perspectiva, um breve apanhado histórico da questão ambiental no Brasil, objetivando, adiante, uma análise mais focada nos pontos relativos ao engajamento da sociedade civil na problemática ambiental da cidade de São Paulo. Nosso intuito, nesse momento, é o de estabelecer pontes entre a participação pública na esfera ambiental e os conceitos de democracia participativa, engajamento, reconhecimento, deliberação – todos trabalhados no âmbito dos estudos de Comunicação Pública, englobando a teoria do Capital Social e aportes da Educomunicação.

4.3. Da evolução das leis ambientais no Brasil rumo à participação cidadã nas questões ambientais dos municípios

A institucionalização de uma política nacional voltada ao meio ambiente deu-se com a lei nº 6938 de 31 de agosto de 1981, a qual originou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho de Meio Ambiente (CONAMA). A partir dessa lei, afirma Lemos (2008, p. 148), a questão ambiental adquiriu “novo *status*, deixando de ser exclusivamente subordinada ao desenvolvimento econômico”. No entanto, prossegue o autor, sua real implementação só se daria numa relação de equilíbrio com a política ambiental – assegurada pela Constituição de 1988, a qual sintetiza, no artigo 225, uma nova lógica de desenvolvimento:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer uma de suas formas, além de preservar florestas, fauna e flora constituem-se competência comum da União, do Distrito Federal e dos municípios (art. 23). O artigo 30 determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber. A Constituição do Estado de São Paulo, por seu turno, assinala que

os estados e os municípios providenciarão, com a *participação da coletividade*, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do Meio Ambiente Natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais e em harmonia com o desenvolvimento social e econômico (SÃO PAULO, 2009, cap. 91, art. 191, grifo nosso).

Em nível municipal, foi aprovada em 04 de abril de 1990 a lei orgânica do município de São Paulo, a qual, a exemplo das constituições Federal e Estadual, dedica ao meio ambiente um capítulo inteiro (o capítulo V, com dez artigos)³⁰. Em 06 de agosto de 1996, o CADES municipal³¹, por meio da resolução nº 17/96 estabelece o compromisso da cidade de São Paulo com o programa Agenda 21³², que propõe princípios e ações de gestão ambiental para o século XXI, propondo que cada cidade crie e execute sua Agenda 21 local, com a *participação* de toda a população.

O objetivo da Agenda 21 local é promover a internalização dos princípios e estratégias estabelecidos na Agenda 21 nacional no que tange à formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico descentralizado e *participativo*, a fim de estabelecer as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável (JESUS, 2011³³, grifo nosso). Importa considerar que a expansão da cidade de São Paulo, ao longo de toda sua história, desconsiderou cuidados com o planejamento urbano e com o respeito para com o meio. Por tal razão, vivemos hoje, na visão de Jesus (2011, slide 32), “uma consequência nítida e sensorial: qualidade de vida comprometida face a problemas reais enfrentados na urbe”

A observação atenta dos termos por nós grifados no decurso desta breve explanação histórica revela o link que pretendemos estabelecer entre a condição socioambiental alarmante da cidade de São Paulo³⁴ e a necessária participação do cidadão para a reversão dos inúmeros danos verificados na urbe. No entanto, tal conexão, para ser realizada com propriedade, requer a revisão de mais alguns conceitos básicos em torno da ideia de participação cidadã e engajamento ambiental, ao que reservamos o próximo capítulo.

³⁰ Os artigos de nº 180 a 190.

³¹ Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

³² Documento aprovado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, indicador dos compromissos de mudanças de padrão de desenvolvimento dos países participantes. Esse documento “introduz a ideia de que desenvolvimento e meio ambiente sustentável constituem-se um binômio central e indissolúvel” (LEMOS, 2008), e aponta para um planejamento estratégico e participativo para sua concretização.

³³ Conforme palestra proferida por Rogério de Jesus, da Guarda Ambiental Leste, em 03/12/11, no III Encontro dos Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz e Fóruns da Agenda 21 da cidade de São Paulo, realizado na Universidade Aberta do Meio Ambiente, São Paulo, capital.

³⁴ De acordo com o Diagnóstico GeoCidade de São Paulo, elaborado em parceria IPT/Secretaria do Verde e do Meio de São Paulo. Disponível em: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/meio_ambiente/projetos_acoes/0004/capitulo8.pdf

Capítulo 5 - Comunicação, Democracia e Engajamento na Sustentabilidade Urbana

Bordenave define democracia como um “estado de participação” (BORDENAVE, 1994, p. 8). Há quase vinte anos, o autor observava o crescimento do interesse pela participação em todo o mundo, nas mais variadas instâncias, o que ainda ocorre, permitindo vislumbrar, tanto na década de 1990 quanto agora, o adentramento progressivo no que ele denominava “A Era da Participação”:

O uso frequente da palavra *participação* também revela a aspiração de setores cada dia mais numerosos da população a assumirem o controle do próprio destino. As rádios convidam os ouvintes a “participarem” de sua programação telefonando, escrevendo, solicitando discos; os partidos políticos conclamam a população a participar; o vertiginoso crescimento do associativismo nesta década parece indicar que estamos entrando na *era da participação*”. (BORDENAVE, 1994, p. 8, grifos do autor)

Entretanto, Bordenave alertava para o fato de que esse interesse pela participação não necessariamente parecia estar acompanhado daquilo que ela é, com seus graus e níveis, suas condições, suas dinâmicas e suas ferramentas operativas. O pesquisador enxergava, ainda assim, um consenso, o qual parecia orientar a intensificação dos processos participativos: “o descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos” (BORDENAVE, 1994, p. 12). Assinalava, ademais, a participação não como apenas “um instrumento para a solução de problemas mas, sobretudo, *uma necessidade fundamental do ser humano*, como são a comida, o sono, a saúde” (BORDENAVE, 1994, p. 16, grifo do autor).

Cumprir lembrar que para a realização dessa necessidade inerente ao ser humano impõe-se o reconhecimento do indivíduo social. Para alcançar sua realização, norteadas por valores como autoconfiança, autorrespeito e autoestima, um indivíduo precisa do outro, que por sua vez o auxiliará no processo de construção de sua identidade – esse conjunto de fatores perfaz o conceito de reconhecimento (HONNETH, 2003; MATOS, 2011). Portanto, uma coletividade, quando toma consciência das injustiças que sofre, na luta pelo reconhecimento inicia um questionamento a fim de modificar os padrões de julgamento e valorização, já institucionalizados, dos indivíduos e grupos. A alteração de padrões não se concretiza, entretanto, se os grupos sociais forem incapazes de se organizar, o que os deixa “em desvantagem para conquistar a visibilidade necessária à obtenção do reconhecimento” (MATOS, 2011, p. 42).

O reconhecimento implicado na participação e no engajamento do cidadão³⁵ liga-se à ideia de que *‘a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte mas como se toma parte’* (BORDENAVE, 1994, p. 23, grifo do autor). Ou ainda:

Possivelmente, a insatisfação com a democracia representativa que se nota nos últimos tempos em alguns países se deva ao fato de os cidadãos desejarem cada vez mais “tomar parte” no constante processo de tomada nacional de decisões e não somente nas eleições periódicas. A democracia participativa seria então aquela em que os cidadãos sentem que, por “fazerem parte” da nação, “têm parte” real na sua condução e por isso “tomam parte” – cada qual em seu ambiente – na construção de uma nova sociedade da qual “se sentem parte” (BORDENAVE, 1994, p. 23).

Assim, somos conduzidos ao conceito de comunicação pública como instrumento fundamental da participação de qualidade. Para Matos, na esfera pública – *locus* de interação social de todos os agentes e interesses envolvidos –, a Comunicação Pública articula-se com a Comunicação Política. No interior dessa confluência, portanto,

transitam recursos humanos (cidadãos, políticos, eleitores), físicos (suporte da comunicação massiva, tecnologias interativas e convergentes), econômicos (capital, ativos em geral), comunicacionais (discursos, debates, diálogos estruturados dentro e fora das mídias massivas e recursos interativos) (MATOS, 2006, p. 71).

A comunicação pública, a despeito dos jogos de poder em permanente vigência nas sociedades, tem como questão central saber o que se busca e o que é obtido nesta esfera de relações: só os temas e interesses comuns dizem respeito à Comunicação Pública, conforme Matos (2006). Vale lembrar que a autora, ao longo dos anos, vem propondo um entendimento da comunicação pública

como o processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, como um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país (...) A comunicação pública exige, portanto, a participação da sociedade e de seus segmentos: não apenas como receptores da comunicação do governo, mas principalmente como produtores ativos no processo comunicacional (MATOS, 2011, p. 45).

Matos também sustenta: para que exista de fato interlocução e debate entre os atores da comunicação pública, é necessário criar espaços de discussão e deliberação acerca de temas políticos e sociais – “espaços capazes de viabilizar a formulação de suas demandas e sua consequente repercussão no governo, na sociedade e na mídia” (MATOS, 2011, p.45).

³⁵ Dahlgren (2009) estabelece diferença significativa entre esses conceitos. Engajamento político, conforme o autor, é um pré-requisito para que a participação ocorra; engajamento envolve estados subjetivos a partir dos quais se torna possível a mobilização, o centramento da atenção do indivíduo em um determinado objeto. O envolvimento do cidadão pode ser ancorado no individual, mas a participação requer coletividades, com cidadãos conectados por ligações cívicas. Para o engajamento tornar-se participação e contribuir para o aumento da ação cívica, é preciso proceder ao empoderamento dos cidadãos, a fim de que se sintam capazes de realizar atividades. De nossa parte, embora compreendamos perfeitamente a explicação, preferimos não adotar uma distinção muito rígida entre os termos, uma vez que às vezes nos parece que a participação é que precede o engajamento.

Em termos de políticas públicas municipais na área ambiental, como exemplo desses espaços (ainda que assolados por certos desvios de função conforme a região da cidade em que se encontram), destacamos os Conselhos de Meio Ambiente. A cidade de São Paulo conta com um conselho central, o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES), e com 32 conselhos regionais cuja constituição total levou cerca de quatro anos para completar-se³⁶. Sobre esses conselhos discorreremos agora, com vista a explicitar ao leitor sua natureza e funcionamento, bem como com o intuito de relacioná-los de maneira mais efetiva aos processos de participação que levam à cidadania ambiental no município.

5. 1. Os Conselhos de Meio Ambiente (CADES) na cidade de São Paulo e a participação do cidadão

5.1.1. O CADES ‘geral’ do município

Instituído nos termos do artigo 22 da Lei n.º 11.426, de 18 de Outubro de 1993, o CADES - *Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*, é um órgão consultivo e deliberativo em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, construído e do trabalho, em todo o território do Município de São Paulo. Seu funcionamento foi regulamentado pelo decreto nº 33.804, de 17 de novembro de 1993 e reorganizado nos termos da lei nº 14.887, de 15 de janeiro de 2009. O *Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável* é integrado por 36 membros, todos com seus respectivos suplentes, sendo 18 do Poder Público e 18 da Sociedade Civil, garantido o princípio da paridade. O mandato dos membros é de até dois anos, permitidas duas reconduções por igual período, conforme dispõe o artigo nº 34 (PORTAL PREFEITURA, 2011).

5.1.2. OS CADES regionais

Os *Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz* (CADES regionais) foram criados no município de São Paulo no ano de 2007, por meio de uma portaria intersecretarial. Em 2009, a lei municipal nº 14.887, de 15 de janeiro de 2009,

³⁶ Informação fornecida pelo Secretário do Meio Ambiente do município, Eduardo Jorge, em palestra proferida no III Encontro dos Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz e Fóruns da Agenda 21 da cidade de São Paulo (2012).

consolidou a proposição da existência deles em todas as subprefeituras. Os CADES regionais têm caráter participativo e consultivo, sendo compostos por oito membros indicados pelo poder público e oito conselheiros eleitos pela sociedade civil, em número paritário, cujo mandato tem a duração de dois anos, prevista reeleição por igual período. De acordo com o poder público municipal³⁷, as responsabilidades dos CADES regionais abrangem:

- I - Colaborar na formulação da Política Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz, por meio de recomendações e proposição de planos, programas e projetos ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, às Subprefeituras, à Secretaria Municipal de Participação e Parceria, à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e demais órgãos interessados;
- II - Apoiar a implementação, no âmbito de cada Subprefeitura, da Agenda 21 local e do Programa A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública;
- III - Apoiar a implementação do Plano Diretor Estratégico e dos Planos Diretores Regionais em questões relacionadas à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável e da cultura de paz;
- IV - Fomentar a cultura e os ideais de sustentabilidade, apoiando ações públicas ou privadas de conservação do meio ambiente, de promoção do desenvolvimento sustentável e cultura de paz;
- V – Promover a participação social em todas as atividades das Subprefeituras relacionadas à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável e cultura de paz;
- VI - Receber propostas, denúncias e críticas relacionadas à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável e cultura de paz, encaminhadas por qualquer pessoa ou organização, responsabilizando-se pelos encaminhamentos e esclarecimentos necessários;
- VII - Promover ações conjuntas com outros Conselhos que atuem na região das Subprefeituras correspondentes. (TERRITÓRIO CIDADÃO, 2011)

Na mesma fonte, encontramos a chamada ao exercício da cidadania ambiental, “que requer a participação efetiva de todos”. O discurso enfatiza a necessidade de não só apontar problemas ou denunciar o uso indevido dos recursos naturais, mas de propor soluções, realizar parcerias, mobilizar as comunidades, construir junto ao poder público políticas referentes ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Tudo isso, além de representar o que é participar, constitui-se no zelo pelo bem-comum (TERRITÓRIO CIDADÃO, 2011).

Percebemos, até aqui, uma dimensão bastante positiva dos CADES rumo à ampliação da participação cidadã na resolução dos problemas socioambientais do município. No entanto, há que observar um certo descompasso entre os reais objetivos dos CADES regionais e o que se verifica, ao menos em alguns deles, na atualidade.

Depoimentos espontâneos – e extraoficiais – coletados em conversações nas reuniões de um dos CADES regionais, no III Encontro Regional dos CADES municipais e na 11ª Conferência de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas da Cidade de São Paulo

³⁷ Informações extraídas das diretrizes do curso Território Cidadão – curso de formação de conselheiros oferecido às comunidades da macrorregião Norte 1 da cidade de São Paulo, realizado em 2011. Referências completas ao final deste trabalho.

(CONFERÊNCIA, 2012) dão conta do esvaziamento progressivo dessas instâncias de participação em algumas regiões da cidade. Os motivos alegados por alguns dos depoentes³⁸ consistem em: a) insatisfação com os processos dialógico-deliberativos adotados nos CADES regionais (predominância da visão e dos interesses do poder público, tornando o espaço um espaço de manobra da administração pública em prol da consecução de seus objetivos; repressão da fala cidadã, conforme o assunto abordado); b) o subsequente desânimo por não enxergarem nesse canal um meio real de “formulação de demandas e sua consequente repercussão no governo, na sociedade e na mídia”, para retomar as palavras de Matos (2011, p.45) e c) desagrado quanto à ausência repetida, nas reuniões, de representantes do Poder Público nomeados para integrar os CADES regionais. (Alguns se valem da ausência da obrigação legal de fazê-lo)³⁹.

Verifica-se, face ao exemplo dado, a existência de diversos problemas correlacionados ao envolvimento público na gestão ambiental. Jaffray (1981, apud FURRIELA, 2002) realizou leitura anotada de extensa bibliografia sobre esse tema. Apropriamo-nos aqui dos aspectos destacados por ele e recolhidos por Furriela (2002), por entendermos tratar-se de elementos fundamentais a considerar quando pensamos em participação cidadã:

- a) A participação pode dar ensejo à mobilização de interesses antagônicos;
- b) A participação pode ser cara, lenta e gerar demora para a tomada de decisão;
- c) Muitos segmentos promovem *lobby* em favor de interesses locais/próprios ou de privilégios especiais;
- d) A participação pode não ser representativa: todos os segmentos relevantes não estão presentes;
- e) A participação pode não ser legítima: aqueles que participam não são necessariamente aqueles que devem ser os reais portadores da opinião do público ou da população afetada;
- f) Muitas questões envolvem conhecimento técnico específico, de difícil alcance ao cidadão comum;
- g) Muitas agências circulam apenas informações previamente selecionadas ou maculadas de vícios;
- h) Falta de interesse ou competência profissional do coordenador para a realização de um processo participativo (necessidade de um coordenador competente, qualidade rara de se encontrar);
- i) Tomadores de decisão podem muitas vezes ser alienados, pouco se importando com os “representados” e suas “crises emocionais”, típicas em situações em que se decide sobre problemas ambientais;
- j) Tendência a maior influência por parte dos cidadãos mais afluentes e poderosos;
- k) Desigualdades econômicas e sociais prejudicam a participação por diferentes segmentos;

³⁸ Que não representam, obviamente, a opinião da totalidade dos participantes dos CADES, mas dão uma ideia de algumas insatisfações que podem comprometer a participação cidadã em instâncias dessa natureza.

³⁹ Segundo o Secretário do Meio Ambiente do município em exercício no momento desta pesquisa, Eduardo Jorge, em fala pública no III Encontro dos Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz e Fóruns da Agenda 21, a Secretaria Municipal de Participação e Parceria (SMPP), a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) não são obrigadas por lei a participar dos CADES regionais, mas é desejável que participem. O Portal da Prefeitura (PORTAL, 2012) esclarece que Caso a SEME e SMPP não indiquem representantes, outras Secretarias podem ser convidadas para indicar representantes no seu lugar.

- l) Falta de senso de comunidade: a sociedade ocidental valoriza mais o sentido de liberdades e interesses individuais do que estimula o sentimento de pertença a uma comunidade, fundamental em prol da participação na mesma.
- m) A participação na tomada de decisões sobre questões ambientais tende a ser altamente politizada, permeada por julgamentos de valores e conflitos de valores⁴⁰;
- n) Falta de acesso à informação;
- o) Falta de conhecimento do público sobre as questões em discussão;
- p) Questionamentos sobre conteúdo e origem da informação sob discussão;
- q) Excesso de burocracia e procedimentos extremamente restritivos, problemas de entendimento do público sobre procedimentos;
- r) Falta de cooperação por parte do administrador público que muitas vezes não gosta e vê com suspeita a participação pública;
- s) Falta de infraestrutura, recursos humanos e econômicos por parte do administrador público que promove o processo de envolvimento da população;
- t) A participação de alguns grupos de cidadãos é tida muitas vezes como excessivamente radical, romântica ou ainda desprovida de fundamento científico ou falta pesquisa sobre a realidade sob análise. (FURRIELA, 2002, p. 63/64)

Ao mesmo tempo que notamos, por meio da listagem acima, a miríade de dificuldades associadas à participação do povo nas decisões que afetam sua vida, cabe observar a existência de autores trabalhando com afinco – e propondo soluções – em um ou vários dos aspectos assinalados. Interessa-nos, na próxima seção deste trabalho, pontuar alguns prismas que consideramos fulcrais.

5. 2. Engajamento ambiental urbano: ruptura ou construção?

Esta seção trata de questões adicionais envolvidas na construção dos processos de engajamento do cidadão urbano na preservação do meio que habita. Buscamos um entendimento mais apurado das razões e condições vinculadas ao ingresso do indivíduo citadino na construção da sustentabilidade ambiental e/ou os fatores condicionantes de uma ruptura nessa relação, considerando as mediações comunicacionais aí reinantes. Vamos, pois, a mais aportes teóricos que facilitam a tessitura das pontes de engajamento ambiental.

Para Daniel Bell, a política local, de porte restrito, torna oportunas práticas significativas criadas e moldadas por compreensões sociais, em contraste com a abstrata e burocrática aparelhagem política institucional (Bell, 2000). Nesse sentido, o voluntariado é citado por ele como um dos meios pelos quais não apenas se deflagra um processo participativo, mas também como elemento capaz de manter uma coesão social indispensável ao engajamento dos indivíduos:

A demanda por um retorno à “sociedade civil” é a procura de um retorno a uma escala gerenciável da vida social, particularmente onde a economia nacional tornou-

⁴⁰ ‘Conflitos de valores’ é a expressão tal como aparece na publicação em foco, porém imaginamos que pudesse haver aqui algum engano de digitação, já que nos pareceria melhor a expressão ‘conflito de interesses’.

se incorporada a um quadro internacional e a política nacional perdeu algum grau de sua independência. Ela enfatiza associações voluntárias, igrejas e comunidades, sob o argumento de que as decisões devem ser tomadas localmente – algo mais factível agora, dadas as novas tecnologias, com sua promessa de indústrias descentralizadas ou pequenas firmas (BELL, 2000, p. 388, tradução nossa).

A ênfase em trabalho voluntário, participação das igrejas e de comunidades locais de qualquer natureza conduz-nos a Walzer. Este autor define a sociedade civil como o espaço no qual se materializam relações humanas não coercitivas, cujo elemento comum é a associação; também a traduz como o conjunto de redes formadas em favor da família, da fé, do interesse e da ideologia daqueles que delas participam (WALZER, 1998).

O trabalho voluntário, afirma Maia, é valorizado de maneira especial por permitir que as pessoas alcancem seus objetivos, “através do diálogo, da barganha ou da persuasão, ao invés de compromissos impostos por governos ou através de incentivos mercadológicos proporcionados por firmas” (MAIA, 2011, p. 54). As associações dedicadas ao voluntariado, segundo ela, “ajudam a desenvolver nos indivíduos hábitos cívicos benéficos à democracia: habilidades participativas, confiança recíproca e tolerância mútua” (MAIA, 2011, p. 54), ou seja, auxiliam na construção do capital social tal como delimitado por Putnam: “Capital social refere-se a redes de conexão social – fazendo *com*. Fazer o bem *para* outras pessoas, embora louvável, não faz parte da *definição* de capital social” (PUTNAM, 2000, p. 117, grifos do autor, tradução nossa).

Entretanto, a operacionalização do conceito vinculado à tríade de hábitos cívicos recém-mencionada, passa, necessariamente, por outra linha de força, aquela relativa à conversação cívica e sua relação com a deliberação. O poder de deliberação permanece, via de regra, restrito ao Estado e a grupos econômicos hegemônicos, e isso retarda a concretização de um espírito participativo ancorado nos valores coletivos reais e nos interesses individuais⁴¹ da população. Em tal quadro, a conversação representa uma possibilidade de que o sujeito social se torne um sujeito democrático, fortalecendo sua capacidade argumentativa. Matos (2009, p.71), a esse respeito, assegura:

Uma vez orientada para a busca da intercompreensão e do entendimento cooperativo acerca de um problema de interesse geral, a conversação pode politizar-se e, assim, proporcionar efeitos democráticos ligados à formação do cidadão.

Os vínculos de solidariedade e pertencimento propiciados e reforçados pelas conversações cívicas (Marques e Maia, 2008), além de contribuírem para o processo

⁴¹ Em relação à importância dos interesses individuais enquanto constructo pertinente à participação e à tomada de decisões em plano coletivo, consultar o artigo *O papel dos interesses na construção de uma ética dos processos comunicativos*, de Ângela Marques (2011). Referências completas ao final deste trabalho.

democrático, ajudam os cidadãos a desafiar as relações de poder existentes na sociedade, uma vez que a conversação os auxilia na interpretação de seus problemas de maneira objetiva e coletiva (MATOS, 2009). Pesquisadores das áreas de Ciência Política, Filosofia Política e Comunicação Social demonstram interesse crescente pelo papel desempenhado pelas interações comunicativas “em contextos em que os indivíduos buscam desenvolver, rotineiramente, capacidades e habilidades vinculadas à participação política e à construção da cidadania” (MARQUES E MAIA, 2008, p.143). Esses estudos

mostram que formas específicas de interação discursiva, como a conversação e a discussão, são essenciais para a criação de modos mais complexos de entendimento de situações, políticas públicas, programas ou questões problemáticas relativas à vida cotidiana dos cidadãos. (...) contudo, ao procurarem evidenciar as contribuições da discussão política ou da conversação cotidiana à democracia deliberativa, não exploram a dinâmica das trocas comunicativas que se dão entre parceiros dialógicos localizados em esferas de maior invisibilidade social com a devida atenção. O foco ainda persiste nos discursos que compõem o fluxo principal (mainstream) das questões de ampla publicidade (MARQUES E MAIA, 2008, p. 143-144).

A reduzida atenção à “dinâmica das trocas comunicativas entre parceiros dialógicos localizados em esferas de maior invisibilidade social” parece, sob nosso prisma, emperrar também os diálogos em favor de um meio ambiente com qualidade de vida nas grandes cidades. Destarte, tanto o reforço dos vínculos de solidariedade e pertencimento quanto a ampliação das pesquisas comunicacionais sobre a conversação e os fluxos comunicativos menos visíveis socialmente fazem parte de um processo cujo valor é inominável na democracia deliberativa. Ainda mais quando se considera que

a expansão metropolitana no Brasil tem se realizado como processo de modernização seletiva, ancorado em usos instrumentais do arcaico e do precário que agravam as condições materiais de vida e a apartação social e política de grande parte da população. A existência de padrões assimétricos de urbanidade, por sua vez, reforça padrões de governabilidade que dispensam o empenho na reconstituição do público e reiteram o patrimonialismo. A produção de outra realidade requer a formulação de estratégias de ação via Estado e via sociedade civil, âmbitos indissociáveis que, porém, apresentam diferentes temporalidades e possibilidades de definição de ações e meios. (ALGEBAILLE, 2007, s/p)

O trabalho de Algebaile discute justamente as formas de atuar em prol da potencialização da sociedade civil por intermédio de canais de agregação de ações, experiências, instituições, forças e recursos que não sejam instrumentos tutelares, com o objetivo de produzir gradualmente as novas exigências sociais de governabilidade. A busca da potencialização da sociedade civil proposta por essa autora tem, a nosso ver, relação direta

com duas abordagens das quais nos ocuparemos um pouco mais neste capítulo: a Teoria do Capital Social e os postulados da Educomunicação.

De acordo com Matos (2009) e Baquero (2003), o termo Capital Social teria sido empregado pela primeira vez por Hanifan, supervisor estadual de escolas rurais no estado de West Virginia, nos EUA. Em um escrito de 1916, Hanifan afirma que capital social refere-se

...às coisas intangíveis (que) são importantes para o cotidiano das pessoas: boa vontade, amizade, solidariedade, interação social entre os indivíduos e as famílias que compõem uma unidade social. Um indivíduo é socialmente desassistido se deixado inteiramente a si mesmo. Mas se entrar em contato com o seu vizinho, e este com outros vizinhos, haverá uma acumulação de capital social, que pode imediatamente satisfazer suas necessidades sociais e que pode ostentar uma potencialidade social suficiente para a melhoria substancial da comunidade, para as condições de vida de toda a comunidade. A comunidade como um todo se beneficiará pela cooperação de todas as suas partes, enquanto que o indivíduo vai encontrar nas suas associações as vantagens da ajuda, da solidariedade dos seus vizinhos. Primeiro, então, deve haver um acúmulo de bem-estar comunitário (...) (Hanifan, 1916).

Dessa primeira definição – a partir da qual Hanifan menciona a escola como eixo central no processo de formação do capital social e na qual se destaca o valor implícito, no interior de uma rede social, das suas conexões internas e externas –, derivaram muitas outras, inter-relacionadas⁴², que remetem ao diagnóstico da participação cidadã nas questões ambientais da urbe. Salientam-se os esforços de todos os que hoje têm colocado seu próprio capital social à disposição da causa ambiental, entretanto frisa-se a necessidade de estes também se voltarem ao acompanhamento permanente dos processos democráticos que a estimulam ou desestimulam. Assim, se “a teoria do capital social tem no âmago de sua análise o desempenho das instituições democráticas” (BAQUERO, 2003), tanto mais essa vigilância permanente deve ser impetrada por todos aqueles que buscam, além do próprio engajamento, a ampliação do engajamento ambiental coletivo.

Tal estado de alerta pode constituir-se, também, num antídoto contra o trabalho desfavorável ao meio ambiente urbano promovido pelo chamado “capital social negativo”⁴³. Outrossim, interessa-nos aqui reiterar que tal vigilância tem sido favorecida, nos últimos anos, pelas redes sociais, cujo potencial democrático advindo da comunicação horizontal é inquestionável, embora não esteja tão claro em que medida tais redes têm conseguido reverter

⁴² Para uma compreensão mais completa e objetiva da teoria em foco, ver quadro revisional do conceito de Capital Social elaborado por Matos (2009) e seus desdobramentos.

⁴³ A esse respeito, ver Matos (2009, p. 153 e ss).

a ‘tendência ao desengajamento ambiental’⁴⁴ verificada tanto no Brasil quanto na cidade de São Paulo, para a qual voltamos o olhar com mais cuidado neste texto.

Construir a cidadania plena, elemento matricial de uma atitude transformadora, a qual represente repúdio e reparação aos danos ambientais urbanos, exige fortalecer o *capital social* dos indivíduos, conduzindo-os ao *empoderamento*, conforme aponta Baquero (2011, grifo nosso). Dificuldade a qual não podemos deixar de aventar nesse processo constitui-se uma das apontadas por Lycarião: a não constatação ou a não presença de “relações causais diretas que permitam afirmar que a disponibilidade de um sistema informativo com níveis mais acessíveis e discursivamente densos de argumentação implica que os cidadãos irão, de fato, utilizar-se de tais vantagens” (LYCARIÃO, 2011, p. 288), faceta igualmente abordada por Berna (2012a) na temática ambiental.

Uma das possibilidades de busca das causas do desengajamento ambiental ou da participação cidadã tímida face aos gritantes problemas ambientais da urbe conecta-se à necessidade que o munícipe sente de engajar-se na luta por um meio ambiente saudável para todos. Cumpre-nos, pois, indagar: tal necessidade é real para o munícipe? O munícipe acredita que a luta também é dele ou a atribui exclusivamente ao poder público? Jacobi assinala que somente pessoas bem informadas, integrantes de uma população organizada, são cidadãos críticos, conscientes, que “compreendem, se interessam, reclamam e exigem seus direitos ambientais junto ao setor correspondente, e por sua parte estão dispostas a exercer sua responsabilidade ambiental” (JACOBI, 2008, p. 16).

Vale ressaltar que quaisquer das ações citadas exige interesse e habilidade comunicacional, em maior ou menor grau, do cidadão interessado em participar, bem como também demanda um nível de operacionalização por parte do poder público. Tal operacionalização parece ainda hoje esbarrar em arcaicas burocracias que desanimam mesmo os cidadãos mais ativos⁴⁵.

⁴⁴ Verificada por Jacobi (2008).

⁴⁵ Em 1992, Ladislau Dowbor alertava para uma limitação significativa, que parece persistir apesar de avanços recentes, por exemplo, nas políticas públicas municipais de meio ambiente: “Na realidade, os nossos estados estão estruturados segundo uma situação historicamente ultrapassada, em que havia capacidade de governos apenas na capital e em alguns centros enquanto o grosso da população era constituído por camponeses diversos. Hoje, com a urbanização generalizada, as populações podem resolver os seus problemas localmente, e o Estado centralizado se tornou anacrônico. A administração local se vê, portanto, esmagada entre as necessidades explosivas que surgem no município e a inoperância das outras instâncias, realizando um trabalho de contenção de pressões sem os meios correspondentes” (DOWBOR, 1996, p. 52).

Nesse quadro, para além da discussão (pertinente e também necessária) sobre a ausente Educação de qualidade como formadora do senso crítico promotor da cidadania ambiental⁴⁶, outra faceta se torna observável. Amparado em resultados de pesquisa empreendida em 1995, Jacobi apurou que não difere muito entre diferentes estratos socioeconômicos a percepção generalizada quanto à assimilação do impacto dos problemas ambientais e a convivência com os riscos representados por eles. Os dados de sua pesquisa revelaram que a maioria dos habitantes dos domicílios paulistanos está ciente das soluções e possibilidades existentes para minimizar os impactos negativos advindos da degradação ambiental. Não obstante essa percepção exista, nota-se que, em termos gerais, os moradores aceitam a convivência com agravos e, ademais, assumem uma atitude passiva diante do problema (JACOBI, 2008). Um dos resultados da investigação, considerado surpreendente pelo autor, diz respeito ao volume de respostas enfatizando a relevância da ação governamental como controladora, gestora-indutora e agente direcionador, responsável principal por prevenir a degradação ambiental:

(...) mais de 80% dos moradores entrevistados enfatizam a necessidade de que o poder público supervisione a execução das políticas públicas, informe e oriente através de campanhas educativas e estimule uma dinâmica de responsabilidade comum da comunidade na prevenção da desordem ambiental (JACOBI, 2008, p. 179).

É fato pouco contestável que a responsabilização do governo municipal, na maior parte dos casos, procede, pois os impactos negativos do conjunto de problemas analisados na pesquisa (tais como contaminação das fontes d'água, insuficiência da rede de esgotos e de drenagem, poluição do ar, falta de locais adequados para o despejo de resíduos sólidos e outros) resultam principalmente da negligência ou omissão do poder público na prevenção de distúrbios ambientais que afetem a vida da população, bem como, frequentemente, deriva da precariedade dos serviços públicos. No entanto constitui-se também “o reflexo do descuido e da negligência dos moradores” (JACOBI, 2008, p. 178).

Esse quadro aponta para a contraposição do significado dos problemas ambientais da urbe e as práticas sociais dos mais e dos menos abastados, “representada sempre pela defesa de interesses particularizados que interferem significativamente na qualidade de vida da cidade como um todo” (JACOBI, 2008, p. 178/179). O estudioso conclui que atores diferenciados – situados em campos bem opostos na pirâmide de distribuição de renda do município – em nome de interesses particulares, afetam o interesse geral.

⁴⁶ Prisma ao qual nos reportamos no capítulo 1.

Um dos aspectos que mais chama a atenção na análise dos resultados da pesquisa está relacionado com a ambiguidade em torno da compreensão da noção de interesse geral, tema fundamental no debate da questão ambiental. (JACOBI, 2008, p. 179)

Torna-se mister perguntarmos, a partir desse ponto e amparados por reflexões anteriores, qual parcela dos munícipes atinge hoje o patamar de ‘cidadão crítico’, nos moldes aventados por Jacobi. A maioria dos cidadãos urbanos questiona ou aceita de maneira tácita o “interesse geral” que nos parece excessivamente atrelado aos condicionamentos econômicos impostos pelo sistema?

A aceitação tácita parece mais de acordo com este fato:

Historicamente, a comunicação voltada para o meio ambiente esteve bastante baseada numa abordagem vertical ou mesmo autoritária. A (...) expressão público-alvo, muitíssimo utilizada em campanhas de conscientização, emprestada do vocabulário militar, já indica uma posição de certo modo autoritária do comunicador, que se considera detentor do conhecimento e o público um mero receptor⁴⁷ (RIBEIRO, 2004, p. 74).

Mas a questão do interesse ‘expande-se e contrai-se’, na atualidade, retornando por vezes ao aspecto individual, o que implica a qualidade do processo de participação do cidadão nas decisões sobre temas coletivos. Para Marques, o desafio às relações de poder instauradas no corpo social abrange também a problemática do interesse – conforme proposta pela autora quando de sua análise da ética dos processos comunicativos. Sob o olhar da pesquisadora, ações comunicativas como as postuladas pela teoria habermasiana “não estão descoladas dos interesses particulares dos sujeitos em interlocução”, pelo que se faz necessário refletir sobre alguns aspectos basilares a partir do entendimento de que o “universo de compreensões e interesses singulares desses sujeitos” configura-se “um horizonte ampliado e partilhado de sentidos” (MARQUES, 2011, p. 2).

Nesse horizonte partilhado, importa estabelecer dois questionamentos essenciais: a) “até que ponto a discussão fornece mesmo condições paritárias de expressão e enunciação, dificultando a construção de estratégias voltadas para o alcance de fins particulares”? ; b) “em que medida interesses particulares são redimensionados para serem diluídos em demandas coletivas via debate racional”? (MARQUES, 2011, p. 2)

Estamos diante da busca por um ponto de equilíbrio entre a defesa dos interesses pessoais/grupais e o interesse público no sentido de demandas advindas legitimamente da ‘*esfera pública coletiva*’, com perdão da redundância – por ora necessária ao desenrolar do raciocínio. Marques aponta como “um erro excluir o autointeresse dos processos

⁴⁷ ‘Receptor’ seria a palavra apropriada aqui, uma vez que a palavra receptor traz conotação negativa, registrada pelos dicionários. Optamos, no entanto, por manter o termo originalmente escolhido pela autora.

interacionais em nome de um ideal de imparcialidade que pode mais prejudicar do que auxiliar na compreensão recíproca entre os interlocutores” (MARQUES, 2011, p. 15). Talvez resida aí um entrave para o avanço da produção de sentido ambiental durante atividades coletivas dedicadas à discussão do tema, para cuja resolução o sistema de mídias guarda um potencial único.

Um sistema midiático capaz de promover mediação pela via do debate pluralista, considerando interesses gerais e autointeresses, – os quais não se podem, obviamente, sobrepor aos interesses gerais, – emerge como condição importante para o entendimento, um requisito essencial aos processos deliberativos na esfera pública – mormente no que concerne a deliberações socioambientais. Maia aponta a atualidade da noção habermasiana de esfera pública e reforça a importância do jornalismo como agente de mobilização capaz de gerar conhecimento político e engajamento cívico:

Como fórum para o debate pluralista, a noção de Habermas de ‘esfera pública’ permanece altamente influente, seja como arena de debate mediando o Estado e os cidadãos, seja como o espaço da comunicação orientada ao entendimento (facilitando a deliberação informada sobre as questões mais amplas da agenda política). Nesta dimensão, o sistema jornalístico deve funcionar, de maneira mais geral, como o ‘canal’ que proporciona aos governantes e governados as oportunidades para a efetiva comunicação uns com os outros. (...) podemos considerá-lo bem sucedido se encoraja a aprendizagem sobre a política e sobre as questões públicas, se estimula o interesse e a discussão dos cidadãos, motivando o público a participar através dos canais disponíveis para a ação cívica. (MAIA, 2002, p. 4)

Deriva desse conjunto de reflexões nossa segunda indagação: o munícipe de uma cidade gigantesca, cujas disponibilidades comunicacionais são múltiplas, percebe e aproveita as oportunidades de deliberação que lhe são oferecidas? Esse mesmo cidadão é capaz de reconhecer as manobras manipulatórias do poder econômico e político (em alguns casos) no sentido de fazer parecer que a relação instaurada hoje entre cidadão e meio urbano, muito próxima do descaso coletivo, é a única possível ou é ‘natural’? Em outras palavras, até que ponto o cidadão acredita nas mensagens consumistas propaladas pelo ideário neoliberal a ponto de olvidar toda a informação ambiental atrelada ao consumo desmedido e ao descarte do lixo produzido por esse consumo na urbe? Quanto tempo se detém o cidadão buscando elos entre as mensagens subliminares do sistema econômico e a comunicação pública sobre meio ambiente?

Papel cada vez mais relevante assume a participação na “denúncia das contradições entre os interesses privados e os interesses públicos, entre os bens públicos e os bens privados”, bem como “entre uma cultura da desesperança que busca benefício atual e desvaloriza o futuro” diante da “construção de uma cidadania ambiental que supere a crise de

valores e identidade e proponha uma outra, com base em valores da sustentabilidade” (JACOBI, 2008, p. 16). Nesse processo, a comunicação ambiental – ligada à Educação Ambiental – constitui-se um valioso “instrumento de mudança social, com uma forte dimensão política, na medida em que os sujeitos que participam de decisões que afetam suas vidas formam as bases para a construção de uma sociedade civil democrática” (RIBEIRO, 2004, p. 72).

Inevitavelmente, a superação de crises de qualquer natureza e a proposta de alteração de valores perpassam, como sabemos, não apenas as disciplinas que objetivam educar ambientalmente o cidadão, mas a Educação em sua totalidade, sendo a Comunicação condição *sine qua non* no processo – razão pela qual nosso primeiro capítulo tratou de indagar qual tem sido o papel da escola na mudança de comportamento em relação ao meio ambiente urbano.

Nosso último capítulo se fará a partir das interfaces proporcionadas pela Comunicação-Educação-Educação Ambiental na relação homem-meio ambiente.

Capítulo 6 – Comunicação Socioambiental – interfaces da relação homem-meio ambiente

O campo ambiental, pontuam Jacobi e Tristão, acolhido pelos movimentos sociais e pelas Ciências Sociais relativamente há pouco tempo⁴⁸, “agrega outros campos teóricos e metodológicos para sua tessitura e compreensão da sua abrangência e complexidade” (JACOBI e TRISTÃO, 2010, p.14) . Não apenas profissionais militantes do movimento ambientalista, mas também outros, advindos de diferentes áreas de atuação e de conhecimento, veem-se motivados, hoje, a participar de um projeto medular, mencionado pelos autores em foco e por diversas outras vozes sociais: o projeto de transformação da sociedade pela via da ação sustentável.

A agregação de distintos campos teóricos em torno da questão ambiental dirige-nos à reflexão sobre o movimento do campo que envolve a relação homem-meio ambiente, fundamental quando se pensa em transformações do *modus vivendi*. Do mesmo modo, remete ao valor do Campo da Comunicação como parte das interfaces envolvidas em estudos inter/transdisciplinares que possibilitarão avanço real na proposta de transformação da sociedade. Por tal razão, lembramos aqui que Martín-Barbero enxerga os estudos interdisciplinares/ transdisciplinares como o caminho para se trabalhar dentro do campo da comunicação e propõe “desencapsular” a pesquisa científica. A identificação com sua linha de pensamento permite-nos reforçar nosso interesse pela Educomunicação Ambiental, também pautada pela visão “que insere a comunicação nas práticas, nas transformações que afetam todas as dimensões da vida” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 159).

Refletir sobre Educação Ambiental, vertente educativa da qual deriva a maior parcela das discussões sobre o meio urbano, envolve não apenas pensar nos recursos naturais e construídos como uma entidade externa cuja problemática emergente nos atinge, mas “remete a uma discussão do entendimento do sujeito, do seu *modus vivendi* e do modo de pensar sua existência na relação com o meio ambiente e seus elementos constituintes” (HIGUCHI e KUHNEN, 2008, p. 182). Por conseguinte, reforçam as autoras, a preocupação com a questão ambiental não está restrita ao âmbito das ciências naturais, mas atinge de maneira direta as ciências humanas e sociais.

⁴⁸ Nos anos 60, informam os autores, as Ciências Sociais mostravam-se muito reducionistas em seus estudos e pesquisas direcionados ao entendimento da relação entre sociedade e natureza (JACOBI e TRISTÃO, 2010, p.14).

No interior das ciências humanas e sociais, a preocupação com o meio, sob uma perspectiva crítica enraizada ou radical, que pretenda atingir o âmago da reflexão socioambiental⁴⁹, inclui desafios à educação ambiental, os quais necessitam ser considerados de modo articulado. Tais embates dizem respeito “às dimensões centrais da perseguida práxis socioambiental transformadora: relação entre reflexão e ação, ou seja, entre consciência ambiental e participação na esfera pública” (NOVICKI, 2007, p. 136). Por essa razão, torna-se apropriado trazermos à discussão alguns aportes cujo lastro é a Teoria Crítica, os quais nos auxiliarão na análise da interface em que estamos interessados neste momento.

Siebeneichler (2003) comenta a relação homem-natureza e o vínculo dessa relação com a comunicação, presente nos escritos de Habermas: se enfocarmos a atividade humana em sua relação com a natureza, podemos descobrir que, por um lado, o homem sente necessidade de apropriar-se dela baseado no aspecto da utilidade, ou seja, ele tenta subjugar a natureza às suas necessidades básicas, sob o prisma racional voltado a fins. O maior sucesso possível através da economia dos meios é o que comanda esse processo. Trata-se, em primeiro plano, de uma atividade teleológica, instrumental; em segundo plano, entretanto, o processo de apropriação da natureza pelo ser humano inclui a sociabilidade e a comunicação – sem prescindir da linguagem para que seja bem sucedido.

Martín Serrano (2009), por seu turno, alerta-nos sobre a possibilidade de que a comunicação humana cancele o vínculo dialético do homem com a natureza, pois os novos usos comunicativos da informação seriam, na verdade, desorganizadores da complexidade do mundo, em razão de serem desinformativos, entrópicos. O autor prossegue afirmando que a comunicação humana deve operar não como escrava ou inimiga da natureza, sob pena de contribuir para a extinção da vida no planeta. Também sustenta que a Teoria da Comunicação apresenta, entre outras aplicações práticas, a utilidade de contribuir para que a comunicação humana não se desnaturalize e não nos desnaturalize.

Desse modo, Martín Serrano valoriza a “comunicação que humaniza” – proporcionando visões da comunidade e do mundo as quais direcionam o esforço coletivo para reproduzir as organizações sociais e suas identidades. Da mesma forma, analisa a comunicação coletiva empregada quando o objeto de interesse é constituído pelos vínculos entre Natureza e Sociedade. Para ele, a comunicação coletiva “se debate entre os empenhos de gerar informação para naturalizar a Sociedade ou para socializar a natureza”, destacando a prática a que denomina ‘empenho restaurador’. Esta se evidencia pelas técnicas empregadas

⁴⁹ Visando, segundo Novicki (2007), a realizar a proposição de Mészáros (2008), de contribuir para a emancipação da espécie humana, aliviando-a do trabalho alienado por meio de uma “educação para além do capital”.

pelos humanos, desde cedo, ao meio ambiente a fim de evitar a degradação ou a extinção dos recursos naturais (MARTÍN SERRANO, 2009).

Tais técnicas, cada vez mais modernas e algumas alardeadas como a solução ideal, capaz de unir capitalismo e sustentabilidade, não têm conseguido suplantiar alguns simulacros criados pelo modo de produção dominante no quesito preservação ambiental. Bourdieu e Passeron (2011) atribuem isso ao duplo eixo da educação que prepondera no mundo capitalista. Novicki aclara essa ideia, reafirmando a existência de uma

educação dual desenvolvida no modo de produção capitalista, com a finalidade de manter o *status quo*, de reproduzir a sociedade de classes: por um lado, formação de quadros dirigentes e, por outro, formação da força de trabalho com baixa qualificação, uma dicotomia fundamental para a reprodução da ideologia dominante, da “falsa consciência” ambiental, ou seja, de uma correlação de forças favorável à desigualdade social e à degradação ambiental, apesar de “todos” afirmarem-se defensores do meio ambiente (“daquele meio ambiente”)⁵⁰. (NOVICKI, 2007, p. 143)

Afigura-se-nos neste ponto uma permissão para enveredar pelo questionamento da comunicação ambiental de que dispomos, sobretudo em áreas metropolitanas. Sobre ela, caberia dizer que ‘tem feito o que pode’, de acordo com os melhores manuais de comunicação ambiental disponíveis, ou que se encarrega – uma vez dependente do modo de produção vigente – de manter nossos olhos vendados e nossas mãos atadas face aos descabros ambientais urbanos? Uma saída aristotélica parece não se adequar quando o assunto é qualidade ambiental na cidade de São Paulo, uma vez nos aparentar insuficiente adotar o ‘caminho do meio’ para devolver ao munícipe a qualidade de vida que lhe tem sido usurpada no processo de urbanização – este cuja espinha dorsal é o mercado e não o ser humano.

O enfoque ambiental reducionista enfatiza propostas tecnicistas/economicistas para promover a sustentabilidade, pautadas na matriz discursiva da eficiência do mercado (KISHINAME et al. 2002; NOVICKI, 2007; ALMEIDA (2002, ap. NOVICKI, 2007). Isso acontece porque na “defesa do meio ambiente” seus propositores privatizam o lucro, tratam de socializar a culpa e, para manter a coerência, “ênfatisam os ‘limites físicos’ ao desenvolvimento sustentável (...), desconsiderando ou não colocando em discussão os ‘limites sociais’” atrelados a ele (NOVICKI, 2007, p. 140). Além disso, trata-se de uma fragmentação da realidade que não é desprezível, porque atinge toda a sociedade, não somente a massa de trabalhadores com baixa escolaridade, conforme Novicki (2007).

Foladori (2001) assevera que a abordagem reducionista obscurece a relação do ser humano com o meio através da obtenção do consenso (senso comum), pelo qual produz uma

⁵⁰ O autor refere-se aqui à noção de “meio ambiente sem gente”, explicitada em Novicki (2007, p. 142).

“falsa consciência ambiental”, caracterizada pela alienação e podendo, por isso mesmo, ser assim chamada. Salta à vista sua argumentação em artigo no qual discute a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável nas três últimas décadas do século XX:

Nosso principal argumento consiste em mostrar que existem duas grandes concepções sobre a sustentabilidade social. Uma, que é a predominante e que chamaremos de sustentabilidade social limitada, utiliza a sustentabilidade social como ponte para obter a sustentabilidade ecológica. Para esta as soluções são basicamente técnicas. A outra, que chamaremos de coevolução sociedade-natureza, considera que os problemas sociais também são parte do desenvolvimento sustentável; e as soluções devem ser consideradas tanto de um ponto de vista técnico, como social (FOLADORI, 2000, p. 40, tradução nossa).

Esse autor assegura, portanto: unicamente após resolvermos as contradições sociais, farão sentido as alternativas técnicas para a solução dos problemas ambientais. Desviamos a atenção do problema central ao insistir nos limites físicos, uma vez que a crise ambiental é, em sua essência, uma crise das relações sociais entre os seres humanos (FOLADORI, 2001).

Tendo em vista que a referida crise das relações sociais traz em seu bojo as incomunicabilidades várias do cotidiano, conforme Marcondes Filho (2008) – para quem a comunicação só é comunicação se ‘toca’ –, carecemos de pôr em prática uma comunicação que humaniza, como propõe Martín Serrano (2009) e mais, que devolve ao homem o sentido de integração com o meio.

Por “comunicação que humaniza” caberia compreender a autenticidade gerada ao fim e ao cabo de cada possibilidade comunicativa, de maneira a reforçar a autenticidade de todos os sujeitos do processo comunicacional. Heidegger (2006), no entanto, à parte alguns de seus envolvimento políticos questionáveis, argumenta que o ser humano tem vivido uma existência sem autenticidade, porque pautada pelas pessoas que com ele coexistem. Fidalgo (2009), apropriando-se do pensamento heideggeriano ao analisar a presença do celular na contemporaneidade, afirma que a comunicação ubíqua da atualidade sustenta a identidade inautêntica e a promove, porque reforça a normalização e a uniformização no relacionamento entre os indivíduos. Conectado permanentemente aos outros, “o ser humano vê-se dispensado de decisões genuínas e liberto de quaisquer responsabilidades” (FIDALGO, 2009, p. 82), praticamente distanciado, portanto, de engajamento social e, por extensão, cremos, de engajamento ambiental.

Novick, diante dessa ‘autodispensa’ coletiva das preocupações e responsabilizações ambientais, resume:

o ambientalismo de mercado generaliza a culpa pela degradação entre “diferentes espécies de seres humanos” (capitalistas e trabalhadores) e, através da repressão/autoritarismo e da educação, promove a internalização da ideologia dominante, a aceitação de uma visão de mundo (valores) que naturaliza a sociedade de classes, dissimulando suas contradições também através de uma concepção reducionista de meio ambiente (alienação). Neste enfoque, todos (Estado, mercado, sociedade civil, indivíduos) têm a “falsa consciência tranquila”, pois são a favor da preservação do meio ambiente, mas “daquele meio ambiente sem gente”, que não abrange o homem, a desigualdade/exclusão social, a diversidade cultural... (NOVICKI, 2007, p. 142)

O engajamento ambiental consciente, para além da ‘pseudossustentabilidade’⁵¹ proposta por alguns segmentos de mercado, exige, notamos, um engajamento ético na relação com o meio. De acordo com Higuchi e Kuhnen, a revisão da relação com a natureza presume novas posturas éticas, a fim de gerar “um novo tipo de desenvolvimento, talvez menos individualista, mais comunitário e cooperativo” (HIGUCHI e KUHNEN, 2008, p. 182). Para tanto, afirmam, “*o desafio está em conhecer as mediações humanas* a fim de que se possa ultrapassar valores que vêm levando à degradação humano-ambiental, dando lugar a formas de cuidado ambiental e participação social” (HIGUCHI e KUHNEN, 2008, p. 182, grifo nosso).

Ocorre, outrossim, uma persistente “cultura política autoritária”, no dizer de Novicki, a qual tem inviabilizado, do ponto de vista legal, administrativo, político, educacional, entre outros, o exercício pleno da cidadania – e em particular a conscientização de nossa determinação social e natural. Inviabiliza-se, igualmente, “a participação no processo decisório de formulação/implementação de políticas públicas e práticas sociais, que visem a superar a desigualdade/exclusão socioambiental” (NOVICKI, 2007, p. 136/137).

Em termos de práticas urbanas nas megacidades, cabe acrescentar que talvez estejamos, na cidade de São Paulo, em um patamar ainda anterior a esse, quando observamos a incipiência da preocupação com o meio traduzida, por exemplo, pelo lançamento despreocupado de lixo nas vias públicas. Uma ação talvez considerada ‘natural’ por seus praticantes, razão pela qual imaginamos quanto poderiam esses mesmos cidadãos preocupar-se com a ‘formulação de políticas públicas e práticas sociais’ cujo objetivo seja superar problemas socioambientais.

Ainda assim, não pode faltar sobre isso uma visão otimista, à maneira de Boff:

⁵¹ Com todo respeito aos catedráticos que referendaram a reforma ortográfica (da qual discordamos), observar a nova forma assumida por alguns vocábulos antigos, bem como a forma na qual devemos enquadrar termos recentemente criados, como ‘pseudossustentabilidade’, causa certa perplexidade.

depois de tantas intervenções nos ritmos da natureza, nos damos conta de que devemos preservar o que restou (...). O sonho utópico dessa fase é buscar a humanização do ser humano, desafiado a viver a partir de sua singularidade, como ser comunitário, ser de cooperação, ser de com-paixão, ser ético que se responsabiliza por seus atos para que sejam benfazejos para o todo” (BOFF, 2005, p. 65).

Parece haver poucos, mas são significativos os exemplos dessa desejada postura no distrito Vila Medeiros, aqui ilustrados por dois moradores que, cada qual a seu modo, exercitam o que propõe Boff:

Figuras 28 e 29 – Sr. Genaro, cuidador voluntário da praça na confluência das ruas Maraá, Igarai e Cônego Vicente (Vila Munhoz).

Imagens: Falcão, Sandra Pereira (2012)

Figuras 30 e 31 – Sr. Humberto, com os mascotes Lucky e Pingo, em passeio diário na Praça Jornalista Aldebaran Cavalcanti (Vila Medeiros), durante o qual ele sempre recolhe e destina ao lixo os dejetos de seus animais de estimação.

Imagens: Falcão, Sandra Pereira (2012)

Urge, parece-nos, descortinar algumas janelas, por meio da ação comunicacional eficaz, para que o cidadão possa refletir mais detidamente sobre suas práticas cotidianas, associando-as a uma percepção profunda do meio urbano, a qual lhe permita estabelecer relações, desejar mudanças e ser partícipe do processo restaurador. Somente aí se torna possível considerar abertas, para ele, as portas do engajamento ambiental transformador. Mais uma vez, no entanto, imiscui-se como elemento perverso e inibidor dessa transformação o *modus vivendi* reinante.

Debord, tratando da espetacularização da vida na fase contemporânea do capitalismo, alerta sobre a fragmentação da dimensão pública e o esvaziamento da ação política, em um cenário no qual a condição de cidadania vincula-se ao padrão de consumo e escancara a ação de grupos monopolistas controladores de setores estratégicos da sociedade. Tais grupos afetam, visivelmente, a possibilidade material de sobrevivência dos indivíduos e os confinam por meio de uma organização do espaço urbano que parece promover a individualidade e a liberdade, mas, ao contrário, solidifica o atomismo que garante a perpetuação do modo de viver conveniente ao sistema (DEBORD, 1997).

No distrito em estudo, há poucos lugares públicos que efetivamente são aproveitados para promover a deliberação coletiva sobre problemas urbanos por meio da reunião de moradores locais. Esta característica pouco contributiva o coloca na contramão do sentido do público “como dimensão de todos”, para usar os termos de Lemos. Esse autor lembra que

Os espaços públicos, polis em sua versão grega ou cidades na versão moderna, constituíam-se nos lócus para as reflexões, discussões e resoluções de conflitos e o estabelecimento de limites entre os interesses públicos e privados. Espaços também organizadores da dinâmica do mercado, das práticas culturais e religiosas, enfim do universo das ações comunitárias. Política e cidade entendidos como comunidade. (LEMOS, 2008, p. 143)

Se estamos aqui interessados em mediações comunicacionais entre homens urbanos e meio ambiente como espaço comunitário, vale destacar o já frisado por Debord:

O urbanismo é a realização moderna da tarefa permanente que salvaguarda o poder de classe: a manutenção da atomização de trabalhadores que as condições urbanas de produção tinham perigosamente *reunido*. A luta sempre travada contra todos os aspectos dessa possibilidade de encontro descobre no urbanismo seu campo privilegiado. O esforço de todos os poderes estabelecidos, desde as experiências da Revolução Francesa, para ampliar os meios de manter a ordem na rua culmina afinal com a supressão da rua (DEBORD, 1997, p. 113, grifo do autor).

Por isso mesmo, o pensador sublinha o papel dos meios de comunicação de massa na construção e promoção desse isolamento imposto aos habitantes das urbes. Em nosso entendimento, tal disposição de fatores promove um abismo entre a vida nas cidades e a reflexão sobre a vida que se leva nas cidades. A ausência de ponderação acerca do como se vive hoje, em linhas gerais, faz-nos trazer a este referencial teórico Boaventura de Sousa Santos.

Ocupado de reflexões que passam pelos prismas aos quais damos atenção, Santos defende a necessidade da criação de uma racionalidade moral-prática, que ajude a sociedade a pensar algumas questões, dentre elas: a) o fortalecimento da autonomia e a subjetividade, que estão cada vez mais divorciadas tanto das práticas políticas como de nosso cotidiano; b) a desestabilização da ética individualista, que nos impede sequer de pensar responsabilidades por acontecimentos globais, como riscos ecológicos ou nucleares, fortalecendo uma isenção temporal dos nossos compromissos frente a essas problemáticas; c) a necessidade de uma opção de desconfiar ou confiar nas possibilidades de regeneração do sistema atual (que ele denomina ‘capitalismo desorganizado’), através da criação de mecanismos prudentes (SANTOS, 1996).

Cabe neste ponto uma questão levantada por Coimbra (2004): a ética se impõe como pano de fundo quando se aventa a necessidade de fazer escolhas que influirão no futuro no quesito sustentabilidade – de nossas ações e do planeta Terra. Para o autor, conquanto possa soar estranho falar de percepção ética do meio ambiente, importa pensar que “a ética desenvolve no espírito humano *uma percepção do valor intrínseco das coisas e das ações* que compõem o nosso universo. Com ela, o homem torna-se mais homem, mais *ser-no-mundo*” (COIMBRA, 2004, p. 549).

Mediante os sentidos – conectores entre o mundo interior da pessoa e o seu universo exterior –, ocorre o processamento das percepções sensoriais. Além dos sentidos perceptivos, considerados do ponto de vista de sua externalidade, há também os *sentidos internos*, que incluem a fantasia e a memória; ademais, “a percepção ética é relacionada com a consciência crítica, faculdade de natureza imaterial” (COIMBRA, 2004, p. 549, grifos do autor). Por tal razão, consideramos pertinente incluir aqui Heidegger (2012a); este filósofo, para explicar nossa relação com a natureza, desenvolveu cinco teses, todas assentadas sobre a ideia do ‘morar’ – verbo abrigador de uma ligação física e afetiva com o espaço que se habita. Para o filósofo, a Terra deve ser considerada nossa morada, conjectura da qual derivam os cinco tópicos fundamentais tão bem estudados por Foltz (1995): a) a morada funda-se sobre o poético; b) morar ocorre por meio da conservação; c) morar sobre o planeta significa salvá-lo; c) morar é o caráter primordial da ética; d) a possibilidade de uma ética ambiental genuína funda-se no morar poeticamente sobre a Terra (HEIDEGGER, 2012a; FOLTZ, 1995).

Conservar e salvar a Terra para nela “morar poeticamente”, conforme Heidegger, remete à ideia do cuidado ambiental. Este, em meio a uma crise generalizada das condições do meio (redução da disponibilidade de recursos naturais, níveis crescentes de poluição, produção descontrolada de lixo, consumo excessivo de produtos, entre outros) tem sido uma faceta pouco explorada, na opinião de Pinheiro e Pinheiro (2007). Para os autores, que buscaram Enric Pol⁵² como uma das fundamentações de sua obra, essa crise – na qual se destaca o comportamento *descuidado* do homem – “é mais bem definida como uma crise comportamental que tem efeitos diretos sobre o meio ambiente, portanto uma crise humano-ambiental” (PINHEIRO E PINHEIRO, 2007).

Enraizada nos primórdios do capitalismo, a crise humano-ambiental havia sido notada também por Marx e Engels. Este último afirmava:

⁵² Enric Pol, professor de Psicologia Social e Ambiental na Universidade de Barcelona, escreveu artigos e livros sobre a temática. Tivemos acesso a alguns artigos, pelo SibiUsp, entretanto a obra em que se apoiam Pinheiro e Pinheiro (2007) é *Environmental Psychology in Europe: from architectural psychology to green psychology*. Aldershot. Avelbury, 1993, indisponível até esta data nas bibliotecas, bases de dados e livrarias pesquisadas pela aluna em processo de qualificação.

(...) só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a.(...) Contudo, não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias, a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são as previstas por nós (mudanças na natureza produzidas pela ação antrópica), mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com frequência, anulam as primeiras. (ENGELS, 1876)

Desse modo, se Marx dizia, em seu texto *Crítica ao Programa de Gotha* (MARX, 1875), que a natureza, e não o trabalho, é a fonte de toda riqueza, explicitava, de antemão, uma preocupação com o fato de que a natureza integrava as relações sociais, era parte do homem. Porém, o alerta de Engels quanto às ‘consequências imprevistas’ de sua exploração marcam o fato de que o espaço natural, já naquele tempo, estava sendo explorado/destruído pelo capitalismo – como lembram MORRONE e MACHADO (2010), em sua revisão dos escritos de Marx e Engels, à procura de nexos com a questão da exploração do meio ambiente. Loureiro, voltado a reflexões afins, incorpora ao pensamento ambiental elementos reflexivos capazes de contribuir para “um importante e fecundo diálogo entre a tradição marxista e o campo ambiental, sem querer reduzir ou fundir uma na outra em seus tempos e temas” (LOUREIRO, 2007, p. 59).

No entendimento do pesquisador, não são, em si, a inovação e a inquietação típicas do ambientalismo “a garantia de que este seja portador material de processos revolucionários na cultura e na economia, em síntese, da sociedade e do padrão civilizatório mundializado”, embora as questões ambientais estejam ganhando destaque e ocupando “postos proeminentes nos discursos e nas práticas dos agentes sociais” (LOUREIRO, 2007, p. 59). Para um verdadeiro processo revolucionário nesse âmbito,

é preciso que a crítica radical às relações sociais concretas e a capacidade de organização e articulação entre agentes sociais populares e trabalhadores, comprometidos com a transformação social, se materializem no seio do campo ambiental. Tarefa para a qual a tradição marxista tem indiscutível contribuição e destacada legitimidade (LOUREIRO, 2007, p.59).

A criação de ‘mecanismos prudentes’, o fortalecimento da autonomia e da subjetividade, o desarmamento da ética individualista (SANTOS, 1996) bem como a proposta de consideração da ética como elemento norteador no estabelecimento de relações entre os indivíduos ou do indivíduo consigo mesmo, com vista à ação ambiental (RIBEIRO e VARGAS, 2004; COIMBRA, 2004; HIGUCHI E KUHNEN, 2008) e ainda o resgate do marxismo para a promoção de uma consciência ambiental crítica (LOUREIRO, 2007)

interligam-se à análise das mediações múltiplas promovidas na teia comunicacional contemporânea, com sua plurilinguagem.

Tais mediações compõem hoje um quadro geral bastante distinto do de alguns anos atrás, quando as mediações institucionais desempenhavam um papel muito mais forte do que na atualidade em termos de produção de sentidos. Jacobi notava, por volta da segunda metade da década de 1990, um declínio das instituições mediadoras, fator responsável pela erosão das fontes tradicionais de formação de consenso e pelo enfraquecimento dos “meios pelos quais os cidadãos se fazem representar formalmente” (JACOBI, 2000, p. 25). Orozco Gómez dá a tônica dessa alteração de rumo:

Se antes as mediações institucionais próprias das diversas instituições sociais, às quais as audiências pertenciam, eram muito importantes na definição e orientação das produções de sentido, como a escola ou o Estado, por exemplo, agora essas instituições típicas da modernidade e do século passado perderam força. (OROZCO GÓMEZ, 2006, p. 89)

Paralelamente a esse movimento, e reforçando o ponto de vista de Orozco Gómez, percebemos a capilaridade comunicacional crescente pela via das redes de relacionamentos e diversas outras trilhas digitais. De acordo com Castells, existe na sociedade em geral “um salto dos movimentos sociais organizados para os movimentos sociais em rede”, cuja base são coalizões constituídas em torno de valores e projetos (CASTELLS, 2003, p. 277). Estes ‘movimentos de valores’, na visão do estudioso, figuram entre os mais importantes na atualidade, e dependem crucialmente da capacidade de comunicação e da capacidade de estimular e recrutar apoio dos cidadãos.

A análise da capilaridade comunicacional que cada vez mais se presta aos movimentos de valores – quando observada a partir do prisma que nos interessa investigar – entre outras implicações, leva-nos à reflexão sobre a produção de sentido ambiental ligado a múltiplas interfaces. Uma delas perpassa o trinômio Comunicação-Educação-Ciência Ambiental. Citelli (2004), analisando a relação Comunicação/Educação, recorda-nos que a crítica dos sistemas comunicacionais hoje não é o que denomina “compreensão amarga da busca permanente dos fatores de alienação, mentira de classe, manipulação, etc”, mas se trata, sim, de

instaurar uma prática de busca e entendimento dos processos constituidores dos sentidos, algo comprometido com o encontro das estruturas significativas, sejam elas de puro deleite, prazer difuso provocador do riso, sobriedade analítica, seja mesmo *a necessária resposta social que pede participação e envoltórios transformadores*. (CITELLI, 2004, p. 17, grifo nosso)

Nessa perspectiva, cabe observar que o sucesso da interface Educação e Ciência Ambiental depende da contribuição cardeal dos processos comunicacionais na geração de sentidos capazes de conduzir à participação e ao envolvimento de que nos fala Citelli (2004). Razoável se torna, portanto, ao propor um olhar mais apurado à tríade Comunicação - Educação - Ciência Ambiental, não deixarmos de trabalhar com a devida atenção justamente a mediação promovida pelos processos comunicacionais, o que permite ao diálogo entre os três campos contribuir para mudanças na sociedade.

Sem o aprimoramento dos mecanismos comunicativos inerentes às relações humanas na esfera da Comunicação Pública, torna-se difícil imaginar a transposição dos “obstáculos à participação não-estatal nas questões públicas” (OLIVEIRA, 2004). “Se os pontos de conflito existem”, afirma Oliveira (2004, p. 199), “não podem, por outro lado, comprometer o objetivo maior de se instituir a prática da democracia e da cidadania, de forma a proporcionar uma vida de mais qualidade, mais dignidade e justiça para todos”.

A transformação social mencionada tanto por Jacobi e Tristão (2010) quanto por Citelli (2004) exige, pois, tal como na análise da relação Comunicação/Educação delineada por este último autor, ampliar o campo de análise, reconhecendo e compreendendo as múltiplas mediações contemporâneas, as múltiplas vozes sociais:

[...] trata-se do reconhecimento e da compreensão de discursos que, ajustados às redes de mediações, produzem sentidos a partir de lugares diferenciados e que terminam por construir a legibilidade técnica, operacional, teórica, ideológica dos sistemas simbólicos e representativos. (CITELLI, 2004, p. 25)

Observados pelo prisma da construção de sentido ambiental, sistemas simbólicos e representativos também carregam sua condição *sine qua non*: a relação com valores dos indivíduos e dos grupos sociais a que pertencem. Chamando novamente Castells (2003, p. 278), para o qual “a bandeira de organização, comunicação e afirmação de um certo valor tem que ser estabelecida em termos do que se quer ser”, vislumbramos, sobretudo no meio urbano sobrepovoado, a fragilidade do querer-ser na esfera ambiental diante de um apelo mercadológico contundente. Este dita falsamente a preservação dos recursos naturais enquanto os dizima em nome da produção crescente e do estímulo ao consumo desenfreado. Assim,

a atual linha de definição do cidadão como consumidor, à primeira vista parece positiva, ao enfatizar a liberdade de escolha e os direitos. Por outro lado, torna-se vulnerável, na medida em que ignora a massificação do mercado, a baixa taxa de ação consciente dos indivíduos e coloca em plano relativizado as responsabilidades coletivas e os limites que o ambiente impõe (impossibilidade de expansão a todos do conforto que os bens atuais propiciam). (LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2008, p. 30)

Poderíamos justificar tal vulnerabilidade lembrando Berna (2010), segundo o qual nossa sociedade recebeu, durante muito tempo, informações apenas sobre um certo modelo de desenvolvimento – predatório, poluidor e injusto – porém insuspeito por décadas. Modificar o processo de informação implica, além do desvelamento das vicissitudes do sistema econômico, a quebra de conceitos arraigados, às vezes transformados em dogmas ambientais.

Ocupado de reflexões acerca da ‘dogmatização’, Goothuzem⁵³ considera que entre os objetivos da comunicação ambiental inclui-se a mudança de atitudes e de comportamentos. Uma decisão sobre atos que porventura prejudiquem o meio ambiente e, por extensão, a geração de novos hábitos derivam de uma conscientização ou conhecimento. “A utilização dos mecanismos de comunicação, portanto, não deve se limitar à mera transmissão de conhecimento, e sim abordar e até sugerir os meios pelos quais esses objetivos podem ser alcançados” (GOOTHUZEM, 2009, p. 1).

Uma abordagem como a proposta confronta-se, via de regra, com determinados dogmas utilizados cotidianamente na comunicação relacionada com o meio ambiente e que derivam, na visão de Goothuzem, do período no qual a defesa do meio não era exatamente uma necessidade, mas ‘uma causa’. Assim, tais dogmas prosseguem “permeando a disseminação de conhecimento sobre a relação do homem com o meio ambiente” (GOOTHUZEM, 2009, p. 1). Embora esse autor os considere uma forma eficiente de comunicar questões complexas e que vão além de nosso entendimento – nada havendo, portanto, de tão errado com eles – alerta-nos para um fato crucial: os dogmas podem conduzir o indivíduo à atitude peculiar do “fiel que comparece ao templo para orar, sentir-se um bom devoto e, de volta à sua vida diária, comportar-se exatamente como antes” (GOOTHUZEM, 2009, p. 1).

O comportamento exemplado pode ser visto em Loureiro, Layrargues e Castro (2008). Em um de seus estudos socioambientais, de 1997, Loureiro verificou que entre os indivíduos que participam de alguma forma de organização social, a maioria desempenha algum papel em entidades religiosas as quais se ocupam estritamente do culto religioso e da orientação moral. Ademais, prossegue o autor, relatam desconhecer a existência de entidades ambientalistas e afirmam não ter conhecimento das maneiras pelas quais poderiam envolver-se em questões ecológicas. Também lhe chamou a atenção o fato de que muitos dizem apoiar a causa ecológica, porém alegam falta de tempo para envolver-se. Há ainda um outro grupo,

⁵³ Ricardo Goothuzem é jornalista formado pela UERJ com atuação na área ambiental desde 2002. Assessor de imprensa da Área de Proteção Ambiental (APA) de Petrópolis durante cinco anos como parte de projetos de compensação ambiental e ex-assessor de imprensa do Instituto Estadual de Florestas (IEF/RJ)

no qual o autor situa as pessoas que expressam sua desmotivação absoluta para enfrentar o quadro ambiental existente no Brasil. Nessa perspectiva, vale ressaltar:

a simples percepção e sensibilização para a problemática ambiental não expressa aumento de consciência, o que faz com que se retome o argumento sobre cidadania: a consciência, para ser ecológica, precisa ser crítica (LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2008, p. 32).

Concordar entusiasticamente com os slogans em defesa do meio e conservar atitudes danosas a ele, embora não seja um comportamento que contenha atrativos especiais⁵⁴, é somente a maneira como as pessoas aprenderam a agir⁵⁵ – e que terá consequências bem imediatas e terrenas. A crença em que o uso da tecnologia vai salvar o planeta constitui-se um exemplo de dogma embutido nas mensagens de cunho ambiental. Representa, consoante Goothuzem, a forma contemporânea da concepção de que o homem, fazendo uso das novas e modernas tecnologias, domine a natureza “para levar o progresso a todos os cantos do mundo”. O autor registra a crítica ao “alívio de saber que alguém está fazendo algo”, pois “isso traz conforto e dispensa a ação”, malgrado as novas tecnologias divulgadas diariamente quase sempre não sejam utilizadas em razão de seu alto custo (GOOTHUZEM, 2009, p. 1).

Ademais, Morin, discorrendo sobre as ameaças representadas pela alteração promovida pelos humanos nos ciclos da natureza, menciona as tecnologias de controle, despoluição e higiene, a respeito das quais tece um comentário significativo: essas tecnologias nos fazem mergulhar cada vez mais na tecnosfera e nos aprisionam por meio da lógica das máquinas artificiais. “Encerramos numa corrida infernal entre a degradação ecológica que por sua vez nos degrada e as soluções tecnológicas que tratam os efeitos desses males, desenvolvendo-lhes as causas” (MORIN, 2011, p. 93).

Um exemplo bem-acabado da situação colocada por Morin está no aparato tecnológico empregado no controle da poluição veicular em São Paulo. Importa sim controlar os poluentes do ar na cidade, mas importa ainda mais reverter a lógica, já aventada neste referencial teórico, que acrescenta, atualmente, 632 veículos/mês ao cenário paulistano⁵⁶ (1000 por dia foram acrescentados entre 2007 e 2008, chegando a 1500 em março de 2008⁵⁷), ou, ainda,

⁵⁴ Do ponto de vista da visível depredação dos bens urbanos – mormente os bens ambientais urbanos, como árvores e cursos d’água, torna-se questionável tal afirmativa. Ainda assim, optamos por mantê-la, a bem da tessitura clara de nosso raciocínio crítico e como um contraponto possível a nossa visão sobre tal aspecto.

⁵⁵ Goothuzem (2009) afirma que não há alternativas viáveis para modificar esse quadro, do que discordamos.

⁵⁶ Cálculo da média, feito por mim em maio de 2012, a partir do número de veículos automotores (de todos os tipos) registrados pelo DETRAN-SP na capital, no período de março/2011 a março/2012. Tabelas disponíveis em <http://www.detran.sp.gov.br>.

⁵⁷ O crescimento exponencial da frota paulistana no período 2007-2008 parece ter atingido seu ápice, como atesta o texto jornalístico: “São Paulo ganha cerca de mil novos veículos por dia, de acordo com o Detran-SP. Em março, esse número subiu para 1.500. Existe, hoje, aproximadamente um veículo para cada dois habitantes na capital. Se enfileirada, toda a frota

alterar a lógica que, na contramão dos países desenvolvidos, insiste em ignorar o uso crescente de combustíveis limpos em nome da manutenção da matriz fóssil.

Enquanto a premência mundial é investir no barateamento e popularização dos veículos ‘limpos’, a nossa tem sido garantir a hegemonia de certos cartéis, o petroleiro entre eles. Fácil observar que raramente os meios de comunicação massivos questionam mais ‘a fundo’ essa insistência em combustíveis poluentes, embora não deixem de noticiar diariamente o caos urbano decorrente do modelo (econômico e de transportes) adotado e seus desdobramentos ambientais. Figuram, na verdade, lado a lado nas páginas dos jornais e revistas brasileiros, os anúncios de veículos ‘ultramodernos’ movidos a combustíveis fósseis e as reportagens sobre o caos urbano nas metrópoles, a degradação ambiental generalizada.

Todavia, Berna, ciente das falsas lógicas atomizantes que regem esse tipo de ocorrência, enfatiza uma vertente de pensamento a nosso ver não majoritária, mas em ascensão: a insatisfação cada vez maior das pessoas “com um tipo de progresso que, a pretexto de gerar empregos, tem deixado atrás de si um rastro de poluição e destruição ambiental para toda a sociedade pagar” (BERNA, 2010, p. 18).

Observa o autor, ao mesmo tempo, um crescente envolvimento dos políticos e administradores públicos com a causa ambiental, conectado à preocupação em dar retorno a seu eleitorado. Fato simultâneo, as empresas, mesmo as que mais promovem danos ao meio, estão adotando sistemas de gestão ambiental – no encalço da ecoeficiência – e valorizando prêmios e selos ambientais. Também há avanços no campo da formação e capacitação: novos cursos, feiras, seminários, palestras são criados a cada dia, bem como há registro da ampliação, nas últimas duas décadas, do número de livros dedicados à área ambiental.

Outro indicador de que as coisas estão mudando é o surgimento de uma mídia ambiental especializada, pois as pessoas já não se satisfazem em ser informadas sobre as questões ambientais apenas por ocasião dos grandes acidentes. Logo, nesse processo de tomada de consciência da sociedade, tem sido estratégica a existência do jornalismo e de uma mídia ambiental alternativa, independente (...) (BERNA, 2010, p.18-19).

Coimbra, porém, assevera que os meios de comunicação social “produzem ou retransmitem mensagens e programas de interesse ambiental, porém muitas vezes inadequados ou reducionistas” (COIMBRA, 2004, p. 546). Por esse motivo, tornam-se duvidosos, na visão do autor, seus efeitos em termos de percepção ambiental entre os cidadãos, embora seja evidente a existência de exceções no conjunto da população.

(...) seria quase suficiente para dar uma volta na Terra, que tem cerca de 40 mil quilômetros de circunferência”. UolNotícias, 24/04/2008 (FROTA, 2008).

Orozco Gómez (2006, p. 88) lembra que

as práticas comunicativas geram hábitos e promovem regularidades que os atores sociais desenvolvem, às vezes até de maneira automatizada, na medida em que interiorizam comportamentos e modelos ou padrões de reação diante das referências comunicativas. Às vezes, o mais difícil de modificar são precisamente esses costumes coletivos e individuais frente às referências informativas, midiáticas e não-midiáticas, que são as que sustentam o que aqui entendo como a ritualidade comunicativa.

Para uma comunicação ambiental efetiva, que conduza a uma modificação real de atitudes e comportamentos engessados pelos ‘costumes coletivos’ de que nos fala Orozco Gómez (2006), faz-se necessário, além de abandonar os dogmas, “investir no conhecimento local sobre o ambiente em que se vive” (GOOTHUZEM, 2009, p. 1). Tal ação não se revela fácil “porque a produção de conteúdo privilegia a disseminação de conteúdo especializado em detrimento do conteúdo local, relacionado com nossa vida diária, que possa favorecer as pequenas mudanças”, as quais, caso adotadas por um grande contingente de pessoas, “farão a diferença” (GOOTHUZEM, 2009, p. 1).

Partindo do pressuposto de que se valorize essa informação ambiental local, resta ainda proceder a uma reflexão mais cuidada sobre a informação ambiental de qualidade, produtora de sentidos. Berna considera informação ambiental de qualidade aquela que mostra os fatos geradores da crise ambiental, promove a tomada de consciência por parte dos indivíduos e os leva a agir sobre as causas, e não apenas sobre os efeitos. “Um tipo de informação que mostre as raízes de nossos problemas ambientais, e que não apenas reforce uma visão romântica do quanto a natureza é linda ou vítima de nossa ganância” (BERNA, 2010, p. 20).

Desse ponto de vista, é preciso lembrar Fourez (1995), para quem o tipo de prática comunicacional adotado quando se considera a comunicação como espaço mediador entre organizações e sociedade – mormente na comunicação vinculada ao saber científico – altera significativamente os rumos do resultado final⁵⁸. Monteiro (2009), parafraseando Fourez, explica com bastante clareza essa questão:

(...) quando se fala em comunicação como espaço de mediação entre organizações e sociedade, pode-se decidir por praticar uma divulgação de informações do tipo “efeito de vitrine”, em que o que prevalece é uma comunicação estratégica em que as informações que circulam têm por objetivo final a promoção institucional e a obtenção de apoio e cooperação da chamada opinião pública, ou do tipo “transmissão de poder social”, em que essa opinião pública é convocada para participar das decisões que lhe afetam o cotidiano e em que o direito à informação

⁵⁸ Ver o capítulo 9 da obra *A Construção das Ciências – Introdução à Filosofia e à Ética das Ciências*, denominado *Ciência, Poder Político e Ético* – subcapítulo *A Vulgarização Científica, efeito de vitrine ou poder?* (referências completas ao final deste relatório).

ultrapassa a noção de “liberdade de expressão” para abranger também o “poder de ser ouvido”, garantindo, assim, a assimilação e a implementação de práticas participativas para a consolidação da cidadania e a construção de um Estado democrático. Essa escolha não é meramente uma questão de abordagem teórica, mas de opção sociopolítica do fazer comunicacional (MONTEIRO, 2009, p. 44-45).

Transmitir poder social para decidir sobre questões concernentes ao meio ambiente urbano seria uma opção sociopolítica desejável em favor da qualidade ambiental dos grandes centros urbanos. O sucesso de tal ação pode, não só, mas também, estar vinculado à qualidade da informação sobre o meio oferecida pelos *media*.

Berna reconhece que “a quantidade de informação ambiental de qualidade ainda é bastante limitada” e que “enquanto uma pequena parcela da população recebe esta informação de qualidade, a grande maioria permanece na ignorância sobre os perigos e as alternativas ambientais” (BERNA, 2010, p. 19). Isso se dá, conforme o ambientalista, em virtude de estarmos longe de acessar 5% da população brasileira se somarmos todas as tiragens dos veículos de mídia ambiental e mais os acessos aos sites e portais de meio ambiente. Citando uma pesquisa do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto de Estudos da Religião (MMA/ISER), à qual nos referimos anteriormente, Berna assinala que lideranças da sociedade civil organizada já revelam sua preocupação com a falta de informação ambiental, a ponto de incluí-la, ao lado da educação ambiental, entre os três principais problemas brasileiros com relação ao meio ambiente.

Ao lado da informação insuficiente (BERNA, 2010) ou não aplicada ao entorno imediato do sujeito (GOOTHUZEM, 2009), figura o interesse do cidadão por ela (existe ou não?) e, de acordo com Berna, comparecem também: a) a insuficiência na capacidade de fazer pressão em defesa do meio ambiente equilibrado; b) o mito da necessidade de capacitação técnica para ser um ‘cidadão ambiental’ e c) o esquecimento das pessoas de que não há um único tipo de ação ambiental, portanto não há ações menos nobres nesse campo, desde que sejam proativas (BERNA, 2010).

Outro aspecto crucial consiste em saber se esse aparente aumento da consciência ambiental – representado/promovido, bem ou mal, por diversas trilhas de comunicação sobre o meio – está se convertendo em gestos concretos. O jornalista cita um dos resultados da pesquisa MMA/ISER, feita com homens e mulheres nas principais capitais brasileiras, concretizada pelo IBOPE em 2007, segundo o qual “92% dos cidadãos do universo pesquisado concordam que separar lixo para a reciclagem é uma obrigação da sociedade, o que demonstra um alto grau de consciência ambiental”, porém, “ao serem questionados se separavam o lixo em suas residências, apenas 30% dos entrevistados disseram que sim”.

Revela-se aí a distância abissal entre a intenção e o gesto. Vencê-la, segundo o autor, “é o desafio de todos nós por um mundo melhor”; no entanto, ele alerta: “a crise ambiental não pode esperar até que nos tornemos seres humanos melhores” (BERNA, 2010, pp. 20 e 22).

A internalização de uma visão ambiental de mundo, segundo Loureiro (2004), passa, indubitavelmente, pelas mediações que vinculam o indivíduo tanto ao imediato vivido quanto às questões globais. Inexiste o que o autor chama de cidadania planetária “sem que o indivíduo crie o senso de pertencimento e seja cidadão de algum lugar e cidadão de um Estado-nação, exercitando e redefinindo o próprio sentido de cidadania” (p. 133).

A redefinição do sentido de cidadania e, sob o prisma dos estudos do meio, a redefinição do sentido de cidadania ambiental inclui o entendimento das mediações à maneira do que nos propõe Orozco Gómez (2006, p. 88): “Estou entendendo as mediações como processos estruturantes que vêm de diversas fontes, incidindo nos processos de comunicação e formando as interações comunicativas dos atores sociais”. A comunicação engloba, portanto, “mensagens se movendo em várias direções, não somente de especialistas para não especialistas, mas também de leigos para leigos, de leigos para especialistas e especialmente do público para os decisores (envolvidos na gestão ambiental)” (RIBEIRO, 2004, p. 83).

Segundo Ribeiro (2004, p. 83), crê-se atualmente que a influência exercida pelos processos de comunicação ambiental sobre os cidadãos “depende mais da forma do que do conteúdo da mensagem, e depende ainda mais da relação que se estabelece entre os protagonistas ou atores”. Se o objetivo é, acrescentamos, uma interação produtora de sentido e democrática, não se podem relegar a segundo plano as contribuições advindas da diversidade social urbana – como vemos ocorrer amiúde com as vozes seriamente preocupadas com os rumos ambientais das megaurbes que experimentam fazer-se ouvir. A mídia, entende Miguel (2002), é o principal instrumento difusor das visões de mundo e dos projetos políticos nas sociedades contemporâneas, constituindo-se o local em que se expõem as várias representações do corpo social, conectadas ao diferentes grupos e interesses sociais.

O problema é que os discursos que ela veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presente na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são *representantes* das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia (MIGUEL, 2002, p. 163, grifo do autor).

Alcançar uma democracia ambiental que garanta qualidade de vida a todos os habitantes dos grandes centros depende, consideramos, não somente da valorização progressiva das boas práticas individuais, mas também do investimento na criação do hábito das boas práticas coletivas, como parte de uma cultura ambiental a internalizar-se entre a população. Os estudos de Comunicação Pública podem, nesse sentido, trazer seu contributo, pois

(...) a prática da comunicação pública pode representar um caminho para restabelecer a simetria de poderes nas sociedades democráticas, configurando-se tanto num movimento para dar espaço, na mídia, às diferentes vozes presentes na sociedade, para que elas participem do debate político, como também para gerar espaços alternativos, fora da mídia, que permitam a esses grupos sociais formular suas próprias interpretações sobre suas necessidades e seus interesses⁵⁹ (MONTEIRO, 2009, p. 44).

Ora, conquanto não vivamos ainda um desejável estágio de democracia ambiental com qualidade de vida para todos, claro se faz para nós que as mediações envolvidas na questão ambiental provêm de diversas fontes e transitam, de maneira ascendente, entre públicos diversos, tanto na escola, nas ONGs e associações várias – ligadas ou não ao poder público –, quanto nas empresas e nos meios de comunicação. Entretanto, não parecem contribuir quanto poderiam para a vinculação dos temas ambientais ao cotidiano da maioria dos que habitam as megalópoles. Se assim fosse, acompanharíamos uma ‘migração’ bastante acelerada das condições físicas adversas que hoje enfrentamos⁶⁰ para outras que privilegiassem de fato e em larga escala a qualidade da vida coletiva na urbe, agregando, por exemplo, a pressão social por meios de transporte que não prejudicassem a saúde física e mental do cidadão.

Diante desse quadro, sem muito esforço se pode perceber a premência de uma comunicação ambiental à qual o cidadão seja permeável – que lhe faça sentido e o torne capaz de ação afirmativa. Para Ribeiro (2004, p. 77), “[...] a comunicação deve refletir as preocupações, a capacidade técnica e a perspectiva das audiências”. Em termos objetivos, essa afirmação procede. Mas o que fazer quanto ao rompimento da perspectiva alienante em relação ao meio, situada no campo das subjetividades? Quebrar o gelo da incomunicabilidade ambiental coletiva parece-nos, sob essa ótica, tarefa hercúlea, dadas as contraforças permanentemente vigilantes do mercado. É mister, então, no encalço de encaminhamentos

⁵⁹ Nancy Fraser denomina esses grupos de ‘contrapúblicos subalternos’, na obra *Qu’est-ce que la justice sociale? Reconnaissance et Distribution*, conforme lembra Monteiro (2009).

⁶⁰ Ver indicadores ambientais problemáticos em: Diagnóstico GeoCidade de São Paulo, elaborado em parceria IPT/Secretaria do Verde e do Meio de São Paulo. Disponível em: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/meio_ambiente/projetos_acoes/0004/capitulo8.pdf

honestos, deslocarmos o olhar para o papel da interface comunicação e cultura no bojo da discussão ora tecida.

Em meio ao novo fluxo cultural-informacional da contemporaneidade, marcado por “uma revolução nos diferentes âmbitos da cultura, da história, dos fluxos econômicos, das sociabilidades” (CITELLI, 2004, p. 137), desejamos direcionar o olhar à relação Cultura-Meio Ambiente, permeada, naturalmente, pela Comunicação. Ribeiro, abordando também este aspecto, remete-nos a Sauer (1963, apud RIBEIRO, 2004): ‘meio ambiente’ e ‘recursos’ são termos culturais que para ele expressam ao mesmo tempo capacidades técnicas e valores sociais. As evidências revelam que a visão ambiental proativa na capital paulista parece não fazer parte da cultura urbana, bem como parece distante, portanto, de se consolidar como um valor social. Ademais, ao menos teoricamente (dado que Jacobi (2008) nos traz alguns apontamentos destoantes dessa teoria), existe uma relação entre as diferenças culturais e condições de vida que interferem na maneira como o cidadão encara o meio (RIBEIRO, 2004).

Hutt e Burkitt (1986, apud RIBEIRO, 2004) relatam, nos últimos 50 anos do século XX, melhoria generalizada das condições de vida nos países desenvolvidos, acompanhada da diluição das diferenças culturais. Isso se deu em função do enriquecimento e da melhor distribuição de renda entre suas populações, do aumento da escolaridade e da disseminação de informações por veículos de comunicação. Ribeiro afirma, porém, observando o Brasil, que o modelo de crescimento econômico adotado no país tem produzido fortes concentrações de renda e de infraestrutura, “com exclusão de expressivos segmentos sociais de um nível de qualidade ambiental satisfatório, com decorrentes problemas de saúde” – como doenças infecto-parasitárias nas regiões mais pobres das cidades grandes (RIBEIRO, 2004, p. 77).

Paulo Saldiva salienta que “o ser humano é o ponto esquecido da questão ambiental”, porque, de acordo com o médico:

os órgãos ambientais estão, grosso modo, despreparados para lidar com as questões de saúde. Sua atenção está voltada para os ecossistemas de áreas remotas, com pouca atuação no ambiente urbano. Por outro lado, os órgãos públicos de saúde ainda não incorporaram de forma orgânica a questão ambiental no rol de suas atribuições primordiais. Neste vácuo, gerado pela falta de uma abordagem ecossistêmica da saúde humana, surgem condições para a deterioração do ambiente urbano, em detrimento da qualidade de vida. // É até paradoxal que o viver nas grandes cidades não tenha sido objeto de uma análise mais profunda dos órgãos de saúde. (...) Quem, dentre os que ora leem este documento, desconhece a pressão que a metrópole exerce sobre os seus habitantes? (SALDIVA, 2010, p. 20)

As pressões diuturnas que acometem o paulistano⁶¹ “representam o ponto central da relação entre ambiente e saúde humana no cenário da metrópole” (SALDIVA, 2010, p. 20). Para nós, essas pressões significam também os não êxitos nas mediações que envolvem comunicação ambiental urbana no município. Indispensável acrescentar: na cidade de São Paulo, não apenas os bolsões de pobreza têm sua qualidade de vida afetada por descuidos ambientais cumulativos, mas também regiões mais abastadas da cidade. O melhor exemplo desse acometimento generalizado da saúde pública no município pode ser visto, além de em notícias recorrentes sobre danos provocados por enchentes nos meses de maior precipitação pluviométrica, também em matérias jornalísticas como as que seguem.

A primeira, datada de 09/8/2011 e intitulada *Grande São Paulo tem ar impróprio em 70% do ano* (GERAQUE, 2011), dá conta do mesmo problema de que trata a matéria *Qualidade do ar da Grande São Paulo é a pior em oito anos* (GERAQUE, 2012), publicada esta última, como se vê, em 30 de janeiro do ano seguinte, assinada pelo mesmo jornalista. Embora não se constitua o objetivo primeiro de nosso trabalho, imaginamos de pronto a seguinte questão: quantas matérias semelhantes – algumas com títulos autoexplicativos como as que trouxemos como exemplo – poderíamos encontrar em uma varredura dos jornais dos últimos dez anos? Teria havido mudanças realmente significativas na qualidade do ar da cidade ao longo desse tempo?

Há, ainda, que lançar um rápido olhar – tendo em vista a comunicação ambiental urbana – sobre a disseminação, entre os munícipes, da informação oferecida nas citadas produções. Algumas perguntas poderão nos auxiliar nesse sentido: por quais e quantos canais esse conteúdo chegou ao conhecimento dos paulistanos? Terá chegado apenas aos paulistanos leitores da Folha de São Paulo? E mesmo considerando-se que tenha alcançado suficiente repercussão na esfera pública urbana, com o auxílio de diversos meios de comunicação, a quantos “tocou” o dado fornecido? Quantos teceram a ponte entre nossas práticas cotidianas (individuais e coletivas) e o desastre ambiental urbano que nos faz respirar por mais de três meses ao ano ar impróprio para consumo humano?

Segundo Berna, apenas a democratização da comunicação ambiental não se revela suficiente para produzir mudanças necessárias de opinião; para tanto, aponta, tornam-se

⁶¹ O professor Saldiva, titular da Faculdade de Saúde Pública da USP, lista e analisa várias dessas pressões – representadas pela violência urbana, a tensão no trânsito, os congestionamentos que nos impedem de cumprir nossos compromissos, o ruído constante de milhões de veículos, a contaminação das águas, as inundações, os deslizamentos de terra, a exposição ao esgoto, as mudanças do microclima regional (que associaram ilhas de calor a áreas de intensa poluição do ar) – agrupando-as como agentes de agravos à saúde humana na urbe.

imprescindíveis dois elementos: uma cultura e uma formação que predisponham os indivíduos a valorizar a informação ambiental. “Não é pelo maior ou menor volume de informações que a população aprende a pensar criticamente e atuar em seu mundo para transformá-lo” (BERNA, s/d, p. 2). Sem a cultura e a formação,

as pessoas vão pouco a pouco se tornando insensíveis diante da informação, como se fosse mais uma espécie de poluição onde as palavras perdem o significado e a importância, e tanto faz saber que derrubaram uma árvore ou uma floresta. A simples veiculação de informação ambiental desassociada de um compromisso com a cidadania crítica e participativa (...) ao contrário de estimular uma revisão de valores, pode aumentar a velocidade do saque aos recursos do planeta (BERNA, s/d, p. 2).

Sobrevivem, então, diante dessa lógica perversa já instaurada, os que, conforme o autor, chegarem primeiro e dispuserem dos melhores meios e tecnologias para extrair e usar eficiente e rapidamente os recursos disponíveis, “capitalizando lucros e socializando prejuízos” (BERNA, s/d, p. 2). Tanto mais preocupante torna-se, nesse quadro, a observação de que informações negativas, incompletas, falsas, preconceituosas e tendenciosas integram a opinião pública na atualidade. Isso tem de ser levado em conta quando se trata de traçar uma política de comunicação ambiental, afirma o estudioso – e prossegue:

Nem toda a informação ou o melhor plano de comunicação ambiental do mundo irá convencer quem não quer ser convencido nem sensibilizado. Por isso, uma política de comunicação ambiental nunca parte do zero, mas precisa pesquisar a percepção que os diferentes públicos já possuem e, a partir daí, estabelecer uma estratégia para identificar quais os públicos são os mais prioritários, que tipo de mensagem e linguagem serão mais apropriados, que veículos deverão ser empregados, que campanhas devem ser prioritárias. A cada período, uma nova pesquisa deve ser efetivada a fim de avaliar se a política de comunicação está sendo eficaz, redefinindo prioridades e aprendendo com os erros (BERNA, s/d, p. 2).

Importa igualmente refletir que, qualquer que seja o grau envolvido na percepção ambiental, é paradoxal residir no maior agrupamento humano da América Latina, estar cercado de toda sorte de meios de comunicação e não se dar conta de/ ou não se importar com a degeneração progressiva das condições ambientais urbanas⁶². Também é contraditório ao extremo, segundo Loureiro, defender as ‘grandes causas’ – com amparo no pensamento complexo, na dialética, na práxis revolucionária – porém ignorando o cotidiano e o particular, e assim desejar mudar o mundo sem se transformar:

As grandes transformações históricas só se concretizam quando são incorporadas ao modo de vida das pessoas e à sua existência cotidiana, vinculando o particular ao público, o microsocial ao macrosocial (LOUREIRO, 2004, p. 132)

⁶² Atestada por reportagens e pesquisas na área da Saúde, da Educação Ambiental e outras. Ver, por exemplo, a já citada matéria publicada pela Folha de São Paulo *Frota imensa e trânsito ruim ‘anulam’ eficácia de medidas* (GERAQUE, 2012a).

Carecemos, pois, da incorporação cultural que poderia conduzir a uma visão ambiental coletiva menos míope, contemplativa do micro e do macrossocial. Uma mudança cultural dessa monta exige, cremos, um esforço comunicacional maior que o atual. Se a pergunta agora é quem deve fazer esse esforço, a resposta plausível indica que não um segmento social ou outro, mas o conjunto dos segmentos sociais urbanos. Orozco Gómez (2006), analisando desordenamentos contemporâneos no cenário da comunicação social e da mudança tecnológica, preconiza que uma mudança sociocultural supõe uma alteração de sedimentações na produção simbólica (a qual demanda seu tempo). Martín-Barbero recorda-nos a existência presente de um campo primordial de batalha política constituído pela comunicação e a cultura, definidas por ele como:

estratégico cenário que exige que a política recupere sua dimensão simbólica – sua capacidade de representar o vínculo entre os cidadãos, o sentimento de pertencimento a uma comunidade – para enfrentar a erosão da ordem coletiva. *Que é o que o mercado não pode fazer* por mais eficaz que seja seu simulacro.(...) O mercado não pode criar *vínculos sociais* (...), pois estes se constituem nos processos de comunicação de sentido, e o mercado opera anonimamente mediante lógicas de valor que implicam trocas puramente formais, associações e promessas evanescentes que somente engendram satisfações ou frustrações, nunca, porém, sentido. O mercado não pode *engendrar inovação social* pois esta pressupõe diferenças e solidariedades não funcionais, resistências e dissidências, enquanto o mercado trabalha unicamente com rentabilidade. (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 6, grifo do autor)

O engendramento da inovação social pode partir de qualquer cidadão; todavia, um grupo de cidadãos ou vários deles interessados em uma mesma causa e articulados em favor dela obtêm, via de regra, resultados mais animadores que a luta isolada de um só indivíduo. Os coletivos urbanos que incluem a preocupação ambiental em suas pelejas despontam, assim, como luzes animadoras no interior do túnel mal iluminado em que o mercado teima em nos manter. Porém outros lumens precisam ser lançados em direção ao enfrentamento de um traço cultural que retarda o ingresso do cidadão urbano na luta por um meio ambiente equilibrado: a desconfiança na política e nos políticos, de maneira geral.

Nota-se, diante desse cenário, que a influência da mídia permanece central no que tange à mediação para a construção/desconstrução dos processos de confiança entre cidadãos e governo, qualquer que seja seu âmbito de influência. Assim, vale lembrar que:

a midiaticização constitui-se, atualmente, um conceito de relevância social, pois remete a questões do espaço público, onde se negociam e se disputam os sentidos ofertados à sociedade. No entanto, ao mesmo tempo em que a mídia remete a questões do espaço público, ela própria se constitui em um espaço público a partir da produção, mediação e veiculação de sentidos no contexto social. A mídia faz a mediação discursiva entre os diferentes campos sociais e a sociedade como um todo. Essa mediação se dá a partir do momento em que o campo midiático recolhe as informações disponibilizadas pelos

demais campos sociais, reelabora esses discursos e os coloca em circulação novamente, segundo suas regras e estratégias. (POZOBON, 2011)

Torna-se, então, primordial aprofundarmos-nos na observação do grau em que nos meios midiáticos se manifesta o princípio da dimensão crítica do qual nos fala Matos (2006, p. 66):

O princípio da dimensão crítica dos meios de comunicação permite identificar uma dificuldade pouco explorada nas discussões da Comunicação Pública: a função da programação da mídia que, com o interesse voltado para a resposta da audiência, distancia-se da prestação pública de contas (*accountability*), uma vez que o agendamento e a formatação das questões de interesse público não são explicados e justificados para a audiência.

Matos traz à baila, nesse excerto, um caminho de superação de discussões não tão prolíficas acerca do papel da mídia em um ambiente democrático, tais como aquelas que se dedicam à crítica de tal ou qual postura, sem, no entanto, oferecer alternativas plausíveis. A análise dos agravos ambientais urbanos encaixa-se, com frequência, nesse tipo de discussão. Apontar para a importância do fator *accountability* e a reduzida atenção que a ele se dá hoje na programação midiática constitui-se uma visão que pode redirecionar a relação do cidadão com os princípios democráticos. Valorizando a prestação de contas, torna-se possível auxiliar o ‘cidadão desconfiado’ a resgatar sua confiança nos processos democráticos a ponto de conduzi-lo (ou reconduzi-lo) à participação e ao engajamento, ao mesmo tempo em que se desmancha o nó górdio impeditivo do avanço democratizante da Comunicação Pública.

Como propalam diversas vozes, sendo Matos (2009) uma das principais, envolver o indivíduo e o capital social a ele inerente depende muito do seu grau de confiança nas instituições e nas causas com as quais porventura possa envolver-se. Desse ponto de vista, as estratégias midiáticas, tanto no âmbito governamental quanto em outros, necessitam incluir o acompanhamento mais cuidadoso dos fatos de interesse público, abrindo canais que impeçam o esquecimento coletivo de determinada questão após alguns dias de intensa midiáticação, como ocorre frequentemente.

Entre os canais com chances expressivas de promover o interesse cívico do cidadão na contemporaneidade estão aqueles proporcionados pelos meios digitais, mormente a internet, na qual a possibilidade de interação pela via da conversação ainda não tem sido empregada quanto poderia. Nesse sentido, Silva (2011), analisando interfaces digitais do Estado, lembra

que um dos três requisitos democráticos dessas interfaces constitui-se a responsividade, na qual se presume a ‘conversa’ com o cidadão⁶³:

Considerar alguém ou algo como responsivo significa dizer que há algum nível ou algum grau de diálogo, no qual uma parte demanda resposta e outra a providencia. Pensando sinteticamente, responsividade existe quando há *alguém* ou *algo* respondendo sobre *alguma coisa* para *outrem*. Em se tratando de responsividade num sistema democrático, isso consiste em afirmar que os mandatários (agentes do Estado) devem responder aos seus mandantes (cidadãos) quando estes demandam indagações ou questionamentos sobre temas de concernência pública. (SILVA, 2011, p. 129)

No entanto, poucos cidadãos se interessam por perguntar – mesmo porque para isso é preciso saber o que, a quem, como perguntar – condições possíveis apenas por meio da reflexão amparada em conhecimento das questões públicas. Reside aqui um obstáculo para a participação, quase sempre reforçado pela mídia hegemônica: faltam informações menos direcionadas, mais completas, faltam conteúdos e divulgação de canais que permitam verdadeiramente uma deliberação e uma tomada de posição diante de aspectos cruciais do cotidiano⁶⁴, como aponta, sob um prisma assemelhado, Berna (2010a).

Urge pensar, por conseguinte, no vasto potencial das redes sociais na disseminação da comunicação pública horizontal, entretanto concretizada de maneira a obter um retorno maior que a simples leitura nas telas de computador. É preciso aproximar o cidadão da vida cívica, ainda mais quando se percebe, como no Brasil, outro agravante do distanciamento do indivíduo do trato com a coisa pública: uma espécie de monotrilho informacional no qual desliza a maior parcela da população⁶⁵. A grande mídia, de forma geral, conduz por esse monotrilho uma visão limitada de cidadania, condicionando a participação ao *agenda-setting* rotineiro, quando poderia investir mais na promoção da verdadeira participação cívica, aquela que reaviva a fé do cidadão nos mecanismos institucionais, que se transmuta em engajamento cívico.

Força latente para operar tal engajamento hoje vemos nas redes sociais. As interações cujo potencial expande-se rumo à conversação cívica ocorrem, de acordo com Matos, por

⁶³ Os outros dois requisitos são a publicidade e a porosidade. A esse respeito, ler o capítulo Exigências Democráticas e Dimensões Analíticas para a Interface Digital do Estado, de Sivaldo Pereira da Silva (2011), listado nas referências deste relatório (SILVA, 2011).

⁶⁴ Como exemplo, lembremos os comentários tecidos em sala de aula (em 11/11/11, na disciplina Comunicação Pública, Capital Social e Comunicação Política: da Mídia de Massa às Redes Sociais) sobre a cobertura da mídia em relação aos episódios ocorridos recentemente envolvendo alunos e reitoria da USP: dúvidas quanto às informações fornecidas pelos principais veículos de comunicação, críticas à precariedade da estrutura comunicacional dos alunos envolvidos nos temas discutidos na mídia – o que também dificultou o conhecimento de sua causa, pelo grande público e pelos próprios colegas de Universidade, dependendo do caso.

⁶⁵ O sinal da Rede Globo de televisão, por exemplo, parte expressiva do monotrilho informacional, alcança quase 100% do território nacional – para o bem e para o mal, pode-se imaginar.

meio de práticas comunicativas mediadas pelos meios de comunicação massivos ou pelas tecnologias mais recentes de informação e comunicação. “Esse conjunto de trocas sociais, guiadas pelas normas de confiança e reciprocidade, confere contornos à presença do capital social como componente que integra as ações de engajamento cívico” (MATOS, 2009, p. 107).

Além disso, prossegue a autora, o processamento da informação feito por diferentes atores e por meio de diversos fluxos comunicativos configura um maior conhecimento das regras do jogo político por parte dos cidadãos, que mobilizam informações disponibilizadas pela mídia e pela conversação diária. Tal mobilização de conhecimentos faculta-lhes “elaborar estratégias mais eficazes de participação e de cobrança de maior transparência e *accountability* (prestação de contas) de instituições governamentais” (MATOS, 2009, p. 107).

Vale refletir, nesse ponto, sobre a possibilidade de que o fortalecimento da dinâmica dos movimentos sociais, promovido pelas novas mediações, consiga alterar a percepção marcadamente mercadológica do meio ambiente entre os indivíduos (serventia do meio associada a extração pura e simples de recursos, com produção descontrolada de resíduos) e promova construção de sentido ambiental, tornando-o valor fundante de um novo querer-ser coletivo – pautado pela apropriação em larga escala de estratégias participativas.

Caberia cogitar em uma integração mais forte entre os programas de mídia de alta inserção e os programas focados em mídia ambiental, estes cuja abrangência é, como vimos em Berna (2010), bastante limitada no atual momento. Há no Brasil, hoje, de acordo com a Ecolista on-line⁶⁶, 573 caminhos de participação ambiental, assim distribuídos: 499 ONGs, 22 redes e 52 instituições governamentais. No estado de São Paulo concentram-se 139 dessas instituições (130 ONGs, 5 redes e 4 instituições governamentais) (ECOLISTA, 2011). Em termos de município, há atualmente 72 ONGs ambientalistas cadastradas na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), segundo o sítio da prefeitura de São Paulo (PREFEITURA, 2012).

A interseção entre os programas de mídia vinculados a cada vertente pode ter sua importância aumentada como objeto de estudo em variados ambientes de ensino, mas importa, ao mesmo tempo, para gerar resultados mais efetivos, remeter à relação cultura - cultura ambiental - educação no interior da dinâmica dos múltiplos movimentos sociais urbanos.

⁶⁶ A Ecolista-on line é uma base de dados sobre as instituições públicas e privadas que atuam na área do meio ambiente no Brasil. Reúne em um único local as informações dispersas em outras listagens, propiciando o intercâmbio e a visibilidade destas organizações.

Outro aspecto essencial a considerar na dinâmica dos movimentos sociais, mormente aqueles vinculados à proposta de transformação ambiental em favor da qualidade de vida, corporifica-se na já referida problemática acerca do local e do global. O problema basilar que se coloca, conclui Castells, é: de que maneira, a partir do local, torna-se possível controlar o global?

Como, a partir de minha vivência e de minha relação com meu mundo local – que é onde estou, onde vivo –, posso opor-me à globalização, à destruição do meio ambiente, ao massacre do Terceiro mundo em termos econômicos?

(Castells, 2003, p. 278)

O sociólogo sugere que a prática interativa cotidiana dos cidadãos com seus governos, aproveitando principalmente a hiperconectividade da internet, torna-se opção determinante no sentido de alavancar o grau de participação popular na configuração dos sistemas de representação locais. Também frisa a importância da interação transparente, não marcada por viés manipulador, possibilitando aos cidadãos fazer ouvir a miríade de suas vozes sociais.

Berna (2010, p. 53) considera a internet como poderosa ferramenta no campo ambiental, “cujas lutas são locais e globais”. Além disso, pontua, é uma ferramenta que promove a interatividade, a articulação e o exercício de cidadania, preenchendo – no Brasil ‘continental’ e com questões ecológicas que ultrapassam muitas fronteiras – uma lacuna.

Tem sido equânime na contemporaneidade o discurso acerca da força titã presente nas redes sociais; entretanto, alguns teóricos questionam o poder dessas teias no sentido de promover o avanço do ‘simples contato informativo’ do indivíduo com os problemas ambientais urbanos e o engajamento de fato – culminando este na ‘participação cidadã que torna disponível seu capital social à coletividade’. Não por acaso, Gomes (2011, p. 21), refletindo sobre a participação em redes vinculadas à supervia global, coloca a seguinte questão: “O uso da internet para a participação política e o engajamento cívico trouxe alguma novidade ao panorama ou se trata simplesmente de vinho velho em barris novos?”

Talvez por isso, e a despeito da atualidade inquestionável dos contatos mediados pela internet, as diretrizes do Fundo Mundial para a Natureza (WWF, 2003) não se furtem à valorização de uma gama mais ampla de ações comunicativas quando o assunto é educação socioambiental, dentre as quais a conversação é considerada a mais poderosa:

O fato de hoje a internet ocupar lugar de destaque nos corações e mentes de quem participa de redes não significa que este ambiente de comunicação, mediado pela tecnologia, seja o único campo desejável da ação comunicativa. Pelo contrário. Não só peças convencionais de comunicação (como informativos impressos, folhetos, programas de rádio, vídeos etc.) são importantes, como também (...) existe um “meio de comunicação” tremendamente mais poderoso que a Internet no que se

refere à compreensão, disseminação de ideias e comportamentos e circulação de notícias no âmbito não só das redes como no das relações sociais de maneira geral: a conversa face a face. (WWF, 2003)

O excerto acima veio reforçar a atenção que demos, neste referencial teórico, ao conceito de conversação e seus desdobramentos no âmbito da Comunicação Ambiental. Face ao exposto, novamente vem à tona a importância fulcral dos processos comunicacionais envolvidos na construção coletiva quer do local, quer do global, motivo pelo qual é essencial direcionar um olhar sobre a conexão daqueles com menos posses, conforme Martín-Barbero (2009). O professor nos convida à reflexão sobre tal nexos em função de que ele tem revelado “uma enorme criatividade, porque isso permite novas formas de comunicação familiar e cultural”. Ainda segundo o autor, essas pessoas estão conseguindo, de certo modo, se refazer como comunidade cultural” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 148). Importa observar que a reconstrução de uma comunidade cultural enseja, nos dias presentes, a construção/valorização da ação ambiental em seu interior, ainda que este não seja seu objetivo último.

Para tanto, torna-se imperativo reconhecer que a comunicação medeia “todos os lados e as formas da vida cultural e social dos povos” e que justamente por isso sua identidade se dá na interação a qual torna possível a “interface de todos os sentidos” (MARTÍN- BARBERO, 2009, p. 148). A interação é a marca identitária da comunicação, e ergue-se como uma “intermedialidade”, um conceito para pensar a hibridação das linguagens e dos meios” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 153). Logo, imaginamos, aí se insere a relação ambiente-indivíduo-cultura, cujas intermedialidades são amplamente permeadas pela construção de sentido ensejada pela comunicação.

Os sentidos gerados a partir de e em torno da Comunicação Ambiental incluem mediações que envolvem as Ciências Sociais, a Educação, as questões político-econômicas e institucionais, além de, naturalmente, a Ciência e a Educação Ambiental. Para melhor respaldar nossa reflexão, partiremos da definição de Ribeiro (2004):

A comunicação ambiental abrange as áreas de comunicação social, de comunicação educativa e de comunicação institucional. Em todas elas, alguns princípios básicos devem ser respeitados quando se deseja garantir a dimensão participativa, essencial a qualquer decisão política democrática. (...) A comunicação ambiental visa, sobretudo, o envolvimento e a participação dos indivíduos e grupos na tomada de decisões sobre as questões ambientais relevantes, em todas as etapas do processo.(RIBEIRO, 2004, p. 73)

Recentemente, atesta a diretora da Faculdade de Saúde Pública da USP, “tem havido um despertar de interesse, por parte do poder público e de entidades privadas, para a comunicação como instrumento de gestão ambiental” (RIBEIRO, 2004, p. 72). A

comunicação, de acordo com a autora, pode estar conectada ao desejo de informar a população sobre riscos à saúde ligados a problemas ambientais associados a atividades humanas, como também pode buscar o envolvimento dessa população em atividades que resultem em melhoria do ambiente e da segurança.

Especialistas atribuem esse interesse aos seguintes motivos: a) o fato de a comunicação ser um requisito da informação; b) o desejo de reduzir a oposição a suas decisões por parte dos governos e empresários; c) o desejo de compartilhamento de poder entre governo e comunidade; d) a vontade de desenvolver alternativas efetivas para direcionar os órgãos/mecanismos de controle (COMMITTEE, 1989, p. 16, tradução nossa).

Quando aplicada a políticas ambientais, a comunicação deve constituir-se “instrumento que permita aos tomadores de decisão e às populações analisar e compreender as situações insatisfatórias com que se defrontam”, propiciando-lhes: a) discuti-las, no intuito de buscar melhorias e soluções por meio de negociações e ações diretas e b) “promover a formação de pessoas necessárias a tal empreitada” (RIBEIRO, 2004, p.72). O objetivo da comunicação de riscos, por sua vez, é elevar o nível de entendimento de questões e ações relevantes vinculadas ao envolvimento de pessoas em riscos ambientais, de maneira que sejam informadas apropriadamente, “dentro dos limites do conhecimento existente sobre aquela problemática” (RIBEIRO, 2004, p. 72).

O conjunto das interfaces ora examinadas remetem à (re)conquista do equilíbrio na relação homem-meio através de frentes comunicativo-educacionais que não negligenciem a proposta basilar de unir a exigida formação crítica ante a mídia e a necessária formação ecológica pautada pela cidadania atuante (MORAIS, 2004).

Tendo, enfim, percorrido um referencial teórico transdisciplinar em busca do entendimento da complexidade de nosso objeto de pesquisa, consideramo-lo aclarado e explicitamos agora os demais passos acadêmicos dos quais nos ocuparemos ao longo da presente investigação.

5. Hipóteses

De acordo com Lopes (2005), as hipóteses orientadoras da pesquisa de campo advêm do referencial teórico associado à elucidação conceitual do problema. Essas hipóteses são passíveis de comprovação ou refutação (total ou parcial) ao cabo da pesquisa, ao mesmo tempo que outras hipóteses podem aflorar ao longo do percurso investigativo.

O pesquisador deve ter em mente que a conexão necessária entre teoria e prática investigativa é fornecida pelo sistema de hipóteses (LOPES, 2005). Estas se tornam, por conseguinte, meios de intervir na pesquisa e nos fatos. A base epistemológica de elaboração do objeto faculta submeter à interrogação sistemática os aspectos da realidade relacionados por um conjunto de problemas teóricos e práticos que exigem conhecimento. As respostas antecipadas a essas questões, os chamados pressupostos, integram o corpo de hipóteses da pesquisa, as quais precisam estar coadunadas à problemática teórica envolvida (LOPES, 2010).

Nossa hipótese central é a de que existe uma lacuna na produção de sentido e ação afirmativa ambiental na região alvo da pesquisa, e tal lacuna, a nosso ver, tem relação com o desenrolar dos processos comunicacionais empregados para a Comunicação/Educomunicação ambiental no *locus* de investigação. A partir das reflexões proporcionadas pelo modelo metodológico que estamos seguindo e pelo referencial teórico construído, arriscamo-nos a formular o sistema de hipóteses que orientará nossa pesquisa de campo.

De nossa hipótese central derivam, pois, as seguintes hipóteses secundárias: a) os moradores da região recebem informações ambientais da parte do poder público e de outras fontes, não oficiais, porém a recepção é superficial ou o cidadão é “impermeável” ao discurso; a comunicação ambiental não estaria, portanto, construindo o sentido e a ação esperados (conscientização ambiental, mudança de hábitos, ações permanentes de reversão dos danos ambientais e preservação do meio); b) os moradores não recebem informações suficientes para participar mais ativamente da transformação ambiental do entorno; c) faltam educadores ambientais para ir sistematicamente ao encontro dos moradores⁶⁷, quer estejam estes em casa, na escola, nas igrejas, no trabalho, em associações de classe etc; d) a ausência de trabalho sinérgico entre poder público e demais instituições sociais prejudica a reversão dos problemas ambientais na região, porque as atividades educacionais têm

⁶⁷ Quando dizemos “ir ao encontro” não estamos nos referindo apenas ao movimento físico, pois na contemporaneidade também há a possibilidade do encontro por meio de ferramentas comunicacionais eletrônicas.

replicação lenta ou limitada demais; e) o desinteresse dos moradores pela reversão de problemas ambientais e pela não-causação de outros deriva não apenas de dificuldades de comunicação mas também da perda do sentido de coletividade⁶⁸.

⁶⁸ Hoje, bombardeadas pelos mídia/*media* no sentido de desenvolverem um espírito consumista-individualista, as pessoas parecem não aproveitar quanto poderiam dessas mesmas fontes informações e práticas ecológicas positivas, que podem ser aplicadas em favor do bem-estar comunitário.

6. Metodologia / Procedimentos para a obtenção de dados

6.1 Ponderações sobre método

Lopes considera o trabalho de campo um elemento fundante da pesquisa empírica, pois se trata de uma experiência insubstituível para o investigador, vinculada ao ‘aprender fazendo’. Nesse momento da pesquisa científica, o pesquisador “entra em interação com os fenômenos sob estudo em seu contexto natural” (LOPES, 2005, p.41). Bachelard (1977) e Lopes (2005) asseveram que a explicitação dos métodos constitui-se requisito indispensável para o exercício da vigilância em sua aplicação e corresponde ao ‘segundo grau’ da vigilância epistemológica a ser exercida pelo investigador⁶⁹.

Alerta-nos também Lopes (2005, p.103) para o fato de que “os métodos não são simples instrumentos ou meios, são antes cristalizações de enunciados teóricos que permitirão ou não revelar aspectos e relações fundamentais no objeto estudado”. Assim, segundo a autora,

o objeto de estudo já é desde o início uma construção teórica, e a opção pelos métodos é imposta antes pela teoria que pelos fatos da realidade. Segue-se que a pertinência ao objeto é sempre *teórico-metodológica*, dada a impossibilidade de cindir os dois termos do binômio. Por isso, planejar ou realizar uma pesquisa crítica não é apenas questão de seleção do tema: exige-se o domínio crítico da metodologia (LOPES, 2005, p. 104, grifo da autora).

Desse ponto de vista, Bachelard sustenta que quanto maior a exatidão com que o racionalismo do investigador prepara a técnica de vigilância do objeto em exame, mais se pode notar a vigilância – a qual é, para ele, “consciência de um sujeito que tem um objeto”. Essa consciência será tão clara que o sujeito e seu objeto se manifestarão ao mesmo tempo, com maior precisão e de maneira compacta, à proporção do rigor no preparo das técnicas de vigilância. Ainda segundo o mesmo autor, indispensável se torna atentar para a seguinte reflexão: “é preciso que o método faça a prova de uma finalidade racional que nada tem a ver com uma utilidade efêmera” (BACHELARD, 1977, p. 95).

Nossa reflexão completa-se com Lopes (2005): as técnicas, ao serem escolhidas, conferem um significado epistemológico ao tratamento do objeto e um significado teórico aos problemas que se apresentam ao investigador. Antes, porém, do descritivo e da reflexão sobre

⁶⁹ Guiar a atenção para o esperado e o inesperado, desenvolvendo o espírito empirista, constitui-se a vigilância de primeiro grau; o exercício de uma sociologia do conhecimento e da cultura, a fim de reconstituir criticamente a história dos métodos e das teorias, integra a vigilância de terceiro grau. (LOPES, 2005; BACHELARD, 1977).

as técnicas de investigação por nós selecionadas, trataremos dos participantes de nosso trabalho de campo.

6.2 Participantes

Embasados nos autores com os quais caminhamos até aqui, no estudo das questões teórico-epistemológicas, e considerando nosso objeto de pesquisa, optamos por envolver na investigação participantes que representassem tanto o poder público quanto as várias e outras vozes sociais da área geográfica em que se desenvolveu a pesquisa. Pretendemos, por meio dessa escolha, obter um panorama relacionado à visão da Comunicação Ambiental na região, do ponto de vista das múltiplas vozes sociais e fluxos comunicativos pluridimensionais pelas quais ela pode emergir.

São, portanto, sujeitos da pesquisa: a) moradores da cidade de São Paulo, de doze bairros do distrito de Vila Medeiros⁷⁰, localizado na zona norte paulistana, sob administração da Subprefeitura Vila Maria - Vila Guilherme - Vila Medeiros; e b) profissionais do serviço público responsáveis por ou vinculados a ações ambientais no referido distrito.

Cabe agora, finalizando a apresentação preliminar dos sujeitos de pesquisa, deixar clara nossa consciência de que nossos intentos científicos só se poderiam concretizar com o auxílio de uma ponte que precisamos estabelecer entre nós e os vários segmentos sociais envolvidos em nosso trabalho de campo. Foi preciso buscar, portanto, não um, mas diversos pontos de partida para criar essa ponte múltipla que nos permitiu coletar dados. A seção “Etapas da coleta de dados” esclarecerá com mais detalhes nosso percurso nesse sentido.

6.3 Definição da Amostragem

Trabalhamos, quanto aos respondentes dos questionários, com uma amostra estratificada e não probabilística, constituída de 179 indivíduos: 57 adultos, 62 jovens do ensino médio e 60 jovens do ensino fundamental.

⁷⁰ Esse distrito faz parte, como explicitado em seu histórico, de uma ilha de calor urbana, apresentando alto índice de impermeabilização do solo e baixíssimo índice de arborização; também possui diversos problemas com relação ao descarte de resíduos sólidos, como pontos viciados de lixo e alguns córregos a céu aberto em que habitantes despejam resíduos de todo tipo.

Gráfico 1 – Amostra, quanto aos respondentes do questionário

Em se tratando de uma investigação na interface comunicação-educação-ciência ambiental, consideramos interessante esclarecer que a maior parte dos moradores que responderam ao questionário estudaram *sempre* ou em *uma parte do seu tempo de estudo* nas escolas da região, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Tempo de estudo em escolas da região
(valores de cada item expressos em frequência)

As idades dos sujeitos de pesquisa acima variam de 13 a 80 anos. Entre 119 adultos e jovens do ensino médio, a quem perguntamos a naturalidade, a maioria é natural do estado de São Paulo e da cidade de São Paulo: 89 indivíduos o declaram. Dezesseis pessoas são naturais dos estados da Bahia (7), Ceará (1), Espírito Santo (1), Minas Gerais (2), Pernambuco (3) e Rio de Janeiro (2). Quatorze pessoas não declararam sua naturalidade. Aos jovens de ensino fundamental não foi perguntada essa variável, em razão da necessidade de ‘enxugar’ as perguntas do questionário para torná-lo mais adequado à idade e escolaridade dos respondentes. Informações mais detalhadas concernentes aos sujeitos de pesquisa que responderam ao questionário encontram-se no anexo E.

Quanto às entrevistas, nossa amostragem constitui-se de seis (6) servidores municipais, representantes da voz do poder público diante da questão estudada na investigação:

1. Odair Matarensi Júnior

Coordenador de Educação Ambiental do Núcleo Norte II da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo, à época da entrevista. (Hoje é assessor da diretora da UMAPAZ - Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz)

Formação: Pós-Graduado em Educação Ambiental pela UNICID (Universidade Cidade de São Paulo), Bacharel em Gestão Ambiental pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (EACH - USP Leste)

2. Adeliana Saes Coelho Barbedo

Engenheira agrônoma da Prefeitura Municipal de São Paulo

Formação: Doutora em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestre em Agronomia pela mesma universidade e graduada em Engenharia Agrônômica pela Universidade de São Paulo.

3. Joana Adoração Vitrilla

Agente de Apoio Ambiental do setor de Zoonoses do município de São Paulo

Formação: Ensino Médio Completo

4. João Manoel de Castro

Especialista em Saúde Pública, biólogo da prefeitura municipal no Setor de Vigilância em Saúde Ambiental da SUVIS (Supervisão de Vigilância em Saúde) da região de Vila Maria/Vila Guilherme

Formação: Doutor e Mestre em Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses pela USP (Universidade de São Paulo), graduado em Medicina Veterinária pela UFBA (Universidade Federal da Bahia) e em Ciências Biológicas pela UnG (Universidade de Guarulhos)

5. Silvana dos Reis Vicentin (entrevista-piloto, a partir da qual se fez o ajuste do roteiro inicial)

Enfermeira/Assessora de Supervisão em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde – (Coordenadoria Regional de Saúde Norte, Supervisão Técnica de Saúde)

Formação: Pós-graduada em Administração Hospitalar pela Universidade São Camilo e em Enfermagem em Saúde Mental pela UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), graduada em Enfermagem pela Universidade Cidade de São Paulo e cursista da pós-graduação em Gerontologia na PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

6. Cleverson José Ferreira

Arquiteto da Subprefeitura Vila Maria-Vila Guilherme, coordenador da Defesa Civil local.

Formação: Pós-graduado em Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Urbano (IBAM – RJ) e Controle Ambiental (Faculdade de Saúde Pública da USP), licenciado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Graduado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Brás Cubas de Mogi das Cruzes; Mestrado (interrompido) em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU-USP)

A escolha dos entrevistados deu-se, como explicitado em 6. 4. 1 (Etapas da Coleta de Dados), em função de sua relação de trabalho com o tema da pesquisa. Todos eles são atuantes e desenvolvem/desenvolveram trabalhos regulares e projetos no distrito Vila Medeiros.

6. 4 Coleta de Dados: técnicas selecionadas – explicitação e justificativas

O pesquisador deve, de acordo com Lopes (2005), atentar para a utilização crítica das técnicas, em função de sua não-neutralidade, e para a questão específica da multiplicidade: adotá-la é importante, pois uma técnica consegue iluminar o que a outra não conseguiu.

Optamos, considerando a orientação da metodóloga, pela *entrevista presencial individual*, gravada em áudio e vídeo, pelo *questionário*, com questões abertas⁷¹ e fechadas, *observação direta e por meio de registro fotográfico* do distrito e um breve *levantamento* nos sites oficiais da subprefeitura sobre os programas/serviços ambientais oferecidos ao cidadão na cidade de São Paulo e de que maneira o munícipe pode ter acesso a eles. O levantamento (anexo G) serviu para um contato mais geral com as questões ambientais vinculadas à administração municipal, ajudou no esclarecimento quanto à escolha dos servidores a entrevistar e contribuiu para a reflexão sobre quais aspectos da comunicação ambiental poderia versar nosso questionário. A seleção foi feita por acreditarmos que essas técnicas iluminam melhor nosso objeto de pesquisa.

A entrevista qualitativa fornece, segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 65), “os dados básicos para a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação”. Cabe lembrar,

⁷¹ Cujo número foi bem menor em relação ao de questões fechadas, em razão de prevenirmos problemas ligados ao tempo disponível para a tabulação dos dados de campo e sua análise.

ainda, que nos questionários ou roteiros de entrevista, conforme estudos de Kahn e Cannell citados por Thiollent (1980, p. 55), a função primeira das perguntas consiste em “traduzir os objetivos da pesquisa numa forma que os torne comunicáveis ao respondente com a máxima efetividade”, enquanto a segunda função é motivar o respondente.

Em busca dessa dupla função, tornou-se necessário para nós um aprendizado mais profundo sobre questões técnicas relativas à construção de roteiros para entrevistas, à análise dos resultados provenientes desse tipo de coleta, bem como uma complementação teórica acerca das técnicas de elaboração de questionários e suas possibilidades de análise. Iniciamos o processo por uma revisão dos conceitos e técnicas aprendidos na disciplina A Educação Ambiental e a Formação de Professores através da Pesquisa Interdisciplinar, na qual conhecemos um método que muito nos auxiliou ao longo do trabalho, denominado Estudo do Meio e desenvolvido pela profa. Dra. Nídia Nacib Pontuschka (Faculdade de Educação da USP). A seguir, lançamos mão de Rosa e Arnoldi (2008); Guerra (2006); Flick (2009); Chizzotti (2010); Banks (2009); Bardin (2011); Franco (2008) e Günther (2008).

Consideramos fundamental, ao analisar problemas urbanos, conhecer as ideias tanto dos representantes do poder público quanto dos munícipes a respeito de nosso objeto de pesquisa, para uma abordagem qualitativa mais rica, que envolva a visão de múltiplas vozes sociais, com suas semelhanças e dissonâncias. Essas semelhanças e contrapontos conduziram-nos à categorização progressiva construída quando da análise do conjunto de dados coletados. A seguir, delineamos as etapas durante as quais coletamos os dados.

6. 4. 1 Etapas da coleta de dados

Etapa 1 – Nesta primeira etapa consultamos sites da prefeitura de São Paulo, com a finalidade de nos inteirarmos a respeito dos serviços/programas ambientais existentes no município e, mais especificamente, dos programas voltados à região pesquisada. Esse levantamento prévio dos serviços, programas e projetos disponíveis nos auxiliou no momento de definir quais profissionais do poder público procurar para as entrevistas presenciais e também acerca de quais aspectos da comunicação ambiental poderia versar nosso questionário, componente da segunda etapa de coleta, como já explicitado.

Etapa 2 – A partir do levantamento acima descrito, selecionamos e contatamos profissionais dedicados a ações ambientais na área de pesquisa, marcando e procedendo às entrevistas

presenciais que permitiram obter informações, visões, opiniões dos entrevistados sobre os processos comunicacionais envolvidos nos trabalhos ambientais voltados à região. Por meio de algumas das entrevistas presenciais, também levantamos conteúdos de interesse que, somados aos obtidos pelo levantamento, puderam fazer parte do questionário.

Etapa 3 – Após confecção e pré-teste do questionário, buscamos auxílio – junto ao CADES-MG⁷², bem como junto às escolas, igrejas, movimentos sociais, organizações, associações em geral, comércio, enfim, os que se dispuseram a participar do estudo – para aplicá-lo a moradores dos bairros selecionados. Os objetivos da aplicação desse questionário foram: a) verificar o grau de conhecimento dos sujeitos de pesquisa acerca dos processos comunicacionais pertinentes às ações ambientais locais e às ações em si; b) verificar quais sentidos constroem-se entre os pesquisados acerca do cuidado ambiental e sua relação com os processos comunicacionais inerentes a esse cuidado, considerando os aspectos global e local aí envolvidos; c) proporcionar um momento de reflexão aos moradores a respeito da importância do cuidado ambiental local em sinergia com os movimentos globais nesse sentido e com os movimentos locais apoiados pelo poder público e demais instâncias cidadãs.

6. 5. Procedimentos ligados à abordagem dos sujeitos de pesquisa

6. 5. 1 Solicitação de Carta de Apresentação

A pesquisadora pensou, inicialmente, em solicitar à Secretaria de Pós-Graduação do PPGCOM uma carta de apresentação, ou redigi-la e solicitar o aval de seu orientador, da qual constassem o nome e o resumo do projeto de pesquisa, a instituição a que pertencia, o nome do orientador, o nome completo da investigadora e a autorização para realização da investigação. A finalidade dessa solicitação seria abordar com a máxima transparência os prováveis sujeitos de pesquisa e/ou seus superiores hierárquicos, reforçando o aspecto ético da investigação proposta, de maneira a eliminar/minimizar a possibilidade de constrangimentos, negativas e desconfiças acerca de quaisquer pontos envolvidos no trabalho investigativo.

⁷² O Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES Regional) é um espaço de natureza participativa e consultiva, formado por membros eleitos pela Sociedade Civil e indicados pelo Poder Público Municipal, com a atribuição de apoiar e colaborar na formulação de políticas públicas municipais relacionadas a Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz.

Para essa finalidade, também contribuiria o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, do qual se falará no item 7.3.3 . No entanto, após os primeiros contatos via conversação, a estudante-pesquisadora observou que a carta não seria necessária, pois foi possível estabelecer uma relação de confiança com os contatos procurados, que dispensou a formalidade da missiva.

6. 5. 2 Comunicação oral do projeto ao Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da Subprefeitura Vila Maria-Vila Guilherme (CADES-MG)

Durante reunião ordinária do CADES-MG, a pesquisadora solicitou aos conselheiros presentes, informalmente, auxílio para a concretização da pesquisa, no seguinte sentido: a) indicação e/ou apoio direto no contato com indivíduos cujo perfil se encaixasse nos perfis de sujeitos de pesquisa descritos nas etapas 2 e 3 de coleta de dados; b) concessão de entrevista caso seu perfil se encaixasse naquele descrito na etapa 2 da coleta de dados (profissionais do serviço público); c) colaboração de qualquer outra natureza para que a pesquisadora pudesse aplicar o questionário aos moradores do distrito.

A finalidade dessa comunicação oral traduziu-se, pois, na tentativa de ampliar o acesso a funcionários do poder público, a líderes comunitários envolvidos no trabalho ambiental local, a interessados no meio ambiente que não se encaixassem nessas categorias, bem como a moradores dos bairros escolhidos para a realização da pesquisa.

6. 5. 3 Elaboração de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Optamos pela criação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, cujo texto integral está disponível no anexo C), a ser assinado por nós e pelos entrevistados, para:

- a) elucidar a natureza da investigação aos sujeitos de pesquisa, de modo a garantir a transparência do processo e ao mesmo tempo solicitar sua concordância quanto aos termos propostos pela pesquisadora.
- b) dirimir dúvidas sobre a pesquisa junto aos órgãos públicos aos quais pertencem os servidores por nós entrevistados.

6. 5. 4 Negociação verbal com os respondentes do questionário

Uma vez que não existe previsão de obrigatoriedade de uso do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) nas diretrizes de pesquisa da ECA, optamos por não incluí-lo no questionário, como forma de reduzir algum receio ou constrangimento às pessoas que desconhecem os fluxos habituais da pesquisa científica com seres humanos. Assim, a negociação da adesão à investigação, com o devido esclarecimento do que se trata, bem como o asseguramento da liberdade acadêmica de emprego dos dados se fizeram pela via da conversação (a autora fez uma breve explanação da pesquisa, como se saberá melhor adiante) e pelo fornecimento de um texto explicativo que o respondente deveria ler e levar consigo. Também foi acrescido ao questionário o pedido de autorização para divulgação acadêmica dos dados fornecidos, de modo que se obteve um resultante semelhante ao da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido padrão.

6. 6 Súmula Metodológica da Construção e Aplicação dos Instrumentos de Pesquisa

Cumprе lembrar que esta é uma pesquisa embasada na Teoria dos Trânsitos Discursivos Multidimensionais (Citelli, 2012), o que exigiu exame de variados fluxos envolvendo os meios de comunicação, as tecnoculturas, a natureza/tipologia das formas de comunicar, os contextos nos quais se concretizam os atos comunicativos e as tensões daí resultantes. Por essa razão, os instrumentos de campo abarcam dimensões multifacetadas e inter-relacionadas da comunicação ligada a assuntos ambientais urbanos.

A intenção foi recolher o máximo possível de representações/impressões/reflexões dos sujeitos de pesquisa, para termos condições de melhor rastrear os fluxos comunicacionais no momento da análise. Isso implicou um risco, por nós assumido, de propor aos respondentes um número maior de questões do que o habitualmente recomendado em investigações dessa ordem, bem como formular um roteiro de entrevista relativamente extenso. A minimização dos riscos de insucesso na coleta de dados foi obtida por meio dos seguintes procedimentos:

- a) estudo minucioso das formas de composição de questionários e roteiros de entrevista, a partir de indicações bibliográficas fornecidas nas disciplinas cursadas e de outras referências selecionadas pela autora desta dissertação;
- b) conhecimento adquirido no trabalho teórico-prático desenvolvido na disciplina *A Educação Ambiental e a Formação de Professores Através da Pesquisa Interdisciplinar*, em que tanto

técnicas de construção de instrumentos de coleta de dados de campo quanto noções de psicologia da abordagem dos sujeitos de pesquisa foram oferecidas, discutidas, treinadas e aplicadas;

c) contatos prévios (ao longo e paralelamente à construção do referencial teórico) com os sujeitos de pesquisa pretendidos para as entrevistas; bem como contatos prévios com diretores de escolas e coordenadores de ensino de escolas da região, para sondagem das possibilidades de realização de uma hora-atividade com os alunos.

d) criação do Roteiro de Entrevistas e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para realizar as entrevistas com servidores públicos; submissão imediata ao orientador, para ajustes iniciais e assinatura das cópias do termo a serem entregues aos entrevistandos.

e) realização da entrevista-piloto e acertos para obtenção do roteiro final; previsão de desvios e estratégias de retomada do roteiro, sempre cuidando para não interromper ou, se necessário, interromper o mínimo possível a fala dos entrevistados – fazendo-o apenas a fim de retomar questões de interesse para a pesquisa.

f) realização efetiva dos encontros com outros entrevistandos, após contatos para reexposição da natureza da investigação e negociações quanto ao agendamento que melhor lhes aprofundasse.

g) aproveitamento de alguns dados coletados nas entrevistas para o aprimoramento dos questionários em processo de elaboração;

h) criação de um “Caderninho das Questões Possíveis”, composto de 47 itens, no qual foram reunidas e organizadas perguntas pertinentes à temática da investigação;

i) redução de 25% do volume das indagações pertinentes inicialmente listadas, a partir do crivo do orientador.

j) apresentação do questionário – ainda bastante extenso – à banca de qualificação, que por sua vez contribuiu significativamente para a escolha final de conteúdo das perguntas e do modo de perguntar.

k) estudo gráfico e psicológico para a distribuição das questões ao longo das páginas do instrumento de pesquisa, incluindo seleção da melhor forma de apresentação. O formato *caderno*, feito de papel reciclado, tamanho A4, com algumas imagens coloridas e aspecto lúdico foi o escolhido, para estimular a curiosidade e assim conseguir que os respondentes avançassem nas respostas até o final – pois sempre presente estava o nosso risco: inquietação/impaciência/aborrecimento com o processo, “chute deliberado” implicando inadequação dos dados recolhidos, desistência de participar;

l) criação de um texto de apresentação da pesquisa ao respondente, incluindo suas implicações éticas e acadêmicas, que, anexado ao caderno de perguntas, deveria ser destacado e levado consigo.

m) aplicação do questionário-piloto – primeiramente a cinco sujeitos de pesquisa, dois adultos e três jovens. Detectamos e corrigimos dificuldades relativas à linguagem empregada e à forma de apresentação de algumas questões. Calculamos, para os escolares, o tempo mínimo necessário para responder e acrescentamos a ele mais que o dobro dos minutos, para que houvesse a chance de cada indivíduo responder em seu tempo e concluir a tarefa. Isso foi importante para que os alunos menos rápidos não se sentissem constrangidos, mas também exigiu perspicácia para manter tranquilos os que responderam no tempo mínimo.

n) novo piloto com cerca de quinze alunos da Educação de Jovens e Adultos, mais dois adultos não vinculados a escolas da região e dois jovens do Ensino Regular de escolas da região. Verificamos nesse teste a necessidade de aprimorar a apresentação oral pré-pesquisa aos respondentes, principalmente àqueles cuja escolarização deficitária poderia interferir negativamente em sua participação – caso de alguns alunos da EJA. Assim, melhoramos essa apresentação por meio de:

o) breve explanação oral aos alunos e a seus professores⁷³, nas salas de aula, antes da aplicação do instrumento, em linguagem simples: relato sobre a pesquisadora e o que a levou a fazer esse estudo, a natureza da pesquisa acadêmica e a importância de ouvir os moradores da região a respeito das questões ambientais urbanas. Essa breve explanação teve o objetivo duplo de esclarecimento e estímulo à participação interessada dos alunos.

p) adaptação da coleta de dados dos discentes em estabelecimentos nos quais o intervalo entre as negociações fez coincidir o tempo de aplicação e a época de avaliações ou de redução de turmas em razão da proximidade de término do ano letivo. Três coordenadoras (de duas das escolas participantes) ofereceram-se para aplicar o questionário após a semana de provas do último bimestre do ano letivo de 2012 (época em que iniciamos os trabalhos nessa frente). Também foi solicitada (reforçada) às coordenadoras de ensino que se voluntariaram a não interferência durante a atividade, no sentido de influenciar as respostas dos estudantes, como forma de preservar o máximo possível os dados naturais⁷⁴.

q) estratégia de coleta diferenciada para adultos moradores da região, mas não inclusos em atividades escolares: procuramos por esses adultos em igrejas, em suas casas, em reuniões comunitárias e propusemos a tarefa de responder ao questionário da seguinte maneira: mostramos um exemplar e solicitamos que avaliassem, num primeiro olhar, em quanto tempo poderiam responder e dar retorno à pesquisadora. Cada pessoa definiu seu tempo, o que estava plenamente de acordo com nossa ideia inicial: ajudar o respondente a responder “em seu tempo”, com reflexão, pois o instrumento de pesquisa foi elaborado não para coletar “respostas corridas, imediatas e supostamente verdadeiras”, mas como instigador de reflexão a partir da qual sobreviriam opiniões pensadas⁷⁵.

⁷³ Alguns docentes permaneceram em sala durante a atividade e até se tornaram respondentes, pois residiam na região.

⁷⁴ Tivemos sorte em encontrar profissionais interessados na pesquisa científica e em que seus alunos participassem da experiência acadêmica que nos propúnhamos a desenvolver.

⁷⁵ Essa escolha se deu com base em experiências pessoais e relatos de amigos: muitos de nós havíamos participado de pesquisas nas quais tínhamos de responder tão rapidamente às perguntas que, algum tempo depois, refletindo sobre as respostas que havíamos dado, percebíamos que elas de fato não refletiam nossa opinião. Assim, mesmo sabendo que em

r) reserva de tempo livre para resgatar os questionários dos adultos em suas casas, em seu ambiente de trabalho, em suas igrejas, em reuniões comunitárias (conforme a combinação acordada com cada pessoa).

6. 7 Mapa da Pesquisa

O mapa da página seguinte, elaborado a partir da base de dados Google Maps, indica os logradouros nos quais residem os respondentes do questionário, representados por homenzinhos brancos, bem como as escolas às quais pertencem os estudantes-sujeitos de pesquisa, indicadas por casinhas amarelas. Trata-se de um mapa elaborado em família, a partir da base de dados Google Maps: Sandra Falcão (a pesquisadora) coletou e digitalizou os dados; Antonio Falcão (seu esposo) cuidou do georreferenciamento dos logradouros e André Falcão (o filho caçula) definiu os limites geográficos do distrito com o auxílio de ferramentas de desenho.

pesquisas de marketing, por exemplo, a primeira resposta, dada sem reflexão longa, teoricamente, é a “verdadeira”, optamos por não adotar esse caminho. E isso foi aclarado aos respondentes no texto de apresentação: queríamos respostas refletidas, nas quais não houvesse preocupação com “o certo ou o errado”, mas apenas externalização das impressões do participante a partir de seu tempo de reflexão. Consideramos esse viés mais importante para capturar sentidos vinculados aos trânsitos discursivos multidimensionais, e, como precaução para que o respondente não oferecesse apenas “respostas padronizadas socialmente e previsíveis”, cuidamos de criar perguntas distintas que cruzassem impressões, bem como escalas cuja leitura permitisse adiante detectar respostas dentro da “zona de conforto” e impressões um pouco mais profundas, externas a essa zona.

respondentes do questionário

escolas às quais pertencem os estudantes-sujeitos de pesquisa

limite geográfico do distrito Vila Medeiros

Figura 32 – Mapa da Pesquisa

6.8 Do armazenamento e organização dos dados recolhidos via questionários

Em razão do volume de informações recolhidas via questionários, tornou-se necessário criar um Banco de Dados customizado, o que foi feito utilizando uma combinação dos programas VisualFoxPro, da Microsoft, e ArcView, da ESRI (Environmental Systems Research Institute, referência mundial em geoprocessamento)⁷⁶. Telas exemplificativas da organização desse banco estão no anexo F.

6.9 Da organização dos dados recolhidos via entrevistas

Leituras sucessivas permitiram-nos identificar e agrupar em 45 categorias (listadas em ordem alfabética logo abaixo) as ideias contidas nas páginas transcritas, de maneira a facilitar o encontro e entrecruzamento de dados:

• AÇÃO COMUNICATIVA E PARTICIPAÇÃO	• ESCOLA
• ASSOCIAÇÕES/ONGS	• EVENTOS
• BOLETIM	• IGREJAS
• CADES/ CONSELHO GESTOR DE SAÚDE	• INDIVIDUAL X COLETIVO/ DIFERENÇAS SOCIAIS/MODO DE VIDA
• COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E UNIVERSIDADE	• INTERESSE DO MUNÍCIPE
• COMUNICAÇÃO ESCRITA	• INTERNET
• COMUNICAÇÃO INTERNA/PLANEJAMENTO	• JORNAL/JORNAL DE BAIRRO/DIÁRIO OFICIAL
• COMUNICAÇÃO MORADOR-PODER PÚBLICO	• JOVENS – PARTICIPAÇÃO/ INTERESSE/ PROCESSO DE COMUNICAÇÃO
• COMUNICAÇÃO PODER PÚBLICO – MUNÍCIPE	• LIDERANÇAS
• COMUNICAÇÃO VISUAL	• MEIOS DE COMUNICAÇÃO – USO/POSTURA
• CONCEITO MEIO AMBIENTE	• PANFLETOS/CARTAZES
• CONFIANÇA NO PODER PÚBLICO	• PERTENCIMENTO
• CONHECER O AMBIENTE/ PERCEPÇÃO/ÁREAS VERDES	• PROATIVIDADE DO MORADOR – PARTICIPAÇÃO II
• CONTATO DO PODER PÚBLICO COM INSTITUIÇÕES	• PROBLEMATIZAÇÃO/DISSCUSSÃO/ ENCONTRO/TRABALHO CONJUNTO
• CONVERSACÃO/COMUNICAÇÃO VERBAL	• PROJETOS EM VILA MEDEIROS
• DEMANDA	• PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO/ OTIMIZAR COMUNICAÇÃO
• DIFICULDADES NO CONTATO COM O MUNÍCIPE/DIFICULDADES NA ACEITAÇÃO DE AÇÕES	• RÁDIO
• EMPODERAMENTO	• REDES
• EMPRESÁRIOS	• SAÚDE/AGENTES DE SAÚDE/POSTOS DE SAÚDE
• ENTORNO E RETORNO/PERCEPÇÃO DO MEIO II	• TEATRO
• EQUIPAMENTOS PÚBLICOS – AÇÃO EM PARQUES	• TELEFONE
• EQUIPE EDUCOMUNICAÇÃO	• TELEVISÃO
	• TREINAMENTO

⁷⁶ Registramos mais um agradecimento a Antonio Falcão, o analista que customizou o programa de acordo com a necessidade de nossa pesquisa.

7. Resultados e Discussão

Os dados coletados em campo são aqui apresentados em forma de gráficos e quadros-tabela elaborados com o auxílio do programa Excel, a partir das respostas ao questionário ofertado a adultos, jovens do ensino médio e jovens do ensino fundamental, bem como em forma de excertos extraídos das entrevistas realizadas com os servidores públicos municipais.

A análise quanti-qualitativa confronta os dados de campo tabulados/organizados com informações presentes no referencial teórico balizador do trabalho. Os resultados mostrados em cada gráfico e quadros são analisados separadamente e em seguida correlacionados a falas dos entrevistados do serviço público e a outros gráficos, tabelas e quadros-tabela da dissertação, quando tal movimento de ideias se revelar produtivo no sentido de enriquecimento da análise. A inserção dos diversos blocos analíticos é precedida de indicação dos motivos que nos levaram a fazer tal ou qual pergunta durante a atividade de campo com questionários.

Vale ressaltar que não se pretende aqui esgotar todas as possibilidades analíticas de cada grupo de informações, mas priorizar aspectos relacionados com o tema da investigação. Assim, alguns grupos de dados são analisados mais detidamente enquanto outros contam com análise sintética, de acordo com as demandas emergentes da temática escolhida: os fluxos comunicacionais de cunho ambiental enquanto geradores de sentido e ação entre os moradores de uma área com dificuldades ambientais na cidade de São Paulo.

Para melhor entendimento dos diversos conjuntos de dados, adotamos na maior parcela da exposição quadros-tabela⁷⁷ com um sistema de cores que ajudará na identificação dos grupos componentes da amostra via questionário, a saber: azul para o grupo ADULTOS, laranja para o grupo JOVENS DO ENSINO MÉDIO, verde para o grupo JOVENS DO ENSINO FUNDAMENTAL e roxo/lilás para o TOTAL DOS RESPONDENTES. Os dados provenientes das entrevistas contarão com a identificação real dos entrevistados, previamente autorizada por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Iniciamos a discussão dos resultados com a apresentação de um gráfico indicativo do nível de bem-estar dos moradores ao caminhar pelas ruas do bairro onde residem.

⁷⁷ As tabelas completas, que originaram esses quadros e também os gráficos, encontram-se no anexo N, disponibilizado em DVD-R, para efeito de conferência detalhada e confrontação de dados.

Gráfico 3 – Sensação dos moradores ao caminhar pelas ruas do bairro onde moram. (Resultados expressos em frequência).

Esse resultado deriva de nossa indagação a respeito de “o que o meio comunica ao indivíduo” no *locus* de pesquisa de nosso interesse. Como se pode observar, para a maioria dos respondentes vigora uma sensação oscilante, de mal-estar e bem-estar conforme os logradouros por onde circulam. De 179 indivíduos, 105 (ou 58,66%) declararam essa oscilação, enquanto 38 pessoas (21,23%) declararam sentir mal-estar, frustração, tristeza com a paisagem que encontram nas ruas da região onde moram. Também é possível notar que essa sensação de mal-estar se amplia conforme avança a faixa etária dos respondentes: para os jovens do ensino fundamental ela é menor (11, 67%), para os jovens do ensino médio aumenta um pouco (19,35% ou 12 indivíduos apontaram o item), enquanto para os adultos o valor salta para 33,33 % (ou 19 indivíduos). Parece-nos, portanto, que o desgaste relacionado aos sentimentos negativos diante do meio acompanha de maneira crescente os moradores. O

índice de bem-estar absoluto é reduzido para todos os grupos, sendo que, em relação aos demais grupos, apenas o grupo dos jovens de ensino fundamental, que teoricamente estariam menos contaminados por preocupações múltiplas – dada, talvez, a proximidade maior com a condição do universo infantil – revela um bem-estar absoluto pouco maior.

Belgiojoso, citado por Ribeiro e Vargas (2004), salientava que até os elementos não definíveis esteticamente, embora bem visíveis na urbe, “são expressos em termos de *comunicação*, de *riqueza de estímulos*, de *mensagens*, de *informações* e de *significados*” (BELGIOJOSO, 1988, p. 25, grifo nosso), razão pela qual consideramos um norte conhecer, por meio do estímulo à rememoração visual do ambiente e às sensações que ele evoca, quais significados estão prestes a aflorar nos indivíduos que respondem à nossa pesquisa.

Importa também observar que o nível de bem-estar em relação ao ambiente físico está incluído na noção de qualidade de vida, conforme Giacomini Filho (1996), enquanto Cutter (1985, citada por RIBEIRO E VARGAS, 2004, p. 15) lembra que a noção de qualidade de vida propõe o emprego de indicadores de três ordens: sociais, ambientais e perceptivos, dando aos dois primeiros “também uma dimensão perceptiva, isto é, de bem-estar ou não em relação a um elemento objetivo”. Assim, junto com esta autora, buscamos observar o que o meio comunica ao sujeito avaliando as condições objetivas de sua vida “também a partir da imagem subjetiva do indivíduo e de suas expectativas em relação ao lugar”. Esse fluxo de comunicação permite estabelecer pontes com categorias como participação, pertencimento, noção de saúde urbana, entre outras. O arquiteto Cleverson, um de nossos entrevistados, afirma ser muito importante otimizar os processos de comunicação ambiental principalmente porque é uma temática ligada a “uma das coisas que a gente gosta de discutir, que é a questão do bem-estar no ambiente urbano”.

Em busca das razões pelas quais os diversos moradores declaram sentir-se de tal ou qual modo, ao caminhar pelas ruas de seu bairro, oferecemos a eles um quadro de problemas ambientais (ocorrentes de fato na região), para que assinalassem os itens que consideravam existir ali. Antes, porém, para evitar que as respostas dadas nessa questão contaminassem outros dados de que necessitávamos, perguntamos primeiro com que frequência observavam o meio e qual seu grau de preocupação com a qualidade ambiental de seu bairro:

Com que frequência observa o meio ambiente do bairro?

Gráfico 4 – Frequência de observação do meio ambiente local

Ao elaborar essa pergunta, cuidamos também de oferecer uma gradação de possibilidades de resposta, ao estilo Likert, de maneira a sentir quanto, em seu dia a dia, a comunicação com o ambiente externo ao lar poderia influenciar a avaliação que o munícipe faz em relação à qualidade ambiental desse mesmo meio. Notamos que, em grau maior ou menor, a maioria dos respondentes não está alheia de todo ao ambiente ao seu redor e, portanto, tem condições de opinar com clareza sobre ele, embora não detenha as mesmas condições no que tange à reação proativa diante dos problemas, como veremos adiante. Quanto ao grau de preocupação com o meio ambiente do bairro, observemos o gráfico a seguir:

Gráfico 5 – Grau de preocupação do morador quanto à qualidade ambiental do bairro onde mora

Na ilustração notamos que a maioria revela preocupação (o item ‘despreocupado’ foi bem pouco assinalado pelos grupos), embora esta apareça em sua maior parte situada naquilo que poderíamos classificar como uma espécie de ‘zona de conforto’ – uma preocupação mediana. Esse tipo de preocupação poderia, se bem trabalhado em termos de comunicação ambiental, escolar e extraescolar, resultar em aumento do interesse pela qualidade do meio, ensejando expectativa maior de mudanças e, talvez, de reações proativas do cidadão. No entanto, no momento a tendência observada é de que a posição mediana se transforme no item à direita para os grupos de jovens: “pouco preocupado” aumenta para eles em relação aos itens “muito preocupado” e “extremamente preocupado”, enquanto que para os adultos as posições “muito preocupado” e “extremamente preocupado” alcançam valores maiores do que os dos jovens.

Para iniciar um processo reflexivo que permitisse responder com mais atenção à questão sobre os problemas observados no meio físico, propusemos uma pergunta simples: se você sai para caminhar em seu bairro e deseja ou precisa parar um pouco, você encontra muitas, poucas áreas verdes, quase nenhuma ou nenhuma área verde?

Gráfico 6 – Percepção de áreas verdes ao caminhar pelo bairro

Os grupos pesquisados, em sua maioria, constataram que há poucas ou quase nenhuma área verde em seu bairro, o que corresponde à realidade física do distrito, como confirma o excerto de entrevista abaixo:

“Acho que é outro drama que a gente vive aqui nesta região, e aí todos os distritos, né? – V. Maria, V. Guilherme e V. Medeiros – é a falta de área verde, porque não é uma pracinha só, sabe, Sandra? Eu penso que a área verde ela tem que ser um pouco mais ampla. Quantos locais aqui você tem que têm um quintal desse [a área verde da sede da subprefeitura V. Maria-V, Guilherme], com árvore, com verde?” (Silvana)

A partir dessa primeira constatação, oferecemos, como afirmamos há pouco, um quadro mais completo de problemas ambientais presentes na região, a fim de entendermos quais desses problemas são mais perceptíveis ao morador e estabelecem relações com os fluxos de comunicação ambiental circulantes em seu mundo.

Como a organização dos resultados dessa pergunta gerou um quadro bastante detalhado, nós o inserimos em posição horizontal a partir da próxima página, para que o entendimento pudesse se processar de maneira mais efetiva.

PROBLEMAS AMBIENTAIS	ADULTOS		JOVENSEM		JOVENSEF		TOTAL RESP.		RANKING
	F	%	F	%	F	%	F	%	
a) falta de áreas verdes para exercitar-se e realizar atividades coletivas de saúde, lazer, educação, cultura	44	77,19	47	75,81	37	61,67	128	71,51	1º mais citado
b) falta de árvores ou poucas árvores na maioria das ruas	32	56,14	37	59,68	36	60,00	105	58,66	
c) incidência de doenças devido ao bairro fazer parte de uma ilha de calor urbana	8	14,04	7	11,29	2	3,33	17	9,50	1º menos citado
d) lixeiras públicas depredadas	35	61,40	34	54,84	28	46,67	97	54,19	
e) descarte irregular de lixo/entulho nas ruas e praças	38	66,67	35	56,45	31	51,67	104	58,10	
f) odores desagradáveis(de fumaça, lixo, etc)	27	47,37	36	58,06	30	50,00	93	51,96	
g) cocô de cachorro nas calçadas e ruas	44	77,19	44	70,97	38	63,33	126	70,39	2º mais cit
h) aumento do fluxo de veículos nos últimos tempos	35	61,40	24	38,71	23	38,33	82	45,81	
i) lançamento de lixo nos córregos do bairro	27	47,37	34	54,84	24	40,00	85	47,49	
j) árvores maltratadas (quebradas, queimadas, arrancadas, vítimas de poda radical)	20	35,09	20	32,26	17	28,33	57	31,84	3º menos cit
k) barulho demais o tempo todo	19	33,33	11	17,74	16	26,67	46	25,70	2º menos cit (e)
l) fachadas mal cuidadas/ muros e paredes pichados	34	59,65	34	54,84	29	48,33	97	54,19	
m) enchente em certos locais, quando chove, por causa do lixo jogado nas ruas e córregos	31	54,39	21	33,87	15	25,00	67	37,43	
n) calçadas muito estreitas, que dificultam o trânsito dos pedestres	38	66,67	35	56,45	27	45,00	100	55,87	
o) barulho demais em algumas horas do dia/da noite	24	42,11	23	37,10	19	31,67	66	36,87	
p) aumento do número de raios durante as tempestades	14	24,56	18	29,03	14	23,33	46	25,70	2º menos cit (e)
q) falta de calçadas verdes (parte impermeável, parte com faixa(s) de grama)	29	50,88	36	58,06	21	35,00	86	48,04	
r) sensação de desconforto térmico/cansaço nos dias quentes (efeito ilha de calor)	26	45,61	32	51,61	27	45,00	85	47,49	
s) estragos nas calçadas	33	57,89	38	61,29	35	58,33	106	59,22	3º mais citado
t) fiação elétrica não embutida no solo (fios pendurados em postes)	28	49,12	29	46,77	22	36,67	79	44,13	

Quadro 2 – Percepção de problemas ambientais por parte dos moradores do distrito Vila Medeiros

(e) – itens empatados

O quadro-tabela da página anterior permite observar que os respondentes, em sua maioria, conseguem identificar e apontar problemas ambientais em sua região, diferentemente do que se verificou em 1997 e em 2001 na pesquisa ‘O que o Brasileiro pensa do Meio Ambiente’ (guardadas as devidas diferenças entre as investigações), quando mais de 50% da população entrevistada não foi capaz de identificar nenhum problema ambiental no seu bairro (ECO21, 2002). Os pesquisadores, na época, chegaram à conclusão de era preciso incrementar os esforços para levar ao grande público informações sobre meio ambiente e qualidade de vida.

O problema mais citado por todos os respondentes é a *falta de áreas verdes para exercitar-se e realizar atividades coletivas de lazer, educação, cultura*. Considerando-se que este item pode ter sido o mais citado porque houve estímulo na questão anterior a pensar sobre ele, como forma de iniciar a reflexão sobre o meio físico, será bom observarmos, em cada grupo, ao menos os quatro itens mais citados, já que entre quatro podemos distinguir três que dependeram apenas da rememoração do respondente acerca do que vê na região, cotidianamente.

Entre os adultos pesquisados, os quatro maiores problemas são, na ordem decrescente, *a falta de áreas verdes para exercitar-se e realizar atividades coletivas de saúde, lazer, educação, cultura; a presença de fezes de cachorro nas calçadas e ruas; o descarte irregular de lixo/entulho nas ruas e praças (os chamados PVDRs – Pontos Viciados de Descarte de Resíduos Sólidos)* empatado com o item *calçadas muito estreitas, que dificultam o trânsito dos pedestres* e, em quarto lugar, *lixeiros públicas depredadas e aumento do fluxo de veículos nos últimos tempos* (empatados).

Para o grupo dos jovens de ensino médio, os maiores problemas são: *falta de áreas verdes para exercitar-se e realizar atividades coletivas de saúde, lazer, educação, cultura; cocô de cachorro nas calçadas e ruas; estragos nas calçadas e falta de árvores ou poucas árvores na maioria das ruas*. Chamou-nos a atenção também o quinto colocado no ranking dos jovens do ensino médio, por ser fruto de uma comunicação não visual com o meio, mas olfativa: *odores desagradáveis (de fumaça, lixo, etc)*.

Quanto ao grupo dos jovens de ensino fundamental, existe grande semelhança na eleição dos principais problemas ambientais em relação aos demais grupos, variando apenas a ordem em que aparecem: em primeiro lugar, para estes jovens, está o problema da presença de *cocô de cachorro nas calçadas e ruas*; em segundo lugar, *a falta de áreas verdes para*

exercitar-se e realizar atividades coletivas de saúde, lazer, educação, cultura; em terceiro, *falta de árvores ou poucas árvores na maioria das ruas*, e em quarto lugar, *os estragos nas calçadas*.

Como imaginávamos a princípio, os problemas mais notados são aqueles que exigem apenas observação direta do meio e que não necessitam, portanto, de pontes reflexivas mais complexas que permitam associar os problemas fortemente visíveis àqueles menos perceptíveis, mas existentes. Entre estes, destacaram-se como os menos perceptíveis para todos os respondentes a *incidência de doenças devido ao bairro fazer parte de uma ilha de calor urbana* (em último lugar para os três grupos pesquisados) e o *aumento do número de raios durante as tempestades* (que também tem relação com as ilhas de calor), assinalado em penúltimo lugar por adultos e jovens do ensino fundamental. Para os jovens do ensino médio ficou em penúltimo lugar na lista dos menos perceptíveis o item *barulho demais o tempo todo*, que talvez guarde relação com o modo de vida mais agitado, quase sempre ruidoso, predominante entre a juventude e encarado como natural – ou talvez apenas signifique que realmente o nível de ruído do distrito não chega a ser preocupante em termos de saúde pública e bem-estar coletivo.

Em relação à arborização urbana, de que a região é bem carente na opinião de todos os grupos, vale lembrar a fala da Engenheira Agrônoma Adeliana sobre a frequência com que se pedem podas e a frequência com que se solicitam plantios com o auxílio dos canais de comunicação abertos pelo poder público aos munícipes:

“[...] o segundo serviço solicitado nas subprefeituras através do serviço de atendimento ao cidadão é de poda de árvore. Não é nem de limpeza de praças, nem de buracos, não sei nem qual seria o primeiro, mas poda de árvores tá nos primeiros do ranking de solicitação dos munícipes. E plantio é um dos últimos, né? (riso)” (Adeliana)

Essa simples comunicação visual que fez o munícipe assinalar em nosso quadro um maior número de vezes os problemas mais fáceis de perceber (sem reflexões mais profundas), como a ausência de verde, poderia, talvez, ser empregada com mais frequência em projetos de arborização, para estimular a ampliação de áreas verdes, o plantio em calçadas, já que tal carência foi citada em primeiro plano pela totalidade dos respondentes e já que existe uma relação positiva entre algumas constatações visuais e a aceitação do munícipe:

“[o munícipe] vê que a muda é bonita, é grande, às vezes até chega florida [quando a equipe de plantio traz as mudas para executar um projeto de arborização]. A flor é um ponto bem importante de comunicação, eu acho, porque quando o munícipe vê uma muda com flor, ele tem uma receptividade muito maior do que uma muda só com folha, né? Só verde! E às vezes é isso. ‘Quer que plante uma árvore em frente da sua casa?’. ‘Dá flor ? Que flor que é?’ ‘Que cor que é?’; ‘Ah, eu quero um ipê amarelo, porque eu gosto do ipê amarelo”, então a flor, agora nessa conversa eu pensando, é uma forma de comunicação visual na receptividade dessa muda.” (Adeliana)

Não nos estenderemos muito na análise dos diversos itens do quadro e suas possíveis conexões educacionais, mas gostaríamos de dizer que os resultados principais indicam a necessidade de potencializar as informações em educação ambiental, para que os cidadãos urbanos sejam capazes de estabelecer relações mais complexas entre as ocorrências ambientais urbanas e sua qualidade de vida. Tal potencialização deve ocorrer tanto na escola quanto, mormente, no eixo não-escolarizado, como sugere Heitor Queiróz de Medeiros (ENTREVISTA, 2009), tornando-se importantes para isso os valores da Educomunicação.

Tal necessidade pode ser apreendida também de uma das falas de Adeliana, na qual ela elucida como, atualmente, sucede-se a comunicação com o munícipe quando da implantação de um projeto de arborização urbana em determinada região da cidade:

A princípio é a equipe de educação ambiental [que faz os primeiros contatos com a população]. A gente tem feito várias tentativas dessa...de como fazer essa comunicação. Ainda a gente gostaria de chegar num protocolo de comunicação ambiental. Então, tem-se uma área que é carente de áreas verdes. [...] ...pelo atlas ambiental detectou-se que naquela área há necessidade de incremento dessa arborização. Como se fazer esse...chegar à população com essa atividade? Algumas tentativas já foram feitas, mas todas empíricas, sob o ponto de vista de comunicação. São agrônomos e gestores tentando conversar com a população e mostrar a importância do verde, né? Que a gente às vezes não tem os mecanismos mais certos e mais eficientes, né? (Adeliana)

Para Queiróz, as diretrizes educacionais têm peso especial no campo difuso e não-formal, aquele que não é um *locus* específico de trabalho de docentes e discentes. Por exemplo, o campo “da rua” – aquele no qual Adeliana e sua equipe precisam se movimentar para a concretização de projetos ambientais.

O chamamento do autor parece ligar-se à “capacidade de aprender a utilizar com eficiência veículos de comunicação, das mais diversas formas”. Ele afirma que, presentemente, há no Brasil “um esforço muito grande na área de Educação Ambiental em trabalhar com o conceito Educomunicação” (ENTREVISTA, 2009), enquanto Soares (2011, p. 49) argumenta que “as áreas de intervenção do campo da educomunicação são”, acima de tudo, “‘pontes’ lançadas entre os sujeitos sociais e o mundo da mídia, do terceiro setor, da escola, oferecendo um diálogo sobre determinado âmbito da ação educacional”.

Em sendo o prisma da comunicação ambiental o que mais nos interessa no momento, passamos agora a analisar os fluxos desse tipo de comunicação do poder público em direção ao munícipe e do munícipe em direção ao poder público, principiando pela observação da frequência com que tais trocas informativas têm ocorrido (ou não), na opinião dos respondentes do questionário. Perguntamos quantas vezes o morador, no último ano, recebeu informações do poder público sobre problemas ambientais existentes em sua região ou a respeito de atividades promovidas para combatê-los. O gráfico a seguir aclara as respostas:

Gráfico 7 - Frequência de recebimento de informações do poder público, no último ano, sobre problemas ambientais da região ou sobre atividades promovidas para combatê-los.

A maioria dos respondentes (64,25%) não recebeu, no último ano, informações cuja fonte fosse o poder público acerca de questões ambientais da região pesquisada, contra

34,64% de moradores que afirmam ter recebido *uma vez* ou *mais de uma vez* informações dessa natureza. Tais conteúdos costumam ser divulgados pela administração municipal, segundo os servidores entrevistados, em diário oficial, boletim da subprefeitura, jornais de bairro, portal da prefeitura, entre outros meios.

“a UBS [Unidade Básica de Saúde], quando ela vai renovar o conselho gestor, ela tem que publicar no diário oficial que aí qualquer pessoa pode acessar [...] e colocar cartazes informativos de chamamento das pessoas, dizendo que vai ter organização da chapa de conselho gestor; marca-se uma reunião e aí pede-se que se divulgue dentro da própria unidade pra que pessoas venham pra essa reunião” (Silvana)

No caso do diário oficial, mencionado no excerto acima, o fato de qualquer cidadão poder acessá-lo não significa que o fará, até porque a versão on-line (que seria talvez a mais acessível) apresenta organização que dificulta o entendimento acerca de ‘onde procurar a informação que se quer’⁷⁸. Essa forma de buscar, ademais, não foi mencionada por nenhum dos respondentes do questionário quando perguntados sobre os meios pelos quais os munícipes tinham acesso a informação ambiental local, como veremos adiante. Mas há, reconheçamos, diversas outras formas de divulgação de assuntos ambientais aos quais a população tem acesso mais fácil.

Não obstante, reconhecem os servidores, o alcance ainda não é pleno para todos os cidadãos, por diversos motivos. Os excertos abaixo podem auxiliar nossa compreensão, pois neles exemplificam-se fluxos comunicacionais promovidos pelo poder público e, ao mesmo tempo, destacam-se fatos que podem dificultar esses fluxos:

“o problema é que a maioria da população não tem acesso à página da prefeitura, só que em todas as ações que nós fazemos, todo contato que a gente tem, a gente divulga: ‘Gente, existe a possibilidade de acessar o portal da prefeitura, lá tem publicações que vocês podem baixar em download’, então a gente acaba divulgando também o portal da prefeitura e aí na lista de presença das pessoas que vão participar da nossa atividade a gente vai alimentando nosso banco de dados – a partir da lista de presença[...]; ou então a pessoa vê no jornal de bairro, em cartaz, ou até mesmo no diário oficial – que a gente publica também no diário oficial – o anúncio da nossa atividade e liga e pede mais informações. Aí a gente pede o e-mail da pessoa e isso também já alimenta o nosso e-mail”. (Odair)

⁷⁸ Verificação feita por mim no Diário Oficial do Município, versão on-line, no primeiro semestre de 2012.

“[...] Eu acho que precisaria de alguém pegar esse boletim⁷⁹ e ir lá entregar, sabe – ‘Olha, tô te entregando isso aqui porque é o jornalzinho do bairro, sabe, tem umas coisas boas de você ler aí, a gente se encontra pra discutir isso em tal lugar’. Sabe, porque um instrumento ele por si só ele não é suficiente pra você atingir o objetivo pra nada na vida. Acho que é necessário você...operacionalizar esse instrumento. [...] tem que conversar, tem que trocar, então, pra mim, um instrumento ele é ‘estático’. E ele só vai ter sentido se ele for trabalhado. E aí eu te digo: eu acho que a gente tem muitos instrumentos mas eles são pouco trabalhados, pouco operacionalizados, e daí por isso que a gente não atinge o objetivo.” (Silvana)

Observa-se aqui a noção da necessidade de expansão das ações comunicacionais do poder público, a fim de que a totalidade dos cidadãos possa ter conhecimento mais exato sobre os problemas ambientais que a região vivencia e assim, quem sabe, despertar para atitudes que colaborem com a reversão dos danos. Matos assevera que a existência real de interlocução e debate sobre temáticas políticas e sociais depende da criação de espaços que permitam discussão e deliberação. Monteiro (2009, p. 44) frisa a necessidade de “espaços alternativos, fora da mídia”, que possibilitem aos diversos grupos sociais a formulação de “suas próprias interpretações sobre suas necessidades e seus interesses”. Na atual conjuntura ambiental do distrito Vila Medeiros, consideramos urgente a formulação de demandas que repercutam no governo, na sociedade e na mídia, conforme sugere Matos (2011), e sem olvidar um ponto salutar: a *operacionalização do instrumento* com o qual se quer realizar um processo comunicativo, de que nos fala a servidora Silvana.

Citelli lembra que a informação e o conhecimento, uma vez “elaborados, distribuídos e socialmente intercambiados, precisam ser vistos em função do cenário que designamos de ecossistema comunicativo” (CITELLI, 2011, p. 63). Dentro desse cenário, e rememorando Paulo Freire (1983), o autor afirma que é preciso que exista o encontro dos interlocutores, para ativação dos princípios de reciprocidade, dos quais brota a efetividade dos atos comunicativos. Os mediadores técnicos, ou dispositivos amplificadores que sustentam o que está sendo enunciado (Citelli, 2011) não são por si só, portanto, garantia de apreensão de sentidos.

Sempre em busca dessa apreensão, cuidamos também de verificar o fluxo comunicacional que parte do cidadão em direção ao sistema de governança municipal, perguntando aos três grupos de moradores se alguma vez já haviam feito contato com o poder

⁷⁹ Publicação mensal da subprefeitura, disponibilizada, no caso da região em foco, até dezembro de 2012.

público ao perceberem algum problema ambiental em seu bairro. O gráfico abaixo revela as respostas:

Gráfico 8 – Contato com o poder público ao perceber algum problema ambiental em seu bairro

O ‘*não*’ majoritário do gráfico remete a Jacobi (2008), segundo o qual existe no Brasil uma “tendência ao desengajamento ambiental”. Essa tendência, é fato, não pode ser medida por uma única métrica (‘quantas vezes o munícipe entra em contato com a administração municipal’), mas é fato também que a falta de comunicação do munícipe com o poder público, mesmo diante de mazelas que comprometem qualidade de vida – a sua e a da coletividade – é forte indício de desengajamento.

Antônio Fidalgo enxerga disfunção na postura do indivíduo que, embora conectado permanentemente com os demais por intermédio de dispositivos tecnológicos, “vê-se dispensado de decisões genuínas e liberto de quaisquer responsabilidades” (FIDALGO, 2009, p. 82). João, em sua entrevista, observa que a população “se engaja” no sentido de fazer mais contato com o poder público quando está incomodada com dificuldades ambientais que a afetam diretamente, o que não representa, a nosso ver, um verdadeiro engajamento na causa ambiental coletiva ou uma preocupação regular com problemas mais gerais:

“Assim: quando é pra reclamar, geralmente o pessoal se une mesmo, né? [risos]. É verdade, e às vezes tem um terreno, quando a gente vai pra fazer uma vistoria, mal a gente chega com o carro, às vezes precisa o técnico tá acompanhando, não vai só a gente, o técnico vai

quando há uma questão mais complicada, mas mal a gente desce do carro, a gente já começa a ser rodeado por um monte de munícipe,[...] porque...ali é um problema mesmo, em comum, às vezes é um terrenão baldio que tá cheio de lixo e que tá incomodando vários; não é só o vizinho que mora ao lado do terreno. Então, eles veem que o vizinho tá falando alguma coisa, geralmente chega o vizinho do terreno, dali a pouco vem um outro, quando vai ver, tá rodeado de gente...tão com a mesma queixa [...]”. (João)

Na situação descrita por João, o processo comunicativo se dá a partir de um estímulo visual representado pela chegada de uma equipe do poder público a uma área ambientalmente prejudicada (a equipe pode ter sido acionada por um morador ou estar ali fazendo uma vistoria rotineira).

O fluxo comunicativo cidadão-poder público é deficitário, de acordo com os dados, pois apenas 14,53% dos moradores entrou em contato com o poder público ao perceber problemas ambientais no bairro. Bordenave (1994, p. 68) lembrava que “sem comunicação não pode existir a participação”. Para este autor, um processo de intervenção dos indivíduos na tomada de decisões – em nosso caso, a decisão de intervir em um problema ambiental – depende de dois requisitos básicos: informação e diálogo. No exemplo dado pelo entrevistado João, vemos que existe alguma disposição da população para o diálogo, ainda que iniciado em forma de ‘reclamação pura’, mas tal tendência é ainda mais presente quando há algum estímulo por parte da administração municipal. Notamos, nas entrevistas, que a disposição para o diálogo é bastante presente entre os servidores envolvidos na gestão de meio ambiente e saúde urbana no distrito pesquisado. Voltaremos a esse aspecto oportunamente.

Quanto aos participantes que afirmaram ter se comunicado com o poder público, o telefone foi o meio de comunicação mais utilizado por eles, conforme se depreende do quadro abaixo:

Meio/canal pelo qual se comunicou com o poder público			
telefone 10	site da prefeitura 4	pessoalmente na regional 1	reunião do CADES 3
conversa com agente municipal 1	carta 1	não se lembra 1	não completaram resposta 4

Quadro 3 – Meios/Canais pelos quais alguns munícipes se comunicaram com o poder público

Observamos nesse quadro que a internet ficou em segundo plano em relação ao contato telefônico, e apenas um munícipe declarou ter ido pessoalmente à regional. Naturalmente, a facilidade e a economia de tempo geradas pela disponibilidade de outros meios de comunicação dispensam a presença real do munícipe diante do poder público; mas também podemos concluir que existe pouca disposição de ânimo (além do quesito ‘tempo livre’) para buscar esse contato direto com os servidores que poderiam auxiliar na resolução de alguns problemas. O servidor Cleverson afirma que *‘[...] a população aqui [no distrito] é um pouco quieta’*, mas considera que isso não é ruim, porque refletiria uma certa capacidade de atendimento das necessidades dos moradores por parte da subprefeitura. Para o arquiteto, o contato presencial com o munícipe em seu trabalho rotineiro tem uma conotação bem positiva, relacionada inclusive com a cultura do brasileiro:

“O povo aqui desta região gosta muito de vir aqui na Praça de Atendimento e falar direto com quem ele tem que resolver os problemas dele. Não é muito via e-mail, não. É mais tête-à-tête. Assim, eu vejo que a gente atende muita gente, seja sentado lá na praça, seja sentado na sala da gente, explicando, orientando, passando um telefone, é mais o tête-à-tête, mesmo nas vistorias. [...] “o tête-à-tête é o que...acho que é coisa do brasileiro, viu? [...] eu vejo a cultura brasileira ainda é muito do frente a frente, do contato físico, olho no olho.” (Cleverson)

Antes, porém, de discutirmos essa questão do contato direto do morador com a administração pública local, complementaremos a investigação sobre iniciativas comunicacionais do munícipe em direção ao poder público com mais alguns achados relativos à frequência de atitude proativa. Perguntamos aos três grupos de moradores (até como forma de referendar as respostas anteriores), com que frequência teriam procurado o poder público no último ano para tratar de assuntos ambientais da região onde moram:

Gráfico 9 – Frequência com que se comunicou com o poder público, no último ano, Para tratar de assuntos ambientais da região onde mora

Esse gráfico reforça as respostas do gráfico anterior, revelando que no último ano tanto os adultos quanto os jovens do ensino médio não contataram o poder público no que tange a relatar/pedir providências/tratar de assuntos ambientais de seu bairro, embora percebam nele diversos problemas, como mostrou o nosso quadro das percepções ambientais.

Indagação semelhante foi feita aos jovens do ensino fundamental, embora noutros termos, porque consideramos que em sua faixa de idade a independência para tomar providências concretas costuma ser menor, então lhes perguntamos apenas com que frequência haviam pensado em se comunicar com o poder público, no último ano, a respeito de problemas ambientais na região onde moram. Embora quase metade (45%) não tenha sequer cogitado a possibilidade de fazer contato com o poder público, a soma dos que pensaram *uma vez* (31,67%) e *mais de uma vez* (23,33) perfaz 55%.

Considerando os grupos de estudantes pesquisados, imaginamos ser importante na escola e na comunidade exterior à escola incentivar uma educação ambiental *interdisciplinar* (KRASILCHIK, 2006; FRIGOTTO, 2008; MARTÍN-BARBERO, 2009; GRISPUN, 1999) e *transdisciplinar* (FREITAS, MORIN E NICOLESCU, 1994; SANTOS, 1995; ROCHA FILHO et al., 2009; SOARES, 2011) que dê mais incentivo à ação proativa, para ensejar o protagonismo juvenil nos moldes educacionais, como propõe Soares. Isso concretizaria, em termos de pensamento socioambiental, “um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e da juventude” (SOARES, 2011, p. 15).

Continuando a pensar nas práticas sociais e na construção de sentidos relacionados à proatividade do cidadão urbano no plano ambiental, listamos três possíveis condutas comunicacionais (com graus diferentes de relação com a proatividade) e pedimos aos moradores que as ordenassem de acordo com o nível de importância atribuído a cada uma. Os resultados estão expressos nos quadros que veremos na página a seguir:

CONDUTAS COMUNICACIONAIS DO MUNÍCIPE

POSTURA/ATITUDE ⇒	SER INFORMADO DIRETAMENTE PELO PODER PÚBLICO							
GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO ⇒	1º LUGAR		2º LUGAR		3º LUGAR		Não resp.	
GRUPOS ⇓	F	P	F	P	F	P	F	P
ADULTOS	14	24,26	21	36,84	8	14,04	14	24,56
JOVENS EM	17	27,42	30	48,39	9	14,52	6	9,68
JOVENS EF	23	38,33	19	31,67	3	5,00	15	25,00
TOTAL	54	30,17	70	39,11	20	11,17	35	19,56

POSTURA/ATITUDE ⇒	OBSERVAR E COMUNICAR AO PODER PÚBLICO							
GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO ⇒	1º LUGAR		2º LUGAR		3º LUGAR		Não resp.	
GRUPOS ⇓	F	P	F	P	F	P	F	P
ADULTOS	35	61,40	11	19,30	3	5,26	8	14,04
JOVENS EM	41	66,13	12	19,35	3	4,84	6	9,68
JOVENS EF	31	51,67	13	21,67	3	5,00	13	21,67
TOTAL	107	59,78	36	20,11	9	5,03	27	15,09

POSTURA/ATITUDE ⇒	ESPERAR QUE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DIVULGUEM O FATO							
GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO ⇒	1º LUGAR		2º LUGAR		3º LUGAR		Não resp.	
GRUPOS ⇓	F	P	F	P	F	P	F	P
ADULTOS	5	8,77	9	15,79	30	52,63	13	22,80
JOVENS EM	3	4,84	10	16,13	40	64,52	9	14,51
JOVENS EF	5	8,33	6	10,00	32	53,33	17	28,33
TOTAL	13	7,26	25	13,97	102	56,98	39	21,79

Quadros 4, 5 e 6 – Condutas comunicacionais – grau de importância atribuído pelo morador

O conjunto de respostas mostra que os três grupos ordenaram os itens da mesma forma: 1º) observar e comunicar ao poder público; 2º) ser informado diretamente pelo poder público e 3º) esperar que os meios de comunicação divulguem o fato. A sequência indicada pelos grupos azul, laranja e verde, individualmente e em sua totalidade, aponta para valorização maior da postura proativa do cidadão quando este se depara com problemas ambientais no bairro.

Tal resultado não condiz com a postura pessoal declarada nas questões sobre *‘se e quantas vezes cada um havia contatado o poder público’*, nas quais as respostas deixam claro que a proatividade não é tão valorizada assim, pois não se incorpora aos hábitos dos cidadãos. Coimbra (2004, p. 546) lembra que o brasileiro costuma agir (e as pesquisas confirmam) “seguindo a conjunção de ideias, sentimentos e ações, nem sempre em equilíbrio”, o que dificulta a percepção objetiva dos problemas ambientais e suas soluções. Matos (2011, p. 45) recorda-nos que a comunicação pública requer “a participação da sociedade e de seus segmentos: não apenas como receptores da comunicação do governo, mas principalmente como produtores ativos no processo comunicacional”, o que por enquanto não estamos encontrando, segundo nossos dados de campo.

Silvana, servidora pública, vê a necessidade de atitudes proativas tanto do cidadão comum quanto dos empresários e dos agentes do poder público:

“Sabe, a subprefeitura não pode ‘tá preocupada só em melhorias pra rua que tem comércio. Tem que ‘tá preocupada com os locais que são de moradia – e aí ‘cê me fala: ‘E o morador?’ O morador tem que se posicionar ali, não pode ficar falando ‘Ahhh...’. Ou o comerciante ou o agente de saúde: ‘Eu vou ficar aqui, quem quiser vir que venha.’ Que é isso? Não é assim.” (Silvana)

Em segundo lugar para os respondentes está a postura menos proativa – ou mais reativa – do cidadão que aguarda que o poder público venha ao seu encontro para fornecer informações. Esse aguardo pode ocorrer, pensamos, não somente por falta de proatividade, mas também por convicção sociopolítica de que é obrigação dos governos fornecer a seus cidadãos informações claras e de qualidade sobre os assuntos que dizem respeito à coletividade. Berna considera informação ambiental de qualidade aquela que mostra os fatos geradores da crise ambiental, promove a tomada de consciência por parte dos indivíduos e os leva a agir sobre as causas, e não apenas sobre os efeitos. “Um tipo de informação que mostre

as raízes de nossos problemas ambientais, e que não apenas reforce uma visão romântica do quanto a natureza é linda ou vítima de nossa ganância” (BERNA, 2010, p. 20).

Em última posição nas escolhas dos munícipes está a ideia de passividade, representada pela espera da comunicação do tipo ‘*o que vier*’ e ‘*se vier*’ a respeito dos problemas ambientais com os quais convive cotidianamente. Uma espécie de desejo da “proação terceirizada”, diríamos, parece estar por trás dessa escolha, como a justificar de algum modo a inação revelada há pouco. Talvez derive, como disse Goothuzem (2009, p.1), do contato com alguns dogmas ambientais (por exemplo, ‘é importante cuidar da natureza, mas eu não tenho tempo ou disposição para me envolver’).

Tal derivação contribuiria para formar representações da relação homem-ambiente menos personalizadas e mais contaminadas pelos meios massivos. Esse autor registra também uma crítica à crença em que as inovações tecnológicas por si só poderão resolver as mazelas ambientais (outro dogma), porque representa o “alívio de saber que alguém está fazendo algo. [...], o que traz conforto e dispensa a ação”. Em nossa pesquisa, incluímos, inicialmente, perguntas a respeito dessa possível crença majoritária no poder de a tecnologia ‘tudo resolver’ – inclusive as mazelas ambientais; no entanto, em nome da centralidade pretendida em torno dos fluxos de comunicação que pretendíamos analisar, preferimos deixar essa vertente para uma próxima investigação.

Retornando à nossa linha analítica, da observação desses resultados fazemos ponte com Higuchi e Kuhnen (2008, p. 182): existe um desafio em entender as mediações humanas no que tange a seu modo de pensar sobre o meio, com o objetivo de “ultrapassar valores que vêm levando à degradação humano-ambiental, dando lugar a formas de cuidado ambiental e participação social”. Percebemos que a questão da proatividade no campo ambiental, para além de ser uma simples decisão sobre tomar a iniciativa de contatar um órgão público, liga-se de maneira indiscutível ao tipo de informação a que os cidadãos têm acesso sobre o meio. Primeiramente, então, é necessário conhecermos quais os meios pelos quais os cidadãos do distrito pesquisado costumam receber informações ambientais locais.

O gráfico da próxima página irá nos auxiliar nesse sentido:

Gráfico 10 – Meios pelos quais o munícipe recebe informação ambiental

Observando-se as respostas da totalidade dos moradores no gráfico da página 165, nota-se que os *meios massivos não impressos* representados pela internet e pela televisão ocupam os dois primeiros lugares na ordem de escolha. Em terceiro lugar, vemos a menção a um *meio individualizado*: as conversas com conhecidos e vizinhos.

“As nossas conversas e discussões com amigos e colegas”, afirma Duveen (2011, p. 8), tanto quanto aquilo que circula na mídia escrita (e, acrescentamos, na mídia televisiva, radiofônica ou de internet, com seus inúmeros dispositivos), fazem parte do processo no qual podemos observar como “as representações ilustram o papel e a influência da comunicação em nossas vidas”. Sendo “o principal meio para estabelecer as associações com as quais nos ligamos uns aos outros”, bem como para percebermos e analisarmos nossa realidade cotidiana, as representações são “sustentadas pelas influências sociais da comunicação”.

A escola, que aqui incluiremos na categoria *meios coletivos mediadores*⁸⁰ aparece em quarto lugar, seguida dos jornais de bairro, que chamaremos *meios impressos locais* (em quinto lugar), e do item ‘não costumo receber informações desse tipo’, ocupando a sexta posição. Os demais meios vão-se organizando na ordem decrescente apresentada no gráfico. Dois dos resultados relatados do primeiro ao sexto lugar chamaram-nos atenção: primeiramente, o índice de indivíduos que declararam não receber informação ambiental aparece bem antes de outras quatorze possibilidades de obtenção de informação ambiental; em segundo lugar, como há um grande número de estudantes entre os respondentes (102 do ensino médio e fundamental, mais outros tantos da Educação de Jovens e Adultos), esperávamos que a escola estivesse mais bem posicionada no ranking – ao menos em terceiro lugar, já que os dois primeiros não surpreendem: são ocupados por meios de comunicação de massa.

No intuito de aclarar as mediações preponderantes, montamos um quadro com os tipos verificados nos dados recolhidos, acompanhados de numeral ordinal indicativo da posição de cada forma de comunicação no ranking:

⁸⁰ Consideramos ‘coletivos mediadores’ os meios nos quais a disseminação e o processamento de informações se dão a partir de uma matriz coletiva de distribuição/apropriação, representada por instituições de diferentes naturezas – tais como parques, igrejas, clubes, ONGs, associações culturais, esportivas (e outras), postos de saúde, conselhos, escolas. Até mesmo estabelecimentos comerciais/industriais podem se transformar em coletivos mediadores.

MEDIAÇÕES PREPONDERANTES ENTRE OS RESPONDENTES

TIPO	MEIO	CLASSIFICAÇÃO NO RANKING GERAL
MEIOS MASSIVOS NÃO IMPRESSOS	internet	1º
	televisão	2º
	rádio comum	12º
	rádio comunitária	16º
MEIOS MASSIVOS IMPRESSOS	jornais e revistas de grande circulação	7º
MEIOS IMPRESSOS LOCAIS	jornais de bairro	5º
	boletim da subprefeitura	18º
MEIOS IMPRESSOS ESPORÁDICOS	folhetos distribuídos pelo poder público	8º
MEIOS NÃO IMPRESSOS ESPORÁDICOS	telefonemas da prefeitura	15º
MEIOS ORAIS DIRETOS E INDIVIDUALIZADOS	conversas com conhecidos e vizinhos	3º
	visita de agentes do poder público	14º
MEIOS COLETIVOS MEDIADORES	escolas	4º
	igrejas	9º
	comércio local	11º
	associações/ONGs	13º
	posto de saúde	17º
	conselho ambiental	19º
MEIOS VISUAIS DE CONTATO DIRETO	grafites nas ruas	10º
AUSÊNCIA DE MEIOS	_____	6º
OUTROS MEIOS	conselheiros do meio ambiente* / jornal Fofoca**	20º

Quadro 7 – Tipologia das mediações quanto ao recebimento de informações ambientais locais

* Essa forma de comunicação poderia enquadrar-se na classificação Meios Oraís Diretos e Individualizados.

** Menção provável a um jornal virtual, em circulação no Facebook, denominado *Fofoca do Saber*, mas nossos dados não permitem comprovação exata disso, por tal razão não o incluímos no rol dos *meios massivos não impressos*.

Analisaremos agora algumas diferenças entre os grupos quanto aos meios/formas de comunicação pelos quais os respondentes afirmam receber informações ambientais sobre a região onde vivem. Para isso, desdobraremos o gráfico 10 (p. 179) em quatro, cada um representando separadamente os grupos pesquisados:

Gráficos 11, 12, 13, 14 – Meios pelos quais os diferentes grupos recebem informações ambientais da região onde vivem

Os dados recolhidos indicam maior incidência de acesso aos veículos digitais entre os jovens. Enquanto a televisão fica em primeiro plano como fonte de informação para os adultos, para os jovens de ensino fundamental e médio a internet é assinalada como o primeiro meio pelo qual recebem informações ambientais locais. Isso parece confirmá-la como mediadora importante na questão ambiental urbana, embora seja preciso indagar até que ponto as informações recebidas pela rede se convertem em ações proativas em favor do meio.

Berna (2010, p. 53) vê a internet como promotora de interatividade, articulação e exercício da cidadania e, por isso, ferramenta poderosa nas lutas globais e locais travadas no campo ambiental, ao passo que Gomes (2011, p. 21), refletindo sobre a participação em redes vinculadas à supervia global, coloca a seguinte questão: “O uso da internet para a participação política e o engajamento cívico trouxe alguma novidade ao panorama ou se trata simplesmente de vinho velho em barris novos?”. Tentaremos apreender um pouco mais a respeito disso em outros questionamentos propostos aos participantes.

Por ora, queremos passar a um viés adicional na análise em separado dos grupos: é o que se refere à visão da escola enquanto coletivo mediador: para os jovens do ensino fundamental, ela ocupa apenas o terceiro lugar como fonte de informação sobre meio ambiente local; para os jovens do ensino médio, cai para quarta posição e para os adultos, classifica-se em oitavo lugar. O distanciamento crescente que parece ocorrer com o avanço da faixa etária dos respondentes terá relação apenas com a conclusão do processo de escolarização básica ou se ligará ao fato de que a escola permanece isolada da comunidade? Ou, ainda, terá liame com o fato de que a educação ambiental oferecida nos estabelecimentos de ensino não tem sido significativa?

Mais um resultado relativamente curioso é o fato de que as *conversas com conhecidos e vizinhos* são vistas igualmente por adultos e jovens do ensino médio como a segunda forma pela qual costumam receber informações ambientais, enquanto os jovens do ensino fundamental as assinalam como a quarta forma, sinalizando, de algum modo, que a faixa etária mais jovem participa pouco das conversas em seu entorno, seja pelo isolamento (in)voluntário a que algumas famílias submetem suas crianças por questões econômicas ou de segurança, seja pela falta de estímulo ao diálogo sobre a temática ambiental nos lares e fora deles.

Para elucidar um pouco mais nossas dúvidas em relação à construção de sentidos a partir das mediações comunicativas que principiamos a examinar, solicitamos aos

respondentes que, das formas de comunicação apresentadas na pergunta anterior, listassem as três que consideravam mais importantes para divulgar informações sobre o meio ambiente do bairro, independentemente de tê-las assinalado ou não e sem preocupação com a ordem em que seriam citadas. (Queríamos, assim, que a ordem espontânea prevalecesse). Observaremos os resultados principais no quadro a seguir:

RESPONDENTES	os meios mais citados ⁸¹ , na ordem em que foram grafados no		
	primeiro espaço	segundo espaço	terceiro espaço
GRUPO AZUL (ADULTOS)	televisão (10) / internet (8)/jornais de bairro (8) / escolas (5) / folhetos distribuídos pelo poder público (4)	televisão (6) /escolas (6)/ internet (5)/ jornais e revistas de grande circulação (4) /igrejas (4)	jornais e revistas de grande circulação (5)/ associações, ONGs (5)/ escolas (4)/ televisão (3)
GRUPO LARANJA (JOVENS ENSINO MÉDIO)	internet (16) / televisão (12) / jornais de bairro (7) /jornais e revistas de grande circulação (5)/ escolas (5)	televisão (16)/ internet (10)/visita de agentes do poder público (5)/ rádio comum (4)/ jornais de bairro (3)	jornais e revistas de grande circulação (11)/visita de agentes do poder público (7)/ internet (5)/ televisão (4)/ rádio comum (4)
GRUPO VERDE (JOVENS ENSINO FUNDAMENTAL)	televisão (16)/ internet (11)/jornais de bairro (8)/ escolas (5)/ telefonemas da prefeitura (3)	internet (17)/televisão (12)/visita de agentes do poder público (5)/ rádio comum (4)/ jornais de bairro (3)	jornais e revistas de grande circulação(8)/ internet (7)/televisão (6)/ jornais de bairro (5)/ conversas com conhecidos e vizinhos (4)
GRUPO ROXO (TOTALIDADE DOS GRUPOS)	televisão (38) / internet (35) /jornais de bairro (24) / escolas (15) / jornais e revistas de grande circulação (10)	televisão (34)/internet (32)/escolas (11)/ rádio comum (11)/ visita de agentes do poder público (10)	jornais e revistas de grande circulação (24)/internet (15)/televisão (13)/ visita de agentes do poder público (13)/ jornais de bairro (12)

Quadro 8 – Formas de comunicação mais importantes para divulgar informações ambientais do bairro, na visão dos moradores

Notamos que, no primeiro espaço de resposta, a *televisão* prevalece para os adultos e para os jovens do ensino fundamental, enquanto para os jovens do ensino médio a *internet* é o meio mais importante para a disseminação de informações ambientais locais. Como segunda opção mais lembrada no primeiro espaço de escolha surgiram: *internet*, *jornais de bairro* e *escolas*. Também foram citados *os jornais e revistas de grande circulação*, *os folhetos*

⁸¹ Optamos por inserir nesse quadro apenas as cinco primeiras menções em cada um dos três espaços de resposta oferecidos ao respondente.

distribuídos pelo poder público e os telefonemas advindos da prefeitura. Nos demais espaços de resposta, estes mediadores igualmente aparecem, com uma ou outra mudança de ordem. *Jornais e revistas de grande circulação*, por exemplo, foi a escolha majoritária no terceiro espaço de resposta.

As igrejas, a visita de agentes do poder público, o rádio, as associações e ONGs e a conversa com conhecidos e vizinhos também foram listados como mediadores importantes para os respondentes. Observamos, então, que excetuando-se os mediadores de grande alcance, tais como TV, internet, jornais e revistas de grande circulação e rádio, restam como significativos canais de obtenção de informação ambiental os ‘meios coletivos mediadores’, como as igrejas, ONGs e outras associações de bairro, e os ‘meios orais diretos individualizados’, como as conversas com conhecidos e vizinhos e as visitas efetuadas por agentes do poder público.

Nota-se, portanto, que existe entre os respondentes do questionário uma atribuição de importância de ordem mais geral e outra de ordem local. Esta mediação local torna-se basilar para uma comunicação ambiental mais efetiva: segundo Goothuzem (2009, p. 1), além de abandonar os dogmas, é preciso “investir no conhecimento local sobre o ambiente em que se vive”. Silvana traz uma contribuição muito importante nesse sentido:

“Eu acho que é assim, é através do contato, é você conhecendo a pessoa, ela contando pra você da dificuldade dela, da realidade dela que você vai começar a se interessar pelo lugar dela – e isso é meio ambiente. É você nesse pedacinho aqui você vincular na história do outro ali, na história do outro, que faz o bairro, que faz o distrito, que faz a saúde.” (Silvana)

O investimento nessa frente, propugnado por Goothuzem (2009, p. 1), não se processa, todavia, sem dificuldades: “porque a produção de conteúdo privilegia a disseminação de conteúdo especializado em detrimento do conteúdo local, relacionado com nossa vida diária, que possa favorecer as pequenas mudanças” – as quais poderão fazer diferença se adotadas por um grande contingente de indivíduos.

Assim, imaginamos que a partir da informação especializada gerada nos grandes meios seja possível, por meio de ações educacionais, alimentar os fluxos informacionais de menor porte, mas cuja capacidade de gerar retenção seja significativa.

Entre nossos entrevistados, foi consensual a ideia de que a televisão é o veículo de maior alcance entre os munícipes, porém o mais eficaz para o contato do poder público com o morador, na visão dos servidores, é a conversação (às vezes acrescida de entrega de folhetos) ou – conforme citado por um deles – o contato via internet, como podemos depreender dos excertos abaixo:

“Olha, a maior parte é verbal mesmo, você conversa mesmo com eles; mas a gente sempre procura deixar um panfleto, onde ali tem algumas orientações pra eles” (Joana)

“Eu, sinceramente, ainda é o contato direto.[...] a conversa, como eu falei, o tête-à-tête, ainda é muito o contato direto.” (Cleverson)

“[...] a propaganda na TV eu acho que ajuda muito, porque de alguma forma a pessoa vê a propaganda (no rádio também, a pessoa tá ouvindo, então aquilo vai gravando). E quando a gente chega, as pessoas ‘Ah, pá, é verdade que viram não sei que lá?’, quer dizer, as pessoas interagem bastante, principalmente quando a gente vai fazer uma palestra e tal, eles te questionam várias coisas assim. [...] eles geralmente querem saber se é verdade o que falou na televisão, então...é...aquilo serve pra alertar a pessoa. Então eles acham que a gente sendo agente, a gente tem a informação mais correta. Então eles querem saber se é verdade aquilo que falou, que ouviu”. (Joana)

“Eu acho que a principal [forma de comunicação] mesmo é a conversa mesmo, no boca a boca mesmo. Nós temos uma equipe de vigilantes em saúde que saem pra fazer as vistorias nas casas e pra passar informação pro munícipe, que a gente chama de agentes de zoonoses, os antigos agentes da dengue, e o que a gente vê que funciona mais é o diálogo, é tentar conversar normalmente.” (João)

“É a linha direta...” [meio de comunicação mais eficaz para tratar com o munícipe sobre saúde e meio ambiente] (Silvana)

“Olha, à televisão [meio ao qual o munícipe presta mais atenção], eu acho que muitas pessoas reclamam da comunicação[operada pelo núcleo] ser um pouco prejudicada, porque muita gente não tem acesso à internet, não tem acesso às revistas de bairro, não tem acesso

ao diário oficial, então muitas pessoas falam ‘ah, podiam anunciar na televisão’ só que a gente não tem condições de fazer isso, anunciar num canal de televisão. Então até o pessoal fala “a educação ambiental poderia estar inserida dentro de programas de televisão como já acontece em alguns programas, né?” Eu acho isso importante, faz a diferença. Eu acho que a televisão é o canal de comunicação que a sociedade mais tem [...], independente da...da classe social da pessoa ,a televisão acho que é o mais....mas dentre os que a gente utiliza o que dá mais certo é a internet – ,[...] é contatos por e-mail, [...]; nosso portal mesmo dá mais certo”. (Odair)

Uma observação a que não nos podemos furtar, ao ler esse último excerto, diz respeito à falta de verbas para ações de educação ambiental com maior alcance, o que se torna inaceitável diante das urgências global e local no combate aos efeitos deletérios da deseducação ambiental onipresente.

Quanto aos elementos mediadores mais localizados, sobre os quais discorriamos, temos a dizer que neles reside o gérmen de uma expansão necessária, dado o fato de que os moradores os consideram mais importantes que as outras formas de comunicação possíveis (a lista continha 20 formas). Ademais, informações esporádicas transmitidas pelos grandes veiculadores de conteúdo, como televisão, tendem a ser esquecidas com mais facilidade, em razão da diluição em meio à profusão de informações oferecidas. Recordemos conteúdo de nosso referencial teórico a esse respeito:

Inúmeras pesquisas têm indicado que a televisão é a principal fonte de informação em matéria de meio ambiente para a maioria das pessoas, mas que o nível de informação ambiental ainda é baixo na maior parte das comunidades. [...] pesquisas também mostram que geralmente o espectador esquece de 93% a 95% do que ele viu na televisão, depois de algumas horas [...]. (RIBEIRO, 2004, p. 89)

Interessamo-nos por averiguar se o baixo nível de informação ambiental de que falam Ribeiro (2004) e Berna (2010) confirma-se no distrito Vila Medeiros e se tem relação com os vários fluxos comunicativos em circulação na região. Para isso, elaboramos uma série de questionamentos, cujo resultado passamos a apresentar.

Para entender melhor o papel do fluxo comunicacional poder público-munícipe no sentido de dar a conhecer ao cidadão as ações desenvolvidas em favor do meio ambiente

local, criamos uma questão aberta, na qual indagamos ao morador *como* fica sabendo dessas atividades. O quadro a seguir traz as respostas:

COMO FICA SABENDO DAS ATIVIDADES / AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PODER PÚBLICO EM FAVOR DO MEIO AMBIENTE LOCAL?		
conversas (com amigos/vizinhos/ conhecidos/familiares) 28	televisão 14	quando vejo (observação) 12
internet (9)/ e-mail(1)/facebook(1) 11	escola 5	folhetos/panfletos 5
jornais 4	menções positivas imprecisas (reportagens/propaganda/comunicados/ informativos) 4	visita de agentes 3
comércio (cartazes/comentários) 3	associações de moradores/ONGS 3	jornais de bairro/jornais dados em faróis 2
CADES **/conselheiros do verde 2	telefonemas 1	prefeitura (vou buscar) 1
não sei/não lembro 2	de nenhuma forma 33	não responderam 44
menções negativas imprecisas (quase nunca/nada/não/nunca vi) 7	“desabafos” * 9	respostas fora de foco/incoerentes 1
* em relação à insatisfação com o poder público em termos de políticas ambientais, postura comunicacional ** Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz		

Quadro 9 – Modos pelos quais o morador fica sabendo das atividades/ações desenvolvidas pelo poder público em favor do meio ambiente local

Os resultados indicam predomínio do desconhecimento das ações do poder público em favor do meio, pois somando-se as células ‘*de nenhuma forma*’ e ‘*não responderam*’ com as ‘*menções negativas imprecisas*’ e os ‘*desabafos*’ relacionados à insatisfação com a postura do poder público, temos um total de 95 menções, ou 53% do total de respondentes. Se ainda considerarmos as pessoas que afirmaram só saber das ações no momento em que as veem sendo executadas (12 responderam isso), teremos 107 moradores – ou 59,77% – aos quais parecem não chegar informações sobre as ações, atividades, projetos desenvolvidos pela administração municipal no *locus* de pesquisa. Entre os que declararam saber desse tipo de intervenção pública através de algum meio, o destaque é a conversação (mencionada por 28 respondentes – ou seja, 15,64% deles), seguida da *televisão*, da *observação direta* (que englobamos em outra categoria por considerarmos que mesmo havendo observação direta, continua a existir certa deficiência comunicativa no âmbito do fluxo poder público-munícipe)

e da *internet*. No entanto, há fontes mencionadas nesse quadro que podem envolver emissão de informação por parte das autoridades (jornais impressos, meios digitais, telefonemas, informações via conselho ambiental, informações obtidas diretamente no balcão da administração local, bem como as fontes difusas que geram as temáticas da conversação), ainda que os munícipes não as notem.

Nesse caso, não podemos simplesmente afirmar que há uma deficiência na geração de informações pelo poder público, mas talvez uma deficiência no aproveitamento de fluxos que chamem mais a atenção dos moradores e os tornem partícipes dos processos de preservação/melhoria do ambiente. A *escola*, por cujo papel nos interessamos muito, em razão da busca pelos movimentos de educomunicação socioambiental nos quais se envolve, aparece em quinto lugar, empatada com *folhetos e panfletos*, evidenciando um pouco mais a distância a que se encontra do entorno enquanto um ‘meio coletivo mediador’.

Tendo investigado as fontes por meio das quais o morador normalmente recebe informações, a quais canais ele dá mais importância e por quais maneiras se inteira das ações locais determinadas por governantes, perguntamos também se ele acredita que são suficientes as informações a que tem acesso sobre o meio ambiente do bairro. O gráfico a seguir organiza as respostas:

Gráfico 15 - Suficiência de informações a que tem acesso sobre o meio ambiente do bairro:
visão do munícipe

Nos três grupos pesquisados, a maioria declara não receber/não ter acesso a esse tipo de informação, somando 40,22% do total de respondentes, com destaque para o grupo dos adultos, para o qual esse percentual alcança 50,88%. Quanto aos que consideram insuficientes as informações recebidas, também é bastante alto o percentual dos grupos *adultos* e *jovens do ensino médio* em relação ao daqueles participantes que consideram suficientes os conteúdos que lhes chegam, com destaque para o percentual dos alunos do ensino médio: 41,94% declaram insuficientes as informações recebidas. O grupo dos jovens de ensino fundamental apresenta igual percentual de respostas nas opções '*suficientes*' e '*não tem acesso*' (33,33) e uma porcentagem parecida na opção '*insuficientes*' (30%), mostrando-se, talvez, o grupo mais dividido nessa reflexão.

Se pensarmos na suficiência como uma espécie de satisfação com relação à qualidade da informação recebida, veremos que os dados confirmam a visão de Berna (2010, p. 19): para ele, “a quantidade de informação ambiental de qualidade ainda é bastante limitada” e “enquanto uma pequena parcela da população recebe esta informação de qualidade, a grande maioria permanece na ignorância sobre os perigos e as alternativas ambientais”. Esse estado de coisas ocorre, segundo o ambientalista, porque estamos longe de acessar 5% da população brasileira com a somatória de todas as tiragens dos veículos de mídia ambiental e mais os acessos a sites e portais de meio ambiente.

Ou seja, embora inúmeros canais – inclusive os não-especializados, citados amiúde nos resultados de nossa pesquisa – contribuam para disseminar informações de cunho ambiental, o alcance geral não é representativo, sobretudo se observarmos as insistentes degradações do ambiente em nosso país, em nossas cidades, ou, ainda, em regiões específicas da malha urbana metropolitana – como a que mantemos em mira neste momento. Berna (2010) também assinala que as lideranças da sociedade civil já dão mostras de sua preocupação com a falta de informação ambiental, incluindo-a entre os três principais problemas brasileiros com relação ao meio ambiente⁸².

No distrito de Vila Medeiros, observamos algum movimento no sentido de busca e repasse de informações por parte de representantes de algumas entidades locais, todavia não contemplaremos a discussão pormenorizada dessa vertente no presente estudo. Ainda assim, julgamos coerente aproveitar essa ponte para trazer à análise o grau de participação dos moradores em atividades ambientais proativas. Essa análise nos permitirá entender com mais

⁸² Os outros dois são o desmatamento e os problemas relacionados aos recursos hídricos, de acordo com Berna (2010).

precisão a construção de sentidos ambientais urbanos no *locus* de pesquisa, a partir dos desdobramentos educomunicativos que aí se materializam. Um grande número de respostas negativas emergiu da pergunta: **‘Você já participou de algum projeto para melhoria do meio ambiente local?’**, conforme visualizamos abaixo:

Gráfico 16 – Participação em projeto público ou privado para melhoria do meio ambiente local

A predominância do ‘não’ evoca uma lacuna no processo de participação popular na tomada de decisões no campo ambiental urbano, comprometendo a construção de uma comunicação pública genuína, que exige, conforme visto em Matos (2011, p. 45), “a participação da sociedade e de seus segmentos: não apenas como receptores da comunicação do governo, mas principalmente como produtores ativos no processo comunicacional”. E existem canais, de acordo com os servidores entrevistados, pelos quais é possível participar:

“A gente tem projetos na região [...] tem um projeto de participação da comunidade, cursos, palestras, oficinas, várias outras atividades.[...]Jou a gente já leva pro público um projeto que a gente já tem ou então o público solicita um projeto da gente”. (Odair)

“É uma rede. Por exemplo, tem atividades feitas no parque, em algum parque, que manda pra gente, a gente pega e dispara e encaminha pros nossos contatos, então cada um vai encaminhando um pro outro. Tanto é que tem programas e projetos que a gente faz aqui no

nosso território [Zona Norte] que vem gente da Zona Leste participar. Como que o pessoal da Zona Leste ficou sabendo? De alguma forma, ou o amigo passou pra ele, ou alguém encaminhou o e-mail pra ele, então de alguma forma ele teve esse contato” (Odair).

“[...] Quando são muito pequeninhas [as crianças, em projetos ambientais desenvolvidos nas escolas] aí tem teatro, tem contação de histórias” (Adeliana)

“[...] gerente de posto de saúde gosta muito de fazer trabalho com a comunidade; liga pra gente e se informa das nossas ações, o que a gente tem planejado, quais palestras a gente pode aplicar. Então também tem esse canal”. (Odair)

“Aqui no CADES Santana⁸³ também tem uma pessoa, o nome dela é Fernanda, ela tem... não tem uma ONG, mas ela tem um projeto – não tem uma ONG porque não é...não tá instituída, mas é como se fosse. Tem um projeto que chama Juventude Ecológica, que ela busca trabalhar com os moradores, com as crianças, os moradores do Singapura Zaki Narchi⁸⁴, do lado do parque da Juventude. Então a gente tem um trabalho muito legal com eles que é fazer educação ambiental dentro do parque com essa comunidade. Então a gente vai lá, oferece oficinas de cultivo de recipientes, faz percurso com eles no parque, conversa sobre cidadania, conversa sobre a arborização. E a gente conheceu a Fernanda no conselho e a Fernanda convidou a gente através do conselho.” (Odair)

“Então, tem escolas que até ligam pra gente, pra gente oferecer palestras e fazer atividades com as crianças [...]...nós tínhamos um teatro que infelizmente agora com alterações de serviço esse teatro se desfez, e... mas a gente tá tentando ver se resgata, porque era uma forma de comunicação muito bacana, pra surtir efeito na criançada. Era um teatrinho que a gente falava “da dengue” mas às vezes a gente começou a colocar outros pontos também de saúde ambiental no meio, né? E criança adora, adoravam lá o dia que o pessoal ia pra lá – e os agentes também, sentindo que tinham essa atenção toda da criançada se animavam, tal.” (João)

João também aponta um óbice a ser vencido no caso da participação via escola:

“Agora... tem escola que...não sei se por conta de cada direção também - tem escola que a gente tenta ver se faz alguma atividade que é em prol do coletivo, tal, e eles fecham as portas. [...] nós tivemos inclusive recentemente um levantamento, um inquérito que foi nacional de...

⁸³ Distrito vizinho.

⁸⁴ Conjunto habitacional popular construído no local da antiga Favela Zaki Narchi, localizada entre os bairros de Vila Guilherme e Santana.

levantamento de verminoses e foram sorteadas – isso pelo ministério, isso no Brasil inteiro – foram sorteadas algumas escolas e dentro dessas escolas algumas salas de aula. E o agente antes vinha e explicava da importância, falava sobre, [...] conversava com os pais, os professores também, sobre as verminoses, tal, e a adesão foi muito baixa; as escolas particulares, a gente - aqui da nossa região - a gente teve que fazer outro sorteio porque elas não aceitaram trabalhar e nas públicas a gente esperava uma adesão bem maior e...não foi muito legal não.” (João)

As observações de João conectam-se a um impedimento preocupante, mencionado por Loureiro, Layrargues e Castro (2008, p. 31), do qual voltaremos a falar ao longo dessa discussão: a “desvinculação com os problemas da vida fora das escolas”.

Adeliana, em outro viés, argumenta sobre um cuidado a tomar quando se trata de participação via ONGs e instituições congêneres. Para ela, quando a instituição é do bairro ou da região, a taxa de sucesso dos projetos é muito maior. Do contrário, isso não ocorre:

“Houve uma experiência, há dois anos, três ou mais, chamou-se ‘chamamento’. Então a secretaria ela elencava alguns distritos; os critérios desses distritos foram estabelecidos pelo pessoal da educação ambiental [...] e aqui na zona norte foi escolhido [...] o distrito Anhanguera, pra se fazer uma arborização, porque sempre – isso desde a época do projeto um milhão de árvores, do programa dois milhões de eucaliptos, com todos os seus...as suas características negativas, né, – o grande problema foi a comunicação com a população. Foi o chegar e arborizar e ter sucesso nessa arborização com a participação da população, então contratou-se algumas organizações não governamentais pra desenvolver esse processo de educação ambiental. Contudo, no nosso caso, da região norte, foi escolhida uma organização – e eu não vou saber dizer quais foram os critérios dessa escolha, – que não tinha um histórico na área. Ela chegou pra desenvolver esse projeto, então ela não tinha essa forma de comunicação com a população de lá. E aí...não teve essa mobilização, né? Ia nas escolas, as escolas não ‘tavam interessadas, as unidades básicas de saúde...[...] hoje os agentes comunitários de saúde são fatores muito importantes nessa comunicação e a gente tem um programa, Ambientes Verdes e Saudáveis, que faz essa interface aí. Eles também não tinham, naquela época, essa vivência, esse conhecimento e... foi um... não foi um programa de sucesso, não foi um projeto de sucesso esse ‘Chamamento’, porque a organização não ‘tava preparada, não tinha orientação de como desenvolver, talvez. E no fim foi um plantio normal, como se não tivesse educação ambiental junto”. (Adeliana)

Constatamos nesse excerto a presença de uma análise da mediação das instituições que nos parece fundamental e que guarda relação com a observação de Orozco Gómez. As audiências, que antes pertenciam às diversas instituições sociais e se subordinavam naturalmente a suas mediações, não o fazem mais com tanta facilidade. Orozco (2006, p. 89) escreve: “ [...] muito importantes na definição e orientação das produções de sentido, como a escola ou o Estado, por exemplo, agora essas instituições típicas da modernidade e do século passado perderam força”. E a dificuldade se torna ainda maior, como depreendemos da fala de Adeliana, se as instituições mediadoras locais (nas quais estaria a esperança de transformação urbana) não se interessarem por participar ou se, por não participarem de seu cotidiano, não forem significativas para uma determinada comunidade. De todo modo, é preciso insistir em formas de fazer a sociedade civil participar, para o que Silvana chama a atenção:

“[...] quando você tem alguma coisa pra mexer no distrito de V. Medeiros você diz assim: ‘Ah, vamos chamar sociedade organizada em si’, porque você sabe que não adianta querer fazer sozinho, ahn, primeiro porque esse não é o princípio hoje de diretriz da gestão pública.”

Há, porém, um aspecto fulcral levantado pela servidora Silvana: embora a gestão pública tenha exercitado uma abertura cada vez maior à participação popular, persiste uma lacuna relacionada à postura de alguns servidores públicos diante dessa possibilidade de abertura:

“A gestão pública ela já tem o sentido da descentralização e a participação popular já inserida há muitos anos. ‘Cê vai me dizer por que que isso não acontece? Na minha humilde concepção por duas razões: a primeira eu acho que tá vinculado ao servidor público. Ainda nós temos muitos servidores públicos que têm esta enorme dificuldade de entender que o serviço no qual ele trabalha existe para e por causa do cidadão e aí ele fica com uma dificuldade muito grande de trabalhar com a população junto de si. Então acho que ainda nós temos que fazer um trabalho ainda muito grande em cima desse prestador de serviço.”

Tal aspecto remete a Jaffray (1981, citado por FURRIELA, 2002), que inclui entre os obstáculos para se chegar a uma participação de qualidade o excesso de procedimentos burocráticos, alguns extremamente restritivos, implicando o não entendimento do público sobre eles, bem como a falta de cooperação de administradores públicos que não apreciam a

participação popular – veem-na como suspeita. Configura-se, pois, entre os fluxos comunicacionais que são nosso objeto de investigação, a necessidade de uma intervenção na forma de o servidor enxergar o contato amiudado com o munícipe.

“Quem faz [a ponte com o cidadão] são essas as... são essas as pessoas que precisam ser sensibilizadas [funcionários do serviço público resistentes a...], eu vejo por alguns colegas que trabalham em unidade básica de saúde. ‘Ai, mas é um saco, a população enche o saco!’ Mas ela tem que encher! É isso que eu digo: esse serviço existe por causa dela e pra ela, então [...] ela tem que estar totalmente inserida e ocupando o espaço que é dela. Então, eu acredito muito no conselho gestor. O conselho gestor é um mecanismo que a gestão pública descobriu pra trazer junto de si o usuário de todo e qualquer serviço...o cidadão” (Silvana)

Sem enveredar ainda mais pela discussão (instigadora, diga-se de passagem) sobre a dificuldade de alguns servidores em trabalhar ‘junto com’ a população, dirigimos o olhar para o que os excertos apontam em termos de abertura crescente do poder público à participação cidadã. Jacobi (2008, p. 18) pontua sobre o aspecto positivo representado pelos “esforços de fortalecimento do espaço público e de abertura da gestão pública à participação da sociedade civil”, como forma de vencer “barreiras que precisam ser superadas para multiplicar iniciativas de gestão que articulem eficazmente a democracia com a crescente complexidade dos temas objeto de políticas públicas”. No distrito Vila Medeiros, entretanto, a deduzir de visões dos moradores que ora analisamos, aparece como mais comum a postura de afastamento do cidadão em relação ao poder público.

Silvana sugere um encaminhamento importante:

“pra mim o grande nó é... não é nem que tá só do lado da gestão, nem do lado do cidadão; eu acho que tá no meio do caminho atravancando, ah, como se fosse uma pedreira que tem que ser removida de ambos os lados, tanto do lado da gestão quanto do lado do cidadão; não dá pra você ter essa pedreira no meio e eu acredito que só... a gente só remove essa pedreira, o serviço público, né, a gestão, através da implementação de políticas públicas, no sentido de estratégia política enquanto estratégia pra tentar diminuir essas diferenças, mas precisa que o cidadão cave o seu lado da pedreira pra remover” (Silvana)

O cidadão, ao que tudo indica, ainda não se animou a pegar a pá para cavar o seu lado da pedreira. Isso pode estar acontecendo porque a divulgação da possibilidade de demanda por serviços públicos ambientais permanece restrita – nesse caso, urge ampliar ações educacionais governamentais que não só informem o cidadão sobre a possibilidade de solicitar serviços mas também o estimulem nessa direção. Sem solicitações da população, o processo de encontro com o poder público com vistas a resolver problemas ambientais praticamente não se opera, dado inclusive o fato de que a estrutura interna dos serviços públicos que oferecem, por exemplo, educação ambiental, ainda é bastante restrita em comparação às necessidades do município. Não existe, por enquanto, a possibilidade de trabalhar por distritos, pois a equipe de educação ambiental, composta por cinco profissionais efetivos, no caso do núcleo de gestão ao qual pertence o distrito Vila Medeiros, tem de atender a quatro subprefeituras, cada qual com seus vários distritos.

“Se cada núcleo descentralizado - nós somos dez núcleos descentralizados – cada núcleo atua em quatro subprefeituras. Se talvez fosse um núcleo por subprefeitura, talvez o trabalho fosse...desse mais pra gente ramificar aí. Então nós somos cinco técnicos efetivos, efetivos não, é...faz parte do quadro de funcionários da prefeitura pra atuar num território amplo de quatro subprefeituras”. (Odair)

Uma demanda intensiva, fruto do interesse despertado do cidadão por qualidade de vida (mecanismos educacionais guardam potencial amplo para despertar esse interesse), poderia gerar um projeto de ampliação de equipes de educação ambiental. Isso contribuiria tanto do ponto de vista do trabalho dos servidores para servir a tantas regiões com uma pequena equipe, quanto do ponto de vista do retorno desse trabalho em forma de chamado ao envolvimento da população e em ampliação da qualidade de vida para o munícipe.

“A Vila Medeiros ela faz parte deste conglomerado; muito pontualmente a gente ainda não tem nenhuma ação feita, porque ainda a gente não teve nenhuma solicitação, mas quando a gente tem, a gente quer que esse grupo se envolva na política pública da subprefeitura, que é uma forma de administrar, isso é administração pública. É uma forma de administrar o território a partir da subprefeitura. Então a gente tem que ver como um todo, e não como pontos isolados, então a gente evita ver como pontos isolados, mesmo porque a nossa

estrutura não é muito eficaz para atender essas demandas, mas a gente atende, da melhor forma possível”. (Odair)

Vemos manifestada no excerto a ideia do envolvimento do cidadão na política pública da prefeitura (TERRITÓRIO CIDADÃO, 2011) . A operacionalização desse processo passa por diversas frentes, todas vinculadas, a nosso ver, a fluxos comunicacionais: para haver demanda de serviços, é preciso que os munícipes os conheçam e os solicitem por meio de um canal de comunicação; para que a demanda seja atendida, é preciso haver múltiplas equipes, capazes de estabelecer as pontes necessárias entre poder público e cidadãos. Outras duas frentes essenciais incluem, como mencionou Silvana, a mudança de mentalidade de alguns servidores não afeitos ao trabalho conjunto com os munícipes, bem como a tomada de providências mais diretas no que tange à não interveniência cidadã nos assuntos socioambientais por conta da passividade dos moradores.

Os resultados que estamos verificando em nossa investigação, quanto à passividade, aproximam-se daqueles alcançados por Jacobi (2008), em pesquisa realizada no ano de 1995: a maioria dos habitantes dos domicílios paulistanos está ciente das soluções e possibilidades existentes para minimizar os impactos negativos advindos da degradação ambiental. Não obstante essa percepção exista, nota-se que, em termos gerais, os moradores aceitam a convivência com agravos e, ademais, assumem uma atitude passiva diante do problema (JACOBI, 2008). Novicki (2007) ressalta os desafios para que a educação ambiental logre construir preocupação com o meio sob um ponto de vista crítico. No enalço de uma práxis social transformadora, reflexão (consciência ambiental) e ação (participação na esfera pública) precisam constituir-se uma única frente.

Imaginamos nós o elo faltante entre reflexão e ação: uma comunicação ambiental que leve o morador a ‘querer intervir’ em favor da qualidade do meio onde habita. Para isso, é preciso que ele sinta que essa comunicação existe e gera efeitos proativos replicantes, o que parece ainda não ocorrer, conforme comprova o gráfico na página a seguir:

comunicação ambiental atual: visão do munícipe

Gráfico 17 – Opinião do munícipe quanto à comunicação ambiental que chega hoje à sua região

Os dados do gráfico 17 deixam clara a reflexão associada a ‘teoria e prática’ feita pelo munícipe ao avaliar o conteúdo ambiental que chega à região onde vive. A conclusão majoritária, considerando-se todos os grupos pesquisados, é de que essas informações não estão promovendo no espaço público alterações significativas. O que equivale a dizer que a mesma reflexão crítica que levou os moradores a notar essa relação desequilibrada entre informação e ação ainda não se aplica ao distrito em forma de atitude colaborativa para a reversão dos danos. Partimos, então, em busca de sentidos que promovam maior compreensão da atitude de distanciamento predominante entre os moradores: propusemos a escolha de apenas um, entre uma série de comportamentos possíveis face à degradação ambiental presenciada (com a intenção de apurar as posturas comunicacionais mais frequentes, para, em

ocasiões posteriores, traçar planos de ação local visando à interação com o morador a partir da análise coletiva dessas mesmas atitudes)⁸⁵.

Iniciaremos a análise pelas respostas dos mais jovens:

Gráfico 18 – Primeira atitude dos jovens do ensino fundamental ao observar um problema ambiental no bairro

Destacam-se entre os resultados: 1º) o sentimento de não empoderamento dos mais jovens face a questões ambientais do lugar em que vivem: a maioria deles acredita não ter chance de interferir nesses assuntos; 2º) a conversa com a família seria o canal mais empregado caso sentissem necessidade de agir, e não a internet, mencionada em respostas anteriores por esse grupo como o canal mais importante para tratar de assuntos ambientais da região; 3º) uma parcela bastante significativa desses jovens sequer conseguiu responder à questão, o que pode ser um indício da dificuldade de reflexão sobre sua relação com o meio

⁸⁵ Em sendo a autora voluntária em ações de desagravo ambiental, tem interesse futuro em iniciar um trabalho de campo no qual possa aproveitar os resultados da presente pesquisa.

ambiente local. Poderíamos pensar em cansaço face à quantidade de perguntas feitas no estudo, porém notamos que essa pergunta teve alto índice de não respostas, enquanto outras perguntas mais para o final do questionário foram respondidas normalmente. Perguntamos, no decurso da atividade, a alguns jovens por que não responderam àquela questão e duas respostas comuns foram “*Achei difícil*” ou “*Não sei*”. Imaginamos que os jovens encontraram, portanto, dificuldade de se localizar em um processo de empoderamento cidadão.

Como quarta observação que faremos sobre esse conjunto de dados, está o fato de que o jovem parece pensar pouco em procurar a escola, representada na figura de um professor, quando a ideia é tomar alguma providência com relação a agravos ambientais. Isso configuraria mais um distanciamento da escola em relação ao que acontece no espaço exterior a seus muros, o que pode ter relação com a não aplicação dos princípios propostos pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), pautado por termos como

Educação Socioambiental, uma expressão nova que vem ganhando espaço no campo da Educação Ambiental, nos últimos anos. Refere-se ao conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo. A indissociabilidade entre questões sociais e ambientais no fazer-pensar dos atos educativos e comunicativos é ressaltada pelo termo socioambiental. A dimensão pedagógica, nesse caso em particular, tem foco no “como” se gera os saberes e “o que” se aprende na produção cultural, na interação social e com a natureza. (ProNEA, 2008, p. 10)

A dimensão pedagógica responsável por gerar os saberes sobre o meio, do ponto de vista global e local, a partir das interações dos indivíduos entre si e com a natureza, bem como da produção cultural em torno dessas trocas acha-se de algum modo prejudicada em nosso *locus* de pesquisa. Assim, parecem dissociadas, no momento, as questões ambientais e sociais e o fazer-pensar dos atos educativos e comunicativos concernentes a elas.

O item *outra atitude*, é bom lembrar, foi criado para investigar se haveria outras conexões educomunicativas que nos tivessem escapado à primeira vista. Apenas dois jovens o assinalaram, mas não esclareceram qual seria sua outra atitude.

O gráfico subsequente traz os resultados dos grupos azul (adultos) e laranja (jovens do ensino médio) para a mesma questão – que foi formulada com termos ligeiramente diferentes daqueles empregados no contato com os jovens de ensino fundamental, buscando-se, no entanto, manter as mesmas ideias sobre as quais deveriam refletir os respondentes:

Ao observar um problema ambiental no bairro, qual das atitudes abaixo você toma primeiro?

Gráfico 19 – Primeira atitude dos adultos e jovens do ensino médio ao observarem um problema ambiental no bairro

Esses dois grupos também apresentaram índice de não respostas, o que pode ter acontecido pela mesma razão suspeitada no grupo jovens de ensino fundamental (dificuldade de reflexão), mas também por outras possibilidades, entre as quais a seguinte: nesses grupos, o “índice de anulação” existiu, porque vários respondentes assinalaram duas ou três atitudes, quando o enunciado da questão solicitava que assinalassem apenas o primeiro comportamento que lhes era habitual. Como não houve dificuldade de compreensão desse enunciado durante os pilotos que realizamos, não foi possível controlar as distorções advindas desse

entendimento parcialmente impreciso por parte de alguns respondentes, resultando daí o índice de respostas não tão esclarecedoras na casa dos 18%. Optamos, entretanto, por conservar tais resultados no trabalho, inclusive como forma de alertar outros pesquisadores sobre cuidados adicionais a ter com os pré-testes na fase anterior ao campo. Passemos, então, à avaliação dos demais itens constantes do gráfico, pois estes não estão inclusos na problemática acima referida.

Entre os jovens de ensino médio, empatam como primeira atitude comunicacional diante de uma mazela a decisão de “*não pensar nisso, pois não acreditariam estar em suas mãos a chance de tomar providências*” e a “*reflexão sobre soluções, com subsequente ‘engavetamento’*”. A terceira atitude mais comum declarada por esse grupo foi “*pensar por alguns instantes, concordar com a existência do problema e continuar vivendo sua vida como sempre foi*”. Em todas as opções destaca-se a atitude de distanciamento face à problemática ambiental urbana. O item *outra atitude* foi preenchido por apenas três jovens, um com a palavra ‘nenhuma’, outro grafou a frase ‘nunca ocorreu’ e a terceira pessoa trouxe uma reflexão interessante: “Eu penso, sei que tem problema, mas não tomo nenhuma atitude”. Essa reflexão, embora aponte para a passividade, indica também um grau de consciência em relação ao que é vivenciado cotidianamente no espaço público do bairro.

Quanto ao grupo dos adultos, prevaleceu, com ligeira diferença em relação aos demais itens majoritários, a atitude “*pensa por um tempo e contata amigos e conhecidos para juntos tomarem providências*”, evidenciando uma postura um pouco mais proativa em relação à dos jovens, mas não muito, pois uma observação mais acurada do gráfico revelará que entre os adultos empatam diversas outras posturas comunicacionais além dessa, inclusive as que se referem ao distanciamento.

Os índices mais baixos verificados para a opção que envolve o “*tentar resolver sozinho*” podem indicar uma valorização do fazer coletivo, característico da Educação Ambiental Emancipatória (LOUREIRO, 2004), a partir da qual seria possível engrenar ações educacionais para trazer os cidadãos à participação. (O item *outras atitudes* foi assinalado por quatro respondentes. Apenas três disseram *qual* atitude tomam, porém as respostas não se conectam de modo direto ao que foi perguntado⁸⁶).

⁸⁶ ‘Separar o lixo, manter a frente e a lateral limpas...’; ‘Não recebo informações’; ‘Não destruindo o que está feito’ foram os enunciados redigidos pelos participantes.

Esse fazer coletivo, desejável do ponto de vista da ação proativa em favor do ambiente, conectava-se, em nosso questionário, a mais algumas perguntas. Rumamos então à procura de sentidos coletivos observados pelo respondente na região onde reside. Partindo do particular para o geral, indagamos qual o seu grau imediato de disposição para engajar-se em um projeto em favor do meio ambiente do seu bairro e pedimos, noutra questão, que identificasse pensamentos sobre o meio coadunados – do seu ponto de vista – com os da maioria dos moradores de seu bairro.

Gráfico 20 – Grau atual de disposição/ânimo para engajar-se em uma ação em favor do meio ambiente local

Os dados evidenciam, para os três grupos pesquisados, uma tendência a situar-se em uma zona de conforto, representada por responder ao pesquisador que tem ‘média disposição’ para participar. Trata-se de uma inclinação importante, embora só possa tornar-se auspiciosa se convertida em maior disposição, que propicie a ação proativa. Do mesmo modo, torna-se possível perceber que a oscilação dos três grupos entre *nenhuma*, *pouca* e *muita* disposição para participar remetem à possibilidade de se ganhar definitivamente a adesão dos grupos a

partir de ações educacionais que poderiam ser pensadas tanto pelas equipes de educação ambiental e de saúde que trabalham no distrito, quanto pelas escolas e demais instituições/entidades locais. Uma dessas ações pode incluir, por exemplo, grupos de discussão sobre as representações dos moradores acerca de sua relação com o espaço físico do bairro, como ponto de partida para a reflexão sobre a necessidade de ação individual e coletiva no combate aos agravos ambientais vivenciados cotidianamente.

Todavia, ao analisar os sentidos produzidos pelos vários discursos em circulação, é preciso estar atento para o que argumenta Citelli (2006, p. 17): “o que se afirma como o real costuma esconder um mero exercício discursivo, algo cuja consistência diz respeito apenas ao âmbito da própria palavra”. Assim, ainda que exista, desse ponto de vista, uma certa fragilização do termo representação, a qual teria dado, como pondera o pesquisador, “continuidade, apenas, ao desejo de mostrar coisas onde só existem formas de composição delas”, pensamos que a análise das representações sociais (MOSCOVICI, 2011; DUVEEN, 2011; REIGOTA, 2010; SÊGA, 2000; COIMBRA, 2004; JODELET, 1998; GRIZE, 1993; VIGNAUX, 1991) permanece essencial para a compreensão de determinados fenômenos.

Para Moscovici (2011, p. 216), a representação torna “presentes as coisas ausentes” e “apresenta coisas” de maneira que sejam satisfeitas “as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo”. Importa que esse movimento se dê, segundo ele, de “forma comunicativa e difusiva, pois não há outros meios, com exceção do discurso e dos sentidos que ele contém, pelos quais as pessoas e os grupos sejam capazes de se orientar e se adaptar a tais coisas”.

Em nossa pesquisa, dado o intervalo de tempo disponível para o trabalho analítico do que se recolheu com o conjunto de métodos adotado, não nos foi possível agregar a coleta de representações por meio de grupos de discussão, mas o fizemos com o auxílio de um outro expediente: reunimos algumas representações correntes de que tivemos conhecimento em conversas informais com moradores e gestores ambientais do distrito e montamos uma questão. Pedimos, como há pouco adiantamos, que o respondente assinalasse aquelas coadunadas, na sua opinião, com as da maioria dos moradores da região. O quadro a seguir as organiza:

Pensamento		ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL RESP.		
		F	%	F	%	F	%	F	%	RANKING
A maioria dos moradores não percebe a piora da qualidade do ar da cidade em razão do aumento do fluxo de veículos (carros, caminhões, motos, etc) nos últimos tempos.		35	61,40	33	53,23	33	55,00	101	56,42	1º mais citado
Muitos moradores ainda pensam que folhas e restos de plantas são apenas lixo que dá trabalho, por isso não colaboram para o bem-estar coletivo dos moradores acrescentando verde em suas moradias.		27	47,37	20	32,26	25	41,67	72	40,22	
As pessoas do bairro não recebem informações sobre como podem melhorar o ambiente de sua casa, rua, bairro sem gastar muito dinheiro.		27	47,37	33	53,23	30	50,00	90	50,28	3º mais citado
Existem moradores que não entendem por que estamos com problemas ambientais no bairro.		30	52,63	22	35,48	21	35,00	73	40,78	
Muitos moradores deixam de embelezar sua fachada ou calçada com verde (árvores, plantas em vasos, canteiros, calçada verde) porque acreditam que o espaço é pequeno e não tem jeito.		26	45,61	25	40,32	24	40,00	75	41,90	
As pessoas do bairro estão acostumadas com o 'feio' e sua criatividade não é estimulada para deixar o bairro onde vivem mais bonito e mais saudável.		25	43,86	31	50,00	30	50,00	86	48,04	
A maioria das pessoas do bairro desconhece as leis ambientais do município.		37	64,91	31	50,00	26	43,33	94	52,5	2º mais citado
Existem moradores que dizem ser importante cuidar do meio ambiente, mas não tomam atitudes concretas para contribuir.		32	56,14	27	43,55	27	45,00	86	48,04	
Não responderam		2	3,51	1	1,67	1	1,67	4	2,23	

REPRESENTAÇÕES MAIS FREQUENTES PARA A TOTALIDADE DOS RESPONDENTES

REPRESENTAÇÕES MAIS FREQUENTES POR GRUPO

Quadro 10 – Representações ambientais da maioria dos moradores, na visão dos respondentes

No grupo dos adultos, a representação majoritária associa-se à preocupação com o desconhecimento das leis ambientais do município. Em segundo lugar, para esse grupo, aparece a preocupação com o fato de que a maioria dos moradores não percebe a piora da qualidade do ar da cidade nos últimos tempos. Essas duas representações sugerem deficiências quanto aos fluxos ou quanto à interpretação dos fluxos de informação ambiental circulantes na região.

Em terceiro lugar, aparece a ideia de que faltam aos moradores atitudes concretas, embora muitos digam que é importante cuidar do meio ambiente. Tal representação remete à pesquisa feita por Loureiro em 1997, na qual o autor observou que muitos diziam apoiar a causa ecológica, porém alegavam falta de tempo para envolver-se, enquanto outros expressavam sua desmotivação absoluta para enfrentar o agravado quadro ambiental brasileiro. Daí porque o pesquisador argumenta que “a simples percepção e sensibilização para a problemática ambiental não expressa aumento de consciência, o que faz com que se retome o argumento sobre cidadania: a consciência, para ser ecológica, precisa ser crítica” (LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2008, p. 32).

Em busca da consciência ecológica e crítica dos grupos, vejamos agora os resultados dos jovens de ensino médio: para estes, empatam em primeiro plano duas representações: *‘a maioria dos moradores não nota a piora da qualidade do ar urbano’* (item também em primeiro lugar para o grupo de adultos) e *‘as pessoas do bairro não recebem informações sobre como podem melhorar o ambiente de sua casa, rua, bairro, sem gastar muito dinheiro’*.

Em segundo lugar, aparecem, também empatadas, a ideia de que *a maioria das pessoas do bairro desconhece as leis ambientais do município* e a ideia de que *estão acostumadas com o ‘feio’ e sua criatividade não é estimulada para deixar o lugar onde vivem mais bonito e mais saudável*. Em terceiro plano surge o pensamento que no grupo dos adultos também se encaixa como terceira representação mais frequente: *há moradores que afirmam ser importante cuidar do meio ambiente, mas não tomam atitudes concretas para contribuir*.

Entre os estudantes de ensino fundamental, repetem-se alguns resultados: em primeiro lugar para eles está a ideia de que *os moradores não percebem a piora na qualidade do ar urbano*; em segundo, empatam a *‘falta de informações dos moradores sobre como deixar o ambiente mais bonito e mais saudável gastando pouco’* e a ideia de *‘as pessoas estarem acostumadas com o feio e não terem sua criatividade estimulada para alterar o quadro’*. Em

terceiro, para esse grupo, também está o fato de que muitos moradores confirmam a importância de se cuidar do meio ambiente, mas não são proativos nesse aspecto.

As representações eleitas nos três grupos (ver TOTAL DOS RESPONDENTES) parecem conectar-se à falta de contato com ações educacionais de natureza socioambiental. O terceiro aspecto, coincidente para todos os respondentes, leva-nos a pensar na ‘dogmatização’ mencionada por Goothuzem (2009). Quase dogma torna-se a frase “cuidar da natureza é importante”, entretanto as ações requeridas para tanto ficam, não raro, apenas no plano das ideias.

O estudioso considera que entre os objetivos da comunicação ambiental inclui-se a mudança de atitudes e de comportamentos. “A utilização dos mecanismos de comunicação, portanto, não deve se limitar à mera transmissão de conhecimento, e sim abordar e até sugerir os meios pelos quais esses objetivos podem ser alcançados” (GOOTHUZEM, 2009, p. 1). O movimento comunicacional sugerido é determinante para o distrito em análise, pois pode ajudar a combater as chamadas ‘falsa consciência ambiental’, “falsa consciência tranquila” ou a “falta de consciência ambiental crítica” – mencionadas por Novicki (2007), Foladori (2001), Coimbra (2004), Berna (2010) e Loureiro, Layrargues e Castro (2008).

No caso do distrito Vila Medeiros, seriam importantes ações educacionais irradiadas de vários pontos do tecido social local, as quais poderiam partir da reflexão em grupos focais acerca das três representações principais para a totalidade dos respondentes: a falta de percepção dos moradores quanto à piora da qualidade do ar na região; o desconhecimento das leis ambientais do município e a discussão de modos pelos quais se torne possível, sem gastar muito dinheiro, melhorar o ambiente doméstico e o espaço público do bairro.

“*Não gastar muito dinheiro*”, um ângulo da discussão sugerida pelas respostas de nossos sujeitos de pesquisa, implica o questionamento do *modus vivendi* contemporâneo à maneira do que propõe Latouche (2009, p. 4): tomar como palavra de ordem “decrescimento”, a fim de que a sociedade não fique condenada “a não ser mais que o instrumento ou o meio da mecânica produtiva” e o homem se transforme “no refúgio de um sistema que visa a torná-lo inútil e a prescindir dele”.

A partir de matrizes de pensamento como essa, seria viável ponderar coletivamente sobre a possibilidade de poupar (recursos humanos e naturais), evitando o consumo

conspícuo, e ao mesmo tempo direcionando alguns recursos para o cuidado com a qualidade de vida *real* – não a proposta pelos mercados.

Somente assim se materializaria o que Lemos (2008) define como o novo *status* representado pelo ‘desatrelamento questão ambiental-desenvolvimento econômico’ – ocorrido a partir da lei que originou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho de Meio Ambiente (CONAMA)⁸⁷, secunda-nos o autor. Aliás, a discussão das leis ambientais do município poderia iniciar-se, em um eventual grupo focal, com a apresentação do que existe no Brasil (legislação ambiental em nível federal, estadual e municipal) e comparação com o que se põe em prática noutras nações. Quanto à análise da problemática referente à contaminação do ar nas megaurbes, não faltam elementos em inúmeros aportes midiáticos capazes de alimentar esse debate.

Discussões mediadas pela comunicação em torno do cuidado ambiental urbano exigem, a julgar pela sugestão de Goothuzem (2009), aventada mais acima, “abordar e até sugerir meios”. Uma das abordagens feitas aos respondentes do questionário, antes de trabalhar uma questão nas quais os meios pudessem ser pensados, consistiu em que avaliassem o que faltava no seu bairro, para evitar o descuido ambiental.

Inseriremos as respostas por grupos, em gráficos separados, e também um gráfico referente à totalidade dos respondentes, a fim de enxergarmos melhor o que parece ser mais importante para os moradores. Por questão de ajuste gráfico o qual proporcione melhor visibilidade, posicionaremos a ilustração na página subsequente, em posição horizontal.

⁸⁷ A lei nº 6938 de 31 de agosto de 1981 criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho de Meio Ambiente (CONAMA), conforme esclarecemos no capítulo 4 de nosso referencial teórico.

FALTA NO BAIRRO, PARA EVITAR O DESCUIDO AMBIENTAL:

Gráficos 21, 22, 23 e 24 – O que falta no bairro, para evitar o descuido ambiental, na visão dos três grupos da amostra e no total de grupos (valores expressos em frequência)

ausências citadas pelos respondentes apresentam sequência diferente conforme o grupo, porém, ao observarmos os três primeiros itens assinalados em cada gráfico, notaremos que a *comunicação entre o poder público e os moradores para resolver problemas ambientais* aparece como ‘ausência’ em todos, ora em primeiro, ora em segundo, ora em terceiro lugar: no grupo dos adultos, este vácuo é apontado em terceiro lugar, depois de *cuidado de cada morador com o espaço em frente a sua casa* – em segundo lugar (visão coerente, no entanto mais focada na responsabilização individual, com reflexos no coletivo) – e *percepção dos moradores de que o bairro enfrenta sérios problemas ambientais* – em primeiro lugar para esse grupo e item também relacionado com problemas de comunicação que porventura possam dificultar a percepção do meio.

Para o grupo de jovens do ensino médio, está em primeiro lugar no ranking de ausências a *ação contínua do poder público para preservar o meio* (uma visão pertinente, entretanto mais focada na responsabilização de mão única); em segundo lugar, o *interesse dos moradores em problemas coletivos* (este que poderia ser despertado por meio de um trabalho educ comunicativo voltado para os problemas socioambientais locais, a ser desenvolvido em escolas, igrejas, outras instituições/entidades) e, em terceiro lugar, a *comunicação entre o poder público e os moradores para resolver problemas ambientais* (que poderia ser ampliada por meio do mesmo trabalho educ comunicativo).

Para os jovens do ensino fundamental, essa *comunicação entre o poder público e os moradores para resolver problemas ambientais* aparece em primeiro plano, seguida de *interesse dos moradores em problemas coletivos* e *percepção dos moradores de que o bairro enfrenta sérios problemas ambientais* (itens que se repetem em outros grupos).

Na média e na ordem, as três principais ausências observadas pelos moradores do distrito Vila Medeiros com relação ao cuidado ambiental são: 1º) *interesse dos moradores em problemas coletivos*; 2º) *comunicação entre o poder público e os moradores para resolver problemas ambientais* e 3º) *percepção dos moradores de que o bairro enfrenta sérios problemas ambientais*.

Consideramos que os três itens conectam-se diretamente com lacunas na comunicação ambiental em circulação no distrito. Citelli (2008, p. 11) lembra que a presença multifacetada dos meios de comunicação em nosso tempo provoca e amplia discussões correlacionadas à construção das instituições democráticas, o que é fulcral para “orientar as formas de organização social e da construção da cidadania em nosso tempo”. No caso específico da

construção de cidadania socioambiental na área geográfica de nossa pesquisa, notamos uma lacuna que impede, de algum modo, a “dimensão estratégica” da comunicação “para o entendimento da produção, circulação e recepção dos bens simbólicos, dos conjuntos representativos, dos impactos materiais (...)”(CITELLI, 2011, p. 62). Isso resulta muito mais em velamento de informações do que em revelação ou desvelamento, para usar termos semelhantes aos que o pesquisador utiliza na elucidação da ideia.

Com o propósito de alterar, de alguma forma e para melhor, os fluxos de informação ambiental na região, além do investimento público em equipes dialógicas que trabalhem sob orientação educacional, torna-se pré-requisito, parece-nos, um esforço comunicacional no sentido de entender melhor a questão do ‘interesse’ – que teoricamente moveria o município à participação e ao engajamento ambiental. Como já afirmamos noutro ponto deste trabalho, a questão do interesse expande-se e contrai-se na atualidade, retornando, muitas vezes, ao aspecto puramente individual, o que pode minar a qualidade do processo de participação dos cidadãos em torno da decisão sobre temas coletivos, como o cuidado ambiental urbano.

Marques (2011, p. 2) pondera que o “universo de compreensões e interesses singulares desses sujeitos” configura-se “um horizonte ampliado e partilhado de sentidos”, no qual importa fixar dois questionamentos essenciais: a) “até que ponto a discussão fornece mesmo condições paritárias de expressão e enunciação, dificultando a construção de estratégias voltadas para o alcance de fins particulares”? ; b) “em que medida interesses particulares são redimensionados para serem diluídos em demandas coletivas via debate racional”?

Jacobi (2008) assinala que tendências contraditórias derivadas de conflitos e estratégias entre atores sociais representantes de valores opostos são oriundas da dinâmica de toda uma estrutura social, constitutiva das formas e processos espaciais. É preciso, no entanto, estarmos atentos à “defesa de interesses particularizados que interferem significativamente na qualidade de vida da cidade como um todo”, pois há atores diferenciados – situados em campos bem opostos na pirâmide de distribuição de renda do município – que, em nome de interesses particulares, afetam o interesse geral (JACOBI, 2008, p. 178/179). Diga-se de passagem, a ambiguidade constatada pelo pesquisador quanto à compreensão do que significa ‘interesse geral’ chamou-lhe a atenção quando da análise dos dados de campo de uma de suas investigações. Mas desse tópico não trataremos, por ser outro o objetivo de nosso trabalho;

por conseguinte, encerramos essa face da discussão apenas expressando nossa concordância com a assertiva abaixo:

A busca de um ponto de equilíbrio entre a defesa dos interesses pessoais/grupais e o interesse público no sentido de demandas advindas legitimamente da ‘esfera pública’ (ambiental, no nosso caso) não pode excluir “o autointeresse dos processos interacionais em nome de um ideal de imparcialidade que pode mais prejudicar do que auxiliar na compreensão recíproca entre os interlocutores” (MARQUES, 2011, p. 15).

Além, portanto, da inclusão de alguns interesses particulares (de grupos e indivíduos) nas discussões ambientais – desde que tais interesses não firam o princípio da busca pela qualidade de vida urbana consensual – há que se contar com uma mídia que realmente funcione como alicerçado instrumento difusor das visões de mundo e dos projetos políticos nas sociedades contemporâneas, como quer Miguel (2002). Esse marco difusor deve ocorrer, prossegue o autor, porque é preciso que a mídia se constitua em local no qual se exponham as várias representações do corpo social, conectadas aos diferentes grupos e interesses sociais, o que ainda não acontece, segundo sua visão:

O problema é que os discursos que ela veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presente na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são *representantes* das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia (MIGUEL, 2002, p. 163, grifo do autor).

A fim de que a opinião pública seja “convocada para participar das decisões que lhe afetam o cotidiano” e que o direito à informação ultrapasse “a noção de ‘liberdade de expressão’ para abranger também o ‘poder de ser ouvido’ (garantindo, assim, a assimilação e a implementação de práticas participativas para a consolidação da cidadania e a construção de um Estado democrático)”, é mister que prevaleça uma comunicação estratégica do tipo “transmissão de poder social” e não do tipo ‘efeito de vitrine”, afirmam Monteiro (2009, p. 44-45) e Fourez (1995). Para eles, “essa escolha não é meramente uma questão de abordagem teórica, mas de opção sociopolítica do fazer comunicacional”.

Outro ponto elementar para a construção de uma democracia ambiental na qual as vozes da sociedade sejam ouvidas de fato (em nosso lócus de pesquisa – ou noutros que padeçam dos mesmos males) reside, acreditamos, no estudo de ‘como’ os fluxos midiáticos são entendidos pelos distintos grupos sociais, em busca de sentidos que possam nortear ações

socioambientais proativas. Por tal motivo, alguns trânsitos discursivos multidimensionais (CITELLI, 2012) conectados agora às representações ora reveladas pelos respondentes foram incluídos neste trabalho – e incluídos justamente em forma de ‘trânsitos discursivos multidimensionais’. Explicamos: a próxima série de resultados tem origem em estímulos advindos de diversas fontes de informação. Nosso intuito foi recolher mais algumas representações individuais que facultassem melhor investigar a conexão coletiva dos munícipes com fluxos comunicativos ambientais ligados às representações há pouco observadas. Adiante, objetivamos verificar se esses fluxos determinam alguma migração em direção à proatividade vinculada às instituições das quais o munícipe participa.

O primeiro estímulo foi uma manchete publicada na Folha de São Paulo, em janeiro de 2012: *Ar da Grande São Paulo é o pior em oito anos*, cujos dados, fornecidos pela CETESB, indicavam que o paulistano respira ar inadequado para consumo humano por mais de três meses ao ano. A opinião dos respondentes sobre a relação entre essa notícia e o ar que respiram em seu bairro acha-se no gráfico abaixo:

Gráfico 25 – Qualidade do ar respirado na metrópole versus ar respirado pelo munícipe em seu bairro – interpretação de notícia de jornal

A interpretação de notícia ambiental circulante na mídia impressa e as respostas predominantes demonstram reflexão/conhecimento dos munícipes acerca do fato físico mencionado. Uma curiosidade: embora a maioria tenha clara consciência de que a sofrível

qualidade do ar metropolitano atinge também seu bairro, como demonstram as respostas majoritárias, pouquíssimos respondentes ligaram esse fato à incidência de doenças no distrito⁸⁸ quando, no início do questionário, pedimos que assinalassem os problemas ambientais percebidos em seu bairro.

O “compromisso com a democratização da comunicação e com a acessibilidade à informação socioambiental”, bem como o “compromisso com o direito à comunicação”, dois dos princípios da Educomunicação Socioambiental, conforme Soares (2011), aparentam precariedade na região. A “apropriação democrática e autônoma de produtos de comunicação por meio dos quais os participantes passam a exercer seu direito de produzir informação e comunicação” (TASSARA, 2008) não se processa por inteiro no distrito. Lycarião (2011) menciona uma dificuldade a se considerar no processo de empoderamento cidadão, a qual talvez se aplique aos moradores de Vila Medeiros: mesmo que esteja disponível um sistema de informações “com níveis mais acessíveis e discursivamente densos de argumentação”, representado, no caso, pela crescente abertura do poder público à participação popular e pelo avanço da comunicação via dispositivos variados, isso não implica que os cidadãos realmente farão uso dessas vantagens.

A próxima ilustração origina-se de uma pergunta que a princípio foi criada como uma escala numérica, na qual o munícipe deveria assinalar qual o grau de urgência dos meios de comunicação cobrarem políticas públicas de incentivo ao uso/comércio de veículos não poluentes na cidade. Fornecemos a ele um dado do DETRAN-SP: mais de 7 milhões de veículos circulam na cidade de São Paulo atualmente (informação do site da instituição, do ano de 2012). O questionário-piloto, porém, revelou que seria mais fácil para os participantes responderem a partir de uma escala de palavras e não de números, então oferecemos uma escala com cinco possibilidades, equivalente à escala numérica inicial. As respostas mostramos a seguir.

⁸⁸ Fato notório”, embora de divulgação rarefeita. Gestores ambientais da região estão em busca de pesquisadores que os possam ajudar a obter dados científicos sobre a alta incidência de problemas respiratórios verificados na região. Um projeto da Faculdade de Saúde Pública da USP contribuirá para a construção de um mapa da saúde local (informação verbal dada por um dos gestores).

Urgência dos meios de comunicação cobrarem políticas públicas de incentivo ao uso/comércio de veículos não poluentes

Gráfico 26 - Opinião dos munícipes sobre a urgência dos meios de comunicação cobrarem políticas públicas de incentivo ao uso/comércio de veículos não poluentes na cidade (resposta a partir do fornecimento de dado do DETRAN-SP: mais de sete milhões de veículos circulam na cidade atualmente – trata-se de informação de 2012, data da recolha desse dado no site do órgão público)

A breve análise das informações constantes desse gráfico limitar-se-á à observação de que todos os grupos, em grau maior ou menor, consideram urgente a ação dos meios de comunicação em direção à cobrança das autoridades no que tange à adoção progressiva de frota não poluente na cidade. Os dados colhidos demonstram haver clareza, para o munícipe, quanto ao papel especial da mídia na construção de políticas ambientais urbanas que resultem na melhoria da qualidade de vida coletiva. Note-se que apenas uma pequena parcela do grupo dos jovens de ensino fundamental (6,67%) assinalou a opção *não urgente*, sendo essa opção totalmente descartada pelos jovens do ensino médio e pelos adultos – estes últimos, ademais, destacaram-se como o grupo majoritário na opção *extremamente urgente*.

Giacomini Filho (1996, p. 42) lembra que os instrumentos de comunicação social devem ser encarados como “elementos agregados aos atributos de qualidade de vida”, por conta de sua vocação como agentes informativos e persuasivos.

Olhar para a mídia como parte e suporte do processo de transformação social proposto pela Educação Ambiental torna-se fundamental, ainda mais quando percebemos que a Educomunicação Socioambiental configura-se, de acordo com Lima e Melo (2008), uma possibilidade de construção do sujeito e de sua relação com o meio ambiente.

Convém, pois, no trabalho educomunicativo de natureza ambiental, explorar melhor os trânsitos discursivos multidimensionais (CITELLI, 2012) resultantes da interação do cidadão com os aportes midiáticos em geral. Pesquisas apontam ser a mídia a maior fonte da população quanto ao acesso a informações na área ambiental. Por tal razão, discutiu-se no Evento Integrado Mídia e Educação Ambiental (2005) a importância de reconhecer os profissionais de comunicação não somente como "repassadores" de informação, porém como indivíduos detentores de destacado papel na reversão de sociedades insustentáveis. É fundamental dispor de “uma mídia qualificada como parte do processo de transformação social que a Educação Ambiental propõe, seja nas chamadas mídias alternativas ou nas hegemônicas” (EVENTO INTEGRADO, 2005).

Um cuidado a se tomar nesse tipo de trabalho, porém, diz respeito à prevenção quanto à transmissão midiática de conceitos estereotipados que pouco contribuem para que a comunicação ambiental conduza à ação socioambiental transformadora. Nossa sociedade, afirma Berna (2010), recebeu durante muito tempo informações concernentes a apenas um modelo de desenvolvimento – predatório, poluidor e injusto – e a modificação do processo informativo implica a quebra de conceitos arraigados, às vezes transformados em dogmas ambientais, bem como exige desvelamento das vicissitudes do sistema econômico. O desnudamento dos simulacros de mercado, conquanto difícil de se atingir levando-se em conta o padrão midiático predominante, deve contribuir para o abandono da “falsa consciência tranquila” do cidadão no que tange a sua relação com o meio ambiente – e no nosso caso, com o meio ambiente urbano.

Imaginamos que uma indagação envolvendo duas visões possíveis em relação ao conserto de objetos em uma sociedade que prega o descarte e o consumo inveterado – com o apoio da propaganda massiva – pudesse nos ajudar a detectar a relação entre conceitos arraigados e novas visões socioambientais possibilitadas pelos trânsitos discursivos ligados às intervenções de marketing. Os resultados obtidos aparecem logo abaixo:

Gráfico 27 – Opinião dos moradores sobre conserto de objetos, diante das propagandas sobre a facilidade de se comprar novos objetos.

Transparece na ilustração a tendência à aceitação de dois princípios bastante veiculados pela mídia brasileira nos últimos tempos: a redução do consumo conspícuo e a reciclagem de objetos. Um outra leitura do dado permitiria inferir que apenas o fator econômico está sendo levado em consideração pelos respondentes, ainda premidos por pensamentos arraigados ao capitalismo corrente e à sua dificuldade em nele manter-se economicamente estáveis. O resultado, portanto, não indicaria a transcendência da “perspectiva puramente *individualista* de participação como uma contribuição em pequenas questões cotidianas” no plano socioambiental (BACKER, 1991, apud LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2008, p.136, grifo nosso).

Mais uma interpretação cabível: se o tensor principal a impulsionar as escolhas é o mercado, por que, então, não teriam assinalado com mais vigor a opção *‘algo fora de moda, pois tudo está muito barato hoje e é sempre melhor comprar um produto novo’*? Talvez, por uma espécie de ‘consciente-inconsciente crítico’ a ditar que é politicamente incorreto admitir a preferência por ‘comprar objetos novos a ficar com os antigos’, ainda mais em uma sociedade absolutamente díspar em distribuição de renda (mas com farto crédito) e que, ao

mesmo tempo, cobra atitude oposta, por meio do exercício continuado da obsolescência perceptiva (vigilância midiática em favor da manutenção do sistema). Eis um ângulo ao qual se aplica plenamente a teoria de Citelli (2006) a respeito da fragilização do termo representação.

O mesmo movimento discursivo que prega o consumo indiscriminado de bens e serviços é frequentemente encoberto por um segundo movimento discursivo que assume o lugar do primeiro: trata-se do discurso da sustentabilidade, socialmente disseminado porém distante de ser introjetado definitivamente pelo corpo social e externalizado em forma de transformações socioambientais reais.

Uma forma de verificar a procedência do que afirmamos foi inserir na pesquisa duas questões sobre a adoção de soluções sustentáveis na residência dos sujeitos de pesquisa (espaço externo e interno). Seguem os resultados:

Soluções ambientais na residência (área externa)

Gráfico 28 - Soluções ambientais adotadas na área externa do imóvel onde reside o respondente

Apesar do baixo índice de arborização verificado no distrito Vila Medeiros, a presença de uma árvore em frente ao imóvel foi a referência mais frequente em todos os grupos, com diferentes percentuais, não alcançando, entretanto, nem a metade das residências. A presença do canteiro na calçada foi a segunda solução mais citada pelo conjunto dos respondentes, mas não é consenso entre os grupos, porque há opiniões diferentes e diversos empates, se observarmos com mais cuidado o gráfico. Importa mais, no momento, não uma análise detalhada dessas ocorrências, mas o entendimento de que nenhum dos itens, a partir do segundo colocado, alcança 25% de respostas, o que significa, grosso modo, que cerca de 75% das casas não contam com a adoção de ao menos uma dessas soluções ambientais, de forma a colaborar de algum modo para o bem-viver coletivo. A opção ‘*nenhuma*’ corrobora esse entendimento.

O item ‘*outra solução (qual?)*’ trouxe um ‘mix’ de oito frases que oscilam quanto ao tipo de pontes de pensamento feitas pelos respondentes. Três dessas frases indicam o que pode ser considerado outra solução:

- ‘*Praça do prédio com árvores belas, lugar com plantas...*’ (uma possibilidade de auxiliar a integração homem-meio que deveria ser contemplada, talvez até sob força de lei – e a despeito da pressão econômica pela ocupação milimétrica do espaço urbano com imóveis que impermeabilizam 100% do terreno – por todos os arquitetos/engenheiros que planejam os novos edifícios urbanos);
- ‘*Imóvel em obras para implantação dos itens acima*’ (indica sensibilização e proatividade ambiental. Cabe observar que a frase foi proferida por um morador que tem vínculos pessoais e profissionais com a gestão do meio ambiente);
- ‘*Vasos com plantas na laje e área*’ (embora este não seja exatamente um encaminhamento que ajuda muito no combate ao efeito ilha de calor, já denota uma preocupação com a busca do contato com elementos naturais geradores de bem-estar).

Entre as demais frases, duas trazem o vocábulo ‘*nenhuma*’. Uma estudante anotou tal palavra e, em seguida, mencionou uma parede com verde (vasos pendurados). Disse que sua casa era a única que tinha isso na rua⁸⁹. Outras respostas repetem ideias contempladas por opções anteriores, engendram explicações (‘*calçada pequena, não há árvore*’) ou contêm observações que remetem a uma certa frustração: ‘*Só existe cimento com tijolos*’...

⁸⁹ Informação verbal recolhida durante a aplicação do questionário.

Soluções ambientais na residência (área interna)

Gráfico 29 - Soluções ambientais adotadas pelo munícipe na área interna de sua residência

À exceção das lâmpadas econômicas, referidas por mais de 60% dos respondentes de cada grupo (chegando a 70% entre os adultos), cujo uso ainda nos parece ter mais relação com a redução das contas da casa do que com uma consciência ecológica coletiva, podemos notar que as demais soluções alcançam, cada qual, cifras bem menores. Em segundo lugar para a totalidade dos respondentes aparecem os canteiros, que embora contribuam com a estética do ambiente, nem sempre conseguem contribuir para a reversão de danos ambientais como o efeito ilha de calor. A adoção de recipientes distintos para lixo reciclável e lixo orgânico, embora tenha sido mencionada por menos de 30% dos respondentes de cada grupo, alcança

40% considerando-se o total de respondentes. Ainda é um patamar muito baixo diante da produção estratosférica de lixo na cidade, mas de todo modo constitui-se um hábito sustentável imprescindível à saúde ambiental e humana do município. Pode ser também que mais pessoas separem os recicláveis, porém não tenham ainda a cultura de reservar um recipiente específico para o armazenamento.

Em linhas gerais, a adoção aquém do ideal de hábitos sustentáveis verificada em nossa pesquisa coaduna-se com as conclusões da investigação promovida pelo Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP, 2010). De cada quatro consumidores, segundo essa pesquisa, apenas um adotava entre oito e treze comportamentos sustentáveis (seria o ideal, conforme a metodologia condutora do trabalho, desenvolvida pelo Instituto Akatu e denominada Teste de Consumo Consciente). Nesta verificação, apurou-se que indivíduos adotantes de comportamentos pró-sustentabilidade como os propostos nos treze itens da pesquisa eram apenas 4% da amostra. Coimbra (2004) lembra que a pesquisa IBOPE *O que o brasileiro pensa do meio ambiente*, edição 2007, também comprova quão distantes nos encontramos da internalização da sustentabilidade como algo além da mera palavra (Citelli, 2006). Nos grandes centros urbanos, segundo Loureiro, Layrargues e Castro (2008), isso parece ocorrer com mais frequência, razão pela qual insistimos na ideia de que a Educomunicação pode se transformar em agência fundamental contra o que Morin (2006) denomina enfraquecimento do senso de responsabilidade e de solidariedade, advindo do enfraquecimento de uma percepção global.

Para o filósofo, hoje “ninguém mais preserva seu elo orgânico com a cidade e seus concidadãos”, limitando-se, cada um, apenas a sua tarefa especializada (MORIN, 2006, p.18). No entanto, dados “os imperativos de uma nova ordem histórica, social, cultural e econômica” (CITELLI, 2011, p.102), urgente se faz resgatar esse elo, e o educador capacita-se para exercer papel decisivo nesse resgate, porque pode atuar em inúmeras esferas: tanto na tradicional sala de aula quanto em múltiplos outros espaços nos quais se processem práticas vinculadas à Comunicação, à Educação, e ao ‘binômio Comunicação-Educação Socioambiental’.

Também um resgate, configurado nas pequenas atitudes, do respeito ao outro pela via do cuidado ambiental tarda a acontecer, e poderia ser mediado pela figura do educador socioambiental. Por exemplo, recordemos que o segundo problema mais citado pelos moradores de Vila Medeiros foi a presença de *cocô de cachorro nas calçadas e ruas*. Uma

ocorrência banal, certamente similar ao que acontece em muitos outros distritos da cidade, mas que incomoda a coletividade e exige uma nova postura cidadã. Ao investigarmos a relação cuidado ambiental-propriedade de um animal de estimação na região da pesquisa, confirmamos a alta frequência das atitudes de descaso com o meio urbano e com o próximo, face à frequência menor, mas aparentemente em crescimento – quiçá em razão de algumas intervenções midiáticas⁹⁰ – da atitude de recolha dos dejetos:

Gráfico 30 – Relação cuidado ambiental – propriedade um animal de estimação: comportamento dos moradores

A somatória das atitudes indicativas de descaso com o espaço público e, por tabela, descaso com ‘o outro’, representado por aquele que pisará nos dejetos abandonados em praças

⁹⁰ Como uma série de ‘vinhetas sociais’ veiculada em televisão (rede Globo) no horário nobre, entre as quais aparecia uma animação na qual um cachorro, passeando por logradouro público, tratava de recolher os próprios dejetos e jogá-los no lixo. Disponível em: youtube.com.

e ruas, liga-se ao esquecimento de um princípio fundamental, aventado por Ribeiro e Vargas (2004):

O estabelecimento de uma relação precisa basear-se no reconhecimento da existência e da necessidade dos outros seres humanos. Isso significa encontrar o outro no seu modelo de mundo – seu modo de perceber o mundo e de decodificá-lo – ao invés de prender-se ao que se decifra desse modelo. É tendo consciência de seu modo de ver e de pensar que se estabelece a relação e o encontro de soluções dentro dos princípios de equidade e de universalidade (RIBEIRO e VARGAS, 2004, p. 152).

O princípio do reconhecimento parece-nos bem distante da realidade socioambiental verificada no distrito Vila Medeiros, tanto quanto em outros distritos de São Paulo. Talvez por motivos como este, profissionais de diversas formações ergam a bandeira da qualidade de vida urbana conservando como pano de fundo a temática do reconhecimento, que além de incluir, de acordo com Honneth (2003), a necessidade que um indivíduo tem do outro para constituir sua identidade e alcançar autorrealização, também integra a ideia da ‘cidadania comunicativa’. Segundo Mata (2006, apud ALMEIDA, GUINDANI e MORIGI, 2011, p. 97), a cidadania comunicativa deve ser entendida “como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito, de demanda e de decisões no terreno da comunicação, bem como a prática desses direitos” – inclusive no campo ambiental, acrescentamos.

Quanto ao índice de “não respostas” a esta questão, que alcançou 19,3% do total de respondentes, imaginamos uma possibilidade de interpretação: os quase 20% que não responderam talvez se enquadrem na categoria dos que não recolhem os dejetos de seus animais quando os levam a passear nas ruas do bairro. Mas isso nossa pesquisa não permite comprovar.

Um último fluxo informativo que pretendemos examinar nessa série diz respeito ao conceito de meio ambiente entre os nossos sujeitos de pesquisa. Qual seria ele, face aos influxos da comunicação ambiental em circulação?

Para Silvana, assessora de supervisão em Saúde Pública,

“[...] não se fala mais de meio ambiente natureza, né? Isso tá muito mais ampliado; quando se fala de meio ambiente a gente tá falando de um monte de outras coisas, incluindo aí educação, saúde, moradia, transportes, né? [...] conceito de meio ambiente foi ampliado ao longo do tempo, conforme as pessoas vão se apropriando do que significa efetivamente na prática [...] a gente vai percebendo que um conceito às vezes ele não pode ficar tão restrito”
(Silvana)

DEFINIÇÃO DE MEIO AMBIENTE PARA OS PARTICIPANTES

Gráfico 31 – Conceito de Meio Ambiente entre os respondentes do questionário (valores expressos em frequência)

Na escolha majoritária dos grupos (separadamente ou considerando a totalidade), persiste a noção de “meio ambiente sem gente”, criticada por Novicki, para quem

o ambientalismo de mercado generaliza a culpa pela degradação entre “diferentes espécies de seres humanos” (capitalistas e trabalhadores) e, através da repressão/autoritarismo e da educação, promove a internalização da ideologia dominante, a aceitação de uma visão de mundo (valores) que naturaliza a sociedade de classes, dissimulando suas contradições também através de uma concepção reducionista de meio ambiente (alienação). Neste enfoque, todos (Estado, mercado, sociedade civil, indivíduos) têm a “falsa consciência tranquila”, pois são a favor da preservação do meio ambiente, mas “daquele meio ambiente sem gente”, que não abrange o homem, a desigualdade/exclusão social, a diversidade cultural... (NOVICKI, 2007, p. 142)

Nossos resultados remetem também a Paulo Saldiva, para o qual “o ser humano é o ponto esquecido da questão ambiental”, tanto em razão do despreparo dos órgãos ambientais para lidar com as questões de saúde do ambiente urbano quanto porque “os órgãos públicos de saúde ainda não incorporaram de forma orgânica a questão ambiental no rol de suas atribuições primordiais”. A ausência de uma abordagem ecossistêmica da saúde gera, na

opinião do renomado médico, um vácuo no qual surgem condições para a deterioração do ambiente urbano, em detrimento da qualidade de vida (SALDIVA, 2010, p. 20).

Uma vez que a noção preponderante entre os respondentes permanece vinculada ao idealismo/bucolismo/distanciamento do ser humano em relação ao meio onde vive, somos conduzidos a questionar mais uma vez o papel da escola e das instituições em geral como coletivos educadores no plano socioambiental. Nosso ponto de partida será o fato de que aparece apenas timidamente no gráfico a ideia de que a natureza, o espaço construído e as relações humanas compõem a noção mais atualizada acerca do que vem a ser meio ambiente. O meio não se limita, na visão trazida por estudos mais recentes, a aspectos da vida biológica dos seres, dos ecossistemas/biomas em que se inserem, mas tem como parte integrante o processo social. Destarte, a alteração das condições degradantes do meio físico, a melhoria da qualidade de vida ou as trocas mais equilibradas de energia está associada ao intento de alcançar “padrões sociais também mais equilibrados e atores sociais compromissados com o manejo de suas atividades locais”, sabedores de que “interferem no equilíbrio das condições planetárias” enquanto pensam e agem voltados ao equilíbrio das condições ambientais próximas (KRASILCHIK e PONTUSCHKA, 2001; PONTUSCHKA e CONTIN, 2001, p. 16).

Questionamos aqui se a escola tem contemplado, ao trabalhar educação ambiental, essa perspectiva cruzada (educativa, transdisciplinar) dos aspectos teóricos com os aspectos reais, sobretudo do entorno da escola. Ramos-de-Oliveira (2007) acredita que nossos alunos, no ambiente escolar, não são incentivados a refletir sobre o real – este seria, na verdade, ‘congelado’ mediante a eliminação de traços que indiquem o constante processo de transformação da realidade, dentro do qual o homem é um agente privilegiado.

Em sendo agente privilegiado, natural seria que manifestasse essa agência através de uma cidadania ambiental apoiada nas novas tecnologias da comunicação e da informação, as quais permitem, conforme Citelli (2008), a visualização de um leque de possibilidades de ampliação das vozes dispostas a relatar a experiência de forma pública e mediada por dispositivos em rede. Com a vantagem de que sobre tais dispositivos é difícil exercer controle e censura, o que deixa livre o caminho para a construção da referida cidadania socioambiental urbana, cuja construção deveria iniciar-se, senão bem antes, durante o processo de escolarização.

A escola, ademais, aparece como primeira colocada no ranking das instituições/pessoas físicas que mais estão colaborando para a qualidade ambiental do bairro, na opinião da totalidade dos respondentes. Então, nada mais coerente que esperar dela o

oferecimento de Educação Ambiental menos reducionista (BRÜGGER, 2004; NOVICKI, 2007; GRÜN, 1994 e 2011; ALMEIDA, 2002, ap. NOVICKI, 2007; KISHINAME et al. 2002; FOLADORI, 2000):

Gráfico 32 – Pessoas e instituições que estão colaborando ativamente para a melhoria da qualidade ambiental na região, na visão dos respondentes

Embora a observação em separado dos três grupos indique que não há unanimidade em relação à opinião de que a escola tem sido a primeira colaboradora ativa na melhoria do meio ambiente local (quanto mais aumenta a idade dos respondentes, menor a crença nesse fato), para o total de respondentes essa impressão prevalece. Em seguida, considerando-se ainda o total dos grupos, aparecem: moradores, igrejas, associações/ONGs, os meios de comunicação locais, os trabalhadores, o poder público e os empresários.

É curioso, nesse conjunto de dados, constatar que a escola aparece como o primeiro elemento mediador quando o assunto é melhoria da qualidade ambiental da região, enquanto

no gráfico 10 (p. 179) ela ocupa apenas quarto lugar como fonte de informação ambiental para o total dos respondentes e no quadro *‘Como fica sabendo das atividades / ações desenvolvidas pelo poder público em favor do meio ambiente local?’* (quadro 8, p. 184), apenas 5 pessoas a citaram como fonte de informação. Os meios de comunicação locais, que apareciam na quinta posição no gráfico 10 (p. 179) permanecem nessa mesma posição aqui, se não for considerado o fato de que o item *‘ninguém/nenhum’* teve mais escolhas que os referidos meios. De toda forma, os dados corroboram a ideia de que sua colaboração para a melhoria do meio ambiente da região guarda um potencial de expansão ainda não explorado, o que também pode ser confirmado nas respostas referentes à insuficiência de informações ambientais locais e à não interferência das informações que hoje chegam aos moradores, no sentido de perceberem melhorias no meio ambiente dos bairros pesquisados (gráficos 15 e 17, p. 189 e p. 198, respectivamente).

Berna, entretanto, frisa que as mudanças de opinião necessárias a um cuidado maior com o meio não estão vinculadas apenas à democratização da comunicação ambiental, uma vez que esta não se tem revelado suficiente para produzir tais mudanças. Para gerá-las, tornam-se indispensáveis dois elementos: uma cultura e uma formação que predisponham os indivíduos a valorizar a informação ambiental. Ele lembra que sem essa cultura, sem essa formação, “as pessoas vão pouco a pouco se tornando insensíveis diante da informação, como se fosse mais uma espécie de poluição onde as palavras perdem o significado e a importância, e tanto faz saber se derrubaram uma árvore ou uma floresta”. É preciso, portanto, que exista a associação entre veiculação de informação ambiental e compromisso com uma cidadania crítica e participativa (BERNA, 2010a, p. 2).

Desse ponto de vista, além dos fluxos comunicativos não vinculados a órgãos oficiais, é preciso que também sejam reforçados os fluxos advindos desses órgãos, mesmo porque a população espera deles uma ação mais efetiva no cuidado com o meio. (Embora tenhamos, é claro, de assinalar que uma espera exagerada pelo poder público desvela uma acomodação que precisa ser superada pelos cidadãos urbanos, com o objetivo de obter qualidade de vida real).

Em nosso ranking de colaboração ativa, o poder público aparece bem no final, só perdendo para os empresários no quesito *‘(não)colaboração’* para melhoria do meio ambiente local. Estaria distante, portanto, do que talvez fosse esperado pelos moradores: uma ação mais efetiva. Em uma de nossas questões abertas, optativa (a ser analisada mais para o final dessa

discussão), um respondente chegou a dizer que para ele o maior inimigo do meio ambiente era o próprio governo.

Jacobi (2008), em uma de suas pesquisas, surpreendeu-se com o volume de respostas dos moradores entrevistados enfatizando a relevância da ação do poder público na prevenção da degradação ambiental:

(...) mais de 80% dos moradores entrevistados enfatizam a necessidade de que o poder público supervisione a execução das políticas públicas, informe e oriente através de campanhas educativas e estimule uma dinâmica de responsabilidade comum da comunidade na prevenção da desordem ambiental (JACOBI, 2008, p. 179).

Ainda que depositar quase todas as esperanças na ação do poder público seja temerário e sinônimo de um alto grau de acomodação dos munícipes, como também observa Jacobi (2008), evidencia-se a necessidade aventada no excerto acima: supervisão da execução de políticas públicas, informação, orientação, campanhas educativas governamentais que estimulem a responsabilidade compartilhada dos membros do corpo social (governos inclusive) na correção dos desvios resultantes do descuido ambiental. O curso para formação de conselheiros ambientais [TERRITÓRIO CIDADÃO, 2011] é exemplo de política pública de qualidade.

No caso da ‘rearborização’ urbana, questão de máxima urgência, indicam os dados científicos gerais e as pesquisas em regiões como a do distrito Vila Medeiros, por exemplo, a necessidade de campanhas é visível. Com o que concorda a engenheira agrônoma Adeliana:

“No meu entendimento, assim, as campanhas deveriam ser maciças...da cidade mesmo, da necessidade da cidade, de ter um ambiente melhor, de ter você algumas ações que... – depois ‘cê reclama que o seu bairro tem enchente, mas você não pensa como que você pode contribuir para que seu bairro não tenha essa enchente – o bairro, né? Não só a sua casa, o seu estabelecimento”. (Adeliana)

A engenheira acrescenta também uma observação sobre uma prática nefasta (a ser combatida) que tem sido constante em alguns meios de comunicação quando tratam especificamente da relação da cidade com a arborização urbana:

“[...] acredito que as campanhas que enaltecem o lado negativo elas têm mais força do que as que não; por exemplo, queda de árvore em fiação. As pessoas “Não! Avisem a

concessionária”! Avisem, no nosso caso, a Eletropaulo, “tantas mil árvores caíram, tantas mil árvores foram podadas”; então é esse lado negativo de desastre, de catástrofe que acho que chama mais atenção da população.”

Isso ajuda a explicar por que algumas campanhas permanentes da prefeitura municipal não surtem o efeito de que a urbe necessita para superar uma das condições que propiciam a má qualidade da vida urbana:

“Bom, campanha de adoção de árvore a gente tem faz muito tempo, que é chamada Adote uma Árvore. As campanhas não são hoje especificamente com esse tema. Elas passam mais por lixo, por enchentes, esse tipo...a árvore em si a gente vê muito o discurso “Ah, é interessante, é bom”, tudo, mas uma campanha efetiva assim a gente não tem muito isso...hoje em dia, então, talvez o retorno fosse maior se a gente tivesse uma campanha [maciça e mais focada em arborização urbana]. Permanente, né?(Adeliana)

A fala de Adeliana sobre o “discurso” reconduz-nos à questão da representação – no caso, a representação em torno da importância da arborização. Esta quase sempre vem acompanhada de palavras bonitas a respeito, mas sem efeito público real. Representação fragilizada, portanto, pois se trata, novamente, de um simples exercício de discurso, lastreado somente nas palavras que o compõem (CITELLI, 2006).

Em vias de encerrar (sem esgotar) nossos comentários sobre o gráfico 32, lembramos que algumas instituições que nele aparecem e que ainda não passaram por escrutínio quanto à sua participação nos fluxos de comunicação ambiental urbana terão em breve sua oportunidade, de acordo com o andamento que planejamos para a discussão dos dados. Antes, porém, aditaremos algumas palavras sobre o papel da escola, o item mais lembrado no gráfico que ora analisamos, na construção de uma cultura ambiental verdadeiramente transformadora.

Nosso referencial teórico dá conta de que Loureiro, Layrargues e Castro (2008) analisaram a ideia da ‘ecocidadania debilitada’, estabelecendo relação desta com a Educação brasileira, sobretudo na região sudeste – aquela em que se encontra o distrito Vila Medeiros. A esse respeito, vale lembrar literalmente o que disseram:

Na medida em que entendemos que o exercício da ecocidadania está debilitado, o nível de consciência também o é. E essa constatação pode ser facilmente observada na prática, por meio de exemplos. Em termos do processo educativo formal, apesar

de possuímos o maior índice de escolaridade e a maior concentração de profissionais com formação superior do país, na região Sudeste encontramos frequentemente casos de irresponsabilidade ambiental e de descaso com o espaço público (lixo acumulado em ruas, depredação dos bens culturais arquitetônicos, aceite e reprodução da lógica do uso individual de veículos, serviços de saúde e educação sucateados, dentre outros). Tal fato evidencia equívocos na escolarização, deficiente repercussão dos resultados do processo ensino-aprendizagem no cotidiano dos indivíduos ou, ainda, sua desvinculação com os problemas da vida fora das escolas. (LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2008, p. 31)

No caso específico do distrito em análise, temos verificado que respondentes em processo de escolarização conseguem identificar em sua região, com clareza, problemas ambientais tais quais os descritos no excerto de Loureiro, Layrargues e Castro, mas parecem não encontrar (embora nossa pesquisa não se tenha voltado a investigar a fundo esse ponto) vínculo dessa temática com as questões discutidas no interior da escola ou não encontram espaços de discussão fora do ambiente escolar (espaços informais e não-formais de educação).

Daí porque nos parece aplicar-se ao processo educativo desenvolvido na maior parcela das escolas da região o termo “adestramento ambiental”, cunhado por Brügger (2004) e retomado por Novicki (2007, p.140), para o qual a perspectiva do adestramento ambiental “tem como horizonte unicamente a mudança de comportamento individual e não de valores pela sociedade”. O autor afirma que a educação acaba por ser direcionada para uma ética comportamentalista-individualista que deixa de avaliar o peso dos diferentes atores sociais (Estado, mercado, sociedade, comunidade, indivíduo) e prioriza “uma abordagem educacional acrítica” e “uma leitura conservadora sobre o mundo do trabalho, a problemática ambiental e o modo de produção capitalista”.

A perspectiva reducionista (BRÜGGER, 2004; NOVICKI, 2007; GRÜN, 1994 e 2011; ALMEIDA, 2002, ap. NOVICKI, 2007; KISHINAME et al. 2002; FOLADORI, 2000) representada por essa forma de oferecer educação ambiental aos jovens inviabiliza o avanço da educação voltada para o meio. E também há responsabilidade dos meios de comunicação nesse processo equivocado, consoante Coimbra (2004, p. 546): para o pesquisador, os meios de comunicação social “produzem ou retransmitem mensagens e programas de interesse ambiental, porém muitas vezes inadequados ou reducionistas”, razão pela qual seus efeitos se tornam duvidosos em termos de percepção do ambiente entre a maioria dos cidadãos.

Uma abordagem educomunicativa bem planejada poderia redirecionar os fluxos de educação ambiental em circulação tanto nos *media*, quanto nas escolas e demais instituições/entidades/instâncias em que essa comunicação ambiental se desenrola. O esforço

poderia ser feito no sentido de reverter certas automatizações na apropriação das ofertas comunicativas que recebemos diariamente, rememorando o que disse Orozco Gómez (2006, p. 88):

as práticas comunicativas geram hábitos e promovem regularidades que os atores sociais desenvolvem, às vezes até de maneira automatizada, na medida em que interiorizaram comportamentos e modelos ou padrões de reação diante das referências comunicativas. Às vezes, o mais difícil de modificar são precisamente esses costumes coletivos e individuais frente às referências informativas, midiáticas e não-midiáticas, que são as que sustentam o que aqui entendo como a ritualidade comunicativa.

O rearranjo da ritualidade comunicativa envolvida na comunicação ambiental urbana parece depender muito de um novo olhar sobre forma e conteúdo das mensagens. Para Ribeiro (2004, p. 83), a influência exercida pelos processos de comunicação ambiental sobre os cidadãos “depende mais da forma do que do conteúdo da mensagem, e depende ainda mais da relação que se estabelece entre os protagonistas ou atores”. Razão a qual nos leva a reiterar a importância da intervenção educacional a partir das práticas de Comunicação Pública, com a finalidade de gerar interações sociais produtoras de sentido, amparadas na congregação das várias vozes provenientes da diversidade social urbana.

Monteiro (2009) avalia que

(...) a prática da comunicação pública pode representar um caminho para restabelecer a simetria de poderes nas sociedades democráticas, configurando-se tanto num movimento para dar espaço, na mídia, às diferentes vozes presentes na sociedade, para que elas participem do debate político, como também para gerar espaços alternativos, fora da mídia, que permitam a esses grupos sociais formular suas próprias interpretações sobre suas necessidades e seus interesses (MONTEIRO, 2009).

Essa ideia da necessidade da ‘confluência de vozes diferentes a criar suas próprias interpretações’ foi a que nos motivou a solicitar aos respondentes do questionário que avaliassem a importância de conexões comunicacionais que presumem trabalho conjunto para reduzir as dificuldades ambientais da região, bem como indagar aos servidores municipais ‘como veem essas conexões’. O quadro abaixo sintetiza as respostas dos moradores:

AVALIAÇÃO DE CONEXÕES COMUNICATIVAS ENVOLVENDO TRABALHO CONJUNTO

CONEXÃO COMUNICACIONAL	ESCALA → GRUPOS	EXTREMAMENTE IMPORTANTE		MUITO IMPORTANTE		IMPORTANTE		POUCO IMPORTANTE		DESIMPORTANTE		NÃO RESPONDERAM	
		F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
ESCOLAS, PARTICIPAÇÃO DAS	AD	34	59,65	12	21,05	2	3,51	2	3,51	0	0,00	7	12,28
	EM	18	29,03	20	32,26	18	29,03	2	3,23	0	0,00	4	6,45
	EF	11	18,33	18	30,00	21	35,00	7	11,67	1	1,67	2	3,33
	TT	63	35,20	50	27,93	41	22,91	11	6,15	1	0,56	13	7,26
MOVIMENTOS SOCIAIS	AD	25	43,86	15	26,32	8	14,04	1	1,75	0	0,00	8	14,04
	EM	14	22,58	21	33,87	22	35,48	0	0,00	1	1,61	4	6,45
	EF	9	15,00	18	30,00	25	41,67	7	11,67	1	1,67	0	0,00
	TT	48	26,82	54	30,17	55	30,73	8	4,47	2	1,12	12	6,70
IGREJAS, ORIENTAÇÃO NAS	AD	23	40,35	18	31,58	7	12,28	1	1,75	0	0,00	8	14,04
	EM	8	12,90	16	25,81	25	40,32	7	11,29	2	3,23	4	6,45
	EF	3	5,00	19	31,67	17	28,33	14	23,33	5	8,33	2	3,33
	TT	34	18,99	53	29,61	49	27,37	22	12,29	7	3,91	14	7,82
EMPRESÁRIOS, TRABALHO CONJUNTO DOS	AD	25	43,86	14	24,26	8	14,04	2	3,51	0	0,00	8	14,04
	EM	14	22,58	18	29,03	20	32,26	5	8,06	1	1,61	4	6,45
	EF	10	16,67	22	36,67	18	30,00	7	11,67	1	1,67	2	3,33
	TT	49	27,37	54	30,17	46	25,70	14	7,82	2	1,12	14	7,82

Quadro 11 – Conexões comunicacionais que presumem trabalho conjunto:
avaliação dos moradores

AD

ADULTOS

EM

JOVENS DO ENSINO MÉDIO

EF

JOVENS DO ENSINO FUNDAMENTAL

TT

TOTAL DOS RESPONDENTES

F

FREQUÊNCIA

Nesse quadro, todos os itens, embora em escalas diferentes, foram assinalados pela maioria como *importantes, muito importantes ou extremamente importantes*, havendo poucas menções às opções *pouco importante e desimportante*. A *participação das escolas* é vista como a mais importante para a totalidade dos respondentes, sendo entre os itens propostos aquele com maior valor – considerando-se a somatória das alternativas *importante, muito importante e extremamente importante*. Em se tratando de opiniões por grupos, essa valorização da escola é maior entre os adultos e os jovens do ensino médio, enquanto os jovens do ensino fundamental avaliam como mais importante dentre os quatro itens a *participação dos empresários*.

Em segundo lugar na escala de importância de participação, estão as *igrejas*, para o grupo de adultos, e *os movimentos sociais* para os jovens de ensino médio, enquanto os jovens do ensino fundamental acreditam que em segundo lugar estão as *escolas*. Em terceiro plano para os adultos estão os *movimentos sociais*, e em quarto e último, os *empresários*; para os jovens de ensino médio, a terceira posição fica com os *empresários* e a quarta, com as *igrejas*; para os jovens de ensino fundamental, o terceiro e o quarto lugares ficam com os *movimentos sociais* e as *igrejas*. Por fim, considerando-se a ordem de importância atribuída aos itens pela totalidade dos grupos, temos: 1º) participação das escolas; 2º) participação dos movimentos sociais; 3º) participação dos empresários e 4º) participação das igrejas. Discutiremos alguns aspectos das referidas conexões – aqueles que estão de maneira mais direta relacionados ao nosso objeto de estudo.

O caminho para a participação das escolas em atividades de educação ambiental e de saúde orientadas por equipes da administração pública está aberto, de acordo com os servidores entrevistados. Eles também as enxergam como elemento mediador importante no contato com a população, por isso têm projetos voltados para esse equipamento público:

“[...] a educação ambiental que a gente trabalha é educação ambiental de capacitação, de formação, então a gente gostaria de trabalhar bastante com os professores, a gente capacita os professores para que eles possam ser os multiplicadores na sala de aula. Então, quando a escola já conhece o trabalho do núcleo, ela entra em contato conosco; agora a gente tem um trabalho de intervenção num bairro, numa comunidade e tem uma escola perto, então a gente vai primeiro pela escola, que é um equipamento social bem participativo daquela comunidade, então a gente vai primeiro na escola ou então no posto de saúde também”.
(Odair)

“[...]a gente tá fazendo esse trabalho com as crianças nas escolas...é...essas crianças já vão crescer com uma consciência ambiental melhor, entendeu?. É mais difícil você mudar os hábitos das pessoas mais velhas, mas você já vindo crescendo com isso daí eu acho que é bastante importante.” (Joana)

De acordo com os entrevistados, a interveniência deles nas instituições de ensino (trabalham prioritariamente com escolas públicas) costuma ser bem-vinda, dentro e fora dos muros escolares:

“Quando a gente faz atividades de educação ambiental nos parques, que a gente leva algumas crianças de escolas próximas, elas também se identificam bastante, participam bastante, porque elas não estão dentro da escola. É um lugar diferente, então elas têm aquela sensibilidade de estar num local diferente; a gente trabalha bastante com isso, com a possibilidade de ela estar em um lugar diferente”. (Odair)

As atividades de educação ambiental, entretanto, mobilizam mais as crianças menores do que os adolescentes ou os jovens do ensino médio, segundo nossos entrevistados:

“[...] a gente tem maior respaldo e resposta da educação infantil, porque eles ‘tão formando a... consciência, vamos dizer. Tem até uma professora de geografia - ela fala que a gente não tem que desenvolver consciência, porque consciência a pessoa tem e tal, a gente tem que sensibilizar ambientalmente. Não é: “ah, consciência ambiental”. E a gente consegue sensibilizar mais as crianças, a educação infantil, e elas participam - claro que não na abertura da cova, não no carregamento das mudas, né? Nem que seja só pra jogar uma aguinha ali. E a gente vê uma satisfação maior do que quando você trabalha com adolescentes... ou com jovens, que aí parece que já ‘tão com outro foco... Essa história de meio ambiente parece meio fora da realidade deles, né? Tanto que quando a gente propõe atividades com os jovens e fala que é com ferramentas e um trabalho mais pesado, são poucos os que se mostram interessados; se fosse uma atividade com computador, talvez isso surtisse mais efeito. Então essa parte de comunicação se talvez fizesse uma ligação com informática, com uma coisa assim talvez até tivesse algum resultado positivo, né? Não sei...”(Adeliana, sobre participação de crianças e jovens em projetos de arborização envolvendo escolas)

“Olha, eu acho que os jovens são mais dispersos, mas uma boa parte deles, assim... também quando eles se conscientizam, que eles veem a necessidade, eles também participam. Mas o jovem é mais difícil [...], ele ‘tá naquela fase de adolescência, então o negócio deles é ouvir música, o computador, e não fica muito se ligando em caso de doença [...]; pra eles quer a parte boa, a parte ruim não, entendeu?[...] pra eles participarem mais é mais difícil. Eu não sei, eu acho que esses jovens de hoje em dia eles são tão desligado, tão disperso das coisa. ‘Cê tá falando, eles: “Num sei, num vi”. Não sei onde que eles ‘tão com a cabeça o tempo inteiro – é uma comédia isso daí (riso).[...] não ‘tão nem aí, eu não sei se é a fase dos hormônios ou [ininteligível] eles estão no mundo da lua.” (Joana, em alusão à participação dos jovens em campanhas da Saúde e Meio Ambiente)

“Menos, bem menos [trabalhos na área de ambiente e saúde envolvendo jovens]. Eu acho que é mais fácil da gente trabalhar com os menores mesmo. Tem, não vou dizer que não tem, às vezes a gente é chamado, mas é um outro tipo de jovem; é mais pra palestra mesmo, não com teatrinho, é uma outra forma de comunicação. Mas a gente acredita mais nessa base aí da moçadinha que tá a fim de aprender, de ensinar muito, do que nos adolescentes que às vezes eles ‘tão muito mais preocupados em namorar, em não sei o quê, tão mais egocentrados mesmo, não sei... [risos]” (João)

A importância do trabalho com as escolas tem esbarrado, no distrito Vila Medeiros, no fato de que as instituições, ao menos as que visitamos, não estão envolvidas com projetos municipais de saúde e cuidado ambiental. Os projetos escolares citados – quando perguntamos aos sujeitos de pesquisa se participavam de algum e qual seria – foram poucos e se restringiram ao âmbito da escola. Embora esse tipo de atividade possa gerar algum reflexo positivo no entorno por conta do eventual aproveitamento das informações sobre meio ambiente que crianças e jovens levam para suas casas, ainda assim permanece uma lacuna. E isso ficou claro também quando tabulamos as respostas dos demais respondentes sobre ‘de quais projetos ambientais já haviam participado’. Poucos foram mencionados e quase nenhum envolvia alguma parceria, como se pode depreender do quadro a seguir:

PROJETOS DE QUE OS RESPONDENTES PARTICIPAM/PARTICIPARAM			
Nome do Projeto	Quantidade de pessoas que referiram participação	Instituição Promotora	Abrangência/ relação com o entorno
Arborização urbana	7	Secretaria do Verde/MOVERR	bairro Vila Medeiros e adjacências
Projeto CICAS - Cultura, Arte e Meio Ambiente/Agenda 21 do Vale do Cabuçu	1	CICAS	bairro Jardim Julieta e adjacências
Arte e Meio Ambiente na Escola	1	Escola (uma professora)	interno
Clube Ambiental	1	Escola (um grupo de professores)	interno
Projeto de Permacultura/ O Recanto Nicollozzi	4	Escola	interno
Projeto de sensibilização da população para um bairro mais habitável	1	Subprefeitura	região administrativa
Não nomeou o projeto/não lembra o nome	7	Igreja N. Sra do Loreto (1)/ Escola (1)/ CADES (1) não sabem dizer qual instituição (4)	indefinida
Total	22		

Quadro 12 – Participação dos respondentes em projetos relacionados à temática ambiental

Alguns coordenadores, imaginando que pudéssemos auxiliar nesse sentido (trazer atividades à escola), perguntaram, nos contatos prévios travados para combinar a participação dos alunos, se nós daríamos alguma palestra, se havia possibilidade de que viessem projetos para a escola ou outras atividades semelhantes. Conseguimos pôr dois estabelecimentos de ensino em contato com o Núcleo de Gestão Descentralizada Norte. Um trabalho muito especial desenvolvido pelos educadores ambientais do Núcleo Norte foi agendado com uma das instituições. Entretanto, a equipe precisou desmarcar o evento porque não teve transporte para se locomover até a escola. Isto também não discutiremos nesta dissertação, mas achamos por bem deixar registrado o fato. Trata-se de mais um cuidado que o poder público precisa encampar para trabalhar de fato em favor do meio ambiente e da saúde dos munícipes.

Quanto ao envolvimento dos movimentos sociais e igrejas na reversão de danos ao meio, acreditamos que estes são coletivos mediadores a serem mais acionados para o desenvolvimento de projetos socioambientais em Vila Medeiros, conquanto apresentem dinâmicas e potenciais distintos para essa finalidade. Nossa pesquisa apurou, por exemplo,

que a participação dos moradores em ONGs, associações em geral é bem reduzida, enquanto a participação em igrejas foi muito mais referida (depois da participação em escolas, a primeira citada), como mostra o quadro abaixo:

Tipo de instituição	F	%
um clube local	20	11,17
uma igreja ou uma associação religiosa do bairro/da região	57	31,84
uma escola do bairro (como aluno/professor, funcionário/pai, mãe, responsável por aluno)	73	40,78
uma cooperativa de catadores de recicláveis	7	3,91
uma rede social	34	18,99
uma quadra ou associação esportiva	16	8,94
um conselho regional - de meio ambiente, saúde, segurança ou tutelar.	7	3,91
uma associação cultural	4	2,23
uma associação de moradores	2	1,12
um movimento social	5	2,79
outro tipo de participação	8	4,47
não responderam	50	27,93

Quadro 13 – Instituições/entidades das quais participam os respondentes do questionário

A instância mais simples de participação, digamos – aquela que envolve o engajamento do cidadão em alguma frente de cuidado, de qualquer natureza – nos parece um tanto esvaziada no distrito⁹¹, porquanto sejam bem-vindas ações no sentido de incentivá-la. No caso da Saúde Pública, por exemplo, a servidora Silvana se refere à enorme dificuldade de trazer o cidadão à participação no conselho gestor:

“quando você começa a acionar as pessoas pra compor esse [...] conselho gestor, que é uma instância tripartite, ou seja, ela tem lá a presença do gestor, do trabalhador e do usuário, né, do segmento população organizado através das suas ações instâncias de associação...enfim, você tem uma dificuldade enorme pra que o usuário venha compor esse conselho gestor. Ele diz: ‘Ah, não quero, dá trabalho!’; ‘ Ih, tem que se reunir toda vez, é um saco isso’; ‘Não,

⁹¹ Entendemos que o munícipe pode até participar mais do que imaginamos, se considerarmos que alguns respondentes podem ter omitido sua participação em igrejas e outras instâncias participativas.

enrola minha vida, eu tenho que cuidar da minha casa’ – e olha, a gente já tentou de todos os lados: a gente já tentou pegar o trabalhador, a pessoa que está na ativa, o que está aposentado, a dona de casa, o idoso, o jovem - dificuldade é igual: ninguém quer.” (Silvana)

O incentivo à participação das instituições sociais que já atuam na região também precisa ser incrementado, no sentido de ‘cruzar’ suas atividades com aquelas frentes já em andamento por parte do poder público. Os servidores entrevistados, conforme a área em que atuam, têm distintas experiências vinculadas a esse aspecto, algumas bem positivas:

“Aí é diferente, como o caso do MOVERR lá na Vila Medeiros; que a própria organização ela é do bairro, ela tá ali, o morador é o representante de rua, então ele tem... ele faz parte da organização mas ele é cidadão, né? Então é muito diferente. É muito positivo quando tem esse envolvimento e quando é a própria organização que chega pra...nos...que nos procura [...]”(Adeliana, sobre o sucesso de ações ambientais que contam com um movimento local, com a participação dos moradores)

“[...] todos os projetos, os programas que a gente tem pra essa área vêm do Conselho Regional [...]. Muito difícil ter uma ação pontual, sabe assim, a pessoa liga “ah, eu quero uma palestra”, você vai lá e faz. Isso geralmente é difícil de acontecer, porque todas as organizações elas participam de algo que seja mais planejado, que tenha um começo, meio e fim. Então a gente trabalha a partir das subprefeituras por meio do conselho.[...] ou então a partir de um parque, que é um equipamento público”. (Odair)

“ [...] no Trote [parque em um distrito vizinho] já vim fazer palestra pra Terceira Idade. Já fui fazer lá perto da Fernão Dias, lá, no Centro de Convivência da Fernão Dias, Telecentro, fazer palestra também pras pessoas pra tá orientando elas, tirar as dúvidas, aí então tem aquela comunicação com a pessoa; cê passa orientação e a pessoa já retorna ali na hora [...]as pessoas interagem bastante, principalmente quando a gente vai fazer uma palestra e tal, eles te questionam várias coisas”. (Joana)

Vale recordar que essa ideia do trabalho conjunto envolvendo todos os setores da sociedade é, em linhas gerais, coadunada com as perspectivas dos últimos governos municipais, segundo os entrevistados e segundo as informações oficiais das gestões municipais mais recentes. Bem verdade, entretanto, que alguns óbices existem, como a falta de iniciativa, o desinteresse, a falta de reflexão sobre perspectivas positivas associadas à participação no cuidado urbano associado a meio ambiente e saúde pública, ou, ainda, o

desconhecimento de caminhos viáveis (geradores de resultados concretos) de contato com o poder público por parte de algumas entidades.

“Nunca entraram em contato conosco...[...] por enquanto não”[entidades interessadas em trabalhar educação ambiental que atuem no distrito Vila Medeiros] (Odair)

Óbice também referido nas entrevistas é a possibilidade de que quando alguns setores se envolvem, como os empresários, pode acontecer de interesses particulares serem buscados em detrimento do benefício público, situação referida, como vimos, por Jacobi (2008) . João Manoel revela essa preocupação:

“[...] a prefeitura por ser prefeitura geralmente não se envolve muito com...ahn...de conseguir apoio, mesmo que seja voluntário e tal, porque atrás do voluntário se subentende que depois vai se querer alguma coisa em troca. Tem um raciocínio um pouco pelo que eu vejo, né, tô falando isso por mim. Um pouco por aí. Então sinto que às vezes é não...não é bom não contar com o apoio...por exemplo, se alguém quiser bancar, fazer folhetos pra ajudar numa determinada ação. Talvez vai querer botar a marca registrada dele, lá, tal. Eu, particularmente acho justo, mas parece que isso não pode, tô falando mas não tenho muita certeza, de fazer...seria uma coisa muito mais burocrática do que a gente imagina do que se eu quisesse contar com o empresário lá da Vila Medeiros, da região da Medeiros, pra poder fazer uma ação e só aqui, eu, João, biólogo da SUVIS, que trabalho com vigilância, pra poder contar com isso. Teria que mexer em um monte de órgãos que ‘tão acima de mim ali, pra poder pedir essa permissão, ver se vai rolar, e isso às vezes acaba desgastando muito’.
(João)

Outro obstáculo está em que as equipes de trabalho de campo já estão com sua agenda tomada pelas atividades rotineiras de vigilância em saúde, defesa civil, etc, restando-lhes, na verdade, pouco tempo para a dedicação a causas educacionais vinculadas ao cuidado com o meio – que incluam o trabalho com escolas e demais instituições sociais do distrito.

“Poucas vezes a gente foi fazer assim [ação] direta mesmo com a comunidade [associações, ONGs]” (João)

“[...] A gente não tem essa facilidade de sair pra buscar não [as ONGs, associações de bairro, etc]. Eu acho que se a gente tivesse mais estagiários talvez a gente pudesse fazer esse trabalho com mais eficiência. Mas como vem muita gente aqui, a gente acaba conhecendo – e

o CADES tá funcionando como catalisador. Catalisa essas ONGs, catalisa pessoas interessadas” (Cleverson)

“O complicado é que a gente não faz só isso [contato e desenvolvimento de projetos ambientais em escolas]. Eu trabalho com defesa civil, trabalho com análise de áreas de risco. E principalmente nesse período de chuvas – de primeiro de novembro a quinze de abril é estabelecido por lei que nós temos que estar em estado de atenção. É 24h de atenção. Principalmente porque a gente tem hoje muito evidenciado as mudanças climáticas, os processos de mudanças climáticas. Então, quisera a gente poder lidar mais com o que eu tô contando[histórias bem sucedidas de educação e intervenção ambiental envolvendo escolas]. Visitar as escolas e continuar com esse programa.” (Cleverson)

Notamos que há possibilidades ainda pouco exploradas de o poder público, por meio das conexões educacionais, congregar o cidadão comum e as entidades a fim de trazê-los para um trabalho “somado”. Odair discorre sobre a facilitação do trabalho de Educação Ambiental no núcleo quando há um estagiário/um profissional que agrega conhecimento sobre processos comunicativos eficazes:

“[...] a gente tinha uma estagiária de Relações Públicas, que era excelente. Ela era uma estagiária que trabalhava com a equipe administrativa do nosso núcleo, ela era excelente porque ela era de Comunicação. Relações Públicas é da Comunicação Social e ela fazia esse intercâmbio, fazia releases e mandava pros jornais, isso facilitava muito. Todos os meus estagiários não são da área de Comunicação, mas eles são capacitados. A gente estuda, a gente vai atrás, mas o ideal mesmo seria se tivesse alguém dentro do nosso trabalho que fosse da área de Comunicação Social, um estagiário já ajudaria bastante.” (Odair)

No caso das igrejas, já se observa um ‘despertar participativo’, ainda que tímido se comparado ao número de instituições religiosas presentes na região.

“[...] nós chegamos a mandar ultimamente um e-mail pra todos os pastores que a gente conhece, alguns pastores que a gente teve uma lista, a gente mandou e-mail pra eles dizendo dos trabalhos de educação ambiental. Também tem algumas igrejas católicas que a gente já fez trabalho também, mas sempre em parceria com o PAVS, que o PAVS tem bastante contato com as igrejas. [...] O PAVS é o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis”. (Odair)

“Olha, eu acho que agora tá começando [o envolvimento das igrejas no cuidado urbano]. Agora, até então não, a gente ia, a gente sempre achava vaso de planta, não sei quê, não sei

que lá, então agora eu acho que eles tão começando a despertar que eles também precisam participar, entendeu? Então agora tá começando o interesse deles pra participar [...]de manter mais limpo e também de tá passando para a comunidade, entendeu, agora eles tão despertando mais.” (Joana)

“a gente já teve as duas situações: a gente indo até a igreja, igrejas indo até a gente. E é como se fosse uma associação de bairros, como se fosse... uma ONG, só que de fundo religioso, sim, mas que tem o comprometimento da população também. A gente já teve momentos que a gente foi até a igreja dar palestras e angariar pontos de plantio através da igreja, [...] de todos os credos, assim: budistas, católicos, evangélicos; em campanhas da fraternidade a gente teve distribuição de sementes [...]” (Adeliana)

“A gente vai à busca também e normalmente costuma ter colaboração sim, principalmente com igrejas, quando chega nessa parte da entressafra das doenças é um pessoal que a gente procura, tanto das cristãs, de maneira geral, qualquer um, qualquer uma que a gente tenha acesso – é que difícil às vezes durante o dia a gente conseguir pegar essas igrejas abertas. Mas sempre consegue falar com alguém que ‘teja lá, depois passa pro pastor ou passa pro padre, enfim...[...] Quem faz esse cronograma [da operação cata-bagulho] é a subprefeitura, e a gente acaba ajudando na divulgação e nisso também é uma coisa que a gente conta bastante é com o pessoal das igrejas pra fazer essa parceria de comunicação ou quando tão precisando mesmo, né, uma ação maior...mas geralmente é o padre que acaba falando com os fiéis e não é a gente que vai lá”. (João)

No entanto, para incentivar a participação do morador por intermédio de entidades, associações, igrejas que porventura ele frequente (o envolvimento pode se dar em mais de uma instância participativa, naturalmente), é interessante que esse morador saiba quantas e quais instituições existem em seu bairro, ou na região onde reside, que efetivamente desenvolvam algum trabalho ligado à conservação/restauração ambiental. Ao perguntarmos sobre isso aos participantes, obtivemos as seguintes respostas:

Gráfico 33 – Conhecimento dos moradores acerca de ONGs/associações que desenvolvem atividades em favor do meio ambiente da região

As respostas mais frequentes indicam que os moradores têm pouco ou nenhum conhecimento de entidades, associações que desenvolvem algum tipo de trabalho voltado a reciclagem, plantio de mudas, hortas comunitárias, mutirões de limpeza, entre outras ações vinculadas ao trabalho e à educação ambiental na região. As poucas pessoas que assinalaram ‘sim’ nessa questão citaram as seguintes instituições:

APGAM (Associação Paulista de Gestores Ambientais) 2	CICAS (Centro Independente de Cultura Alternativa) 2	MOVERR (Movimento dos Representantes de Ruas) 6	CADES-MG (Conselho Regional do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz) 1	RECICLAGEM/RECOLHA MATERIAIS DE INFORMÁTICA (não foi citado o nome dessa instituição) 2
---	---	--	--	--

Quadro 14 – Entidades/associações/ONGs lembradas pelos moradores que desenvolvem algum trabalho ambiental na região

Podemos deduzir ainda, dos treze apontamentos acima, os quais mencionam ao todo cinco instituições, que há um pequeno número delas no distrito Vila Medeiros, e nem todas têm foco exatamente no campo ambiental, tendo desenvolvido apenas trabalhos pontuais. Ou então há outras e não se dão a conhecer quanto seria desejável em uma área com tantas dificuldades. Novamente encontramos uma lacuna nos fluxos de comunicação ambiental em andamento no distrito. Reduzi-la ou eliminá-la depende em larga escala do tipo de trabalho educacional a ser desenvolvido tanto pelas próprias entidades quanto pelo poder público, pelas escolas, as igrejas, os meios de comunicação. A perspectiva educacional, transdisciplinar, de acordo com Soares (2011, p. 73), coaduna-se com “o tratamento de assuntos complexos no âmbito dos denominados ‘temas transversais’”, como o meio ambiente – este que em nossa visão deixa de ser tema transversal e passa a ser absolutamente dorsal em megaurbes como São Paulo.

Desse ponto de vista, a aproximação de movimentos, ONGs, associações de bairro e outras em direção ao poder público é bem-vinda no sentido de gerar demandas:

“Nada impede das entidades, das organizações entrarem em contato com a gente e sugerir um curso rápido, uma palestra, uma oficina. Isso a gente tem disponível. A gente tem um cardápio de educação ambiental, uma relação de palestras, de oficinas, de vídeos, de vídeos de discussão, de visitas técnicas. Quando surge essa demanda, a gente apresenta o cardápio, mas geralmente a gente busca a partir de um planejamento que a gente faz anual”. (Odair)

“a comunicação lá [no distrito Vila Medeiros, por ocasião de projeto de plantio], apesar de não ter sido assim formal e tudo, foi da população pra gente, não foi o contrário, não foi o poder público chegando lá e falando “É importante ‘cê ter árvore na frente da sua casa!’”, não sei o quê. Foram membros da própria comunidade que nos procuraram e que fizeram essa ponte, né? Eu acho que isso foi muito interessante” (Adeliana)

Também é importante, reiteramos, que exista ampliação de equipes, ou a inclusão de equipes educacionais nos quadros municipais, tanto dos órgãos de meio ambiente quanto dos órgãos de saúde pública, defesa civil e outros envolvidos no cuidado ambiental urbano. Uma observação que fizemos ao longo de nossas conversas com os servidores públicos é a de que a boa vontade de atender às demandas e de ampliar o atendimento existe, mas inexiste a contratação/formação de equipes com as quais possam contar para alcançar resultados mais abrangentes no trato ambiental, como atestam os excertos abaixo:

“Olha, infelizmente é tudo um pouco precário. Ahn, a equipe é pequena, geralmente é pequena, infelizmente assim principalmente porque a gente já tá em vias de se aposentar. [...] nesse tempo todo da minha carreira, que não se restringiu a esta subprefeitura, eu sempre tive dificuldade de ter, de agremiar pessoas, independente de ser chefe ou coordenador ou...pra fazer isso que você acabou de colocar [dispor de uma equipe para ampliar a comunicação]. Nós não temos aqui uma equipe específica de comunicação para esse trabalho. A subprefeitura tem assessoria de imprensa e que tenta, né, abraçar, e trazer para a comunicação dessa assessoria todos os assuntos que a prefeitura tem que desenvolver. Mas especificamente na Coordenadoria de Urgências Urbanas e Áreas de Risco nós não temos uma equipe que trabalhe especificamente com comunicação.” (Cleverson)

“Na nossa equipe em si aqui dentro do núcleo não tem [comunicadores, formados em comunicação social ou educomunicação]; a secretaria tem uma assessoria de comunicação que às vezes a gente coloca o material pra lá e eles fazem todo um trabalho, eu não saberia dizer se tem essa formação. São jornalistas, alguns são jornalistas que fazem esse tipo de trabalho, mas que o retorno pro corpo técnico fazer uma avaliação - eu acho que é supernecessário, é um vai-e-vem, né? [...]nós temos um termo de compromisso lá, que a gente usa com a população, desde a primeira versão é muito importante você ver a evolução, apesar de não ter ‘profissional’ da comunicação, a gente tem uma evolução muito interessante. O último tem até uma arvorezinha colorida e tal.” (Adeliana)

“Tem quantas pessoas que realmente lidam com essa discussão na subprefeitura? Uma. É uma. Há quem mais? Da Saúde. Duas. É sério, que se interessam [...]”. (Cleverson)

“[...] todos [os técnicos da Secretaria do Verde] têm essa possibilidade de fazer essa comunicação, mas geralmente fica sob a responsabilidade de um estagiário. Então a gente monta o projeto e o estagiário fica responsável por fazer a divulgação. Então ele faz a divulgação pelo mailing, por e-mail, ou elabora cartaz, fixa cartaz em pontos estratégicos, ou em subprefeituras, em escolas, em postos de saúde e também pede pras assessorias de comunicação das subprefeituras divulgar nas regiões, em jornais de bairro, revistas e também pelos servidores da própria prefeitura.” (Odair)

“Ajudaria bastante [alguém da área de Educomunicação] com certeza.[...] Não, não temos. Se você ajudar a gente a pensar em um curso de formação, a gente pode até articular isso, quem sabe.” [risos] (Odair)

As ações educomunicativas que, em nossa visão, devem existir para transformar a relação do cidadão com o meio ambiente no lócus de pesquisa passam por providências e atitudes conectadas a várias faces dos trânsitos discursivos multidimensionais em deslocamento (ou não) no distrito.

Outrossim, a Educomunicação Socioambiental, como paradigma orientador de uma práxis social, desempenha papel nuclear, a partir de seus oito princípios⁹², a saber: 1º) compromisso com o diálogo permanente e continuado; 2º) compromisso com a interatividade e a produção participativa de conteúdos; 3º) compromisso com a transversalidade; 4º) compromisso com o Encontro/Diálogo de Saberes; 5º) compromisso com proteção e autorização do conhecimento tradicional e popular; 6º) compromisso com a democratização da comunicação e com a acessibilidade à informação socioambiental; 7º) compromisso com o direito à comunicação e 8º) compromisso com a não discriminação e o respeito à individualidade e à diversidade humana (SOARES, 2011, pp. 77-80).

De nossa parte, pretendemos, como dito, contribuir analisando alguns trânsitos discursivos ambientais, com a intenção de encontrar encaminhamentos no âmbito da proatividade do cidadão em questões que afetam sua qualidade de vida.

Assim, após esse percurso por alguns trânsitos discursivos multidimensionais de variadas categorias, e sempre alinhados à nossa proposta de observação dos fluxos comunicativos de cunho ambiental, queremos agora estabelecer pontes entre os comportamentos e fluxos observados e a questão da participação individual e coletiva na ação pró-ambiente. Por isso pensaremos agora na valoração de atitudes concretas nessa direção, por parte do munícipe. Apresentamos aos respondentes uma lista de possíveis atitudes e solicitamos que as avaliassem segundo uma escala de quatro níveis: A) boa opção; B) opção regular; C) opção ruim e D) não sei opinar:

⁹² Para conhecer em detalhes cada um dos princípios e os pressupostos gerais da Educomunicação Socioambiental, ver Soares (2011, p. 76 a 80, capítulo Por uma educomunicação socioambiental).

VALORES ATRIBUÍDOS A AÇÕES COMUNICATIVAS EM FAVOR DO MEIO AMBIENTE LOCAL, COM VISTA À RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS											
AÇÕES COMUNICATIVAS	ESCALA →	A BOA OPÇÃO		B OPÇÃO REGULAR		C OPÇÃO RUIM		D NÃO SABE OPINAR		NÃO ANALISOU O ITEM	
	GRUPOS	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Entrar em contato com um jornal de bairro e pedir para publicar uma matéria sobre o meio ambiente local	AD	30	52,63	12	21,05	1	1,75	3	5,26	11	19,30
	EM	33	53,23	19	30,65	3	4,84	2	3,23	5	8,06
	EF	31	51,67	22	36,67	4	6,67	1	1,67	2	3,33
	TT	94	52,51	53	29,61	8	4,47	6	3,35	18	10,06
Entrar em contato com uma rádio local e pedir que ela chame os moradores a colaborar	AD	19	33,33	13	22,81	6	10,53	5	8,77	14	24,56
	EM	21	33,87	25	40,32	8	12,90	4	6,45	4	6,45
	EF	22	36,67	23	38,33	8	13,33	5	8,33	2	3,33
	TT	62	34,64	61	34,08	22	12,29	14	7,82	20	11,17
Ir pessoalmente a um órgão público e solicitar providências	AD	27	47,37	13	22,81	2	3,51	3	5,26	12	21,05
	EM	25	40,32	25	40,32	6	9,68	2	3,23	4	6,45
	EF	34	56,67	19	31,67	2	3,33	3	5,00	2	3,33
	TT	86	48,04	57	31,84	10	5,59	8	4,47	18	10,06
Entrar em contato com a assessoria de comunicação da subprefeitura sugerindo que publique uma matéria no informativo mensal (boletim) da subprefeitura	AD	24	42,11	14	24,56	2	3,51	3	5,26	14	24,56
	EM	30	48,39	15	24,19	6	9,68	7	11,29	4	6,45
	EF	29	48,33	18	30,00	6	10,00	5	8,33	2	3,33
	TT	83	46,37	47	26,26	14	7,82	15	8,38	20	11,17
Solicitar ao padre ou pastor de sua igreja/ da igreja do bairro que fale sobre o assunto com os fiéis (para pedir colaboração nas soluções)	AD	25	43,86	13	22,81	4	7,02	1	1,75	14	24,56
	EM	12	19,35	21	33,87	17	27,42	8	12,90	4	6,45
	EF	14	23,33	25	41,67	15	25,00	4	6,67	2	3,33
	TT	51	28,49	59	32,96	36	20,11	13	7,26	20	11,17
Uma atitude individual concreta como a do Sr. Genaro	AD	34	59,65	6	10,53	1	1,75	2	3,51	14	24,56
	EM	29	46,77	21	33,87	6	9,68	2	3,23	4	6,45
	EF	32	53,33	12	20,00	7	11,67	7	11,67	2	3,33
	TT	95	53,07	39	21,79	14	7,82	11	6,15	20	11,17
Pedir para afixar um cartaz sobre ações ambientais locais no mural de uma escola	AD	31	54,39	9	15,79	3	5,26	1	1,75	13	22,81
	EM	18	29,03	26	41,94	6	9,68	3	4,84	9	14,51
	EF	26	43,33	17	28,33	9	15,00	5	8,33	3	5,00
	TT	75	41,90	52	29,05	18	10,06	9	5,03	25	13,97

Quadro 15 – Valores atribuídos a ações comunicativas em favor do meio ambiente local, com vista à resolução de problemas (início)

Quadro 15 – Valores atribuídos a ações comunicativas em favor do meio ambiente local, com vista à resolução de problemas (continuação)

Entrar em contato com uma emissora de tv e pedir que ela faça uma reportagem sobre as dificuldades ambientais de seu bairro	AD	23	40,35	12	21,05	8	14,04	1	1,75	13	22,81
	EM	29	46,77	19	30,65	2	3,23	3	4,84	9	14,51
	EF	25	41,67	24	40,00	7	11,67	1	1,67	3	5,00
	TT	77	43,02	55	30,73	17	9,50	5	2,79	25	13,97
Telefonar para o Centro de Controle de Zoonoses (problemas com ratos, pombos e outras pragas urbanas)	AD	30	52,63	8	14,04	5	8,77	1	1,75	13	22,81
	EM	29	46,77	17	27,42	3	4,84	4	6,45	9	14,51
	EF	23	38,33	18	30,00	9	15,00	7	11,67	3	5,00
	TT	82	45,81	43	24,02	17	9,50	12	6,70	25	13,97
Enviar mensagens de alerta e conscientização por e-mail/pelas redes sociais	AD	21	36,84	16	28,07	5	8,77	1	1,75	14	24,56
	EM	14	22,58	28	45,16	9	14,51	2	3,23	9	14,51
	EF	25	41,67	18	30,00	10	16,67	4	6,67	3	5,00
	TT	60	33,52	62	34,64	24	13,41	7	3,91	25	13,97
Telefonar ou enviar e-mail para a subprefeitura ou outro órgão público	AD	28	49,12	11	19,30	3	5,26	1	1,75	14	24,56
	EM	15	24,19	32	51,61	4	6,45	2	3,23	9	14,51
	EF	28	46,67	18	30,00	6	10,00	5	8,33	3	5,00
	TT	71	39,66	61	34,08	13	7,26	8	4,47	25	13,97
Reunir amigos por meio de uma rede social e realizar uma ação conjunta	AD	29	50,88	9	15,79	4	7,02	1	1,75	14	24,56
	EM	17	27,42	27	43,55	5	8,06	4	6,45	9	14,51
	EF	31	51,67	14	23,33	6	10,00	6	10,00	3	5,00
	TT	77	43,02	50	27,93	15	8,38	11	6,15	26	14,53

AD

 ADULTOS

EM

 JOVENS DO ENSINO MÉDIO

EF

 JOVENS DO ENSINO FUNDAMENTAL

TT

 TOTAL DOS RESPONDENTES

Quadro 15 – Valores atribuídos a ações comunicativas em favor do meio ambiente local, com vista à resolução de problemas (término)

A observação geral dos resultados indica que os respondentes consideram boas quase todas as opções oferecidas, já que os itens *regular* e *ruim* receberam menos menções, na maioria dos casos. Digamos que esse seja um resultado bastante próximo do senso comum. Diversos outros dados chamam a atenção no conjunto, como por exemplo o fato de que os jovens do ensino fundamental e médio se mostraram mais propensos a valorar todos os itens oferecidos, enquanto o grupo dos adultos teve mais abstenções.

Interessa-nos no momento entender em qual ordem aparecem as atitudes comunicacionais consideradas boas e ruins, na visão do total de respondentes, para ajudar a resolver problemas ambientais urbanos; por isso geramos dois quadros, a partir dos dados acima, para uma valoração mais precisa:

BOA OPÇÃO para o TOTAL DE RESPONDENTES	QTD. CITAÇÕES	RANKING
Uma atitude individual concreta como a do Sr. Genaro	95	1º
Entrar em contato com um jornal de bairro e pedir para publicar uma matéria sobre o meio ambiente local	94	2º
Ir pessoalmente a um órgão público e solicitar providências	86	3º
Entrar em contato com a assessoria de comunicação da subprefeitura sugerindo que publique uma matéria no	83	4º
Telefonar para o Centro de Controle de Zoonoses (problemas com ratos, pombos e outras pragas urbanas)	82	5º
Entrar em contato com uma emissora de TV e pedir que ela faça uma reportagem sobre as dificuldades ambientais de seu bairro	77	6º
Reunir amigos por meio de uma rede social e realizar uma ação conjunta	77	7º
Pedir para afixar um cartaz sobre ações ambientais locais no mural de uma escola	75	8º
Telefonar ou enviar e-mail para a subprefeitura ou outro órgão público	71	9º
Entrar em contato com uma rádio local e pedir que ela chame os moradores a colaborar	62	10º
Enviar mensagens de alerta e conscientização por e-mail/pelas redes sociais	60	11º
Solicitar ao padre ou pastor de sua igreja/ da igreja do bairro que fale sobre o assunto com os fiéis (para pedir colaboração nas soluções)	51	12º

Quadro 16 – valoração de ações comunicativas em favor do meio ambiente local – opção boa, na opinião do total dos respondentes

A primeira escolha, *uma atitude individual concreta como a do Sr. Genaro*, pode ter sido tanto a opinião mais sincera quanto uma opinião influenciada pela fotografia inserida no questionário como forma de aproximação do sujeito de pesquisa em relação aos dados oferecidos. De todo modo, a imagem cumpriu sua função aproximativa (despertou observações várias entre as crianças, principalmente⁹³) e a resposta nos indica um sentido

⁹³ A imagem do Sr. Genaro cuidando da praça despertou nos jovens respondentes reações díspares: alguns quiseram saber mais sobre onde era a praça, quem era ele e fizeram elogios abertos à atitude; uns poucos, entretanto, mostraram reação

mais voltado à procura de soluções individuais para os problemas ambientais urbanos, inclusive sem recorrência a meios de comunicação.

A segunda escolha já inclui a busca de acesso a um meio de comunicação local, o jornal de bairro. Esta escolha é coerente com as respostas constantes do quadro *Formas de comunicação mais importantes para divulgar informações ambientais do bairro, na visão dos moradores* (quadro 7, p. 181), em que os jornais de bairro foram citados diversas vezes pelos moradores. A terceira, a quarta e a quinta escolhas, respectivamente, *ir pessoalmente a um órgão público e solicitar providências; entrar em contato com a assessoria de comunicação da subprefeitura sugerindo que publique uma matéria no boletim (informativo mensal) da subprefeitura e telefonar para o Centro de Controle de Zoonoses* envolvem um contato direto com o poder público. Ou seja, o munícipe valoriza esse contato, mas 84,36% nunca contatou a administração pública ao notar algum problema ambiental em seu bairro, como mostrou o gráfico 8 (p. 172). Essa postura se reflete na classificação segundo a qual o morador colocou o poder público em 7º lugar num ranking de 8 grupos que seriam efetivos cuidadores do meio ambiente local (gráfico 32, p. 226). Ou seja, o morador acredita na importância da ação governamental, mas não acredita na eficácia da ação governamental que acompanha no momento. Outra possibilidade: não conhece a fundo ou não se sente tocado pelo quadro ambiental vivenciado diariamente em sua região. Conforme Marcondes Filho (2008), a comunicação só é comunicação se ‘toca’. Desse ponto de vista, a comunicação ambiental em circulação na região hoje ‘não toca’.

Quanto à recorrência a uma emissora de TV, vale observar que embora seja o segundo meio mais citado quando perguntamos aos moradores quais consideravam mais importantes para divulgar informações ambientais da região (gráfico 10, p. 179), aqui a televisão é classificada em quinto lugar como uma boa opção a buscar para tentar resolver problemas ambientais locais. Ou seja, o morador possivelmente não vê essa ponte comunicacional como um canal de fácil acesso ou não sente empoderamento suficiente para tentar interferir em rumos ambientais lançando mão de um ‘meio tão poderoso’, que talvez lhe pareça estar acima de si.

O vislumbre da ação coletiva em favor do meio aparece apenas em 7ª posição, na qual foi classificada a atitude *Reunir amigos por meio de uma rede social e realizar uma ação conjunta*. Isso lembra a predominância, nas sociedades contemporâneas, da atomização

negativa ou estupefacta diante da disponibilidade dele, fazendo comentários como “Ah, ele é bobo de fazer isso”, “Por que que ele faz isso? Ele faz de graça?”.

explicada por Guy Debord: para ele, o urbanismo tem relação com a tentativa de preservar o poder de determinadas classes sociais, uma vez que se encarregou de impedir a reunião de trabalhadores que “as condições urbanas de produção tinham perigosamente *reunido*”. Isso foi alcançado por meio de uma “luta sempre travada contra todos os aspectos dessa possibilidade de encontro”, o que culminou com a “supressão da rua” (DEBORD, 1997, p. 113).

Entendendo-se ‘rua’ como o ambiente externo ao lar – representado não só pela rua, mas também pelo bairro, pelo distrito, pela região –, pode-se compreender, mas não aceitar, uma das origens do descaso com o meio ambiente urbano e, por extensão, o fato do morador de Vila Medeiros não valorizar tanto a ação coletiva (como esse e outros dados de nossa pesquisa demonstram).

A escola, o envio de e-mails e a recorrência ao rádio ocupam as últimas posições de nosso ranking. O posicionamento da escola era melhor, lembremos, no ranking dos *Meios pelos quais o município recebe informação ambiental* (Gráfico 10, p. 179): ocupava o quarto lugar.

Em relação ao rádio, menos citado que os demais ao longo de nossa averiguação (o que nos causou certa surpresa dado seu alcance), o resultado condiz com a 12ª posição (entre 19 possibilidades) atribuída a esse meio de comunicação no ranking do quadro 7 (p. 181).

No tocante ao(s) meio(s) digital(is), recordamos que a internet foi citada em primeiro plano como forma pela qual a maioria dos respondentes recebe informação ambiental (gráfico 10, p. 179), entretanto aparece aqui somente a partir da sétima posição, se considerarmos que as redes sociais (na sétima posição) podem ser presenciais ou virtuais. As diretrizes do Fundo Mundial para a Natureza (WWF, 2003, s/p.) preconizam que embora a internet ocupe “lugar de destaque nos corações e mentes de quem participa de redes, não significa que este ambiente de comunicação, mediado pela tecnologia, seja o único campo desejável da ação comunicativa”. Afirmam que é exatamente o contrário o que ocorre, e acrescentam:

Não só peças convencionais de comunicação (como informativos impressos, folhetos, programas de rádio, vídeos etc.) são importantes, como também (...) existe um “meio de comunicação” tremendamente mais poderoso que a Internet no que se refere à compreensão, disseminação de ideias e comportamentos e circulação de notícias no âmbito não só das redes como no das relações sociais de maneira geral: a conversa face a face. (WWF, 2003)

As conversas face a face podem se dar em qualquer espaço no qual existam ao menos dois interlocutores, o que as torna uma forma eficaz de comunicar ideias de todo tipo. Reservamos adiante um espaço para discutir um pouco esse ponto. Em encerramento da

análise do presente conjunto de dados, resta-nos observar que a conversa com representantes das igrejas com o intuito de buscar auxílio para resolver dificuldades ambientais (estas instituições a nosso ver têm grande potencial para o ensejo de diálogos produtivos e estímulo a ações proativas) não parece muito importante ao olhar dos moradores, tanto que a posicionaram no último lugar do ranking de boas opções comunicativas.

Confirma-se essa impressão quando vemos os resultados do ranking OPÇÃO RUIM, em que recorrer a representantes das igrejas é a “1ª pior opção”:

OPÇÃO RUIM para o TOTAL DE RESPONDENTES	Q.TDE. CITACÕES	RANKING
Solicitar ao padre ou pastor de sua igreja/ da igreja do bairro que fale sobre o assunto com os fiéis (para pedir colaboração nas soluções)	36	1º
Enviar mensagens de alerta e conscientização por e-mail/pelas redes sociais	24	2º
Entrar em contato com uma rádio local e pedir que ela chame os moradores a colaborar	22	3º
Pedir para afixar um cartaz sobre ações ambientais locais no mural de uma escola	18	4º
Entrar em contato com uma emissora de TV e pedir que ela faça uma reportagem sobre as dificuldades ambientais de seu bairro	17	5º
Telefonar para o Centro de Controle de Zoonoses (problemas com ratos, pombos e outras pragas urbanas)	17	6º
Reunir amigos por meio de uma rede social e realizar uma ação conjunta	15	7º
Entrar em contato com a assessoria de comunicação da subprefeitura sugerindo que publique uma matéria no boletim (informativo mensal) da subprefeitura	14	8º
Uma atitude individual concreta como a do Sr. Genaro	14	9º
Telefonar ou enviar e-mail para a subprefeitura ou outro órgão público	13	10º
Ir pessoalmente a um órgão público e solicitar providências	10	11º
Entrar em contato com um jornal de bairro e pedir para publicar uma matéria sobre o meio ambiente local	8	12º

Quadro 17 – Valoração de ações comunicativas em favor do meio ambiente local – opção ruim, na opinião do total dos respondentes

Nesse quadro, podemos apurar a ordem de rejeição, digamos assim, de algumas ações comunicativas, como a conversa com líderes religiosos, o envio de mensagens de alerta e

conscientização por e-mails/pelas redes sociais, a recorrência ao rádio, à escola e à TV, para ficarmos nos cinco primeiros itens. É bom lembrar que os índices de resposta nesse quadro são bem menores em relação às respostas *boa opção* ou *opção regular*. Equivale a dizer apenas que é preciso repensar a forma de uso desses meios na contemporaneidade se se quiser empregá-los para a difusão/problematização de conteúdo ambiental.

Alguns resultados vistos nos dois últimos quadros destoam de dados constantes da análise de questões anteriores, como por exemplo o uso da internet. Os jovens, então, apesar de citarem a internet como principal forma de recepção de conteúdo ambiental, não acreditam tanto em mensagens enviadas por e-mail/por redes sociais como forma de alerta com potencial para gerar mobilização. Odair, em sua entrevista, cita a importância das redes sociais para aprimoramento da comunicação nos processos de educação ambiental:

“Algo legal, bacana também são as redes sociais, que eu acho que o pessoal tem bastante contato. Twitter, Facebook, acho que é isso é um canal também bem positivo, bem legal de se fazer. Então eu acho que eu... a colocação que eu não falei [antes], das redes sociais na internet, acho que é bem positivo também.” (Odair)

Perguntamo-nos aqui: que formas de uso dariam/estão dando à internet e às redes sociais nela baseadas um condão mais poderoso no combate ao agravo ambiental urbano?⁹⁴ Urgem pesquisas específicas a esse respeito, acreditamos.

A análise de ambos os conjuntos de dados próximos anteriores, independentemente da valoração atribuída aos itens, indicou que o morador é capaz, se convidado a “pensar junto”, de definir algumas estratégias de ação proativa, de refletir sobre maneiras de ajudar que desemboquem em resultados eficazes, obtidos tanto por meio de iniciativas individuais quanto através de iniciativas pensadas a partir do coletivo, como as que o convidamos a avaliar em seguida. Os dados serão expostos em gráficos individuais, para visualização mais rápida.

⁹⁴ Manuel Castells, em entrevista concedida à Folha de São Paulo por ocasião de sua visita mais recente ao Brasil (junho de 2013), embora defenda o poder da supervia global para o engajamento cidadão, afirmou que não é suficiente um manifesto nas redes sociais para mobilizar as pessoas: *“Mas é claro que não basta um manifesto no Facebook para mobilizar milhares de pessoas. Isso depende do nível de descontentamento popular e da capacidade de mobilização de imagens e palavras. A internet é uma condição necessária mas não suficiente para que existam movimentos sociais”* (CASTELLS, 2013). Mais estudos nesse sentido são, portanto, bem-vindos, sobretudo após os protestos generalizados no Brasil no dia 20 de junho de 2013 e subsequentes, quando as redes sociais tiveram papel ímpar na reunião dos manifestantes.

Gráfico 34A – 1º da série – Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano

Embora quase 40% dos respondentes afirmem acreditar na conversa com vizinhos e conhecidos para trocar ideias e buscar soluções/melhorias ambientais, a dúvida prevalente entre os moradores quanto a esse tipo de conversa chega a 43% dos moradores. Estariam prejudicadas, podemos concluir, as conexões sociais do *fazendo com* – aquelas que caracterizam o capital social (PUTNAM, 2000; HANIFAN, 1916). A desconfiança relativa à busca comunitária de soluções pode ter origem em experiências pregressas desagradáveis, em preocupações com relação à segurança ou ser simples reflexo de um modo de vida individualista, referido tanto por autores por nós consultados (SANTOS, 1996; NOVICKI, 2007; HIGUCHI E KUHNEN, 2008; BACKER, 1991, ap. LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2008) quanto por frases de nossos entrevistados:

“[...] tem aquelas que são muito egocentradas, e que não adianta, e que só pensam nelas, e o ambiente e as outras pessoas que fazem parte desse meio não...pra elas não tem importância. Essas não adianta que você não consegue chegar. ‘Cê tenta, tenta e...parece que elas tão...tão fechadas mesmo. Mesmo assim a gente insiste. Muitas vezes fecham a porta na cara da gente, não te dão nem acesso. E assim, em termos de classe, por outro lado, né, em termos de classes sociais, eu acho que geralmente a pessoa mais carente, de favela – geralmente o pessoal culpa muito o pessoal de favela como sendo eles que fazem o acúmulo de lixo, tal, nem sempre isso é uma verdade. Às vezes acumulam sim, porque, pela própria construção, da arquitetura ali da favela torna difícil mesmo o acesso à coleta do lixo, tal, então em alguns pontos da comunidade acaba se acumulando lixo e trazendo doenças junto com o lixo. Agora,

o que a gente vê também é a preocupação maior do lado desse pessoal do que por uma pessoa de uma classe mais elevada, economicamente falando, que acha que já sabe de tudo, e que já faz tudo, que tudo tá certo e não permite nenhum diálogo. Então, tem de tudo um pouquinho.” (João)

“Eu acho que um pouco sim, eu acho que sim [o modo de vida interfere na apropriação da comunicação ambiental/de saúde pública], eu acho que as pessoas são individualistas, entendeu? Ela tá preocupada muito com o bem-estar dela, tá, então ela não quer que nada incomode ela.[...] se ele se sente ameaçado ele tá brigando, principalmente esses que têm um poder aquisitivo um pouco maior. Nas comunidades, tal, eles são mais um pelo outro.” (Joana)

As falas de João Manoel e Joana encontram eco em Furriela (2002). Recolhendo elementos a levar em consideração no processo de participação cidadã, a autora observa um impeditivo cabal: a falta de senso de comunidade. Constata que a sociedade ocidental “valoriza mais o sentido de liberdades e interesses individuais do que o sentimento de pertença a uma comunidade”, imprescindível à participação em causas coletivas.

“[...]é mais difícil você pegar tipo uma Vila Maria Alta onde as casas são de mais alto nível, tal, assim, que têm piscina [...], que ele [o morador] chega pra você e fala: “Ah, vai fazer isso [vistoria da dengue] na favela”. Aí eu falo pra ele: “Ó, o senhor me desculpa, mas na favela eles não têm caixa d’água, eles não tem nada disso, não têm piscina, então lá é muito menos provável de eu encontrar a dengue que na sua casa”, que a maior parte das vezes que você entra, essas casas com piscina ‘tão lá suja, cheia de larva; então é mais fácil você conseguir achar na casa deles, que é uma casa de pessoas com poder aquisitivo maior, do que na favela. Eu não sei por que o povo implica tanto com os coitados da favela, eles não têm caixa d’água...Entendeu? Eles têm o quê? Aqueles tambor pequeno onde eles acumula água que praticamente todo dia é trocado porque todo dia eles tão usando aquela água (sic). Então, não dá tempo do mosquito criar, coisa assim; essas casas maior é mais...então às vezes você encontra algumas pessoas assim, tal, mas aí você começa a conversar com a pessoa e tal, e aí a pessoa acaba até depois te agradecendo de você ter ido lá mostrar onde é que tava os defeitos na casa dele, onde tinha os problemas na casa dele.” (Joana)

“Hoje as pessoas são cada vez mais individualistas, cada vez mais primam o seu próprio conforto, individual, em detrimento do coletivo; então quando a gente vê cada vez mais carros enormes trafegando na cidade pra transportar uma pessoa, duas pessoas, [...] vai na

contramão do desenvolvimento, qualidade de vida, e cada vez mais...Árvore, ela é considerada um bem de domínio público, a partir de cinco centímetros a 1,30m do solo ela é bem de toda a população, não só do indivíduo que tem aquela árvore, mas ele só se preocupa com os prejuízos que a árvore causa a si, e não os benefícios da coletividade. Isso é completamente relacionado com esse modo de vida de ganhar, ganhar, ganhar e quanto custa ter uma árvore?” (Adeliana)

“Eu acho que interfere sim, porque, assim – é...cê tá perguntando sobre se o nosso modo de vida interfere na comunicação sobre meio ambiente que chega até nós, né? Nós, brasileiros. Interfere, porque eu acho que o Brasil ainda tá muito distante de um modelo onde as pessoas possam sobreviver, trabalhar, e ao mesmo tempo pensar no seu meio, no seu meio físico, no seu meio cultural, no seu meio social. Nós teríamos que singrar aí, por, não sei, um século ou mais, pra que o brasileiro tenha espaço pra não pensar só em sobreviver.[...] Então acho que essa comunicação a respeito da questão socioambiental no Brasil ela fica a desejar porque as pessoas ‘tão mais preocupadas com sobreviver.’” (Cleverson)

Foladori (2001) é taxativo ao dizer que unicamente após a resolução das contradições sociais haverá algum sentido em propor alternativas técnicas para solucionar os problemas ambientais. Segundo ele, a insistência atual nos limites físicos da natureza desvia o foco do problema central: a crise das relações sociais entre os seres humanos.

Higuchi e Kuhnen (2008, p. 182) propõem a revisão da relação com a natureza a partir de novas posturas éticas, com o objetivo de gerar “um novo tipo de desenvolvimento, talvez menos individualista, mais comunitário e cooperativo”. Coimbra (2004, p. 546) sugere questionar os modelos alienígenas de desenvolvimento e padrões de consumo que prevalecem “sobre a consciência ecológica, e assim sobre a consciência ética, social e cidadã”. Para ele, conquanto possa soar estranho falar sobre percepção ética do meio ambiente, é essencial pensar que “a ética desenvolve no espírito humano *uma percepção do valor intrínseco das coisas e das ações* que compõem o nosso universo. Com ela, o homem torna-se mais homem, mais *ser-no-mundo*” (COIMBRA, 2004, p. 549).

A abertura ao diálogo com o outro representa uma postura ética desejável para que o homem se torne “mais ser-no-mundo” e, por extensão, consiga perceber o valor intrínseco do ambiente. Outro ângulo a ser pensado, agora do ponto de vista da Comunicação Pública, é que são mais produtivos os diálogos quando se dão em direção ao que propõe Dahlgren (2009): para este autor, importa distinguir qual tipo de conversa tem potencial para ensinar a

deliberação genuína (aquela que ocorre em contextos políticos e se relaciona à solução de problemas, sendo, portanto, diferente de outros tipos de conversa, mais voltados para a sociabilidade e cujo teor é bastante variado). As conversas nas quais se pode recolher o “protopolítico”, segundo ele, são as que oferecem maiores possibilidades de ensejar engajamento e participação cidadã – desde que a Espiral do Silêncio (NOELLE-NEUMANN, 1993, citada por DAHLGREN, 2009) gerada pelo discurso majoritário não os intimide.

Adeliana agrega uma observação interessante sobre a conversação, vista do ângulo do servidor público, no momento de execução de um projeto em logradouro público:

“Se o munícipe tem já uma concepção negativa, a gente não consegue mudar só com uma conversa. Não tem esse poder de persuasão, não sei se pelo palavreado usado, pelos termos que a gente às vezes até muito técnicos talvez use quando vai abordar, ou pela forma mesmo de ‘tá se abordando isso. [...]...quando a gente tá em campo, ou a pessoa quer, ou ela não quer. Não tem uma, assim, ‘Ah, não eu não quero’ , ‘Mas vamos conversar’, e aí a pessoa passa a querer. É bem difícil, é raro acontecer isso.” (Adeliana)

Berna (2010a, p. 2) confirma: “nem toda a informação ou o melhor plano de comunicação ambiental do mundo irá convencer quem não quer ser convencido nem sensibilizado”. Argumenta, por essa razão, que uma política de comunicação ambiental não pode partir do zero, mas deve pesquisar a percepção que os diferentes públicos já trazem consigo e, a partir desse ponto, “estabelecer uma estratégia para identificar quais os públicos são os mais prioritários, que tipo de mensagem e linguagem serão mais apropriados, que veículos deverão ser empregados, que campanhas devem ser prioritárias”. O ambientalista também insiste em que “a cada período, uma nova pesquisa deve ser efetivada a fim de avaliar se a política de comunicação está sendo eficaz, redefinindo prioridades e aprendendo com os erros”.

Passemos agora à análise de outra mediação:

Gráfico 34B – 2º da série – Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano

Essa forma de ajudar alcança crença de mais de 40% dos moradores, embora também represente dúvida para quase 40% deles. O servidor Cleverson acredita no potencial das lideranças e desenvolve até mesmo um projeto para incentivá-las, mas refere também a dificuldade de se trabalhar hoje com algumas delas:

“Eu penso isso, que precisa sempre ter alguma liderança. É meio estranho, né, a gente gosta dessa questão, que eu discutia quando eu dava aula, da pedagogia participativa.[...] Então eu vejo que a estratégia pra que nós, seres humanos, do terceiro mundo, possamos acreditar na construção desse meio físico e social – não sei se é o ideal, mas mais harmônico, vai levar um certo tempo e vai exigir esforços de lideranças que tenham capacidade de catalisar apoios, gerar células – é um projeto que eu tenho que chama ‘células revitalizadoras e multiplicadoras’ –, gerar células revitalizadoras e multiplicadoras.” (Cleverson)

“Hoje eu sei tá muito mais difícil trabalhar com a liderança, as lideranças populares, porque existe a liderança proativa e existe a liderança reativa. Que... até ameaça a gente de morte – ameaça.” (Cleverson)

De certo modo, a última fala de Cleverson sinaliza um temor que também pode estar presente entre os cidadãos do distrito Vila Medeiros, mas somente uma pesquisa mais focada nessa questão esclareceria quais e de que tipo são as lideranças a quem o cidadão poderia recorrer nessa área ou os motivos pelos quais ele deixa de recorrer.

Gráfico 34C – 3º da série – Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano

A dúvida em relação à funcionalidade do Conselho Ambiental, este que seria a instância participativa mais focada no cuidado com o meio ambiente do distrito, pode ter relação com múltiplos fatores, alguns dos quais listamos aqui: a) talvez a maioria desconheça a existência do conselho, pois ele é relativamente recente – iniciou-se em 2013 a segunda gestão – e não conta com verba própria para divulgação e atividades em geral; um pequeno grupo de empresários, liderados por um ou dois com real interesse ambiental, são os que buscam verbas junto a seus pares para a confecção de cartazes, por exemplo; b) durante a primeira gestão, os poucos moradores que compareceram às primeiras reuniões experimentaram alguma compressão típica da Espiral do Silêncio (NOELLE-NEUMANN, citada por DAHLGREN, 2009) e passaram a não comparecer mais⁹⁵; c) o conselho ainda não é valorizado tanto quanto deveria por alguns representantes do poder público que deveriam estimulá-lo, participar dele e encarregar-se de buscar maior participação popular.

⁹⁵ Isso ocorreu também com alguns dos conselheiros eleitos, o que, entre outros problemas de ordem comunicacional, contribuiu para desistirem definitivamente de participar ou permanecerem apáticos nas reuniões às quais compareciam.

Os nossos entrevistados, porém, sendo todos engajados nas questões de meio ambiente referentes ao distrito, acreditam no CADES (Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz) como um canal capaz de gerar mudanças socioambientais significativas, como confirmam os excertos abaixo:

“[...]os núcleos de defesa civil são núcleos que têm um ou dois representantes por áreas que têm risco, risco urbano. Nesses quinze anos eu senti que esse grupo se esvaziou um pouco. Pode ser um fenômeno, por conta da necessidade de sobreviver; pode ser que a gente tenha falhado no processo de [des]continuidade, mas eu acho que agora, com a criação do CADES, a gente tá terminando essa gestão e iniciando a segunda gestão, a gente tá congregando um melhor grupo, um grupo mais interessado de pessoas que, apesar de não ser um grupo grande – né, Sandra? – mas as nossas reuniões, todas as segundas-feiras do mês, à noite, elas ‘tão trazendo pelo menos um espaço pra se pensar e trazer as ideias que as pessoas tão tentando desenvolver. Então. Eu vejo que o CADES, ele tá propiciando essa movimentação.” (Cleverson)

“[...] todos os projetos os programas que a gente tem pra essa área vêm do Conselho Regional. [...] É um canal bom que o poder público tem com a comunidade.[...] a gente acredita que o conselho é o caminho, é o canal que a gente tem perante as organizações também”. (Odair)

Gráfico 34D – 4º da série – Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano

Gráfico 34E – 5º da série – Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano

Permanece a dúvida do morador, segundo os dados de ambos os gráficos, sobre a participação em instâncias cidadãs que podem fazer a diferença em termos de saúde pública e meio ambiente, inclusive segurança ambiental. As falas anteriores da conselheira Silvana sobre o canal de participação ‘Conselho Gestor de Saúde’, o qual padece com a falta de voluntários que dele queiram participar, indicam que o conselho constitui-se um necessário momento de encontro, no qual ela acredita muito para o empoderamento do cidadão:

“Eu acredito muito no encontro, eu acredito muito no encontro das pessoas. Eu acho que quanto mais conselhos a gente conseguir criar, conselhos que tenham uma representatividade não só do cidadão, mas dos gestores, do trabalhador. Eu acho que é através dessa organização tripartite, bipartite, que não tenha só um interessado”. (Silvana)

Trata-se, no caso das reuniões de conselhos (de saúde, de segurança, tutelares e de meio ambiente), de um voluntariado mínimo caracterizado pela frequência a apenas uma reunião mensal, na maior parte do tempo de gestão. Ainda assim, há, como disse Silvana, grande dificuldade em conseguir quem participe. Em nosso referencial teórico, Bell (2000) enaltece o voluntariado como instância indispensável à deflagração de processos participativos. Este autor também afirma que o voluntariado reúne condições para manter uma coesão social que permita o engajamento dos indivíduos.

Vejamos os sentidos em circulação quanto à participação voluntária em ONGs e outras associações/entidades locais:

Gráfico 34F – 6º da série – Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano

Os respondentes continuam com dúvidas em relação aos canais de participação que dependem tanto de iniciativas individuais quanto coletivas, mas, no caso das ONGs, há um percentual maior de crença em sua eficácia do que na da maioria das outras opções oferecidas. A exceção, até aqui, ocorre na opção *falar com um líder comunitário que tenha contato com o poder público*, que permanece com índice maior de aprovação e que, grosso modo, também se liga ao trabalho em instituições não governamentais, na maior parte das vezes. Em termos de fluxos comunicativos, verificamos que embora a população registre sua crença na eficácia das ONGs como ponte comunicacional entre o cidadão e as ações ambientais públicas ou privadas, apenas três pessoas declararam receber informações ambientais advindas dessa fonte, na questão ‘Como fica sabendo das atividades / ações desenvolvidas pelo poder público em favor do meio ambiente local?’.

Gráfico 34G – 7º da série - Dúvidas e certezas dos moradores quanto a formas de participação em ações de cuidado urbano

A crença na *participação em uma associação qualquer que tenha entre suas metas cuidar do meio ambiente* é relatada pela maioria dos respondentes, entretanto não vem acompanhada da participação dessa mesma maioria, como perceberemos em breve. Os motivos da não participação podem assumir variada gama (neste rol inclua-se a possível inexistência de associações das quais participar), todavia gostaríamos de registrar a contribuição de Sêga na análise desse tipo de postura:

O pesquisador lembra que há pessoas que “tendem a excluir certas informações e apegar-se a outras menos importantes” – seriam os “sábios ingênuos”, os quais “conservam todas as informações que lhes confirmam e se livram de todas as que lhes invalidam” (SÊGA, 2000, p. 131-132). Segundo este professor, pesquisas sociais demonstram a existência de uma certa impermeabilidade à informação. Talvez muitos moradores acreditem na importância de participar de alguma associação/entidade empenhada no cuidado com o ambiente, mas relutem em associar esse conhecimento à prática porque, em linhas gerais, consoante

Loureiro, Layrargues e Castro (2008, p. 31), “a grande maioria da população jamais participou de alguma forma de organização social que vise a promoção da qualidade de vida”.

Os dados do quadro abaixo comprovam o acanhado envolvimento dos habitantes de Vila Medeiros com instâncias participativas de diferentes perfis:

Tipo de instituição	Instituições citadas
um clube local	Academia Vigor e Físico(1)/Amigo(1)/Clube Escola(1)/ Clube Darcy Reis(1)/Clube Guapira(1)/ /Lagoa(1)/Sesc Santana(1)/St. Moritz(1)/Thomaz Mazzoni(1)/ Igreja São José (1) [inserida como 'clube' pelo respondente. Pode haver algum clube cultural ou de outra natureza nas dependências da igreja]
uma igreja ou uma associação religiosa do bairro/da região	Amando Vidas (1)/Assembleia de Deus(3)/CEAMO(Comunidade Evangélica Apascenta Minhas Ovelhas)(1)/Igreja Católica Pq Edu Chaves(1)/Igreja Evangélica(1)/Igreja Nossa Sra. do Loreto (6)/Igreja Mundial(1)/Igreja Santo Antonio de Lisboa(26)/Igreja Nossa Sra. da Livração (1)
uma escola do bairro (como aluno/professor, funcionário/pai, mãe, responsável por aluno)	Aliado(1)/Carmosina(1)/Hélio de Souza(10)/Lazi(1)/Suely Niccolozzi(9)/Isaac Newton (3)/Victor dos Santos Cunha(4)/Dr. Justino Cardoso(16)/EMEF Lourenço Filho(2)/Senador Paulo Egydio(1)/Maria Antonieta de Castro(1)/Eurípedes de Castro Faria Lima(1)/Zamenhof(1)/Prof. Sebastião de Souza Bueno(4)/El Super Heróis(1)
uma cooperativa de catadores de recicláveis	(7) Não foram citados nomes
uma rede social	Facebook(22)/Twitter(1)/Instagram(1)/Blog-Agenda21 do Vale (1)/APGAM (1)/CICAS(1)/Sinfonia de Cães(1)/Rede dentro do Facebook(1)/Facebook Grupo Vila Ede/Meio Ambiental(1)/Não lembra o nome(1)
uma quadra ou associação esportiva	Bola de Prata(1)/Darcy Reis(1)/Doricar(3)/Pq do Trote(1)/Thomaz Mazzoni(1)/Não lembra o nome(1)
um conselho regional - de meio ambiente, saúde, segurança ou tutelar.	AMA(1)/CADES(4)/Conselho Gestor- Hospital V. Maria (1)
uma associação cultural	CICAS(1)/Sociedade(1)
uma associação de moradores	SAPEC –Guançã-Cabuçu(1)/Sociedade(1)
um movimento social	Encontro de Casais com Cristo(1)/Lions(1)/Pastoral da Saúde-região Santana e Arquidiocese(1)/ SOS Edu Chaves(1)
outro tipo de participação	Pais de Família (1)

Quadro 18 – Nomes das instituições das quais os respondentes participam

Constata-se que há algumas instituições, entre as citadas, que têm relação direta com as questões de Saúde e Meio Ambiente do distrito, como os conselhos, e outras cujo foco principal é outro, mas também têm incluídas em suas agendas, em grau maior ou menor, o viés ambiental urbano, como as associações de moradores, as associações culturais, os movimentos sociais. Observa-se, porém, que o índice de participação declarado é bastante baixo (os números entre parênteses à frente de cada nome de instituição indicam quantos referiram participação).

Percebemos, então, no distrito Vila Medeiros, a necessidade de se ampliar e fortalecer o Capital Social local, para, consoante Baquero (2011), conduzir os indivíduos ao empoderamento cidadão. Tal empoderamento será, esperamos, semente e elemento matricial de uma atitude transformadora, pautada pelo repúdio aos danos ambientais urbanos que roubam do cidadão, quase sempre silenciosamente, a qualidade de vida.

Matos (2009), uma das principais vozes a trazer à tona a discussão sobre o Capital Social no Brasil, acrescenta: envolver o indivíduo e o capital social a ele inerente depende muito do grau de confiança desse mesmo indivíduo nas instituições e nas causas com as quais porventura possa envolver-se. Se há desconfiança, há ruído em alguns pontos da cadeia comunicativa que deveria funcionar a contento para a consecução de projetos – ambientais, no nosso caso – como demonstra o excerto abaixo:

“[...] quando a prefeitura, o poder público parece que vai oferecer, as pessoas ficam meio ‘Ué, vai oferecer por quê? O que que ‘cês tão querendo?’”. A gente escuta muito ‘Ah, é por que tá na época de eleição?’, ‘Não, meu senhor, eu sou funcionária efetiva, concursada, tendo eleição ou não tendo, meu serviço é esse, eu faço isso porque eu gosto disso, eu tenho a formação e trabalho nessa área; não é por conta de fulano ou ciclano que a gente tá aqui’. [...] é interessante, tem essa reação também. ‘Ó, oferecendo’, né? Sempre o poder público tá...tá cobrando, né? ‘Cês tão oferecendo melhoria de qualidade de vida, como assim?’”
[risos]. (Adeliana)

Desse ponto de vista, as estratégias de comunicação, tanto no âmbito governamental quanto em outros, precisam prever mecanismos de restauração da confiança tanto nas instituições quanto em indivíduos, como os que ainda se verificam em algumas cidades menos populosas: “essa experiência que eu vivi [construção de carta de planejamento urbano] era uma cidade de 20 mil habitantes – parece que é muito mais simples. Porque são pessoas que

são todas praticamente nascidas lá e todas com interesses próximos. Eles se chamam pelo nome do pai, do avô, ainda é assim.”(Cleverson). A categoria pertencimento (MARQUES e MAIA, 2008; MATOS, 2009; LOUREIRO, 2004; MARTÍN-BARBERO, 2003) aqui se transforma no liame por meio do qual se pode reorientar a práxis cotidiana do cidadão urbano.

E se não é possível gerar um pertencimento em nível de cidade numa urbe de 11,4 milhões de habitantes, é possível fazer isso em nível local, trabalhando para reconstruir os laços de pertencimento que se perderam por inúmeros motivos. No campo de batalha constituído pelo binômio Cultura-Comunicação, Martín-Barbero (2003, p. 6) lembra que o atual cenário

exige que a política recupere sua dimensão simbólica – sua capacidade de representar o vínculo entre os cidadãos, o sentimento de pertencimento a uma comunidade – para enfrentar a erosão da ordem coletiva. Que é o que o mercado não pode fazer por mais eficaz que seja seu simulacro.(...) O mercado não pode criar vínculos sociais (...), pois estes se constituem nos processos de comunicação de sentido, e o mercado opera anonimamente mediante lógicas de valor que implicam trocas puramente formais, associações e promessas evanescentes que somente engendram satisfações ou frustrações, nunca, porém, sentido. O mercado não pode engendrar inovação social pois esta pressupõe diferenças e solidariedades não funcionais, resistências e dissidências, enquanto o mercado trabalha unicamente com rentabilidade. (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 6, grifo do autor)

A inovação social a ser alcançada por meio da internalização de uma visão ambiental de mundo passa, conforme Loureiro (2004, p.132/133), pelas mediações que vinculam o indivíduo tanto ao imediato vivido quanto às questões globais. Inexiste a ‘cidadania planetária’ “sem que o indivíduo crie o senso de pertencimento e seja cidadão de algum lugar e cidadão de um estado-nação, exercitando e redefinindo o próprio sentido de cidadania”.

Redefinir um estilo de cidadania de maneira a que nele caiba o interesse pela transformação ambiental em favor da qualidade de vida requer levar em consideração a problemática acerca do local e do global colocada por Castells (2003). Para o estudioso, o problema basilar que se impõe é: de que maneira, a partir do local, faz-se possível controlar o global?

Como, a partir de minha vivência e de minha relação com meu mundo local – que é onde estou, onde vivo –, posso opor-me à globalização, à destruição do meio ambiente, ao massacre do Terceiro mundo em termos econômicos?

(CASTELLS, 2003, p. 278)

Enquanto Manuel Castells sugere que a prática da hiperconectividade pela internet pode alavancar o grau de participação popular na configuração dos sistemas de representação locais, desde que a interação seja transparente, não marcada por viés manipulador, Matos

(2006) aponta para a importância do fator *accountability* e a reduzida atenção que a ele se dá hoje na programação midiática. Segundo a autora, a valorização da prestação de contas torna possível reaver a confiança do cidadão nos processos democráticos, e isso pode contribuir tanto para o seu engajamento quanto para o avanço democratizante da Comunicação Pública. No que tange à Comunicação Pública de cunho ambiental, é bom lembrar também que a população engaja-se, no entanto isso só ocorre se ela tiver uma função no processo, segundo Jacobi (2000 e 2008). Configurar o papel dos habitantes citadinos nos processos socioambientais urbanos exige investimento em ‘responsividade’, um dos três requisitos democráticos da interface digital cidadão-Estado, segundo Silva (2011). Reproduzimos aqui sua fala, constante de nossa revisão teórica:

Considerar alguém ou algo como responsivo significa dizer que há algum nível ou algum grau de diálogo, no qual uma parte demanda resposta e outra a providencia. Pensando sinteticamente, responsividade existe quando há *alguém* ou *algo* respondendo sobre *alguma coisa* para *outrem*. Em se tratando de responsividade num sistema democrático, isso consiste em afirmar que os mandatários (agentes do Estado) devem responder aos seus mandantes (cidadãos) quando estes demandam indagações ou questionamentos sobre temas de concernência pública. (SILVA, 2011, p. 129)

A demanda de indagações ou questionamentos – sobre a qual discorre esse autor – com consequente resposta do Estado, contribui para uma vinculação *sine qua non*, bem representada em nossa argumentação pelas palavras de Loureiro (2004, p. 132): este pesquisador frisa que “as grandes transformações históricas só se concretizam quando são incorporadas ao modo de vida das pessoas e à sua existência cotidiana, vinculando o particular ao público, o microsocial ao macrosocial”.

No âmbito específico do Distrito Vila Medeiros (e de outros distritos assemelhados), uma mudança cultural dessa grandeza exige, não de um indivíduo ou de um segmento, mas do conjunto de segmentos sociais urbanos um esforço comunicacional maior que o atual. Imaginamos que um dos pontos de partida seja, como estamos tentando, analisar a produção simbólica em torno das relações de comunicação operadas na região, ‘em busca de’ e ‘com objetivo de’ uma alteração de sedimentações (socioambientais, no caso), como sugere Orozco Gómez (2006).

As respostas à questão aberta “Se quiser, pode deixar um pensamento seu sobre Comunicação e Meio Ambiente”, respondida por 70 pessoas (109 optaram por não respondê-la, o que por si já tem um significado intrínseco), revelaram diversas sedimentações: “cada um fazer sua parte”, “é preciso cuidar do meio ambiente”, “a beleza da natureza” , “a

necessidade de conscientização”, “o homem destrói o meio” são ideias que aparecem nos discursos, muitas vezes desvinculadas do trânsito necessário entre ‘conscientizar’ e ‘sensibilizar’ (conforme lemos na fala de Adeliana, mais acima, citando uma professora de Geografia para quem sensibilizar é um passo além a ser dado – apenas conscientizar, segundo a docente, não traz os frutos esperados).

Mas há, também, entre os discursos coletados, alguma inclinação em direção a uma reflexão mais politizada, mais voltada à busca de encaminhamentos e/ou à crítica pela falta deles:

- *“Precisamos nos estimular para caminhar juntos nas soluções relativas ao meio ambiente”*
- *“Para mudar o mundo a atitude tem que partir de si próprio, para refletir nos outros”*
- *“Desde 2006 observo que o grande vilão do meio ambiente em nossa cidade é o próprio poder público, porque infelizmente não conhece a palavra e a equação sustentabilidade”*
- *“Não adianta a pessoa só pensar em fazer, mas sim a pessoa tem que ter a atitude para resolver”*
- *“Ao invés de investirem bilhões em um estádio de futebol para a Copa do Mundo, porque o governo não investe não só nos bairros, como no país inteiro para melhor?”*
- *“Os moradores têm que ter consciência por que eles têm o poder de mudar”*
- *“Juntar um grupo na escola para cuidar do bairro e da escola”*

Das setenta pessoas que deixaram algum pensamento por escrito, algumas escreveram longos desabaços sobre sua insatisfação com as atuais condições de cuidado ambiental urbano e com a postura pouco ativa dos cidadãos, mas somente três se referiram à relação entre a comunicação e o meio ambiente, conforme solicitáramos no enunciado:

- *“Acho que esse assunto deveria ser mais comunicável, para as pessoas se conscientizarem um pouco mais.”*
- *“Comunicação e cuidado é algo que todos devem se conscientizar (sic).”*
- *“Sem comunicação, não há mobilização. O cuidado ambiental depende muito dos dois fatores.”*

Dos três excertos, apenas o terceiro expressa o entendimento de que a mediação promovida por diversas formas de comunicação está implicada na mobilização (ou não) para o cuidado do meio.

Sob a ótica de Orozco Gómez (2006), uma mudança sociocultural supõe necessariamente uma alteração de sedimentações na produção simbólica (a qual demanda seu tempo); para nós, como afirmam os argumentos que reunimos, a ‘transfiguração’ de representações socioambientais conecta-se também e indubitavelmente ao empoderamento cidadão.

O empoderamento do cidadão face às questões ambientais urbanas pode ser fortalecido por diferentes caminhos, tanto no plano individual quanto no plano coletivo, mas depende, para alcançar patamares capazes de reverter agravos ambientais recorrentes, de um amplo trabalho educacional que auxilie o morador a compreender que é um direito seu ter um ambiente saudável e que também é um direito seu, bem como dever, empoderar-se para mergulhar nessa luta. No momento, sentimos, em nossa pesquisa, que esse senso de empoderamento cidadão está aquém do desejável, como comprovam os dados abaixo:

PARA INFLUENCIAR EM DECISÕES AMBIENTAIS RELATIVAS AO MEU BAIRRO, EU ME SINTO UM CIDADÃO...			ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL RESP.		RANKING
			F	%	F	%	F	%	F	%	
COM TOTAL PODER			7	12,28	4	6,45	15	25,00	26	14,53	3º
COM BASTANTE PODER			3	5,26	7	11,29	9	15,00	19	10,61	5º
COM POUCO/ALGUM PODER			23	40,35	27	43,55	19	31,67	69	38,55	1º
SEM PODER			18	31,58	21	33,87	16	26,67	55	30,73	2º
NÃO RESPONDERAM			6	10,53	3	4,84	1	1,67	10	5,59	4º
MAIORES VALORES DE CADA GRUPO		PRIMEIRA RESPOSTA MAIS ASSINALADA			SEGUNDA RESPOSTA MAIS ASSINALADA				TERCEIRA RESPOSTA MAIS ASSINALADA		

Quadro 19 - Empoderamento cidadão face às questões ambientais locais

A maioria dos respondentes considera-se *com pouco/algum poder* para influenciar em decisões ambientais relativas ao seu bairro. Somando-se os valores concernentes às opções *com pouco/algum poder* e *sem poder*, notamos que quase 70% dos respondentes parece não encontrar canais de participação por meio dos quais seja possível conseguir empoderamento suficiente para interferir nos rumos ambientais da região. Isso nos faz retornar ao argumento

de que existem lacunas nos circuitos de comunicação pelos quais desliza o conteúdo com algum potencial de fortalecer a democracia ambiental no distrito Vila Medeiros pela via da participação cidadã.

As formas de encorajar o morador à ação dependem, em grande parte, não apenas da percepção de algumas representações que ele tem do meio hoje, mas também do quanto a escola, as igrejas, as instituições não governamentais, o empresariado, o poder público sejam capazes de traçar estratégias conjuntas (e não) de comunicação ambiental que questionem essas representações e o ajudem a linear novas formas, mais vigorosas, de agir.

Nossa pesquisa, de algum modo, pôde contribuir para a geração de algum interesse na temática entre boa parte dos respondentes – o que já se constitui não um ponto de partida, mas um pequeno passo a mais, que imaginamos adiante poder compartilhar com o maior número possível de moradores do distrito. Essa assertiva vem, naturalmente, embasada por dados colhidos durante a atividade com questionários e durante as entrevistas, nas quais os servidores comentaram a necessidade de diálogo entre a universidade e o mundo extra universidade, com vistas a uma efetiva contribuição social.

“[...] eu acredito que todo e qualquer trabalho que a gente faça, mesmo que dentro da área acadêmica, ele serve de subsídio pra que a gente possa trazer pro dia a dia, pra prática nossa.” (Silvana)

“A gente espera assim, eu também já fui da vida acadêmica, e uma coisa - quando eu ‘tava na vida acadêmica – uma coisa que eu sentia era a distância da academia com a ação lá do outro lado. Então eu acho que o pessoal que tá na ação tem a faca e o queijo na mão pra pesquisa, pra poder fazer essa interação e tá tão preocupado em sanar os problemas da população, e tal, que a parte do estudo mesmo fica um pouco prejudicada. Então às vezes parece que a gente fica fazendo um trabalho de louco ali, dando tiro no escuro sem um planejamento que poderia ser maior, tal, se tivesse esse elo com a academia. E por sua vez também a academia – é uma coisa que foi discutida no simpósio que a gente teve no ano passado, simpósio de vigilância em saúde – teve uma mesa redonda só pra discutir essa união da saúde com... – das instituições públicas de serviço com a academia; que essa união seria muito boa – que é essa que ‘cê tá tentando fazer aqui agora, né, conversando, dialogando e vendo onde que a gente pode tentar mexer e tentar sanar os problemas e melhorar um pouquinho mais a vida, tá?” (João)

Essas falas nos encheram de ânimo. Também nos enchemos de ânimo durante a atividade com questionários, quando percebemos majoritárias em todos os grupos as indicações de interesse em conhecer os resultados da investigação (apesar de os jovens do ensino fundamental não terem ficado tão entusiasmados quanto adultos e jovens do ensino médio com essa possibilidade⁹⁶):

Gráfico 35 – Gostaria de ser informado (por e-mail, telefone ou correspondência impressa) quando os resultados desta pesquisa estiverem disponíveis para consulta?

A proposta de compartilhamento dos resultados da pesquisa com os participantes e com os demais moradores da região representa para nós o início de mais um percurso interdiscursivo de múltiplas dimensões (CITELLI, 2012) que contribuirá, de acordo com os parâmetros da Educomunicação (SOARES, 2011), para orientar nossa práxis social como cidadãos interessados em

instaurar uma prática de busca e entendimento dos processos constituidores dos sentidos, algo comprometido com o encontro das estruturas significativas, sejam elas de puro deleite, prazer difuso provocador do riso, sobriedade analítica, seja mesmo *a necessária resposta social que pede participação e envolvimento transformadores*. (CITELLI, 2004, p. 17, grifo nosso).

⁹⁶ O que também representou para nós alguma surpresa, ou estranheza, pois normalmente os mais jovens são os mais curiosos. Sobreveio-nos certa inquietação: estaríamos, na escola, “matando”, no sentindo mais próximo do literal, a curiosidade de nossas crianças?

8. Conclusão

Os trânsitos discursivos multidimensionais examinados ao longo da presente pesquisa apontam para lacunas nos fluxos de comunicação ambiental operados do poder público em direção aos cidadãos, dos cidadãos em direção ao poder público, entre os cidadãos e nas trocas que envolvem instituições/entidades, no lócus de pesquisa. Também foi possível verificar uma lacuna no que tange ao empoderamento dos munícipes para questionar representações sociais sedimentadas, cuja ancoragem freia/desestimula ou não permite ações ambientais proativas.

Logo, verificamos por meio da pesquisa a necessidade de potencializar a chegada, a interpretação e a transformação da informação ambiental urbana no distrito, de maneira a construir ou restaurar os elos que possibilitem a reflexão e a ação proativa dos moradores. Em referência à participação dos segmentos populacionais urbanos, do poder público e das instituições não públicas nesse processo, vemo-la como essencial a partir de alguns achados básicos: o cidadão de Vila Medeiros valoriza a ação em favor do meio, mas esta não o acompanha, uma vez que os moradores conservam representações sedimentadas as quais praticamente eximem os seres humanos da responsabilidade sobre o meio e os excluem da sua própria integração com o ambiente.

Ademais, constatamos que o contato prejudicado do morador com o poder público, assim como a lacuna verificada nas informações que este faz chegar aos moradores carecem de ações educacionais urgentes, que possam reparar o problema do contato praticamente interrompido. A contribuição da escola em tal processo é essencial, entretanto nela percebemos ausências que provavelmente interferem de modo negativo na apropriação crítica da informação ambiental e subsequente intervenção concreta.

Uma dessas ausências diz respeito ao distanciamento entre as práticas propostas pelo ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) e as respostas dos jovens. Estão eles nas escolas, percebem o entorno, mas não se tornam protagonistas em busca de transformação do espaço urbano prejudicado. Embora os servidores públicos entrevistados acreditem no potencial da escola para conscientizar e sensibilizar acerca da qualidade do meio (nós também acreditamos nisso) e embora relatem mudanças no entorno após projetos nos quais se envolveram estudantes, o alcance das iniciativas do poder público restringem-se no distrito. E é possível inventariar os motivos pelos quais isso acontece: a) o número reduzido de projetos

concretizados no distrito em razão da falta de demanda e da falta de equipes múltiplas que possam suprir demandas maiores; b) a falta de investimento público na ampliação, capacitação educomunicativa e autonomia de deslocamento das equipes já existentes; c) a falta de equipes educomunicativas ou de profissionais formados em Educomunicação que auxiliem as equipes de Educação Ambiental em seus projetos; d) a possível prática reducionista de ensino no âmbito da Educação Ambiental praticada nos estabelecimentos escolares da região, que contribuiria para uma visão distanciada do meio ambiente urbano, como se dele a escola e os jovens não fizessem parte.

Outro achado de nossa pesquisa consiste no fato de que parece emergencial buscar formas de comunicação ambiental baseadas tanto nos meios tradicionais quanto nos meios digitais, sobretudo a internet. Em relação a esta, nossa investigação revelou que a supervia global tem posição incerta quanto a incentivar a proatividade no campo ambiental urbano. Os mais jovens, por exemplo, afirmaram receber informação ambiental local pela internet, conferiram-lhe importância como meio de difusão de conteúdo ambiental, mas disseram não acreditar na eficácia das mensagens de alerta e convocação em trânsito na rede.

Quanto aos mediadores “individuais diretos”, apuramos que a conversa é a principal forma de conhecimento sobre fatos locais relativos a meio ambiente, portanto faz sentido pensar que as equipes educomunicativas sugeridas há pouco sejam capazes de gestar a conversa protopolítica ambiental no distrito. Quanto aos “meios impressos locais”, destacaram-se menções ao papel dos jornais de bairro, cuja contribuição carece de ampliação. Imaginamos que a partir da informação gerada nos meios de grande porte e nas publicações especializadas, uma vez tratadas por olhar educomunicativo, seja possível alimentar (melhor) os fluxos comunicacionais de menor porte no distrito.

Torna-se viável, sob esse olhar educomunicativo, reduzir deficiências nos trânsitos discursivos multidimensionais de natureza ambiental em curso no distrito pesquisado. O maior aproveitamento, por parte da administração municipal, de fluxos de comunicação ambiental que chamem a atenção do morador, incentivando-lhe a participação interessada, parece medular nessa discussão. O engajamento tem sido pífio porque as tentativas de trazer o munícipe à participação são tímidas em relação às reais necessidades ambientais do distrito e também em razão da falta de sentido que os moradores hoje enxergam nessa participação, já que poucos declararam seu envolvimento (e já que muitos simplesmente se recusam a participar).

Com relação à formulação de demandas, esta advém somente da parte de um morador cujo sentimento de pertença em relação a seu bairro seja suficientemente forte para movê-lo nessa direção, de modo a que chegue a tomar decisões acerca do campo ambiental urbano – ao menos em nível local, se não quisermos pensar em engajamento do tipo “cidadania planetária”. O sentimento de pertença parece-nos enfraquecido no distrito, dado o não envolvimento da maioria com alguma atividade em favor do meio, mas pode ser “reanimado”. Outra intervenção importante, notamos através de uma das falas dos entrevistados, é trabalhar o modo como alguns servidores públicos enxergam a participação da população nos processos decisórios locais, auxiliando-os a “aceitar” a participação do cidadão na tomada de decisões.

Outrossim, se o munícipe não sente hoje que a comunicação ambiental em circulação no distrito gera resultados concretos para sua qualidade de vida, há um elo quebrado que precisa ser “recolado”. Seriam bem-vindos grupos de discussão coordenados por educadores, trabalhando simultaneamente em diversos equipamentos sociais locais, na tentativa de reescalonar as representações ambientais correntes. Tal trabalho poderia sanar deficiências quanto aos fluxos de comunicação sobre o meio em circulação na região da pesquisa ou quanto à interpretação desses mesmos fluxos, colocando o morador em contato com reflexões e ações de cunho socioambiental. Esse encaminhamento aparenta grande potencial para trazer de volta (ou criar) a “dimensão estratégica da comunicação” (CITELLI, 2011), atualmente prejudicada no distrito.

Acrescentando um ângulo, o trabalho da mídia na construção de políticas ambientais urbanas recebeu crédito e demanda por parte dos respondentes, o que reforça a essencialidade de seu papel nos processos de reparação do meio na urbe. Da mesma maneira que a mídia colabora para cristalizar algumas representações “dogmáticas” do meio ambiente, pode trabalhar para questionar costumes coletivos e individuais e ajudar o cidadão a rumar em sentido contrário ao reducionismo imobilizante.

Observamos, entretanto, que além das referências midiáticas “transformadas” as quais seriam muito bem-vindas, há a necessidade paralela de que os movimentos sociais e igrejas sejam mais acionados para o desenvolvimento de projetos socioambientais locais. Ainda que a maioria dos munícipes não esteja totalmente certa de que as igrejas, por exemplo, podem contribuir, cremos importante levá-los a refletir sobre essa possibilidade. Quanto aos movimentos sociais, há inclinação dos munícipes a acreditar mais em seu potencial para ensejar mudanças socioambientais, porém ficou claro em nossa pesquisa que a maioria

desconhece as instituições locais que desenvolvem trabalhos com foco ambiental, com o agravante de que, na verdade, parecem ser bem poucas ou inexistentes.

Por fim, diante do obstaculizado fator “empoderamento cidadão” no distrito (apuramos que quase 70% dos respondentes não encontra canais de participação, ou, se os encontra, não se sente estimulado a fazer uso deles), propomos, além da inclusão de equipes educativas nos quadros públicos e nos de outras instituições – não necessariamente públicas mas que pretendam contribuir para a causa – a “repensagem” do modo de utilizar TV/rádio/mídia impressa local/internet e até os mecanismos de interface que unem os primeiros à escola. Tal revisão far-se-ia de maneira a extrair dessas formas, desses meios de comunicação, “vinho novo” a ser amadurecido pelo cuidado coletivo com o espaço que é de todos.

A discussão promovida e as conclusões ora reunidas permitem-nos considerar testadas as hipóteses que levantamos nos primeiros passos da pesquisa: quanto à hipótese central, confirmamos que existem, sim, lacunas consideráveis nos fluxos de comunicação ambiental em circulação no distrito Vila Medeiros. Quanto às hipóteses secundárias, todas tiveram confirmação parcial ou total ao cabo do trabalho investigativo, aclarando os seguintes tópicos: a) existe recepção do munícipe em relação aos fluxos de comunicação ambiental circulantes na região, porém tal recepção ainda se encontra em nível de superfície – do que deriva uma certa impermeabilidade a esse tipo de informação e, por extensão, proatividade diminuta entre os moradores; b) os moradores do distrito não recebem informações suficientes para que conheçam melhor e se estimulem a participar da transformação ambiental de seu bairro; c) inexistem educadores socioambientais capacitados para ir sistematicamente ao encontro dos moradores, seja em sua casa, seja nas escolas, nas igrejas, em associações, no comércio etc. d) atividades relacionadas a Educação Ambiental/Educomunicação Socioambiental promovidas pelo poder público na região carecem de ampliação de pessoal e de trabalho sinérgico envolvendo não apenas os moradores mas as instituições (em geral) operantes no distrito, a fim de acelerar a replicação de tais ações; e) a obnubilação do sentido de coletividade, associada às dificuldades de comunicação verificadas na pesquisa, reduz ainda mais o interesse dos moradores pela reversão das mazelas locais.

9. Considerações Finais

Diante de um panorama global de crescente sensibilização para as questões que envolvem o meio ambiente, deparamo-nos com óbices complexos no que tange à apropriação da comunicação ambiental por parte do homem urbano – especialmente aquele que habita a área geográfica na qual se desenvolveu nossa pesquisa.

Tais óbices criam uma espécie de “jogo de esconde” protagonizado pelo poderio econômico característico do capitalismo de alto consumo, no qual importa muito a criação/manutenção de valores socioambientais puramente representativos, no sentido menos nobre da palavra. O real quase nunca é analisado e transformado, embora seja nebulosamente percebido pelas audiências massivas.

Vale dizer, mantém-se a todo custo o modelo mercadista a ditar como se alcançará a sustentabilidade no interior de um sistema em que o paradigma arraigado é aquele vinculado à obsolescência planejada (das mercadorias e, extensão mais recente, do próprio ser humano). Nesse cenário, é possível notar a contribuição de certos fluxos comunicativos advindos da mídia, a reverberar a visão de ambiente como lugar de “exploração” e não de “construção-reposição-(con)vivência”, embora as ideias sejam cuidadosamente revestidas com frases de efeito “sem efeito”.

Assim, recebemos diariamente mensagens-amálgama, de fontes diretas ou difusas – do empresariado, do poder público e das instituições (públicas e privadas) –, que refletem a valorização do termo ‘qualidade de vida’, mantendo-o, porém, atrelado ao consumo inveterado de bens materiais. Destarte, cresce entre os que habitam grandes centros urbanos um mal-estar indefinido – marcado, em nossa pesquisa, pelo desconforto relatado pela maioria dos moradores ao caminhar pelas ruas de seu bairro.

Isso nos conduz a ponderar propostas de redirecionamento da vida coletiva que logrem descolar-se do atravessamento imposto pela ‘diligência mercadista’. Para tanto, é mister pensar a função da Educomunicação no quadro socioambiental das grandes urbes, como chave-mestra capaz de aproximar o cidadão de mecanismos reflexivos e deliberativos relacionados com a problemática glocal em torno do cuidado com o meio ambiente.

Os encaminhamentos situados na interface Comunicação-Educação podem contribuir para: a) ensejar motivação para a busca de sentidos despidos do véu cintilante disposto pelo

mercado à frente de qualquer reflexão mais questionadora sobre o meio; b) solicitar ações mais abrangentes do poder público em direção ao aprimoramento dos modelos administrativos que têm como função promover a coparticipação do cidadão em projetos para a reversão de agravos ao ambiente; c) encorajar tanto os homens públicos quanto os cidadãos comuns a enfrentar interesses econômicos de grupos que ferem o direito, individual e comunitário, a uma existência saudável – isso precisa ser pensado ainda que a maioria dos indivíduos e comunidades urbanas não tenham despertado totalmente para a ‘cobrança ambiental’; d) promover transformações em contextos escolares, que conduzam à percepção de que a escola não está desconectada de seu entorno e por isso pode e deve contribuir para repensá-lo, mormente nos bairros onde os agravos ambientais são mais gritantes.

A internalização de valores capazes de realimentar a proatividade cidadã no plano socioambiental depende, em larga escala, de processamento retroalimentador – individual, coletivo e acadêmico – dos estímulos (a favor e também contra o meio urbano), com devolutiva à sociedade. Novas pesquisas e experimentos são, portanto, bem-vindos nesse sentido. No contexto sugerido, a análise dos trânsitos discursivos multidimensionais em torno dos problemas ambientais metropolitanos guarda força exponencial para redimensionar a participação e o empoderamento cidadão – estes que os dispositivos de comunicação podem, desde sempre, proporcionar aos sujeitos pensantes.

10. Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. In: **Revista Outra Travessia**, eISSN 2176-8552, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/issue/view/1201/showToc>. Acesso em 20/04/2012.

ALGEBAILLE, Eveline. Expansão metropolitana, erosão da esfera pública e novas exigências sociais de governabilidade. In: **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, n.º. Extra 11, 245, 2007 (Exemplar dedicado a: Os problemas do mundo atual: respostas e alternativas a partir da geografia e das ciências sociais). Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2475259>, acesso em 07/12/2011, às 14h07min.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe; MORIGI, Valdir José. A rádio comunitária como prática da cidadania comunicativa. In: **Comunicação, Informação e Cidadania – refletindo práticas e conceitos**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ANEXO U. Apelos De Sustentabilidade. CONAR. Disponível em: <http://www.conar.org.br/html/codigos/todos%20os%20capitulos.htm>. Acesso em 23/5/2012, às 15h 28 min.

BACHELARD, Gaston. **O Racionalismo Aplicado**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. Tradução de Nathanael C. Caixeiro.

BANKS, Marcus. **Dados Visuais para Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 21, Nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>. Acesso em 09/12/2011, às 15h18min.

_____, Marcello; BAQUERO, R. V. A. Capital Social e Empoderamento como construtores de uma cidadania plena em sociedades em desenvolvimento. In: **Comunicação e Política: capital social, reconhecimento e deliberação pública**. São Paulo: Summus, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin. W. e GASKELL, George. (eds.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELGIOJOSO, Alberico B. (org.). **Milano: qualità della città e progettazione urbana**. Milano: Mazzotta, 1988.

BELL, Daniel. “American Exceptionalism” Revisited: The Role of Civil Society. Rowan & Littlefield Publishers. : Rowan & Littlefield Publishers, 2000.

BERNA, Vilmar Sidnei Demamam. D. **Comunicação Ambiental: reflexões e práticas em educação e comunicação ambiental**. São Paulo: Paulus, 2010

_____, Vilmar. Dez Mandamentos da Comunicação Ambiental. 2010a. Disponível em: <http://www.escritorvilmarberna.com.br/artigos/comunicacao-ambiental>. Acesso em 21/10/2011, às 14h42min.

BITTI, Pio Ricci; ZANI, Bruna. **A Comunicação como Processo Social**. Lisboa: Estampa, 1997, 2ªed.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível**. Vol. I. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994, 8ª edição.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

_____, Pierre; PASSERON, J. C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2011

BRASIL. Congresso Nacional (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou Adestramento Ambiental?** Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, 3ª ed.

CARVALHO, Isabel Cristina de M. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, Carlos Frederico. B.; LAYRARGUES Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.) **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Editora Paz e Terra, 1999, 6ª edição, atualizada em 2006.

_____, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, D. (org). **Por uma outra comunicação**. Rio: Record, 2003.

_____, Manuel. Não basta um manifesto nas redes sociais para mobilizar as pessoas. Entrevista concedida a Roberto Dias. **Folha de São Paulo**, edição de 03/06/2013.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, 3ªed.

CIRELLI, Felipe. Conar tira do ar campanha da Petrobras e exige mudanças em filme da Net (17/04/2008). Disponível em: <http://www.portaldapropaganda.com/comunicacao/2008/04/0031>. Acesso em 04/5/2012, às 16h12min.

CITELLI, Adilson Odair. **Comunicação e Educação - A linguagem em movimento**. São Paulo: SENAC, 2004, 3ªed.

_____, Adilson Odair. Comunicação e Educação: Implicações Contemporâneas. In: **Educomunicação: Construindo uma Nova Área de Conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____, Adilson Odair. **Linguagem e Persuasão**. Editora Ática, 2007, 16ª edição.

_____, Adilson Odair. Meios de Comunicação e Educação: desafios para a formação de docentes. **Revista da Associação Latino - Americana de Investigadores da Comunicação** (ALAIIC, 2011). In: http://www.eca.usp.br/associa/alaic/revista/r5/ccientifica_01.pdf

_____, Adilson Odair. Mídia e Cidadania. In: **Marco Cultural: Questões Contemporâneas em debate**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

_____, Adilson Odair. **Palavras, Meios de Comunicação e Educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, Adilson Odair. Palestra proferida na mesa redonda *Comunicação e Culturas do Consumo: novos desafios para a Educação*. II Congresso Internacional em Comunicação e Consumo. São Paulo, ESPM, 15 e 16/10/2012.

COEP, 2010. Teste de Consumo Consciente . Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida. Disponível em: [www. Akatu.org.br](http://www.Akatu.org.br)

COIMBRA, J. A. A. Linguagem e Percepção Ambiental. In: Philippi Jr, A.; Roméro, M. A. ; Bruna, G. C. (Ed.). **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

COMITTEE on Risk Perception and Communication. The New Interest in “Risk Communication”. In: **Improving Risk Communication**. Washington, DC: National Academic Press, 1989.

CONAR – ANEXO U. Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária. Código e Anexos. Disponível em: <http://www.conar.org.br/html/codigos/todos%20os%20capitulos.htm>. Acesso em 23/5/2012, às 15h27m.

CONAR CRIA. O CONAR cria normas éticas para apelos de sustentabilidade na publicidade. Disponível em : <http://www.conar.org.br/html/noticias/070611.html>. Acesso em 24/5/2012, às 9h06min.

CONFERÊNCIA. 11ª Conferência de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas da Cidade de São Paulo. Memorial da América Latina. São Paulo, 2012.

DAHLGREN, Peter. **Media and political engagement: citizens, communication, and democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DETRAN-SP. Frota de Veículos em SP – por tipo de veículo. Disponível em: <http://www.detran.sp.gov.br/>. Acesso em 09/5/2012, às 13h44min.

DOWBOR, Ladislau. Espaço local, atores sociais e comunicação. In: Dencker, Ada de F. Maneti e Kunsch, Margarida M. K. (orgs.). **Comunicação e Meio Ambiente**. São Paulo/ São Bernardo do Campo: Intercom/ Instituto Metodista de Ensino Superior, 1996.

DOWNING, John D. H. Parceiros não comunicativos: análise da mídia dos movimentos sociais e os educadores radicais. In: Dossiê perspectivas autorais nos estudos de comunicação

VI. Matrizes: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, ano 3, n.2, jan.-jul 2010

DUVEEN, Gerard. O Poder das Ideias. In: Moscovici, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ECOLISTA on-line. Disponível em: <http://www.ecolista.com.br/ecolista/page/evol/>. Acesso em 05/12/2011, às 10h42min.

ECO 21. CRESPO, Samyra e NOVAES, Eduardo (coords.). O que o brasileiro pensa do meio ambiente. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=262>.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem, 1876. In: ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho - Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ENTREVISTA de Heitor Queiróz de Medeiros concedida ao Blog Cidadãos do Mundo, durante o VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, jul. 2009. In: <http://www.portaldomeioambiente.org.br/comunicacao-ambiental/lista-de-noticias-arquivadas/2259-especial-educomunicacao-ambiental-entrevista-heitor-queiroz-de-medeiros.html> . Acesso em 10/11/2010, às 8h25min.

EVENTO INTEGRADO: Mídia e Educação Ambiental - 2005. In: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/350358.shtml>. Acesso em 9/11/2010 às 15h23min.

FIDALGO, António. O celular de Heidegger – comunicação ubíqua e distância existencial. In: Dossiê: perspectivas autorais nos estudos de comunicação V. **Matrizes: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**, São Paulo, ano 3, n.1, ago.-dez.2009

FLICK, Uwe (coord.). **Qualidade na Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOLADORI, Guillermo. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2000. Editora da UFPR

_____, Guillermo. Limites do Desenvolvimento Sustentável. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

FOLTZ, Bruce V. **Habitar a Terra – Heidegger, ética ambiental e a metafísica da natureza**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

FOUREZ, Gérard. **A Construção das Ciências: Introdução à Filosofia e à Ética das Ciências**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília,: Liberlivro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 8ª. ed.

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2007, 35ªed.

FREITAS, Lima de; MORIN, Edgar; NICOLESCU, Basarab. Carta da transdisciplinaridade. Adotada no I Congresso Mundial de Transdisciplinaridade. Convento de Arrábida, Portugal, 2-6 de novembro de 1994. Disponível em: caosmose.net/candido/unisinos/textos/carta.pdf. Acesso em 05/6/2012, às 15h09min

FROTA. Frota de veículos em São Paulo cresce acima da média em março e amplia o "nó" do trânsito na maior cidade do país. UolNotícias, 24/04/2008. Por Ana Luisa Bartholomeu. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/especiais/transito/2008/04/24/ult5848u12.jhtm>. Acesso em 04/5/2012, às 10h43min.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. In: **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste** – campus de Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, jan-jul 2008.

FURRIELA, Rachel Biderman. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

GERAQUE, Eduardo. Ar da Grande São Paulo é o pior em oito anos. **Folha de São Paulo**, edição de 30/11/2012.

_____, Eduardo. Frota imensa e trânsito ruim ‘anulam’ eficácia de medidas. **Folha de São Paulo**, edição de 30/01/2012. 2012a.

_____, Eduardo. Grande São Paulo tem ar impróprio em 70% do ano. **Folha de São Paulo**, edição de 09/8/2011, caderno Cotidiano – C 5.

GIACOMINI FILHO, Gino. Comunicação e Qualidade de Vida. In: Dencker, Ada de F. Maneti e Kunsch, Margarida M. K. Kunsch (orgs.). **Comunicação e Meio Ambiente**. São Paulo/ São Bernardo do Campo: Intercom/ Instituto Metodista de Ensino Superior, 1996.

GOLDEMBERG, José e Oswaldo LUCON, O. **Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. EDUSP, 2008.

GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley C. M.; GOMES, Wilson. ; MARQUES, Francisco Paulo Jamil A. (Orgs). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GOOTHUZEM, Ricardo. Comunicação Ambiental e Dogma. Disponível em <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/comunicacao-ambiental-e-dogma/>. Acesso em 21/10/2011, às 14h10min.

GRINSPUN, Míriam P. S. Zippin (org). **Educação Tecnológica – desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1999.

GRIZE, Jean-Blaise. Logique Naturelle Et Représentations Sociales. **Papers on Social Representations - Textes sur les Représentations Sociales**. Vol. 2 (3), p. 1-159, 1993.

GRÜN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental – a conexão necessária**. Campinas: Papirus, 1994, 14ª ed.(2011).

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – sentidos e formas de uso**. Cascais: Princípia, 2006.

GÜNTHER, Hartmut. Como Elaborar um Questionário. In: PINHEIRO, José. Q; GÜNTHER, Hartmut. (orgs.) **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____, Jürgen. O Espaço Público, trinta anos depois. Prefácio. In: **O Espaço Público**, 1990, 17ª edição, Editora Suhrkamp. Verlag. Tradução de Felipe Chaniel e Tobias Strauman.

HANIFAN, Lyda J. The Rural School Community Center. In: *Annals of The American Academy of Political and Social Science*, v. 67, n.1, 1916, pp. 130-138. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1013498?seq=9>. Acesso em 15/6/2012, às 17h04min.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; KUHNEN, Ariane. Percepção e Representação Ambiental – Métodos e Técnicas para a Educação Ambiental. In: PINHEIRO, José. Q; GÜNTHER, Hartmut. (orgs.) **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012. Tradução revisada de Marcia Sá Cavalcante Schuback.

_____, Martin. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2012a. Tradução de Emanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel e Márcia Sá Cavalcante Schuback.

HOFFMANN, Andreas Roberto; MARCHIORI, Irani. A Comunicação Pública da Dimensão Ecológica em Produtos e Processos Produtivos. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003. Tradução de Luiz Repa.

HUTT, Michael Stewart Rees; Burkitt, Denis P. **The Geography of non-infectious disease**. Oxford, New York: Oxford Press University, 1986.

JACOBI, Pedro Roberto e TRISTÃO, Martha. A Educação Ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa: entre, através e além do ambientalismo e da educação. In: JACOBI, P. R. e TRISTÃO, M. (orgs.) **Educação Ambiental e os Movimentos de um Campo de Pesquisa**. São Paulo: Annablume, 2010.

_____, Pedro Roberto. **Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação FGV, 2000.

_____, Pedro Roberto. **Cidade e Meio Ambiente: Percepções e Práticas em São Paulo**. São Paulo: AnnaBlume, 2008, 3ª ed.

JODELET, Denise. Représentations Sociales: um domaine em expansion. In: JODELET, Denise (org). **Les Représentations Sociales**. Paris: Press Universitaires de France, 1989.

JESUS, Rogério de.; LOUZANO, Margareth. Projeto Ambiências Urbanas e Educação Pública: para além do currículo. Trabalho apresentado no III Encontro dos Conselhos

Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz e Fóruns da Agenda 21, realizado em 03 de dezembro de 2011, na Universidade Aberta do Meio Ambiente, Ibirapuera, São Paulo, capital.

JORGE, Eduardo. Palestra proferida na Universidade Aberta do Meio Ambiente, em 03/12/11, por ocasião do III Encontro dos Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz e Fóruns da Agenda 21 da cidade de São Paulo.

KISHINAME, Roberto; GRAJEW, Oded; ITACARAMBI, Paulo; WEINGRILL, Carmem. Responsabilidade Socioambiental das Empresas. In: **Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos Pós-Rio 92**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

KRASILCHIK, Myriam. Interdisciplinaridade e Integração: Conceitos, Princípios e Projetos de Pesquisa. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib. e CONTIN, Myriam Krasilchik. Processos Educativos e Mudanças Socioambientais – O Projeto e a Integração das Instituições Escolares. In: PONTUSCHKA, N. N.; KRASILCHIK, M. (coordenação); RIBEIRO, H. (edição). **Pesquisa Ambiental: Construção de um Processo Participativo de Educação e Mudança**. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____, Myriam; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Educação Ambiental: representações acadêmicas e populares do Meio. Relatório Final do Projeto Temático de Equipe. São Paulo: FAPESP, 2001.

LABORDE, Genie Z. **Influencing with Integrity – Managements Skills for Communication and Negotiation**. Palo Alto, Califórnia: Syntony Publishing, 1993.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a Gestão Ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico. B.; LAYRARGUES Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.) **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2008.

LEMO, Pedro Rocha. Políticas Públicas, Meio Ambiente e Gestão Participativa. In: PÁDUA, Elisabete M. M. de; MATALLO JR. Heitor. (orgs.), **Ciências Sociais, Complexidade e Meio Ambiente**. Campinas: Papirus, 2008.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência – o futuro do pensamento na era da informática**. Editora 34, 1997 (14ª reimpressão – 2006).

LIMA Grácia Lopes e MELO, Teresa. Educomunicação e Meio Ambiente. In: <http://educambiental.wordpress.com/2008/09/08/educomunicacao-ambiental/>. Acesso em 9/11/2010, às 16h10min.

LIXO EXTRAORDINÁRIO. Direção: Lucy Walker; co-direção: João Jardim e Karen Harley. Paris Filmes. Brasil, 2009, DVD.

LOMBARDO, Magda Adelaide Lombardo. **Ilha de Calor nas Metrôpoles - o exemplo de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1985.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Pesquisa de Comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, vol. XXVII, nº 1, jan.-jun. 2004.

_____, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2005, 9ª ed.

_____, Maria Immacolata Vassalo de. Reflexividade e Relacionismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em Comunicação. In: Braga, J. L.; Lopes, M.I.V.; Martino, L.C. (orgs). **Pesquisa Empírica em Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico. B.; LAYRARGUES Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.) **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Carlos Frederico B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, Carlos Frederico B. Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org). **A Questão Ambiental no Pensamento Crítico – Natureza, Trabalho e Educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

LYCARIÃO, Diógenes. Internet e movimento ambientalista: estratégias do Greenpeace para a sustentação de debates na esfera pública. In: MAIA, Rousiley. C. M.; GOMES, Wilson ; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MAIA, Rousiley C. Moreira. Mídia e deliberação pública: mediações possíveis. Trabalho apresentado na XI COMPOS: Rio de Janeiro/RJ, 2002, GT Comunicação e Política.

_____, Rousiley. C. Moreira. Internet e Esfera Civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, Rousiley. C. Moreira.; GOMES, Wilson. ; MARQUES, Francisco P. Jamil Almeida. (Orgs.). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Para entender a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2008.

MARQUES, Ângela. O papel dos interesses na construção de uma ética dos processos comunicativos. Juiz de Fora: **Revista Lumina**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, vol. 5, n.1, jun 2011. Disponível em: <http://ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina/index.php?journal=edicao&page=issue&op=current>

_____, Ângela; MAIA, Rousiley Celi Moreira. A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. In: **Revista Política e Sociedade**, v. 7, n. 12, 2008, pp. 143-175. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/7646/6999>. Acesso em 15/06/2012, às 16h27min.

MARTÍN SERRANO, Manuel. A comunicação na existência da humanidade e de suas sociedades. IN: Dossiê: perspectivas autorais nos estudos de comunicação. V. **Matrizes:**

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, ano 3, n.1, ago./dez. 2009

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Pistas para entre-ver meios e mediações. In: **Dos meios às mediações**. Rio: Ed. UFRJ, 2003. Novo prefácio.

_____, Jesús. Uma aventura epistemológica. **MATRIZES: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**, São Paulo, ano 2, n.2, jan.-jul. 2009, p.148.

_____, Jesús. **Dos Meios às Mediações- Comunicação, Cultura e Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha, 1875. In: ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho - Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MATOS, Heloiza. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. In: KUNSCH, M. M. K. (org.) **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul: Difusora, 2011.

_____, Heloiza. **Capital Social e Comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

_____, Heloiza. Comunicação Política e Comunicação Pública. In: **Revista Organicom**, ano 3, n. 4, 1º sem 2006.

MEIO. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Meio Ambiente e Participação: Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz. A Sociedade Civil na construção de políticas públicas. Cartilha da Prefeitura de São Paulo, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008, 2ªed., tradução de Isa Tavares.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. In: Revista **Lua Nova**, n. 55-56, p. 163, 2002.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Teoria e Clima Urbano. In: MENDONÇA, Francisco; MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo (orgs.). **Clima Urbano**. São Paulo: Contexto, 2011, 2ª ed.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública – Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**

MORAIS, Régis de. **Educação, Mídia e Meio Ambiente**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2006, 12ª ed.

_____, Edgar. **O Método 2 – a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORRONE, Eduardo Corrêa; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. A Natureza em Marx e Engels: contribuição ao debate da questão ambiental na atualidade. In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - FURG**. ISSN 1517-1256, v. 24, jan. jul 2010.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NOVICKI, Victor; MACCARIELLO, Maria do Carmo M. M. Educação Ambiental no Ensino Fundamental: as representações sociais dos profissionais da Educação. In: 25ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação da ANPED, 2002, Caxambu. 25ª Reunião Anual. 2002.

_____, Victor. Práxis: problematizando consciência e participação na educação ambiental brasileira. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org). **A Questão Ambiental no Pensamento Crítico – Natureza, Trabalho e Educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. Comunicação Pública e os Setores Não-Estatais. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: Moraes, D. (org.). **Sociedade Midiatizada**: Mauad, 2006.

PEREIRA, Maria Rachel Coelho. Consumir com sustentabilidade sem “maquiagem verde” : Saiba como ajudar nessa fiscalização! , 17/ 05/ 2012. In: Revista Sustentabilidade. Disponível em: <http://revistasustentabilidade.com.br/consumir-com-sustentabilidade-sem-maquiagem-verde/>. Acesso em 23/5/2012, às 14h35min.

PINHEIRO, José Q.; PINHEIRO, Thiago F. Cuidado ambiental: ponte entre psicologia e educação ambiental? In: **Revista PSICOΨ** Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 1, pp. 25-34, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1921/1427>. Acesso em 08/06/2012, às 11h34min.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Estudo do Meio – Metodologia. Parte integrante do curso A Educação Ambiental e a Formação de Professores através da Pesquisa Interdisciplinar, ofertado no 2º semestre de 2011, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib e CONTIN, Myriam Krasilchik. Processos Educativos e Mudanças Socioambientais – O Projeto e a Integração das Instituições Escolares. In: PONTUSCHKA, N. N.; KRASILCHIK, M. (coordenação); RIBEIRO, H. (edição). **Pesquisa Ambiental: Construção de um Processo Participativo de Educação e Mudança**. São Paulo: EDUSP, 2006.

PORTAL PREFEITURA do município de São Paulo. Link da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/cades/index.php?p=3250. Acesso em 08/12/2011, às 9h51min.

POZOBON, Rejane de Oliveira. O. Comunicação, política e democracia: novas configurações em um espaço público midiaticado. In: **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul, São Paulo: Difusão, 2011.

PREFEITURA. Portal da Prefeitura de São Paulo. ONGs ambientalistas cadastradas na SVMA. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/cades/ongs_cadastradas/index.php?p=3288. Acesso em 22/04/2012, às 15h52min.

ProNEA. Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/txbase_educom_20. Acesso em 17/6/2012, às 11h48min.

PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone – The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

QUATRO RODAS. A escolha do nome dos carros (10/2009) disponível em <http://quatrorodas.abril.com.br/reportagens/escolha-nome-carros-503303.shtml>. Acesso em 09/05/2012, às 22h06min.

RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton. A Escola, esse mundo estranho. In: PUCCI, B. (org.). **Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. Rio de Janeiro: Vozes; São Carlos, EDUFSCAR, 2007, 4ªed.

REIGOTA, Marcos. Meio Ambiente: representação social e prática pedagógica. In: **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Cortez, 2010, 8ª ed. Coleção Questões de Nossa Época, volume 12.

RIBEIRO, Helena. Comunicação como Instrumento do Planejamento e da Gestão Ambientais. In: RIBEIRO, H; VARGAS, H.C. (orgs). **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____, Helena. Saúde Pública e Meio Ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 13, jan-abr 2004, p. 70-80. Disponível em: <http://www.unit.br/mestrado/saudeambiente/leitura20082/Saude%20publica%20e%20meio%20ambiente%20aspectos%20eticos.pdf>. Acesso em 25/02/2012, às 10h18min.

_____, Helena; VARGAS, Heliana Comin. Sempre uma questão de ética. In: RIBEIRO, H; VARGAS, H.C. (orgs). **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2004.

ROCHA FILHO, J. B; BASSO, Nara R. S.; BORGES, Regina M. Rabello. **Transdisciplinaridade: A Natureza Íntima da Educação Científica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2001.

ROSA, Maria Virgínia de F.; ARNOLDI, Marlene Aparecida G. C. **A Entrevista na Pesquisa Qualitativa – mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SALDIVA, Paulo (et al.). **Meio Ambiente e Saúde: o desafio das metrópoles**. São Paulo: Ex-Libris Comunicação Integrada, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1996, 2ª ed.

_____, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez Editora, 2010, 7ªed.

SANTOS, Renato P. Transdisciplinaridade. **Cadernos de Educação**, Lisboa, v. 8, n. 8, p. 7-9, 1995. Disponível em: <http://www.fisica-interessante.com/artigo-transdisciplinaridade.html>. Acesso em 22/05/2012, às 13h22min.

SÃO PAULO. **Constituição Estadual**, 2009, 128p. disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/constituicao%20estadual.htm>. Acesso em 08/12/2011, às 10h43min.

SÊGA, Rafael Augustus. A. O Conceito de Representação Social nas Obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. Porto Alegre: **Revista Anos 90**, n. 13, jul. 2000

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Jürgen Habermas: Razão Comunicativa e Emancipação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

SILVA, Sivaldo Pereira. Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. In: MAIA, R. C. M., GOMES, W., MARQUES, F. P. J. A. (orgs.) **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre; Sulina, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, set./dez. 2000. In: <http://200.144.189.42/ojs/index.php/comeduc/article/view/4147/3888>. Acesso em: 4/11/2010, às 7h54min.

TASSARA, EDA T. **Dicionário Socioambiental – Ideias, Definições e Conceitos**. São Paulo: FAARTE Editora, 2008.

TERRITÓRIO CIDADÃO. Curso de formação de conselheiros. Temas: cultura de paz e sustentabilidade. Instituto Paulo Freire/ FEMA (Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e prefeitura da cidade de São Paulo, ministrado entre setembro e dezembro de 2011.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

VIGNAUX, Georges. Catégorisation et Schématisation – des arguments au discours. In: DUBOIS, Danièle (org.) **Sémantique et Cognition – categories, prototypes, typicalité**. Paris: Editions du CNRS, 1991.

WALZER, Michael. The Concept of Civil Society. In: WALZER, Michael (ed.). **Toward a Global Civil Society**. Berghahn Books, 1998. Disponível no Google Acadêmico.

WWF. World Wide Fund for Nature. Redes – uma dinâmica de conectividade e da auto-organização. Brasília, WWF Brasil, Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, 2003. Disponível em: http://www.daep.com.br/coletivos/adm/download/dt_2_programa_educomunicacao_socioambiental_4a_versao_maio_final.pdf. Acesso em 23/03/2012, às 16h03min.

11. Anexos

Observação Importante: Nesta dissertação, não estabelecemos distinção entre anexos e apêndices, optando pelas normas do PPGCOM, que propõem tão-somente a existência de anexos ao final do trabalho.

Anexo A - Roteiro das entrevistas reestruturado após pré-teste

Pesquisa: Comunicação e Educação Ambiental na Construção de Sentidos Urbanos

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Objetivo da Pesquisa: verificar e analisar a construção de sentido ambiental entre moradores e trabalhadores do distrito V. Medeiros (subprefeitura V.Maria-Guilherme) por meio da comunicação ambiental a eles disponibilizada (via meios de comunicação, ONGs, associações em geral, escolas, igrejas, poder público, etc). Busca-se entender como se dá a formação de uma consciência ambiental que conduza efetivamente a atitudes proativas, transformadoras do meio.

Roteiro da entrevista

1. Alguns minutos para **anotações** sobre Comunicação Ambiental
2. **Apresentação** do entrevistado
3. **Projetos** desenvolvidos no distrito (dos quais o entrevistado participa) e **processos de comunicação** empregados para que a sociedade conheça as ações em curso.
 - estratégias de comunicação (interna/externa)
 - equipe treinada em comunicação/educação/educomunicação (interna/externa)? Quantos? Como atuam?
 - comunicação dificuldades: poder público-cidadão
cidadão-poder público
 - interesse/ integração dos munícipes quando conhecem os projetos: satisfatório?
 - sentido de coletividade
 - retorno obtido X expectativas? (âmbito interno/externo)
4. Em linhas gerais, a quais **fontes de informação o cidadão dá mais atenção** quando o enfoque é meio ambiente urbano/saúde pública e meio ambiente urbano?

- meios de comunicação de massa
- instrumentos de comunicação da prefeitura
- conversação
- outros

5. Modo de vida interfere na apropriação da informação/comunicação ambiental de modo que ela faça sentido pleno para o munícipe?

6. Comunicação Ambiental e Escolas

- municipais, estaduais, particulares (quais se envolvem?)
- processos de comunicação empregados
 - na comunicação
 - com diretores/professores/funcionários
 - na comunicação com os alunos / suas famílias
 - na comunicação de integração escola-bairro
- permeabilidade satisfatória, algum resultado visível no meio exterior à área da escola?

7. Comunicação Ambiental e ONGs, associações de bairro, outras

- processos comunicacionais para trazê-las à participação
- como avalia a participação X retorno ambiental para o distrito

8. Igrejas se envolvem nas ações de cuidado com o meio?

- há processos comunicacionais/estratégias delineadas para trazê-las à participação?
- formas de colaboração
- retorno ambiental para o distrito

9. Empresariado colabora?

- processos comunicacionais empregados na relação com os empresários quando o assunto é de cunho ambiental
- formas de colaboração
- retorno obtido para o distrito

10. Conexão Comunicação (Ambiental) – Saúde Pública, Ciência Ambiental, Educação – possibilidades de integração no distrito

11. Sugestões aprimoramento Comunicação Ambiental no distrito, caso julgue haver lacunas/ Ideias a acrescentar

Anexo B - Modelo das fichas de identificação dos entrevistados para abertura do registro audiovisual e controle das entrevistas realizadas

USP **ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES** **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** **1**
PESQUISA: COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS URBANOS

1 ENTREVISTADO: _____ IDADE: _____
 FORMAÇÃO: _____
 TRABALHO ATUAL/ FUNÇÃO: _____
 DATA DA ENTREVISTA: ____/____/2012
 LOCAL DO ENCONTRO: _____
 OBSERVAÇÕES: _____

2 ENTREVISTADO: _____ IDADE: _____
 FORMAÇÃO: _____
 TRABALHO ATUAL/ FUNÇÃO: _____
 DATA DA ENTREVISTA: ____/____/2012
 LOCAL DO ENCONTRO: _____
 OBSERVAÇÕES: _____

3 ENTREVISTADO: _____ IDADE: _____
 FORMAÇÃO: _____
 TRABALHO ATUAL/ FUNÇÃO: _____
 DATA DA ENTREVISTA: ____/____/2012
 LOCAL DO ENCONTRO: _____
 OBSERVAÇÕES: _____

OBRIGADO: PROF. DR. ADISON CITELLI
 ENTREVISTADORA: SANDRA PEREIRA FALCÃO [assinatura]

Figura 33 – Ficha de identificação dos entrevistados

Anexo C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Sr. (a),

O projeto **Comunicação e Educação Ambiental na Construção de Sentidos Urbanos** é uma pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP, área de concentração Interfaces Sociais da Comunicação, linha de pesquisa Comunicação e Educação, orientada pelo professor Dr. Adilson Odair Citelli. O objetivo geral da pesquisa é verificar e analisar a permeabilidade da Comunicação Ambiental enquanto produtora de sentido ambiental e ação afirmativa entre moradores e trabalhadores do distrito V. Medeiros, São Paulo, capital.

Nossos objetivos específicos são: a) verificar e analisar o alcance e a permeabilidade da Comunicação Ambiental nas relações poder público-comunidade, comunidade-comunidade, comunidade-escola, comunidade-instituições não governamentais; b) verificar e analisar quais fontes de comunicação ambiental recebem mais atenção por parte dos moradores e trabalhadores da região e os influenciam no sentido de alterar suas práticas cotidianas; c) conhecer a visão dos representantes do poder público sobre aspectos vinculados à Comunicação Ambiental envolvida em seu dia a dia profissional, nos projetos de que participam; d) verificar e analisar a participação das escolas no âmbito da Comunicação/Educomunicação Ambiental e no âmbito do envolvimento com os projetos desenvolvidos na região; e) sugerir, com o auxílio das ideias trazidas pelos sujeitos de pesquisa, possibilidades para o aprimoramento da construção de sentido ambiental por meio da comunicação ambiental entre os moradores e trabalhadores da região pesquisada; f) gerar material de consulta para futuros agentes multiplicadores (formais/informais/não formais) de ações proativas em plano local urbano.

Durante a atividade de entrevista, a qual se fará em torno do roteiro previamente disponibilizado ao entrevistado, este terá livre-arbítrio para escolher se quer ou não responder às questões propostas. Tal atividade é considerada sem risco, porém, se este procedimento gerar desconforto ou outra situação negativa qualquer, sua participação poderá ser interrompida sem qualquer prejuízo para si.

Informamos que o participante não terá despesa alguma com a pesquisa, não receberá qualquer forma de remuneração por esta atividade voluntária e que os dados fornecidos à pesquisadora serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, expostos acima, incluída sua participação em sala de aula, congressos e publicações científicas. O participante poderá, se julgar necessário, entrar em contato com o professor orientador do trabalho através do endereço eletrônico abaixo disponibilizado, para esclarecer eventuais dúvidas.

Este Termo de Consentimento é feito em 2 (duas) vias, de maneira que uma permanecerá em seu poder e a outra com a aluna responsável pela realização da entrevista. São estas, por fim, todas as informações necessárias para poder decidir sobre a sua participação nessa atividade de campo.

Atenciosamente,

Sandra Pereira Falcão

Eu,

_____,

RG nº _____, declaro ter lido e compreendido todas as informações contidas neste documento e dou meu consentimento livre e esclarecido para participar da atividade de campo supracitada, sob responsabilidade da estudante Sandra Pereira Falcão, aluna da Escola da Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e do professor Dr. Adilson Odair Citelli, docente da Pós-Graduação da ECA-USP, asseguradas as condições apresentadas pela pesquisadora.

São Paulo, ____ de _____ de 2012.

Assinatura do Entrevistando

Adilson Odair Citelli

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443
Cidade Universitária - São Paulo/SP
CEP 05508-020
mail: citelli@uol.com.br
Telefone: 011- 3091-4063
(endereço profissional)

Sandra Pereira Falcão

RG: 17.072.060
E-mail: sandrapfalcao@hotmail.com
Telefone: 011- 99976-5322 (cel) E-

Anexo D - Transcrição das entrevistas

Entrevista com Odair Matarensi Júnior

(Gestor Ambiental, coordenador de Educação Ambiental)

Sandra: – Boa tarde pessoal da ECA, nós estamos aqui com o Odair Matarensi Júnior, que é coordenador de Educação Ambiental do Núcleo Norte 2 da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, aqui da prefeitura de São Paulo. Odair, eu gostaria que você primeiro de tudo se apresentasse pro pessoal da ECA, quem é você, quais são os projetos com os quais você trabalha aqui no DGD (Departamento de Gestão Descentralizada).

Odair: – Bom gente, como a Sandra mesmo disse, eu sou Odair, trabalho com Educação Ambiental aqui no Norte II na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, sou formado.... fiz bacharelado em Gestão Ambiental na USP-EACH, conhecida como USP LESTE, e já tô (atuo) aqui já faz um tempinho já, desde 2008 como estagiário, e agora sou o coordenador da Educação Ambiental. A gente tem bastante projetos na região. A gente tem projetos na região, não sei se a gente vai falar na entrevista, mas a gente tem um projeto de participação da comunidade, cursos, palestras, oficinas, várias outras atividades que a gente também atua.

Sandra: –Ah, que bom! Então, falando exatamente desses projetos, eu gostaria de que você dissesse um pouco pra gente como é que funciona o processo de comunicação que você desenvolve quando você vai implantar ou desenvolver um projeto.

Odair: – Bom, a primeira coisa que a gente faz é sentar com a equipe, planejar a ação, né, planejar a atividade – ou a gente planeja antes de ir pro público. Teve primeiro contato, então o público já entra em contato com a gente. Então são duas coisas pra mim: ou a gente já leva pro público um projeto que a gente já tem ou então o público solicita um projeto da gente.

S.: –Mas por que canal, assim? Ahn, por...você liga pra alguém....?

O: – Então, quando a gente tem um projeto, a gente já tem mais ou menos onde fazer, né? Então a gente vai até o local, a gente encaminha um e-mail, manda com....geralmente a gente pede contato com uma pessoa responsável, a gente vai até o local e conversa com ela, apresenta o projeto. Senão ela entra em contato com a gente, através de telefone, através de e-mail. Dentro da Secretaria do Verde tem um portal da Secretaria do Verde, tem um link ‘núcleos de gestão descentralizada’, tem o nosso núcleo lá, que a gente pode dar informação também e ainda a gente tem o e-mail, né, que é todos contatos que a gente tenha a gente anexa nesse e-mail e todas as atividades, todos os programas, a gente convida as pessoas através do e-mail também.

S: –Bem moderno.... Eu queria que você falasse um pouquinho sobre a equipe que trabalha com você – ou se você tem alguma equipe técnica que é treinada pra isso, pra fazer essa ponte quando você vai montar o projeto.

O: –Sim, a gente tem é...comigo.... mais quatro técnicos mesmo, contratados da prefeitura e quatro estagiários; então todos têm essa possibilidade de fazer essa comunicação, mas geralmente fica sob a responsabilidade de um estagiário. Então a gente monta o projeto e o estagiário pega e fica responsável por fazer a divulgação. Então ele faz a divulgação pelo mailing, por e-mail, ou ele elabora cartaz, ele fixa cartaz em pontos estratégicos, ou em subprefeituras, em escolas, em postos de saúde e também ele... manda, pede, pras assessorias de comunicação das subprefeituras divulgar nas regiões, em jornais de bairro, revistas e também pelos servidores da própria prefeitura. E fica também na página do núcleo norte II da Secretaria do Verde, no portal da Prefeitura de São Paulo.....

S: [ruído no ambiente] – Como você avalia o retorno da população?

O: – Então, o problema é que a maioria da população não tem acesso, né, à página da prefeitura, só que em todas as ações que nós fazemos, todo contato que a gente tem, a gente divulga: “ Gente, existe a possibilidade de acessar o portal da prefeitura, lá tem publicações que vocês podem baixar em download”, então a gente acaba divulgando também o portal da prefeitura e aí na lista de presença das pessoas que vão participar da nossa atividade a gente vai alimentando nosso banco de dados a partir da lista de presença, a gente pega a lista de presença e alimenta e essa lista é e-mail....essa lista dos e-mails que ainda não foram cadastrados, né, ou então a pessoa vê no jornal de bairro, em cartaz, ou até mesmo no diário oficial – que a gente publica também no diário oficial – o anúncio da nossa atividade e liga e pede mais informações. Aí a gente pede o e-mail da pessoa e isso também já alimenta o nosso e-mail.

S: – O cidadão comum costuma ligar ou mais pessoas que são ligadas a outros projetos?

O:– Não, é cidadão comum mesmo. Por exemplo, a gente vai oferecer um curso, o cidadão liga e pede e faz inscrição. Ou então – ou das instituições. Liga; por exemplo, gerente de posto de saúde gosta muito de fazer trabalho com a comunidade; liga pra gente e se informa das nossas ações, o que a gente tem planejado, quais palestras a gente pode aplicar. Então também tem esse canal.

S:–Muito bom. E eu queria também que você me dissesse um pouco sobre – enquanto você está desenvolvendo os projetos você sente... é....espírito de coletividade entre as pessoas de cada bairro onde você vai trabalhar?

O:–Depende muito do projeto e dependendo também do bairro, né? É logico, quando você vai fazer um trabalho que a pessoa já está esperando, ela se identifica mais e faz, então a gente tem casos muito positivos do pessoal que trabalha nos postos de saúde, os agentes comunitários de saúde; eles gostam, eles participam, né, e também nos parques. Quando a gente faz atividades de educação ambiental nos parques que a gente leva algumas crianças de escolas próximas elas também se identificam bastante, participam bastante, porque elas não estão dentro da escola, é um lugar diferente , então elas têm aquela sensibilidade de estar num

local diferente; a gente trabalha bastante com isso, com a possibilidade de ela estar em um lugar diferente.

S: –Muito bom, muito bom.....Em linhas gerais, a quais fontes dentre essas que você mencionou e outras, a quais fontes de informação ambiental o munícipe dá mais atenção?

O:– Olha, à televisão, eu acho que muitas pessoas reclamam da comunicação ser um pouco prejudicada, porque muita gente não tem acesso à internet, não tem acesso às revistas de bairro, não tem acesso ao diário oficial, então muitas pessoas falam “*ah, podiam anunciar na televisão*” – só que a gente não tem condições de fazer isso, né, anunciar num canal de televisão. Então até o pessoal fala “*a educação ambiental poderia estar inserida dentro de programas de televiso, como já acontece em algumas, em alguns programas, né?*” Eu acho isso importante, faz a diferença. Eu acho que a televisão é o canal de comunicação que a sociedade mais tem, independente da...da classe social da pessoa, a televisão acho que é o mais....mas, dentre os que a gente utiliza, o que dá mais certo é a internet – é contato por e-mail, é contatos por e-mail, a gente, nosso portal mesmo, dá mais certo.

S:–E a conversação? Queria que você falasse um pouco dessa forma de comunicação. Dá bom resultado?

O:–Ah, é importante. Com certeza, não é só ligar. Por exemplo, a gente liga, a gente tem uma atividade que a gente quer fazer agora [ininteligível] lá de Cachoeirinha. Então a gente ligou para a diretora de uma escola, falou “olha, tem uma proposta, um projeto que a gente gostaria de fazer com você”, mas nada, nada substitui a conversa pessoal. A gente reservou, marcou uma data pra ir lá e apresentar o projeto. Então a conversa é primordial. É o principal. Telefone, e-mail, meio de contato, né? Concretizar mesmo é ...[conversa(?) – ruído no ambiente]

S: – Tá certo. E aí você vai pessoalmente lá pra conversar ou você manda alguém da equipe?

O: – Bom, quando é possível vou, vou com outra pessoa ou então a gente se divide, depende muito das nossas atividades, nossa agenda.

S: – É, e eu quero saber justamente, em relação à agenda, como vocês trabalham com as escolas. Quais são as escolas que você envolve ou que se envolvem nesses projetos, normalmente?

O: – Olha, existe um Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz, que é composto por representantes do poder público e os representantes da sociedade civil. Dentre os conselheiros do poder público, tem uma conselheira que é representante da educação. No conselho de Santana-Tucuruvi, ela é bastante ativa, bastante atuante. Então, ela, às vezes ela sugere algumas escolas que ‘tão pedindo pra ela uma atividade, ou então a Ellen, que trabalha com a gente com hortas voluntárias e hortas

pedagógicas, também pede pra gente ir visitar as escolas, fazer um trabalho de educação com os professores, porque o ideal é que a gente passe...a educação ambiental que a gente trabalha é educação ambiental de capacitação, de formação, então a gente gostaria de trabalhar bastante com os professores, a gente capacita os professores para que eles possam ser os multiplicadores na sala de aula. Então, quando a escola já conhece o trabalho do núcleo, ela entra em contato conosco; agora a gente tem um trabalho de intervenção num bairro, numa comunidade e tem uma escola perto, então a gente vai primeiro pela escola, que é um equipamento social bem participativo daquela comunidade, então a gente vai primeiro na escola ou então no posto de saúde também.

S: –E qualquer escola – municipal estadual ou particular ou...?

O:–Nós damos preferência pras públicas.

S: – Pode ser municipal, estadual então, federal – particulares você ainda não...

O: – Particulares a gente não costuma trabalhar muito, né, mas a gente dá preferência para as públicas. Nada impede das escolas particulares levarem os alunos prum parque municipal; gente faz um trabalho de educação ambiental, oferecer os nossos cursos para professores de entidade particular também, mas o nosso público-alvo são as escolas públicas mesmo, porque uma série de necessidades, uma série de carências, então a gente intensifica o nosso...o nosso trabalho é primordialmente pra essas escolas.

S:–No trabalho com as escolas, você já me falou de como se dá a comunicação com a, por exemplo, a direção da escola, os coordenadores, os professores pra organizar as atividades. E com os alunos, como é que é a sua comunicação, a comunicação da sua equipe com os alunos?

O: – A gente tem sempre de adaptar a nossa fala, o nosso trabalho com a idade da criança ou do adolescente. Então a gente já trabalhou com crianças de EMEL, de escolas de educação infantil, e até adolescentes do ensino médio. Então a nossa fala, o jeito que a gente se...[ruído] as atividades que a gente apresenta têm de ser diferentes. Então antes da gente ir pra ação a gente tem que saber qual é o nosso público e dependendo da classe, da criança e da turma a gente aborda de uma forma diferente. Mas é sempre produtivo...acho que a gente consegue atingir uma boa qualidade nessa comunicação.

S: – E ela se estende para a família da criança? Você prevê algum meio de que aquela informação que ela recebe ela de alguma maneira leve pra casa ou ela já leva naturalmente?

O: – O projeto que a gente tem pra fazer com escola a gente deu o nome de ‘escola consciente’, que é pra montar dentro da escola um grupo heterogêneo de pessoas pra transformar a escola em algo eficiente ecologicamente, trazendo os princípios da agenda 21 também dentro da escola. Então, a intenção é que a Escola monte uma comissão. Comissão composta por quem? Por alunos, professores, por pais de alunos, pela comunidade em geral, funcionários da escola, que tem os funcionários da manutenção, da limpeza, então aquela escola monte uma comissão de representantes e essa comissão seja responsável por todos os

projetos ambientais. Então, seja responsável por definir os objetivos, as metas, e convidar os outros participantes também.

S: – Essa seria minha próxima pergunta...em relação ao entorno, comunidade. Então essa equipe que você incentiva aí a formação depois ela se comunica então com o entorno?

O: – É, a gente trabalha a partir dessas redes de multiplicação, então a gente vai na escola, capacita, leva material, leva pra fazer visita técnica, oferece cursos, oferece oficinas e este grupo fica responsável por multiplicar tudo aquilo que a gente tá fazendo com eles ao redor da comunidade, porque a nossa equipe, a gente atua em quatro subprefeituras, então o nosso território de atuação é muito amplo e a nossa equipe é pequena ainda, então a gente trabalha sempre com essa formação, formando pessoas que possam multiplicar esses conhecimentos que a gente trabalhou ali.

S: – Certo. E você percebe no entorno, quando você depois passa, depois de um projeto, depois de um tempo, você passa naquele local novamente, você percebe uma mudança, assim, em termos de ambiente?

O: – Percebemos sim, tanto é que dentro de cada núcleo existe a equipe de educação ambiental e a equipe de fiscalização ambiental. Então a gente começou a fazer um trabalho, na V. Maria, sobre o descarte de resíduos sólidos. Nós fomos até numa escola do lado da subprefeitura falar sobre esse problema e o coordenador da fiscalização comentou comigo, disse assim: “Olha, a gente tá recebendo denúncias da Vila Maria, coisas que a gente não recebia até então”. Então isso é também um indicador de que o nosso trabalho tá sendo visto, tá sendo apresentado, porque a gente foi levar pra essa comunidade exatamente isso. Os problemas do descarte irregular de resíduos e como eles podem atuar em relação a isso. Fazendo denúncias, quais são os canais de denúncia –e eles tiveram um aumento do número de denúncias na Vila Maria.

S: – E na Vila Medeiros? [risos] Na Vila Medeiros, que é o nosso distrito de pesquisa?

O: – Então, é que a gente começou a fazer *na* Vila Maria mesmo; pelo conselho a gente começou a trabalhar ali próximo à Vila Maria, então a gente vai colocar para os outros locais também, sempre de acordo com as nossas agendas. Foi aquilo que eu te falei: a gente trabalha em quatro subprefeituras, dá um total de uns dez distritos, mais ou menos, então a gente tem que trabalhar com cuidado, aos poucos, mas nada impede se a gente começar a atuar na Vila Medeiros.

S: – Tá certo. E agora eu queria então que você me falasse um pouquinho sobre as ONGS, as associações de bairro, em geral. Você faz contato com elas de alguma maneira? Elas colaboram nos projetos? Como é que se dá a comunicação?

O: – Então, a prefeitura ‘tá, a partir dos projetos ambientais, ‘tá conversando com a comunidade por meio dos conselhos regionais. Então é por meio dos conselhos regionais que a gente tá trabalhando em cima dessas organizações. A gente quer que essas organizações participem desses conselhos, pra fortalecer, inclusive. Então, qualquer contato que a gente

tem com essas organizações a gente fala do conselho e pede pra eles participarem conosco. Também a gente participava de uma rede que tem na zona norte, a Rede Social Zona Norte, que é feito pelo SENAC e tem bastante [ruído] ...então a maioria das pessoas que ‘tão lá conhece o trabalho do núcleo e da Secretaria do Verde também. Mas o principal que a gente quer fazer é com que essas organizações participem dos conselhos regionais. Que eu acho que vai dar um fortalecimento cada vez mais pra esses conselhos que são participativos. É um canal bom que o poder público tem com a comunidade.

S: – Desses que já participam, você tem algum exemplo de algum resultado que você achou interessante de ONG, de associação que participou de alguma atividade com vocês?

O: – Sim, tem, tem sim. Aqui no CADES Santana também tem uma pessoa, o nome dela é Fernanda, ela tem, não tem uma ONG, mas ela tem um projeto – não tem uma ONG porque não é..não tá instituída, mas é como se fosse. Tem um projeto que chama Juventude Ecológica, que ela busca trabalhar com os moradores, com as crianças, os moradores do Singapura Zaki Narchi, do lado do parque da Juventude. Então a gente tem um trabalho muito legal com eles que é fazer educação ambiental dentro do parque com essa comunidade. Então a gente vai lá, oferece oficinas de cultivo de recipientes, faz percurso com eles no parque, conversa sobre cidadania, conversa sobre a arborização. E a gente conheceu a Fernanda no conselho e a Fernanda convidou a gente através do conselho. Então a gente acredita que o conselho é o caminho, é o canal que a gente tem perante as organizações também.

S: – Tá certo. E em relação às igrejas? Igrejas de qualquer credo. Elas costumam participar ou vocês costumam acionar as igrejas?

O: – Sim, nós chegamos a mandar ultimamente um e-mail pra todos os pastores que a gente conhece, alguns pastores que a gente teve uma lista, a gente mandou e-mail pra eles dizendo dos trabalhos de educação ambiental. Também tem algumas igrejas católicas que a gente já fez trabalho também, mas sempre em parceria com o PAVS, que o PAVS tem bastante contato com as igrejas.

S: – O que é o PAVS?

O: – O PAVS é o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis. Cada posto de saúde tem –cada posto não, cada grupo de postos de saúde, – tem um coordenador local que trabalha com programas ambientais voltados à saúde. Então eles têm os agentes comunitários de saúde, que vão nas casas, e esses agentes comunitários de saúde disseminam as informações ambientais também nas casas.

S: – Muito bom!

O: – Então é esse o foco do agente comunitário de saúde, mas ele acaba atuando, ajudando o programa PAVS e eles têm bastante contato com as igrejas. Então a gente costuma trabalhar com o PAVS nas igrejas também. Tem um outro grupo, que é o grupo de budistas, que é o BSGI. Eles já entraram em contato com a gente, nós fizemos um trabalho de sensibilização

com a arborização com esse grupo. Então a gente vai em qualquer entidade, independente de qual a religião, o credo.

S: – E lá no distrito de Vila Medeiros tem entidades interessadas em trabalhar [risos]?

O: – Nunca entraram em contato conosco...por enquanto não.

S: – Tá certo...E o empresariado, em linhas gerais, pensando naquela região, porque o meu objeto de pesquisa é o distrito, não a Vila Medeiros em si, mas o distrito. Então, pensando naquela região, você tem alguma notícia aí de colaboração do empresariado – ou vocês se comunicam com o empresariado solicitando auxílio pra projetos ambientais?

O: – Então, Sandra, nosso trabalho, nosso objetivo é trabalhar por subprefeitura; a gente nunca trabalhou assim específico por distrito, então nosso trabalho é muito focado em V. Guilherme e o distrito de Vila Maria que tá incluído. A gente trabalha mais não o território da Vila Maria mas também do Conselho Regional. Então, todos os projetos os programas que a gente tem pra essa área vêm do Conselho Regional. Muito difícil ter uma ação pontual, sabe assim, a pessoa liga “ah, eu quero uma palestra”, você vai lá e faz. Isso geralmente é difícil de acontecer, porque todas as organizações elas participam de algo que seja mais planejado, que tenha um começo, meio e fim. Então a gente trabalha a partir das subprefeituras por meio do conselho. Todas as nossas ações surgem a partir do conselho mesmo ou então a partir de um parque, que é um equipamento público. Então as ações surgem a partir do conselho ou a partir do parque. Nada impede das entidades, das organizações entrarem em contato com a gente e sugerir um curso rápido, uma palestra, uma oficina. Isso a gente tem disponível. A gente tem um cardápio de educação ambiental, uma relação de palestras, de oficinas, de vídeos, de vídeos de discussão, de visitas técnicas. Quando surge essa demanda, a gente apresenta o cardápio, mas geralmente a gente busca a partir de um planejamento que a gente faz anual. A gente já tem esse planejamento anual, então todas as nossas ações partem do conselho e também do parque. Então na V. Maria a gente tem dois parques, o Parque Tenente Brigadeiro Faria Lima, que fica no Parque Novo Mundo, e o Parque Vila Guilherme Trote, que fica na V. Guilherme. E o Conselho Regional de Vila Maria-Vila Guilherme também.

S: – E a Vila Medeiros?

O: – A Vila Medeiros ela faz parte deste conglomerado; muito pontualmente a gente ainda não tem nenhuma ação feita, porque ainda a gente não teve nenhuma solicitação, mas quando a gente tem, a gente quer que esse grupo se envolva na política pública da subprefeitura, que é uma forma de administrar, isso é administração pública. É uma forma de administrar o território a partir da subprefeitura. Então a gente tem que ver como um todo, e não como pontos isolados, então a gente evita ver como pontos isolados, mesmo porque a nossa estrutura não é muito eficaz para atender essas demandas, mas a gente atende, da melhor forma possível.

S: – E o que você acha que faria com que você pudesse atender demandas maiores?

O: – Se cada núcleo descentralizado - nós somos dez núcleos descentralizados – cada núcleo atua em quatro subprefeituras. Se talvez fosse um núcleo por subprefeitura, talvez o trabalho

fosse...desse mais pra gente ramificar aí. Então nós somos cinco técnicos efetivos, efetivos não, é...faz parte do quadro de funcionários da prefeitura pra atuar num território amplo de quatro subprefeituras.

S: – (...) A cidade toda? [ato falho da entrevistadora – desconcentração momentânea em razão de forte ruído no local]

O: – Não, são dez núcleos, nosso núcleo composto por cinco técnicos, que trabalha em quatro subprefeituras. Santana-Tucuruvi, V. Maria-V, Guilherme, Jaçanã-Tremembé e Casa Verde-Cachoeirinha. Então é..nesse todo o território, cinco educadores ambientais da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Mas não somos só nós, tem outras pessoas que trabalham com Educação Ambiental também e a gente busca essa aliança também com esses grupos. Por exemplo, lá na Vila Medeiros tem o MOVERR, não tem, atuando? A Adeliana, que trabalha conosco, já trabalhou bastante com esse projeto MOVERR, então o grupo tá lá através do técnico da Secretaria. Adeliana levou o programa de arborização urbana que agora está um pouco parado com relação ao contrato, licitação, a gente tá ainda um pouco parado. Mas a Adeliana sempre cita em todas as atividades que ela vai fazer de arborização o exemplo de projeto feito na própria V. Medeiros com o MOVERR, com a arborização urbana. Que deu supercerto.

S: – Certo, isso é bom. E eu queria que você pensasse agora um pouco - você fala dessa agregação das várias frentes, das várias pessoas. Você falou do pessoal da saúde, que colabora, que também leva informação ambiental. Eu queria que você falasse um pouco de como você vê a comunicação nesse meio de campo, a comunicação e a educação ambiental, a comunicação e a saúde, a comunicação e, enfim, os problemas urbanos da cidade...

O: – Então, eu acho que é bem positiva, porque cada grupo fala pro seu grupo específico. Então a saúde vai falar praquela grupo que já tá trabalhando, vai passar, vai multiplicar aquela informação através da comunicação por ‘n’ canais pra aquele grupo que ele atua. Então um ajudando o outro; a gente manda, nossa equipe manda pros contatos que a gente tem, a saúde manda pros contatos que ela tem e assim vai, sucessivamente. Então acho que essa comunicação vai ramificando. A gente precisa aprimorar um pouco mais, mas eu acho que a gente tá no caminho.

S: – É uma rede, então, na verdade?

O: – É, é uma rede.

S: – Você está construindo uma grande rede?

O: – É uma rede. Por exemplo, tem atividades feitas no parque, em algum parque, que manda pra gente, a gente pega e dispara e encaminha pros nossos contatos, então cada um vai encaminhando um pro outro. Tanto é que tem programas e projetos que a gente faz aqui no nosso território que vem gente da Zona Leste participar. Como que o pessoal da Zona Leste ficou sabendo? De alguma forma, ou o amigo passou pra ele, ou alguém encaminhou o e-mail pra ele, então de alguma forma ele teve esse contato.

S: – E nessa organização toda da comunicação interna e externa ... (som de celular. breve interrupção). Então, nessa organização toda de comunicação interna e externa, nós conversamos você me falou de como se dá a comunicação dentro do núcleo, como é que você organiza isso, a comunicação externa como é que você vai falar com as pessoas, enfim. E eu queria que você me falasse um pouco se existem profissionais que são mesmo da área de Comunicação ou de que área eles são, os que mais atuam nessas pontes.

O: – Ótimo, a gente tinha uma estagiária de Relações Públicas, que era excelente. Ela era uma estagiária que trabalhava com a equipe administrativa do nosso núcleo, ela era excelente porque ela era de Comunicação. Relações Públicas é da Comunicação Social e ela fazia esse intercâmbio, fazia releases e mandava pros jornais, isso facilitava muito. Todos os meus estagiários não são da área de Comunicação, mas eles são capacitados. A gente estuda, a gente vai atrás, mas o ideal mesmo seria se tivesse alguém dentro do nosso trabalho que fosse da área de Comunicação Social, um estagiário já ajudaria bastante.

S: – E alguém da área de Educomunicação, que é uma nova área que mescla os saberes da Educação com os da Comunicação? Ajudaria?

O: – Ajudaria bastante com certeza.

S:–Mas tem alguém? Já teve alguém?

O: – Não, não temos. Se você ajudar a gente a pensar em um curso de formação, a gente pode até articular isso, quem sabe. [risos]

S: – Nós temos um [interrupção/ruído]. Prof. Adilson, vou colocar o senhor, você, em contato com o Odair. (Professor Adilson Citelli é o meu orientador e ele trabalha com Educomunicação, ele e o professor Ismar, lá na USP, então depois quem sabe dá pra gente conversar...)

O: –Podemos colaborar; um curso de formação, convidar a comunidade pra estar presente, os líderes comunitários, os representantes das instituições, quem sabe.

S: – Muito interessante! E eu quero te agradecer porque você dedicou tanto tempo aqui a nós, teve muita paciência. Eu queria perguntar se você tem mais alguma sugestão que você quisesse colocar, ou mais alguma ideia pra aprimorar esse esquema de comunicação no desenvolvimento dos projetos de educação ambiental.

O: – Algo legal, bacana também são as redes sociais, que eu acho que o pessoal tem bastante contato. Twitter, Facebook, acho que é isso é um canal também bem positivo, bem legal de se fazer. Então eu acho que eu... a colocação que eu não falei, das redes sociais na internet, acho que é bem positivo também.

S: – Tá certo! Mais alguma ideia que você queria colocar, falar mais alguma coisa pro pessoal da ECA que vai te ver?

O: – Acho que só isso.

S: – Então, muito obrigada, Odair, a gente agradece e espera voltar aqui outras vezes pra conversar sobre educação ambiental, sobre comunicação e sobre todos esses assuntos que envolvem o seu trabalho. Muito obrigada mesmo!

Entrevista com Joana Adoração Vitrilla
(Agente de Zoonoses)

Sandra: –Boa tarde, pessoal da ECA, boa tarde, professor Adilson, nós estamos aqui no Parque do Trote com a Joana, que é agente de apoio da Zoonoses e a Joana vai falar um pouco pra nós sobre o trabalho dela e a relação que tem com a comunicação ambiental.

Joana: –Boa tarde, meu nome é Joana. Eu trabalho na sub Vila Maria, faço parte da equipe que faz vistoria nas casas, nos estabelecimentos, empresas. A gente faz vistoria a princípio focado mais na dengue, em relação à dengue, que é um problema de saúde muito sério, né, abrangendo também gato, cachorro, pombos...todos os animais que de alguma maneira podem trazer alguma doença ao homem, entendeu? Que direta ou indiretamente traga doenças ao homem, então a gente faz parte dessa área de ‘tá indo vistoriar, de ‘tá orientando as pessoas, vendo se as pessoas não ‘tão deixando coisas que possam ‘tá acumulando água ou mesmo deixando coisas que possam ser atrativo pra rato, pra pombo, é...fazer.... tenha sido mordido por cachorro. A gente faz toda essa área assim de ‘tá orientando mais. A minha parte é orientação mesmo. A nossa chefia preza pelo fato da gente fazer a prevenção. Então por isso a gente tá sempre ali orientando, vendo, tal, porque sai mais fácil você prevenir do que....então a gente passa pras pessoas que se você pegar uma dengue, você vai ficar praticamente quinze dias inativo, você não vai tá fazendo nada, além de que ela corre o risco de ela se agravar, passar pra hemorrágica e você vir até morrer. Então, quer dizer, esse é o maior trabalho da gente na área da saúde em si, entendeu? E pra mim a maior parte dessas doenças vem mesmo da falta de limpeza. A pessoa não tem assim aquele amor pela área onde ela ‘tá, onde ela habita. Ela deixa muito a desejar nessa área, sabe. Por exemplo, ela tem lixo, o lixeiro passa, mas ela joga em qualquer lugar, na beira dos córregos. Ela não vê que com isso ela tá agravando o caso das enchentes, onde ela vai ter contato com aquela água suja, onde ela pode se contaminar pela leptospirose. Então quer dizer, de alguma maneira a sujeira tá ligada diretamente à saúde. Então a gente precisa, é nesse ponto que a gente trabalha direto na orientação, explicando e mesmo pra gente, a gente participa direto de cursos que têm pra também auxiliar na gente – que a gente vai ‘tá indo pra rua. Tem a parte da chefia, que distribui, você vai aqui, outro vai ali, outro vai ali porque é bem dividido a nossa área, então a área é grande e então... e tem várias comunidades, tem muitas empresas, principalmente na parte, na área do Parque Novo Mundo tem bastante empresa, então você tem que ‘tá sempre ali orientando ele, porque acaba deixando as coisas, acaba... principalmente rato, que tem muito nessa área. Então o trabalho da gente é mais ou menos isso, de ‘tá orientando mesmo as

peessoas, né? Alertando elas sobre o perigo do que elas ‘tão deixando, se elas deixam coisas acumuladas, assim, que [ininteligível]....

Sandra: – Certo. E nessa orientação, você utiliza alguns processos de comunicação. Como é que é feita a comunicação com os munícipes?

Joana: –Olha, a maior parte é verbal mesmo, você conversa mesmo com eles; mas a gente sempre procura deixar um panfleto, onde ali tem algumas orientações pra eles, no sentido de eles manterem a caixa d’água fechada, deles não deixarem coisas que possam acumular água, garrafa virada de boca pra baixo, pneu em local coberto, furado, pra não ter perigo de acumular água, nada que possa acumular água, tem ali as orientações pra ele. E, ao mesmo tempo, tem no mesmo assim, se ele estiver com febre, com dor no corpo, se ele ‘tiver com manchas avermelhadas, com vômito, diarreia, essas coisas, pra procurar o serviço de saúde mais próximo porque, pelo sim pelo não, fazer a prevenção; se for, já tratar, se não for, ‘tá descartando a possibilidade de ser, entendeu?

S: –Tá certo...

J:–Tanto a gente faz essa comunicação verbal orientando como a gente deixa também os panfletinhos pra ele. À parte disso, nós fazemos também panfletagem em algumas épocas, assim, específicas. É...tipo quando vai ter feriado, coisa assim tal, a gente às vezes faz...vai distribuir nas casas os panfletos que orientam: se vai viajar, então antes de viajar faz isso, faz aquilo, faz aquilo outro, dando as orientações pra pessoa deixar a casa dela protegida antes de viajar vai viajar, principalmente na época das férias. Ou então a gente distribui na rodoviária, que é pra quando eles vierem de lá também não deixar coisas lá que possam ficar acumulando água e criando dengue lá...na...a gente fala de pessoas que têm casa de campo ou mesmo casa na praia, coisa assim, a gente também faz. A gente faz... – a gente faz - igual mesmo no Trote já vim fazer palestra pra Terceira Idade. Já fui fazer lá perto da Fernão Dias, lá, no Centro de Convivência da Fernão Dias, Telecentro, fazer palestra também pras pessoas pra tá orientando elas, tirar as dúvidas, aí então tem aquela comunicação com a pessoa; cê passa orientação e a pessoa já retorna ali na hora.

S:–E vocês têm um treinamento pra isso, pra fazer essas palestras, trabalhos?

J:–Tem. É... tem, sempre a gente tem. Às vezes COVISA [Coordenação de Vigilância em Saúde], IPREM [Instituto de Previdência Municipal] chama sempre tem a palestra de atualização, coisa assim, pra gente tá mais atualizado com as coisas, sempre tem....Coisas desse tipo assim pra gente.

S:–Envolve também, quando você tem treinamento, tem treinamento também de estratégias de comunicação com o munícipe?

J:–Tem. Tem também. Eles...é...te orienta (sic) mais ou menos como você abordar as pessoas. Porque você não vai chegar na casa do munícipe de qualquer jeito, de chinelo, bermuda, coisa assim, que é lógico que ele não vai te deixar entrar. Eles te dão orientação “cê que tem que ‘tá devidamente uniformizado, com o crachá, pra você se apresentar - você...eu sou agente de saúde da prefeitura, dá licença de eu dar uma olhadinha na sua casa ver se não tem nada que

possa ‘tá acumulando água, possa...’. E aí nisso você faz já a vistoria na casa toda da pessoa e cê já aproveita e já vê todos...ahn, vê se tem pombo, se tem cachorro, se tem passarinho, e aí você orienta a pessoa em todas as áreas assim, entendeu? O carro-chefe você entra com a dengue, mas ao mesmo tempo você faz a vistoria ambiental de tudo; ‘cê orienta ele pra não ‘tá deixando lixo, pra deixar em lata fechada, coisa assim, não ‘tá jogando na rua fora do horário do lixo. ‘Cê tá sempre orientando...e nas comunidades assim pra eles que têm um local que o caminhão não dá pra entrar naquelas ruazinhas estreitas, então pra eles ‘tarem colocando no local certo, no dia certo...

S:—E tem alguma dificuldade de comunicação com o munícipe, de vocês pra com o munícipe ou vice-versa?

J:—Olha, eu até que não tenho muito não, eu acho que eu sou muito cara-de-pau e eu vou lá e eu vou com mais com facilidade, mas tem vários amigos que trabalham assim que têm sim. Tem gente...Já teve pessoas de ligar lá na... no escritório pra saber se realmente fulano de tal é agente, tá trabalhando; já teve casos assim, entendeu, que eles, os munícipes às vezes ligam confirmando. Então, é que como esse negócio da onda de assalto ‘tá muito grande, então eles têm medo de ‘tá abrindo a porta pra pessoa entrar. Eu não encontro muita resistência, não, foi muito pouquinho esse tempo todo que eu trabalho lá dentro, muito poucas pessoas assim que “não, cê não vai entrar”, coisa assim, mas tem muita gente que tem, tem bastante gente que tem sim.

S:—E quando você aborda o munícipe, quando você está numa região – no distrito Vila Medeiros,— tá lá rodando, aborda o munícipe, você sente que o munícipe tem interesse em ouvir a comunicação, em auxiliar?

J:—Tem. A maior parte tem, é muito difícil você achar alguém que...é...é igual eu disse pra você: é mais difícil você pegar tipo uma Vila Maria Alta onde as casas são de mais alto nível, tal, assim, que têm piscina, que tem coisa, que ele chega pra você e fala “Ah, vai fazer isso na favela”. Aí eu falo pra ele: “Ó, o senhor me desculpa, mas na favela eles não têm caixa d’água, eles não tem nada disso, não têm piscina, então lá é muito menos provável de eu encontrar a dengue que na sua casa”, que a maior parte das vezes que você entra essas casas com piscina ‘tão lá suja, cheia de larva; então é mais fácil você conseguir achar na casa deles, que é uma casa de pessoas com poder aquisitivo maior, do que na favela, eu não sei porque o povo implica tanto com os coitados da favela, eles não tem caixa d’água...Entendeu? Eles têm o quê? Aqueles tambor pequeno onde eles acumula água que praticamente todo dia é trocado porque todo dia eles tão usando aquela água (sic). Então, não dá tempo do mosquito criar, coisa assim; essas casas maior é mais...então às vezes você encontra algumas pessoas assim, tal, mas aí você começa a conversar com a pessoa e tal, e aí a pessoa acaba até depois te agradecendo de você ter ido lá mostrar onde é que tava os defeitos na casa dele, onde tinha os problemas na casa dele.

S:—Então você avalia que tem um retorno aí, esse trabalho – você sente um retorno desse trabalho?

J:—Sim, apesar de que esse serviço é um tanto quanto ingrato, porque é assim: se chover, acumula água, então às vezes hoje em dia a vida é bastante corrida, as pessoas trabalham e tal, então eu sempre peço pra pessoa: “Por favor, ao menos uma vez por semana dá uma olhadinha, vê se não ficou nada que possa ter acumulado água coisa desse tipo, porque o mosquito leva de oito a dez dias, né, pra criar, então dá tempo de você....ele não é um negócio que de hoje pra amanhã ele já cresceu, então dá tempo de você tá toda semana vistoriando, ou dando uma olhada, você...as pessoas são bastante interessada sim, te dá atenção (sic).

S:—Você acha que tem, entre os munícipes que você visita, um sentido de coletividade? As pessoas se preocupam em auxiliar por conta do sentido de coletividade?

J:—Olha, depende, depende, tem locais que sim, tem locais que não. E tem locais que a pessoa tá preocupada mesmo é com ela e pronto. Isso é onde eu disse pra você que esse pessoal de um pouco...de um nível mais alto assim eles tão mais preocupado é com ele mesmo e acabou-se. Não tá nem aí com o vizinho se o negócio tiver incomodando muito ele vai denunciar o vizinho dele. Agora em ajudar cuidar, essas coisa, eu acho que na área mais pobre mesmo um é mais pelo outro. Um ajuda mais o outro do que nessas áreas mais...Mas tem sim, eu acho que o povo tem um certo interesse sim, eles têm cuidado, acho que como tem também muita propaganda na TV a pessoa fica com medo.

S:—Quero perguntar um pouco sobre isso também. Você em linhas gerais, considera que o cidadão dá mais atenção a quais fontes de informação ambiental voltada pra essa questão da saúde? Quais as fontes?

J:—Eu acho que a propaganda na TV eu acho que ajuda muito, porque de alguma forma a pessoa vê a propaganda no rádio também, a pessoa tá ouvindo, então aquilo vai gravando. E quando a gente chega as pessoas “Ah, pá, é verdade que viram não sei que lá?”, quer dizer, as pessoas interagem bastante, principalmente quando a gente vai fazer uma palestra e tal, eles te questionam várias coisas assim.

S:—Mas qual informação você acha que fica mais retida? Essa que vem pelos meios de comunicação ou essa pela via da conversa, da conversação?

J:—Olha, eu acho que a comunicação ela alerta, assim, ela alerta a pessoa, porque o negócio eles geralmente querem saber se é verdade o que falou na televisão, então...é...aquilo serve pra alertar a pessoa. Então eles acham que a gente sendo agente, a gente tem a informação mais correta. Então eles querem saber se é verdade aquilo que falou que, que ouviu.

S:—Então a conversação esclarece mais?

J:—É...esclarece, esclarece mais.

S:—Tá certo.

J:—Essa parte que a gente faz é de esclarecimento...é...esclarece mais sim, mas a comunicação serve pra alertar, entendeu? Apesar de que também tem aquela boa parte que não adianta, ‘cê

pode passar um milhão de vezes que um milhão de vezes ele vai ‘tá com problema. Que quando a pessoa não se interessa ela não se interessa mesmo, né?

S:– ‘Cê acha que tem relação com o modo de vida? A maneira como as pessoas vivem hoje?

J:–Eu acho que um pouco sim, eu acho que sim, eu acho que as pessoas são individualistas, entendeu, ela tá preocupado muito com o bem-estar dela, tá, então ela não quer que nada incomode ela. Então se ela vê qualquer coisa que possa incomodar ela tá ligando, tá brigando por isso e aquilo às vezes a gente vai olhar nem é nada do que a pessoa falou, coisa assim; se ele se sente ameaçado ele tá brigando, principalmente esses que tem um poder aquisitivo um pouco maior. Nas comunidades, tal, eles são mais um pelo outro.

S:–E dá pra estabelecer, você acha que dá pra estabelecer uma relação entre o tipo de educação que as pessoas recebem e esses comportamentos que você está me relatando, ou não? A educação interfere?

J:–Assim, você quer dizer assim de...de...

S:–A educação escolar.

J:–Escolar, assim de nível escolar, eu acho que não, acho que isso daí não, apesar de que a gente tem feito bastante trabalho com as criança, principalmente com as criança pequena, de tá indo nas escola, dar palestra, fazer teatrinho pra eles, tal, pra eles já se preparar, mas eu acho que essa geração mais...os adultos mesmo...é igual eu te disse, os que ‘tão mais...mais preocupado em trabalhar, em ganhar dinheiro, em coisa desse tipo do que tá muito cuidando das coisa, eles têm as informações, então qualquer coisa que ele acha que ‘teja prejudicando ele, ele corre denunciar o outro, entendeu?

S:–Você falou agora do trabalho nas escolas. Vocês costumam ir às escolas, então, trabalhar. Fazer palestra com as crianças, atividades, o teatro, que você mencionou, como é que é o contato aí? Como é que é o primeiro contato com a escola e depois o contato com as crianças?

J:–Aí, nesse caso, as crianças recebe superbem, porque pra eles é uma festa, né, ir lá, fazer teatrinho pra ele. Quando é assim só distribuição de panfleto, geralmente a gente deixa com a diretora, e aí ela deixa na sala e a professora aproveita acho que a aula e depois distribui os panfletinhos pras crianças levarem pra casa. [ininteligível] as crianças fazem uma festa quando a gente vai lá fazer um dia pra eles é um dia de festa, é?

S:–Todo tipo de escola participa? Estadual, municipal, particular?

J:–É, mas aí eu acho que aí já envolve um trabalho da chefia, que aí eu já não estou muito ao par de como funciona...é...eu não sei se é a escola que pede ou se é as subs que...que escolhe as escolas, ou a COVISA que escolhe as escola onde a gente vai fazer, aí já não tenho bem certeza que eu não tô muito a par dessa parte mais burocrática da história.

S:—Mas pensando na parte prática, então, quando você faz o trabalho, depois caminhando pelas ruas ali daquela região da escola, você sente que mudou alguma coisa?

J:—É...as crianças principalmente, porque eles ficam com aquilo na cabeça. Eles ficam, então, é...eles procuram manter, eles chamam a atenção que..ó...eles mesmos olham o quintal, eles mesmos fazem as coisas, criança, eu acho que é bem interessante trabalhar com eles sim, que vai dar um bom resultado no futuro, entendeu, porque eles já vão crescer tendo consciência do problema, né, então é uma coisa que eu acho que vale a pena sim.

S:—E com os jovens?

J:—Olha, eu acho que os jovens são mais dispersos, mas uma boa parte deles, assim... também quando eles se conscientizam, que eles veem a necessidade, eles também participam. Mas o jovem é mais difícil, né, dele...que ele ‘tá naquela fase de adolescência, então o negócio deles é ouvir música, o computador, e não fica muito se ligando em caso de doença, de coisa, pra eles quer a parte boa, a parte ruim não, entendeu?

S:—Então você avalia que a comunicação com eles é mais...

J:—É mais...é mais difícil. Pra eles aceitarem assim as coisas assim, pra eles participarem mais é mais difícil. Eu não sei eu acho que esses jovens de hoje em dia eles são tão desligado, tão disperso das coisa. ‘Cê tá falando, eles: “Num sei, num vi”. Não sei onde que eles ‘tão com a cabeça o tempo inteiro – é uma comédia isso daí (riso).

S:—[risos]

J:—Não é? Eu não sei se você também passa por esse problema...também [ininteligível] não ‘tão nem aí, eu não sei se é a fase dos hormônios ou [ininteligível] eles estão no mundo da lua.

S:—Mas vamos pensar na comunicação com as associações de bairro. Você como agente você se comunica com as associações de bairro, com ONG, com...enfim...?

J:—Então, como eu falei pra você, eu fui fazer já palestra tanto aqui no Trote, entendeu, fazer palestra aqui, a gente marca, vem as pessoas a gente passa orientação pra eles. Lá no Telecentro lá da Fernão Dias na praça lá no Terminal de Cargas, também é uma área bem crítica pra gente que tem muito motorista que vem de fora coisa assim, então essas áreas assim a gente tá sempre fazendo ações voltada a orientações pra eles, né?

S:—Você acha que tem um bom retorno, ou qual retorno que tem pro distrito Vila Medeiros essas ações?

J:—Eu acho que tem sim, que as pessoas ficam mais preocupadas assim tá...em tá participando mais; porque eles veem os riscos que eles tão correndo e eles participam mais.

S:—Certo.

J:—Igual te falei, outra área lá é uma área complicada porque você tem mais de mais de mil motorista por dia ali de diferentes lugares; então, quer dizer, você não pode também tá ali o

tempo inteiro. Aquela ali é uma área bem crítica; perto daquele córrego ali é complicado, que eles jogam resto de comida, eles jogam, deixam garrafa, eles deixam várias coisas por ali, pneu principalmente, o que acha de pneu naquela área por lá que eles trocam os pneu e largam os pneu velho lá. E apesar da prefeitura tá sempre recolhendo, tá sempre...você sempre encontra, por isso que eu digo, aquela ali é uma área de rotatividade, então é difícil você controlar muito aquela área. Tem algumas áreas que são mais difíceis o controle, mas a gente tá sempre fazendo ações [ininteligível] enxuga-gelo tá lá todo dia e todo dia eles tão fazendo alguma coisa.

S:—E as igrejas, as igrejas se envolvem nesse trabalho de saúde pública, nessa preocupação com o meio, pra promover a saúde pública?

J:—Olha, eu acho que agora tá começando. Agora, até então não, a gente ia, a gente sempre achava vaso de planta, não sei quê, não sei que lá, então agora eu acho que eles tão começando a despertar que eles também precisam participar, entendeu? Então agora tá começando o interesse deles pra participar.

S:—Mas participar, você diz o espaço da própria igreja?

J:—É, de manter mais limpo e também de tá passando para a comunidade, entendeu, agora eles tão despertando mais.

S:—Certo.

J:—Então às vezes eles fazem mesmo coisa assim, de tá ajudando a comunidade.

S:—E os empresários? Como é que você vê a participação deles nesse trabalho que vocês desenvolvem?

J:—Olha, o empresário em si, ele quando a gente chega numa empresa ele te dá muita atenção, ele coloca alguém à sua disposição. As empresas hoje em dia têm muito aquele... técnico de segurança do trabalho, então eles tão sempre atento pra essas questões ambientais assim, de não deixar nada de lixo, coisa assim, tem algumas empresas, é lógico, que sempre tem aquele canto onde tá...tem o acúmulo de materiais inservíveis, né, mas aí você orienta pra eles, conversa com eles, e eles procuram dar a destinação certa pra esses materiais.

S:—Então, você acha que eles resolvem a questão ali dentro da empresa e o entorno? E no entorno, eles colaboram?

J:—Às vezes sim, não é todas assim não. Tem algumas que não...não colabora muito não. Que ele tá preocupado é com área *dele* em si ali, não tá no entorno, entendeu? Mas a maior parte tá sim, porque aí você passa e explica, por exemplo, você vai num...num.. aqui mesmo, aqui o Trote, uma área grande, quando a gente faz vistoria aqui, geralmente vem...vem um bombeiro ou mesmo pessoa...vem junto com a gente, aí cê vai mostrando: “Ó, aqui tem um problema, ali tem problema, ali tá acumulando água ali, Tá tendo isso tendo aquilo então eles vai anotando, e dentro deles então depois da outra vez que você vem eles procurarem dar solução pra essas áreas onde a gente procura . E por fora você explica: “Ó, precisa mandar a pessoa da

limpeza recolher porque tem muita... essas...plantas ali, né, geralmente as pessoas que passam jogam copinho, garrafinha, não sei o quê,

S:—Na calçada, você diz?

J:—É...isso...na calçada e principalmente nessas plantas...essas...no meio dessas planta ali cê acha muita coisa ali. Sabe? Então aí a gente pede pra eles não esquecerem de de vez em quando dar uma olhada, não esquecer, pedir pro pessoal não cuidar só da área interna, área externa também – a gente faz esse trabalho de pedir pra eles tarem olhando a área externa também, né, então... mas a área externa é uma área muito...que sempre tá...tem movimentação de... das pessoas e sempre às vezes fica alguma coisinha assim.

S:—Tá certo.

J:—Entendeu? Mas eles têm sim a preocupação. A gente orienta em relação à área externa também.

S:—Tá certo, e essa ponte então - você faz a ponte da Saúde Pública com a população e com os empresários, com as escolas, com todo mundo que tá envolvido com o cuidado ambiental em favor da saúde. Você vê possibilidade de integração no Distrito Vila Medeiros, dos esforços da Saúde Pública, daquilo que se aprende na Ciência Ambiental, da área da Educação...Você vê um jeito de integrar tudo isso?

J:—Olha, eu acho assim...porque...a dengue tem uns dez, doze anos que realmente foi criada a área da dengue. Tinha a área sim, mas era mais...tinha essa área... e aos poucos a gente tá conseguindo bastante integração do movimento...num todo, entendeu? É difícil, porque você tem que tá fazendo esse trabalho de formiguinha memo, tá lá todo dia batalhando, batalhando, batalhando; mas eu acho que o que era alguns anos atrás já tem...já tem bastante diferença, sabe? O povo tá tendo mais consciência sim de que a sujeira traz muita doenças mesmo, então eles procuram ter mais cuidado. Eu acho que tá tendo sim, que é um trabalho que tem que ser contínuo, não adianta, se parar, né, tudo.... volta tudo atrás. Então tem que...precisa tá sempre fazendo isso.

S:—Então você acha que dá pra integrar? Os esforços...dá pra juntar os esforços?

J:—Dá, eu acho que é por aí mesmo que tem que fazer. É. Tem que tá indo, principalmente igual, a gente tá fazendo esse trabalho com as crianças nas escolas...é...essas criança já vão crescer com uma consciência ambiental melhor, entendeu?. É mais difícil você mudar os hábitos das pessoas mais velhas, mas você já vindo crescendo com isso daí eu acho que é bastante importante.

S:—E você teria sugestões, então, Joana, pra aprimorar a comunicação ambiental lá no distrito – distrito de Vila Medeiros? Teria alguma ideia que você gostaria de colocar, alguma sugestão?

J:—Olha, a gente tem uma ideia meio maluca [gargalhada], ideia meio maluca: mandar pra globo a opção dela botar lá na novela uma pessoa com dengue, que é pro povo ver, que aí

todo mundo vai ver porque é horário nobre, não adianta ficar igual a TV Cultura passa, a TV não sei o quê lá passa, a TV não sei que...mas... tudo é TV que quase ninguém tem acesso ou então é horário que é pras criança. É por isso que eu tô dizendo que a consciência vai sair pela criança mesmo, né? Um negócio assim que deixasse a pessoa apavorada, assim, que ela visse que é perigoso, sabe, pra ela poder tomar aquele choque, entendeu? Tem que fazer uma coisa assim mais impactante, mais chocante assim, pra pessoa tá...acordar um pouco.

S:—Então a novela seria um caminho?

J:—Eu acredito que sim [riso], porque propaganda muitas vezes o adulto não tá nem aí porque ‘cê pega o controle, ‘cê muda de canal na hora, né?

S:—Tá certo, Joana. Joana, tem mais alguma coisa que você gostaria de dizer pro pessoal lá da Escola de Comunicações e Artes?

J:—Olha, eu agradeço a sua oportunidade, espero que tenho sido de valia pra você...

S:—Certamente foi.

J:—Tá...eu gostei muito. Foi legal! Valeu! Brigada, viu?

(.....) Aproxima-se o chefe da Joana. Inicia-se uma conversa informal sobre a sintonia em que ambos trabalham. Em seguida faço mais uma observação:

S:—Ah, Joana, faltou mostrar o cartaz, né?

—Ah, tá. (Joana mostra o cartaz usado em final de 2011 na campanha contra dengue). Esse daqui foi um dos folders que foi usado agora nesse final do ano de 2011, a gente utiliza desse daqui pra locais onde tem concentração de pessoas, escola ou postos de saúde, bar, restaurante, essas coisas que a gente deixa que a pessoa vê e chama atenção da pessoa pra ela tá lembrando de não tá deixando nada que possa tá acumulando água.

—Muito bom.

—Tá? Aqui (mostra mais cartazes)— ó que eu tô falando sempre tem orientação no...no... é... a gente tem os pequenininhos, sabe, que tem essas orientações aqui

—Você falou...os panfletos, não é?

—É. Os panfletinhos que a gente distribui.

Seguem-se observações de ambos sobre os cartazes empregados nas várias campanhas contra a dengue. Dois em especial são citados: um com um vaso de ciclame, que Joana afirma achar bonito; outro que ambos consideraram inapropriado para a divulgação a que se propunha, porque remetia a outros temas, como terceira idade, campanha racial, ‘coisa de doido’. Segue-se conversa (informal e que não será reproduzida na íntegra porque isso não foi previamente acordado) sobre a equipe de comunicação que formula o material publicitário, sobre o qual eventualmente eles opinam:

[.....]

–É...isso daqui não é feito pela gente não, é o pessoal lá de COVISA [Coordenação de Vigilância em Saúde]

–**Oh, gente, muito obrigada, eu adorei – vocês estão contribuindo imensamente com o meu trabalho!**

Entrevista com Adeliana Saes Coelho Barbedo

(Engenheira Agrônoma)

Sandra:–Boa tarde, pessoal da ECA, nós estamos aqui com a Adeliana Barbedo, que vai se apresentar pra nós, ela é engenheira agrônoma, doutora, pela universidade...[passando a palavra à entrevistada]

Adeliana:–Eu sou graduada pela Universidade de São Paulo, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, ESALQ, Piracicaba, e fiz o mestrado na UNESP, Botucatu, e o doutorado também na UNESP, campus de Botucatu.

S:–E você trabalha hoje...

A:–Trabalho na prefeitura do município de São Paulo, na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, no núcleo Norte 2, que é um departamento de gestão descentralizada da secretaria.

S:–Nós queríamos que você iniciasse, então, além da apresentação, falando um pouco sobre o seu trabalho lá na secretaria, lá no DGD, sobre os projetos que você desenvolve lá e a relação deles com os processos de comunicação empregados pra o desenvolvimento.

A:–É...nosso programa principal e a nossa forma de atuação é o programa de arborização urbana, né, que é um programa instituído por lei e visa a melhoria da qualidade ambiental do município, o incremento da vegetação, como melhoria da qualidade dessa vegetação. A nossa área é mais especificamente nos núcleos, nos DGDs, é o plantio de árvores nos logradouros públicos das subprefeituras Vila Maria-V, Guilherme, Santana-Tucuruvi, Casa Verde-Cachoeirinha e Jaçanã-Tremembé. Essas quatro subprefeituras. As diretrizes são dadas pela secretaria, na forma do programa mesmo, da legislação em si e das diretrizes dadas pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes, que é o DEPAVE. São contratos específicos de manutenção e mudas de árvores e em especial em áreas institucionais, em logradouros públicos, em áreas verdes públicas, não só municipais, mas de todas as esferas e ao longo de...de rede estrutural, rede hídrica e...basicamente é isso, nosso trabalho é basicamente esse. A relação com a comunicação fica...é... mais com a equipe de educação ambiental do próprio núcleo também, que a gente tem educadores, gestores ambientais, e a nossa parte é mais a parte técnica, a parte agrônoma em si da aplicação do programa.

S:—E quantas pessoas tem nessa equipe, como que vocês trabalham?

A:—Hoje nós somos três técnicos, não especificamente no programa de arborização urbana, mas na coordenadoria de biodiversidade. São duas engenheiras agrônomas, eu com a parte de arborização e a outra agrônoma com o programa de agricultura urbana e periurbana. E uma bióloga, que também dá suporte pra esses dois programas. O programa de agricultura urbana e periurbana não tem um contrato específico; a área de atuação é mais da técnica em orientar, fomentar hortas comunitárias, plantio de espécies medicinais, mas não é propriamente um serviço como é o de plantio. A gente tem o contrato, que são empresas terceirizadas, que nos prestam esse serviço, mas que hoje nós estamos em fase de licitação desse contrato. Então, da prefeitura efetivamente são três técnicos na biodiversidade. Quando há contratação, são...há o aporte de dez jardineiros e um técnico agrícola, um engenheiro agrônomo e dois auxiliares de jardinagem, dois motoristas. Então a equipe é reduzida, ela é a eficiência dela tem que ser grande pra gente conseguir fazer algum trabalho de sucesso [riso].

S:—Então, quem vai primeiro é o pessoal da educação ambiental fazer o contato quando você precisa arborizar uma área ou você tem um projeto pra executar. Quem vai primeiro fazer os contatos, como é que funciona isso?

Isso. A princípio é a equipe de educação ambiental. A gente tem feito várias tentativas dessa...de como fazer essa comunicação. Ainda a gente gostaria de chegar num protocolo, né, de comunicação ambiental. Então, tem-se uma área que é carente de áreas verdes, é...pelo atlas ambiental detectou-se que naquela área há necessidade de incremento dessa arborização. Como se fazer esse...chegar à população com essa atividade, né? Algumas tentativas já foram feitas, mas todas empíricas, né, sob o ponto de vista de comunicação. São agrônomos e gestores tentando conversar com a população e mostrar a importância do verde, né? Que a gente às vezes não tem os mecanismos mais certos e mais eficientes, né? Mas o que a gente faz? O pessoal da Educação Ambiental vai casa a casa, né, cadastrando os locais que as pessoas aceitam receber essa árvore em frente a sua residência, em frente ao seu comércio, enfim, mostrando a importância dessa vegetação não só pro cidadão como pra toda a comunidade do entorno, pra toda a cidade no final e a equipe vem depois, abrindo as covas, fazendo trabalho técnico, buscando as mudas nos viveiros e fazendo plantio efetivo. Num intervalo periódico, essa equipe retorna pra fazer a manutenção dessas mudas, que consiste em adubação, em poda de formação, em condução, colocação de tutores, pré-tutores, enfim, as atividades de manejo que requer uma muda até que ela se forme, se consolide como uma árvore adulta, que aí é...é...a parte do programa de arborização efetuado pela subprefeitura, pelas unidades de áreas verdes. Então, assim, a gente cuida até a muda ser não mais considerada muda e ser considerada árvore.

S:—Que é uma assistência...

A:—Que é...é.. um berçário, né?

S:—E a integração do município com esse trabalho, o município ele tem interesse, em linhas gerais assim, o município tem interesse? Ele se integra?

A:—Depende muito de quem está chegando e de como está chegando e como é a avaliação do município com o histórico dessa árvore, dessa vegetação no seu bairro. Então quando a gente tem bairros onde a queda de árvores é muito acentuada, há muitas ocorrências de queda de luz por conta de queda de árvores, ou o calçamento não está muito conservado por conta das árvores, então a aceitação desse município é bem menor do que num ambiente onde você tem condições mais propícias, onde você tem uma ação do poder público mais efetiva. É...quando é feito com o próprio morador do entorno, também essa aproximação é bem mais eficiente do que nós como técnicos ou como...é...poder público, né, chegando e oferecendo o serviço. Quando é alguém do conhecimento dele, de dentro da comunidade, o aceite é maior. Às vezes até quando nós chegamos com o serviço, eles se retraem, né? Então, na frente da pessoa, da comunidade eles aceitam, mas quando a gente chega [risos] pra plantar efetivamente a árvore eles não aceitam mais. Aí o marido não quis [risos], ou “moro de aluguel”, então tem umas coisas demais...esse tipo de ocorrência, não é?

S:—Então você deve lembrar um pouco, um pouquinho do distrito! A gente tá pesquisando o distrito Vila Medeiros ali. Acontece isso no distrito V. Medeiros?

A:—Acontece. E como, não é? [risos]. Porque tinha as atividades que nós desenvolvemos lá – foi a partir do trabalho da...do seu trabalho, junto com o MOVERR – e quando tinha um representante da rua, a atividade era muito mais...calma e tranquila, né? E ele se responsabilizava por essa atividade, porque quando a gente entrava num logradouro que ninguém era conhecido e que não...não tinha ninguém como *ponte* desse trabalho.

S:—Tá certo. E dentro dessas pontes que vocês vão fazendo com a população, você percebe, no distrito Vila Medeiros, por exemplo, é...sentido de coletividade? Assim...tecer a ideia de que a arborização, que é o ramo em que você tá trabalhando aí, a arborização é importante...você sente que existe um sentimento coletivo em relação a isso?

A: (Breve pausa) —Ah, eu acho que...de uma maneira geral... não. Não sinto isso, porque as pessoas tão mais preocupadas com o enfoque...hnn...daquele indivíduo árvore em frente da sua casa. Não se pensa como coletividade numa melhora do ambiente do distrito, e aí da subprefeitura, e da cidade, enfim, né? E quando ela tem essa percepção negativa ela tem a percepção negativa também individual, que tá trazendo transtorno pra *sua* casa, que tá trazendo transtorno pra *sua* rua, e não os benefícios que aquela árvore traz pra o todo. Então esse desenvolvimento de coletividade acho que também fica aquém, mesmo que seja uma pessoa da comunidade fazendo esse tipo de intervenção. A gente teve outros exemplos na Vila Gustavo também, que era com a...com a senhora Fátima, e era uma ação voluntária individual. As pessoas aceitavam (ou não) porque era a moradora da rua, tal, que batia na frente da sua casa e oferecia esse serviço, né? Então, eu acho que coletivamente eu acho que fica muito a desejar. No meu entendimento, assim, as campanhas deveriam ser maciças, de...de...da *cidade* mesmo, da necessidade da *cidade*, de ter um ambiente melhor, de ter você algumas ações que... - depois cê reclama que o seu bairro tem enchente, mas você não pensa como que você pode contribuir para que seu bairro não tenha essa enchente – o bairro, né, não só *a sua casa*, *o seu estabelecimento*.

S:—Você falou em campanha mais maciça, na cidade toda. Pensando nos meios de comunicação, nas formas de comunicação, a quais fontes de informação você acredita que o cidadão dá mais atenção quando o assunto é meio ambiente urbano, é a melhoria do meio ambiente urbano?

A:—Então, eu acho – acredito - que as campanhas que enaltecem o lado negativo elas têm mais força do que as que não; por exemplo, queda de árvore em fiação. As pessoas “Não! Avisem a concessionária”, avisem, no nosso caso, a Eletropaulo, “tantas mil árvores caíram, tantas mil árvores foram podadas”, então é esse lado negativo de desastre, de catástrofe que acho que chama mais atenção da população.

S:—Mas e vem por onde essa informação? Você acha que a população absorve essa informação de que veículos?

A:—Veículos de...televisão, mais do que de jornal e...basicamente eu acho que de televisão, né, que são feitas essas campanhas, principalmente na época de verão, eu tenho uns...não é dado estatístico, mas que... o segundo serviço solicitado nas subprefeituras através do serviço de atendimento ao cidadão é de poda de árvore. Não é nem de limpeza de praças, nem de buracos, não sei nem qual seria o primeiro, mas poda de árvores tá nos primeiros do ranking de solicitação dos municípios. E plantio é um dos últimos, né? (riso). É... Então, é bem...

S:—Mas e quando a comunicação é feita com o munícipe, por meio da conversação, você sente assim algum resultado diferente ou não?

A:—Se o munícipe tem já uma concepção negativa, a gente não consegue mudar só com uma conversa. Não tem esse poder de persuasão, não sei se pelo palavreado usado, pelos termos que a gente às vezes até muito técnicos talvez use quando vai abordar, ou pela forma mesmo de tá se abordando isso, é...quando a gente tá em campo, ou a pessoa quer, ou ela não quer. Não tem uma, assim, “Ah, não eu não quero”, “Mas vamos conversar”, e aí a pessoa passa a querer. É bem difícil, é raro acontecer isso.

S:—Certo...E você associa isso com o modo de vida contemporâneo?

—Sim, nossa! Extremamente associado! Hoje as pessoas são cada vez mais individualistas, cada vez mais primam o seu próprio conforto, individual, em detrimento do coletivo, então quando a gente vê cada vez mais carros enormes trafegando na cidade pra transportar uma pessoa, duas pessoas, é...e vai na contramão, né, do desenvolvimento, qualidade de vida, e cada vez mais...Árvore, ela é considerada um bem de domínio público, a partir de cinco centímetros a 1,30m do solo ela é bem de toda a população, não só do indivíduo que tem aquela árvore, mas ele só se preocupa com os prejuízos que a árvore causa a si, e não os benefícios da coletividade. Isso é completamente relacionado com esse modo de vida de ganhar, ganhar, ganhar e quanto custa ter uma árvore? E é um dos temas mais difíceis da gente hoje valorar é a compensação ambiental, o quanto você faz um dano, quanto que você deve repor, quanto mesmo, quantidade, numerário, né? É tema de tese até isso— a valoração disso.

S:—Interessante.

A:—É, porque a nossa lei, a principal lei municipal de vegetação é de 1987 e lá diz: que você corta um indivíduo arbóreo você replanta *um* indivíduo arbóreo, não importa o porte desse indivíduo arbóreo que você removeu. Então pode ser um eucalipto ou...qualquer espécie que seja, nativa ou não. Você tira uma árvore imensa e você planta *uma*, no lugar, você planta uma muda, que não quer dizer que ela vá se consolidar e virar uma árvore, né, adulta. E aí há algumas portarias, alguma...tem umas áreas patrimônio ambiental no município por decreto estadual que essa compensação é diferenciada, mas *em portaria*, não é legislação. Então algumas áreas você, em função do diâmetro de uma árvore planta ‘n’ mudas. Há uma gradação, mas não é lei, não tem força de lei. Então é uma área que não tem a força suficiente pra fazer uma lei, que melhore a qualidade de vida do cidadão, né? E as pessoas não tão interessadas muito nisso...

S:—Você acha que dá pra gente fazer as pessoas se interessarem, a partir da escola, a partir da Educação?

A:—Acho, acho sim.

S:—Que que dá gente pensar em termos de comunicação ambiental e escola? Bom, primeiro: as escolas participam quando tem algum projeto? Vocês propõem e elas participam?

A:—Participam! E a gente tem maior respaldo e resposta da educação infantil, porque eles ‘tão formando a... consciência, vamos dizer, tem até uma professora de geografia - ela fala que a gente não tem que desenvolver *consciência*, porque consciência a pessoa tem e tal, a gente tem que *sensibilizar ambientalmente*, não é “ah, consciência ambiental”. E a gente consegue sensibilizar mais as crianças, né, a educação infantil, e elas participam - claro que não na abertura da cova, não no carregamento das mudas, né, - nem que seja só pra jogar uma aguinha ali. E a gente vê uma satisfação maior do que quando você trabalha com adolescentes... ou com jovens, né, que aí parece que já ‘tão com outro foco... Essa história de meio ambiente parece meio fora da realidade deles, né? Tanto que quando a gente propõe atividades com os jovens e fala que é com ferramentas e um trabalho mais pesado, são poucos os que se mostram interessados; se fosse uma atividade com computador, talvez isso surtisse mais efeito. Então essa parte de comunicação se talvez fizesse uma ligação com informática, com uma coisa assim talvez até tivesse algum resultado positivo, né? Não sei...

S:—Pode ser, né?...E pensando em escola, todas participam – escolas estaduais, municipais, particulares ou tem um tipo?

A:—Prioritariamente são as escolas municipais, que o enfoque é dado pras escolas municipais. Tem um projeto até muito interessante que foi indicado pra participar do congresso de cidades educadoras, que...acho que seria até interessante você entrevistar a professora, de biologia, profa. Wilma.

S:—Seria bom.

A:—É. Ali na Maria Amália a escola dela.

S:–Pertinho.

A:–É uma EMEF. E ela faz uma ligação da disciplina biologia, disciplina matemática e ciências com os alunos de oitava série, acho que ainda é série lá, e... sétima, oitava e o EJA também. Então eles fazem os cálculos de o consumo deles em casa e na escola, e fazem a relação em árvores a serem plantadas, em mudas a serem plantadas. O projeto chama ‘Sequestro de Carbono’. Projeto Sequestro de Carbono. Já é o quinto ano que é feito nessa escola, e é muito interessante porque a gente participou – é uma parceria né – a subprefeitura indica as áreas, a gente faz abertura de covas, adubação e os alunos efetivamente fazem o plantio. E é muito interessante quando você pergunta: “e você, vai causar o dano a uma muda que tá na frente da sua escola?”. “Não, né?”. Porque ele sabe, ele participou, ele tem todo aquele desenvolvimento do conhecimento, do conceito da biologia, da matemática, em termos de gráficos e não sei o quê, e de ciências, né?

S:–Transdisciplinar, interdisciplinar...muito interessante.

A:–É...e foi muito legal e é a professora que tá indo pra Coreia apresentar o trabalho.

S:–Que legal, eu quero conhecer.

A:– E ela é super animada. [Ele⁹⁷ não tá mais gravando, então a gente pode falar bastante...]

S:–Ele tá gravando! [risos]

A:–Ah, tá?! [Gargalhada]

S:–Continuando, com os processos de comunicação ambiental. Então, quando você chega a uma escola, os processos de comunicação pra escolher a escola, pra entrar em contato, então tem vários níveis aí – a comunicação com a direção, com os professores, com as próprias crianças. Como é que isso é feito? Como é que você avalia essa parte?

A:–A parte da arborização a gente chega quando o pessoal da educação ambiental já fez todo esse processo. Que, normalmente se recebe a demanda, e aí faz-se a visita à escola se a diretora ou a coordenadora pedagógica estão envolvidas, né, aí a gente já chega meio que no finalizar do processo então são dadas palestras, são dadas oficinas, tem oficina de reconhecimento de vegetação dentro do pátio da escola...e aconteceu até ali na Maria Cândida, numa escola estadual foi um processo assim. Quando são muito pequeninhas aí tem teatro, tem contação de histórias, e aí o programa chega na hora do plantio efetivamente. Mas...é...depende muito da receptividade do corpo docente, de ganhar...de...de comprar aquela ideia. Não é uma relação institucional – isso eu falo sempre em relação até ao trabalho dentro da prefeitura, né, a relação é bem pessoal, é porque a relação entre o agrônomo da Secretaria do Verde é boa com o agrônomo da subprefeitura, aí o trabalho ele se desenvolve com maior facilidade e o sucesso é maior. Não adianta falar “Ah, vai fazer-se um programa instituído por lei e entre as secretarias”...mas se a relação pessoal não for bem, o programa não sai do papel, né? É bem interessante. Na Vila Maria e no Distrito Vila Medeiros, a gente tem um relacionamento muito bom, pessoal mesmo, com a unidade de áreas verdes da subprefeitura,

⁹⁷ O André Falcão, meu filho caçula, que fez o registro audiovisual das entrevistas. Obrigada, filho!

então tanto as atividades do programa de agricultura urbana, de arborização urbana, a gente sempre tá trocando figurinha e tá trocando ideia, trocando experiência e o trabalho flui.

S:—E essa fluência do trabalho, ela chega à família? Você tem...é...notícia disso, assim? A família chegar a se envolver, a criança relata que mudou alguma coisa lá no lugar onde ela mora, por conta do que ela aprendeu, vivenciou no projeto – em um projeto qualquer?

A:—Teve uma experiência, daí não sei dizer também se é...recorrente, né, que era pra... recolher embalagem de leite, pra fazer recipiente pra muda e eu não sei como isso chegou ao pai da criança que “Não, não vai ficar guardando coisa suja aqui em casa pra fazer muda”, então esse foi o supernegativo, né? Então acho que não soube...a gente não soube explicar direito ou de uma forma correta o objetivo daquela atividade, né? Agora o contrário também é, porque eu já dei palestra em escola particular, que talvez tenha um nível socioeconômico melhor e tudo, mas que eles chegavam pros pais e relatavam que tinham aprendido, que teve plantio de pau-brasil, então as pessoas relacionavam, que o único país que o nome é um vegetal é o Brasil, né, nós não temos outro, não é? Então é...esse tipo de informação chegou aos pais através desse contato com as crianças, mas assim de mudar, de falar “Ah, eu quero uma árvore na frente da minha casa” e o pai deixar (riso), eu acho que ainda não chegamos nesse ponto [risos].

S:– [risos] Estou pensando nisso! A próxima pergunta que eu ia fazer é sobre o entorno. Quando há projeto na escola, a escola mobiliza o entorno e você percebe depois mudança nesse entorno?

A:—Percebo. Essa escola da Maria Cândida foi bem isso mesmo. No primeiro momento a gente tinha cadastrado vários locais de plantio, onde eles moravam, ou em bairros mais longínquos, e aí não teve como a gente fazer esse trabalho; mas aí a gente fez no entorno da escola e depois de fazer essa trilha dentro do pátio da escola. E você passa lá hoje é muito diferente de escolas que você só plantou no entorno e não fez esse tipo de trabalho dentro do ambiente escolar. Porque às vezes tem mais até vandalismo e depredação no entorno de uma escola por incrível [riso] que pareça do que lá, num logradouro comum. Mas também tem a percepção negativa; se a diretora já...já teve problemas com uma árvore dentro do pátio, que não foi podada ou que não foi removida, enfim, ela não vai abraçar essa ideia de plantar no entorno da escola, né? [riso]

S:—E quando abraça, esse plantio no entorno, ele se expande pro bairro como um todo? Assim, tem repercussão? Alguém mais pede, alguém mais quer, ou a própria escola se encarrega de mobilizar o bairro?

A:—É. A gente faz um trabalho de integrar esse entorno, pelo próprio serviço de plantio, então a gente cadastrou no entorno da escola vinte mudas, se nas ruas do entorno tem espaço e tem condição pra plantar, a gente faz uma ordem de serviço pra toda aquela região, não só pro entorno da escola. E há munícipes que quando veem o caminhão chegando com mudas, se entusiasma e pedem, né? Às vezes quando a gente tá demarcando os locais, a pessoa não viu a gente passar ou então a gente não bateu e não perguntou, a gente só demarcou, e quando

chega com a muda, a muda tem esse...esse valor assim, de mostrar, parece que ele “Olha que coisa bonita que vai ficar na frente da minha casa”. Então às vezes tem isso também - você chega com um caminhão com muda, pra plantar dez árvores e no fim você teria lugar pra trinta e quarenta, só por o caminhão estar ali com as mudas. Isso tem sim, mas...é...o processo acho que a gente tá...tá aprendendo ainda...

S:—É uma comunicação... visual e...

A:—É. Concreta, né?.

S:—Estética...estético-visual.

A:—É, né, vê que a muda é bonita, é grande, às vezes até chega florida. A flor é um ponto bem importante de comunicação, eu acho, porque quando o munícipe vê uma muda com flor, ele tem uma receptividade muito maior do que uma muda só com folha, né? Só verde! E às vezes é isso. “Quer que plante uma árvore em frente da sua casa?”. “Dá flor ? Que flor que é?” “Que cor que é?”; “ Ah, eu quero um ipê amarelo, porque eu gosto do ipê amarelo”, então a flor, agora nessa conversa eu pensando, é uma forma de comunicação visual na receptividade dessa muda.

S: – Muito bom!

A: —É.

S: —Interessante! Isso eu não tinha pensado.

A: É. [risos]

S: —E em relação...(– eu sei que você tem que trabalhar...)

A: – Não, pode ficar tranquila.

S: – E em relação à comunicação ambiental e os projetos que vocês desenvolvem e as ONGs, as associações em geral, as associações de bairro, seja lá qual for, você sente que...elas participam...ou como é que é o processo comunicacional pra trabalhar com elas?

A:— Houve uma experiência, há dois anos, três ou mais, chamou-se ‘chamamento’. Então a secretaria ela elencava alguns distritos; os critérios desses distritos foram estabelecidos pelo pessoal da educação ambiental, não foi pelo pessoal da biodiversidade, e aqui na zona norte foi escolhido o distrito – que na época era...a norte era desde a Vila Maria e a Vila Guilherme até Perus, todo o leque ali, nordeste e noroeste – e foi escolhido o distrito Anhanguera, pra se fazer uma arborização, porque sempre – isso desde a época do projeto um milhão de árvores, do programa dois milhões de eucaliptos, com todos os seus...as suas características negativas, né, – o grande problema foi a comunicação com a população. Foi o chegar e arborizar e ter sucesso nessa arborização com a participação da população, então contratou-se algumas organizações não governamentais pra desenvolver esse processo de educação ambiental. Contudo, no nosso caso, da região norte, foi escolhida uma organização – e eu não vou saber

dizer quais foram os critérios dessa escolha,— que não tinha um histórico na área. Ela chegou pra desenvolver esse projeto, então ela não tinha essa forma de comunicação com a população de lá. E aí...não teve essa mobilização, né? Ia nas escolas, as escolas não ‘tavam interessadas, as unidades básicas de saúde que é...hoje os agentes comunitários de saúde são fatores muito importantes nessa comunicação e a gente tem um programa, Ambientes Verdes e Saudáveis, que faz essa interface aí. Eles também não tinham, naquela época, essa vivência, esse conhecimento e... foi um... não foi um programa de sucesso, não foi um projeto de sucesso esse ‘Chamamento’, porque a organização não ‘tava preparada, não tinha orientação de como desenvolver, talvez. E no fim foi um plantio normal, como se não tivesse educação ambiental junto.

S: – E quando a instituição ou a associação é do bairro? Vocês fazem contato com as [associações] da região?

A: – Aí é diferente, como o caso do MOVERR lá na Vila Medeiros; que a própria organização ela é do bairro, ela tá ali, o morador é o representante de rua, então ele tem... ele faz parte da organização mas ele é cidadão, né? Então é muito diferente. É muito positivo quando tem esse envolvimento e quando é a própria organização que chega pra... nos...que nos procura; que quando a prefeitura, o poder público parece que vai oferecer, as pessoas ficam meio “Ué, vai oferecer por quê? O que que cês tão querendo?”. A gente escuta muito “Ah, é por que tá na época de eleição?”, “Não, meu senhor, eu sou funcionária efetiva, concursada, tendo eleição ou não tendo, meu serviço é esse, eu faço isso porque eu gosto disso, eu tenho a formação e trabalho nessa área; não é por conta de fulano ou ciclano que a gente tá aqui”. Então é engr...é interessante, tem essa reação também. “Ó, Oferecendo”, né? Sempre o poder público tá...tá cobrando, né? “ ‘Cês tão oferecendo melhoria de qualidade de vida, como assim?’” [risos]

S: – Mas aí você avalia então positivamente quando a associação vem buscar o poder público e...

A: – Sim, sim.

S: – ...e aí você acha que o retorno ambiental é mais...

A: – É mais efetivo.

S: – E em relação às igrejas? As igrejas costumam se envolver? Se vocês forem procurar as igrejas ou elas procuram vocês?

A: – É, a gente já teve as duas situações: a gente indo até a igreja, igrejas indo até a gente. E é como se fosse uma associação de bairros, como se fosse... uma ONG, só que de fundo religioso, sim, mas que tem o comprometimento da população também. A gente já teve momentos que a gente foi até a igreja dar palestras e angariar pontos de plantio através da igreja, como...de todos os credos assim, budistas, católicos, evangélicos, em campanhas da fraternidade a gente teve distribuição de sementes...

S: – E em termos de plantio, assim, quando essas campanhas vão se desenvolvendo, a adesão, o retorno mesmo, como é que você avalia o retorno?

A: – Bom, campanha de adoção de árvore a gente tem faz muito tempo que é chamada adote uma árvore. As campanhas não são hoje especificamente com esse tema. Elas passam mais por lixo, por enchentes, esse tipo...a árvore em si a gente vê muito o discurso “Ah, é interessante, é bom” tudo, mas uma campanha efetiva assim a gente não tem muito isso...hoje em dia, então, talvez o retorno fosse maior se a gente tivesse uma campanha. Permanente, né? Existe uma legislação que fala ‘campanha permanente de incentivo à arborização’. O município vai aos pontos, viveiros e parques, alguns parques, é uma fornecida uma muda de árvore em função das condições do local onde ele vai plantar. E a avaliação é feita a distância, pelo técnico e o município se compromete a plantar essa árvore no local onde ele disse que iria plantar. Mas é...efetivamente quanto dessas árvores, dessa mudas se tornam árvores, a gente não consegue mensurar esses dados.

S: – E no caso do empresariado? O empresariado colabora nos projetos ou até pra ajudar a mensurar os dados, enfim, no que que o empresariado colabora quando vocês desenvolvem projetos?

A: – A gente conhece bastante colaboração ou cooperação quando são os termos de cooperação, de praças, de áreas verdes. Então a empresa tem a obrigação de fazer aquele ambiente mais agradável, enfim, manejá-lo, em troca de algumas placas de publicidade, de cunho publicitário e também pra tornar aquele ambiente no entorno da empresa agradável e bonito, enfim, pra própria imagem da empresa que tá fazendo aquela cooperação. Em termos de plantio de árvore a gente não teve isso ainda. Algumas tentativas, mas assim, de concreto...pra cá, pra gente a gente não teve do empresariado em si. As atitudes foram voluntárias e foram individuais, de cidadãos, de cidadãs que voluntariamente fizeram esse serviço. Mas não como uma empresa, que o ganho... acho que em termos de publicidade seria interessante, porque eu acho que é um gancho que as empresas não tão desenvolvendo. Às vezes elas ficam mais preocupadas em colocar uma placa maior do que a praça que elas tão cooperando e manejando [risos]. E por outro lado você vê placas em lugares totalmente abandonados, que é um marketing negativo daquela empresa que tá com aquela placa ali. Então eu acho que o empresariado ainda não tomou ciência do quão é importante pro seu negócio ter um ambiente interessante, seja no entorno, seja no bairro, seja na cidade!

S: - Tá certo. e voltando um pouco, você falou da professora de biologia que integra as disciplinas pra poder desenvolver um projeto. Como é que você vê a integração da própria Ciência Ambiental, da Saúde Pública, da Educação, da Educação Ambiental e a Comunicação aí nesse meio de campo?

A: – Então, a Saúde Pública é fundamental, quando você fala em meio ambiente a fins de sensibilizar as pessoas, porque quando você fala em doenças respiratórias, aumento de doenças respiratórias, aumento de problemas de saúde de um modo geral e correlaciona isso com a qualidade de vida, com a qualidade ambiental, as pessoas se sensibilizam mais e os cursos de gestão e de...tem alguns cursos de pós-graduação que estão dentro da Faculdade de Saúde Pública, professores de Medicina, mas que evocam o meio ambiente

como...medicamentos. E é muito interessante essa integração. E eu sempre converso com o pessoal da equipe da educação ambiental do núcleo, que são gestores, são pedagogos, que são sociólogos, que eles têm uma formação de comunicação muito mais desenvolvida que a gente do lado técnico mas que as coisas precisam caminhar juntas. Não adianta eles terem todo esse poder de comunicação se sob o ponto de vista técnico é escolhida uma espécie errada, não é feito manejos daquela espécie, não tem uma manutenção adequada, então essas coisas têm que caminhar juntas, elas não podem ser separadas – fazer uma campanha sob o ponto de vista visual e de comunicação muito bem feito, o material, diagramação muito interessante se tem problemas técnicos no texto, né, se tem formas erradas de colocar a coisa; e por outro lado, se você coloca termos muito técnicos não tá...a população não consegue entender também. Às vezes a gente tem uns folhetos, umas coisas que a gente fala “Puxa, foi agrônomo que escreveu isso”, né, porque a dona de casa não vai entender – não por nada, porque é muito técnico, né? O conceito, o termo usado. Então é muito importante que tenha essa interdisciplinaridade [risos] – é uma palavra;;;;;;

S: - E tem comunicadores, formados em comunicação social ou educomunicação, que fazem parte das equipes?

A: – Então, na nossa equipe em si aqui dentro do núcleo não tem; a secretaria tem uma assessoria de comunicação que às vezes a gente coloca o material pra lá e eles fazem todo um trabalho, eu não saberia dizer se tem essa formação. São jornalistas, alguns são jornalistas que fazem esse tipo de trabalho, mas que o retorno pro corpo técnico fazer uma avaliação - eu acho que é supernecessário, é um vai-e-vem, né? Cê usa...nós temos um termo de compromisso lá, que a gente usa com a população, desde a primeira versão é muito importante você ver a evolução, apesar de não ter ‘profissional’ da comunicação, a gente tem uma evolução muito interessante. O último tem até uma arvorezinha colorida e tal.

S: - Dá um estudo [risos].

A: – [risos] Dá, dá.

S: - Ai, Adeliana, a gente tá chegando aí ao final, a gente tá agradecendo por você ter dado uma entrevista tão tranquila pra nós, com tanto detalhamento, muito obrigada! O pessoal da ECA agradece, eu especialmente, o professor Adilson e os demais e...a gente queria que você falasse um pouquinho, pra fechar aí, se despedir do pessoal, desse algumas sugestões que na sua visão poderiam aprimorar a comunicação ambiental, em termos de distrito, no caso lá no distrito Vila Medeiros, que você conhece bem [risos], se é que você julga que há lacunas nessa comunicação ou se você quiser acrescentar outras ideias, sem ser alguma situação específica, mas enfim...

A: – A grande dificuldade do Distrito Vila Medeiros que eu senti não foi tanto da comunicação mas sim do ambiente físico onde a gente tinha condições de implantar uma arborização tecnicamente viável, né? Alguns logradouros com passeios públicos extremamente estreitos, onde as pessoas *queriam* ter uma árvore na frente da sua casa, *qualquer tipo de árvore* mas que, assim, tecnicamente não tinha condição de colocar. Isso era o que mais me doía, porque tem locais que as condições são ótimas e você não tem quem

abrace a ideia. E lá, no distrito Vila Medeiros, eu acho que foi mais isso. E em termos de comunicação, o que faltou na verdade não foi comunicação, foi o serviço de plantio, né, que a gente não conseguiu efetivamente continuar. Se a gente tivesse uma continuidade da contratação, a gente com certeza estaria lá até hoje, refazendo serviços, abrindo novas frentes, porque a comunicação lá, apesar de não ter sido assim formal e tudo, foi da população pra gente, não foi o contrário, não foi o poder público chegando lá e falando “É importante ‘cê ter árvore na frente da sua casa!’”, não sei o quê. Foram membros da própria comunidade que nos procuraram e que fizeram essa ponte, né? Eu acho que isso foi muito interessante...eu vou...eu ficava muito triste quando era uma situação assim “Não dá” - era a entrada de carro, tinha um poste, tinha entrada de água e a pessoa ficava: “Mas *eu quero* uma árvore aqui na minha frente!” [risos].

Aí...tá vendo? De certa forma, [risos] esse é um empecilho complexo! [risos]

A: – É, porque tinha a cidade ‘legal’, né, a cidade que ‘tá dentro da lei, e tem a cidade que foi se formando na medida, né?

S: - Eu pensei o seguinte, agora em termos de..., já saindo um pouco dessa questão e entrando na questão técnica... a nossa entrevista (a gente até pode fazer tchauzinho pra câmera [risos] mas eu quero fazer mais uma pergunta. Pode deixar gravado porque é técnica e aí é uma curiosidade que eu preciso saber. Se um morador tem um muro, e ele planta uma cerca-viva no muro, essa cerca-viva faria um papel semelhante ao de uma árvore? Ela se desenvolvendo, assim. Se ele tivesse um muro verde – ele...não cabe uma árvore na calçada dele, mas ele tem um espaço de muro, em que ele podia ter alguma espécie ali, uma trepadeira, alguma coisa assim.

A: – É...tem a função ambiental, não vamos dizer que seja a mesma função da árvore, mas tem, como aumento de permeabilidade, porque você no mínimo tem um canteiro, onde a água de chuva pode ser retida com menor velocidade do que você ter um cimentado, sem nada. A folhagem pode reter partículas sólidas, partículas de chuva que não cairão diretamente no solo, ‘cê pode ter...ahn, como barreira de som; então tem a função ambiental também – claro – não tanto como uma árvore frondosa como essa, por exemplo. Mas se cada um tiver uma cerca-viva ou se fizer um canteirinho na frente da sua casa, ou melhor, se fizer uma calçada verde, que possibilita permeabilidade, possibilita fauna, possibilita microorganismos ‘tarem ali se desenvolvendo, mesmo que seja uma calçada mínima, já é um ganho. É aquela...voltando àquela história de coletividade, né? Se você faz um pouquinho, meio que formiguinha, mas o seu vizinho também faz, mesmo que não seja uma árvore, seja uma cerca-viva de hibisco, você tá melhorando a condição ambiental.

S:- Então, eu pensei isso assim. Se a gente podia bater à porta das pessoas e perguntar: “Cê quer uma árvore?” “Não, uma árvore eu não quero, eu não tenho espaço.” “Ah, mas você não quer então que a gente plante uma cerca-viva nesse seu muro que está aqui disponível?”

A: – Eh, o problema é assim: que o programa de arborização tem que ser muda - *de árvore!*

S: - [risos] Mas podia integrar, você podia integrar, pensa nisso: programa misto, de tudo, de flor, de arbusto, árvore

A: – Ah, de paisagismo, na verdade, né?

S: - É, o que tiver de verde a gente coloca, já imaginou? A gente toca a campainha da pessoa, aí ela arranja as desculpas, e a gente: “Não, mas você pode ter aqui um arbusto” “Não, mas você pode ter aqui um verde no muro lateral”, “Não, mas você pode ter uma calçada verde!”.

A: – É, uma ideia ambiental.

S: - Tem que haver um jeito de colaborar! Adeliana, muito obrigada, obrigada mesmo!

A: – Imagina! [risos]

S: - Obrigada[risos]. Era pra ser 40 minutos, acho que a gente ficou uma hora aqui conversando!

(Seguiu-se mais uma conversa informal versando ainda sobre outros aspectos da pesquisa, de cuja transcrição nos absteremos, pois não foi acordada com a entrevistada previamente).

Entrevista com João Manoel de Castro

(Biólogo, Veterinário e Epidemiologista)

Sandra: - Boa tarde, comunidade da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, nós estamos aqui no Parque do Trote, com o João, que é biólogo e trabalha na Saúde Pública. João, nós gostaríamos de que você se apresentasse pro pessoal da ECA.

João: - Boa tarde, pessoal, eu sou João, como já fui apresentado, e trabalho com vigilância ambiental. Dentro da vigilância, quando se fala em vigilância em saúde geralmente o pessoal tem a noção de vigilância sanitária, que é aquela parte que o pessoal faz inspeção nos estabelecimentos que trabalham com alimentos, tal, e esta parte da vigilância ambiental o pessoal vê como uma coisa separada e entendem mais quando se fala do pessoal que lida com dengue, né? Mas é muito mais do que dengue que a gente trabalha. É toda, a visão ambiental como um todo, focando saúde.

Sandra: - Ah, que bom, então eu queria que você falasse justamente disso, dos projetos na região da Vila Medeiros, do distrito, não só da própria Vila mesmo, mas no distrito V. Medeiros. Quais são os projetos que vocês desenvolvem?

João: - Então, o carro-chefe da vigilância ambiental é a dengue, como eu falei, mas dois projetos maiores é o controle de dengue e o controle de roedores; na verdade é controle do *aedes*, que tá ligado à dengue e o controle da leptospirose que tá ligado ao controle dos roedores. Mas a gente enfrenta vários problemas ligados a isso; controle de alguns outros...a gente chama de animais sinantrópicos, animais que convivem com o homem sem que...na verdade, sem que o homem deseje essa convivência, né? Eu vejo aqui mesmo no parque, a gente pode observar que tem alguns pombos. Pombos são animais do tipo ame-o ou deixe-o, né? Ou você ama ou você detesta porque...e agente tem muito problema com controle de pombo, porque pombo pode transmitir doenças também, pelas fezes, e em algumas regiões a gente tem sérios problemas, onde os munícipes pedem o nosso auxílio, pra poder fazer o controle, mas, por outro lado tem sempre aqueles que vão tá alimentando o pombo, dando abrigo pro pombo, pela visão romântica do pombo, que o pombo é um animal que representa a paz, o amor, tal, e é muito difícil tentar fazer essa conscientização de que o pombo quando ele não tá ali, ele vai procurar o lugar dele, que ele tem o lugar adequado pra ele, né? E a gente oferecendo comida a gente acaba trazendo ele pra perto da gente. Controle de escorpiões, aranhas, tudo isso é com a gente lá. Todas as doenças possíveis de serem transmitidas por animais, controle da raiva, né, [ininteligível] de raiva, toda essa parte faz parte da vigilância ambiental.

S: - E quando vocês saem, então, pra fazer um trabalho com a sociedade, quais são as estratégias de comunicação que normalmente vocês utilizam pra que a sociedade conheça o trabalho, participe...?

J: - Eu acho que a principal mesmo é a conversa mesmo, no boca a boca mesmo. Nós temos uma equipe de vigilantes em saúde que saem pra fazer as vistorias nas casas e pra passar informação pro munícipe, né, que a gente chama de agentes de zoonoses, os antigos agentes da dengue, e o que a gente vê que funciona mais é o diálogo, é tentar conversar normalmente. O munícipe quando a gente pergunta, com relação à dengue mesmo, se ele sabe sobre as medidas de controle, tal, eles têm na ponta da língua. Mas aí a gente pede que – se ele permite que entre na casa pra fazer uma vistoria, os que permitem muitas vezes mostram que na fala, na teoria, eles têm o conhecimento, mas na prática a coisa nem sempre tá de acordo. Às vezes tem uma calha entupida, às vezes é falta de observação do ambiente mesmo. Então, às vezes a culpa nem é do munícipe em si, ele sabe que não deve acumular água, né, no caso da dengue o maior problema é o acúmulo da água, por às vezes ele não..., não é nem por maldade, é que ele acaba descuidando um pouquinho do ambiente.

S: - Mas ele é receptivo ao agente de saúde?

J: - Então, isso também é uma coisa bem variável. Normalmente a gente nota, a gente tem muito mais acesso às comunidades mais pobres ou mais humildes do que na população de classe média pra cima. Normalmente a classe média ela se vê muito... acho que com medo, né, violência nos dias de hoje, tal, faz com que ela se sinta...ahn... mais retraída e muito mais cismada, né, em abrir o portão pra um agente de saúde entrar, ou mesmo até pra conversar, pra receber, conversar no portão às vezes já é complicado, eles vêm, olham pela janela e acabam não atendendo mesmo.

S: - E os agentes eles têm um treinamento, assim, específico, além do treinamento na questão das informações sobre saúde, eles têm um treinamento em comunicação ou educomunicação ou em educação – algum treinamento que favoreça essa comunicação com o munícipe?

J: - Muito pouco, na verdade, né? Eles...o que a gente trabalha com eles é a teoria – o que deve ser conversado com o munícipe; agora a forma de como abordar esse munícipe, tal, varia muito de agente pra agente. Tem agente que já tem a comunicação nata, né, é...ele mesmo já chega e já puxa conversa, consegue conquistar o munícipe; outros são mais tímidos e pela própria natureza, se vê que o munícipe também já é fechado, eles acabam não dando muita...não fazendo muita força também pra que a coisa, o diálogo se torne mais extenso, e consiga passar alguma coisa.

S: - E são muitos esses agentes?

J: - Na nossa...cê fala esses que têm problema?...

S: - Não, não, no distrito. No geral, os que trabalham lá no distrito Vila Medeiros.

J: - Olha, da nossa região como um todo, que pega a área de Vila Maria, Vila Guilherme e V. Medeiros, também são três subdistritos, média de mais ou menos cem agentes, dividido mais ou menos equitativamente pra cada um dos três distritos, então dá uns trinta e poucos pra cada distrito, e agora eles já...já vai pra uns dois anos, que a maior parte deles tá alocada em posto de saúde. Eles têm por base o posto de saúde da região. Então eles têm a ligação com a gente lá da...que eles têm como base, né, a SUVIS, que é a Supervisão de Vigilância em Saúde, mas o armário onde eles guardam as coisas deles, tal, pra tá mais...na proximidade maior com a população, eles ficam alocados no posto de saúde, a UBS. E ...até... isso foi feito com – a intenção da COVISA era fazer com que essa mesma equipe trabalhasse a mesma região pra que eles se tornassem familiarizados lá com a região e a população também com eles. Porque antes era assim: era todo mundo ficava centrado na base, que fica aqui na Vila Guilherme, e as equipes eram variadas e cada uma ia, dependendo do dia, pra um lugar. E nisso, às vezes um agente ia pro mesmo lugar várias vezes, outros não; ou senão cada dia ia pra um lugar diferente e o munícipe nunca sabia quem era aquele que ‘tava circulando lá. Então nesse ponto eu achei assim um...– se tem uma coisa positiva nessa alteração, que eles chamam de proeza, né, esse novo jeito de trabalhar, é esse reconhecimento do que eles têm pela população, porque eles já tão circulando lá na área, então a população já sabe quem são eles e eles também começam a enxergar melhor onde estão os defeitos, quais são os problemas maiores daquela região, enquanto que quando era muita circulação, se perdia.

S: - Então você percebe...assim...dá pra perceber então, se a equipe vai com frequência ao mesmo bairro, o retorno, assim, em termos de cuidado ambiental vinculado à saúde, dá pra perceber um retorno da população?

J: - Sim, é...por parte da população, não...não deles, você fala?

S: - Do comportamento das pessoas, se a mensagem chega e...é internalizada?

J: - Sim, sim, na verdade é assim, eles já são identificados como tal, então o pessoal, quando eles vão passando, normalmente já chamam; às vezes – geralmente o problema nunca é com eles mesmos, né, é sempre com o vizinho, né? [riso]. Então, Isso acontece muito: “Olha, porque...ali, duas ou três casa abaixo, tá sem tampa de caixa d’água”, tal, então vem ou tem um material, tem uma casa lá que tá pra alugar e na parte de trás tá...– às vezes, passando pela frente a gente não tem o acesso e pela casa desse munícipe dá pra enxergar lá o quintal da casa, então o munícipe mesmo já fala: “Ó, tem um monte de material acumulado lá, nos fundos daquela casa que tá pra alugar”. Então, acho que tem...[interrupção espontânea do entrevistado]

S: - E você acha que tem um fundo de senso de coletividade nisso ou não? Quando o munícipe vem e fala pra vocês: “Olha, tem uma casa assim... tá acontecendo assim” tem relação você acha com senso de coletividade do ‘se preocupar com o ambiente como um todo’?

J: - Tem. Assim: quando é pra reclamar, geralmente o pessoal se une mesmo, né? [risos]. É verdade, e às vezes tem um terreno, quando a gente vai pra fazer uma vistoria, mal a gente chega com o carro, às vezes precisa o técnico tá acompanhando, não vai só a gente, o técnico vai quando há uma questão mais complicada, mas mal a gente desce do carro, a gente já começa a ser rodeado por um monte de munícipe, pra...porque...ali é um problema mesmo, em comum, às vezes é um terrenão baldio que tá cheio de lixo e que tá incomodando vários, não é só o vizinho que mora ao lado do terreno. Então, eles veem que o vizinho tá falando alguma coisa, geralmente chega o vizinho do terreno, dali a pouco vem um outro, quando vai ver, tá rodeado de gente que...tão com a mesma queixa.

S: - Muito bom.

J: - Só educando.

S: - E em termos, assim, de meios pelos quais a informação chega pro munícipe, a informação ambiental vinculada, no caso, à saúde? Você me falou da conversação, que você...

J: - Hum, hum [gesto assertivo].

S: - ...que você considera o meio mais direto. Além da conversação, a que outras fontes de informação, ou quais os meios de comunicação a que o munícipe dá mais atenção quando o assunto é meio ambiente e saúde?

J: - Olha... eu acho que a mídia, de uma maneira geral, quando estoura alguma coisa assim – mas aí tem que ser mesmo...aquelas...matérias de manchete, né? – pra poder o pessoal ficar mais atento “Ah, tá estourando determinada...” – quando a coisa já tá pegando fogo, uma epidemia se instalando, aí o pessoal fica mais atento, senão ...ahn...normalmente mesmo a veiculação é importante, tá? A televisão, rádio, como mídia assim, pra tá lembrando sempre mais acho... que tem maior aqui...as pessoas se acostumam com aquela mensagem e ... eu acho que não sei se surte tanto efeito mesmo. ...Eu acho que se elas ou, quando elas compartilham, né, com a realidade da coisa...Falando de dengue, mas se ela nunca viu

ninguém com dengue, ele acha que não existe aquilo e que nunca vai acontecer com ela, com a família dela. Então...ou um outro meio que a gente não costuma falar muito, que seria muito legal, é que a...uma rede globo, por exemplo, como vira e mexe eles abordam determinadas doenças como temas de novela, colocasse um personagem lá, tal, isso a gente sempre discute entre nós, internos lá da..., até com os próprios agentes, né, que eles colocassem um doente de dengue lá mesmo pra ver que a coisa podia ser, ter complicações, podendo levar até à morte. Tô colocando dengue como carro-chefe mesmo que é o que mais pesa pra gente, mas todas as outras questões - que é onde o pessoal tá lá inteirado e vendo a realidade que ele gostaria de ver, né... na novela, imagino...

S: - Interessante. E quando você pensa na recepção das pessoas, nas atitudes em relação ao trabalho que vocês desenvolvem, você faz alguma relação com o modo de vida? A minha pergunta é: o modo de vida interfere na apropriação da informação ambiental e de saúde, de maneira que faça sentido pleno pro munícipe? O modo de vida tem alguma...

J: - O modo de vida do munícipe?

S: - É.

J: - Eu acho que sim, não resta dúvida que, aí, é independente até de...tem dois lados, pra gente pensar. O modo de vida uma coisa que já é nata da pessoa, a pessoa tem como...aquilo como um princípio, de interesse pelo seu ambiente, tal, pela saúde das pessoas, e tem aquelas que são muito egocentradas, e que não adianta, e que ‘só pensa nela’, e o ambiente e as outras pessoas que fazem parte desse meio não...pra elas não tem importância. Essas não adianta que você não consegue chegar. ‘Cê tenta, tenta e...parece que elas tão...tão fechadas mesmo. Mesmo assim a gente insiste. Muitas vezes fecham a porta na cara da gente, não te dão nem acesso. E assim, em termos de classe, por outro lado, né, em termos de classes sociais, eu acho que geralmente a pessoa mais carente, de favela – geralmente o pessoal culpa muito o pessoal de favela como sendo eles que fazem o acúmulo de lixo, tal, nem sempre isso é uma verdade. Às vezes acumulam sim, porque, pela própria construção, da arquitetura ali da favela torna difícil mesmo o acesso à coleta do lixo, tal então em alguns pontos da comunidade acaba se acumulando lixo e trazendo doenças junto com o lixo. Agora, o que a gente vê também é a preocupação maior do lado desse pessoal do que por uma pessoa de uma classe mais elevada, economicamente falando, que acha que já sabe de tudo, e que já faz tudo, que tudo tá certo e não permite nenhum diálogo. Então, tem de tudo um pouquinho. Acho que o comportamento de cada um em si é mais... – acho que não dá nem pra generalizar – acho que é uma coisa muito do ser humano mesmo; uns são mais abertos a ouvir, a conversar, a trocar uma ideia, pensar naquilo que o outro tá falando e outros são fechados e é muito difícil você conseguir mexer na cabeça da pessoa que ela mude um pouco o ponto de vista dela.

S: - E daria pra fazer uma ponte com a educação?

J: - Ah! [gesto afirmativo]

S: - Com a educação que as pessoas recebem? Escolar, por exemplo...As escolas participam dos projetos de saúde pública, lá no distrito de Vila Medeiros, existe essa...?

J: - Então, tem escolas que até ligam pra gente, pra gente oferecer palestras e fazer atividades com as crianças, a gente...nós tínhamos um teatro que infelizmente agora com alterações de serviço esse teatro se desfez, e... mas a gente tá tentando ver se resgata, porque era uma forma de comunicação muito bacana, pra surtir efeito na criançada. Era um teatrinho que a gente falava “da dengue” mas às vezes a gente começou a colocar outros pontos também de saúde ambiental no meio, né? E criança adora, adoravam lá o dia que o pessoal ia pra lá – e os agentes também, sentindo que tinham essa atenção toda da criançada se animavam, tal. Agora... tem escola que...não sei se por conta de cada direção também - tem escola que a gente tenta ver se faz alguma atividade que é em prol do coletivo, tal, e eles fecham as portas, não só...não só as particulares, as particulares são piores.... são piores; as públicas ‘cê tem um acesso maior mas mesmo assim não são todas...não são todas.

S: - Eu ia perguntar isso mesmo, a participação das escolas, municipais, estaduais....

J: - É, porque nós tivemos inclusive recentemente um levantamento, um inquérito que foi nacional de... - levantamento de verminoses e foram sorteadas, isso pelo ministério, isso no Brasil inteiro, foram sorteadas algumas escolas e dentro dessas escolas algumas salas de aula. E o agente antes vinha e explicava da importância, falava sobre, dava um...conversava com os pais, os professores também, sobre as verminoses, tal, e a adesão foi muito baixa, as escolas particulares, a gente - aqui da nossa região - a gente teve que fazer outro sorteio porque eles não aceitaram trabalhar e nas públicas a gente esperava uma adesão bem maior e...não foi muito legal não.

S: - Mas aí como é que faz a comunicação com as públicas? Vocês vão, escolhem a escola e vão até lá, não?

J: - Nesse projeto especificamente foi por sorteio, a partir do momento... - como era por amostragem – então foram sorteadas algumas públicas, as escolas da região, entre elas calhavam públicas e privadas, tal; agora as outras, quando a gente fala em outros projetos, a gente tenta ir lá, conversar com o diretor, tal, eles pedem pra que a gente mande um ofício e... ou tem aquela que a gente já sabe que a diretora é aberta mesmo e gosta, pede “Volte outras vezes” e tem aquelas que...não sei se interfere, não entendo exatamente...

S: - E quando a escola busca? Acontece isso da escola buscar vocês pra que vocês desenvolvam um trabalho lá, ou não?

J: - Sim, acontece e às vezes...- eu tô falando também como se só as escolas tivessem fechadas pra gente -, então eu até entendo que às vezes o momento não seja o adequado, mas até a gente deixa em aberto que a escola “Ah, então fica pra uma próxima”, tal, né? Como às vezes a gente também é solicitado a fazer uma atividade na escola e é em época que pra nós é muito pesada, como essa época agora, de verão, tal, que a gente tem muita atividade de rua pra fazer e a parte da educação a gente normalmente concentra mais na época..., a gente diz assim, da entressafra, né, onde as doenças são com uma ocorrência mais baixa, pra treinar, preparar esse

peessoal pra quando as doenças de verão começarem a surgir, então cê já tá mais preparado, não é? Então tem gente que pede pra gente dar uma palestra bem na hora da epidemia. Difícil, porque a gente já tá com toda a mão de obra focada ali pra sanar problema de rua. Tem que ir lá, fazer a...cercar o quarteirão, fazer o fumacê que o pessoal pede; tudo isso desgasta, requer muita mão de obra e às vezes o pessoal fica, da escola, a gente sempre tenta atender, mas tem época que também não dá.

S: - Que não tem como...Tá certo. E quando dá pra atender, que você consegue fazer um trabalho, então, sobre meio ambiente e saúde na escola, você percebe algum resultado visível – assim, no entorno da escola ou no bairro onde a escola está, alguma mudança de comportamento?

J: - Então, diretamente, diretamente não. A gente acha que esse é um investimento...são medidas a longo prazo que a gente vai ver, né, porque as crianças acredito que até vão, falam pros pais, e acho que até acabam olhando lá o vasilho lá em casa, pelo menos a princípio, tal, e se tem o apoio dos pais eu acho que se tem o apoio dos pais, consegue até convencer os pais também a mudar de atitude.

S: - E os jovens? Os mais...os do colégio, por exemplo? Tem trabalho também com o pessoal de colégio?

J: - Menos, bem menos. Eu acho que é mais fácil da gente trabalhar com os menores mesmo. Tem, não vou dizer que não tem, às vezes a gente é chamado, mas é um outro tipo de jovem; é mais pra palestra mesmo, não com teatrinho, é um outra forma de comunicação. Mas a gente acredita mais nessa base aí da moçadinha que tá a fim de aprender, de *ensinar* muito, do que nos adolescentes que às vezes eles tão muito mais preocupados em namorar, em não sei o quê, tão mais egocentrosados mesmo, não sei... [risos]

S: - E em relação às associações de bairro, às ONGS, enfim as associações me geral, elas participam dos projetos de saúde?

J: - A gente vai à busca também e normalmente costuma ter colaboração sim, principalmente com igrejas, quando chega nessa parte da entressafra das doenças é um pessoal que a gente procura, tanto das cristãs, de maneira geral, qualquer um, qualquer uma que a gente tenha acesso – é que difícil às vezes durante o dia a gente conseguir pegar essas igrejas abertas. Mas sempre consegue falar com alguém que ‘teja lá, depois passa pro pastor ou passa pro padre, enfim...

S: - E aí funciona como nas escolas? Vocês vão até lá ou eles vêm até vocês? Como é que funciona?

J: - Poucas vezes a gente foi fazer assim direta mesmo com a comunidade, normalmente a gente passa a distorção, tal, às vezes até pra...quando a gente tem um projeto que parece que tá pra terminar mas é uma coisa meio incerta ainda, que eu acho muito bom que é o do...que às vezes a população nem conhece, que é ação de cata-bagulho. Passa um caminhão da prefeitura, de sábado, pra recolher móveis, tudo essas coisas mais pesadas que o pessoal geralmente descarta na calçada ou joga nos córregos e o pessoal dessa equipe da dengue, em

ação junto com a prefeitura, eles passam um dia antes informando, né, que vai ter essa ação no dia seguinte.

S: - Informando como?

J: - Geralmente eles dão um papelzinho, dizendo o horário em que vai passar, tal, pra colocar os móveis na rua; móveis, madeira, geralmente são coisas pesadas, né? Só não se aceita lixo orgânico. E normalmente a prefeitura tira toneladas mesmo; a cada sábado é feito numa região; tem os dias marcados pra cada região. Então, V. Medeiros, tá planejado tantas coletas por ano lá. Quem faz esse cronograma é a subprefeitura, e a gente acaba ajudando na divulgação e nisso também é uma coisa que a gente conta bastante é com o pessoal das igrejas pra fazer essa parceria de comunicação ou quando tão precisando mesmo, né, uma ação maior...mas geralmente é o padre que acaba falando com os fiéis e não é a gente que vai lá.

S: - Certo. De toda maneira é um trabalho ... [interrupção por um bichinho diferente passeando pela mesa em que estávamos]. Que que é esse...uma aranhinha?

J: - É ‘papa-mosca’, ela é boazinha...[comentário do João sobre o inseto]

S: - Ela é boazinha? Então tá bom, tudo bem, vamos prosseguir! É bom estar com um biólogo porque aparecem alguns insetos aqui e ele já esclarece se são perigosos, se não são.

[risos]

S: - Então vamos continuar – estamos no finalzinho já. Pensando agora nos empresários. Os empresários de maneira geral colaboram nas ações de saúde pública?

J: - A gente tem que estar em cima.

S: - De que jeito?

J: - A gente tem uma atividade, que a gente chama...tem os pontos estratégicos, que a gente chama de PEs e tem os IEs, que são os imóveis especiais. Que que é um ponto estratégico? É aquele imóvel que, normalmente comercial ou industrial, que tem a tendência de acumular muito material inservível ao longo do próprio trabalho, que poderia acumular água ou atrair roedores, enfim, alguma coisa que pudesse trazer - principalmente aí um enfoque mais da dengue mesmo, e que são vistoriados quinzenalmente, pra ver se não tão deixando nada descoberto. Tem uma equipe especial pra passar em cada um desses pontos estratégicos, a cada quinze dias. E quando é necessário a gente pede pra fazer ação. E tem alguns que a gente tem de entrar com medidas mais duras às vezes até multas – não que multa funcione. É o último recurso que a gente usa é multa e ainda assim muitas vezes não surte efeito, sabe? Por parte de algumas empresas. É por isso que eu falo: eu acho que o problema maior, eu acho que... eu acho que a sociedade é formada por indivíduos. E cada indivíduo que monta essa sociedade a gente torce pra que a maioria que faz parte dessa sociedade seja formada por *bons indivíduos*. [risos] . Porque senão essa sociedade não funciona - e os empresários mesma coisa, assim... como... tem aqueles que fazem tudo bonitinho, se preocupam, tal, com o seu

entorno, não só com o seu negócio, mas tem aqueles que não tão nem aí, a gente tem que ficar no pé, tal, porque.... piscou, virou as costas, eles deixam lá um ambiente favorável à procriação de criadouros e outros.

S: - E há empresários que colaborem no sentido de ajudar a divulgar, de alguma maneira, ajudar *proativamente* no trabalho de vocês? Tem? Colaboram nesse sentido?

J: - Agora a gente...na...eu não tenho experiência com isso não, até por conta assim, a prefeitura por ser prefeitura geralmente não se envolve muito com...ahn...de conseguir apoio, mesmo que seja voluntário e tal, porque atrás do voluntário se subentende que depois vai se querer alguma coisa em troca. Tem um raciocínio um pouco pelo que eu vejo, né, tô falando isso por mim. Um pouco por aí. Então sinto que às vezes é não...não é bom não contar com o apoio...por exemplo, se alguém quiser bancar, fazer folhetos pra ajudar numa determinada ação. Talvez vai querer botar a marca registrada dele, lá, tal. Eu, particularmente acho justo, mas parece que isso não pode, tô falando mas não tenho muita certeza, de fazer...seria uma coisa muito mais burocrática do que a gente imagina do que se eu quisesse contar com o empresário lá da Vila Medeiros, da região da Medeiros, pra poder fazer uma ação e só aqui, eu João, biólogo da SUVIS, que trabalho com vigilância, pra poder contar com isso. Teria que mexer em um monte de órgãos que 'tão acima de mim ali, pra poder pedir essa permissão, ver se vai rolar, e isso às vezes acaba desgastando muito.

S: - Entendo.

J - É a questão da burocracia, mesmo, eu acho, que é o que emperra, né? E eu não culpo, porque a burocracia, às vezes, - a gente mete o pau na burocracia, - mas por trás dela tem a responsabilidade também. Quando é muita gente envolvida, as pessoas que 'tão na outra ponta, que também têm a sua responsabilidade, elas não sabem exatamente o que vai acontecer ali na base. Que troca de favores tem, a gente vê tanta coisa acontecendo por aí, a gente...cê viu agora, né, nas notícias da televisão...ah, a bagunça que é, né, essa relação de corrupção mesmo, envolvendo aí os órgãos públicos e, se der bobeira, você vai na ingenuidade e acaba entrando num poço sem fundo. Então às vezes a gente prefere caminhar ali, conversar com o empresário pra ver se ele faz a parte dele, tal. Se ele quiser fazer, sem envolver a prefeitura, por livre e espontânea vontade, é ótimo, mas sem misturar as coisas, assim.

S: - Certo. E em relação à possibilidade de integração no distrito V. Medeiros dessas áreas todas sobre as quais a gente acabou falando aí. A Saúde Pública, que é sua área, né, a Ciência Ambiental, de maneira geral, a Educação, enfim. Como é que você vê a possibilidade de integrar, dessas áreas trabalharem em conjunto naquele distrito? Ou melhor, *você vê* [riso] essa possibilidade?

J: - Eu acredito que sim, eu acho que basta todo mundo querer, então a gente tem que ir atrás quando a Saúde estiver precisando, a gente tenta conversar com os outros setores e acreditar na adesão, de que todo mundo colabora; assim também quando todos vierem procurar a Saúde, a gente tá aberto a poder colaborar também, então acho que a colaboração é sempre bem-vinda e eu acho que a gente nunca pode parar pra pensar em fazer uma ação sozinha

porque ela não funciona mesmo. O ideal é que todos contribuíssem pra que a gente tivesse um ambiente mais adequado, cada um exercendo...

S: - Essa é a minha última pergunta: e o que você sugere como encaminhamento pra comunicação ambiental no distrito – você cita aqui algumas lacunas, que que ‘cê sugere?

J: - A integração é básico mesmo, né? Cada um fica muito em cima do seu, embora se tenha esforços de conselhos tentando inteirar as várias áreas, saúde, educação, tal, mas normalmente cada um trabalha isolado nas ações, eu acho que se tivesse uma interação maior e se os conselhos fossem mais participativos e se tivessem ações conjuntas mesmo, de fato, eu acho que a coisa podia ser muito melhor. Pro ambiente e logicamente pras pessoas que tão nesse ambiente e tudo que tiver relacionado a ele.

S: - Muito bom, muito bom. Tem mais alguma ideia que você queira acrescentar a respeito dessa relação aí – comunicação [ininteligível] e saúde?

J: - A gente espera assim – eu também já fui da vida acadêmica –, e uma coisa: quando eu tava na vida acadêmica – uma coisa que eu sentia era a distância da academia com a ação lá do outro lado, então eu acho que o pessoal que tá na ação tem a faca e o queijo na mão pra pesquisa, pra poder fazer essa interação e tá tão preocupado em sanar os problemas da população, e tal, que a parte do estudo mesmo fica um pouco prejudicada. Então às vezes parece que a gente fica fazendo um trabalho de louco ali, dando tiro no escuro sem um planejamento que poderia ser maior, tal, se tivesse esse elo com a academia. E por sua vez também a academia – é uma coisa que foi discutida no simpósio que a gente teve no ano passado, simpósio de vigilância em saúde – teve uma mesa redonda só pra discutir essa união da saúde com...das instituições públicas de serviço com a academia, que essa união seria muito boa – que é essa que ‘cê tá tentando fazer aqui agora, né, conversando, dialogando e vendo onde que a gente pode tentar mexer e tentar sanar os problemas e melhorar um pouquinho mais a vida, tá?

S: - Muito, muito bom! Muito obrigada, obrigada mesmo, João.

J: - Obrigado.

S: - Vamos fazer tchauzinho pro pessoal lá! [alusão à despedida diante da câmera]

J: - Tchau, pessoal, obrigado!

S: - Até a próxima! (Espero que tenha próximas, que a nossa conversa...Ah, muito legal, João, Adorei!)

J: - Que bom!

(Segue breve conversa “extraoficial” sobre o processo de entrevista)

Entrevista com Silvana Reis Vicentin

(enfermeira, assistente de supervisão em Saúde)

Sandra: - Boa tarde, nós estamos aqui com a Silvana dos Reis Vicentin, que vai se apresentar para nós - ela é enfermeira, funcionária pública da prefeitura municipal de São Paulo.

Silvana: - Isto!

Sandra - ... e ela vai falar um pouco sobre o trabalho dela, sobre a área de atuação dela em linhas gerais e a relação desse trabalho dela com o nosso trabalho de pesquisa, que é a questão do meio ambiente, a comunicação ambiental; até que ponto a saúde, a comunicação ambiental, a ciência ambiental, a educação se interligam para produzir sentido pros moradores do bairro, para os munícipes, para as pessoas que trabalham aqui, enfim. Então, Silvana, você pode se apresentar!

Silvana: - Muito prazer a todos, meu nome é Silvana, eu sou enfermeira por formação, sou do interior de São Paulo, me formei em Enfermagem no interior, mas já tô em São Paulo desde então. Esse desde então faz muitos anos - são 27 anos de formada e também mesmo tempo como funcionária pública...é...assim que eu me formei eu fui trabalhar dentro da Prefeitura Municipal de São Paulo, sem que fosse acesso via concurso e alguns anos depois teve chamamento de concurso público, que eu prestei, consegui me efetivar na função. Como enfermeira, eu já atuei em diversas áreas - hospitalar, não hospitalar, incluindo o SAMU e nos últimos quatro anos eu estou integrada ao serviço público mas é junto à Supervisão Técnica de Saúde Vila Maria-Vila Guilherme. A organização que a secretaria, que a prefeitura tem é dividir a cidade em algumas áreas de relevância e nessas áreas então eles organizam um trabalho descentralizado nomeando as secretarias; então a que eu estou é a Secretaria Municipal da Saúde... é....e como a cidade é muito grande pra uma logística adequada de gerenciamento da saúde no município, esta secretaria de saúde ela divide a cidade em alguns pedaços ...que têm a ver com as regiões... geográficas e então....eu atualmente estou na região norte e como a norte também é grande, ela também é subdividida e eu estou na Supervisão Técnica de Saúde da V. Maria – V. Guilherme, que é o distrito sanitário - nós chamamos um pouco diferente da organização da subprefeitura, então a secretaria das subprefeituras ela organiza isso com a V. Maria- V. Guilherme e mais alguns outros bairros, incluindo V. Medeiros e nós trabalhamos com muito também distrito administrativo V. Medeiros. Então esta supervisão de saúde fica sediada inclusive no prédio da subprefeitura, com o objetivo de facilitar o trabalho entre as secretarias, da subprefeitura com a da saúde.

Sandra: - Tá certo, então...[entrevistada prossegue]

Silvana: - Porque os distritos administrativos eles são iguais, são em comum, então a subprefeitura administra os distritos administrativos da V. Maria V. Guilherme e V. Medeiros ...é....e....e a sub.... a supervisão de saúde também fica com esses três distritos administrativos.

Sandra: – Só que têm o nome de distrito sanitário, então....

Silvana: - É....na verdade, a Saúde usou um certo tempo o....a nomenclatura distrito sanitário, já há mais de 15 anos que a gente usava essa nomenclatura . A partir da remodelação da gestão municipal, com a região sendo dividida em subprefeituras, o termo distrito sanitário caiu um pouco e a gente hoje trabalha só com o termo distrito administrativo.

Sandra: - Certo...

Silvana: - Que sabe-se que não só são as questões de saúde que.... estão ...é....que aparecem nesses distritos administrativos...é mais do que saúde, né? Envolve educação, envolve transporte, moradia, condições de vida ambientais e envolve não só natureza mas a condição mesmo de construção, hoje meio ambiente a gente tá muito....não se fala mais de meio ambiente natureza, né? Isso tá muito mais ampliado quando se fala de meio ambiente a gente tá falando de um monte de outras coisas, incluindo aí educação, saúde, moradia, transportes, né?

Sandra: - Então eu gostaria de que a Silvana que já.... deu primeira resposta tão caprichada, - nós gostaríamos de que você, Silvana, dentro dessa visão de profissional que você tem, que transita por várias áreas entre a saúde o meio ambiente, a educação e tudo mais, que você falasse um pouco de como você vê a comunicação ambiental nos dias de hoje , assim, em linhas gerais, e, se você puder, falar um pouco do próprio distrito de V Medeiros; como é que você vê o trabalho da Saúde casado com a Comunicação.

Silvana: - Certo.....então...é.....ah, o conceito....a gente tem que começar pelo conceito de saúde; da mesma forma que conceito de meio ambiente foi ampliado ao longo do tempo, conforme as pessoas vão se apropriando do que significa efetivamente na prática ...é...colocar em uso conceitos teóricos...né, através da vivência e gente vai percebendo q um conceito às vezes ele não pode ficar tão restrito. Até alguns anos atrás saúde era ausência de doença. Já de muito tempo, há mais de 20 a que a organização mundial da saúde, que é o órgão máximo para nós da área da saúde, que apresenta as diretrizes e todo o comando das ações em saúde que existem no mundo, ele vem mudando esse conceito e saúde não fica mais restringida a essa ausência de doença, então saúde tá muito mais ampliado hoje em dia.. é a promoção da saúde é a prevenção de doenças e sim o tratamento de doenças quando isso acontece e reabilita quando a doença que a pessoa tem limita socialmente, fisicamente ou psiquicamente ou socialmente , hoje a saúde é vista nessas quatro linhas principais, né, então, promoção, prevenção, promoção de saúde, prevenção de doenças ..é...curativo...curar a doença ...tratar e curar a doença e ...trabalhar as sequelas e as condições inadequadas de vida que às vezes uma doença pode levar alguém a experimentar...ahn...nessa linha, então, saúde ela está extremamente ligada a outras áreas todas de vida do cidadão, não é? Não tem como. Quando você pensa em saúde, assim, nesse conceito ampliado, isso não é novo, isso é antigo, mas é atual apesar de antigo. Ainda é muito atual porque é muito difícil exercitar esses conceitos todos; muito difícil, é bonito falar, é bonito escrever, ler, mas na hora de você praticar – práxis - quando você junta a teoria e a prática e aí tenta executar isso tudo é muito difícil. É claro que isso não é segredo pra ninguém e a ...o meio ambiente ele tá inserido em todos os momentos dessas grandes áreas de trabalho hoje na saúde prevenção promoção, recuperação e até reabilitação. Então ..é....a comunicação que a gente tem com as outras áreas todas - e eu

acho que é isso que você tá chamando de comunicação ambiental, né, Sandra, essa comunicação que não tem só a ver com o ambiente natural. é o ambiente global de vida...né.... das pessoas. aí nós temos que aprender a nos despir de alguns pré-conceitos e incorporar novos conceitos para poder trabalhar de forma ampliada no conceito de saúde, que está vinculado ao conceito de ambiente.

Sandra: -Você falou um pouco da questão da comunicação com as pessoas das demais áreas para poder realizar o trabalho...então tem dois níveis aí de comunicação, talvez. Você tá me sinalizando um que é o interno e eu queria saber o que você acha um pouquinho do externo ...com o público mesmo, como é que é que é feito na área de saúde, o que que você....

Silvana: - É... o que tem ensinado pra gente a trazer esse conceito de saúde ampliada pra dentro da prática interna, na verdade é o cidadão que tem muito mais [ininteligível] do quanto que saúde dela tá envolvida com condições de vida, com a moradia, com o transporte que ele utiliza; é ele quem vai nos dizendo “Olha, como é que cê quer eu tenha saúde se eu moro num lugar que o riacho, o rio , o córrego que tem lá transborda quando chove?” “ Como que cê quer me falar de saúde?”...então é dizer que na verdade a população que tem ensinado isso pros profissionais. Aqueles que foram resistentes pra incorporação de um conceito mais amplo no contato com a sociedade vai percebendo que é bom um certo... não foi à toa que se mudou, que se ampliou o conceito de saúde. É o próprio cidadão o próprio ser humano que é ser vivente daquela região que vai ensinando isso pra gente... sabe? Então ele questionar, questionar, sabe, “Então ‘ce tá falando que eu tenho que cuidar da minha saúde...é.... não fazer esforço físico porque sou cardiopata ou fazer isso de forma moderada , mas e quando enche de água minha casa, ‘ce pensa que eu faço o quê? Eu tenho que catar os móveis [risos] eu tenho que...e aí a gente vai percebendo que não adianta nada dar uma orientação só com relação ao aparelho cardiovascular dele que tá comprometido, se eu não olho pro todo. Então quem é esta pessoa, onde que ela mora? Que lugar que é esse que ela mora e ela tá sujeita a quê em termos de condição de vida que aquele local onde ela mora ...é... possibilita ou impossibilita quando umas coisas acontecem desse tipo...

Sandra: – Perfeito....

Silvana: - ...Então a gente vai tendo que mesmo que você não queira o contato com a população vai fazendo até por pressão da própria população, que tem isso muito claro, vai te fazendo repensar que tipo de orientação você dá por exemplo pr’um diabético que às vezes não...não tem geladeira na casa dele. E aí ‘cê fala: “não, essa insulina que o senhor vai pegar no posto tem que ficar guardada na geladeira pra durar mais tempo” [risos] Aí ele chora e fala assim: “ eu não tenho geladeira na minha casa”. Então isso fez a gente até mudar, por exemplo, o acondicionamento de alguns medicamentos. A insulina ela não é uma medicação que obrigatoriamente tem que ficar em geladeira, só que se ela foi uma vez na vida para a geladeira, nunca mais ela pode sair da refrigeração; então a gente começou a aprender que não adianta a gente pegar a insulina que a gente recebe do laboratório e guardar na geladeira, porque às vezes o nosso usuário que vai precisar...não tem geladeira; então ele vai precisar de deixar essa insulina acondicionada num lugar que não seja sob refrigeração [riso]. Aí a gente

vai aprendendo inclusive a....a...a manipular os medicamentos e adequá-los pra uso dessa sociedade e desta população que você atende.

Sandra: - Então você buscou aí a.... busca a comunicação na própria comunicação do munícipe? Com o munícipe.

Silvana: – Na própria comunicação do contato mesmo com o ser humano que é...

Sandra: – Contato direto assim.

Silvana: – Contato direto - ele que vai nos dizendo como que é a vida dele e a gente tem que fazer os ajustes pra ele naquela...senão não tem sentido, não é?

Sandra: –Naquela situação...

Silvana: – Que que adianta você falar de saúde se é algo que fica lá tão distante dele poder acessar? A saúde tem todos os conceitos de saúde eles têm que serem adequados a essa pessoa que vai usar.

Sandra: – E pensando nessa pessoa que vai usar...é...em relação a própria informação que ela recebe, em linhas gerais, quais são os meios de comunicação ou quais as formas de comunicação que você percebe – além da que você acabou de mencionar primeiro, que é a conversação, a linha direta...

Silvana: – É a linha direta...

Sandra [continuando a pergunta]: ... além da conversação que você está classificando como a linha mais direta de comunicação, a quais outros meios você acredita que o munícipe dê atenção quando o assunto é saúde e saúde ambiental, a saúde e o meio ambiente? Ou de onde você acha que ele extrai informação ou ele dá mais valor a essa informação, de onde ela vem?

Silvana: – Visual...eu acho que são os canais que trabalham com imagens. A imagem eu acho que inclusive não tô falando só da imagem móvel. A imagem fixa inclusive. Nós percebemos, por exemplo, que numa orientação que você tem que dar pra um paciente...é...que tem um determinado agravo à saúde ..é....de qualquer sistema corporal, se você trabalha com cartazes que mostram pra ele como é como entender a parte do corpo que tá afetada e como que ele pode fazer pra melhorar isso, ajuda muito; então além da verbal, a comunicação visual eu acho que ela é até mais importante que a auditiva. Eu acho que é um canal que a gente usa muito é o visual, sabe, e aí assim se a gente pensa nisso enquanto ambiente – e não somente natureza, mas o ambiente mesmo de vida da pessoa, o meio ambiente enquanto parte construída, ainda o visual acaba sendo extremamente importante, mais forte, muito forte muito – às vezes é até ruim falar isso mas a gente tem uma cultura do povo brasileiro que tá mudando, mas tá a mudança é muito lenta, porque aí afeta a saúde diretamente, que é a minha área, que eu conheço, tenho um pouco mais de contato, e um pouco mais de empoderamento pra falar que é.. é assim... a tendência a buscar consertar a saúde quando ela já foi afetada. Então isso tem mudado, mas tem mudado muito lentamente.

Sandra: – E aí você podia falar um pouquinho assim de projetos....

Silvana: [prossequindo o foco anterior] E aí, visual, quando você quer mudar um pouco isso é através da comunicação visual que a gente tem melhor acesso a esse... a essa consciência individual e coletiva, quando a gente trabalha com imagens isso tem uma repercussão muito maior...Muito forte que...Muito mais forte.

Sandra - Mas primeiro a conversação?

Silvana: – Primeiro a conversação, ah sim, é a mais fácil ,porque é onde a pessoa, o cidadão ele percebe que aquele médico, aquela enfermeira, aquele cirurgião, dentista, nutricionista ou psicólogo não são aqueles deuses; são pessoas comuns como ele, com as quais ele pode conversar e o ouvem e vão se atentar às dificuldades que ele tem. Então é através do contato verbal que com certeza a gente tem primeiro acesso a essas pessoas e aí na sequência é a visual. Então tudo que eu quero trabalhar de mudança de conceito que essa pessoa tenha ou de... é... apreensão de novos conceitos, a forma visual tem sido a mais utilizada por nós, por isso que é muito comum em unidades de saúde você ver os tais dos livretos, né, e os impressos de informação que lá tem partes de [ininteligível] mas também tem imagens e às vezes imagens que não são imagens de fotografia efetivas... são fotos... é... são desenhos feitos que facilitem inclusive a visualização da pessoa, que é leiga, que não tem aí conhecimento do corpo humano. Então se você tem que fazer um útero pra uma gestante, a gente desenha de um jeito que fica fique fácil pra ela reconhecer. É claro que a gente tenta reproduzir que é real, mas não com todas as características específicas que seriam do corpo humano, que seria uma fotografia... é... porque senão aí fica uma coisa de outro mundo, então você mexe com os desenhos , com a grafia, né, de desenho de uma forma que seja percebida pela pessoa.

Sandra: – E aí as dificuldades vão...[entrevistada completa frase]

Silvana: – E aí as dificuldades vão aparecendo, vão se reduzindo [trecho inteligível – coincidência de falas], perfeito e aí é isso que inclusive vai esclarecendo pra ela que é importante sentir o corpo humano é algo que é muito complexo mas que a gente consegue reduzir a uma minimez pra ser compreendida. Então não é tão difícil entender porque que uma pessoa é diabético, porque a gente usa desses meios gráficos que ajuda muito a pessoa entender, entendeu? Existem inclusive vídeos muito interessantes que a gente usa na Saúde que são feitos, foram produzidos pela Secretaria Municipal da Saúde ou pelo Ministério da Saúde que mostram aí ...é...informações do carregamento do açúcar , né, no corpo. Todos os alimentos que você consome, bem, eles são produzidos, são metabolizados são transformados em moléculas de glicose, de açúcar e aí o que acontece com essa molécula de glicose? Aí ela vai sendo levada pra todas as partes do corpo pra te dar energia pro'cê ter disposição pra fazer as coisas. Falar disso enquanto uma *molééécúla* química é não dá pra uma pessoa leiga compreender, então a gente aprendeu que às vezes tem que trazer isso como se fosse um carrinho; então aí faz um carrinho que o carregador que vai transportar aquele saquinho de açúcar e aí a pessoa vai entendendo e daí ela compreende que ela tem uma deficiência na produção ou na formação desses ...é...desses carregamentos que podem levar pra dentro das células. E daí ela vai entendendo, então aí ela consegue falar da doença dela, né? “É uma

doença crônica, eu sou diabética, mas é só eu compensar esse carrinho [...] que não produz direito que dá certo pra viver bem”.

Sandra: – Muito interessante...que é a ideia de transformar algo complexo em algo mais simples...

Silvana: – Então, em algo mais simples pra que as pessoas possam entender.

Sandra: – Isso você acha que em termos de meio ambiente dá pra fazer semelhante?

Silvana: – Ah, com certeeza.

Sandra: – Você me disse que as pessoas trazem já as informações, elas já conversam com você, elas já sabem que estão doentes por todo um problema no meio ambiente onde elas vivem – no meio, né?

Silvana: – E no meio também que muito da diabetes é adquirido; pessoa não nasce com ela, é o estilo de vida dela que vai levar a apresentar, que aliás a maior parte dos diabéticos se enquadram nesse tipo, né, o tipo 2, que é adquirida. A pessoa não nasce com uma deficiência já. Essa deficiência ela vai sendo produzida no corpo dela, pelo estilo de vida.

Sandra: Pelo estilo de vida...

Sandra: – E daí então olha você hoje é diabético...por que eu sou diabético doutor? Eles têm mania de chamar tudo de doutor, embora todos os profissionais universitários em saúde eles podem se autodenominarem doutores, porque doutor vem da palavra, uma derivação de um termo, que é douto, que quer dizer profundo conhecedor em... Em sendo assim, todo mundo que faz terceiro grau é doutor naquela área, mas, enfim, doutor é ainda muito vinculado à figura médica e aí as pessoas que procuram uma unidade de saúde, uma instância que for, curativa, reabilitatória, preventiva, promocional, eles acabam chamando todos profissionais que eles percebem que são...lá o psicólogo o enfermeiro... ai, fizeram faculdade, então é doutor. Então eles ficam dizendo assim pra gente: “Doutor, por que que eu fiquei diabético? Eu nasci assim?” E aí você, dependendo do tipo de diabetes que ele tem, a gente vai dar as orientações nossas. Você não nasceu assim, você ficou por conta da vida que ‘cê levou. Mas que vida foi essa? Ah, mas que vida foi essa? Aí você tem de trabalhar com o alimento, olha o alimento que você consumia, a forma como você comia, a falta de exercício que você faz que acabou produzindo essa doença. O hábito de vida, o tabaco, o álcool, isso tudo levou você a adquirir essa doença. Ah, mas não tem como voltar atrás? Voltar atrás não tem, mas tem como a gente diminuir aí a forma de efeito dessa... é...consequência dessa doença na sua vida. E como é que eu faço? Faz isso assim. Aí ‘cê vai dando as orientações - e aí que a gente usa muito a grafia, sabe? E o estilo de vida. ‘Cê tem que contar pra pessoa o que que ela vai poder fazer dentro da vida que ela tem. Então, que ambiente é esse que você vive?

Sandra: – Mas é fácil? Isso é fácil?

Silvana: – Não..... ser portador de uma doença crônica é terrível né, é terrível pra qualquer pessoa, independe do nível instrucional ou a cultura que ela tem, né, é difícil, porque ter a

doença crônica é ser portador dessa doença pro resto da vida. Claro, quaisquer que sejam elas, o sistema – o corpóreo, orgânico, que afete, não é fácil ser hipertenso, ser diabético, ser portador de doença mental, ter uma deficiência corporal que não vai ter jeito de consertar com a cirurgia que for né tem pessoas que já nascem com a deficiência ou adquirem isso através de um acidente de um aparelho locomotor e daí ela nunca mais conseguir [conversas em voz alta ao fundo] andar como ela andava, né, ou nunca vai andar como alguém anda, porque ela já nasceu com essa deficiência, então é muito duro pro ser humano saber-se portador de uma doença crônica - e esse, aliás, esse fator é o maior problema que a gente encontra pra cuidar.

Sandra: – E em relação a doenças crônicas e a qualidade do meio?

Silvana: – Do meio...ah, porque o meio onde a pessoa vive é algo que por exemplo o agente de saúde - e eu tô chamando de agente de saúde qualquer profissional que tenha formação e que atue nessa área - ele não pode, ele não tem condições só na área da saúde de mudar isso. Não tem como a gente mudar essa realidade... não tem como comprar a geladeira pra essa pessoa ter insulina acondicionada lá ...não tem. E isso causa uma angústia muito grande muito grande nos profissionais de saúde e a gente começou a aprender então a importância de trabalhar aliado a outras secretarias que cuidam de outras áreas que não só a área de Saúde pra tentar melhorar a condição de vida dessa pessoa.

Sandra: - E você é conselheira ambiental também, eu acho que você pode falar....

Silvana: – Pois é, eu sou...Portanto a vida dessa pessoa, o estilo de vida dela, isso às vezes tem a ver com a subprefeitura, com a limpeza daquele córrego que que adianta eu dizer pra ela que ela é cardiopata , que ela não pode fazer um esforço físico muito intenso, porque isso pode prejudicar mais ainda o funcionamento do coração dela que já funciona de forma diferente porque ela tem aquela doença, se na hora que alaga a casa dela tem que ir lá pegar os móveis e pôr pra cima; quer dizer, ela vai descompensar o coração, claro.

Sandra: – Você tem uma comunicação que é uma comunicação de saúde que você vê como comunicação integrada com os demais campos do conhecimento - ciência ambiental e os demais da própria comunicação, que é o nosso foco, e dentro dessa... desse meio, então, você verifica quais lacunas principais, assim, em relação ao que nós precisaríamos comunicar, ou como comunicar ao município...qual é... de que maneira – você já me colocou que é conversação em linhas gerais, assim – um caminho de comunicação pra gente poder auxiliar as pessoas?

Silvana: – Bom, é...o enfermeiro é educador por natureza, né, em função não só da sua competência técnica, mas o convívio com as pessoas - a gente vai adquirindo, vai dando importância à educação e isso faz com que a gente se interesse pelas formas de educação que existem, pelas teorias, e aí eu particularmente acredito imensamente na problematização. A problematização é o método educacional é desenvolvido no Brasil e especialmente pelo educador Paulo Freire e ele parte do construtivismo, que é uma área muito grande do conhecimento que não é dele, tá fora do Brasil, inclusive; mas a problematização é por onde eu acho que mais viabiliza a inserção de trabalhos e eu, sou até atrevida, eu digo que não é só na saúde eu digo que isso não é só na saúde, isso é na vida: porque a problematização é o

princípio fundamental dela, e assim – eu vou falar só um pouquinho que eu conheço: é você partir daquilo que a pessoa já conhece e já empoderou-se. Aquilo que é de conhecimento dela, é dali que você parte. Então, veja: é....de novo é a comunicação a base da problematização, a base da problematização é a comunicação, é você chamar aquele cidadão e perguntar “qual é o problema de vida seu? Me conta?” Além do financeiro, que talvez eu isso não consiga mudar [riso], mas me conta por que você não ganha muito você tem que morar aqui. Tá bom. Então é esse o lugar que você mora. Me conta os problemas que você tem de viver aqui. Todos. Conta pra mim, vai contando. E é a partir do que ele vai te contando que você consegue identificar quais são os problemas, separá-los, ver aquilo que dá pra que o meio, a organização social entre pra ajudá-lo a resolver. Então, veja, se você esbarra num problema da saúde e o encontro da saúde quando eu peço pra ele me contar ele me diz lá do tal córrego, que alagou e que ele não conseguiu obedecer as orientações que eu dei com relação a todo o esforço físico diminuído ou controlado porque ele teve que levantar as coisas dele e eu não tenho, enquanto agente de saúde, eu não tenho que... eu não tenho poder de ir lá e mandar limpar o córrego se eu não tiver integrada com a subprefeitura, com a zoonoses, porque aí se eu tiver integrada eu tenho como (es)tar solicitando não pra resolver só o problema daquele meu paciente mas pra resolver o problema daquela comunidade. eu sou uma autoridade sanitária como agente de saúde, então eu tenho como dizer assim pro subprefeito, para a defesa civil para a zoonoses: “olha, precisa de dar jeito nesse córrego se não limpar esse córrego não só ele vai perder as coisas dele, mas o problema de saúde dele que eu de verdade tô ligada e me responsabilizo por isso, que é o funcionamento do coração, vai descompensar, então passa a ser um problema meu, o córrego que não é limpo.

Sandra: – Então na verdade o modo de viver (que a gente coloca, usa a expressão latina *modus vivendi*) influencia diretamente ...

Silvana: – Claro, totalmente e foi assim o conceito de saúde ampliado da Organização Mundial, que a saúde é mais que só a ausência de doença, é você ter um bem-estar global, físico, psíquico e social é que fez com que nós conseguíssemos aplicá-lo a partir dessa convivência. É a vivência e a convivência com pessoas que vêm procurar uma unidade de saúde pra se tratar e você conhecer o estilo de vida dela, o ambiente no qual ela vive que você vai conseguir entrar com informações sobre aquela doença. Não adianta você só dar o remédio, você precisa de ajudá-la a alterar o seu modo de vida. E aí isso nós ‘tamos falando, Sandra, de uma pessoa que já tem uma doença. Aí se vai me falar: mas ‘cê diz que a saúde trabalha na área promocional e preventiva. Vamos pegar o mesmo córrego; o vizinho do seu José, que é cardiopata, que mora ali naquela mesmo rua e que quando alaga, né, que o rio transborda, a casa dele também fica...é... ele também vai poder adquirir doença, se... mesmo não sendo cardíaca, mas ele pode adquirir uma doença transmissível, por causa daquela água que ele vai ter que conviver...ah, vamos sair do córrego, vamos falar de uma encosta de morro onde as pessoas acabam se acomodando lá, no próprio morro no pé do morro, desbarranca, cai na casa dele, ele fratura - pra mim da saúde [risos] – pra eu da Saúde - ele fratura... é... além do desmoronamento da vida dele, mas assim, lesões corporais que ele vai né, ter então lesões osteomusculares... é... respiratórias porque fica às vezes no meio de uma poeira toda e afeta. Então, é problema meu Terminal de Cargas Fernão Dias, é claro que é problema meu da

saúde, porque é óbvio que se você não fizer ampliação do terminal de cargas Fernão dias de uma forma organizada, vai aumentar o problema respiratório dessa daquela população moradora ali e isso acaba aumentando o número de pessoas que ...com problema respiratório procura o posto de saúde, procura o hospital por a...Então passa a ser problema meu enquanto supervisão, entendeu, então ‘cê fala que que ‘ce tá fazendo aí na supervisão? Tô preocupada com essas questões todas porque se a coisa não for feita de forma organizada, é claro que a saúde vai ficar deteriorada – de quem já tem, deixa de ter.

Sandra: - E o que você enxerga, o que você classifica como obstáculo, na sua visão, do poder público em direção ao município pra efetuar essa comunicação – essa comunicação que você está me colocando aí como integrada, não é só a comunicação da saúde da área da saúde com o cidadão; é uma comunicação de todos os ramos que estão integrados à saúde e você tem que chegar pro cidadão...o que você classifica – poderia classificar – como obstáculo pra chegar e realmente produzir sentido?

Silvana: - Eu ainda acho que não é só o problema não é assim é um problema eu percebo onde é que... pra mim o grande nó é... não é nem que tá só do lado da gestão, nem do lado do cidadão; eu acho que tá no meio do caminho atravancando, como se fosse uma pedreira que tem que ser removida de ambos os lados, tanto do lado da gestão quanto do lado do cidadão; não dá pra você ter essa pedreira no meio e eu acredito que só... a gente só remove essa pedreira, o serviço público, né, a gestão, através da implementação de políticas públicas, no sentido de estratégia, política enquanto estratégia, pra tentar diminuir essas diferenças, mas precisa que o cidadão cave o seu lado da pedreira pra remover essa pedra.

Sandra: - Seria a minha pergunta seguinte, do lado inverso.

Silvana: –Ah, do lado da gestão são políticas públicas e um trabalho de sensibilização dos profissionais, dos elementos humanos que vão fazer essas políticas públicas acontecerem em todas as áreas, hein, saúde, educação, transporte, na compr.. [ininteligível] a descentralização, então, a política pública pra mim ela tem que vir com uma diretriz mas pra que a execução seja feita de forma descentralizada. Então eu não consigo imaginar a Secretaria da Saúde que fica lá na General Jardim dizendo como que eu tenho que fazer pra esse diabético que é morador aqui de V. Medeiros. Eu só consigo entender que ela tem que dar a diretriz e, assim ó, o como fazer assim, o que fazer ela diz, agora o como fazer é o pessoal aqui da base que vai decidir e não vai decidir sozinho, ele tem que decidir como implementar aquela política com a pessoa que é usuária.

Sandra: - E com base nessas políticas que vocês têm implementado, naquilo que vocês têm trabalhado, você percebe que nesse distrito de Vila Medeiros você tem alcançado mudanças no comportamento das pessoas no – meio assim...essa busca que você ---na verdade vocês estão fazendo uma busca das pessoas tentando trazer...

Silvana: – Não, mas eu acho que assim, a gente não tem tido muito sucesso não, mas eu acho que o problema não é só na Vila Medeiros, eu acho que a Vila Medeiros reproduz o que tá acontecendo em todos os outros bairros aqui dos distritos administrativos nossos. Então a própria Vila Medeiros ela tem alguns bairros que englobam o chamado distrito administrativo

Vila Medeiros ele engloba uns bairros, dentre eles a própria Vila Medeiros, o Jardim Brasil, eu tô falando enquanto organização desse distrito administrativo, né, então engloba Jd. Brasil, engloba Vila Sabrina, todos esses bairros, né, e mais alguns outros eles estão vinculados a Vila - ao distrito V. Medeiros, então eu consigo te falar enquanto distrito, eu não consigo te falar enquanto bairros, especificamente da Vila Medeiros.

Sandra - É, eu estou pensando no distrito mesmo...

Silvana: – É, porque se for o bairro de verdade tem que ser os equipamentos de saúde ali. Então o distrito Vila Medeiros. Se eu comparar aqui da minha região com V. Maria e V. Guilherme, eu considero que o V. Medeiros é muito mais organizado e articulado - a população - do que os outros dois distritos, V. Guilherme e V. Maria. Tá muito mais organizado V. Medeiros.

Sandra: – É, então vai entrar exatamente no que eu queria lhe perguntar...isso!...

Silvana: – E eu acredito que em função da organização que a sociedade já conseguiu nessa região, as ONGs....as associações.

Sandra: - Então você percebe sentido?

Silvana: – Ah, percebo, com certeza, tanto é que quando você tem alguma coisa pra mexer no distrito de V. Medeiros você diz assim: “ah, vamos chamar sociedade organizada em si”, porque você sabe que não adianta querer fazer sozinho. Ahn, primeiro porque esse não é o princípio hoje de diretriz da gestão pública. A gestão pública ela já tem o sentido da descentralização e a participação popular já inserida há muitos anos. ‘Cê vai me dizer “por que que isso não acontece?” Na minha humilde concepção, por duas razões: a primeira eu acho que tá vinculado ao servidor público ainda nós temos muitos servidores públicos que têm esta enorme dificuldade de entender que o serviço no qual ele trabalha existe para e por causa do cidadão e aí ele fica com uma dificuldade muito grande de trabalhar com a população junto de si. Então acho que ainda nós temos que fazer um trabalho ainda muito grande em cima desse prestador de serviço.

Sandra: - Que ele é o facilitador do acesso, na verdade, então ele... [entrevistada continua]

Silvana: – E olha, Sandra, não acredito que a estratégia que a prefeitura nos últimos anos tem desenvolvido, que é fazer a parceria com organizações sociais em todas as áreas, né, isso não é só na saúde, isso já tá se ampliando pras outras áreas; eu não acredito que isso seja a solução, porque eu acho que o problema não tá só na pessoa. Eu acho que tá na organização, então não adianta nada você falar que esse servidor público, esse funcionário público concursado, estatutário, cheio de ranço, vamos tirá-lo, né, da fita, vamos tirá-lo aí da linha de frente; vamos buscar uma pessoa que tá... que não é servidora pública efetiva estatutária e colocá-la pra trabalhar; porque se ela não for sensibilizada pra esse trabalho de duas mãos, ah, não vai, não vira...

Sandra: – Aí o acesso não....[entrevistada continua]

Silvana: Continua o mesmo problema.

Sandra: ... porque existe o serviço, existe a população e tem então o que você falou, o meio de campo - quem vai fazer esse meio de campo?

Silvana: – São essas as pessoas que precisam ser sensibilizadas, eu vejo por alguns colegas que trabalham em unidade básica de saúde. “Ai, mas é um saco, a população enche o saco!” Mas ela tem que encher, é isso que eu digo, esse serviço existe por causa dela e pra ela, então é óbvio que ela tem que estar totalmente inserida e ocupando o espaço que é dela. Então eu acredito muito no conselho gestor. O conselho gestor é um mecanismo que a gestão pública descobriu pra trazer junto de si o usuário de todo e qualquer serviço...o cidadão.

Sandra: – E como é que vocês se comunicam pra trazer as pessoas pra esse conselho, como é que se faz?

Silvana: – É um processo eleitoral que é desencadeado; esse conselho gestor é renovado a cada dois anos, é um mandato, é um biênio de trabalho e aí a gente começa a ter uma dificuldade muito grande por isso que eu te disse no começo, que eu falei da pedreira, que tem que ser dos dois lados, porque quando você começa a acionar as pessoas pra comporem esse tal desse conselho gestor, que é uma instância tripartite, ou seja, ela tem lá a presença do gestor, do trabalhador e do usuário, né, do segmento população, organizado através das suas ações instâncias de... é.... associação... é.... Enfim, você tem uma dificuldade enorme pra que o usuário venha compor esse conselho gestor ele diz: “ Ah, não quero dá trabalho!” “Ih, tem que se reunir toda vez, é um saco isso”. “Não, enrola minha vida, eu tenho que cuidar da minha casa” e olha, a gente tá tentou de todos os lados; a gente tá tentou pegar o trabalhador, né, a pessoa que está na ativa, o que está aposentado, a dona de casa, o idoso, o jovem - dificuldade é igual: ninguém quer.

Sandra: – Vocês colocam cartazes pra fazer algum chamamento pro Conselho Gestor?

Silvana: – Por exemplo, se esse conselho gestor ele é da saúde, digamos, da unidade básica de saúde ali... vamos pegar o V. Ede, que é uma das unidades aqui desse distrito nosso, de V Medeiros. A unidade de saúde da Vila Ede, a UBS quando ela vai renovar o conselho gestor, ela tem que publicar no diário oficial, que aí qualquer pessoa pode acessar...e colocar cartazes informativos de chamamento das pessoas, dizendo que vai ter organização da chapa de conselho gestor; marca-se uma reunião e aí pede-se que... divulga-se dentro da própria unidade pra que pessoas venham pra essa reunião.

Sandra: – Vocês divulgam fora?

Silvana: – Não. Só dentro da unidade de saúde . É até possível a gente levar para outros equipamentos desde que as pessoas que são os usuários da unidade levem. A gente enquanto funcionário público nós não temos, por exemplo, nem a autonomia – nem o dever nem a autonomia de, por exemplo, pegar um cartaz desse, ir até a lanchonete da esquina e falar “a gente pode pegar esse cartaz aqui?”

Sandra: – Mas por quê? Não é permitido?

Silvana: – Não, porque não é uma atribuição nossa, a gente não pode fazer isso no nosso horário de trabalho, nós temos que divulgar isso dentro da unidade que a gente trabalha. Eu até posso como cidadã; terminou o meu horário de trabalho, terminou, eu sou auxiliar de enfermagem ali da Vila Ede, eu falo “me dá um cartaz desse aí”, aí eu vou até a padaria, eu conheço o gerente, “eu posso pôr esse cartaz aqui?” Mas isso foi a Silvana quem fez, não é atribuição da funcionária pública Silvana. Não é atribuição. Se eu fizer, pra eu fazer isso eu tenho que sair da minha unidade no meu horário de trabalho.

Sandra: - Você não tem um funcionário, não tem uma equipe pra fazer isso?

Silvana: – Isso não tem; não tem uma equipe pra fazer isso. Se eu fizer isso no meu horário de trabalho, eu sou da sala de vacina, eu vou parar a sala de vacina pra ir fazer isso; então não dá, eu não tenho...é.... isso que eu te falo, que o serviço público tem a parte dele, que eu entendo que é necessário que se reveja, que são as políticas públicas. Quando você fala em política pública, você tem que pensar nisso; pensar não só no funcionário que vai ficar na sala de vacina, vai ficar lá pra fazer ela funcionar, mas se você quer que ele trabalhe num conceito mais amplo de ação de saúde, você tem que dar a condição. Então o serviço público também tem que fazer um quadro de pessoal um pouco mais ampliado, não só pra cobrir as férias e o afastamento daquele auxiliar de enfermagem, daquele médico daquela enfermeira, mas também pensando que algumas ações de saúde são extramuros, não fiquem retidas ali no posto de saúde. Tem que ser olhado... o olhar tem que ser mais amplo, tem que ser ali no ambiente que... no entorno dessa unidade básica.

Sandra: – E as equipes que estão aí pra...por exemplo, que vêm à casa da gente pra fazer a prevenção contra a dengue?

Silvana: – É uma das políticas públicas.

Sandra: – Mas tem relação com o seu trabalho? Você poderia acionar essa equipe?

Silvana: –Tem, tem, tem – inclusive eles são agentes de saúde.

Sandra: – Mas você não pode acionar pra pregar cartaz, pode?

Silvana: –Ah, eu tenho que confirmar, eu tenho que consultar a lei, eu não... isso eu não sei te dizer.... o João, a gente vai perguntar isso aí pro João, o João [da Vigilância em Saúde, também entrevistado]. Não, de verdade, eu não sei se o agente de zoonoses ou agente de saúde tem isso como atribuição... eu... estatutariamente falando, eu acho que não, não existe, mas a gente tem até que confirmar com o João, porque como o meu trabalho é mais focado na supervisão, na assessoria, eu tenho dúvidas se isso é possível. E eu não sou a assessora do supervisor que cuida desse trabalho externo; meu trabalho é mais ligado com as equipes internas, mas do ponto de vista jurídico, a gente pode consultar; posso te responder posteriormente. Mas assim, só voltando: a gestão pública ela já tá ocupada com isso né, quando a gente pensa em fazer programa de saúde da família, as equipes de PSF [Programa de Saúde da Família] tão populares, né? Hoje o programa de saúde da família ele não é mais chamado PSF e sim ESF. ‘Cê vai falar por que ESF é estratégia saúde da família? Porque a gente percebeu que não basta ter uma equipe que vá lá na casa do outro; é necessário que esta

equipe esteja articulada com as equipes internas das unidades de saúde e é necessário essas equipes estejam articuladas com outras unidades de saúde, porque às vezes a pessoa precisa de uma consulta com o cirurgião vascular que não vai ter nesse posto de saúde nem nesse núcleo de apoio ao PSE que fica no posto, que é o chamado, a chamada, é...as equipes PSF e as equipes NASF, que é o Núcleo de Assistência em Saúde da Família. Não tem... preciso de um vascular. Onde é que tá? Tá No Isolina [posto de saúde do distrito vizinho] então essa equipe tem que estar muito bem antenada com a equipe do Isolina Mazzei, que é o nosso ambulatório de especialidades. Senão como é que fica? Outra, às vezes essa pessoa, ela é acamada e ela precisa de um cirurgião vascular pra olhar aquela perna – e agora? Ela não vai conseguir sair, se locomover. aí a gente começa a ter problemas na área da saúde, porque eu preciso de um veículo pra pôr essa pessoa dentro e levá-la até a unidade ou eu preciso que um profissional do Isolina Mazzei venha; tem que ter um veículo para trazê-lo até aqui. E aí a gente vai tendo problemas, porque eu acho que tem falhas no serviço público, por exemplo, a locomoção de uma pessoa que precisa de atenção em saúde fora daquele equipamento do lado da casa dela; como fazer? Chama o SAMU, mas o SAMU não é pra isso. O SAMU é serviço móvel de urgência. Isso não é uma urgência. Vai ficar se eu não resolver! E é por isso que eu te disse num momento que ainda a cultura que a gente tem com a população - e que não é só população que não é especializada, né, - trabalha na saúde é de curar só a doença, que aquele problema vascular pode ser visto de forma eletiva, sem correria, não é visto, porque - ah - não tem a condução; então vai deixando, vai deixando, chega uma hora que aquilo lá vai se agravar.

Sandra: -Você trabalha muito com essa articulação da comunicação interna muito mais do que a externa...

Silvana: - Ah, é....

Sandra: - Na comunicação interna você vai entrar?

Silvana: - Comunicação eu vou entrar sim; uma das minhas tarefas como assessora é buscar essa compreensão entre as profissionais que trabalham na unidade de saúde pra que eles possam abrir-se para outros equipamentos, porque senão não vai. Olha, eu vou te dar um exemplo na área da saúde mental. Eu sou interlocutora – na verdade, eu sou assessora da supervisão que está muito ligada ao interlocutor de saúde mental da região. ‘Cê sabe que a nossa região de saúde ela tem essa parceria com organização social, não é? Sabe disso?

Sandra: - Superficialmente....é OSCIP?

Silvana: - É...não é...é uma OSCIP, mas tem um nome: Microrregião V. Maria – V. Guilherme, que é vinculada a uma organização social de saúde, que é a SPDM. A SPDM ela tem uma OSCIP e essa OSCIP e ela nesta região é chamada Microrregião V Maria V Guilherme. Então é o nome que deram. Há já três anos que a região da V. Maria, V. Guilherme, V. Medeiros, elas são gerenciadas por uma OSCIP, OSS. OSCIP é uma organização do terceiro setor. No nosso caso, toda a interlocução fica, claro, em quem faz o gerenciamento. Não tem sentido que a diretoria da Secretaria Municipal da Saúde – sobre saúde mental, por exemplo, venha pra cá e eu, nessa instância de supervisão, detenha o poder

de dar as ordens para os profissionais de saúde mental dos postos. Quem tem que fazer isso é quem contratou essas pessoas. E quem contratou foi a microrregião, portanto interlocução do programa tá lá, de saúde mental. Tá, então, a diretriz vem de SMS (Secretaria Municipal da Saúde) pra mim. E eu tenho a competência de dizer assim pro interlocutor: “Ó, Dr. Fulano, vai ter que ser assim. Esta é a diretriz e assim que vai ter que ser.” Aí como fazer é problema dele. Ele que tem que fazer, eu quero o resultado. Chega no final do mês eu quero o dado. Deixa eu ver – por que que você não cumpriu a meta? Vai ter que me dizer, vai ter que me convencer [riso] que não deu por razões aleatórias à vontade dele. E se comprometer a corrigir isso pro mês que vem. Então a gente, a supervisão de saúde quando a região está com gerenciamento de terceiro setor, nós não temos o poder de ir lá no médico da unidade básica da V. Ede e discutir com ele. Eu tenho que fazer isso através desse parceiro que eu tenho. Então, eu sou interlocutora da saúde mental? Não. Eu sou assessora do supervisor que é referência pra saúde mental. Então, todas as regras que estão vinculadas à saúde mental passam pra mim, o supervisor me manda...me ‘empoderar’ dessas regras. Aí essas diretrizes, essas políticas que são implementadas eu repasso pra esse interlocutor da microrregião, e é ele que vai fazer acontecer e eu só fico observando pra ver se ele tá fazendo ou não e através de dados fiscalizando isso, vou até lá, vejo se tá implantando ou não aquilo que tá sendo solicitado. Me reúno com eles frequentemente pra ver onde é que tá o problema, e aí ajudo, claro, naquilo que me é possível. Então o meu papel é fazer com que eles - por exemplo, vou pegar o CAPs infantil que a gente tem aqui na Alberto Byington – CAPs infantil, equipamento de saúde mental, tem várias crianças e adolescentes que estão vinculados aí, que fazem tratamento nesse CAPs. Um dos problemas maiores que a gente tem: 40% dos pacientes do CAPs são autistas. Autistas são aquelas crianças que têm um transtorno de desenvolvimento, que acabam vivendo num mundo próprio, né? Dentro da nossa realidade, só que numa realidade só dele, que nem sempre nós podemos entrar. Ele entra e sai daquela realidade quando ele quer, mas nós entrarmos na que ele criou fica difícil. E aí que acontece? É...essas crianças autistas – que a gente chama criança, mas na verdade alguns já são adultos. Esses pacientes autistas eles não conseguem vir no CAPs na frequência que precisariam, pra que o tratamento desse alheamento de realidade fosse feito pra que ele não ficasse nessa realidade paralela o tempo todo. Ele precisa de um trabalho frequente nesse CAPs, então ela teria que vir três, quatro vezes por semana no CAPs. Aí a gente começa a esbarrar nas dificuldades. Primeira: ele não consegue vir só. E tem que vir com um adulto que o traga. Só que esse adulto às vezes trabalha, trabalha e pra ele poder...trabalha pra poder viver, pra poder comer. Então a frequência que esse autista pode vir não é quatro vezes por semana como deveria ser do ponto de vista de necessidade terapêutica dele. A equipe não tem como garantir que o tratamento vai ser tão bom. Se a equipe ficar presa aqui, nesses muros, se a equipe começar a pensar que ela pode verificar se não dá pra gente fazer uma atividade do CAPs lá na unidade básica de saúde perto da casa dele? Às vezes, se eu fizer atividades lá, na UBS V. Ede, eu pego os profissionais daqui levo lá pra UBS V. Ede e eles vão fazer essa atividade com esses autistas que moram ali no entorno da UBS V. Ede. É mais fácil ir na UBS V. Ede do que vir aqui no CAPs.

Sandra: - Certamente.

Silvana: - Não é mais próximo? Então.

Sandra: - Eu fico imaginando, dentro desse universo teu, *bem* intrincado aí, que você tá construindo pra eu entender - tô chegando agora pra entender! – o que te motivou a se tornar conselheira ambiental?

Silvana: - ...Então...é ...é exatamente essa necessidade que eu tenho de me...[entrada de uma funcionária da subprefeitura falando alto com alguém que estava em outra sala. Mesmo notando a situação de entrevista, não abaixou o volume da voz, não mudou de atitude]...me empoderar cada vez mais outras áreas que não só a área da saúde, com a população, com a sociedade civil, e eu poder...é...ter cada vez mais argumentos e mais subsídios pra fazer aquilo que é minha função, que é argumentar.

Sandra: (tentativa de interlocução não inteligível – misturaram-se as falas. Entrevistada deliberou continuar o rumo que havia escolhido para discorrer.)

Silvana: - Convencer esses profissionais que tão na lida do dia a dia, a fazer isso, que esse trabalho de extramuro é difícil. O profissional da saúde ele acaba até tendo essa visão de saúde, mas ele quer fazer só no universo restrito, e não pode. Esse universo tem que ser ampliado. E quanto mais pessoas conseguirem ir pra fora do trabalho de muro, mais a sociedade, a população tem acesso à saúde.

Sandra: - Então você acha que dá pra vincular um trabalho....[entrevistada toma a palavra e prossegue o foco anterior]

Silvana: - Então eu acho que o trabalho de conselheira é um trabalho que me viabiliza um contato constante e sistemático porque a gente tem encontros constantes com a sociedade que tá organizada e que vai me ajudar, inclusive, a achar argumentos além daqueles que eu já tenho pra ir convencendo meus colegas, que não estão com toda essa compreensão da importância da sociedade organizada estar participando das decisões e me ajudar inclusive com esse subsídio que eu acho que é tão fundamental, porque senão meu trabalho fica sem sentido. Se é só pra ir lá mandar o pessoal fazer e só ver se fez. Mas e se não fez? Por que não fez? Onde é que tem de melhorar? Por exemplo – ó, ‘cê quer ver um exemplo? – que eu achei muito importante? Por causa do meu trabalho no CADES, dou um exemplo pontual. O meu trabalho no CADES me permitiu uma convivência maior com alguns elementos da subprefeitura. Apesar de eu trabalhar no mesmo prédio, eu trabalho nesta área. O fato de ter um contato maior com alguns representantes da subprefeitura me fez, me permitiu começar a ajudar o CAPs infantil. E em que sentido? O CAPs infantil tá num espaço físico inadequado. Precisa de mudar, precisa de mudar e aí inicialmente eu comecei a trabalhar com o pessoal da subprefeitura, tentando achar um local que a gente pudesse transferir o CAPs infantil, que fosse um equipamento público, que não estivesse em uso ou que pudesse ter uma transformação. Aí a gente chegou; bom, os lugares que a gente tentou não deu certo. Aí, ah, o trabalho no CADES e o trabalho com o Conselho Gestor me fez conhecer algumas pessoas, dentre elas o Enio, e assim, o Enio tá começando a me ajudar nisso, e não só o Enio, o Daniel, que eu conheci no CADES, então o Enio aqui, o Daniel no CADES, agora você, que vai ser outra que eu vou pedir isso. Eu preciso de uma casa pra ser locada, já que não tem

equipamento público pra poder transferir o CAPs infantil que é pra diminuir o gasto. É competência minha fazer com que o dinheiro público seja bem empregado. Então, se eu tiver um equipamento próprio, tiver que reformar, eu vou pedir pra microrregião reformar esse equipamento, que é claro que é um dinheiro que nunca vai... vai significar [?] pra própria prefeitura porque é um equipamento público, mas se eu não tenho esse equipamento, uai, não vai ter jeito, eu vou ter que buscar uma outra...então eu preciso de uma casa, de preferência térrea, grande, pra eu levar o meu CAPs infantil, porque pra criança, portadora de doença mental, se você tem um espaço muito apertado como é hoje o CAPS, o tratamento não evolui. Ela precisa de espaço aberto, de preferência que tenha área verde. Isso tem um efeito extremamente importante pro trabalho em saúde mental. O contato com a natureza - a natureza ... de natureza mesmo.

Sandra: - Eu queria que você falasse um pouco disso...

Silvana: - Entendeu?

Sandra: - ... então extrapolando até a área do CAPS, então,

Silvana: -Você vê?

Sandra: - ...cê fala da criança que precisa desse contato. E os demais munícipes, os demais moradores...

Silvana: - Com certeza.

Sandra: -e vê que no distrito existem muitas áreas que facilitam esse contato com a natureza?...

Silvana: - Não.

Sandra: - ...com o verde.

Silvana: - Acho que é outro drama que a gente vive aqui nesta região, e aí todos os distritos, né, V. Maria, V. Guilherme e V. Medeiros: é a falta de área verde, porque não é uma pracinha só, sabe, Sandra? Eu penso que a área verde ela tem que ser um pouco mais ampla. Quantos locais aqui você tem que tem um quintal desse [o área verde da sede da subprefeitura V. Maria-V. Guilherme], com árvore, com verde?

Sandra: - Bem poucos. Por aqui só a sub.

Silvana: - E você sabe, mesmo na área administrativa como é a que eu estou, às vezes quando a coisa tá muito difícil, por exemplo, me angustia não ter o dinheiro pra dar pra essas pessoas que vêm me procurar. “Silvana, eu preciso do dinheiro [para deslocamentos por conta de tratamentos específicos de saúde], eu não tenho dinheiro porque eu tive que ir pra Bauru”, eu às vezes eu me sento nesse banco e isso me ajuda, sabe, o contato mesmo com a natureza. Eu saio daqui dessa sala e vou dar uma volta ali, ó [aponta para pequena área verde na sede da subprefeitura local]. Me ajuda a encontrar forças de voltar e atender de novo o telefone e falar “Seu Antonio, não chegou o dinheiro”. E eu vi o Seu Antonio às vezes bravo comigo, né, me

culpando do dinheiro não ‘tá aqui. E eu ouço porque ele tem que falar pra alguém. E aí eu escuto, mas eu preciso de ter, como profissional, de um espaço pra me acalmar [riso].

Sandra: - Você acha que os munícipes têm também esse sentido? Você no seu trabalho, nos vários locais de saúde, você sente que o munícipe também tem essa percepção, em linhas gerais, de um espaço verde, um espaço amplo?

Silvana: - Não...Não tem. Até percebe a importância do espaço verde pra vida, mas vincula isso só com lazer, não vincula com meio de vida, com modo de vida. Assim ó: o munícipe é capaz de me dizer: “Ah, é importante eu ter o parque; um lugar pra eu passear, vou passear”. Ele esquece que o parque é uma área verde que tem um monte de funções, que não é só servir pra lazer pra ele. Isso eu acho que ainda falta, mas...

Sandra: - Prover saúde...principal função...

Silvana: - E até profissional da saúde – e aí a coisa fica pior, né? - porque até o profissional da saúde que fica lá dentro daquele posto, naquela unidade, não consegue enxergar o ponto que é importante, o convívio com não só áreas verdes, mas com a comunidade. O quanto que essa criança autista pode se beneficiar se ela ‘tiver numa unidade que ela é ampla, que ela não vá passar por uma avenida só pra chegar, sabe, que tem vizinho, que tem uma lanchonete do lado, que a mãe pode passar por ali, que é mais próximo do parque, que pode pegar essa criança, ir pro parque não só pra passear mas pra andar, pra fazer alguma atividade física, e pra ir na lanchonete; porque pra mim meio ambiente é tudo isso – é inclusive a lanchonete que tá construída, ali próximo, é a vivência que tem, é a convivência que é permitido ali na lanchonete, então eu acho que os profissionais de saúde ainda não conseguem ver isso, sabe? Isso me entristece.

Sandra: - Como é que você encaminharia uma comunicação – mecanismos, estratégias – um caminho de comunicação pra vencer essas dificuldades que você menciona? O que você sugeriria?

Silvana: - Eu acredito muito no encontro, eu acredito muito no encontro das pessoas. Eu acho que quanto mais conselhos a gente conseguir criar, conselhos que tenham uma representatividade não só do cidadão, mas dos gestores, do trabalhador. Eu acho que é através dessa organização tripartite, bipartite, que não tenha só um interessado; eu acho que tem que ter esses vários interessados participando, Sandra, eu não consigo ver outro...– mas é assim a minha opinião, né? Não é uma verdade, é o que eu acredito. Eu acho que é assim, é através do contato, é você conhecendo a pessoa, ela contando pra você da dificuldade dela, da realidade dela que você vai começar a se interessar pelo lugar dela – e isso é meio ambiente. É você nesse pedacinho aqui você vincular na história do outro ali, na história do outro, que faz o bairro, que faz o distrito, que faz a saúde.

Sandra: - E você acredita que os meios de comunicação – os disponíveis – televisão, rádio, jornais, jornais de bairro, revistas, o boletim da subprefeitura, enfim, o que há de meios de comunicação hoje que pode ser usado ou que tá sendo usado pra fazer esse meio de campo, tá sendo bem utilizado, tá dando conta do recado, na sua visão?

Silvana: - Pra mim, se você olhar ele só como instrumento, sim, mas se você pensar que um instrumento ele precisa de ser operacionalizado, não. Pra mim operacionalização é isso. Eu acho que precisaria de alguém pegar esse boletim e ir lá entregar, sabe - “Olha, tô te entregando isso aqui porque é o jornalzinho do bairro, sabe, tem umas coisas boas de você ler aí, a gente se encontra pra discutir isso em tal lugar”. Sabe, porque um instrumento ele por si só ele não é suficiente pra você atingir o objetivo pra nada na vida. Acho que é necessário você...é...é...operacionalizar esse instrumento. Então, eu não acredito, por exemplo, voltando pra área da saúde, só esses cartazes, panfletos que a Secretaria Municipal da Saúde faz basta pra sozinho atingir o objetivo. Acho que é necessário que um profissional operacionalize isso. Então, vamos chamar todos os diabéticos pra assistir um filminho de diabetes. E depois disso tem que conversar, tem que trocar; então, pra mim, um instrumento ele é *estático*. E ele só vai ter sentido se ele for trabalhado. E aí eu te digo: eu acho que a gente tem muitos instrumentos mas eles são pouco trabalhados, pouco operacionalizados, e daí por isso que a gente não atinge o objetivo.

Sandra: - Então seria aí um caminho de...de operacionalização mesclando os campos, por exemplo, da educação, da ciência ambiental, da saúde, da comunicação, assim?

Silvana: - Hum, sim. Todos. Tem que um tá envolvido no outro, pro educador que tá lá na escola é importante conhecer a vida, o local de vida dessas crianças, desses seus estudantes. Inclusive, as dificuldades que ele tem com saúde. Como quem tá na Saúde tem que conhecer a escola que esse paciente que hoje é usuário do posto estuda. Tem que conhecer a casa dele, tem que conhecer os problemas de transporte da região. Cê vai me falar “Mas o que que tem o transporte a ver com o usuário?” Como? O transporte tem a ver com tudo. Uma pessoa que tem pegar um ônibus lotado, que pra se locomover daqui lá tem que pegar três conduções porque não tem uma direta, ela fica estressada, cansada, ela sua, transpira, é...fica um tempão, perde do dia dela, né? Ela – o dia tem 24 horas, ela dormiu seis, oito, sobraram aí dezoito horas, dezesseis horas. Nessas dezesseis horas que ela tem acordada, é!, ela fica – gasta – quatro, cinco em condução, se locomovendo pra lá e pra cá. E...são cinco horas perdidas...não é? Estressada, porque o ônibus, ah, tô lá – não dá pra você conversar. Se você tá sentada no ônibus, aí você bate papo com a pessoa do seu lado, é até agradável. Só que quantas vezes você consegue pegar um ônibus e ir sentada, conversando? As pessoas ‘tão apressadas pra sair desse ônibus, pegar o outro, aí todo mundo irritado, cansado, com mil coisas na cabeça, não conversa, é... não discute, então...é... perde um tempo enorme na condução, fica cansado, exaurido. *É claro* [ênfatisando] que tem maior chance de adoecer, fica sem disposição pra trabalhar, pra estudar e começa a afetar o trabalho, o estudo e a *saúde*.

Sandra: - E agora eu vou puxar a brasa um pouquinho pra minha sardinha. Pensando em comunicação ambiental e melhoria da qualidade de vida das pessoas, você teria alguma sugestão, assim, pra minha pesquisa [riso], alguma sugestão de um enfoque que você gostaria de ver mais trabalhado, pensando nessa ponte...é...da comunicação com o meio e com o objetivo de saúde - com a transformação do meio e, por tabela, a transformação da saúde para melhor, da saúde urbana?

Silvana: - Ai, Sandra, ó, eu volto na tecla: não consigo ver outra forma a não ser a sociedade toda, em todas as áreas organizadas que ela tem, inclusive nos gestores; os gestores não só públicos, mas os gestores mesmo têm que, eu acho que as pessoas têm que se encontrar e têm que dividir. Não consigo ver jeito na nossa...no nosso planeta, que não seja esse. As pessoas têm que se empoderar do bairro – é um problema de todos nós, não é porque você não mora ali do lado daquele riacho que alaga quando chove que não é problema seu que ficou alagado lá. As pessoas têm que enxergar isso como sendo um problema de todos. Não é porque eu não moro lá na beira da Fernão Dias que eu não tenho que me preocupar com a ampliação do Terminal Fernão Dias. Tem que se preocupar. A rodovia, ela é importante? É claro que ela é, a gente não pode dizer não pro progresso, o progresso tem que acontecer, a cidade tem que ser asfaltada, não dá pra viver hoje em dia numa rua de terra [conversas em voz alta, vozes masculinas e femininas] só pra não pavimentar. Mas não pode só pavimentar, tem que olhar o outro lado. Ah, tem quem que ter comércio? Claro que tem que ter comércio, mas não é só comércio. Sabe, a subprefeitura não pode ‘tá preocupada só em melhorias pra rua que tem comércio. Tem que ‘tá preocupada com os locais que são de moradia – e aí ‘cê me fala: “E o morador?” O morador tem que se posicionar ali, não pode ficar falando “*Ahhh...*”. Ou o comerciante ou o agente de saúde: “*Eu vou ficar aqui, quem quiser vir que venha.*” Que é isso? Não é assim.

Sandra: - É o encontro...

Silvana: - É o encontro, só acredito no trabalho conjunto.

Sandra: - Do encontro. E esse encontro está sendo muito especial porque nós estamos conversando sobre [risos] o nosso roteiro previamente visto e também sobre muitas outras questões que têm uma relação direta com o nosso interesse – com o interesse da Silvana, de Saúde, o meu de Comunicação Ambiental e o de nós duas como conselheiras ambientais [risos].

Silvana: - Exatamente.

Sandra: - Então, Silvana, eu quero te agradecer, quero perguntar se você tem mais alguma coisa que você gostaria de colocar...

Silvana: - Ah, não – eu só gostaria de agradecer o convite, parabenizar o seu trabalho; eu acredito que todo e qualquer trabalho que a gente faça, mesmo que dentro da área acadêmica, ele serve de subsídio pra que a gente possa trazer pro dia a dia, pra prática nossa. E acho que este teu trabalho vai com certeza trazer uma série de argumentos, ele vai apresentar subsídios, pra que todos possam se apropriar cada vez mais de informações com relação ao meio ambiente, à comunicação ambiental, à qualidade de vida, que eu acho que é o que a gente quer hoje pra todos nós, né? Tá bom? Muito obrigada.

Sandra: - Obrigada Silvana, obrigada mesmo.

Entrevista com Cleverson José Ferreira
(arquiteto, coordenador de Defesa Civil)

Sandra: – Boa tarde, comunidade ecana, nós estamos aqui na subprefeitura de Vila Maria-Vila Guilherme, com o Cleverson, que é arquiteto, e ele mesmo vai se apresentar pra nós, vai falar um pouquinho do trabalho dele e da relação que o trabalho dele tem com a questão da comunicação ambiental, da saúde urbana, enfim.

Cleverson: – Boa tarde, é um prazer estar falando aqui pra minha colega de Conselho, a Sandra. Eu sou um dos conselheiros do Conselho do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da subprefeitura da Vila Maria e Vila Guilherme, e ela também. Eu sou arquiteto efetivo na prefeitura já há 33 anos e há 15 anos eu trabalho nessa subprefeitura. E essa vocação pela questão ambiental ela é bastante antiga, eu acho que a gente vai, né, trazendo pro dia a dia e principalmente pro trabalho, que hoje a gente fica mais fora de casa trabalhando, então tem que ser alguma coisa que apetece a nossa vocação. Eu trabalho mesmo na Coordenadoria de Defesa Civil, mas existe sim um link dentro dessa coordenadoria, nessa subprefeitura, com a questão ambiental, porque tem a coordenadoria de urgências urbanas e áreas de risco e eu como arquiteto coordeno esse trabalho e eu vejo que as coisas estão linkadas, né? À medida que a defesa civil trabalha com prevenção, a questão ambiental ela tá literalmente ligada ao processo de prevenção que a defesa civil tem de desenvolver. O dia em que a gente tiver ou pleitear um ambiente mais saudável, nós com certeza estaremos tentando recuperar a cobertura vegetal, né, a estrutura geomorfológica da cidade com seu desenvolvimento urbano e humano, pensando na questão de como interferir de forma antrópica de maneira que o meio ambiente não venha sentir tanto essas interferências e que mantenha na medida do possível o equilíbrio pra todas as espécies, né, vegetais e animais. E quando a Sandra me falou dessa entrevista, apesar de nossa correria, né, tanto ela como mãe, como profissional que trabalha com o que faz com que ela sobreviva e agora, no projeto de pesquisa dela do mestrado, às vezes a gente não consegue cumprir com toda a nossa agenda, mas eu tô muito satisfeito de ter sido chamado para dar as minhas opiniões e colaborar com o exercício da cidadania ambiental que ela sempre, desde que eu a conheço, vem pretendendo desenvolver.

Sandra: [Muito bom!] – e dentro dos projetos, Cleverson, que você tem trabalhado, aqui na subprefeitura, na região, como é que você vê os – ou quais são os projetos, enfim, e quais são os processos de comunicação que vocês costumam utilizar pra trazer a sociedade à participação?

Cleverson: - Parece que a gente tá já no século XXI, né, mas ainda é muito precário, eu vejo, ou a gente trabalha inteiramente com processos de comunicação via e-mail, via internet, cibernético, né, vamos falar assim, mas a gente usa muito papel ainda. Muito papel. Então assim; é importante eu acho ter uma pessoa que cutuca essa discussão, pra facilitar esse processo de comunicação, que, como a gente fala aqui na subprefeitura, os técnicos aqui já – a maioria, né, dos mais antigos – são...passam de cinquenta anos...são arquivos vivos. Em parte isso é muito bom porque são pessoas que tão sempre pretendendo utilizar esses arquivos que

possuem. Computador só recebe as informações, a gente manuseia eles, mas a gente não deve querer que isso seja o arquivo vivo, né, é...uma atividade em si mesma; essa atividade tem que se multiplicar, tem que ser passada. Porque o arquivo vivo, ele costuma virar morto. E a gente precisa pensar – esta semana tenho discutido com os funcionários que trabalham comigo – em otimizar o que é arquivo morto, em papel, o que é arquivo vivo em pessoas e o que é arquivo, é, dentro dos sistemas de informática. Eu vejo que precisa linkar essas três fontes pra que a gente tenha mais facilidade de comunicar tudo que a gente já desenvolveu e desenvolve. Por exemplo, nós estamos em um bosque [pequena área verde na sede da subprefeitura local], ele é de...ele efetivamente existe como um bosque de *laissez-faire*, de relaxamento, desde 2005, quando essa sede foi inaugurada. Essas árvores são mais antigas, que essa área aqui é uma área municipal. Em 2007, a gente fez o plantio de uma árvore, na verdade comemorava os 35 anos da Primeira Conferência do Meio Ambiente, de Estocolmo, portanto essa árvore vai pra oito anos; ela tá bem ali [aponta]. Na época, a gente fez uma comunicação pra chamar as pessoas pra essa...pra esse evento, né, via jornais de bairro, foi uma comunicação muito pequena, porque a pergunta que a Sandra me fez, né, fala, quer que eu me remeta à questão da comunicação. Foi uma comunicação muito pequena, via papel; nós conseguimos agremiar umas trinta pessoas aqui. Deveria se agremiar mais pessoas. Que no ano passado completou-se quarenta anos da primeira conferência mundial sobre o meio ambiente, que a primeira foi em 72 – 2012, quarenta anos. Não se falou sobre isso aqui. Por isso eu fiquei na época ansioso por colocar uma placa e plantar essa árvore em 2007 pra funcionar como uma comunicação. Esta comunicação simples feita em papel, em jornais de bairro, gerou o andamento do projeto ‘Adote uma árvore’, que, com apoio, com parcerias, com o trabalho da Sandra dentro do MOVERR somou um total de sete mil árvores plantadas. Não sei se o total ainda existe, né, como indivíduos vivos. Eu acho que 70% tá vivo; pelo que nosso agrônomo falou, nós tivemos resultado melhor que muitas subprefeituras em relação a essa campanha de plantio de árvores, então eu acho que nesses sete mil, dessas sete mil árvores 4900 devem estar vivas. Já mocinhas porque fazem cinco anos. Então eu acho muito importante, sim, otimizar esse processo de comunicação principalmente porque é um tema que, a gente ‘tava brincando aqui, que é de uma das coisas que a gente gosta de discutir que é a questão do bem-estar no ambiente urbano. E pra isso a gente aposta em arborização. Então eu vejo que essa comunicação tem que trazer mais parceiros pra esse grupo, que a Sandra falou assim: ‘é, tem a ver com a nossa forma de ver, nós somos poucos’; eu posso ‘tá enganado, mas eu acho que as pessoas que vivem no meio urbano ‘tão preocupadas com a sobrevivência. Eu também me preocupo com a minha sobrevivência. Mas uma questão que eu acho que preocupa mais ainda a nossa forma de ver a vida é que o meio ambiente que nos dá sustentação e apoio. Se ele não sobreviver, nós não sobrevivemos. Acho que esse grupo de pessoas, como eu, a Sandra e outras pessoas que pensam nessa questão, é um grupo restrito, que deve ser chamado através de uma comunicação mais interessante, mais competente, né, mais atraente.

Sandra: - Exatamente sobre isso que eu gostaria que você falasse um pouco – você tem uma equipe de comunicação? Vocês têm uma equipe da qual você possa dispor pra ampliar essa comunicação?

Cleverson: - Olha, infelizmente é tudo um pouco precário. Ahn, a equipe é pequena, geralmente é pequena, infelizmente assim principalmente porque a gente já tá em vias de se aposentar.

Sandra: - Quantos são?

Cleverson: - O que eu quero explicar é assim: eu estou em vias de me aposentar, dois anos, talvez no máximo, eu posso me aposentar. Até menos. Então quer dizer, nesse tempo todo da minha carreira, que não se restringiu a esta subprefeitura, eu sempre tive dificuldade de ter, de agremiar pessoas, independente de ser chefe ou coordenador ou...pra fazer isso que você acabou de colocar. Nós não temos aqui uma equipe específica de comunicação para esse trabalho. A subprefeitura tem assessoria de imprensa e que tenta, né, abraçar, e trazer para a comunicação dessa assessoria todos os assuntos que a prefeitura tem que desenvolver. Mas especificamente na Coordenadoria de Urgências Urbanas e Áreas de Risco nós não temos uma equipe que trabalhe especificamente com comunicação.

Sandra: - Certo. E existe aí alguma dificuldade talvez decorrente disso ou decorrente de outros fatores de comunicação com o cidadão? A comunicação do poder público com o cidadão, você vê alguma dificuldade nesse caminho?

Cleverson: - Existe dificuldade sim, que a gente tem mais facilidade tecnológica hoje, no século XXI, mas a gente tem mais, também, dificuldade de ter profissionais que trabalhem em prol dessa melhoria. A máquina administrativa ela tá cada vez com menos funcionários efetivos, os concursos públicos estão em processo muito lento de realização; eu sinto que a máquina pública municipal ela tende pra uma terceirização – e é uma vocação mundial. A gente já tem processos que não necessitam de tantos funcionários, que são desenvolvidos on-line e por um lado isso acelera o processo, mas eu acho que esfria, né, o setor...esfria essa questão do entrelaçamento entre profissionais e...[pausa reflexiva]

Sandra: - E do cidadão pra vocês? Como é que é a comunicação? Existem dificuldades?

Cleverson: - A gente normalmente atende, atende as pessoas, mais *tête-à-tête*, mais pessoalmente. Às vezes via e-mail, às vezes via algum documento, uma carta, uma denúncia, a gente atende. Assim, talvez essa seja uma das subs, pelo que eu observo e converso com pessoas que moram em outras regiões que mais recebem reclamações; a população aqui é um pouco quieta. Isso não é ruim, não, porque a última informação que eu tive é que a subprefeitura de V. Maria ela tem uma colocação no ranking de atendimento de qualidade no ranking da cidade como quinto lugar. Se nós temos uma demanda exigente, a gente vem, na medida do possível, dando conta, então eu vejo que a nossa forma de atender quem se comunica conosco não é uma das melhores mas não é a pior. É lógico que eu acho que esse processo tem que ser melhorado.

S: - Quando o munícipe se comunica com vocês, ou vocês com o munícipe, em razão de algum projeto que está sendo desenvolvido na região, sobretudo em termos ambientais, você percebe que o munícipe tem interesse, ele revela interesse, a maioria revela interesse, eles se integram ao projetos? Como é que você vê?

C.: - Olha, eu vejo assim, que como eu tô aqui na sub há 15 anos e a gente trabalhou com os núcleos de defesa civil, que na verdade os núcleos de defesa civil são núcleos que têm um ou dois representantes por áreas que têm risco, risco urbano. Nesses quinze anos eu senti que esse grupo se esvaziou um pouco. Pode ser um fenômeno, por conta da necessidade de sobreviver; pode ser que a gente tenha falhado no processo de (des)continuidade, mas eu acho que agora, com a criação do CADES, a gente tá terminando essa gestão e iniciando a segunda gestão, a gente tá congregando um melhor grupo, um grupo mais interessado de pessoas que, apesar de não ser um grupo grande, né, Sandra, mas as nossas reuniões, todas as segundas-feiras do mês, à noite, elas tão trazendo pelo menos um espaço pra se pensar e trazer as ideias que as pessoas tão tentando desenvolver. Então. Eu vejo que o CADES, ele tá propiciando essa movimentação.

S.: - E você acha que (te atrapalhei um pouquinho) existe aí no nosso entorno, aqui na nossa região, no distrito de Vila Medeiros, você sente um...a coletividade aflorando, um sentido de coletividade entre as pessoas quando o assunto é o ambiente urbano do bairro?

C.: - Ó, eu vejo que eu gostaria de voltar um pouco no tempo em que...quando eu comecei na prefeitura. Eu fui voluntário, eu trabalhava na subprefeitura como estagiário, então eu fui voluntário na área de urbanização de favelas, na antiga Secretaria da Família e Bem-Estar Social. E à medida que eu concluí o curso com o trabalho de Urbanização de Favelas, eu pude ser contratado; eu fui contratado, eu acredito que pela minha vontade, né, eu fui chamado pro contrato dentro do período que eu ‘tava sendo voluntário, e eu pude conhecer como é que aquele trabalho era desenvolvido. Nós tínhamos assistentes sociais, psicólogas, pedagogas, no caso eu, arquiteto, mais uns dois arquitetos, um desenhista, estagiários. E a subprefeitura era dividida por setores. Essas assistentes sociais elas iam nos setores. Elas visitavam a subprefeitura toda. Existia uma estratégia que uma assistente social que eu ainda conheço, a Dra. Adaísa Sposatti, esta estratégia era o seguinte: ação-reflexão-ação. Então a gente agia na área, refletia, voltava pro escritório com essa reflexão e agia de novo! Então, se existia população em processo de organização no Parque Novo Mundo, por exemplo, e em vez disso existia o crime – existe crime –, nós estávamos em contato direto com essas lideranças. Que, àquela época, anos 80, estavam, tinham, eu sentia assim, um pouco mais de purismo na relação com o jovem profissional a fim de transformação do espaço físico e social. Quer dizer, a antiga SEFABS [Secretaria da Família e Bem-Estar Social], ela tinha essa estratégia, esse modelo, que gerou especialistas hoje, com seus cinquenta, cinquenta e cinco anos, e que fazem com que a gente fique assim, engasgado [emociona-se]. Hram, Hram [pigarro]. Fomos jovens, desenvolvemos isso aqui [quase chorando], e hoje acho que estamos todos vivos. [voz embargada] Hram. O que a gente quis transformar nessa paisagem, tanto social como ambiental, e é lógico tem que ter vontade, tem que ter estratégia e tem que ter os mais velhos. No caso, eu citei essa professora, que ela era a mais velha, e ela tinha mais experiência e tinha *panaché*, e às vezes a gente se encontra, num seminário, e ela foi uma pessoa que me ajudou muito a pensar tudo isto. Primeiro mapa que eu fiz, pra pensar essa região, foi com ela. E ela me chamou na sala e falou: “Tem um mapa aqui da região, e eu quero que você coloque nesse mapa todos os aspectos geográficos. Como eu era muito jovem,

eu conheci de andar aqui na região. Eu tinha feito só o meu trabalho de conclusão de curso e algumas disciplinas, com umas monografias, então foi o meu primeiro mapa, e eu pude começar a ver onde ‘tava o Córrego da Biquinha...Que ano era esse? Mil, novecentos e oitenta, né? Então, quer dizer, já faz muito tempo, isso fazia com que eu sentia naquela época um envolvimento mais presente do poder público com a sociedade civil, principalmente a população carente que tem muita dificuldade de ver futuro. Por isso que eu falei no começo da minha fala, meio engasgado, que seria importante voltar, voltar nessas estratégias. Eu sei que hoje existe uma forma de trabalhar com a população carente, pelo atual CRAS, que é o Conselho Regional de Assistência Social e o CREAS [Centro de Referência Especializado de Assistência Social], que não é como na época em que eu trabalhei com elas. Hoje eu sei tá muito mais difícil trabalhar com a liderança, as lideranças populares, porque existe a liderança proativa e existe a liderança reativa. Que... até ameaça a gente de morte – ameaça. Não sei se esse método, essa lógica que eu falei, hoje funcionaria como a gente sentiu nos anos 80. Mas eu vejo que... assim...muitas coisas me refutam a pensar em filmes que assisti, às vezes eu vou me alongar no que eu falo, mas é pra esclarecer melhor a minha forma de sentir e de pensar. O filme o BOPE, do Capitão Nascimento lá, tal, do Fernando Meirelles, né, ele citou um trecho do filme que ele fala de uma palavra que ficou na minha cabeça. O nosso tempo de vida é muito curto, então eu penso que a gente tem que usar o que essa palavra, né, mexeu comigo. Ele falou: “Pra que a gente consiga resultados positivos nós temos que usar esta palavra, que do grego, *estrategia*, do francês *stratégie*, do inglês *strategy*, e traduzindo pra nosso idioma, *estratégia*”. E eu, como fui professor quase doze anos numa escola técnica estadual, eu tento sempre buscar esta estratégia porque o aluno, numa de sala de aula, ele é único e a sala de aula a gente como professor tenta homogeneizar essa coisa heterogênea, pra dar uma nota sete pra eles, pra eles terem direito, né, direito oficial da conclusão de curso; então o professor tem esse papel; lógico, tem os gênios...eu tenho ex-alunos como...que são gênios, Os Gêmeos, que fazem grafite, foram meus ex-alunos, são gênios, mas que não fui eu sozinho que trouxe esse componente pra eles, né, esse lastro, mas eu sinto que eu colaborei pra essa...pra esse deslanche deles. E eles, na época, eles eram diferenciados na sala de aula, mas eu tentei, nos anos que vieram, homogeneizar, então eu vejo que esse grupo que eu falei, da SEFABS, eles trabalhavam com essa estratégia: ação-reflexão-ação. Hoje...

S: - E o retorno era bom?

C.: - Era ótimo, porque nós conseguimos urbanizar muitas favelas. Um *start* que a gente deu naqueles anos. Pra que a gente verifique o resultado hoje, né, hoje nós temos assentamentos urbanos precários onde eram, onde existiam favelas mesmo. Que a gente tem uma classificação: barraco de madeira, papelão, zinco, sem esgoto, sem saneamento básico, energia de gato puxada do vizinho é favela, hum? Assentamento urbano precário é uma ocupação um pouco melhorada, né, às vezes em alvenaria, com alguma infraestrutura, seja saneamento básico, um relógio, um hidrômetro de água, então hoje lá é assentamento urbano precário. Continua, a meu modo de ver, como arquiteto, continua precário, mas não é aquela, não são aquelas favelas que as pessoas andavam com barro até o joelho.

S.: - Então um passo já foi dado.

C.: - Nós conseguimos muitos resultados.

S.: - Significativo.

C.: - Tem algumas lideranças que lembram da gente, né?

S.: - Hum, hum [gesto assertivo]

C.: - Nessa região aqui do Parque Novo Mundo.

S.: - E nessa região, ahn, do Parque Novo Mundo e nas demais aqui, nas adjacências, você percebe que existe uma atenção maior do cidadão a quais fontes de informação? Quando...o que você acha que chama mais a atenção do cidadão quando o objetivo é informar sobre o meio ambiente? A que ele presta mais atenção?

C.: - Olha, eu acredito que ainda tá um pouco, é...incipiente. Eu acho. A preocupação com a questão ambiental no Brasil é um pouco incipiente porque nós temos muitas demandas sociais.

S.: - Mas em termos de meios de comunicação mesmo – você vai transmitir uma informação e o munícipe vai – vai receber. A qual meio você acha que ele dá mais atenção?

C.: - Eu, sinceramente, ainda é o contato direto.

S.: - Conversação?

C.: - É, a conversa, como eu falei, o *tête-à-tête*, ainda é muito o contato direto. O povo aqui desta região gosta muito de vir aqui na Praça de Atendimento e falar direto com quem ele tem que resolver os problemas dele. Não é muito via e-mail, não. É mais *tête-à-tête*. Assim, eu vejo que a gente atende muita gente, ou seja sentado lá na praça, ou seja sentado na sala da gente, explicando, orientando, passando um telefone, é mais o *tête-à-tête*, mesmo nas vistorias. Ontem a gente fez uma vistoria com o Ramos [conselheiro e gestor ambiental, morador da região], foi muito bom o *tête-à-tête*, que a gente foi até o local, ele nos levou lá, fui até a casa dele, me levou, mais dois engenheiros, um especializado em drenagem, e nós pudemos andar na área [Vale do Rio Cabuçu] das três até as quatro e pouco. E ele entregou também um CD com mais fotos – entregou aqui hoje – e conversando com o sub ele [o subprefeito] falou: “Acho que a gente atendeu uma ansiedade dele”. Que ele queria uma resposta. Atendeu tanto que ele disse que volta. A Agenda 21 do Vale do Cabuçu vai fazer um texto, uma denúncia, uma reclamação, por escrito, encaminhando pro sub, que é o que eu pedi há dois meses. Que ele fizesse como da outra vez [outra ocasião em que o conselheiro Ramos solicitava atenção especial à ocupação indevida das margens do Rio Cabuçu], que escrevesse, porque assim documentado a gente gera uma tramitação interna, né, de documentos, que é um TID. E se fica na obrigação de responder. Como...é do interesse da administração atender essas demandas, a gente fez essa vistoria ontem, e eu vi que o *tête-à-tête* é o que...acho que é coisa do brasileiro, viu, somos muito...igual... eu vejo a cultura brasileira ainda é muito do frente a frente, do contato físico, né, olho no olho.

S.: - E excetuando esse *tête-à-tête*, se você pensar em meios de comunicação de massa, o que chega mais pro munícipe?

C.: - Eu acho que um evento, sabe?

S.: - Um evento?

C.: - É.

S.: - Promovido pelo Poder Público?

C.: - Não importa, pode ser com parceria. Assim... eu acho que o povo tá carente desses eventos. Nós gostamos de ficar na praça. A gente gosta disso. Então, os eventos chamam muita gente. Como eu gosto de música, né, eu sou cantor de reggae, eu acho que os momentos que mais que eu percebi, é – assim – agremiação, aglutinação de pessoas foi com eventos tendo música, né? Eu também componho... a música eu acho que faz com que as pessoas se aproximem. E agora eu tenho uma filhinha, ela adora música, ela já tem ritmo.

S.: - Já tem umas músicas lá sobre meio ambiente, pra que ela...?

C.: - Ela faz. Assim, as monossilábicas dela, ela faz, já canta. Eu acho que é da cultura brasileira, porque nós gostamos do contato uns com os outros, né?

S.: - E você falando de contato, me remete aí à próxima questão que eu queria te fazer. É...você acha que o modo de vida, a maneira como nós vivemos hoje interfere na apropriação da comunicação sobre meio ambiente que chega pra gente?

C.: - Eu acho que interfere sim, porque, assim – é...cê tá perguntando sobre, se o nosso modo de vida interfere na comunicação sobre meio ambiente que chega até nós, né? Nós, brasileiros. Interfere, porque eu acho que o Brasil ainda tá muito distante de um modelo onde as pessoas possam sobreviver, trabalhar, e ao mesmo tempo pensar no seu meio, no seu meio físico, no seu meio cultural, no seu meio social. Nós teríamos que singrar aí, por, não sei, um século ou mais, pra que o brasileiro tenha espaço pra não pensar *só* em sobreviver. Então a brecha, né, no cérebro, pra pensar a questão socioambiental, ela acaba acontecendo em cima de famílias, né, que eu acho que receberam essa vocação, talvez dos bisavós, ou dos avós. À medida que essas pessoas nos liberaram, porque nos deram melhor condição de sobreviver, mesmo considerando-se que nós tivemos e temos que lutar muito pra sobreviver, nós aproveitamos essa brecha, e nós estamos falando sobre isso quase todo dia. Então acho que essa comunicação a respeito da questão socioambiental no Brasil ela fica a desejar porque as pessoas ‘tão mais preocupadas com sobreviver.

S.: - Certo. E em relação à comunicação ambiental e as escolas? Quando vocês desenvolvem – quando você tem um projeto a desenvolver –, como é que você envolve as escolas aqui da região? Quais são os processos de comunicação que vocês costumam empregar pra isso?

C.: - É, como a gente...eu ‘tava falando do projeto ‘Adote uma árvore’. Essa foi a maior experiência que eu vivi no contato com escolas dentro da prefeitura, né?

S.: - Sim...

C.: - E como aconteceu, pra que a gente pudesse desenvolver a comunicação dessa ideia? Qual é o processo que a gente usou? A gente usou de cara um evento, que foi o evento do plantio dessa árvore que eu falei. E como isso foi divulgado? Foi via jornal de bairro. Bem simples, e algum contato direto com diretores de escola. Aliás, no lançamento desse projeto ‘Adote uma árvore’ nós tivemos escolas aqui. Nós temos duas escolas do lado, a Maria Montessori, que é estadual, e essa aqui [buscando lembrar o nome da escola ao lado da subprefeitura].

S.: - Almirante Tamandaré.

C.: - Almirante Tamandaré, que é municipal, mas elas não foram chamadas. Mas, posteriormente, a gente pôde conversar via fone, com as diretoras. A Florinda Cardoso, que é na rua Itaúna, lá na Vila Maria; a Anésia Sincorá, que é na Vila Guilherme, é estadual, a gente teve contato com a diretora. Várias escolas. Acho que a gente conseguiu conversar com umas dez escolas nesse sétimo plantio, das sete mil árvores. A gente pôde fazer plantio no entorno, acho que no entorno de umas sete. Então, quer dizer, foi uma coisa bem simples. Foi achar o telefone da diretora, sentir a vontade dela do nosso projeto, do desenvolvimento do projeto com o corpo docente e corpo discente da escola, e ela deu o ok, né? Foi favorável, e é lógico que teve o apoio da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, porque a gente tinha que ter mudas, e tutores e grade de proteção e equipe pra plantar. É lógico que quando a gente recebeu o *start* da Secretaria do Verde – porque o secretário, o ex-secretário, Eduardo Jorge, tinha esse projeto de plantio urbano e arborização de calçadas e passeios –, nós entramos, nós mergulhamos nessa ideia, e o processo de comunicação foi simples, foi via fone, com os diretores das escolas e assim a gente pôde experimentar isso.

S.: - E os alunos? A receptividade dos alunos?

C.: - Muito grande. Muito grande. É...tanto no ensino básico, que a gente teve plantio com crianças de três a cinco anos, como no ensino médio, também. Eu ganhei uma camiseta de um aluno – não esperava! – mas ele fez, ele fez o *silkscreen*, ‘São Paulo cinza-verde’; me deu a camiseta. Eu não era o coordenador, mas ele deu pra mim, porque eu sou assim emotivo, né, eu gosto de falar e cantar; então eu acho que no que eu fui lá falar que ia acontecer o plantio e visitei a escola, e subi e desci, no dia que a gente foi fazer e teve uma palestra da gente com a Secretaria do Verde, ele me deu a camiseta. E isto, os turnos, né, com os quais a gente lidou – matutino, vespertino, crianças envolvidas, a gente tem tudo isso salvo no nosso computador e a adoção das árvores por cada classe.

S.: - No entorno da escola?

C.: - No entorno da escola. Florinda Cardoso [escola da região] mesmo foi uma experiência muito boa. Infelizmente a gente não completou o que a gente se propôs a fazer, que a gente queria colocar o nome popular, o nome científico da vegetação, da planta e queria que naquele gradil, naquela plantinha tivesse a classe que adotou a árvore. Como eu passei lá recentemente, praticamente, todas vingaram. Todas, todas.

S.: - É exatamente isso que ia perguntar – você já me respondeu: se você viu um resultado ‘visível’ nessa área, de mudança ambiental no entorno da escola.

C.: - A gente entendeu que essa estratégia, de plantar no entorno de escola, de envolver as crianças pra que elas adotassem as árvores e até uma coisa mais completada, né, que seria o que eu falei, colocar o nome científico, colocar o nome popular, colocar o nome da classe e conversar com os alunos; voltar na escola, manter esse processo até a árvore chegar já num estágio de adulta, que realmente as pessoas não vão conseguir quebrar, estragar, né? O complicado é que a gente não faz só isso. Eu trabalho com defesa civil, trabalho com análise de áreas de risco. E principalmente nesse período de chuvas – de primeiro de novembro a quinze de abril é estabelecido por lei que nós temos que estar em estado de atenção. É 24h de atenção. Principalmente porque a gente tem hoje muito evidenciado as mudanças climáticas, os processos de mudanças climáticas. Então, quisera a gente poder lidar mais com o que eu tô contado. Visitar as escolas e continuar com esse programa.

S.: - Uma continuidade, por exemplo, relacionada a um entorno um pouco maior que o entorno da escola já foi possível? Chegar a isso?

C.: - Já. Nós fizemos, inclusive na Vila Medeiros. Nós fizemos na Vila Medeiros, conversamos com os vizinhos pessoalmente, se eles tinham interesse em receber a muda – porque a gente sabe que se o vizinho não tem interesse, então não vale a pena plantar –, se nós podíamos abrir o passeio e passar o folheto pra ele – “Olha, você está adotando essa árvore.” É, tivemos na Vila Guilherme, o Amorim, o agrônomo, que hoje é subprefeito de Perus, nos informou que a área que melhor recebeu o plantio foi o subdistrito de Vila Guilherme e como a gente já tinha um estudo que mostrava que a área verde por habitante com menor área dentro dos três distritos dessa subprefeitura é Vila Medeiros, né, porque não é só o bairro de Vila Medeiros....é sei lá....sete ou oito bairros nesse distrito. O Jardim Brasil tem uma dificuldade muito grande de plantio, as calçadas são totalmente fora de padrão, muito estreitas, por exemplo; eu acho que isso tudo colabora pra que Vila Medeiros seja um distrito com menos área verde por habitante. Então é preocupante, sim. Outro dia tive numa reunião sobre preparação da VIII Conferência Municipal de Mudanças Climáticas do vereador Gilberto Natalini e eu falei com ele que eu tinha interesse em chamar uma especialista, que é a profa. Dra. Helena Ribeiro Sobral, que trabalha com microclima e interferência no clima com a criação de microclimas através da implantação de maciços arbóreos. Tendo em vista o contato que eu tive com ela numa especialização que eu fiz na Faculdade de Saúde Pública, de controle ambiental, eu a convidei pra uma palestra e ela fez a palestra na distrital Vila Maria. Daniel Aguillar [então presidente da Associação Comercial de São Paulo, distrital Vila Maria] viu essa palestra.

S.: - Eu estive lá também.

C.: - Então, eu sempre falo dessa professora. Ela mexeu comigo porque ela começou a mostrar e provar cientificamente que nós temos que interferir no meio humano azóico, sem vegetação, pra que a gente tire, por exemplo, a Vila Maria da condição de ilha de calor. Como? Com a implantação de maciços arbóreos, com a implantação de árvores nos passeios.

Eu tô citando tudo isso porque é uma oportunidade de deixar registrado as informações, as experiências que a gente tem, né?

S.: - Muito bom, Cleverson. E estendendo um pouco mais aí a experiência que você viveu até hoje, pensando nas ONGS, nas associações de bairro, como é que funcionam os processos de comunicação para trazê-las à participação?

C.: - Acho assim que...eu vejo que com a implantação do CADES isso ficou um pouco mais fácil. À medida que a gente conseguiu divulgar a primeira eleição, como essa....continuidade da gestão. Até agora tem *um* candidato. As inscrições vão até o dia 8 de março, então isso tá me preocupando, porém, tendo em vista a experiência que a gente viveu há três anos, quase, atrás, os candidatos vão aparecer. Então eu vejo que o CADES, esse conselho, tá começando a ser mais conhecido. E isso aproxima as pessoas interessadas nessa discussão, em geral, e aproxima as ONGS.

S.: - Espontaneamente? Elas vêm? Ou vocês as buscam?

C.: - Não, não é que a gente busca não. A gente não tem essa facilidade de sair pra buscar não. Eu acho que se a gente tivesse mais estagiários talvez a gente pudesse fazer esse trabalho com mais eficiência. Mas como vem muita gente aqui, a gente acaba conhecendo – e o CADES tá funcionando como catalisador. Catalisa essas ONGs, catalisa pessoas interessadas – nossa última aquisição foi o Maurício. Maurício...

S.: - Benassatto? [jornalista]

C.: - Benassatto. Que tem um blog, e ele já tá divulgando a nossa eleição...da nova gestão do CADES. Eu vejo que isso tem que ser otimizado.

S.: - Então você acha que a participação das ONGs, das associações, em linhas gerais, ela tem crescido, tem colaborado pra mudança no meio ambiente desse distrito de Vila Medeiros?

C.: - No mínimo, acho que tem pessoas que estão vindo pra discutir isto. Eu fiz uma especialização também no Rio de Janeiro, no Instituto Brasileiro de Administração Municipal, nos anos 80, e no final da nossa apresentação – é uma história longa, mas eu vou resumir. Esse curso ele é oferecido pra técnicos do poder público – seja município, estado ou governo federal – esse curso foi extinto, chamava Curso de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Urbano. Ele era reservado a municípios com menos de 20 mil habitantes. E nós tínhamos um estágio prático na cidade do Rio, aliás, teórico na cidade do Rio, e um estágio prático numa microrregião de qualquer localidade do Brasil. No ano em que eu fiz o curso, nossa microrregião foi a microrregião de Juiz de Fora, então a parte do teórica no Rio nos levou, em equipe, pra uma cidadezinha de Minas [sirene de ambulância em alto volume] chamada Piqueri. A gente teve naquela época de experimentar isso com a população e trazer uma carta de planejamento urbano pra cidade – e essa cidade chegou a ser classificada como a quarta melhor nível de qualidade de vida da microrregião de Juiz de Fora. Ah, foram os meninos do IBAM que passaram por lá, que trouxeram essa ideia? Não, foi o Léo. O Léo, fora, ele foi o neto do primeiro prefeito. No que a gente se conheceu, a carta de planejamento

que a gente passou pra ele e pra prefeitura deu o *start* em várias intervenções que esse grupo que passou por lá deixou. Então eu acho que a vida é breve, as oportunidades têm que ser vivenciadas, a gente passou e, com certeza, semeou.

S.: - Muito bom.

C.: - E tô querendo voltar na pergunta, porque você falou sobre...?

S.: - Se existe, se você percebe um retorno ambiental maior pro distrito nos últimos tempos com o envolvimento de ONGs, de associações...

C.: - Então, eu coloquei essa experiência aqui como pra responder essa pergunta porque eu gostaria de ver um [ininteligível] aqui, sabe? É um bairro, é uma região, uma subprefeitura que tem perto de 210 mil habitantes; é uma cidade grande. Essa experiência que eu vivi era uma cidade de 20 mil habitantes – parece que é muito mais simples. Porque são pessoas que são todas praticamente nascidas lá e todas com interesses próximos. Eles se chamam pelo nome do pai, do avô, ainda é assim. Nós pudemos lá levar Sá e Guarabyra, porque teve um festival de música que levou, na época que a gente fez o curso, 51 candidatos – 51 músicos. E o festival tinha que ter uma estrela. Pra chamar a atenção dos músicos dessa região, né? Então, o que aconteceu? No contato com essa pessoa, com o Léo, a gente conseguiu trazer Sá e Guarabyra, que eram uma dupla que passou férias lá, na infância, então tinha fazendeiros que conheciam eles, eram amigos deles, e eu pude levar a minha banda, a Walking Lions. Então, quer dizer, isso chamou a atenção de empresários, de grande monta, que colocaram a divulgação do festival na Rede Globo Minas. Então, quer dizer, como eu ‘tava morando lá, passando por esse estágio no SN – como é que é? – no SPMG [jornal televisivo], da Globo, todo mundo parava pra assistir porque era hora que ia ‘tá lá: primeiro festival de música de Piqueri. Atrações: Sá e Guarabyra, Walking Lions. Com o tempo, isso trouxe candidatos. No começo, não aparecia fita cassete nenhuma; com o tempo da divulgação, as fitas vieram chegando. E eles realizaram depois desse festival, em 85, quinze ou dezesseis festivais. Participei do primeiro, terceiro, quarto, depois não fui mais. Assim, não tive tempo, mas eles continuaram a desenvolver. E a cidade começou a receber muita gente. Quando eu fui na última vez, deve ter sido 2002, por aí, ou antes um pouco, eu vi a placa: Piqueri, quarto melhor índice de qualidade de vida na região de Juiz de Fora. E o meu amigo, quando me ligou pra eu ir lá, tal, não falou nada, só falou assim: “Dá uma olhada no trevo”. Quando eu cheguei, do ônibus, que eu olhei o trevo, eu quase que chorei: “Caramba, meu! Que é isto?”, né? É muito bom. Vila Maria. Vila Maria recebeu muitas obras recentemente. Às vezes pode parecer propaganda política, mas eu não posso deixar de falar pelo tempo que eu tenho aqui. A última gestão desenvolveu muitas obras; é lógico que teve dificuldades, acho que não atingiu tudo que pretendia, mas nós conseguimos desenvolver na prática, na questão física, muitas coisas. Foi implantado o Parque Brigadeiro Faria Lima, que você participou do piquenique, né, o piquenique ambiental que o CADES montou; o Parque do Trote...acho que ‘tava meio parado, né, assim, esse processo de implantação e recuperação a nível ambiental, e parece que deu um *start*. Não sei como que a coisa vai continuar, né? Oxalá a gente tenha fenômenos aí de pessoas pensando, que estão, que vão comandar, que ‘tão coordenando, numa sinergia com quem também pode dar apoio, fazer com que as coisas aconteçam.

S.: - Essa sinergia acontece hoje com as igrejas? De qualquer credo.

C.: - Sim. Não. Eu não sei se tá muito claro isso na minha cabeça não. Eu tenho tido contato com o cidadão comum.

S.: - As igrejas não costumam se envolver...nas ações relacionadas ao meio ambiente do bairro?

C.: - Talvez a gente conseguisse sentir na experiência do plano, aquele projeto dos pontos viciados de resíduos sólidos. Que a gente ainda vai visitar as entidades do entorno. E os pontos que a gente escolheu são na Vila Medeiros. Rua Ananatuba...

S.: - Como você imagina que as igrejas pudessem colaborar?

C.: - Bom, olha, acho que depende muito da posição de quem tá na frente da igreja, seja padre, pastor, não sei, depende muito da posição de quem tá liderando os grupos, porque depende da pessoa a capacidade de estimular, de trazer até pessoas que vão idolatrar o que a gente pensa. Depende acho que da vontade e da habilidade que a pessoa tem. Acho que na questão ambiental precisa surgir mais pessoas assim com essa vontade.

S.: - E o empresariado? Colabora?

C.: - Olha, se a gente falar que não, é mentira. Por exemplo, quando a gente, o ano, a primeira gestão do CADES, precisou de cartazes, eu fiquei assim: “Não tem dinheiro, não tem recurso!”. De repente o cartaz ‘tava lindo, pronto, não é verdade? Com todos os que apoiaram – ou como patrocínio ou como apoio. Bom, agora que a gente já tem um pouco de experiência, né? Que na primeira gestão a gente teve que seguir o que a lei discutia sobre a implantação do CADES, a gente teve que criar uma comissão organizadora e uma comissão eleitoral, agora a gente fez a mesma coisa. A comissão eleitoral também está conseguindo, aliás, a comissão organizadora está conseguindo apoio, né?

S.: - E apoio nas ações mesmo, efetivamente, além do apoio na questão da divulgação...?

C.: - Ah, eu acho que tem de bater mais na porta, acho que tem de chamar mais pra conversar aqui, ou a gente ir até eles. Conversar mais.

S.: - Mas quem...quem vai se encarregar do chamado, você acha?

C.: - Ó, eu vejo assim, que como a Secretaria do Verde descentralizou, pra poder criar um núcleo de Educação Ambiental, que cuida, por exemplo, na Zona Norte, de parte das sete subs – DGD Norte II cuida da gente – Vila Maria, Santana, Jaçanã. Por que foi descentralizado? Pra dar conta do recado. Então eu acho que a sub ela teria que ter, além do CADES, um núcleo, pra poder trabalhar essa necessidade de contatar os setores. Precisa contatar poder público, precisa contatar a sociedade civil, organizada e não. Que eles falam muito só de sociedade civil organizada. E não. Precisa contatar o empresariado. Quem pode fazer isto, dentro do nosso tempo curto, né, do dia a dia? Eu vejo que tem subprefeituras – que hoje não sei – mas na gestão passada, que alguns subprefeitos tinham e têm mais vocação pra essa discussão ou vocação pro programa de qualidade, principalmente programa de qualidade, que

nessa gestão passada ficou circulando nas subs, e o prefeito, o subprefeito que mais se interessou por isso, mais buscou pra si apoios, recursos, mais autonomia deu pros interessados, fossem técnicos, não fossem técnicos e isso fez com que esse programa crescesse dentro da estrutura da prefeitura como um todo. Eu também participei do programa de qualidade que foi desenvolvido. E eu vejo que a questão ambiental teria que seguir o mesmo caminho.

S.: - Certo.

C.: - Tem quantas pessoas que realmente lidam com essa discussão na subprefeitura? Uma. É uma. Há quem mais? Da Saúde. Duas. É sério, que se interessam, que... né, às vezes, eu fico atrapalhado, porque agora eu tenho filho, tal, mas me interessa. É muito pouco.

S.: - Então uma equipe que pudesse fazer a conexão aí das questões ambientais, das questões...[interrupção do entrevistado]

C.: - Com primeiro, segundo, terceiro setor, com mais autonomia...

S.: - Saúde pública, Ciência Ambiental, Educação...

C.: - ...Comunicação Ambiental, e dos temas que fazem com que esse programa se efetive.

S.: - Você vê possibilidade dessa integração no distrito?

C.: - Eu vejo sim, eu vejo que há sim. Só que assim, eu vejo que é como um professor em sala de aula. Tendo em vista nossa experiência, nessa gestão, eu senti que esse professor [referindo-se a si mesmo] não usou de estratégia tal e qual eu pretendia que surtisse efeito. Por quê? Porque apresentou um programa, uma proposta, um trabalho muito grande, muito grande, mas por quê? Porque eu queria que todos os representantes eleitos, os conselheiros, tivessem espaço, pra que cada um na sua agenda 21 continuasse desenvolvendo. Então a arborização na Vila Medeiros, é a Sandra e...[buscando lembrar nome] seu filho?

S.: - O Ivan.

C.: - O Ivan. A minha cabeça 'tava assim: eles fazem arborização, então a arborização da Vila Medeiros é a Agenda 21 deles. Bom, quer dizer que no Jardim Brasil o problema da várzea do Cabuçu é o Ramos, então é a agenda dele. Quer dizer que o meu irmão, que trabalha, que mora na Vila Guilherme a discussão dele é sobre população carente. Então, o que tem de população carente lá. Mas não, as coisas não funcionam assim e eu enxerguei que com aquele programa eu estaria tentando criar essa célula, esta célula, que a gente conversou agora, que seria um setor, uma equipe, já que a gente não tem essa célula efetivamente no organograma da sub, eu falei, vai acontecer via CADES.

S.: - Certo.

C.: - São antenas que.... um feedback...mandam, recebem, aí linka. Linkar primeiro, segundo setor, terceiro, o sub – perfeito, então é só orquestrar. Faltou a música.

S.: - Então você está aqui me respondendo, praticamente me respondendo as minhas últimas questões, que seriam em torno exatamente disso, quais seriam as suas sugestões pra aprimorar a comunicação ambiental aqui no distrito de Vila Medeiros.

C.: - Hummm [refletindo].

S.: - Então você já me falou aí das antenas, dos links...

C.: - Um pouco. Eu penso isso, que precisa sempre ter alguma liderança. É meio estranho, né, a gente gosta dessa questão, que eu discutia quando eu dava aula, da pedagogia participativa. Eu gosto muito do feedback, que eu acho que professor que se coloca numa posição...é...da hierarquia vertical, ele perde um pouco da visão holística, ele perde. Mas existem essas pessoas. Eu sinto que não é meu caso aos olhos dos, das pessoas que convivem comigo mas de forma proativa. As que convivem de forma reativa, talvez me achem elitista, esnobe, né? Não sou assim; porém eu sinto que precisa – alguém precisa tentar, né? – se aprofundar nalgum tema e aumentar o lastro pra poder ter espaço pra falar. Até mesmo pra conseguir articular as divergências e perceber que não existe só um círculo com dez hastes. Pode ter treze, pode ter quinze hastes. Mas às vezes a gente fecha, né, e só acha que tem que ser onze hastes, doze hastes. Não é bem assim, mas também não pode abrir demais, senão não para, não é verdade? Então eu vejo assim, que a estratégia pra que essa comunicação ambiental melhore na nossa região, talvez seja via o conselho, do qual eu participo. E talvez a gente possa levar pra instância superior, que é o prefeito, o subprefeito. Talvez aqui a gente consiga fazer uma diferença, porque eu acredito muito nos fenômenos; já que a vida, em média, no Brasil, é 72 anos, e eu tô com 56, então eu já não me iludo muito mais de achar que como quando eu conversava com meu pai, que já faleceu, ele falava assim “ ‘Cê quer transformar o planeta?’ ” Aí eu falava: “É, pai, eu quero mexer nas coisas.” Ele falava: “A vida é breve. Você tem mais ou menos 70 anos”. E hoje que eu tenho 56 eu – bem antes disso, já faz muito tempo que eu entendi essa fala dele – e é lógico, seu filho que tem 15 anos ele não pode ter a mesma forma de pensar que eu tenho, nem quero. Ele tem que viver, acreditar que ele vai viver muito, então como a vida é breve, eu penso que a gente tem que tentar fazer esse fenômeno acontecer aqui e agora. Eu gosto de falar do fenômeno Rolling Stones. São “loco varrido”. O Keith Richards diz que cheirou as cinzas do pai. Mas eles estão vivos – e juntos. Ahn? Eu acho que o mais complexo nisso tudo é que a gente não consegue desenvolver as nossas ideias sozinhos. Uma andorinha sozinha realmente não faz verão. Não existe verão sem a andorinha voar, então, enquanto elas não voam, não é verão. Então, eu vejo que não dá pra fazer sozinho. Então tem que pegar os modelos de agrupamentos onde as pessoas continuam a fazer *juntas* – mantidas as devidas distâncias, as diferenças, os homens todos continuam juntos. É um modelo interessante. Eu gosto muito de reggae, mas também eu entendo que os cantores de reggae, assim, que eu mais conheci, que eu mais ouvi e até conheci, morreram, muito cedo. Então eu fico assim com uma pulga atrás da orelha. Pô! A continuidade da proposta começa a degrading, porque os expoentes não estão aqui. Grandes líderes morreram muito cedo. Por quê? Porque a imagem do jovem é a que melhor fica na nossa cabeça – eu já pensei nisso: Jesus Cristo, um jovem, e tantos outros. Então não vem a imagem dessa pessoa já idosa, velha, não...Deveria se ter pessoas mais idosas, com mais experiência, continuando as suas ideias, pra passar bastão, porque o desenhar, o projetar a

transformação da sociedade moderna do terceiro mundo leva uma prancha em muitas mãos, de curto, médio e longo prazo, cem anos, mais ou menos, eu acredito. Ah, você é niilista, você quer destruir tudo que você acha que é podre? Não, mas o que é insalubre, o que é considerado como...irregular ao nível da saúde pública, o que é considerado irrespirável a nível da qualidade do ar tem que ser corrigido. Porque nós, como espécie humana, espécie animal, é lógico, vamos estar sempre buscando viver, como todas as espécies, sejam vegetais, sejam animais. Então eu vejo que a estratégia pra que nós, seres humanos, do terceiro mundo, possamos acreditar na construção desse meio físico e social – não sei se é o ideal, mas mais harmônico, vai levar um certo tempo e vai exigir esforços de lideranças que tenham capacidade de catalisar apoios, gerar células – é um projeto que eu tenho que chama ‘células revitalizadoras e multiplicadoras’ –, gerar células revitalizadoras e multiplicadoras. ‘Você é muito radical, você não come carne’. Eu não como animal. Há trinta anos eu decidi que eu não deveria comer animal. Por quê? Porque eles têm direito de viver. Eu, ser humano inteligente, não tenho necessidade de matar pra viver. ‘Ah, mas acontece que você vai comprar a carne no açougue’. Eu não sou conivente com isso. Hoje está muito claro que ruminção de gado gera efeito estufa. Eu não sabia quando eu parei de comer carne. Eu tinha 21 anos, por aí. Eu não sabia. Como a gente vai procurando se atualizar, ficou claro que dos itens que mais colaboram com o efeito estufa é ruminção de gado. E hoje o Brasil tem o maior rebanho de gado do mundo. Quer dizer, tá com muita dificuldade de controlar esse comércio, porque precisa de área, de espaço sem cobertura vegetal, só com capim e grama; portanto, gado invadindo o cerrado, gado invadindo a Amazônia, do Mato Grosso a Acre, e esse rebanho enorme de *exportação* de carne. ‘Então, ninguém mais vai comer carne’. ‘Cleverson, a sua ideia é fazer todo mundo parar de comer carne que assim nós vamos estar colaborando com a diminuição do efeito estufa, com a produção de dióxido de carbono. Seu plano ideal vai funcionar, tendo em vista nossa cultura?’; ‘É ledão engano, não vai funcionar, Cleverson’. As pessoas têm as suas opções, as suas alternativas, mas tem que ficar claro que nós temos um parque industrial ainda pequeno comparado a Japão, Estados Unidos, China...Nosso parque industrial é pequeno, nós não contribuimos tanto pro efeito estufa com lançamento de particulados de CO₂ e outros – enxofre – e outros elementos químicos nocivos, nós contribuimos mais com *gado*.

S.: - E no meio urbano?

C.: - Contribui com a poluição, mas a pior contribuição do Brasil é gado, acredita? Confirme, que às vezes eu também tenho dúvida, mas confirme. É. Nós não comemos muito nosso gado, nós mais exportamos. Então quer dizer que é “*plata*” – “*la plata*”. E uma coisa muito primária, não é? Muito primitiva. Nós ainda somos um país de *commodities*, que é produção de ferro, via minério, nem é ferro, *minério*. Extração de minério. Nós somos ainda extratores. Hmmm. Ahhh. Nós temos que andar muito ainda. Mas é um negócio muito complexo, entre crescer – que agora os países têm que crescer, pra sair da miséria extrema. O Brasil faz parte dos BRICs. Brasil, Rússia, Índia, China são os que tão crescendo de forma assim...né? Mas, de outra forma, a sustentabilidade? Começa a surgir os contrassensos. Tem que crescer pra diminuir a miséria extrema, pra diminuir a violência porque tem que gerar trabalho e renda, e tem que parar de dever pro FMI, mas esse crescimento sem sustentabilidade polui. Hoje está

claro que o nosso programa o ProÁlcool foi um furo na água. E quando eu falei com professor Luiz Pinguelli Rosa⁹⁸ num seminário que teve no Instituto Florestal quando eu trabalhava lá nos anos 90, ele não gostou do que eu falei. E quis, se ouvir, paciência, porque eu falei: *Nós estamos desertificando as terras do sudeste. As terras roxas do sudeste estão desertificadas com o plantio de cana-de-açúcar, pra produzir álcool.* Nós temos agora nossa matriz energética – naquela época, matriz energética era a voga, era a moda. E como ele é especialista em Energia, ele veio no seminário de Essências Nativas do Instituto Florestal e abriu o discurso dele falando isso: *Nós, Brasil, estamos com muita importância no celeiro mundial porque agora nós temos a nossa matriz energética, que é o álcool.* E assim ele continuou falando e eu o interpelei, e coloquei isto: *Mas como vão ficar as terras roxas do sudeste, ahn? O Rio Grande do Sul está com problemas enormes de erosão, sendo que oferece uma qualidade pra agricultura muito boa e São Paulo também oferece tudo isto e nós vamos transformar tudo em cana?* Eu visitava a região de Rio Claro nos anos 70 e agora recentemente estive lá – isso quando eu falei com ele – e só vejo fuligem de cana. Que além de estar ocupando essas terras ao invés de usar pra plantio de frutas, porque a região tem vocação pra frutas. Tanto: Limeira é fruta; Rio Claro, frutas; São Carlos, frutas; no entanto, essas terras foram trocadas por cana-de-açúcar.

S.: - Pra abastecer os nossos veículos aqui, urbanos.

C.: - E hoje nós temos um plantel de automóveis que não tá muito interessado em álcool. O carro flex virou um problema. O preço tá quase igual ao da gasolina, às vezes falta álcool porque entra a safra, entressafra, então quer dizer, naquela época discutia-se isso, especialistas discordaram de uma pessoa, que sou eu, leiga nesse assunto, mas que pensei. E hoje é que eu vejo que eu ‘tava correto, ‘tava certo sim. Que é muita especulação, mau uso do nosso substrato, que é o solo; como nós somos um país que ainda exporta grãos e soja, tá muito longe ainda de chegar a um país com um parque industrial aí responsável por aumento do nosso PIB...

S.: - Eu quero voltar aqui, pra conversarmos mais sobre esses aspectos aí, que tem muita ideia rolando [risos].

C.: - É assim, eu gostaria de sensibilizar os conselheiros do CADES com essa estratégia, porque na verdade eu devo fazer parte da sociedade civil não daqui a muito tempo. Deus me dando vida, eu vou estar do outro lado, porque tá chegando meu tempo de aposentadoria, então eu acho que – outro dia meu irmão falou: *Você é muito proativo, você tem que...* – mas assim, eu sinto que tem fases que a gente tem que cuidar um pouco da própria família. E como tô estruturando a minha família, não sei, é a minha experiência; outras pessoas são mais alfa, como eu ouvi hoje de manhã no programa da Ana Maria, mulher alfa, acho que a Sandra é mulher alfa

S.: - [risos, gargalhada minha, meneio a cabeça dizendo que não].

C.: - Você ouviu?

⁹⁸ Mestre em engenharia nuclear e doutor em física, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Eletrobrás.

S.: - Não, não ouvi.

C.: - *Mulher alfa!* Mulher empresária, mulher que tem filhos, não depende do marido mas tem marido, muito interessante o que eu ouvi hoje de manhã. Que ela começou a falar das abelhas, tem as abelhas alfa e beta, e as abelhas alfa são as que determinam como que a colmeia vai andar.

S.: - É [tentando escapar à situação inusitada], mas acho que você está aí então na classificação dos homens-alfa aqui da subprefeitura que trabalham em diversas frentes [riso]. Cleverson, quero te agradecer...

C.: - Tá...tudo bem...

S.: - ...sei que a gente podia conversar aqui *a tarde toda!*

C.: - *Nossa, a tarde toda!* Tomar um chá aqui – eu gosto muito de chá, um suco [risos].

S.: - Mas a Maitê [a bebê do Cleverson] espera, do outro lado, né?

C.: - Eu tenho trabalho, pra fazer...

S.: - A Maitê em casa, está esperando; o trabalho espera, então nós queremos agradecer, em nome...meu nome, em nome da comunidade ecana, do professor Citelli, muito obrigada por você ter...

C.: - Obrigado também.

S.: -tirado aí um tantão do seu tempo pra conversar com a gente...

C.: - Me dá prazer também, de falar.

S.: - ...e a gente espera voltar aqui em uma outra ocasião.

C.: - Que o seu trabalho seja referendado lá pela banca examinadora, que eu sei que você é uma pessoa que se dedica muito em relação ao que ‘cê foca.

S.: - Obrigada.

C.: - E eu acho que agora a gente tá se conhecendo melhor ainda, o que ‘cê precisar de mim aqui na sub você fique à vontade, Sandra; que a gente consiga ter bastante árvores, né, plantadas e que o seu filho veja [voz embargada].

S.: - Há de ver, há de ver [riso].

C.: - Com certeza.

S.: - Muito obrigada, obrigada mesmo. Obrigada, viu? Gostei muito. Muito obrigada. Puxa vida, quanta ideia, hein?!

C.: - É de sentimento, mesmo. Procurar...fazer as pessoas sentirem.

Anexo E – Dados adicionais sobre os respondentes dos questionários

Quadro de idades dos respondentes

Idade	Frequência
13 anos	18
14	30
15	33
16	15
17	10
18	10
19	5
20	1
23	2
24	1
25	1
31	1
33	1
34	2
35	1
36	1
38	1
39	1
40	2
42	1
43	1
44	1
45	1
46	2
47	1
48	2
49	2
50	5
51	1
52	3
54	1
56	2
57	3
58	1
60	1
63	1
70	1
74	1
75	1
80	1
Não declarada	10
Total	179

Quadro 20 – Quadro de idades dos respondentes do questionário

Ocupações dos respondentes

Advogado(a)	2	Ajudante geral	3
Analista de Desenvolvimento	1	Analista de sistemas	1
Aposentado	1	Assistente comunitário	1
Auxiliar administrativo	3	Auxiliar odontológica	1
Barman-DJ-ajudante de sorveteria	1	Cabeleireiro(a)	2
Comerciante	2	Costureira	2
Dona de casa	5	Dublador	1
Eletricista de autos	1	Engenheiro	1
Estagiário	1	Estoquista	2
Estudante	108	Gerente*	1
Gestor ambiental	1	Guarda civil metropolitano	1
Jornaleiro	1	Mecânico de autos	1
Motorista de perua escolar	1	Piloto motovelocidade*	1
Padre	1	Secretária	2
Professor(a)	6	Torneiro mecânico	1
Servidor público municipal (aposentado)	1	Vendedor(a)	4
‘Trabalhador’	1	Não declarada	13
Vigia	1	Observação quanto à totalização do quadro	**

Quadro 21 – Ocupações dos respondentes do questionário

* Observação1: dada a idade desses respondentes, jovens entre 14 e 18 anos, pareceu-nos fantasiosa sua descrição profissional na pesquisa, mas a mantivemos.

** Observação 2: há jovens e adultos que estudam e trabalham, por isso a totalização desse quadro não será 179 respondentes, já que alguns declararam a dupla ocupação – por exemplo: estudante e ajudante geral; outros declararam apenas a profissão, mas são também estudantes da EJA e de outros cursos.

Há quanto tempo reside no bairro*

Mora há...anos no bairro	Frequência de respostas
1 ano	1
3	1
5	1
7	4
13	1
14	2
15	23
16	12
17	9
18	8
19	6
20	2
23	1
25	1
29	1
30	4
31	1
33	1
34	1
35	2
40	2
43	1
46	1
47	1
48	2
49	2
50	4
51	1
52	2
54	2
57	2
58	1
60	2
65	1
Não decl.	13
Total	119

Quadro 22 – Tempo de residência no bairro

* Essa pergunta foi feita apenas aos Adultos e aos Jovens do Ensino Médio, uma vez que era preciso reduzir o questionário do Ensino Fundamental e essa foi uma das perguntas escolhidas para não constar dele.

Bairro onde reside

A maioria absoluta dos respondentes mora do distrito Vila Medeiros, em vários de seus bairros. Alguns poucos estudam no distrito e moram em distritos adjacentes, razão pela qual foram mantidos na amostra. Oito respondentes foram excluídos da amostra (eram inicialmente 187) por morarem em distritos mais distantes, até outra cidade, o que comprometeria as respostas a questões relativas a entorno próximo e sua realidade socioambiental.

BAIRRO	FREQUÊNCIA
Edu Chaves	8
Jaçanã	1
Jardim Brasil	40
Jardim Guançã	5
Jardim Japão	1
Jardim Julieta	6
V. Constância	1
V. Ede	23
V. Gustavo	12
V. Munhoz	4
V. Nivi	1
V. Sabrina	14
Vila Medeiros	54
Vila Maria	8
Não especificado	1
Total	179

Quadro 23 - Bairros nos quais residem os respondentes dos questionários

Cidade Natal*

CIDADE	UF	F
Campo Grande	MS	1
Casa Nova	BA	1
Euclides da Cunha	BA	1
Extrema	MG	1
Guarulhos	SP	1
Iara	CE	1
Itaju da Colônia	BA	1
Itapuí	SP	1
Jaboatão dos Guararapes	PE	1
Jales	SP	1
Jupi	PE	1
Miranda do Douro (Portugal)	-----	1
Mogadouro (Portugal)	-----	1
Palmas do Monte Alto	BA	1
Praia Grande	SP	1
São Paulo	SP	82
Taquaritinga	PE	1
Trajano de Moraes	RJ	1
Tucano	BA	1
Ubaí	MG	1
Vitória	ES	1
Vitória da Conquista	BA	1
Não declarada	----	16

Quadro 24 – Cidade natal dos respondentes do questionário

* Essa pergunta foi feita apenas aos adultos e aos jovens do ensino médio, uma vez que era preciso reduzir o questionário do Ensino Fundamental e essa foi uma das perguntas escolhidas para não constar dele

Anexo F - Algumas telas do banco de dados – exemplificação do processo utilizado para armazenamento dos dados colhidos via questionário

Visual FoxPro 9.0 interface showing a data table with columns: Nome, Endereço, Bairro, Idade, Sexo, Ocupação, E-mail, Telefone, Cidade, Estado, Moradia, Residência, Escolaridade, and a grid of 28 columns for survey responses (Q1 to Q28). The table contains 28 rows of data.

Figura 34 – Banco de Dados: respostas ao questionário – tela 1

ArcView GIS Version 3.1a interface showing a data table with columns: Q12a, Q12b, Q12c, Q12d, Q12e, Q12f, Q12g, Q12h, Q12i, Q12j, Q12k, Q12l, Q12m, Q12n, Q12o, Q12p, Q12q, Q12r, Q12s, Q12t, Q12u, Q12v, Q12w, Q12x, Q12y, Q12z, Q12aa, Q12ab, Q12ac, Q12ad, Q12ae, Q12af, Q12ag, Q12ah, Q12ai, Q12aj, Q12ak, Q12al, Q12am, Q12an, Q12ao, Q12ap, Q12aq, Q12ar, Q12as, Q12at, Q12au, Q12av, Q12aw, Q12ax, Q12ay, Q12az, Q12ba, Q12bb, Q12bc, Q12bd, Q12be, Q12bf, Q12bg, Q12bh, Q12bi, Q12bj, Q12bk, Q12bl, Q12bm, Q12bn, Q12bo, Q12bp, Q12bq, Q12br, Q12bs, Q12bt, Q12bu, Q12bv, Q12bw, Q12bx, Q12by, Q12bz, Q12ca, Q12cb, Q12cc, Q12cd, Q12ce, Q12cf, Q12cg, Q12ch, Q12ci, Q12cj, Q12ck, Q12cl, Q12cm, Q12cn, Q12co, Q12cp, Q12cq, Q12cr, Q12cs, Q12ct, Q12cu, Q12cv, Q12cw, Q12cx, Q12cy, Q12cz, Q12da, Q12db, Q12dc, Q12dd, Q12de, Q12df, Q12dg, Q12dh, Q12di, Q12dj, Q12dk, Q12dl, Q12dm, Q12dn, Q12do, Q12dp, Q12dq, Q12dr, Q12ds, Q12dt, Q12du, Q12dv, Q12dw, Q12dx, Q12dy, Q12dz, Q12ea, Q12eb, Q12ec, Q12ed, Q12ee, Q12ef, Q12eg, Q12eh, Q12ei, Q12ej, Q12ek, Q12el, Q12em, Q12en, Q12eo, Q12ep, Q12eq, Q12er, Q12es, Q12et, Q12eu, Q12ev, Q12ew, Q12ex, Q12ey, Q12ez, Q12fa, Q12fb, Q12fc, Q12fd, Q12fe, Q12ff, Q12fg, Q12fh, Q12fi, Q12fj, Q12fk, Q12fl, Q12fm, Q12fn, Q12fo, Q12fp, Q12fq, Q12fr, Q12fs, Q12ft, Q12fu, Q12fv, Q12fw, Q12fx, Q12fy, Q12fz, Q12ga, Q12gb, Q12gc, Q12gd, Q12ge, Q12gf, Q12gg, Q12gh, Q12gi, Q12gj, Q12gk, Q12gl, Q12gm, Q12gn, Q12go, Q12gp, Q12gq, Q12gr, Q12gs, Q12gt, Q12gu, Q12gv, Q12gw, Q12gx, Q12gy, Q12gz, Q12ha, Q12hb, Q12hc, Q12hd, Q12he, Q12hf, Q12hg, Q12hi, Q12hj, Q12hk, Q12hl, Q12hm, Q12hn, Q12ho, Q12hp, Q12hq, Q12hr, Q12hs, Q12ht, Q12hu, Q12hv, Q12hw, Q12hx, Q12hy, Q12hz, Q12ia, Q12ib, Q12ic, Q12id, Q12ie, Q12if, Q12ig, Q12ih, Q12ii, Q12ij, Q12ik, Q12il, Q12im, Q12in, Q12io, Q12ip, Q12iq, Q12ir, Q12is, Q12it, Q12iu, Q12iv, Q12iw, Q12ix, Q12iy, Q12iz, Q12ja, Q12jb, Q12jc, Q12jd, Q12je, Q12jf, Q12jg, Q12jh, Q12ji, Q12jj, Q12jk, Q12jl, Q12jm, Q12jn, Q12jo, Q12jp, Q12jq, Q12jr, Q12js, Q12jt, Q12ju, Q12jv, Q12jw, Q12jx, Q12jy, Q12jz, Q12ka, Q12kb, Q12kc, Q12kd, Q12ke, Q12kf, Q12kg, Q12kh, Q12ki, Q12kj, Q12kk, Q12kl, Q12km, Q12kn, Q12ko, Q12kp, Q12kq, Q12kr, Q12ks, Q12kt, Q12ku, Q12kv, Q12kw, Q12kx, Q12ky, Q12kz, Q12la, Q12lb, Q12lc, Q12ld, Q12le, Q12lf, Q12lg, Q12lh, Q12li, Q12lj, Q12lk, Q12ll, Q12lm, Q12ln, Q12lo, Q12lp, Q12lq, Q12lr, Q12ls, Q12lt, Q12lu, Q12lv, Q12lw, Q12lx, Q12ly, Q12lz, Q12ma, Q12mb, Q12mc, Q12md, Q12me, Q12mf, Q12mg, Q12mh, Q12mi, Q12mj, Q12mk, Q12ml, Q12mm, Q12mn, Q12mo, Q12mp, Q12mq, Q12mr, Q12ms, Q12mt, Q12mu, Q12mv, Q12mw, Q12mx, Q12my, Q12mz, Q12na, Q12nb, Q12nc, Q12nd, Q12ne, Q12nf, Q12ng, Q12nh, Q12ni, Q12nj, Q12nk, Q12nl, Q12nm, Q12nn, Q12no, Q12np, Q12nq, Q12nr, Q12ns, Q12nt, Q12nu, Q12nv, Q12nw, Q12nx, Q12ny, Q12nz, Q12oa, Q12ob, Q12oc, Q12od, Q12oe, Q12of, Q12og, Q12oh, Q12oi, Q12oj, Q12ok, Q12ol, Q12om, Q12on, Q12oo, Q12op, Q12oq, Q12or, Q12os, Q12ot, Q12ou, Q12ov, Q12ow, Q12ox, Q12oy, Q12oz, Q12pa, Q12pb, Q12pc, Q12pd, Q12pe, Q12pf, Q12pg, Q12ph, Q12pi, Q12pj, Q12pk, Q12pl, Q12pm, Q12pn, Q12po, Q12pp, Q12pq, Q12pr, Q12ps, Q12pt, Q12pu, Q12pv, Q12pw, Q12px, Q12py, Q12pz, Q12qa, Q12qb, Q12qc, Q12qd, Q12qe, Q12qf, Q12qg, Q12qh, Q12qi, Q12qj, Q12qk, Q12ql, Q12qm, Q12qn, Q12qo, Q12qp, Q12qq, Q12qr, Q12qs, Q12qt, Q12qu, Q12qv, Q12qw, Q12qx, Q12qy, Q12qz, Q12ra, Q12rb, Q12rc, Q12rd, Q12re, Q12rf, Q12rg, Q12rh, Q12ri, Q12rj, Q12rk, Q12rl, Q12rm, Q12rn, Q12ro, Q12rp, Q12rq, Q12rr, Q12rs, Q12rt, Q12ru, Q12rv, Q12rw, Q12rx, Q12ry, Q12rz, Q12sa, Q12sb, Q12sc, Q12sd, Q12se, Q12sf, Q12sg, Q12sh, Q12si, Q12sj, Q12sk, Q12sl, Q12sm, Q12sn, Q12so, Q12sp, Q12sq, Q12sr, Q12ss, Q12st, Q12su, Q12sv, Q12sw, Q12sx, Q12sy, Q12sz, Q12ta, Q12tb, Q12tc, Q12td, Q12te, Q12tf, Q12tg, Q12th, Q12ti, Q12tj, Q12tk, Q12tl, Q12tm, Q12tn, Q12to, Q12tp, Q12tq, Q12tr, Q12ts, Q12tt, Q12tu, Q12tv, Q12tw, Q12tx, Q12ty, Q12tz, Q12ua, Q12ub, Q12uc, Q12ud, Q12ue, Q12uf, Q12ug, Q12uh, Q12ui, Q12uj, Q12uk, Q12ul, Q12um, Q12un, Q12uo, Q12up, Q12uq, Q12ur, Q12us, Q12ut, Q12uu, Q12uv, Q12uw, Q12ux, Q12uy, Q12uz, Q12va, Q12vb, Q12vc, Q12vd, Q12ve, Q12vf, Q12vg, Q12vh, Q12vi, Q12vj, Q12vk, Q12vl, Q12vm, Q12vn, Q12vo, Q12vp, Q12vq, Q12vr, Q12vs, Q12vt, Q12vu, Q12vv, Q12vw, Q12vx, Q12vy, Q12vz, Q12wa, Q12wb, Q12wc, Q12wd, Q12we, Q12wf, Q12wg, Q12wh, Q12wi, Q12wj, Q12wk, Q12wl, Q12wm, Q12wn, Q12wo, Q12wp, Q12wq, Q12wr, Q12ws, Q12wt, Q12wu, Q12wv, Q12ww, Q12wx, Q12wy, Q12wz, Q12xa, Q12xb, Q12xc, Q12xd, Q12xe, Q12xf, Q12xg, Q12xh, Q12xi, Q12xj, Q12xk, Q12xl, Q12xm, Q12xn, Q12xo, Q12xp, Q12xq, Q12xr, Q12xs, Q12xt, Q12xu, Q12xv, Q12xw, Q12xx, Q12xy, Q12xz, Q12ya, Q12yb, Q12yc, Q12yd, Q12ye, Q12yf, Q12yg, Q12yh, Q12yi, Q12yj, Q12yk, Q12yl, Q12ym, Q12yn, Q12yo, Q12yp, Q12yq, Q12yr, Q12ys, Q12yt, Q12yu, Q12yv, Q12yw, Q12yx, Q12yy, Q12yz, Q12za, Q12zb, Q12zc, Q12zd, Q12ze, Q12zf, Q12zg, Q12zh, Q12zi, Q12zj, Q12zk, Q12zl, Q12zm, Q12zn, Q12zo, Q12zp, Q12zq, Q12zr, Q12zs, Q12zt, Q12zu, Q12zv, Q12zw, Q12zx, Q12zy, Q12zz.

Figura 35 – Banco de Dados: respostas ao questionário – tela 2

The screenshot displays the ArcView GIS Version 3.1a application window. The title bar reads "ArcView GIS Version 3.1a". The menu bar includes "File", "Edit", "Table", "Field", "Window", and "Help". The toolbar contains icons for opening files, saving, printing, and other GIS functions. The main window shows a data table for the file "mestradol79.dbf". The table has 32 columns, each labeled with a quarter and year (e.g., Q274, Q275, ..., Q331). The data is organized into 32 rows. The status bar at the bottom right indicates the date "17/04/2013".

Figura 36 – Banco de Dados: respostas ao questionário – tela 3

[illegible]

Figura 37 – Banco de Dados: respostas ao questionário – tela 4

Anexo G - Levantamento de serviços ambientais e correlatos

Os serviços abaixo podem ser acessados pelo Sistema SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão), ou telefone 156, ou ainda em alguma Praça de Atendimento das 31 subprefeituras paulistanas.

1. Coleta de lixo domiciliar comum
2. Coleta Seletiva
3. Coleta de resíduos de saúde
4. Varrição de Ruas
5. Limpeza de Bueiros
6. Lavagem de monumentos, escadarias e feiras livres
7. Remoção de entulho (serviço nunca visto....)
8. Ecopontos (áreas para deposição regular dos resíduos da construção e demolição de pequenos geradores. São ao todo.....na cidade.....número ainda insuficiente para atender as necessidades...)
9. Colocação de cestos de lixo nos logradouros públicos
10. Pontos de Entrega Voluntária de material reciclável, de 1.000 litros e 2.500 litros, em estacionamentos de bancos, supermercados, escolas municipais, estaduais e particulares, universidades e condomínios.
11. Palestra do Departamento de Limpeza Urbana: “Gestão de Resíduos Sólidos na Cidade de São Paulo”.
12. Serviço Alô Limpeza (O Serviço de Orientação e Atendimento à População, denominado "Alô Limpeza", constitui um canal de comunicação – concomitante com o 156 - aberto à população para solicitar serviços de limpeza pública e opinar sobre a qualidade dos serviços prestados pela Prefeitura do Município de São Paulo.) (11) 3397-1723
13. Gerenciamento de Emergências
14. Defesa Civil/ Áreas de Risco
15. Escola de Jardinagem
16. Plantio de Árvores (Departamentos de Áreas Verdes e Secretaria do Verde e do Meio Ambiente)
17. Manutenção as árvores urbanas – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
18. Serviço de poda e corte de vegetação
19. Manutenção de parques, jardins e áreas ajardinadas (Departamento de Áreas Verdes – DEPAVE)
20. Programa Calçadas Verdes
21. Projeto Zeladores de Praças
22. Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ) – oferece cursos voltados às questões que envolvem Meio Ambiente
23. Publicações SVMA e material disponível para download (ver e fazer uma lista dos títulos)
24. Controle da Publicidade em espaços públicos (Lei Cidade Limpa)
25. Serviço de combate à dengue
26. Programa de Silêncio Urbano - Psiu
27. Serviço de controle de pragas urbanas
28. Serviço de controle de zoonoses
29. Fauna - atendimento e reabilitação de animais silvestres

30. Escola Municipal de Jardinagem - cursos / palestras / programa de atendimento às plantas
31. Herbário Municipal Serviços: Identificação botânica para munícipes
32. Viveiros Municipais - produção e fornecimento de mudas
33. plantio e do corte de grama na cidade
34. SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão
35. Cades - Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
36. Cades Regionais
37. Cadastramento de ONGs ambientalistas
38. EIA/ RIMA/ EVA
39. Comitê de Mudança do Clima(Instituído em outubro do ano passado, O comitê tem a missão de propor, estimular, acompanhar e fiscalizar a adoção de planos, programas e ações que viabilizem o cumprimento da política de mudança do clima na cidade.)
40. Inspeção de veículos
41. Remoção de veículos abandonados em vias públicas / o Pátio do Pari
42. Produtos perigosos
43. informações e procedimentos para a análise do plano de atendimento a emergências (pae) no transporte de produtos perigosos no município de são paulo
44. Newsletter da Secretaria do Verde
45. Operação Cata-Bagulho
46. Fiscalização descartes irregulares
47. Limpeza de Córregos
48. Programa Córrego Limpo (parceria com SABESP)
49. Projeto Identidade Verde (identificação de árvores da cidade Primeiramente as árvores são identificadas e cadastradas. Após uma avaliação das equipes técnicas da Prefeitura, recebem recomendações para que possam se desenvolver com saúde. Os trabalhos englobam ações de poda, remoção, alargamento de canteiros e plantio de novas árvores.)
50. Programa de Agricultura Urbana e Periurbana/ Hortas Comunitárias
51. Núcleos Verdes - têm como base o apoio à gestão de áreas verdes, efetuado em conjunto com as Subprefeituras; ações de educação ambiental e ações de fiscalização integrada, como já vem ocorrendo na região de mananciais por meio de convênio com o Governo do Estado

Fontes: portal da prefeitura do município de São Paulo e links das várias secretarias e serviços especiais cujo acesso é disponibilizado a partir do portal.

Anexo H - Métodos empregados para a elaboração dos mapas referentes ao perfil socioambiental inseridos no corpo deste trabalho

(transcrição literal de explicativo da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente paulistana, constantes de seu portal na internet).

Material disponível em:

http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/conteudo/socioambiental/socioamb_05_tab.htm

Para cada um dos indicadores, os 96 distritos municipais foram classificados em ordem crescente, sendo-lhes atribuídos pontos que variam no intervalo de 0 a 95. A pontuação “0” é atribuída ao melhor valor e a “95” ao pior, para cada indicador por distrito e esses são classificados em ordem crescente (conforme as colunas "Classificação" n1, n2, n3 e n4 das respectivas tabelas resultantes).

O critério de definição do que foi considerado como melhor e pior em cada indicador foi o seguinte:

- Indicador Ambiental 1: Distribuição da cobertura vegetal - 1999: os maiores valores de cobertura vegetal por habitante foram considerados como melhores e os menores como piores;

- Indicador Ambiental 2: Desmatamento no período 1991-2000: igualmente, os distritos que apresentaram menores valores em área desmatadas foram considerados como melhores e, inversamente, os com maiores áreas desmatadas, como os piores;

- Indicador Ambiental 3: Temperatura aparente da superfície - 1999: as regiões com temperaturas mais amenas foram eleitas como melhores e as mais elevadas como piores. Ressalta-se, entretanto, que na adoção deste critério desconsiderou-se o efeito do desconforto térmico existente em áreas com verticalização expressiva, que apresentam sombreamento e canyons urbanos, e, portanto, temperaturas mais baixas, como comentado no item 6.5 – Clima Urbano.

- Indicador Socioeconômico: Perfil socioeconômico da população: já classificado por fator, apresentado neste relatório [relatório no Portal da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente], terá apenas os distritos classificados conforme o resultado. Não foram atribuídos pesos para a classificação dos valores relativos aos indicadores utilizados.

Metodologia - A metodologia utilizada na agregação dos indicadores foi semelhante à adotada pela SEMPLA no desenvolvimento do “Perfil Socioeconômico da População” apresentado neste relatório, bem como em outros estudos socioeconômicos como, por

exemplo, os da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, e ambientais já produzidos, tais como em LO & FABER (1997).

Assim, o resultado para os perfis ambiental e socioambiental é proveniente da soma das pontuações atribuídas a cada um dos distritos para os indicadores considerados, classificados de acordo com o valor final obtido. Ressalta-se que, de acordo com o critério adotado, as menores pontuações são atribuídas aos distritos de melhor situação e assim sucessiva e inversamente, em ordem crescente, as maiores pontuações atribuídas aos de pior situação.

Anexo I - Texto explicativo da pesquisa aos respondentes do questionário

Figura 38 – Texto explicativo da pesquisa aos respondentes do questionário

(Texto originalmente impresso em meia folha de papel reciclado, tamanho A4, e grampeado com um só grampo sobre o caderninho de pesquisa, para que o respondente o destacasse e levasse consigo após a leitura.)

Anexo J – Questionário aplicado aos adultos e aos jovens do ensino médio

DADOS GERAIS DO PARTICIPANTE		1
Nome:		
Endereço:		Bairro:
Idade:	RG:	Ocupação:
Empresa / local de trabalho:		
E-mail (se tiver):		
Telefone(s) contato:		
Cidade e Estado onde nasceu:		
Mora há quanto tempo em São Paulo?		E no bairro, reside há quanto tempo?
Estudou em escolas desta região? () sim, sempre () sim, parte do tempo de estudo () nunca estudei nesta região		
Grau de escolaridade:		(indique série/semestre/curso)
Autoriza a publicação de suas opiniões em trabalhos acadêmicos, congressos, sala de aula e outras formas de divulgação de pesquisas científicas? () sim () não Assinatura:		

2. Assinale a alternativa que mais se aproxima da sua definição de meio ambiente:

Meio ambiente
para mim é....

- ☐ [] Natureza, verde e todos os recursos naturais
- ☐ [] Todo espaço construído pelo homem
- ☐ [] Natureza, espaço construído e relações humanas
- ☐ [] Natureza e qualquer espaço construído pelo homem
- ☐ [] Relações humanas no espaço construído pelo homem

3. Com que frequência você observa o meio ambiente do seu bairro?

() sempre () quase sempre () às vezes () raramente () nunca

4.

Quanto à preocupação com a
qualidade ambiental do seu bairro,
você se define como alguém:

- ☐ extremamente preocupado
- ☐ muito preocupado
- ☐ preocupado
- ☐ pouco preocupado
- ☐ despreocupado

5. Quando você circula pelas ruas do seu bairro, você geralmente sente:

() bem-estar, alegria, satisfação com a paisagem que vê

() mal-estar, frustração, tristeza com a paisagem que vê

() um misto de bem-estar e mal-estar conforme a rua

() você não fica pensando se as ruas te fazem sentir melhor ou pior

6. Se você sai para caminhar em seu bairro e deseja ou precisa parar um pouco, você:

() encontra muitas áreas verdes para descanso/convivência/uso coletivo (praças, parques)

() encontra poucas áreas verdes para descanso/convivência/uso coletivo (praças, parques)

() encontra quase nenhuma área verde para descanso/convivência/uso coletivo (praças, parques)

() não encontra áreas verdes para descanso/convivência/uso coletivo (praças, parques)

Figura 39 – série: Questionário aplicado aos adultos e aos jovens do Ensino Médio (início)

7. Assinale, no quadro abaixo, o que você percebe no meio ambiente do seu bairro/sua região:
(Pode assinalar mais de um item)

() falta de áreas verdes para exercitar-se e realizar atividades coletivas de saúde, lazer, educação, cultura	() descarte irregular de lixo/entulho nas ruas e praças (pontos viciados de descarte de lixo)	() lançamento de lixo nos córregos do bairro	() enchente em certos locais, quando chove, por causa do lixo jogado nas ruas e córregos	() falta de calçadas verdes (aquelas que têm uma parte impermeável e outra parte com uma ou mais faixas de grama)
() falta de árvores ou poucas árvores na maioria das ruas	() odores desagradáveis (de fumaça, lixo etc)	() árvores maltratadas (quebradas, queimadas, arrancadas propositalmente, vitimadas por poda radical etc)	() calçadas muito estreitas, que dificultam o trânsito dos pedestres	() Sensação de desconforto térmico/ cansaço nos dias quentes (efeito ilha de calor*)
() incidência de doenças devido ao bairro fazer parte de uma ilha de calor urbana	() cocô de cachorro nas calçadas e ruas	() barulho demais o tempo todo	() barulho demais em algumas horas do dia/da noite	() estragos nas calçadas
() lixeiras públicas depredadas	() aumento do fluxo de veículos nos últimos tempos	() fachadas mal cuidadas/ muros e paredes pichados	() aumento do número de raios durante as tempestades	() fiação elétrica não embutida no solo (fios pendurados em postes)

*ilha de calor: é um problema de diferença de temperatura entre regiões da cidade – as áreas com muitas construções, alta taxa de impermeabilização e pouco verde apresentam temperaturas bem mais altas do que as observadas em outras regiões nas quais há mais verde, menos impermeabilização do solo, menos construções, mais espaçamento entre as construções. As ilhas de calor urbanas reduzem o conforto térmico e, associadas a outros fatores, contribuem para o aumento de problemas de saúde entre os moradores das regiões em que ocorrem.

8. No último ano, com que frequência você recebeu informações do poder público a respeito de problemas ambientais em sua região ou a respeito de atividades promovidas para combatê-los?

() uma vez () mais de uma vez () nenhuma vez

9. Alguma vez você já se comunicou com o poder público quando percebeu algum problema ambiental em seu bairro?

() não () sim. Através de que meio/canal? _____

10. No último ano, com que frequência você procurou o poder público para tratar de assuntos ambientais de sua região?

() uma vez () mais de uma vez () nenhuma vez

11. Se existem problemas ambientais no bairro, o morador deve:

(numere em ordem de importância para você: 1 para o mais importante, 2 para o que vem em segundo lugar e 3 para o que vem em terceiro)

- () ser informado diretamente pelo poder público
- () observar e comunicar ao poder público
- () esperar que os meios de comunicação divulguem o fato

Figura 39 – série: Questionário aplicado aos adultos e aos jovens do Ensino Médio (cont.)

12. Assinale com X os meios pelos quais você recebe informações específicas sobre o meio ambiente do seu bairro/da sua região (pode assinalar mais de um item):

☐ jornais de bairro	☐ jornais e revistas de grande circulação	☐ palestras/ informes em igrejas
☐ rádio comunitária	☐ rádio comum (estações comerciais)	☐ escola (aulas, palestras, informes)
☐ folhetos distribuídos pelo poder público nas ruas/casas	☐ telefonemas da prefeitura	☐ associações/ ONGs (palestras, informes)
☐ televisão	☐ informes/palestras do posto de saúde local	☐ conversas com conhecidos e vizinhos
☐ reuniões do Conselho Ambiental/de Saúde ou de Segurança da região	☐ comércio local (informes)	☐ boletim da subprefeitura
☐ internet	☐ visita de agentes do poder público	☐ grafites nas ruas
☐ recebo informações sobre meio ambiente por outra forma de comunicação. Qual?.....		☐ não costumo receber informações desse tipo

13. Das formas de comunicação acima, cite três que você considera mais importantes para divulgar assuntos de meio ambiente do bairro:

_____ / _____ / _____

14. Como você fica sabendo das atividades/ações desenvolvidas pelo poder público em favor do meio ambiente de sua região? _____

15.

Quanto às informações a que você tem acesso sobre o meio ambiente do seu bairro, você acredita que:

- ☐ são suficientes para você entender quais os problemas ambientais do bairro
- ☐ são insuficientes para você entender quais os problemas ambientais do bairro
- ☐ não recebe/não tem acesso a informações sobre os problemas ambientais do seu bairro

16. Você já participou de algum projeto público ou privado para melhoria do meio ambiente do seu bairro? ☐ não ☐ sim. Qual projeto (ou quais)? _____

Quem (ou que instituição) criou / desenvolveu o projeto? _____

17. Você considera que a comunicação ambiental que chega hoje à sua região:

☐ está alterando para melhor o comportamento dos moradores e você tem notado aumento do cuidado com o espaço público do bairro

☐ não está interferindo no comportamento dos moradores e você tem notado pouco cuidado com o espaço público do bairro

Figura 39 – série: Questionário aplicado aos adultos e aos jovens do Ensino Médio (cont.)

18. Quando você percebe, por meio da observação direta, que algo vai mal no meio ambiente do bairro, qual das atitudes abaixo você toma primeiro?

(escolha a alternativa que você considerar mais de acordo com seu modo costumeiro de agir)

☐ pensa por um tempo e tenta resolver sozinho a questão	☐ pensa por um tempo e contata amigos e conhecidos para juntos tomarem providências
☐ pensa por alguns dias em soluções e busca um contato com o poder público para expor suas ideias	☐ pensa por um tempo, cria algumas ideias que a seu ver poderiam resolver o problema, mas acaba guardando essas ideias para si
☐ pensa por alguns instantes, concorda com a existência do problema e continua vivendo sua vida como sempre foi	☐ procura não pensar nisso, pois acredita que não está em suas mãos a chance de tomar alguma providência
☐ conversa com a família e juntos procuram tomar providências	☐ Outra atitude. Qual?

19. Marque o seu grau atual de disposição/ânimo para participar de uma ação em favor do meio ambiente do seu bairro:

☐ nenhuma disposição ☐ pouca disposição ☐ média disposição ☐ muita disposição ☐ não sei

20. A matéria intitulada *Ar da Grande São Paulo é o pior em oito anos* saiu na Folha de S. Paulo no dia 30/01/2012. Segundo os dados publicados pelo jornal (fornecidos pela CETESB*), o paulistano respira ar inadequado para consumo humano mais de três meses por ano. Você acredita que:

- ☐ O ar inadequado não atinge o bairro onde você mora, por isso os moradores não estão expostos a problemas de saúde.
- ☐ O ar inadequado atinge também o bairro onde você mora, prejudicando a saúde dos moradores.

21. Diariamente temos contato com propagandas incentivando a compra de todo tipo de mercadorias. Tentar consertar um objeto que você tem em casa e de repente quebra é, na sua opinião:

- ☐ algo fora de moda, pois tudo está relativamente barato hoje e é sempre melhor comprar um produto novo
- ☐ um pensamento moderno, que ajuda a reduzir a quantidade de lixo produzido no planeta

22.

Este é o Sr. Humberto, morador da região. Todos os dias, há dez anos, ele leva o Pingo e o Lucky para passear e sempre recolhe as fezes dos seus cãezinhos, jogando-as no lixo.

Observando o comportamento de moradores que têm animais de estimação em sua rua, você percebe que quando os bichinhos utilizam o espaço público para fazer suas necessidades, seus donos, na maioria das vezes:

- ☐ acompanham os animais, recolhem o cocô das calçadas e jogam no lixo
- ☐ acompanham os animais, recolhem o cocô mas deixam na porta de algum vizinho
- ☐ não acompanham os animais e não recolhem os dejetos
- ☐ acompanham os animais e fingem não ver seus dejetos para não ter de limpar
- ☐ não acompanham os animais, mas quando eles retornam, verificam se sujou a calçada dos vizinhos e tratam de recolher os dejetos.
- ☐ não deixam seus animais defecarem nas ruas e calçadas do bairro

* CETESB é a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, ligada à Secretaria do Meio Ambiente do governo paulista

Figura 39 – série: Questionário aplicado aos adultos e aos jovens do Ensino Médio (cont.)

23. Seu bairro tem alguma organização não governamental (ONG) ou outro tipo de associação que costuma desenvolver atividades em favor do meio ambiente da sua região? (educação ambiental, reciclagem, plantio, mutirões de limpeza, outras ações)

☐ não ☐ sim (qual? _____) ☐ não sei

24. Segundo dados do DETRAN (Departamento de Trânsito), em São Paulo circulam hoje mais de 7 milhões de veículos. Quanto você considera urgente que o município utilize os meios de comunicação para cobrar políticas públicas de incentivo ao comércio e uso de transporte motorizado limpo (veículos movidos a eletricidade, energia solar, hidrogênio, etc)?

☐ extremamente urgente ☐ muito urgente ☐ urgente ☐ pouco urgente ☐ não urgente

25. Com relação aos pensamentos abaixo, quais você acredita que se aplicam à maioria dos moradores do seu bairro (pode assinalar mais de um item):

☐ a maioria dos moradores não percebe a piora da qualidade do ar da cidade em razão do aumento do fluxo de veículos (carros, caminhões, motos, etc) nos últimos tempos	☐ muitos moradores deixam de embelezar sua fachada ou calçada com verde (árvores, plantas em vasos, canteiros, calçada verde) porque acreditam que o espaço é pequeno e não tem jeito
☐ muitos moradores ainda pensam que folhas e restos de plantas são apenas lixo que dá trabalho, por isso não colaboram para o bem-estar coletivo dos moradores acrescentando verde em suas moradias	☐ as pessoas do bairro estão acostumadas com o 'feito' e sua criatividade não é estimulada para deixar o bairro onde vivem mais bonito e mais saudável
☐ as pessoas do bairro não recebem informações sobre como podem melhorar o ambiente de sua casa, rua, bairro sem gastar muito dinheiro	☐ a maioria das pessoas do bairro desconhece as leis ambientais do município
☐ existem moradores que não entendem por que estamos com problemas ambientais no bairro	☐ existem moradores que dizem ser importante cuidar do meio ambiente, mas não tomam atitudes concretas para contribuir

26. Quais das soluções ambientais abaixo existem no imóvel onde você mora?

☐ uso de energia solar	☐ jardim ou quintal de terra	☐ minhocário (compostagem)
☐ captação de água da chuva	☐ canteiro com flores ou outros tipos de plantas	☐ um recipiente para recicláveis e outro para lixo orgânico
☐ parede verde - recoberta com plantas	☐ telhado pintado de branco	☐ lâmpadas econômicas

Figura 39 – série: Questionário aplicado aos adultos e aos jovens do Ensino Médio (cont.)

27. Quais das soluções ambientais abaixo existem na área externa do imóvel onde você mora? (no muro e na calçada)

☐ Calçada verde - parte impermeável e parte com faixa(s) de grama	☐ Árvore(s) na calçada em frente ao imóvel	☐ Muro Verde (com revestimento de plantas)
☐ Árvore ou arbusto na calçada na divisa com o vizinho, porque as frentes das casas são estreitas	☐ Canteiro com flores ou outros tipos de plantas na calçada (em frente ao imóvel ou na divisa com o vizinho)	☐ Muro "corado" (com planta ornamental no alto do muro)
☐ Outra. Qual?		

28. Assinale, no quadro abaixo, o que você acha que falta no seu bairro para evitar o descuido ambiental: (pode assinalar mais de um item)

☐ percepção dos moradores de que o bairro enfrenta sérios problemas ambientais	☐ noção estética (o belo/ o feio) dos moradores em relação ao meio onde vivem	☐ cuidado de cada morador com o espaço em frente a sua casa
☐ ação contínua do poder público para preservar o meio	☐ comunicação entre o poder público e os moradores para resolver problemas ambientais	☐ comunicação entre os moradores para gerar ações favoráveis à preservação do meio no bairro
☐ interesse dos moradores em problemas coletivos	☐ colaboração dos comerciantes/ empresários locais em ações de melhoria da qualidade ambiental do bairro	☐ um ecoponto (espaço público que recebe entulho e outros materiais que não servem mais)

29. Na sua opinião, qual a importância dos seguintes itens para a redução das dificuldades ambientais do bairro?

Participação das escolas na busca de soluções para os problemas ambientais do bairro

☐ extremamente importante ☐ muito importante ☐ importante ☐ pouco importante ☐ desimportante

Movimentos sociais que promovam ações ambientais positivas na região

☐ extremamente importante ☐ muito importante ☐ importante ☐ pouco importante ☐ desimportante

Orientações nas igrejas do bairro sobre ações para melhorar o meio ambiente local

☐ extremamente importante ☐ muito importante ☐ importante ☐ pouco importante ☐ desimportante

Trabalho conjunto dos empresários locais nas ações de preservação/melhoria do meio ambiente do bairro

☐ extremamente importante ☐ muito importante ☐ importante ☐ pouco importante ☐ desimportante

Observação: os itens desta questão são grafados originalmente na cor verde-bandeira

Figura 39 – série: Questionário aplicado aos adultos e aos jovens do Ensino Médio (cont.)

30. Este é o Sr. Genaro, morador da região e cuidador voluntário da praça no entroncamento das ruas Astrapeia e Igarai (Vila Munhoz):

30. A lista abaixo apresenta algumas atitudes concretas que uma pessoa pode tomar para resolver problemas e melhorar o meio ambiente da região onde vive/trabalha/estuda. Classifique as ações atribuindo os seguintes valores:

A – boa opção B – opção regular C – opção ruim D- não sei opinar

Entrar em contato com um jornal de bairro e pedir para publicar uma matéria sobre o meio ambiente local		Pedir para afixar um cartaz sobre ações ambientais locais no mural de uma escola	
Entrar em contato com uma rádio local e pedir que ela chame os moradores a colaborar		Entrar em contato com uma emissora de TV e pedir que ela faça uma reportagem sobre as dificuldades ambientais de seu bairro	
Ir pessoalmente a um órgão público e solicitar providências		Telefonar para o Centro de Controle de Zoonoses (problemas com ratos, pombos e outras pragas urbanas)	
Entrar em contato com a assessoria de comunicação da subprefeitura sugerindo que publique uma matéria no informativo mensal (boletim) da subprefeitura		Enviar mensagens de alerta e conscientização por e-mail/pelas redes sociais	
Solicitar ao padre ou pastor de sua igreja/da igreja do bairro que fale sobre o assunto com os fiéis (para pedir colaboração nas soluções)		Telefonar ou enviar e-mail para a subprefeitura ou outro órgão público	
Uma atitude individual concreta como a do Sr. Genaro		Reunir amigos por meio de uma rede social e realizar uma ação conjunta	

31. Circule entidades/ instituições/ pessoas que você nota que estão colaborando ativamente para a melhoria da qualidade ambiental do seu bairro (pode assinalar mais de uma opção):

moradores	poder público	associações de bairro (ONGs/clubes/outras)	trabalhadores
empresários (do comércio, indústria, serviços)	igrejas	escolas	meios de comunicação locais

Figura 39 – série: Questionário aplicado aos adultos e aos jovens do Ensino Médio (cont.)

32. Pensando em maneiras de ajudar a resolver os problemas ambientais da região, classifique as ideias abaixo da seguinte forma: A – Eu acredito nisso; B – Eu tenho dúvida se isso funciona; C – Tenho certeza de que isso não funciona

Conversar com vizinhos/moradores que estejam envolvidos no problema, para trocar ideias e buscar solução/melhorias	
Falar com um líder comunitário que tenha contato com o poder público	
Participar das reuniões do Conselho Ambiental local e opinar sobre os problemas ambientais do bairro	
Participar das reuniões do Conselho de Saúde da região e opinar sobre os problemas ambientais do bairro que influenciam a saúde dos moradores	
Participar das reuniões do Conselho de Segurança e opinar sobre problemas ambientais que representem risco à segurança dos moradores	
Procurar uma ONG (Organização Não-Governamental) ou outro tipo de associação existente no bairro e sugerir que ela encabece uma ação coletiva para melhorar o meio ambiente do bairro	
Participar diretamente de uma associação qualquer ou movimento que tenha entre suas metas cuidar do ambiente do bairro	

33. Entre as instituições abaixo, de quais você participa em sua região/seu bairro?

Tipo de instituição	Assinale com X	Nome da instituição
um clube local		
uma igreja ou uma associação religiosa do bairro/da região		
uma escola do bairro (como aluno/professor, funcionário/pai, mãe, responsável por aluno)		
uma cooperativa de catadores de recicláveis		
uma rede social		
uma quadra ou associação esportiva		
um conselho regional - de meio ambiente, saúde, segurança ou tutelar.		
uma associação cultural		
uma associação de moradores		
um movimento social		
outro tipo de participação		Qual tipo?

Figura 39 – série: Questionário aplicado aos adultos e aos jovens do Ensino Médio (cont.)

34.

Eu me sinto um cidadão...
(complete com uma das alternativas ao lado)

- ☐ Com total poder para influenciar em decisões ambientais relativas ao meu bairro
- ☐ Com bastante poder para influenciar em decisões ambientais relativas ao meu bairro
- ☐ Com pouco/algum poder para influenciar em decisões ambientais relativas ao meu bairro
- ☐ Sem poder para influenciar em decisões ambientais relativas ao meu bairro

35. Gostaria de ser informado (por e-mail, telefone ou correspondência impressa) quando os resultados desta pesquisa estiverem disponíveis para consulta? () sim () não

36. Se quiser, pode deixar um pensamento seu sobre Comunicação e Cuidado Ambiental:

Agradecemos imensamente a sua participação!
Prof. Dr. Adilson Citelli
Sandra Falcão (estudante)

Observação: este trecho é verde-bandeira, no original. Não foi possível reproduzir a cor original nesta imagem

Figura 39 – série: Questionário aplicado aos adultos e aos jovens do Ensino Médio (término)

Anexo K – Questionário aplicado aos jovens do Ensino Fundamental
(após leitura do texto de apresentação constante do anexo I)

DADOS GERAIS DO PARTICIPANTE		1
Nome:		
Endereço:		
Bairro:	Idade:	Série em que estuda:
E-mail (se tiver):		
Telefone(s) contato:		
Estudou em escolas desta região: () sempre () em uma parte dos meus anos de estudo		
Nome de sua escola atual:		
Concorda com a publicação de suas opiniões em trabalhos acadêmicos, congressos, sala de aula e outras formas de divulgação de pesquisas científicas? () sim () não Assinatura:		

2. Assinale a alternativa que mais se aproxima da sua definição de meio ambiente:

- ☐ [] Natureza, verde e todos os recursos naturais
- ☐ [] Todo espaço construído pelo homem
- ☐ [] Natureza, espaço construído e relações humanas
- ☐ [] Natureza e qualquer espaço construído pelo homem
- ☐ [] Relações humanas no espaço construído pelo homem

3. Com que frequência você observa o meio ambiente do seu bairro?

() sempre () quase sempre () às vezes () raramente () nunca

4.

- ☐ extremamente preocupado
- ☐ muito preocupado
- ☐ preocupado
- ☐ pouco preocupado
- ☐ despreocupado

5. Quando você circula pelas ruas do seu bairro, você geralmente sente:

() bem-estar, alegria, satisfação com a paisagem que vê
 () mal-estar, frustração, tristeza com a paisagem que vê
 () um misto de bem-estar e mal-estar conforme a rua
 () você não fica pensando se as ruas te fazem sentir melhor ou pior

6. Se você sai para caminhar em seu bairro e deseja ou precisa parar um pouco, você:

() encontra muitas áreas verdes para descanso/convivência/uso coletivo (praças, parques)
 () encontra poucas áreas verdes para descanso/convivência/uso coletivo (praças, parques)
 () encontra quase nenhuma área verde para descanso/convivência/uso coletivo (praças, parques)
 () não encontra áreas verdes para descanso/convivência/uso coletivo (praças, parques)

Figura 40 – série: Questionário aplicado aos jovens do Ensino Fundamental (início)

7. Assinale, no quadro abaixo, o que você percebe no meio ambiente do seu bairro/sua região:
(Pode assinalar mais de um item)

☐ falta de áreas verdes para exercitar-se e realizar atividades coletivas de saúde, lazer, educação, cultura	☐ descarte irregular de lixo/entulho nas ruas e praças (pontos viciados de descarte de lixo)	☐ lançamento de lixo nos córregos do bairro	☐ enchente em certos locais, quando chove, por causa do lixo jogado nas ruas e córregos	☐ falta de calçadas verdes (aquelas que têm uma parte impermeável e outra parte com uma ou mais faixas de grama)
☐ falta de árvores ou poucas árvores na maioria das ruas	☐ odores desagradáveis (de fumaça, lixo etc)	☐ árvores maltratadas (quebradas, queimadas, arrancadas propositalmente, vitimadas por poda radical etc)	☐ calçadas muito estreitas, que dificultam o trânsito dos pedestres	☐ Sensação de desconforto térmico/ cansaço nos dias quentes (efeito ilha de calor*)
☐ incidência de doenças devido ao bairro fazer parte de uma ilha de calor urbana	☐ cocô de cachorro nas calçadas e ruas	☐ barulho demais o tempo todo	☐ barulho demais em algumas horas do dia/da noite	☐ estragos nas calçadas
☐ lixeiras públicas depredadas	☐ aumento do fluxo de veículos nos últimos tempos	☐ fachadas mal cuidadas/ muros e paredes pichados	☐ aumento do número de raios durante as tempestades	☐ fiação elétrica não embutida no solo (fios pendurados em postes)

*ilha de calor: é um problema de diferença de temperatura entre regiões da cidade – as áreas com muitas construções, alta taxa de impermeabilização e pouco verde apresentam temperaturas bem mais altas do que as observadas em outras regiões nas quais há mais verde, menos impermeabilização do solo, menos construções, mais espaçamento entre as construções. As ilhas de calor urbanas reduzem o conforto térmico e, associadas a outros fatores, contribuem para o aumento de problemas de saúde entre os moradores das regiões em que ocorrem.

8. No último ano, com que frequência você recebeu informações do poder público (subprefeitura, prefeitura, governo do Estado...) a respeito de problemas ambientais em sua região ou a respeito de atividades promovidas para combatê-los?

☐ uma vez ☐ mais de uma vez ☐ nenhuma vez

9. Alguma vez você já se comunicou com o poder público quando percebeu algum problema ambiental em seu bairro?

☐ não ☐ sim. Através de que meio/canal? _____

10. No último ano, com que frequência você pensou que era preciso procurar o poder público para tratar de algum assunto ambiental de sua região?

☐ uma vez ☐ mais de uma vez ☐ nenhuma vez

11. Se existem problemas ambientais no bairro, o morador deve:

(numere em ordem de importância para você: 1 para o mais importante, 2 para o que vem em segundo lugar e 3 para o que vem em terceiro)

- ☐ ser informado diretamente pelo poder público
- ☐ observar e comunicar ao poder público
- ☐ esperar que os meios de comunicação divulguem o fato

Figura 40 – série: Questionário aplicado aos jovens do Ensino Fundamental (cont.)

12. Assinale com X os meios pelos quais você recebe informações específicas sobre o meio ambiente do seu bairro/da sua região (pode assinalar mais de um item):

☐ jornais de bairro	☐ jornais e revistas de grande circulação	☐ palestras/ informes em igrejas
☐ rádio comunitária	☐ rádio comum (estações comerciais)	☐ escola (aulas, palestras, informes)
☐ folhetos distribuídos pelo poder público nas ruas/casas	☐ telefonemas da prefeitura	☐ associações/ ONGs (palestras, informes)
☐ televisão	☐ informes/palestras do posto de saúde local	☐ conversas com conhecidos e vizinhos
☐ reuniões do Conselho Ambiental/de Saúde ou de Segurança da região	☐ comércio local (informes)	☐ boletim da subprefeitura
☐ internet	☐ visita de agentes do poder público	☐ grafites nas ruas
☐ recebo informações sobre meio ambiente por outra forma de comunicação. Qual?		☐ não costumo receber informações desse tipo

13. Das formas de comunicação acima, cite três que você considera mais importantes para divulgar assuntos de meio ambiente do bairro:

_____ / _____ / _____

14. Como você fica sabendo das atividades/ações desenvolvidas pelo poder público em favor do meio ambiente de sua região? _____

15.

Quanto às informações a que você tem acesso sobre o meio ambiente do seu bairro, você acredita que:

- ☐ são suficientes para você entender quais os problemas ambientais do bairro
- ☐ são insuficientes para você entender quais os problemas ambientais do bairro
- ☐ não recebe/não tem acesso a informações sobre os problemas ambientais do seu bairro

16. Você já participou de algum projeto público ou privado para melhoria do meio ambiente do seu bairro? ☐ não ☐ sim. Qual projeto(ou quais)? _____

Quem (ou que instituição) criou / desenvolveu o projeto? _____

17. Você considera que a comunicação ambiental que chega hoje à sua região:

☐ está alterando para melhor o comportamento dos moradores e você tem notado aumento do cuidado com o espaço público do bairro

☐ não está interferindo no comportamento dos moradores e você tem notado pouco cuidado com o espaço público do bairro

Figura 40 – série: Questionário aplicado aos jovens do Ensino Fundamental (cont.)

18. Quando você percebe, por meio da observação direta, que algo vai mal no meio ambiente do bairro, você, primeiramente:

(escolha a alternativa que você considerar mais de acordo com seu modo costumeiro de agir)

☐ conversa com sua família e pede ajuda pra resolver o problema	☐ pensa um pouco nisso mas não toma nenhuma atitude, pois acha que o jovem não tem chance de interferir nesses assuntos
☐ conversa com um professor/uma professora de sua escola e pede orientação	☐ tenta divulgar o problema na internet
☐ reúne seus colegas e juntos tentam tomar alguma providência que esteja ao alcance de vocês	☐ tenta um contato com a subprefeitura
☐ outra atitude. Qual? _____	

19. Marque o seu grau atual de disposição/ânimo para participar de uma ação em favor do meio ambiente do seu bairro:

☐ nenhuma disposição ☐ pouca disposição ☐ média disposição ☐ muita disposição ☐ não sei

20. A matéria intitulada *Ar da Grande São Paulo é o pior em oito anos* saiu na Folha de S. Paulo no dia 30/01/2012. Segundo os dados publicados pelo jornal (fornecidos pela CETESB*), o paulistano respira ar inadequado para consumo humano mais de três meses por ano. Você acredita que:

- ☐ O ar inadequado não atinge o bairro onde você mora, por isso os moradores não estão expostos a problemas de saúde.
☐ O ar inadequado atinge também o bairro onde você mora, prejudicando a saúde dos moradores.

21. Diariamente temos contato com propagandas incentivando a compra de todo tipo de mercadorias. Tentar consertar um objeto que você tem em casa e de repente quebra é, na sua opinião:

- ☐ algo fora de moda, pois tudo está relativamente barato hoje e é sempre melhor comprar um produto novo
☐ um pensamento moderno, que ajuda a reduzir a quantidade de lixo produzido no planeta

22.

Este é o Sr. Humberto, morador da região. Todos os dias, há dez anos, ele leva o Pingo e o Lucky para passear e sempre recolhe as fezes dos seus cãezinhos, jogando-as no lixo.

Observando o comportamento de moradores que têm animais de estimação em sua rua, você percebe que quando os bichinhos utilizam o espaço público para fazer suas necessidades, seus donos, na maioria das vezes:

- ☐ acompanham os animais, recolhem o cocô das calçadas e jogam no lixo
☐ acompanham os animais, recolhem o cocô mas deixam na porta de algum vizinho
☐ não acompanham os animais e não recolhem os dejetos
☐ acompanham os animais e fingem não ver seus dejetos para não ter de limpar
☐ não acompanham os animais, mas quando eles retornam, verificam se sujou a calçada dos vizinhos e tratam de recolher os dejetos
☐ não deixam seus animais defecarem nas ruas e calçadas do bairro

* CETESB é a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, ligada à Secretaria do Meio Ambiente do governo paulista

Figura 40 – série: Questionário aplicado aos jovens do Ensino Fundamental (cont.)

23. Seu bairro tem alguma organização não governamental (ONG) ou outro tipo de associação que costuma desenvolver atividades em favor do meio ambiente da sua região? (educação ambiental, reciclagem, plantio, mutirões de limpeza, outras ações)

☐ não ☐ sim (qual? _____) ☐ não sei

24. Segundo dados do DETRAN (Departamento de Trânsito), em São Paulo circulam hoje mais de 7 milhões de veículos. Quanto você considera urgente os moradores da cidade utilizarem os meios de comunicação para pedir ao governo que incentive o comércio/ o uso de veículos que não poluam?

☐ extremamente urgente ☐ muito urgente ☐ urgente ☐ pouco urgente ☐ não urgente

25. Com relação aos pensamentos abaixo, quais você acredita que se aplicam à maioria dos moradores do seu bairro (pode assinalar mais de um item):

☐ a maioria dos moradores não percebe a piora da qualidade do ar da cidade em razão do aumento do fluxo de veículos (carros, caminhões, motos, etc) nos últimos tempos	☐ muitos moradores deixam de embelezar sua fachada ou calçada com verde (árvores, plantas em vasos, canteiros, calçada verde) porque acreditam que o espaço é pequeno e não tem jeito
☐ muitos moradores ainda pensam que folhas e restos de plantas são apenas lixo que dá trabalho, por isso não colaboram para o bem-estar coletivo dos moradores acrescentando verde em suas moradias	☐ as pessoas do bairro estão acostumadas com o 'feito' e sua criatividade não é estimulada para deixar o bairro onde vivem mais bonito e mais saudável
☐ as pessoas do bairro não recebem informações sobre como podem melhorar o ambiente de sua casa, rua, bairro sem gastar muito dinheiro	☐ a maioria das pessoas do bairro desconhece as leis ambientais do município
☐ existem moradores que não entendem por que estamos com problemas ambientais no bairro	☐ existem moradores que dizem ser importante cuidar do meio ambiente, mas não tomam atitudes concretas para contribuir

26. Quais das soluções ambientais abaixo existem no imóvel onde você mora?

☐ uso de energia solar	☐ jardim ou quintal de terra	☐ minhocário (compostagem)
☐ captação de água da chuva	☐ canteiro com flores ou outros tipos de plantas	☐ um recipiente para recicláveis e outro para lixo orgânico
☐ parede verde - recoberta com plantas	☐ telhado pintado de branco	☐ lâmpadas econômicas

Figura 40 – série: Questionário aplicado aos jovens do Ensino Fundamental (cont.)

27. Quais das soluções ambientais abaixo existem na área externa do imóvel onde você mora?
(no muro e na calçada)

☐ Calçada verde - parte impermeável e parte com faixa(s) de grama	☐ Árvore(s) na calçada em frente ao imóvel	☐ Muro Verde (com revestimento de plantas)
☐ Árvore ou arbusto na calçada na divisa com o vizinho, porque as frentes das casas são estreitas	☐ Canteiro com flores ou outros tipos de plantas na calçada (em frente ao imóvel ou na divisa com o vizinho)	☐ Muro "coroadado" (com planta ornamental no alto do muro)
☐ Outra. Qual?.....		

28. Assinale, no quadro abaixo, o que você acha que falta no seu bairro para evitar o descuido ambiental: (pode assinalar mais de um item)

☐ percepção dos moradores de que o bairro enfrenta sérios problemas ambientais	☐ noção estética (o belo/ o feio) dos moradores em relação ao meio onde vivem	☐ cuidado de cada morador com o espaço em frente a sua casa
☐ ação contínua do poder público para preservar o meio	☐ comunicação entre o poder público e os moradores para resolver problemas ambientais	☐ comunicação entre os moradores para gerar ações favoráveis à preservação do meio no bairro
☐ interesse dos moradores em problemas coletivos	☐ colaboração dos comerciantes/ empresários locais em ações de melhoria da qualidade ambiental do bairro	☐ um ecoponto (espaço público que recebe entulho e outros materiais que não servem mais)

29. Na sua opinião, qual a importância dos seguintes itens para a redução das dificuldades ambientais do bairro?

Participação das escolas na busca de soluções para os problemas ambientais do bairro

☐ extremamente importante ☐ muito importante ☐ importante ☐ pouco importante ☐ desimportante

Movimentos sociais que promovam ações ambientais positivas na região

☐ extremamente importante ☐ muito importante ☐ importante ☐ pouco importante ☐ desimportante

Orientações nas igrejas do bairro sobre ações para melhorar o meio ambiente local

☐ extremamente importante ☐ muito importante ☐ importante ☐ pouco importante ☐ desimportante

Trabalho conjunto dos empresários locais nas ações de preservação/melhoria do meio ambiente do bairro

☐ extremamente importante ☐ muito importante ☐ importante ☐ pouco importante ☐ desimportante

Observação: os itens desta questão são grafados originalmente na cor verde-bandeira

Figura 40 – série: Questionário aplicado aos jovens do Ensino Fundamental (cont.)

30. Este é o Sr. Genaro, morador da região e cuidador voluntário da praça no entroncamento das ruas Astrapeia e Igarai (Vila Munhoz):

30. A lista abaixo apresenta algumas atitudes concretas que uma pessoa pode tomar para resolver problemas e melhorar o meio ambiente da região onde vive/trabalha/estuda. Classifique as ações atribuindo os seguintes valores:

A – boa opção B – opção regular C – opção ruim D- não sei opinar

Entrar em contato com um jornal de bairro e pedir para publicar uma matéria sobre o meio ambiente local		Pedir para afixar um cartaz sobre ações ambientais locais no mural de uma escola	
Entrar em contato com uma rádio local e pedir que ela chame os moradores a colaborar		Entrar em contato com uma emissora de TV e pedir que ela faça uma reportagem sobre as dificuldades ambientais de seu bairro	
Ir pessoalmente a um órgão público e solicitar providências		Telefonar para o Centro de Controle de Zoonoses (problemas com ratos, pombos e outras pragas urbanas)	
Entrar em contato com a assessoria de comunicação da subprefeitura sugerindo que publique uma matéria no informativo mensal (boletim) da subprefeitura		Enviar mensagens de alerta e conscientização por e-mail/pelas redes sociais	
Solicitar ao padre ou pastor de sua igreja/da igreja do bairro que fale sobre o assunto com os fiéis (para pedir colaboração nas soluções)		Telefonar ou enviar e-mail para a subprefeitura ou outro órgão público	
Uma atitude individual concreta como a do Sr. Genaro		Reunir amigos por meio de uma rede social e realizar uma ação conjunta	

31. Circule entidades/ instituições/ pessoas que você nota que estão colaborando ativamente para a melhoria da qualidade ambiental do seu bairro (pode assinalar mais de uma opção):

moradores

poder público

associações de
bairro (ONGs/clubes/outras)

trabalhadores

empresários
(do comércio, indústria,
serviços)

igrejas

escolas

meios de comunicação
locais

Figura 40 – série: Questionário aplicado aos jovens do Ensino Fundamental (cont.)

32. Pensando em maneiras de ajudar a resolver os problemas ambientais da região, classifique as ideias abaixo da seguinte forma: A – Eu acredito nisso; B – Eu tenho dúvida se isso funciona; C – Tenho certeza de que isso não funciona

Conversar com vizinhos/moradores que estejam envolvidos no problema, para trocar ideias e buscar solução/melhorias	
Falar com um líder comunitário que tenha contato com o poder público	
Participar das reuniões do Conselho Ambiental local e opinar sobre os problemas ambientais do bairro	
Participar das reuniões do Conselho de Saúde da região e opinar sobre os problemas ambientais do bairro que influenciam a saúde dos moradores	
Participar das reuniões do Conselho de Segurança e opinar sobre problemas ambientais que representem risco à segurança dos moradores	
Procurar uma ONG (Organização Não-Governamental) ou outro tipo de associação existente no bairro e sugerir que ela encabece uma ação coletiva para melhorar o meio ambiente do bairro	
Participar diretamente de uma associação qualquer ou movimento que tenha entre suas metas cuidar do ambiente do bairro	

33. Entre as instituições abaixo, de quais você participa em sua região/seu bairro?

Tipo de instituição	Assinale com X	Nome da instituição
um clube local		
uma igreja ou uma associação religiosa do bairro/da região		
uma escola do bairro, (como aluno/professor, funcionário/pai, mãe, responsável por aluno)		
uma cooperativa de catadores de recicláveis		
uma rede social		
uma quadra ou associação esportiva		
um conselho regional - de meio ambiente, saúde, segurança ou tutelar.		
uma associação cultural		
uma associação de moradores		
um movimento social		
outro tipo de participação		Qual tipo?

Figura 40 – série: Questionário aplicado aos jovens do Ensino Fundamental (cont.)

34.

Eu me sinto um jovem cidadão...
(complete com uma das alternativas ao lado)

- ☐ Com total poder para influenciar em decisões ambientais relativas ao meu bairro
- ☐ Com bastante poder para influenciar em decisões ambientais relativas ao meu bairro
- ☐ Com pouco/algum poder para influenciar em decisões ambientais relativas ao meu bairro
- ☐ Sem poder para influenciar em decisões ambientais relativas ao meu bairro

35. Gostaria de ser informado (por e-mail, telefone ou correspondência impressa) quando os resultados desta pesquisa estiverem disponíveis para consulta? () sim () não

36. Se quiser, pode deixar um pensamento seu sobre Comunicação e Cuidado Ambiental:

Agradecemos imensamente a sua participação!
Prof. Dr. Adilson Citelli
Sandra Falcão (estudante)

Observação: Este trecho é verde-bandeira, no original. Não foi possível reproduzir a cor original nesta imagem

Figura 40 – série: Questionário aplicado aos jovens do Ensino Fundamental (término)

Anexo L – Cabeçalho do questionário aplicado aos jovens do Ensino Médio

DADOS GERAIS DO PARTICIPANTE		1
Nome:		
Endereço:		Bairro:
Idade:	RG:	Ocupação:
Empresa / local de trabalho:		
E-mail (se tiver):		
Telefone(s) contato:		
Cidade e Estado onde nasceu:		
Mora há quanto tempo em São Paulo?		E no bairro, reside há quanto tempo?
Estudou em escolas desta região: () sempre () em uma parte dos meus anos de estudo		
Nome de sua escola atual:		
Grau de escolaridade:		(indique série/semestre/curso)
Autoriza a publicação de suas opiniões em trabalhos acadêmicos, congressos, sala de aula e outras formas de divulgação de pesquisas científicas? () sim () não Assinatura:		

Figura 41: Cabeçalho do questionário aplicado aos jovens do Ensino Médio

Observação: não reproduziremos na íntegra o questionário aplicado aos jovens do ensino médio porque ele é idêntico ao dos adultos, à exceção do cabeçalho – que difere ligeiramente e por isso o inserimos neste anexo.

Anexo M – Caderninhos de pesquisa após montagem

Figuras 42 e 43 – Caderninhos de pesquisa após montagem

Imagens: Falcão, Sandra Pereira (2013)

Anexo N – Tabelas a partir das quais foram montados os gráficos e quadros do trabalho

Tabelas disponíveis no DVD-R que acompanha esta dissertação
(em envelope na contracapa final⁹⁹)

⁹⁹ Observação: das cópias em percalux que se destinam à biblioteca da ECA-USP, esse DVD será retirado e armazenado em arquivo específico, bastando solicitá-lo a um funcionário em caso de necessidade.

Anexo N¹ – Tabelas a partir das quais foram montados os gráficos e quadros do trabalho

Falcão, S. P. **Comunicação e Educação Ambiental na Construção de Sentidos Urbanos**. 2013. 404 p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Definição de Meio Ambiente para os participantes	4
Tabela 2 – Frequência com que o respondente observa o meio ambiente do bairro	4
Tabela 3 – Grau de preocupação do munícipe quanto à qualidade ambiental do bairro onde reside	4
Tabela 4 – Sensação do munícipe ao caminhar pelas ruas do bairro onde mora	4
Tabela 5 – Quantidade de áreas verdes encontradas pelo munícipe ao sair para uma caminhada pelo bairro/pela região	5
Tabela 6 – Problemas ambientais que o munícipe observa em seu bairro/em sua região	5
Tabela 7 – Frequência de recebimento de informações advindas do poder público, no último ano	6
Tabela 8 – Comunicou-se alguma vez com o poder público quando percebeu algum problema ambiental na região onde mora?	6
Tabela 9 – Frequência com que o respondente procurou o poder público, no último ano, para tratar de assuntos ambientais da região onde mora	6
Tabela 10 – Postura comunicacional apropriada diante da constatação de problemas ambientais no bairro – visão do morador sobre a postura “ <i>Ser informado diretamente pelo poder público</i> ”	7
Tabela 11 – Postura comunicacional apropriada diante da constatação de problemas ambientais no bairro – visão do morador sobre a postura	7

¹ O anexo N está disponível apenas no formato digital, por isso optamos por criar para ele um arquivo à parte, com nova sequência numérica, para facilitar a localização das tabelas (todas de elaboração da autora) que porventura precisem ser consultadas pelo leitor.

“Observar e comunicar o poder público”

Tabela 12 – Postura comunicacional apropriada diante da constatação de problemas ambientais no bairro – visão do morador sobre a postura <i>“Esperar que os meios de comunicação divulguem o fato”</i>	7
Tabela 13 – Meios pelos quais o munícipe recebe informações específicas sobre o meio ambiente do seu bairro/da sua região (múltipla escolha)	8
Tabela 14 – Opinião dos moradores em relação à suficiência da comunicação ambiental em circulação na região	9
Tabela 15 – Participação em projeto (público ou privado) para melhoria do meio ambiente local	9
Tabela 16 – Opinião dos moradores quanto à comunicação ambiental que chega hoje à região onde residem	9
Tabela 17 – Atitude primeira dos moradores quando notam que algo vai mal no meio ambiente do bairro (adultos e jovens do ensino médio)	10
Tabela 17A - Atitude primeira dos moradores quando notam que algo vai mal no meio ambiente do bairro (jovens do ensino fundamental)	10
Tabela 18 – Ânimo/disposição do munícipe para participar de uma ação em favor do meio ambiente local	11
Tabela 19 – Opinião do munícipe sobre o alcance da má qualidade do ar urbano, a partir de notícia de jornal	11
Tabela 20 – Opinião do munícipe sobre conserto de objetos, face aos apelos de consumo das propagandas	12
Tabela 21 – Comportamento rotineiro dos moradores que têm animais de estimação, na visão dos respondentes	12
Tabela 22 – Conhecimento sobre ONGs/Associações que desenvolvem projetos ambientais na região	13
Tabela 23 – Grau de urgência quanto à ação dos meios de comunicação no sentido de cobrar políticas públicas de incentivo ao uso/comércio de veículos não poluentes	13
Tabela 24 – Representações que os respondentes acreditam aplicar-se à maioria dos moradores (múltipla escolha)	14
Tabela 25 – Soluções ambientais existentes no imóvel onde reside (múltipla escolha)	15
Tabela 26 – Soluções ambientais existentes na área externa do imóvel onde	16

reside (muro e calçada)/(múltipla escolha)

Tabela 27 – O que o munícipe acredita que falta em seu bairro, para evitar o descuido com o meio ambiente local (múltipla escolha) **17**

Tabela 28 – Valoração de ações para reduzir dificuldades ambientais do bairro, a partir de mediações coletivas **18**

Tabela 29 – Valoração de ações para reduzir dificuldades ambientais do bairro, a partir de mediações individuais **19**

Tabela 30 – Estão contribuindo ativamente para melhorar a qualidade ambiental do bairro, na opinião dos moradores **20**

Tabela 31 – Classificação de ações comunicacionais possíveis para contribuir com a reversão de danos ao meio **21**

Tabela 32 – Noção de empoderamento cidadão face às mazelas ambientais urbanas **22**

Tabela 33 – Gostaria de ser informado quando os resultados desta pesquisa estiverem disponíveis para consulta? **22**

Tabela 1 – Definição de Meio Ambiente para os Participantes

	ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%	F	%
NATUREZA, VERDE E TODOS OS RECURSOS NATURAIS	36	63,16	42	67,74	48	80,00	126	70,39
NATUREZA, ESPAÇO CONSTRUÍDO E RELAÇÕES HUMANAS	14	24,56	10	16,13	7	11,67	31	17,32
NATUREZA E QUALQUER ESPAÇO CONSTRUÍDO PELO HOMEM	4	7,02	8	12,90	2	3,33	14	7,82
TUDO ESPAÇO CONSTRUÍDO PELO HOMEM	1	1,75	0	0	2	3,33	3	1,68
RELAÇÕES HUMANAS NO ESPAÇO CONSTRUÍDO PELO HOMEM	0	0	1	1,61	1	1,67	2	1,12
NÃO RESPONDERAM	2	3,51	1	1,61	0	0	3	1,68
TOTAL	57	100	62	99,99	60	100	179	100,01

Tabela 2 – Frequência com que o respondente observa o meio ambiente do bairro

	ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%	F	%
sempre	24	42,11	6	9,68	9	15	39	21,79
quase sempre	11	19,3	23	37,1	16	26,67	50	27,93
às vezes	16	28,07	20	32,26	25	41,67	61	34,08
raramente	4	7,02	12	19,35	8	13,33	24	13,41
nunca	1	1,75	1	1,61	2	3,33	4	2,23
não respond.	1	1,75	0	0	0	0	1	0,56
total	57	100	62	100	60	100	179	100

Tabela 3 – Grau de preocupação do munícipe quanto à qualidade ambiental do bairro onde reside

	ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL RESP	
	F	%	F	%	F	%	F	%
EXTREMAMENTE PREOCUPADO	10	17,5	3	4,8	4	6,7	17,0	9,5
MUITO PREOCUPADO	16	28,1	4	6,5	9	15,0	29,0	16,2
PREOCUPADO	23	40,4	37	59,7	28	46,7	88,0	49,2
POUCO PREOCUPADO	7	12,3	18	29,0	14	23,3	39,0	21,8
DESPREOCUPADO	0	0,1	0	0,1	5	8,3	5,0	2,8
NÃO RESPONDERAM	1	1,8	0	0,1	0	0,1	1,0	0,6
TOTAL	57	100,1	62	100,2	60	100,1	179,0	100,0

Tabela 4 – Sensação do munícipe ao caminhar pelas ruas do bairro onde mora

	ADULTOS		JOVENSEM		JOVENSEF		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%	F	%
UM MISTO DE BEM-ESTAR E MAL-ESTAR CONFORME A RUA	34	59,65	37	59,68	34	56,67	105	58,66
MAL-ESTAR, FRUSTRAÇÃO, TRISTEZA COM A PAISAGEM QUE VÊ	19	33,33	12	19,35	7	11,67	38	21,23
VOCÊ NÃO FICA PENSANDO SE AS RUAS TE FAZEM SENTIR MELHOR OU PIOR	1	1,75	11	17,74	10	16,67	22	12,29
BEM-ESTAR, ALEGRIA, SATISFAÇÃO COM A PAISAGEM QUE VÊ	2	3,51	2	3,23	8	13,33	12	6,7
NÃO RESPONDERAM	1	1,75	0	0	1	1,67	2	0,56
TOTAL	57	99,99	62	100	60	100,01	179	99,44

Tabela 5 – Quantidade de áreas verdes encontradas pelo munícipe ao sair para uma caminhada pelo bairro/pela região

	ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%	F	%
muitas	4	7,02	5	8,06	15	25	24	13,41
poucas	20	35,09	22	35,48	22	36,67	64	35,75
quase nenhuma	19	33,33	26	41,94	18	30	63	35,2
não encontra	12	21,05	9	14,52	4	6,67	25	13,97
não resp.	2	3,51	0	0	1	1,67	3	1,68
total	57	100	62	100	60	100,01	179	100,01

Tabela 6 – Problemas ambientais que o munícipe observa em seu bairro/em sua região

PROBLEMAS AMBIENTAIS	ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL DOS RESPOND.	
	F	%	F	%	F	%	F	%
a) falta de áreas verdes para exercitar-se e realizar atividades coletivas de saúde, lazer, educação, cultura	44	77,19	47	75,81	37	61,67	128	71,51
b) falta de árvores ou poucas árvores na maioria das ruas	32	56,14	37	59,68	36	60,00	105	58,66
c) incidência de doenças devido ao bairro fazer parte de uma ilha de calor urbana	8	14,04	7	11,29	2	3,33	17	9,50
d) lixeiras públicas depredadas	35	61,40	34	54,84	28	46,67	97	54,19
e) descarte irregular de lixo/entulho nas ruas e praças	38	66,67	35	56,45	31	51,67	104	58,10
f) odores desagradáveis (de fumaça, lixo, etc)	27	47,37	36	58,06	30	50,00	93	51,96
g) cocô de cachorro nas calçadas e ruas	44	77,19	44	70,97	38	63,33	126	70,39
h) aumento do fluxo de veículos nos últimos tempos	35	61,40	24	38,71	23	38,33	82	45,81
i) lançamento de lixo nos córregos do bairro	27	47,37	34	54,84	24	40,00	85	47,49
j) árvores maltratadas (quebradas, queimadas, arrancadas, vítimas de poda radical)	20	35,09	20	32,26	17	28,33	57	31,84
k) barulho demais o tempo todo	19	33,33	11	17,74	16	26,67	46	25,70
l) fachadas mal cuidadas/ muros e paredes pichados	34	59,65	34	54,84	29	48,33	97	54,19
m) enchente em certos locais, quando chove, por causa do lixo jogado nas ruas e córregos	31	54,39	21	33,87	15	25,00	67	37,43
n) calçadas muito estreitas, que dificultam o trânsito dos pedestres	38	66,67	35	56,45	27	45,00	100	55,87
o) barulho demais em algumas horas do dia/da noite	24	42,11	23	37,10	19	31,67	66	36,87
p) aumento do número de raios durante as tempestades	14	24,56	18	29,03	14	23,33	46	25,70
q) falta de calçadas verdes (parte impermeável, parte com faixa(s) de grama)	29	50,88	36	58,06	21	35,00	86	48,04
r) sensação de desconforto térmico/cansaço nos dias quentes (efeito ilha de calor)	26	45,61	32	51,61	27	45,00	85	47,49
s) estragos nas calçadas	33	57,89	38	61,29	35	58,33	106	59,22
t) fiação elétrica não embutida no solo (fios pendurados em postes)	28	49,12	29	46,77	22	36,67	79	44,13

Tabela 7– Frequência de recebimento de informações advindas do poder público, no último ano

Ocorrência	F	%
uma vez	40	22,35
mais de uma vez	22	12,29
nenhuma vez	115	64,25
não responderam	2	1,12
TOTAL	179	100,01

Tabela 8 – Comunicou-se alguma vez com o poder público quando percebeu algum problema ambiental na região onde mora?

	F	%
sim	26	14,53
não	151	84,36
não resp.	2	1,11
total	179	100

Tabela 9 – Frequência com que o respondente procurou o poder público, no último ano, para tratar de assuntos ambientais da região onde mora

TOTAL DOS RESPONDENTES	
NENHUMA VEZ	64,25
UMA VEZ	22,35
MAIS DE UMA VEZ	12,29
NÃO RESPOND.	1,12
TOTAL	100,01

Tabela 10– Postura comunicacional apropriada diante da constatação de problemas ambientais no bairro – visão do morador sobre a postura “*Ser informado diretamente pelo poder público*”

GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO ➡ GRUPOS ↓	1º LUGAR		2º LUGAR		3º LUGAR		NÃO RESP.	
	F	%	F	%	F	%	F	%
ADULTOS	14	24,26	21	36,84	8	14,04	14	24,56
JOVENS EM	17	27,42	30	48,39	9	14,52	6	9,68
JOVENS EF	23	38,33	19	31,67	3	5,00	15	25,00
TOTAL DOS RESPONDENTES	54	30,17	70	39,11	20	11,17	35	19,56

Tabela 11 - Postura comunicacional apropriada diante da constatação de problemas ambientais no bairro - visão do morador sobre a postura “*Observar e comunicar o poder público*”

GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO GRUPOS	1º LUGAR		2º LUGAR		3º LUGAR		Não resp.	
	F	%	F	%	F	%	F	%
ADULTOS	35	61,4	11	19,3	3	5,26	8	14,04
JOVENS EM	41	66,13	12	19,35	3	4,84	6	9,68
JOVENS EF	31	51,67	13	21,67	3	5	13	21,67
TOTAL	107	59,78	36	20,11	9	5,03	27	15,09

Tabela 12 - Postura comunicacional apropriada diante da constatação de problemas ambientais no bairro - visão do morador sobre a postura “*Esperar que os meios de comunicação divulguem o fato*”

GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO GRUPOS	1º LUGAR		2º LUGAR		3º LUGAR		Não resp.	
	F	%	F	%	F	%	F	%
ADULTOS	5	8,77	9	15,79	30	52,63	13	22,8
JOVENS EM	3	4,84	10	16,13	40	64,52	9	14,51
JOVENS EF	5	8,33	6	10	32	53,33	17	28,33
TOTAL	13	7,26	25	13,97	102	56,98	39	21,79

Tabela 13 - Meios pelos quais o munícipe recebe informações específicas sobre o meio ambiente do seu bairro/da sua região
(múltipla escolha)

	ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL RESP.	
	F	%	F	%	F	%	F	%
OUTRA FORMA DE COMUNICAÇÃO	1	1,75%	2	3,23%	0	0%	3	1,68%
REUNIÕES DO CONSELHO	5	8,77%	0	0%	3	5%	8	4,47%
BOLETIM DA SUBPREFEITURA	4	7,02%	3	4,84%	3	5%	10	5,59%
INFORMES/PALESTRAS DO POSTO DE SAÚDE LOCAL	5	8,77%	3	4,84%	3	5%	11	6,15%
RÁDIO COMUNITÁRIA	3	5,26%	1	1,61%	8	13,33%	12	6,70%
TELEFONEMAS DA PREFEITURA	8	14,04%	1	1,61%	4	6,67%	13	7,26%
VISITA DE AGENTES DO PODER PÚBLICO	7	12,28%	4	6,45%	2	3,33%	13	7,26%
ASSOCIAÇÕES/ONGS (PALESTRAS, INFORMES)	7	12,28%	5	8,06%	2	3,33%	14	7,82%
RÁDIO COMUM (ESTAÇÕES COMERCIAIS)	4	7,02%	6	9,68%	7	11,67%	17	9,50%
COMÉRCIO LOCAL	7	12,28%	10	16,13%	3	5%	20	11,17%
GRAFITES NAS RUAS	4	7,02%	11	17,74%	5	8,33%	20	11,17%
PALESTRAS/INFORMES EM IGREJAS	11	19,30%	8	12,90%	3	5%	22	12,29%
FOLHETOS DISTRIBUÍDOS PELO PODER PÚBLICO NAS RUAS/CASAS	5	8,77%	9	14,52%	11	18,33%	25	13,97%
JORNAIS E REVISTAS DE GRANDE CIRCULAÇÃO	11	19,30%	13	20,97%	14	23,33%	38	21,23%
NÃO COSTUMO RECEBER INFORMAÇÕES DESSE TIPO	15	26,32%	14	22,58%	12	20%	41	22,91%
JORNAIS DE BAIRRO	15	26,32%	12	19,35%	17	28,33%	44	24,58%
ESCOLA (AULAS, PALESTRAS, INFORMES)	8	14,04%	17	27,42%	23	38,33%	48	26,82%
CONVERSAS COM CONHECIDOS E VIZINHOS	25	43,86%	30	48,39%	18	30%	73	40,78%
TELEVISÃO	26	45,61%	26	41,94%	41	68,33%	93	51,96%
INTERNET	19	33,33%	33	53,23%	43	71,67%	95	53,07%

Tabela 14 - Opinião dos moradores em relação à suficiência da comunicação ambiental em circulação na região

	ADULTOS	JOVENS EM	JOVENS EF	TOTAL
SUFICIENTES	10,53	19,35	33,33	21,23
INSUFICIENTES	35,09	41,94	30	35,75
NÃO RECEBE/NÃO TEM ACESSO	50,88	37,1	33,33	40,22
NÃO RESPONDERAM	3,51	1,61	3,33	2,79
TOTAL	100,01	100	99,99	99,99

Tabela 15 - Participação em projeto (público ou privado) para melhoria do meio ambiente local

	ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL RESP.	
	F	%	F	%	F	%	F	%
NÃO	47	82,46	58	93,55	48	80	153	85,47
SIM	9	15,79	4	6,45	9	15	22	12,29
NÃO RESP.	1	1	0	0	3	5	4	2,23
TOTAL	57	99,25	62	100	60	100	179	99,99

Tabela 16 - Opinião dos moradores quanto à comunicação ambiental que chega hoje à região onde residem

	Adultos		Jovens EM		Jovens EF		Total Resp.	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Está alterando para melhor o comportamento dos moradores e você tem notado aumento do cuidado com o espaço público do bairro	14	24,56%	3	4,84%	17	28,33%	34	18,99%
Não está interferindo no comportamento dos moradores e você tem notado pouco cuidado com o espaço público do bairro	39	68,42%	58	93,55%	41	68,33%	138	77,09%
Não responderam	4	7,02%	1	1,61%	2	3,33%	7	3,91%
Total	57	100,00%	62	100,00%	60	99,99%	179	99,99%

Tabela 17 - Atitude primeira dos moradores quando notam que algo vai mal no meio ambiente do bairro (adultos e jovens do ensino médio)

	ADULTOS		JOVENS EM		TOTAL(AD+EF)	
	F	P	F	P	F	P
pensa por um tempo e tenta resolver sozinho a questão	0	0	2	3,23	2	1,68
pensa por alguns dias em soluções e busca um contato com o poder público para expor suas ideias	7	12,28	4	6,45	11	6,15
pensa por alguns instantes, concorda com a existência do problema e continua vivendo sua vida como sempre foi	7	12,28	9	14,52	16	8,94
conversa com a família e juntos procuram tomar providências	7	12,28	6	9,68	13	7,26
pensa por um tempo e contata amigos e conhecidos para juntos tomarem providências	8	14,04	6	9,68	14	8,38
pensa por um tempo, cria algumas ideias que a seu ver poderiam solucionar o problema, mas acaba guardando essas ideias para si	7	12,28	11	17,74	18	10,06
procura não pensar nisso, pois acredita que não está em suas mãos a chance de tomar alguma providência	7	12,28	11	17,74	18	10,06
outra atitude	2	3,51	3	4,84	5	2,79
não responderam/anularam	10	17,54	10	16,13	20	11,16

Tabela 17A - Atitude primeira dos moradores quando notam que algo vai mal no meio ambiente do bairro (jovens do ensino fundamental)

	JOVENS EF	
	F	%
reúne seus colegas e juntos tentam tomar alguma providência que esteja ao alcance de vocês	1	1,67
conversa com um professora/uma professora de sua escola e pede orientação	3	5,00
tenta um contato com a subprefeitura	3	5,00
tenta divulgar o problema na internet	4	6,67
conversa com a família e pede ajuda pra resolver o problema	13	21,67
pensa um pouco nisso mas não toma nenhuma atitude, pois acha que o jovem não tem chance de interferir nesses assuntos	24	40,00
outra atitude	2	3,33
não responderam	10	17,23
total	60	100,57

Tabela 18 - Ânimo/disposição do munícipe para participar de uma ação em favor do meio ambiente local

	ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL RESP.	
	F	%	F	%	F	%	F	%
NENHUMA	1	1,8	5	8,1	7	11,7	13	7,3
POUCA	13	22,8	7	11,3	12	20,0	32	17,9
MÉDIA	14	24,6	35	56,5	24	40,0	73	40,8
MUITA	12	21,1	8	12,9	7	11,7	27	15,1
NÃO SABE	10	17,5	4	6,5	9	15,0	23	12,9
NÃO RESP.	7	12,3	3	4,8	1	1,7	11	6,2
TOTAL	57	100,0	62	100,0	60	100,0	179	100,0

Tabela 19 - Opinião do munícipe sobre o alcance da má qualidade do ar urbano, a partir de notícia de jornal

	Adultos		Jovens EM		Jovens EF		Total Resp.	
	F	%	F	%	F	%	F	%
O ar inadequado não atinge o bairro onde você mora, por isso os moradores não estão expostos a problemas de saúde	3	5,26%	9	14,52%	9	15%	21	11,73%
O ar inadequado atinge também o bairro onde você mora, prejudicando a saúde dos moradores	52	91,23%	51	82,86%	50	83,33%	1	85,47%
Não responderam	2	3,51%	2	3,23%	1	1,67%	5	2,79%
Total	57	100,00%	62	100,61%	60	100%	27	99,99%

Tabela 20 - Opinião do munícipe sobre conserto de objetos, face aos apelos de consumo das propagandas

	Adultos	Jovens EM	Jovens EF	Total Resp.
Algo fora de moda, pois tudo está muito barato hoje e é sempre melhor comprar um produto novo	4	10	15	29
Um pensamento moderno, que ajuda a reduzir a quantidade de lixo no planeta	47	49	39	135
Não responderam	6	3	6	15
Total	57	62	60	179

Tabela 21 - Comportamento rotineiro dos moradores que têm animais de estimação, na visão dos respondentes

	ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%	F	%
acompanham os animais e fingem não ver seus dejetos para não ter de limpar	10	17,5	25	40,3	26	43,3	61	34,1
não acompanham os animais e não recolhem os dejetos	17	29,8	14	22,6	14	23,3	45	25,1
acompanham os animais, recolhem o cocô das calçadas e jogam no lixo	16	28,7	11	17,7	10	16,7	37	20,7
acompanham os animais, recolhem o cocô, mas deixam na porta de algum vizinho	0	0,0	5	8,1	4	6,7	9	5,0
não deixam seus animais defecarem nas calçadas e ruas do bairro	2	3,5	1	1,6	3	5,0	6	3,4
não acompanham os animais, mas quando eles retornam, verificam se sujou a calçada dos vizinhos e tratam de recolher os dejetos	1	1,8	1	1,6	0	0,0	2	1,1
não responderam	11	19,3	5	8,1	3	5,0	19	10,6
total	57	100,6	62	100,0	60	100,0	179	100,0

Tabela 22 – Conhecimento sobre ONGs/Associações que desenvolvem projetos ambientais na região

	ADULTOS	JOVENS EM	JOVENS EF	TOTAL RESP.
NÃO	22	35	29	86
SIM	14	1	3	18
NÃO SABE	18	25	26	69
NÃO RESP.	3	1	2	6
TOTAL	57	62	60	179

Tabela 23 - Grau de urgência quanto à ação dos meios de comunicação no sentido de cobrar políticas públicas de incentivo ao uso/comércio de veículos não poluentes

	ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL RESP.	
	F	%	F	%	F	%	F	%
EXTREMAMENTE URGENTE	29	50,88	24	38,71	18	30	71	39,66
URGENTE	8	14,04	21	33,87	23	38,33	52	29,05
MUITO URGENTE	13	22,81	11	17,74	13	21,67	37	20,67
NÃO RESPONDERAM	6	10,53	3	4,84	1	1,67	10	5,59
POUCO URGENTE	1	1,75	3	4,84	1	1,67	5	2,79
NÃO URGENTE	0	0,01	0	0,01	4	6,67	4	2,23
TOTAL	57	100,02	62	100,01	60	100,01	179	99,99

Tabela 24 - Representações que os respondentes acreditam aplicar-se à maioria dos moradores

<div> <div></div> <div>Grupos</div> </div>	<u>ADULTOS</u>		<u>JOVENS EM</u>		<u>JOVENS EF</u>		<u>TOTAL RESP.</u>	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Pensamento								
A maioria dos moradores não percebe a piora da qualidade do ar da cidade em razão do aumento do fluxo de veículos (carros, caminhões, motos, etc) nos últimos tempos.	35	61,40	33	53,23	33	55,00	101	56,42
Muitos moradores ainda pensam que folhas e restos de plantas são apenas lixo que dá trabalho, por isso não colaboram para o bem-estar coletivo dos moradores acrescentando verde em suas moradias.	27	47,37	20	32,26	25	41,67	72	40,22
As pessoas do bairro não recebem informações sobre como podem melhorar o ambiente de sua casa, rua, bairro sem gastar muito dinheiro.	27	47,37	33	53,23	30	50,00	90	50,28
Existem moradores que não entendem por que estamos com problemas ambientais no bairro.	30	52,63	22	35,48	21	35,00	73	40,78
Muitos moradores deixam de embelezar sua fachada ou calçada com verde (árvores, plantas em vasos, canteiros, calçada verde) porque acreditam que o espaço é pequeno e não tem jeito.	26	45,61	25	40,32	24	40,00	75	41,90
As pessoas do bairro estão acostumadas com o 'feio' e sua criatividade não é estimulada para deixar o bairro onde vivem mais bonito e mais saudável.	25	43,86	31	50,00	30	50,00	86	48,04
A maioria das pessoas do bairro desconhece as leis ambientais do município.	37	64,91	31	50,00	26	43,33	94	52,5
Existem moradores que dizem ser importante cuidar do meio ambiente, mas não tomam atitudes concretas para contribuir.	32	56,14	27	43,55	27	45,00	86	48,04
Não responderam	2	3,51	1	1,67	1	1,67	4	2,23

Tabela 25 - Soluções ambientais existentes no imóvel onde reside

Soluções	Grupos		ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL RESP.	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
uso de energia solar	5	8,77	6	9,68	10	16,67	21	11,73		
captação de água da chuva	7	12,28	7	11,29	8	13,33	22	12,29		
parede verde - recoberta com plantas	6	10,53	6	9,68	4	6,67	16	8,94		
jardim ou quintal de terra	14	24,56	15	24,19	15	25,00	44	24,28		
canteiro com flores ou outros tipos de plantas	19	33,33	25	40,32	15	25,00	59	32,96		
telhado pintado de branco	1	1,75	4	6,45	4	6,67	9	5,03		
minhocário (compostagem)	1	1,75	2	3,23	2	3,33	5	2,79		
um recipiente para recicláveis e outro para lixo orgânico	22	38,60	13	20,97	14	23,33	49	27,37		
lâmpadas econômicas	40	70,18	42	67,74	37	61,67	119	66,48		
nenhuma	7	12,28	7	11,29	4	6,66	18	10,05		

Tabela 26 - Soluções ambientais existentes na área externa do imóvel onde reside (muro e calçada)

Soluções	ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL RESP.	
	F	P	F	P	F	P	F	P
Calçada verde - parte impermeável e parte com faixa(s) de grama	5	8,77	2	3,23	9	15,00	16	8,94
Árvore(s) na calçada em frente ao imóvel	17	29,82	22	35,48	25	41,67	64	35,75
Árvore ou arbusto na calçada na divisa com o vizinho, porque as frentes das casas são estreitas	3	5,26	7	11,29	13	21,67	23	12,85
Canteiro com flores ou outros tipos de plantas na calçada (em frente ao imóvel ou na divisa com o vizinho)	5	8,77	9	14,52	13	21,67	27	15,08
Muro Verde (com revestimento de plantas)	6	10,53	5	8,06	7	11,67	18	10,06
Muro "coroadado" (com planta ornamental no alto do muro)	3	5,26	3	4,84	10	16,67	16	8,94
Outra (s)	4	7,02	3	4,84	2	3,33	9	5,03
Nenhuma	25	43,85	22	35,48	10	16,66	57	31,84

Tabela 27 - O que o munícipe acredita que falta em seu bairro, para evitar o descuido com o meio ambiente local

AÇÕES	GRUPOS		ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL RESP.	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
percepção dos moradores de que o bairro enfrenta sérios problemas ambientais	34	59,65	32	51,61	34	56,67	100	55,87		
ação contínua do poder público para preservar o meio	20	35,09	39	62,90	27	45,00	86	48,04		
interesse dos moradores em problemas coletivos	30	52,63	38	61,29	35	58,33	103	57,54		
noção estética (o belo/ o feio) dos moradores em relação ao meio onde vivem	13	22,81	20	32,26	18	30,00	51	28,49		
comunicação entre o poder público e os moradores para resolver problemas ambientais	30	52,63	35	56,45	36	60,00	101	56,42		
colaboração dos comerciantes/ empresários locais em ações de melhoria da qualidade ambiental do bairro	27	47,37	23	37,10	21	35,00	71	39,66		
cuidado de cada morador com o espaço em frente a sua casa	30	52,63	30	48,39	33	55,00	93	51,96		
comunicação entre os moradores para gerar ações favoráveis à preservação do meio no bairro	21	36,84	23	37,10	21	35,00	65	36,31		
um ecoponto (espaço público que recebe entulho e outros materiais que não servem mais)	23	40,35	27	43,55	19	31,67	69	38,55		
não responderam	5	8,77	3	4,83	0	0,00	8	4,46		

Tabela 28 - Valoração de ações para reduzir dificuldades ambientais do bairro, a partir de mediações coletivas

CONEXÃO COMUNICACIONAL	ESCALA	EXTREMAMENTE IMPORTANTE		MUITO IMPORTANTE		IMPORTANTE		POUCO IMPORTANTE		DESIMPORTANTE		NÃO RESPONDERAM	
	GRUPOS	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
ESCOLAS, PARTICIPAÇÃO DAS	AD	34	59,65	12	21,05	2	3,51	2	3,51	0	0,00	7	12,28
	EM	18	29,03	20	32,26	18	29,03	2	3,23	0	0,00	4	6,45
	EF	11	18,33	18	30,00	21	35,00	7	11,67	1	1,67	2	3,33
	TT	63	35,20	50	27,93	41	22,91	11	6,15	1	0,56	13	7,26
MOVIMENTOS SOCIAIS	AD	25	43,86	15	26,32	8	14,04	1	1,75	0	0,00	8	14,04
	EM	14	22,58	21	33,87	22	35,48	0	0,00	1	1,61	4	6,45
	EF	9	15,00	18	30,00	25	41,67	7	11,67	1	1,67	0	0,00
	TT	48	26,82	54	30,17	55	30,73	8	4,47	2	1,12	12	6,70
IGREJAS, ORIENTAÇÃO NAS	AD	23	40,35	18	31,58	7	12,28	1	1,75	0	0,00	8	14,04
	EM	8	12,90	16	25,81	25	40,32	7	11,29	2	3,23	4	6,45
	EF	3	5,00	19	31,67	17	28,33	14	23,33	5	8,33	2	3,33
	TT	34	18,99	53	29,61	49	27,37	22	12,29	7	3,91	14	7,82
EMPRESÁRIOS, TRABALHO CONJUNTO DOS	AD	25	43,86	14	24,26	8	14,04	2	3,51	0	0,00	8	14,04
	EM	14	22,58	18	29,03	20	32,26	5	8,06	1	1,61	4	6,45
	EF	10	16,67	22	36,67	18	30,00	7	11,67	1	1,67	2	3,33
	TT	49	27,37	54	30,17	46	25,70	14	7,82	2	1,12	14	7,82

AD - ADULTOS

EM - JOVENS DO ENSINO MÉDIO

EF - JOVENS DO ENSINO FUNDAMENTAL

TT - TOTAL DOS RESPONDENTES

F - FREQUÊNCIA

Tabela 29 - Valoração de ações para reduzir dificuldades ambientais do bairro, a partir de mediações individuais

AÇÕES COMUNICATIVAS	ESCALA ➤ GRUPOS	A		B		C		D		NÃO ANALISOU O ITEM	
		BOA OPÇÃO		OPÇÃO REGULAR		OPÇÃO RUIM		NÃO SABE OPINAR			
		F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Entrar em contato com um jornal de bairro e pedir para publicar uma matéria sobre o meio ambiente local	AD	30	52,63	12	21,05	1	1,75	3	5,26	11	19,30
	EM	33	53,23	19	30,65	3	4,84	2	3,23	5	8,06
	EF	31	51,67	22	36,67	4	6,67	1	1,67	2	3,33
	TT	94	52,51	53	29,61	8	4,47	6	3,35	18	10,06
Entrar em contato com uma rádio local e pedir que ela chame os moradores a colaborar	AD	19	33,33	13	22,81	6	10,53	5	8,77	14	24,56
	EM	21	33,87	25	40,32	8	12,90	4	6,45	4	6,45
	EF	22	36,67	23	38,33	8	13,33	5	8,33	2	3,33
	TT	62	34,64	61	34,08	22	12,29	14	7,82	20	11,17
Ir pessoalmente a um órgão público e solicitar providências	AD	27	47,37	13	22,81	2	3,51	3	5,26	12	21,05
	EM	25	40,32	25	40,32	6	9,68	2	3,23	4	6,45
	EF	34	56,67	19	31,67	2	3,33	3	5,00	2	3,33
	TT	86	48,04	57	31,84	10	5,59	8	4,47	18	10,06
Entrar em contato com a assessoria de comunicação da subprefeitura sugerindo que publique uma matéria no informativo mensal (boletim) da subprefeitura	AD	24	42,11	14	24,56	2	3,51	3	5,26	14	24,56
	EM	30	48,39	15	24,19	6	9,68	7	11,29	4	6,45
	EF	29	48,33	18	30,00	6	10,00	5	8,33	2	3,33
	TT	83	46,37	47	26,26	14	7,82	15	8,38	20	11,17
Solicitar ao padre ou pastor de sua igreja/ da igreja do bairro que fale sobre o assunto com os fiéis (para pedir colaboração nas soluções)	AD	25	43,86	13	22,81	4	7,02	1	1,75	14	24,56
	EM	12	19,35	21	33,87	17	27,42	8	12,90	4	6,45
	EF	14	23,33	25	41,67	15	25,00	4	6,67	2	3,33
	TT	51	28,49	59	32,96	36	20,11	13	7,26	20	11,17
Uma atitude individual concreta como a do Sr. Genaro	AD	34	59,65	6	10,53	1	1,75	2	3,51	14	24,56
	EM	29	46,77	21	33,87	6	9,68	2	3,23	4	6,45
	EF	32	53,33	12	20,00	7	11,67	7	11,67	2	3,33
	TT	95	53,07	39	21,79	14	7,82	11	6,15	20	11,17
Pedir para afixar um cartaz sobre ações ambientais locais no mural de uma escola	AD	31	54,39	9	15,79	3	5,26	1	1,75	13	22,81
	EM	18	29,03	26	41,94	6	9,68	3	4,84	9	14,51
	EF	26	43,33	17	28,33	9	15,00	5	8,33	3	5,00
Entrar em contato com uma emissora de TV e pedir que ela faça uma reportagem sobre as dificuldades ambientais de seu bairro	AD	23	40,35	12	21,05	8	14,04	1	1,75	13	22,81
	EM	29	46,77	19	30,65	2	3,23	3	4,84	9	14,51
	EF	25	41,67	24	40,00	7	11,67	1	1,67	3	5,00
	TT	77	43,02	55	30,73	17	9,50	5	2,79	25	13,97
Telefonar para o Centro de Controle de Zoonoses (problemas com ratos, pombos e outras pragas urbanas)	AD	30	52,63	8	14,04	5	8,77	1	1,75	13	22,81
	EM	29	46,77	17	27,42	3	4,84	4	6,45	9	14,51
	EF	23	38,33	18	30,00	9	15,00	7	11,67	3	5,00
	TT	82	45,81	43	24,02	17	9,50	12	6,70	25	13,97
Enviar mensagens de alerta e conscientização por e-mail/pelas redes sociais	AD	21	36,84	16	28,07	5	8,77	1	1,75	14	24,56
	EM	14	22,58	28	45,16	9	14,51	2	3,23	9	14,51
	EF	25	41,67	18	30,00	10	16,67	4	6,67	3	5,00
	TT	60	33,52	62	34,64	24	13,41	7	3,91	25	13,97
Telefonar ou enviar e-mail para a subprefeitura ou outro órgão público	AD	28	49,12	11	19,30	3	5,26	1	1,75	14	24,56
	EM	15	24,19	32	51,61	4	6,45	2	3,23	9	14,51
	EF	28	46,67	18	30,00	6	10,00	5	8,33	3	5,00
	TT	71	39,66	61	34,08	13	7,26	8	4,47	25	13,97
Reunir amigos por meio de uma rede social e realizar uma ação conjunta	AD	29	50,88	9	15,79	4	7,02	1	1,75	14	24,56
	EM	17	27,42	27	43,55	5	8,06	4	6,45	9	14,51
	EF	31	51,67	14	23,33	6	10,00	6	10,00	3	5,00
	TT	77	43,02	50	27,93	15	8,38	11	6,15	26	14,53

Tabela 30 - Estão contribuindo ativamente para melhorar a qualidade ambiental do bairro, na opinião dos moradores:

	ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL RESP.	
	F	%	F	%	F	%	F	%
EMPRESÁRIOS	8	14,04%	4	6,45%	4	6,67%	16	8,94%
PODER PÚBLICO	4	7,02%	9	14,52%	16	26,67%	29	16,20%
TRABALHADORES	4	7,02%	10	16,13%	16	26,67%	30	16,76%
MEIOS DE COMUNICAÇÃO LOCAIS	8	14,04%	10	16,13%	15	25%	33	18,44%
ASSOCIAÇÕES/ONGS/CLUBES/OUTRAS	18	31,58%	14	22,58%	11	18,33%	43	24,02%
IGREJAS	23	40,35%	13	20,97%	12	20%	48	26,82%
MORADORES	20	35,09%	25	40,32%	26	43,33%	71	39,66%
ESCOLAS	19	33,33%	24	38,71%	33	55%	76	42,46%
NINGUÉM/NENHUMA INSTITUIÇÃO	15	26,32%	12	19,35%	8	13,33%	35	19,55%

Tabela 31 - Classificação de ações comunicacionais possíveis para contribuir com a reversão de danos ao meio

	EU ACREDITO NISSO		EU TENHO DÚVIDA SE ISSO FUNCIONA		TENHO CERTEZA DE QUE ISSO NÃO FUNCIONA		NÃO RESP.	
	F	%	F	%	F	%	F	%
CONVERSAR COM VIZINHOS/ MORADORES QUE ESTEJAM ENVOLVIDOS NO PROBLEMA, PARA TROCAR IDEIAS E BUSCAR SOLUÇÃO/MELHORIAS	68	37,99	78	43,58	18	10,06	15	8,38
FALAR COM UM LÍDER COMUNITÁRIO QUE TENHA CONTATO COM O PODER PÚBLICO	73	40,78	69	38,55	19	10,01	18	10,06
PARTICIPAR DAS REUNIÕES DO CONSELHO AMBIENTAL LOCAL E OPINAR SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS DO BAIRRO	54	30,17	80	44,69	29	16,2	16	8,94
PARTICIPAR DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE SAÚDE DA REGIÃO E OPINAR SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS DO BAIRRO QUE INFLUENCIAM A SAÚDE DOS MORADORES	55	30,73	77	43,02	30	16,76	17	9,5
PARTICIPAR DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA E OPINAR SOBRE PROBLEMAS AMBIENTAIS QUE REPRESENTEM RISCO À SEGURANÇA DOS MORADORES	55	30,73	78	43,58	27	15,08	19	10,61
PROCURAR UMA ONG (ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL) OU OUTRO TIPO DE ASSOCIAÇÃO EXISTENTE NO BAIRRO E SUGERIR QUE ELA ENCABECE UMA AÇÃO COLETIVA PARA MELHORAR O MEIO AMBIENTE DO BAIRRO	67	37,43	61	34,08	33	18,44	18	10,06
PARTICIPAR DIRETAMENTE DE UMA ASSOCIAÇÃO QUALQUER OU MOVIMENTO QUE TENHA ENTRE SUAS METAS CUIDAR DO MEIO AMBIENTE DO BAIRRO	74	41,34	59	32,96	27	15,08	19	10,62

Tabela 32 – Noção de empoderamento cidadão face às mazelas ambientais urbanas

Para influenciar em decisões ambientais relativas ao meu bairro, eu me sinto um cidadão...	ADULTOS		JOVENS EM		JOVENS EF		TOTAL RESP.	
	F	%	F	%	F	%	F	%
com total poder	7	12,28	4	6,45	15	25,00	26	14,53
com bastante poder	3	5,26	7	11,29	9	15,00	19	10,61
com pouco/algum poder	23	40,35	27	43,55	19	31,67	69	38,55
sem poder	18	31,58	21	33,87	16	26,67	55	30,73
não responderam	6	10,53	3	4,84	1	1,67	10	5,59
total	57	100	62	100	60	100,01	179	100,01

Tabela 33 - Gostaria de ser informado quando os resultados desta pesquisa estiverem disponíveis para consulta?

	<u>ADULTOS</u>		<u>JOVENS EM</u>		<u>JOVENS EF</u>		<u>TOTAL RESP.</u>	
	F	%	F	%	F	%	F	%
SIM	43	75,44	42	67,74	31	51,67	116	64,80
NÃO	6	10,53	11	17,74	25	41,67	42	23,46
NÃO RESP.	8	14,04	9	14,52	4	6,67	21	11,73
TOTAL	57	100,01	62	100	60	100,01	179	99,99